

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Paulo Barata Gondim

A Revolução Iraquiana de 1958: uma análise histórica sobre os atores, processos e ideologias
revolucionárias

Doutorado em Relações Internacionais

São Paulo
2026

Paulo Barata Gondim

A Revolução Iraquiana de 1958: uma análise histórica sobre os atores, processos e ideologias
revolucionárias

Doutorado em Relações Internacionais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência na sociedade contemporânea”, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

São Paulo

2026

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Gondim, Paulo Barata.

G637 A Revolução Iraquiana de 1958 : uma análise histórica sobre os
atores, processos e ideologias revolucionárias / Paulo Barata
Gondim. – São Paulo, 2026.
326 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2026.

1. Iraque – História – Revolução, 1958 – Aspectos políticos. I.
Título.

CDD 956.7043

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta tese teve uma análise sobre a Revolução Iraquiana de 1958 com foco nos atores e ideologias revolucionárias, na qual destacou-se a importância do estudo sobre as Revoluções nas Relações Internacionais e a necessidade de dar maior centralidade ao respectivo tema no âmbito da literatura acadêmica, além de oferecer novas formas de pensar as dinâmicas da Guerra Fria que impactaram o Oriente Médio no século XX.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This thesis analyzed the Iraqi Revolution of 1958, focusing on the revolutionary actors and ideologies. It highlighted the importance of studying revolutions in international relations and the need to give greater prominence to this topic within academic literature, as well as offering new ways of thinking about the dynamics of the Cold War that impacted the Middle East in the 20th century.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta tesis analizó la Revolución Iraquí de 1958, centrándose en los actores e ideologías revolucionarias. Resaltó la importancia de estudiar las revoluciones en las relaciones internacionales y la necesidad de otorgar mayor relevancia a este tema en la literatura académica, además de ofrecer nuevas perspectivas sobre la dinámica de la Guerra Fría que impactó a Oriente Medio en el siglo XX.

Paulo Barata Gondim

A Revolução Iraquiana de 1958: uma análise histórica sobre os atores, processos e ideologias
revolucionárias

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência na sociedade contemporânea”, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Bruno Huberman (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Rodrigo Augusto Duarte Amaral (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dra. Isabela Agostinelli dos Santos (Fundação Escola de Comércio e Álvares Penteado)

Prof. Dr. José Manuel Marques da Silva Pureza (Universidade de Coimbra)

São Paulo, 13 de março de 2026.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES. O apoio foi concedido entre abril e outubro de 2024, pelo processo nº 88887.936496/2024-00.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, sobretudo, aos meus pais por terem sempre confiado em mim. Agradeço também aos meus familiares portugueses, os Antunes, por terem me apoiado em Portugal durante a escrita da tese.

Agradeço especialmente à minha esposa Tatiana por ser a luz na minha vida, *“It is only in the mysterious equations of love that any logic or reasons can be found”*.

Agradeço ao meu orientador Reginaldo Nasser por ter me apoiado durante todos esses anos durante a minha trajetória acadêmica, desde os meus estudos no Mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Coimbra, nos quais foi meu coorientador.

Agradeço ao querido professor José Manuel Pureza, que além de ter sido meu orientador no mestrado, foi meu coorientador do doutorado no âmbito do doutorado sanduíche realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra em 2024.

Agradeço à professora Teresa Cravo (Universidade de Coimbra) e ao professor Manuel Loff (Universidade do Porto) que também fizeram parte do meu percurso acadêmico no âmbito do doutorado.

Agradeço aos professores Samuel Alves Soares (UNESP), Albério Neves Filho (UNESP) e à professora Regiane Nitsch Bressan (UNIFESP) pela oportunidade de realizar o estágio docência durante o doutorado.

Agradeço também ao Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI) da PUC-SP por ser um importante espaço de pesquisa e reflexão acadêmica do qual eu faço parte.

Agradeço também ao professor Abdul Hadi Sadoun Kinanie (Universidade Complutense de Madrid) pelas sugestões de pesquisa sobre os poetas iraquianos revolucionários.

Agradeço os professores e às professoras que aceitaram fazer parte da banca de defesa desta tese: os membros titulares Prof. Dr. José Manuel Marques da Silva Pureza (Universidade de Coimbra), Prof. Dr. Bruno Huberman (PUC-SP), Prof. Dr. Rodrigo Augusto Duarte Amaral (PUC-SP), Profa. Dra. Isabela Agostinelli (FECAP) e os membros suplentes Profa Cláudia Alvarenga Marconi (PUC-SP) e Profa Mariana Medeiros Bernussi (IBMEC-SP).

As revoluções são a locomotiva da história (Marx, 2012).

RESUMO

A Revolução Iraquiana de 1958 é um caso singular na história do Oriente Médio no século XX ao reunir diferentes atores e ideologias políticas em um processo revolucionário, além de representar a ascensão dos comunistas iraquianos em plena Guerra Fria. Nesse sentido, três principais atores atuaram nos eventos revolucionários iraquianos durante os anos 1950: o Movimento dos Oficiais Livres (MOL), o Partido Comunista Iraquiano (PCI) e os Partisans pela Paz. O MOL atuou de forma institucional para quebrar o monopólio estatal da violência da monarquia hachemita, enquanto que o PCI e os Partisans pela Paz atuaram para mobilizar o povo iraquiano em torno da causa revolucionária e conectá-la com as lutas por autodeterminação e libertação nacional no Terceiro Mundo. Além da disputa pelo poder, as ideologias nacionalistas e suas distintas vertentes, *wataniyya* e *qawmiyya*, assim como as ideias comunistas no Iraque faziam parte de uma luta ideológica inserida no âmbito da Guerra Fria. A história do Iraque moderno teve início com a ocupação das províncias otomanas pelas forças britânicas em 1914 no âmbito da Primeira Guerra Mundial. O Mandato da Mesopotâmia (1920-1932) formalizou a ocupação britânica e abriu caminho para a criação do Reino do Iraque após a realização da Conferência do Cairo em 1921. O sistema político criado pelas forças imperialistas britânicas teve como base uma política de cooptação das elites iraquianas, gerando uma grande desigualdade socioeconômica, principalmente, no setor fundiário. No campo econômico, o petróleo, o principal recurso do Iraque, era explorado por um conglomerado de empresas estrangeiras representado pela Companhia Iraquiana de Petróleo. Esse sistema gerou uma grande insatisfação popular que precisava de impulsos para transformarem-se em ações concretas de contestação ao regime político. Os impulsos revolucionários, foram gerados, sobretudo, por eventos internacionais e regionais, como, respectivamente, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a Guerra Árabe-Israelense (1948). Desta forma, a Revolução Egípcia de 1952 e o Movimento dos Oficiais Livres do Egito foram uma grande referência para os jovens oficiais militares iraquianos que desejavam se livrar do imperialismo britânico e dos hachemitas. No jogo das grandes potências, a Revolução Iraquiana de 1958 representou o declínio do Império Britânico no Oriente Médio e a ascensão dos EUA como uma grande potência na região.

Palavras-chave: Paz; Revolução; Iraque; Imperialismo; Guerra Fria.

ABSTRACT

The Iraqi Revolution of 1958 is a unique case in the history of the Middle East in the 20th century, bringing together different actors and political ideologies in a revolutionary process, and representing the rise of Iraqi communists during the Cold War. In this sense, three main actors were involved in the Iraqi revolutionary events during the 1950s: the Free Officers Movement (FOM), the Iraqi Communist Party (ICP), and the Partisans for Peace. The FOM acted institutionally to break the Hashemite monarchy's state monopoly on violence, while the ICP and the Partisans for Peace worked to mobilize the Iraqi people around the revolutionary cause and connect it with the struggles for self-determination and national liberation in the Third World. Beyond the power struggle, nationalist ideologies and their distinct branches *wataniyya* and *qawmiyya*, as well as communist ideas in Iraq, were part of an ideological struggle within the context of the Cold War. The history of modern Iraq began with the occupation of Ottoman provinces by British forces in 1914 during the First World War. The Mesopotamian Mandate (1920-1932) formalized the British occupation and paved the way for the creation of the Kingdom of Iraq after the Cairo Conference in 1921. The political system created by the British imperialist forces was based on a policy of co-opting the Iraqi elites, generating significant socioeconomic inequality, particularly in the land sector. In the economic field, oil, Iraq's main resource, was exploited by a conglomerate of foreign companies represented by the Iraqi Oil Company. This system generated great popular dissatisfaction that needed impetus to transform into concrete actions of protest against the political regime. The revolutionary impetus was generated, above all, by international and regional events, such as, respectively, the Second World War (1939-1945) and the Arab-Israeli War (1948). In this way, the Egyptian Revolution of 1952 and the Free Officers Movement of Egypt were a great reference for young Iraqi military officers who wished to free themselves from British imperialism and the Hashemites. In the game of great powers, the Iraqi Revolution of 1958 represented the decline of the British Empire in the Middle East and the rise of the USA as a great power in the region.

Keywords: Peace; Revolution; Iraq; Imperialism; Cold War.

RESUMEN

La Revolución Iraquí de 1958 constituye un caso único en la historia de Oriente Medio del siglo XX, ya que congregó a diferentes actores e ideologías políticas en un proceso revolucionario y representó el ascenso del comunismo iraquí durante la Guerra Fría. En este sentido, tres actores principales participaron en los acontecimientos revolucionarios iraquíes de la década de 1950: el Movimiento de Oficiales Libres (MOL), el Partido Comunista Iraquí (PCI) y los Partisanos por la Paz. El MOL actuó institucionalmente para romper el monopolio estatal de la violencia ejercido por la monarquía hachemita, mientras que el PCI y los Partisanos por la Paz trabajaron para movilizar al pueblo iraquí en torno a la causa revolucionaria y conectarla con las luchas por la autodeterminación y la liberación nacional en el Tercer Mundo. Más allá de la lucha por el poder, las ideologías nacionalistas y sus distintas ramas, *wataniyya* y *qawmiyya*, así como las ideas comunistas en Irak, formaron parte de una lucha ideológica en el contexto de la Guerra Fría. La historia del Irak moderno comenzó con la ocupación de las provincias otomanas por las fuerzas británicas en 1914 durante la Primera Guerra Mundial. El Mandato Mesopotámico (1920-1932) formalizó la ocupación británica y allanó el camino para la creación del Reino de Irak tras la Conferencia de El Cairo de 1921. El sistema político creado por las fuerzas imperialistas británicas se basó en una política de cooptación de las élites iraquíes, generando una importante desigualdad socioeconómica, especialmente en el sector agrario. En el ámbito económico, el petróleo, el principal recurso de Irak, era explotado por un conglomerado de empresas extranjeras representadas por la Compañía Petrolera Iraquí. Este sistema generó un gran descontento popular que necesitaba impulso para transformarse en acciones concretas de protesta contra el régimen político. Este impulso revolucionario se generó, sobre todo, por acontecimientos internacionales y regionales, como la Segunda Guerra Mundial (1939-1945) y la Guerra Árabe-Israelí (1948), respectivamente. De este modo, la Revolución Egipcia de 1952 y el Movimiento de Oficiales Libres de Egipto fueron una gran referencia para los jóvenes militares iraquíes que deseaban liberarse del imperialismo británico y de los hachemitas. En el juego de las grandes potencias, la Revolución Iraquí de 1958 representó el declive del Imperio Británico en Oriente Medio y el ascenso de Estados Unidos como gran potencia en la región.

Palabras clave: Paz; Revolución; Irak; Imperialismo; Guerra Fría.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Produção de Petróleo no Oriente Médio e África do Norte (1914-1980).....	94
Figura 2 – Mapa do Império Otomano (1914).....	102
Figura 3 – Conferência do Cairo (1921).....	118
Figura 4 – Faisal I, em primeiro plano, na Conferência de Paz de Paris (1919).....	119
Figura 5 – Mapa com os Principais Focos da Revolta Iraquiana de 1920.....	131
Figura 6 – Iraquianos Armados na Revolta de 1920.....	132
Figura 7 – Ibn Saud, Percy Cox e Gertrude Bell em Basra (1916).....	133
Figura 8 – Tropas Britânicas na Revolta Iraquiana de 1920.....	135
Figura 9 – Mapa Político do Iraque.....	141
Figura 10 – Yusuf Salman Yusuf (Camarada Fahd).....	171
Figura 11 – Nuri al-Said.....	195
Figura 12 – Abdul Salam Arif à esquerda e Abd al-Karim Qasim à direita.....	203
Figura 13 – O povo iraquiano comemora a derrubada da monarquia hachemita nas ruas de Bagdá (1958).....	204
Figura 14 – Qasim acenando para o povo iraquiano (1960).....	207
Figura 15 – Trecho do jornal do governo iraquiano “New Iraq”, exaltando a Lei da Reforma Agrária implementada por Qasim (1959).....	211
Figura 16 – Ministro das Relações Exteriores Iraquiano, Sayid Hashim Jawad, na 15ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (1960).....	217
Figura 17 – O Ministro das Relações Exteriores Iraquiano, Sayid Hashim Jawad, ao fundo, observa Sayid Karim Belqasim, o Primeiro-Ministro do Governo Provisório da Argélia cumprimentar o Premier Soviético Nikita Khrushchev em um evento na ONU (1960).....	218
Figura 18 – Artigo com críticas a Nasser no jornal Iraq Review (1959).....	227
Figura 19 – Uma comunista iraquiana discursando na rua em Bagdá em 1958.....	256
Figura 20 – Naziha al-Dulaimi.....	258
Figura 21 – Sessão do Congresso Mundial de Intelectuais pela Paz (Breslávia, 1948).....	263
Figura 22 – Da esquerda para a direita: Pablo Picasso, Minnette de Silva, Jo Davidson e Mulk Raj Anand participaram do Congresso pela Paz em 1948.....	264

Figura 23 – Poster do Congresso Mundial dos Partisans pela Paz (Paris, 1949).....	265
Figura 24 – Poster do Congresso pela Paz em Sheffield (1950).....	266
Figura 25 – A Pomba da Paz (Pablo Picasso, 1949).....	272
Figura 26 – Massacre na Coreia (Pablo Picasso, 1951).....	273
Figura 27 – Qasim discursando no Segundo Congresso dos Partisans pela Paz em Bagdá (1959).	284
Figura 28 – O poeta iraquiano Badr Shakir al-Sayyab.....	285
Figura 29 – Estátua de al-Jawahiri na cidade sagrada xiita de Karbala.....	286
Figura 30 – Obituário de Abdul Karim al-Mashat (1959).....	290
Figura 31 – Da esquerda para direita: Issam Aziz Sharif, Mulla Mustafa al-Barzani e Aziz Sharif (1970).....	293

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDN	Campanha pelo Desarmamento Nuclear
CENTO	<i>Central Treaty Organization</i>
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CPI	Companhia de Petróleo do Iraque
COMINFORM	Communist Information Bureau
EUA	Estados Unidos da América
FDIM	Federação Democrática Internacional das Mulheres
FRUS	<i>Foreign Relations of the United States</i>
KUTV	Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente
MOL	Movimento dos Oficiais Livres
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
PCI	Partido Comunista Iraquiano
PDC	Partido Democrático Curdo
RAU	República Árabe Unida
RI	Relações Internacionais
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WFDY	Federação Mundial da Juventude Democrática

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 A problemática da Revolução Iraquiana de 1958.....	16
1.2 Estado da arte.....	18
1.3 Contexto histórico.....	23
1.4 Hipóteses de pesquisa.....	33
1.5 Objetivos.....	34
1.6 Metodologia.....	34
1.7 Estrutura da tese.....	36
2 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE AS REVOLUÇÕES.....	37
2.1 Uma breve introdução sobre o estudo das revoluções.....	37
2.2 A centralidade e o caráter internacional das revoluções.....	38
2.3 Os elementos constitutivos e as categorias das revoluções.....	42
2.4 Possíveis interpretações sobre a Revolução Iraquiana de 1958.....	55
3 ABORDAGENS CRÍTICAS SOBRE A PAZ.....	61
3.1 Introdução.....	61
3.2 A “paz” dos Partisans pela Paz.....	62
3.3 A abordagem de Johan Galtung sobre a paz.....	63
3.3.1 As críticas de Herman Schmid à abordagem de Johan Galtung.....	66
3.4 A perspectiva teórica da paz imperfeita.....	68
3.5 Abordagem teórica sobre a paz revolucionária.....	76
4 UMA ANÁLISE SOBRE AS ELITES, O IMPERIALISMO E A DEPENDÊNCIA IRAQUIANA ANTES DE 1958.....	81
4.1 Introdução.....	81
4.2 As elites do poder no Iraque durante o período monárquico.....	82
4.3 O imperialismo, a dependência e o subdesenvolvimento no Iraque.....	89
5 O IRAQUE: DO IMPÉRIO OTOMANO AO IMPÉRIO BRITÂNICO.....	101

5.1 Introdução.....	101
5.2 O Iraque durante o Império Otomano.....	101
5.3 O Império Britânico e a criação do estado iraquiano.....	109
5.4 A Revolta Iraquiana de 1920.....	126
6 O REGIME POLÍTICO DA MONARQUIA HACHEMITA.....	137
6.1 Introdução.....	137
6.2 A institucionalização da monarquia.....	137
6.3 O Iraque “independente” (1932-1958).....	140
6.4 A criação dos partidos políticos iraquianos.....	148
6.5 A instabilidade política e a ascensão dos militares nos anos 1930.....	151
7 O IRAQUE E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	162
7.1 Introdução.....	162
7.2 Os efeitos políticos e econômicos da Segunda Guerra Mundial no Iraque.....	162
7.3 A política interna iraquiana nos anos 1940.....	167
7.4 A política externa iraquiana nos anos 1940.....	173
7.5 A economia iraquiana após a Segunda Guerra Mundial.....	178
8 A LUTA POLÍTICA IRAQUIANA NOS ANOS 1950.....	185
8.1 Introdução.....	185
8.2 Os partidos políticos e a mobilização popular.....	185
8.3 A política de Nuri al-Said nos anos 1950.....	192
8.4 O golpe de Estado de 14 de julho de 1958.....	200
8.5 A instauração da república iraquiana.....	204
8.6 O governo revolucionário de Abd Al-Karim Qasim: 1958-1963.....	205
8.7 A política externa do governo revolucionário.....	216
8.8 A contrarrevolução e o golpe de Estado de 1963.....	221
8.8.1 Gamal Abdel Nasser, a CIA e o anticomunismo.....	223
9 O PCI E A REVOLUÇÃO IRAQUIANA DE 1958.....	229
9.1 Introdução.....	229

9.2 As origens do comunismo no Iraque.....	229
9.3 O PCI sob liderança do camarada Fahd.....	233
9.4 Os comunistas e o levante nacionalista de Rashid Ali al-Gaylani em 1941.....	234
9.5 A consolidação do PCI nos anos 1940.....	237
9.6 A atuação do PCI na década de 1940.....	242
9.7 O PCI nas esferas local, regional e internacional.....	244
9.8 O PCI e a revolta da Al-Wathbah de 1948.....	245
9.9 A atuação revolucionária do PCI nos anos 1950.....	247
9.10 A estrutura e organização do PCI.....	253
9.10.1A <i>intelligentsia</i> e o PCI.....	255
9.10.2 A participação das mulheres no PCI e a luta política de Naziha al-Dulaimi.....	256
9.10.3 A composição étnica e religiosa do PCI.....	259
9.10.4 A influência comunista nas forças armadas iraquianas.....	260
10 OS PARTISANS PELA PAZ E A REVOLUÇÃO IRAQUIANA DE 1958.....	262
10.1 Introdução.....	262
10.2 A luta pela paz na Guerra Fria.....	262
10.3 O movimento transnacional Partisans pela Paz.....	268
10.3.1 As imagens da paz de Picasso e a paz humanista de Sartre.....	271
10.4 A Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CDN) e a contraofensiva dos EUA.....	279
10.5 Os Partisans pela Paz e o processo revolucionário iraquiano.....	281
10.5.1 Os Partisans pela Paz e os xiitas iraquianos.....	289
10.5.2 A conexão entre os Partisans pela Paz, a URSS e os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo.....	291
10.5.3 Os Partisans pela Paz e a Intifada de 1952.....	299
10.5.4 Os Partisans pela Paz e a revolta de Mosul de 1959.....	301
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	306
REFERÊNCIAS.....	313

1 INTRODUÇÃO

1.1 A problemática da Revolução Iraquiana de 1958

O estudo sobre as Revoluções ainda carece de uma maior atenção na disciplina das Relações Internacionais (RI). Nesse sentido, esta tese tem como **objetivo** analisar a Revolução Iraquiana de 1958, um processo caracterizado como uma revolução social e que representou o declínio do Império Britânico e a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como uma potência imperialista no Oriente Médio (Romero, 2008). Desta forma, busca-se analisar quais atores atuaram no processo revolucionário iraquiano e as ideologias e os mecanismos políticos utilizados para libertar o Iraque do domínio dos hachemitas e dos seus aliados britânicos. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Movimento dos Oficiais Livres (MOL), do Partido Comunista Iraquiano (PCI) e dos Partisans pela Paz no processo revolucionário iraquiano.

Em um contexto histórico, a Revolução Iraquiana de 1958 insere-se nas lutas do Terceiro Mundo contra o imperialismo britânico no Oriente Médio, como a ocorrida em 1952 no Egito e na Argélia entre 1954 e 1962 (Freiberger, 2007; Prashad, 2022). Segundo Halliday (2005), a Revolução Egípcia de 1952 inseriu o Oriente Médio no contexto de disputas por áreas de influência no âmbito da Guerra Fria. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelos processos de descolonização afro-asiáticos, simbolizados através da realização da Conferência de Bandung em 1955 e, pelo surgimento do Movimento dos Não Alinhados em 1961 (Dinkel, 2018).

A Conferência de Bandung consagrou os cinco princípios da coexistência pacífica: o respeito mútuo pela integridade territorial e soberania, a não-agressão, a não interferência nos assuntos internos, a igualdade e mútuo benefício e a coexistência pacífica entre países de regimes distintos (Prashad, 2022). Já o Movimento dos Não Alinhados, um grupo formado por estados que, apesar de inúmeras divergências políticas e econômicas, se uniram para mudar o sistema internacional (Dinkel, 2018). No âmbito desses processos de descolonização, as ideias marxistas foram instrumentalizadas como uma forma de resistência e de enfrentamento ao imperialismo.

Para compreender esse processo histórico, é apropriado analisar, primeiramente, as características da estrutura imperialista britânica no Iraque (Louis, 1984). Os hachemitas foram escolhidos pelo aparato colonialista britânico, comandado por Winston Churchill, para governar o recém-criado Reino do Iraque no contexto das negociações secretas da Conferência do Cairo realizada em março de 1921 (Louis, 1984; Sluglett, 2007). Nesse contexto, o hashemita Faisal

Ibn Hussein foi escolhido para ocupar o trono iraquiano, que foi coroado pelos britânicos em 23 de agosto de 1921 (Eppel, 2004; Tripp, 2007).

Com o poder concentrado nas elites sunitas em Bagdá, os hachemitas criaram um sistema de alianças com líderes tribais, com o objetivo de controlar a economia iraquiana e, assim, atender aos interesses britânicos no Oriente Médio (Pool, 1980; Eppel, 1998; Amaral, 2022). No longo prazo, o domínio britânico sobre a economia iraquiana prejudicou o desenvolvimento do país, por exercerem o controle sobre os recursos da Companhia de Petróleo do Iraque (CPI) (Al-Nasrawi, 1994; Eppel, 2004). Essa concentração de poder econômico gerou uma relação de dependência do Iraque com a Grã-Bretanha que perdurou até a revolução de 1958 (Bromley, 1994; Al-Nasrawi, 1994).

A CPI e suas subsidiárias, a Companhia de Petróleo de Basra e a Companhia de Petróleo de Mosul, detinha praticamente um monopólio das concessões de petróleo no Iraque (Louis, 1984). Os acionistas da CPI eram os seguintes: a Companhia Anglo-Iraniana de Petróleo com 23,75%; o Grupo Royal Dutch-Shell com 23,75%; a Companhia Francesa de Petróleo com 23,75%; a Standard Oil Company de New Jersey com 11,875%; a Companhia de Petróleo Vacuum (Mobil) com 11,875% e a participação privada da C. S. Gulbenkian com outros 5% (Louis, 1984).

Do ponto de vista socioeconômico, grande parte da população iraquiana vivia na pobreza e esperava por mudanças drásticas na política do país, que contemplasse uma verdadeira independência com autonomia (Khadduri, 1969; Eppel, 2004). As pioras nas condições de vida fizeram com que grande parte do povo iraquiano apoiasse a Revolução de 1958, com grandes celebrações populares pelas ruas de Bagdá e pelo interior do país com a derrubada da monarquia hachemita (Romero, 2008). Batatu (1978) demonstra que o índice oficial de preços dos alimentos, baseado nas necessidades de mão de obra não-qualificada, atingiu o nível recorde de 805 pontos em 1948, ano da Wathbah e que foi reduzido para um patamar mínimo de 599 pontos em 1949 e para 548 em 1950, atingindo outro patamar elevado de 665 pontos em 1952, ano em que ocorreu a Intifada.

Esse contexto de deterioração socioeconômica foi aproveitado por atores revolucionários como o MOL, liderado pelos generais Abdul Karim Kassim e Abd al-Salam Arif, que tinha como objetivo tomar o poder com o uso da força e promover uma revolução no Iraque (Romero, 2008). Nesse contexto, o evento histórico de 14 de julho de 1958 no Iraque representou a fase inicial de uma ampla revolução social, econômica, política (Romero, 2008). De acordo com Dann (1969), o MOL liderado por Qasim tinha as seguintes prioridades após a tomada do poder em 1958: a manutenção da ordem e da segurança; a declaração de uma

mensagem revolucionária; a formação de um novo governo e a destruição de todos os vestígios do antigo regime.

Portanto, o **argumento** defendido nesta tese é de que os eventos de 1958 não representaram apenas um golpe militar no Oriente Médio, mas sim um processo revolucionário que carregava em seu núcleo uma verdadeira revolução social. Esse processo de transformação social foi levado adiante por um conjunto de atores institucionais no âmbito do Estado, através do MOL e por atores políticos encarregados de mobilizar o povo iraquiano em prol da causa revolucionária, como o PCI e os Partisans pela Paz (Batatu, 1978; Bishop, 2011).

Desta forma, a dimensão social da revolução é exemplificada nesta tese pelas reformas implementadas pelo novo governo a partir de 1958 como a reforma agrária, programas de distribuição de renda e construção de moradias para as classes mais pobres (Romero, 2008; Batatu, 1978). No âmbito da política externa, o governo de Qasim adotou uma posição neutralista em relação às disputas da Guerra Fria e buscou uma aproximação pragmática com o bloco socialista e as nações do Terceiro Mundo (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001; Tripp, 2007).

Por meio de uma abordagem histórica sobre a Revolução Iraquiana de 1958, busca-se nesta tese responder às seguintes perguntas: Quais são os fatores que caracterizam a Revolução Iraquiana de 1958 como uma revolução social? De que forma os principais atores políticos atuaram no processo revolucionário iraquiano? Quais foram as estratégias e os mecanismos utilizadas pelo MOL, pelo PCI e pelos Partisans pela Paz para derrubar a monarquia hachemita em 14 de julho de 1958?

1.2 Estado da arte

A Revolução Iraquiana de 1958 é analisada nesta tese através de uma abordagem histórica sobre os principais eventos ocorridos no Iraque entre 1920 e 1958 (Batatu, 1978; Tripp, 2007). Desta forma, são destacados os elementos políticos, sociais e econômicos que sustentaram a formação do estado iraquiano, como também a aliança entre os hachemitas e as forças imperialistas britânicas. Enquanto que a Primeira Guerra Mundial foi o ponto de partida para a ocupação das províncias otomanas de Bagdá e Basra em 1914, a Segunda Guerra Mundial foi o estopim para a entrada definitiva dos militares na política iraquiana nos anos 1940, gerando as revoltas populares como a Wathbah em 1948 e a Intifada em 1952 (Batatu, 1978). Portanto, destaca-se que os respectivos conflitos internacionais impactaram no processo revolucionário iraquiano.

Do ponto de vista teórico, esta tese tem como base uma perspectiva sociológica e estruturalista sobre as revoluções. Nesse sentido, são utilizados, principalmente, as abordagens conceituais de Johnson (1966), Moore Jr (1966), Tilly (1978), Skocpol (1979) e Halliday (1999). O estudo comparativo realizado por (Skocpol, 1979) sobre as revoluções francesa, russa e chinesa nos permite compreender os elementos estruturais dos processos revolucionários, assim como as suas causas e consequências. Nesse contexto, entende-se que o golpe de estado de 14 de julho de 1958 foi apenas uma fase de um amplo processo histórico iniciado em 1920. A abordagem estruturalista de Skocpol (1979) sobre as revoluções, com destaque para a sua obra, “Estados e Revoluções Sociais: Uma Análise Comparativa da França, Rússia e China”, é, portanto, uma ferramenta teórica fundamental para analisar a Revolução Iraquiana de 1958 como uma revolução social.

De acordo com Halliday (1990), o materialismo histórico, presente nas RI em sua vertente estruturalista, tem um foco de análise voltado para as revoluções. Desta forma, as revoluções são compreendidas como instrumentos históricos de transformação das sociedades, conforme abordado por Skocpol (1979) e Moore Jr (1966), envolvendo mudanças sociais e políticas substanciais (Halliday, 1990). Ao contrário dos realistas e behavioristas, os autores da corrente do materialismo histórico interpretam, portanto, as revoluções de forma positiva e associadas a fatores internacionais definidos pelo capitalismo e pelo imperialismo (Halliday, 1999).

A abordagem do materialismo histórico (Cox, 1981; Halliday, 2007) é utilizada nesta tese de doutorado para compreender os atores, as forças sociais e a mudanças estruturais ocorridas no processo revolucionário de 1958 (Batatu, 1978). Desta forma, entende-se o materialismo histórico como uma abordagem centrada no papel dos conflitos como agentes transformadores da história. Os autores ligados à corrente do materialismo histórico interpretam os conflitos como processos transformadores da natureza humana, que podem criar novos padrões de relações sociais. Desta forma, as regras do jogo são alteradas, o que pode levar ao surgimento de novas formas de conflito (Cox, 1981).

Portanto, a perspectiva teórica desta tese tem como base uma análise estruturalista sobre a Revolução Iraquiana de 1958, ao incluir os seguintes elementos: (1) a determinação material dos fatores socioeconômicos; (2) a influência da história no comportamento presente; (3) a centralidade das classes como atores na vida política doméstica e internacional e (4) o conflito e o seu apogeu, ou seja, a revolução (Halliday, 2007). Desta forma, os atores socioeconômicos, como as classes sociais, são fundamentais para compreender o processo histórico da Revolução de 1958. Ressalta-se que, no caso iraquiano, o fenômeno das classes sociais é bastante

complexo, tendo em conta, o seu carácter multiforme e diferenciado, conforme a observação teórica feita a seguir:

É também incontestável que uma classe é um fenómeno multiforme e diferenciado. Ela pode, como sugeriu Max Weber, existir de forma distinta ou como um elemento dentro de um grupo de status (como uma parcela proprietária de terras dentro de um grupo de xeiques tribais) ou pode incorporar diversos grupos de status diferentes, como já observado. Pode abranger uma “elite” (como uma “aristocracia operária”) e uma “massa” (como a maioria dos trabalhadores). Nesse sentido, “elite” e “classe” não são conceitos mutuamente exclusivos. Uma classe também pode compreender subclasses altas, médias e baixas, que, como Marx e Weber apontaram, podem estar relacionadas entre si como classes distintas. No Iraque, por exemplo, os grandes e pequenos proprietários de terras estavam em lados opostos, ou tinham simpatias políticas conflitantes, nos anos revolucionários de 1958-1959” (Batatu, 1978, p. 7, tradução nossa).

As revoluções surgem em um determinado contexto geopolítico e que é moldado por fatores internacionais. Esse carácter internacional das revoluções é caracterizado por meio de quatro aspectos teóricos: (1) como os fatores internacionais produzem as revoluções; (2) como os Estados revolucionários conduzem suas políticas externas; (3) como os outros Estados reagem às revoluções e (4) como o sistema internacional constrange o desenvolvimento interno pós-revolucionário estatal e moldam sua evolução política, social e econômica (Halliday, 1990). Portanto, o Estado é compreendido neste trabalho, não como algo fixo e imutável, mas como uma relação social dinâmica (Jessop, 2016).

A perspectiva da sociologia histórica de Halliday (1999) sobre as revoluções nas RI é uma referência importante para compreender como o Oriente Médio foi impactado por distintos movimentos e ideologias políticas na região, como as distintas vertentes do nacionalismo e do comunismo. A análise de Halliday (2005) sobre os impactos da Guerra Fria no Oriente Médio e vice-versa também é uma das bases teóricas desta tese, tendo em vista a dimensão regional e internacional da Revolução Iraquiana de 1958.

Os trabalhos sobre a deflação de poder e a mobilização popular, elaborados, respectivamente, por Johnson (1966) e Tilly (1978), são importantes para compreender como a monarquia hachemita perdeu o equilíbrio de poder no âmbito estatal e como isso foi aproveitado por determinados atores políticos em torno da causa revolucionária. A questão da falta de legitimidade dos hachemitas era um problema existente desde a criação do estado iraquiano em 1920-1921 e que foi um elemento central para o desequilíbrio do sistema político na crise de 1958.

Os estudos de Moore Jr (1966) sobre o papel dos camponeses nas revoluções na história também é um ponto de partida importante para compreender de que forma o campesinato esteve

envolvido no processo revolucionário iraquiano desde a revolta de 1920. A desigualdade no sistema fundiário iraquiano era um dos grandes vetores revolucionários nas zonas rurais e que foi estrategicamente utilizado pelo PCI na luta política, sobretudo, nos anos 1940 e 1950, junto às comunidades xiitas no sul do Iraque (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Outra vertente teórica desta tese está relacionada às abordagens críticas sobre a paz, tendo em vista a atuação do movimento Partisans pela Paz na Revolução Iraquiana de 1958. Nesse sentido, são assinalados brevemente os principais contributos teóricos sobre a paz revolucionária e a paz imperfeita, ou seja, dois conjuntos teóricos que são úteis para compreender os Partisans pela Paz, qual o modelo de paz que defendiam e o contexto de violência política em que estavam inseridos.

A ideia da paz revolucionária tem como base, sobretudo, os postulados de Lenin (1964) sobre a defesa da paz na esfera comunista e o seu valor eminentemente político e de transformação social dos povos oprimidos. Nesse contexto, a paz e a revolução, são, elementos constitutivos da luta de classes e da emancipação humana frente ao imperialismo e ao capitalismo (Lenin, 1964; Dobrenko, 2022). Já a perspectiva da paz imperfeita oferece um olhar crítico sobre a paz, sem retirar-lhe a sua materialidade e as suas imperfeições inerentes ao contexto social e político em que está inserida (Muñoz, 2001). Desta forma, é possível pensar a paz sem as armadilhas teóricas da violência e da não-violência (Pureza, 2009). Trata-se de uma abordagem que aceita ambas as vertentes negativas e positivas da paz, conforme formuladas por Galtung (1969), em um mesmo arcabouço teórico.

A abordagem de Mills (1981) sobre a elite do poder é um marco teórico importante para analisar o processo de formação das elites iraquianas e de que forma elas operaram no âmbito estatal iraquiano. O entrelaçamento das elites tradicionais dos notáveis com as elites otomanas conhecidas como *sharifianos* forneceram a base social do poder para os hachemitas durante o período monárquico (Eppel, 1998; Pool, 1980). Esse sistema passou a ser desafiado com a ascensão das novas elites ocidentalizadas, intituladas de *effendiyya* e que demandavam acesso ao poder político (Eppel, 1998). Segundo a perspectiva de Batatu (1978), esse processo fez com que as velhas e as novas elites iraquianas, detentoras do capital, também adquirissem um papel de classe social, mesmo que não tivessem essa percepção sobre si mesmas.

Por último, são destacadas nesta tese uma breve análise sobre a questão da dependência, do subdesenvolvimento e do imperialismo. Nesse sentido, foram utilizados como referência as obras de Lênin (2021) sobre as características do imperialismo no estágio monopolista do capitalismo que é alimentado pelo capital financeiro. Essa perspectiva leninista sobre o imperialismo, além de ser útil do ponto de vista teórico, nos ajuda a compreender o

período histórico no qual o estado iraquiano foi criado, tendo em vista a ascensão do petróleo como um recurso em disputa pelas grandes potências imperialistas na região hoje conhecida como Oriente Médio. Desta forma, a dominação do Iraque pelo Império Britânico gerou uma relação de dependência política, representada pelo Mandato da Mesopotâmia, e também econômica, em relação aos recursos do petróleo.

Com base nas contribuições teóricas de Dos Santos (1970), Marini (1974,1981), Cardoso e Falleto (1975), Amin (1977) e Amel (2020), nota-se que o aparato imperialista britânico implantou um modo colonial de produção no Iraque para atender aos interesses da economia britânica na sua fase avançada de industrialização e de expansão do capital financeiro monopolista (Amel, 2020). Seguindo a abordagem de Marini (1981), conclui-se que o desenvolvimento da economia iraquiana baseada nos recursos petrolíferos gerava uma relação dialética de subdesenvolvimento. E essa relação subordinada atendia aos interesses das elites iraquianas, que utilizavam a máquina estatal para perpetuar-se no poder e manter o Iraque em uma condição periférica no sistema capitalista mundial (Cardoso; Falleto, 1975).

Após uma breve apresentação das obras de referência sobre o estudo das revoluções, é necessário destacar quais os principais autores que analisaram a Revolução Iraquiana com base em uma perspectiva histórica. Nesse contexto, Farouk-Sluglett; Sluglett (1991) afirma que qualquer análise séria sobre a história moderna do Iraque deve ter como ponto de partida a obra de Hanna Batatu, *“Old Social Classes and the Revolutionary Movements of Iraq: A Study of Iraq's Old Landed and Commercial Classes and of Its Communists, Ba'thists, and Free Officers”*, publicada em 1978. Nesse contexto, destaca-se que o trabalho de Batatu (1978) tem, entre as suas principais contribuições teóricas, uma extensa análise sobre as causas e consequências da ascensão do comunismo no Iraque antes da Revolução de 1958.

Além de Batatu (1978), esta tese tem como base as abordagens históricas sobre a Revolução Iraquiana realizada pelos seguintes autores: Dann (1969), Farouk-Sluglett; Sluglett (2001), Eppel (2004), Tripp (2007), Ismael (2008), Romero (2008) Dawisha (2009) e Marr (2012). Em relação à natureza da Revolução Iraquiana de 1958, há autores como Tripp (2007) e Dawisha (2009) que não consideram os eventos de 1958 como uma verdadeira revolução e, sim, como mais um golpe militar nacionalista e autoritário no Oriente Médio. Por outro lado, há autores, como Batatu (1978) e Romero (2008), que defendem os eventos de 1958 no Iraque como uma verdadeira revolução social que tinha como objetivo promover uma transformação social no país.

Em relação à revisão de literatura sobre o PCI e o seu papel no processo revolucionário iraquiano, foi utilizado, principalmente, o trabalho de autores como Laqueur (1956), Batatu

(1978), Salucci (2005), Ismael (2007) e Franzén (2011). Sobre o movimento Partisans pela Paz, esta pesquisa teve como base as contribuições de: Wittner (1993), Wernicke (2001), Deery (2002), Johnston (2008), Roberts (2005), Dobrenko (2016) e Goedde (2019). Sobre a atuação dos Partisans pela Paz no Oriente no Médio e no Iraque, destacam-se, sobretudo, os trabalhos de: DeYoung (1998), Bishop (2011), Colla (2015), Thompson (2020), Jones (2013, 2020) e Kirasirova (2023).

1.3 Contexto histórico

O Iraque, enquanto ator estatal, é uma criação artificial do Império Britânico na Mesopotâmia após a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, a ocupação do território iraquiano ocorreu ainda no início da guerra, quando tropas britânicas das Forças Expedicionária da Índia, desembarcaram no porto de Basra em 1914 (Tripp, 2007). Para governar o território ocupado, o aparato colonialista britânico estabeleceu que o Iraque seria governado por uma monarquia parlamentar. Desta forma, os britânicos escolheram os hachemitas como seus aliados subordinados para governar o Iraque, com a coroação de Faisal I em 23 agosto de 1921.

Desta forma, os períodos do Mandato Britânico (1920-1932) e do Iraque independente (1932-1958) são fundamentais para compreender as causas estruturais da Revolução de 1958 (Sluglett, 2007; Nasser; Amaral, 2020). Como ponto de partida, os britânicos estabeleceram alianças com líderes tribais e proprietários de terras com o objetivo de contrapor o poder das elites urbanas iraquianas (Pool, 1980). O processo de cooptação das forças políticas culminou na independência “negociada” em 1932, com a manutenção de bases da Força Aérea Britânica e da Missão Militar Britânica, como também com a manutenção de vários oficiais britânicos em postos da administração civil iraquiana (Farouk Sluglett; Sluglett, 2001).

O período monárquico no Iraque, compreendido entre 1921 e 1958, foi marcado por uma grande instabilidade política, por uma série de revoltas e golpes militares em um país fragmentado etnicamente (Batatu, 1978; Dawisha, 2009). Durante a montagem do aparato estatal iraquiano, a fragmentação étnica e territorial entre sunitas, xiitas e curdos já havia contribuído diretamente para a eclosão de levantes locais, como a revolta de 1920 no sul do Iraque (Vinogradov, 1972; Kadhim, 2012). A revolta havia sido causada como uma reação dos iraquianos à ocupação britânica e também como uma repulsa de determinados líderes tribais a cobranças de impostos, entre outros fatores (Kadhim, 2012).

A solução encontrada pelas forças britânicas foi criar um modelo de colonialismo indireto, ou seja, com a utilização de uma elite política local para governar o Iraque para atender

aos interesses britânicos, sobretudo, em relação ao petróleo na região da Mesopotâmia. Desta forma, as forças britânicas estabeleceram um sistema de alianças com líderes tribais e proprietários de terras com o objetivo de contrapor o poder das elites urbanas iraquianas, com base no modelo colonialista *divide and rule*¹ (Pool, 1980).

A década de 1930 foi marcada pela constante intervenção dos militares iraquianos na política nacional. Golpes militares viraram rotina no país e o nacionalismo árabe passou a dominar os debates políticos tanto entre os civis quanto entre os militares. Ainda nos anos 1930, surgiu o PCI, que seria um ator político com grande popularidade e de grande relevância nos eventos revolucionários dos anos 1950 (Batatu, 1978). Na visão dos britânicos, era necessário ter uma figura política que pudesse ser um equilíbrio entre as forças políticas em disputa no país. Essa figura foi Nuri al-Said, o político que mais vezes ocupou o cargo de primeiro-ministro no Iraque durante o período monárquico. De acordo com Louis (1984), Nuri al-Said poderia ser considerado como o elo entre os nacionalistas iraquianos radicais que se associaram às potências do Eixo no golpe de estado de 1941 e aqueles que acreditavam que o comunismo seria o instrumento político para libertar o Iraque do imperialismo britânico.

Os anos 1940 foram impactados diretamente pelas consequências políticas e econômicas da Segunda Guerra Mundial. O aumento do custo de vida causado pela inflação, principalmente dos alimentos, gerou uma grande insatisfação entre os iraquianos mais pobres e da classe média (Batatu, 1978). Essa crise econômica foi aproveitada por partidos políticos, como o PCI, para mobilizar o povo iraquiano contra a monarquia hachemita e o imperialismo britânico. No plano político, era cada vez mais evidente que atores de diversas esferas políticas, como militares e comunistas, poderiam agir de forma pragmática para derrubar os hachemitas do poder, como aconteceu brevemente em 1941 com o golpe de estado de Rashid Ali Al-Gaylani. A revolta militar liderada por Gaylani é, portanto, uma das primeiras demonstrações da força política do nacionalismo e do exército no Iraque nos anos 1940 (Halliday, 2005).

O nacionalismo, tanto em sua vertente iraquiana (*wataniyya*) quanto pan-arabista (*qawmiyya*), e o comunismo ganharam força, portanto, no Iraque a partir dos anos 1940 no enfrentamento político ao imperialismo britânico e à monarquia hachemita no Iraque (Sluglett, 2005; Franzén, 2011). Ressalta-se que não havia apenas um nacionalismo no Iraque, mas vários movimentos que defendiam um nacionalismo de acordo com as disputas pela liderança regional

¹ “Dividir para governar”.

no Oriente Médio (Kedourie, 1962; Eppel, 1998). Nesse sentido, destaca-se o seguinte trecho sobre o nacionalismo no Iraque:

O nacionalismo, seja ele pan-árabe ou particularista, apelava, claramente, ao coração e tinha pouco a oferecer à mente. Consistia em sentimentos, memórias e um excesso de retórica. Suas preocupações eram essencialmente políticas: independência; unidade. Estava fortemente orientado para um passado romantizado e apenas vagamente consciente das condições e necessidades reais da massa de iraquianos (Batatu, 1978, p. 480, tradução nossa).

Durante anos 1930, houve uma cisão no movimento nacionalista iraquiano (*qawmiyya*), associado ao pan-arabismo e ao nacionalismo árabe com uma primazia regional sobre o nacionalismo iraquiano e (*wataniyya*), que enfatizava a importância do nacionalismo iraquiano sobre o pan-arabismo (Eppel, 1998; Batatu, 1978; Bashkin, 2011). O movimento nacionalista árabe não era coeso, o que era evidente na sociedade iraquiana na década de 1950, o que gerou tensões internas e entre o Iraque, por um lado, e o Egito e a Síria, por outro (Romero, 2008). Romero (2008) observa que, no âmbito do MOL, Qasim e seu vice ‘Abd al-Salam ‘Arif, representavam diferentes aspectos do nacionalismo árabe. Enquanto que Arif defendia um nacionalismo árabe, cujo objetivo final era a criação um único Estado para todos os árabes, Qasim era partidário de uma forma de nacionalismo que defendia a manutenção da soberania nacional para os estados árabes (Romero, 2008).

Já as ideias marxistas foram difundidas no Iraque a partir da década de 1920, por um grupo restrito de intelectuais, movimentos estudantis e jornais panfletários como instrumentos de propagação ideológica (Ismael, 2008). Nesse contexto, o primeiro inimigo escolhido para ser combatido pelos marxistas iraquianos foi o islã, uma estratégia que não obteve êxito, o que fez com que passassem a enfrentar um inimigo externo, ou seja, as forças imperialistas britânicas (Batatu, 1978; Franzén, 2011).

Essa nova estratégia estava em linha com o enfrentamento ao imperialismo e ao feudalismo defendido pelo líder comunista sírio Khalid Bakdash que tinha uma grande influência sobre grupos marxistas no Oriente Médio (Bagley, 1959). A partir dos anos 1930 e 1940, as ideias marxistas foram disseminadas de forma mais ampla na sociedade iraquiana, por meio de organizações de advogados, clérigos e funcionários públicos descontentes com a deterioração socioeconômica no país (Batatu, 1978). Desta forma, assinala-se uma caracterização do marxismo no Iraque no respectivo período:

No contexto iraquiano, a teoria marxista, com todas as suas deficiências, era, pelo menos em sua crítica de classe incisiva, relevante. Ela traduzia, ainda que de forma exagerada — e o exagero gera força em um clima emocionalmente carregado —, o que o iraquiano agora sentia persistentemente ao seu redor: a crua realidade de classe do Iraque. É preciso lembrar que as diferenças de

classe iraquianas são nuas e brucas, e não possuem a sutileza ou gradação que em outras sociedades servem para disfarçar sua realidade ou mitigar seus efeitos (Batatu, 1978, p. 481, tradução nossa).

No contexto de expansão das ideias marxistas, o PCI foi criado em 1934 durante um período de pouca liberdade de ação política. Na década de 1940, após um breve período de relaxamento do regime político², o PCI passou a ter uma grande influência entre os trabalhadores no setor industrial, como o porto de Basra e a CPI (Sluglett, 2005; Franzén, 2011). O jornal Al-Qaeda, criado em 1943, organizado pelo líder comunista Yusuf Salman Yusuf, foi um importante instrumento de propagação do marxismo no Iraque nos anos 1940 e 1950 (Laqueur, 1956; Batatu, 1978; Franzén, 2011). Nesse contexto, Prashad (2022) observa que no começo dos anos 1950, o PCI era o maior partido comunista do mundo árabe.

No Oriente Médio, a influência soviética é um fator importante para explicar a ascensão do PCI no processo revolucionário de 1958 (Laqueur, 1956). Pyotr Vasili, membro do Comintern, recrutou jovens iraquianos, entre eles Yusuf Salman Yusuf, para estudar na Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente (KUTV)³ durante a década de 1920 (Ismael, 2008; Franzén, 2011). Esse processo foi planejado de forma pragmática pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sem a intenção de instalar governos comunistas no Oriente Médio.

O Vigésimo Congresso do Partido Comunista Soviético, realizado em 1956, havia definido que nos países subdesenvolvidos, como o Iraque, poderia haver uma conciliação entre os partidos comunistas e setores da burguesia nacional, estabelecendo uma frente comum contra o imperialismo (Dann, 1969). As classes que constituíam a burguesia nacional foram definidas como aqueles setores da burguesia nos países coloniais e dependentes cujas principais atividades estavam associadas à produção nacional e os setores da burguesia comercial ligada à comercialização de bens estrangeiros, mas não diretamente ligada aos monopólios imperialistas (Dann, 1969).

² Esse relaxamento foi um resultado da aliança entre a Grã-Bretanha e a URSS na Segunda Guerra Mundial, o que pode ser exemplificado pelo fato das Cortes de Justiça terem que pedir autorização prévia do Ministério da Justiça para receber acusações contra o PCI (Batatu, 1978).

³ *University of the Toilers of the East* (KUTV).

Embora o PCI não tenha participado formalmente do primeiro gabinete do governo revolucionário, Abdul Karim Qasim utilizava, de forma pragmática, a base de apoio dos comunistas para contrapor a ala nacionalista governamental (Franzén, 2011; Schayegh, 2013). Antes de 1959, o PCI não tinha representação no gabinete ministerial, porém, era de conhecimento público que o porta-voz do governo, o economista Ibrahim Kubba, era um marxista declarado e ligado aos comunistas no Iraque (Dann, 1969). Em 1959, os comunistas representavam a principal base de apoio popular ao governo de Qasim, o que gerou o pedido de demissão de vários membros nacionalistas do governo. Desta forma, Qasim decidiu levar os comunistas para o governo ainda em 1959 também por conta de um acordo prévio realizado com a URSS (Dawisha, 2009; Schayegh, 2013).

Desta forma, é necessário identificar quais foram as forças sociais e atores políticos que atuaram nesse processo e quais eram as suas motivações políticas e econômicas (Dann, 1969; Batatu, 1978). Os atores políticos que atuaram na Revolução de 1958 estavam organizadas na Frente Nacional Unida, formada em 1957 pelos seguintes partidos políticos: o Partido Nacional Democrático, o PCI, o Partido Istiqlal, o Partido Baath. Já o Partido da Unidade Democrática do Curdistão Iraquiano passou a integrar a Frente Nacional Unida após a revolução de 1958 (Dann, 1969).

Os sindicatos trabalhistas também foram atores importantes no contexto revolucionário nos anos 1940 e 1950. Entre 1944 e 1946, do total dos 16 sindicatos trabalhistas no Iraque, 12 eram controlados pelo PCI (Farouk-Sluglett; Sluglett, 1983). Portanto, nota-se que a luta por mudanças estruturais defendida pelos comunistas iraquianos na Revolução de 1958 têm suas origens no movimento sindicalista (Farouk-Sluglett; Sluglett, 1983). Entre as revoltas sindicais, a considerada mais importante na época foi a *al-Wathbah*⁴ de 1948, que teve como causa imediata a insatisfação popular contra as negociações do Tratado de Portsmouth entre o Iraque e a Grã-Bretanha e a elevação do custo de vida ao nível mais alto desde a Segunda Guerra Mundial.

O exército foi um ator importante na construção estatal do Iraque e também na desestabilização do regime político, com destaque para o golpe militar no processo revolucionário de 1958. Os militares que haviam lutado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ao lado dos britânicos contra os otomanos retornaram ao Iraque e foram integrados ao

⁴ O termo “*al-Wathbah*” significa o salto em português.

grupo político do Rei Faisal I (Pool, 1980; Eppel, 2004). Entre as décadas de 1930 e 1950, os militares atuaram na política iraquiana como oficiais no governo ou intervindo por meio de golpes de estado (Tarbush, 1982).

Entre 1934 e 1936, houve uma série de levantes militares contra os governos de Jamil al-Midfai, Ali Jawdat e Yasin al-Hashimi, que não demoraram muito para serem suprimidos pelos próprios setores do exército iraquiano, que ganharam um maior protagonismo político no país, promovendo levantes até 1941 (Farouk-Sluglett; Sluglett, 1983). De acordo com Batatu (1978), os golpes militares de 1936, de 1937 e de 1941, apenas trocaram um governo por outro. Entretanto, no final da década de 1940 e 1950, os levantes assumiram um caráter político e social, ou seja, não era mais críticos de um governo específico, mas da própria estrutura social iraquiana (Batatu, 1978).

Os militares que chegaram ao poder no Oriente Médio nos anos 1950 e 1960 eram nacionalistas e anti-imperialistas e lutavam pela independência de seus respectivos países (Sluglett, 2005). Nesse contexto, destaca-se o MOL no Iraque, que havia sido inspirado pelo MOL, liderado por Gamal Abdel Nasser no âmbito da Revolução de 1952 no Egito (Tripp, 2007; Romero, 2020). Assinala-se que um movimento de oficiais livres existia no Iraque pelo menos desde 1952, influenciados pela revolução nasserista no Egito, de que um regime corrupto poderia ser eliminado com facilidade e com grande apelo popular (Dann, 1969; Batatu, 1978).

No Iraque, o MOL, liderado por Abdul Karim Qasim e Abd al-Salam Arif, contou com apoio popular e, quando tomaram o poder, implementou medidas como a reforma agrária e melhorias na distribuição de renda, processo caracterizado como uma revolução social (Baali, 1969; Romero, 2020). Qasim também alterou os rumos da política externa iraquiana implementada pelo governo anterior de Nuri al-Said, ao promover uma dimensão neutralista e uma aproximação diplomática com países socialistas (Romero, 2008). Também se destaca a elaboração de uma constituição provisória pelo novo governo que veio a público em 27 de julho de 1958 (Dann, 1969).

No plano econômico, o Iraque passava por uma recuperação no fim dos anos 1940, com uma grande dependência do setor petrolífero (Bromley, 1994; Eppel, 2004). Em 1949, os royalties do petróleo alcançaram 4,38 milhões de libras (representando 11,8% da renda nacional), com uma alta elevação nos anos 1950, atingindo 84,6 milhões de libras em 1958 (Eppel, 2004). O aumento na demanda mundial por petróleo e os novos acordos realizados entre o governo iraquiano e a CPI geraram maiores recursos para a economia do país, tendo em conta que as exportações respondiam por 70% do produto nacional em 1957 (Hasan, 1970; Eppel, 2004).

O Ministro das Finanças do governo revolucionário, Mohammed Hadid, tinha como objetivo promover uma política de bem-estar social no Iraque por meio de um conjunto de reformas governamentais (Dann, 1969). Nesse contexto, seriam implementadas as seguintes medidas: (1) reforma tributária, com o objetivo de reduzir a carga tributária para as classes mais pobres, com aumento da taxa para os mais ricos; (2) estabelecimento de uma política de proteção à indústria nacional por meio de substituição de importações; (3) controle e direcionamento do capital estrangeiro para o setor produtivo; (4) política de expansão de gastos públicos no longo prazo e (5) incentivo às exportações, sobretudo com a venda de grãos e petróleo (Dann, 1969).

A questão do acesso à terra é um outro aspecto importante para compreender as desigualdades existentes na economia iraquiana antes da Revolução de 1958 (Pool, 1980; Bromley, 1994). A transformação de uma elite agrária feudal em uma classe capitalista centralizada em Bagdá desmobilizou a estrutura social iraquiana (Batatu, 1978). Esse processo de transformação estrutural acentuou a concentração agrária no país, enriquecendo as classes dominantes e deteriorando a condição socioeconômica da maioria da população (Bromley, 1994; Eppel, 2004). Nesse contexto, Pool (1980) observa que a terra era o principal recurso produtivo e a única fonte de riqueza no Iraque, o que seria a base econômica para a construção da aliança política que dominaria a política iraquiana até a Revolução de 1958.

As reformas otomanas no século XIX introduziram uma série de reformas na distribuição de terras, um processo que foi paralisado pela inserção da economia iraquiana de forma subordinada aos fluxos mundiais de comércio e pelo sistema de alianças e de cooptação construído pelas forças britânicas e pelos seus aliados hachemitas na formação do estado iraquiano. A aliança entre os britânicos e hachemitas, na verdade, tinha como base um sistema de alienação fundiária, no qual os líderes tribais se apropriavam cada vez mais das terras dos camponeses, sobretudo, dos xiitas iraquianos (Batatu, 1978; Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Nos anos 1950, apenas 1% dos proprietários agrícolas concentravam 50% das terras aráveis no Iraque, enquanto que somente 6% dessas terras eram destinadas aos 73% dos camponeses (Eppel, 2004). Essa desigualdade no acesso à terra foi um elemento de grande insatisfação popular e que gerou um grande apoio dos camponeses à revolução (Romero, 2008). Em 1958, o governo de Qasim implementou reformas no setor agrícola, ao abolir as jurisdições tribais sobre a terra, o que pôs fim ao sistema jurídico do feudalismo no Iraque, e ainda conseguiu aprovar a Lei da Reforma Agrária aprovada em setembro do respectivo ano (Dann, 1969).

A Revolução Iraquiana gerou reações externas, principalmente dos EUA, que enviaram fuzileiros navais para o Líbano em julho de 1958, com receio de que a revolução pudesse se espalhar pelo Oriente Médio (Dann, 1969; Yaqub, 2004; Halliday, 2005). Os governos dos EUA e da Grã-Bretanha tinham conhecimento sobre a instabilidade política no Iraque, porém, ambos foram surpreendidos quanto à natureza social da revolução de 1958 e a ascensão dos comunistas como uma importante força social e política (Romero, 2008).

Na visão do conjunto das forças revolucionárias, o principal objetivo da revolução no curto prazo era derrubar a estrutura política e econômica da monarquia hachemita e a dominação britânica sobre o Iraque (Batatu, 1978; Nasser; Amaral, 2020). Nesse sentido, entende-se que a Revolução de 1958 foi um golpe devastador para a influência britânica no Oriente Médio por conta do controle exercido pela Grã-Bretanha sobre o petróleo iraquiano. Para o Império Britânico, o ano de 1958 também foi o ponto alto do Nasserismo no Oriente Médio, o que poderia agravar as tensões nacionalistas no Iraque e em outros países árabes (Freiberger, 2007).

Na esfera comunista, o discurso do PCI era de que forças sociais heterogêneas deveriam ser unir de uma forma pragmática com o objetivo de acabar com o imperialismo britânico e o feudalismo no país. Essa luta contra um inimigo comum foi um elemento de convergência entre parcelas da burguesia nacional desvinculada do imperialismo britânico, os militares e os comunistas na década de 1950 (Dann, 1969). Desta forma, destaca-se qual o conceito de burguesia nacional adotado nesta tese:

Na verdade, o que se deve entender por burguesia nacional é aquela fração da burguesia autóctone que, com base em um certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro, ocupa um lugar relativamente autônomo na estrutura ideológica e política, e exibe dessa forma uma unidade característica (Poulantzas, 1975, p.71; tradução nossa).

No processo de formação estatal, com a criação do Reino do Iraque em 1921, houve a constituição de uma burguesia colonial iraquiana dependente do imperialismo britânico (Pool, 1980). Representadas por um grupo de oficiais britânicos e do grupo político do Rei Faisal I, essa burguesia operava por meio do aparato estatal representado pela figura de Nuri al-Said, constituindo um estado patrimonialista e que se desenvolveu com base nos recursos petrolíferos (Tripp, 1997; Dawisha, 2009). De acordo com Pool, (1980, p.339, tradução nossa), “O fator crucial na construção da carreira política de Faisal foi sua ligação com os britânicos”.

A principal característica da burguesia colonial no Iraque era o grande entrelaçamento entre seus vários estratos, gerando interesses comuns (Hasan, 1970). Por mais que não houvesse uma identidade de classe definida, a burguesia, sobretudo em Bagdá, representava os interesses

de uma classe dominante no aparelho estatal e dependente do imperialismo britânico no Iraque (Batatu, 1978). Observa-se que a noção de classe social abordada nesta tese tem um caráter determinista, ou seja, não é necessário que um conjunto de indivíduos tenham um pertencimento ou identidade de classe, conforme é assinalado no trecho a seguir:

Além disso, este autor aceita a visão de que uma classe não precisa — e de fato não o faz — em todos os momentos de sua existência histórica agir ou sentir-se como uma unidade. Em outras palavras, não precisa ser um grupo organizado e autoconsciente. Mas isso não significa que seja, portanto, meramente uma categoria intelectual, isto é, algo imposto à realidade pela mente. Os membros de uma classe podem não ter consciência de classe em seu comportamento, mas seu comportamento pode, mesmo assim, ser condicionado pela classe (Batatu, 1978, p. 7, tradução nossa).

Na segunda metade dos anos 1950, foi criada uma ampla frente nacional com diversos atores políticos, sendo o PCI o partido mais bem estruturado e com maior apelo junto às classes trabalhadoras. Segundo Dann (1969, p.95, tradução nossa) “Foi a classe trabalhadora, ”liderada pelo Partido Comunista”, que criou as condições para a revolução e garantiu sua consolidação, fornecendo a sequência necessária ao golpe dos oficiais”. Os comunistas foram, portanto, os atores de vanguarda do processo revolucionário em 1958, disseminando o projeto da revolução entre os movimentos estudantis, intelectuais e as classes trabalhadoras (Batatu, 1978).

O caráter de transformação social da Revolução Iraquiana também está ligado ao movimento transnacional Partisans pela Paz, que tinha como bandeira política a defesa de uma paz emancipatória e revolucionária (Goedde, 2019). O papel da paz nos movimentos de libertação nacional era diverso e sujeito a grandes contradições, mas para a esfera comunista, o conceito de paz foi uma ferramenta fundamental para unir atores e agendas transnacionais e locais (Bishop, 2011). A campanha pela paz tinha como objetivo conectar diferentes lutas em uma mesma plataforma emancipatória, ao englobar temas como desarmamento nuclear aos movimentos de libertação nacional. Desta forma, a URSS, através de sua retórica anti-imperialista, defendia que a independência dos povos do Terceiro Mundo, era parte integrante e inseparável do movimento pela paz (Dobrenko, 2016).

As contradições existentes nos Partisans pela Paz estavam associadas às violências que o movimento pela paz carregava consigo na década de 1950, o que se tornou evidente com a repressão soviética ao levante popular na Hungria em 1956 (Wernicke, 2001). Embora a URSS se apresentasse como defensora dos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo, esse apoio escondia a sua própria estratégia para consolidar e expandir a sua influência mundialmente, mesmo que isso escondesse as inúmeras violências empregadas. Desta forma, entende-se que a violência é instrumentalizada de acordo com os objetivos a serem atingidos

pelos movimentos revolucionários (Wernicke, 2001; Goedde, 2019). Com base na abordagem de Fanon (1961), a violência é um fenômeno intrínseco aos processos de descolonização, pois apenas com a violência o colonizado poderia se libertar das amarras do colonialismo, que era visto como uma doença a ser erradicada.

No âmbito dos processos de descolonização no Terceiro Mundo, a luta pela paz tornou-se, portanto, um símbolo de autodeterminação dos povos nos anos 1950 e 1960. Na Conferência de Bandung (1955), os delegados presentes defenderam que a paz estava diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, direitos humanos e autodeterminação (Prashad, 2022). A paz, portanto, exigia a eliminação da pobreza, das dificuldades econômicas e da repressão, que eram remanescentes diretos do colonialismo (Goedde, 2019).

A Guerra Fria produziu disputas materiais e ideológicas em torno das novas nações independentes do Terceiro Mundo, como foi o caso dos países árabes, entre eles, o Iraque (Bishop, 2011). Os Partisans pela Paz, renomeados para Conselho Mundial da Paz em 1950, defendiam uma paz transformadora, livre das armas nucleares e das violências geradas pelo capitalismo (Goedde, 2019). Essa ideia sobre a paz ganhou vários seguidores no Iraque, sendo a paz transformada em um símbolo da luta anti-imperialista contra as forças britânicas, com destaque para a atuação de poetas iraquianos no movimento pela paz e nas revoltas da al-Wathbah em 1948 e a Intifada em 1952 (DeYoung, 1998; Colla, 2015). Portanto, observa-se que “O pacifismo da poesia dos Partisans da Paz era característico da nova poética terceiro-mundista da descolonização” (Jones, 2020, p.141, tradução nossa).

A Guerra Fria impactava nas dinâmicas do Oriente Médio e o Oriente Médio também impactava nas dinâmicas da Guerra Fria, constituindo uma via de mão dupla (Halliday, 2005). Nesse sentido, a decisão do primeiro-ministro da monarquia iraquiana, Nuri al-Said, de aderir ao Pacto de Bagdá foi um claro exemplo do envolvimento do Iraque nas dinâmicas da Guerra Fria e que também tinha o objetivo de conter ameaças no plano regional como o Irã e a Turquia (Tripp, 2007).

O Pacto de Bagdá, formalmente intitulado de Organização do Tratado Central⁵, foi instituído em 1955 como uma aliança de defesa e segurança no Oriente Médio e contou com a participação do Reino do Iraque, da República da Turquia, do Reino Unido, do Paquistão e do Reino do Irã. Nesse contexto, destaca-se também a implementação da Doutrina Eisenhower, por

⁵ THE CENTRAL TREATY ORGANIZATION (CENTO).

meio da intervenção norte-americana no Líbano em 1958, com o objetivo de conter o avanço do comunismo na região (Dann, 1969; Yaqub, 2004). Portanto, nota-se que os eventos ocorridos na segunda metade da década de 1950 simbolizam uma transição na correlação de forças imperialistas no Oriente Médio, no qual a Revolução Iraquiana de 1958 representou a ascensão do Império Estadunidense e a decadência do Império Britânico na região, conforme é assinalado abaixo:

A revolução iraquiana de julho de 1958 foi um divisor de águas na história do Oriente Médio e nas relações da região com o Ocidente. Representou a derrubada da antiga ordem social e agrária e o fim virtual do Império Britânico no Oriente Médio, embora a presença britânica tenha continuado em Aden e no Golfo. Em outro sentido, a crise marcou a ascensão dos Estados Unidos como potência do Oriente Médio, substituindo a Grã-Bretanha (Louis, 1997, p.209, tradução nossa).

Portanto, a Revolução Iraquiana de 1958, do ponto de vista histórico, pode ser caracterizada como uma luta anti-imperialista e anticolonial, que esteve inserida nas disputas materiais e ideológicas da Guerra Fria. Nesse contexto, os atores ligados a essas dinâmicas regionais e internacionais, como o MOL, o PCI e os Partisans pela Paz, encontraram um terreno fértil para atuarem no processo revolucionário iraquiano durante os anos 1950.

1.4 Hipóteses de pesquisa

Esta tese de doutorado tem como principal **hipótese** principal de pesquisa que a Revolução Iraquiana de 1958 foi uma verdadeira revolução social. Esse processo histórico teve início em 1920, quando eclodiu a primeira revolta iraquiana durante o processo de formação do estado iraquiano sob controle britânico. Como **hipótese** secundária, pretende-se demonstrar que esse caráter social da Revolução Iraquiana foi alcançado por conta da atuação de três atores políticos fundamentais no processo revolucionário iraquiano durante os anos 1940 e 1950: o MOL, o PCI e os Partisans pela Paz. Esses três atores políticos atuaram para que a revolução promovesse uma ampla transformação social no Iraque, que foi, em grande parte, interrompida com o golpe contrarrevolucionário em 1963.

O MOL atuou com base na sua força institucional no aparato estatal iraquiano e através do monopólio da violência. Já o PCI e os Partisans pela Paz foram responsáveis pela mobilização popular em diferentes níveis, disseminando as ideias revolucionárias junto ao povo iraquiano. Nesse contexto, a luta pela paz, nos anos 1950, foi um elemento de conexão da

sociedade iraquiana com outros movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo que almejavam uma independência política e econômica.

1.5 Objetivos

Esta tese tem como **objetivo** geral analisar a natureza e o processo histórico da Revolução Iraquiana de 1958. Entre os **objetivos** específicos, o primeiro desafio desta pesquisa é destacar como os principais atores institucionais e políticos atuaram no processo revolucionário iraquiano, sobretudo, nas décadas de 1940 e 1950. Portanto, busca-se também compreender quais as estratégias e os mecanismos utilizados pelos atores revolucionários, tanto do ponto de vista institucional, quanto do ponto de vista da luta política e da mobilização popular.

Em relação ao ator institucional, ou seja, o MOL, dá-se destaque ao papel que os militares tiveram na política iraquiana desde os golpes militares ocorridos nas décadas de 1930 e 1940. Nesse sentido, destaca-se que a ideologia política do nacionalismo e suas vertentes foi um elemento importante na politização dos militares iraquianos. Em relação ao PCI, busca-se analisar a formação do partido nos anos 1930, assim como a sua estrutura e as estratégias utilizadas pelos comunistas para mobilizar o povo iraquiano em torno da causa revolucionária. Por último, pretende-se analisar a atuação do movimento Partisans pela Paz no Iraque, ao aliar a defesa de uma paz antinuclear e emancipatória no plano internacional à luta pela libertação nacional e autodeterminação dos povos no Terceiro Mundo, como foi o caso iraquiano.

1.6 Metodologia

A metodologia desta pesquisa tem como base uma revisão de literatura sobre o processo histórico da revolução iraquiana de 1958. Para compreender esse processo, são destacados os principais atores revolucionários e as suas respectivas ideologias políticas inseridas nos eventos históricos do Iraque entre 1920 e 1958. A obra do historiador marxista palestino Hanna Batatu, “As Antigas Classes Sociais e os Movimentos Revolucionários do Iraque”, publicado em 1978, fornece uma ampla visão sobre os principais acontecimentos no Iraque durante a primeira metade do século XX. As principais fontes de Batatu (1978) tiveram como base os arquivos da polícia iraquiana durante o período monárquico no Iraque, o que pode indicar algum tipo de viés sobre as informações disponibilizadas pelo respectivo autor.

O método do *process tracing*⁶ é utilizado com o objetivo de encontrar as inferências causais em torno da revolução de 1958, destacando os principais atores que atuaram no processo revolucionário, como o MOL, o PCI e os Partisans pela Paz (Bennet, 2010). Segundo Collier (2011), o rastreamento de processos é uma ferramenta analítica para extrair inferências descritivas e causais a partir de evidências que são parte de uma sequência temporal de eventos ou fenômenos. Portanto, nesta pesquisa, o processo histórico da revolução iraquiana é realizado de uma forma descritiva, ao narrar os principais fatos que causaram a revolução, desde a criação do estado iraquiano em 1920 até o golpe estado de 14 de julho de 1958. Nesse contexto, “Para caracterizar um processo, devemos ser capazes de caracterizar as etapas-chave do processo, o que, por sua vez, permite uma boa análise da mudança e da sequência” (Collier, 2011, p.824, tradução nossa).

Desta forma, uma descrição cuidadosa dos fenômenos históricos é fundamental e a inferência causal, seja com ferramentas qualitativas ou quantitativas, depende dela. O envolvimento profundo com o conhecimento do caso no rastreamento de processos pode fornecer uma boa base para abordar essa tarefa (Collier, 2011). Como ferramenta de inferência causal, o rastreamento de processos concentra-se no desenrolar de situações ao longo do tempo. Porém, é impossível compreender esse processo se não conseguimos descrever adequadamente um evento em um determinado momento histórico. De acordo com Collier (2011, p.824, tradução nossa), “O componente descritivo do rastreamento de processos começa não com a observação da mudança ou da sequência, mas sim com a captura de boas imagens instantâneas em uma série de momentos específicos”.

As fontes primárias sobre os atores revolucionários iraquianos foram, principalmente, coletadas nos arquivos da *Central Intelligence Agency* (CIA), disponíveis no website do *Office of the Historian, Foreign Relations of the United States (FRUS)*. Também foram coletadas notícias sobre o Iraque nos anos 1950 e 1960 nas revistas *New Iraq*, a revista oficial do governo iraquiano, e *Iraqi Review*, a revista editada pelo Partido Comunista Iraquiano, que estão disponíveis online no website da Universidade de Exeter. Os documentos oficiais do governo iraquiano, correspondentes às décadas de 1950 e 1960, também foram coletados nos arquivos

⁶ Rastreamento de processos.

digitais disponíveis no *website* da Universidade de Exeter e também através do *website* marxists.org.

1.7 Estrutura da tese

Esta tese de doutorado está estruturada em nove capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No segundo capítulo, são destacadas as principais abordagens teóricas sobre as revoluções, com destaque para os elementos constitutivos e as categorias das revoluções. No terceiro capítulo são assinaladas as principais abordagens críticas sobre a paz, tendo em vista a necessidade de clarificar o modelo de paz defendido pelos Partisans pela Paz. No quarto capítulo, é realizada uma breve análise sobre o papel das elites iraquiana e a estrutura de dependência gerada pelo imperialismo britânico no Iraque. No quinto capítulo, é abordada a transição da ocupação do Iraque entre o Império Otomano e o Império Britânico desde a Primeira Guerra Mundial. Já o sexto capítulo destaca, de uma forma detalhada, o processo de formação do estado iraquiano no âmbito do Mandato Britânico da Mesopotâmia. O sétimo capítulo, por sua vez, está voltado para uma análise dos efeitos políticos e econômicos da Segunda Guerra Mundial no Iraque durante a década de 1940.

No oitavo capítulo, a discussão gira em torno da luta política no Iraque nos anos 1950, com destaque para a atuação dos partidos políticos, a mobilização popular e os eventos que culminaram na derrubada monarquia hachemita e a instauração da república em julho de 1958. O nono capítulo traz uma análise sobre o PCI, assinalando a sua formação histórica, a sua estrutura e diversidade e, sobretudo, a sua atuação no processo revolucionário iraquiano. No décimo capítulo, é abordado a atuação do movimento Partisans pela Paz na Revolução Iraquiana de 1958, com uma abordagem histórica sobre a luta pela paz no âmbito da Guerra Fria e a sua conexão com a URSS e os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo.

2 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE AS REVOLUÇÕES

2.1 Uma breve introdução sobre o estudo das revoluções

A análise teórica desta tese estrutura-se em três eixos conceituais que visam explicar a intersecção entre paz e revolução no processo revolucionário iraquiano da década de 1950. Embora as revoluções sejam centrais para as RI, a respectiva disciplina frequentemente as relega a uma posição marginal em comparação ao estudo das guerras (Halliday, 1999). No âmbito do Terceiro Mundo, os conflitos sociais foram catalisadores fundamentais da Guerra Fria, mas ainda permanecem como temas pouco explorados, especialmente no que tange aos atores revolucionários no Oriente Médio (Halliday, 1999).

O ponto de partida teórico desta tese está voltado para uma análise ampla da revolução iraquiana, com destaque para as suas causas e consequências históricas. Portanto, torna-se necessário analisar quais foram os atores, ideologias e as estratégias revolucionárias utilizadas para derrubar a monarquia em 14 de julho de 1958. Desta forma, adota-se nesta tese uma análise multidimensional que contemple as políticas das grandes potências, as relações regionais e a evolução das forças no plano interno. Como afirma Halliday (1999), as revoluções não ocorrem no vácuo, elas emergem quando regimes não conseguem gerir pressões internacionais e crises econômicas, criando um caos que é aproveitado por atores com recursos e apoio popular.

O conceito de revolução é um dos mais complexos nas RI, evoluindo drasticamente desde a antiguidade até a modernidade. Originalmente, o conceito de revolução era fundamentado na astronomia, referindo-se ao movimento cíclico e inelutável dos astros e o termo não possuía um sinônimo exato entre os filósofos gregos (Dunn, 1972). Nesse contexto, Aristóteles utilizava o termo *metabole* para descrever a mudança política e *stasis* para a discórdia social ou revolta. Historiadores como Políbio formularam a ideia sobre um ciclo de revoluções, onde as constituições passariam por transformações naturais e retornariam ao ponto de partida (Halliday, 1999).

A transição para o sentido moderno das revoluções como uma ruptura radical ocorreu principalmente com as Revoluções Americana e Francesa (Halliday, 1999; Lawson, 2019). Enquanto o termo italiano *rivoluzione* significava originalmente “girar em círculo” ou retornar, após 1789 a revolução passou a ser vista como um ato orientado para o futuro, um projeto para construir uma nova ordem social e política sem precedentes. Atualmente, a revolução pode ser definida como um esforço para transformar as instituições políticas e as justificativas da autoridade, acompanhado de uma mobilização popular que desafia o poder estabelecido

(Halliday, 1999). Desta forma, são destacados a seguir as principais correntes teóricas sobre as revoluções nas RI, que são úteis para analisar a Revolução Iraquiana de 1958.

2.2 A centralidade e o caráter internacional das revoluções

A disciplina das RI mantém historicamente uma relação desconfortável e de desatenção mútua com o fenômeno das revoluções (Halliday, 1999). Embora Arendt (1963), tenha afirmado que o século XX foi moldado pelas guerras e pelas revoluções, esses dois processos recebem tratamentos muito distintos dentro da pesquisa institucionalizada das RI. Enquanto as guerras são tidas como elementos centrais, as revoluções são frequentemente subestimadas ou vistas apenas como um colapso temporário em um mundo ordenado (Halliday, 1999).

No âmbito das RI, as revoluções são consideradas como eventos inerentemente internacionais em sua origem, ideologia e efeito (Anievas, 2010). Com base em uma perspectiva marxista, Halliday (2007) aborda a revolução como uma sexta grande potência, capaz de desafiar as normas do sistema dos Estados e forçar a reconfiguração do sistema internacional. Desta forma, a dinâmica internacional manifesta-se através do desenvolvimento desigual e combinado, onde pressões militares e econômicas dos países mais avançados forçam regimes considerados atrasados a tentativas de modernização que frequentemente geram instabilidade (Anievas, 2010). Além disso, as revoluções tendem a provocar contrarrevoluções internacionais e guerras, pois os regimes revolucionários frequentemente buscam exportar sua ideologia, enquanto as potências hegemônicas tentam conter a internacionalização da revolução (Halliday, 1999).

Fatores internacionais promovem as revoluções fundamentalmente através do enfraquecimento dos Estados, o que ocorre por meio de guerras, crises econômicas internacionais que destroem ordens tradicionais e a competição interestatal que exige uma mobilização de recursos que o Estado não consegue sustentar, provocando conflitos sociais (Halliday, 1999). Um exemplo notório, destacado por Halliday (1999), é o da África do Sul, onde o Estado só começou a mudar no final da década de 1980, quando pressões econômicas externas e o boicote de investimentos ameaçaram a existência do regime político. Portanto, embora os Estados tentem usar recursos internacionais para se manter, eles podem acabar enfraquecidos por suas próprias atividades e alianças externas (Halliday, 1999).

Uma vez no poder, os regimes revolucionários enfrentam a contradição de ter que sobreviver em um sistema estatal que eles muitas vezes repudiam, o que leva à adoção de uma

política dupla, ou seja, a combinação do apoio à revolução no exterior com a manutenção de relações diplomáticas com outros Estados para garantir a sobrevivência da revolução (Halliday, 1999). Nesse contexto, a trajetória da política externa revolucionária geralmente segue quatro estágios principais: 1. Um período de uma paz breve e relativa, no qual há relações relativamente cordiais, fruto da surpresa do evento; 2. Uma fase de confronto, com choques militares com forças intervencionistas e apelos à revolta global; 3. Uma etapa de acomodação, onde há uma diminuição das tensões e restauração de laços diplomáticos e comerciais por necessidades econômicas e 4. Um estágio conflituoso de longa duração, no qual as divergências estatais continuam a gerar atritos, mesmo com a existência de acordos diplomáticos (Halliday, 1999).

Nota-se, portanto, que a guerra e a revolução são processos interligados e formativos da história internacional. Para os atores revolucionários, a guerra é frequentemente vista como um instrumento de libertação ou como a “locomotiva da história”, na linguagem marxista. Entretanto, a tentativa de exportar a revolução por uma via violenta raramente obteve sucesso duradouro sem um conflito interestatal preexistente, como ocorreu com a expansão soviética na Europa Oriental após a Segunda Guerra Mundial (Halliday, 1999).

De uma forma geral, pode-se afirmar que as revoluções provocam quase que inevitavelmente contrarrevoluções internacionais. De acordo com Hobsbawm (1986), as revoluções e as contrarrevoluções são termos dialeticamente relacionados e não opostos. Nesse sentido, as grandes potências pertencentes ao *status quo* sentem-se compelidas a intervir para proteger sua credibilidade e evitar a aplicação da teoria do dominó (Halliday, 1999). Contudo, regimes revolucionários demonstram uma capacidade extraordinária de mobilização defensiva. De acordo com Halliday (1999), a lição “Nunca invada uma revolução” resume como as nações mais poderosas, ao serem atacadas, conseguem aumentar o controle governamental e a legitimidade interna para repelir invasores, como nos contextos revolucionários na França em 1792 e no Irã em 1980.

Embora muitas revoluções tenham falhado em seus objetivos utópicos ou tenham sucumbido a pressões sistêmicas, seu impacto nas RI é considerado como permanente. A competição entre o modelo comunista e o capitalista forçou os países ocidentais a adotarem reformas sociais, como o sufrágio universal e o estado de bem-estar social, para evitar levantes internos durante a Guerra Fria. Além disso, o apoio da URSS aos movimentos revolucionários foi um motor crucial para os processos de descolonização no Terceiro Mundo (Halliday, 1999).

Portanto, as revoluções são fenômenos recorrentes no campo das RI, embora o tema ainda careça de uma maior atenção por parte da academia (Halliday, 2007; Lawson, 2011). As

revoluções têm uma existência marginal no estudo das RI, o que também é uma realidade em relação ao Terceiro Mundo, conforme é observado por Halliday (1990, p.208, tradução nossa), “Pouca atenção é dada aos conflitos sociais e políticos do Terceiro Mundo que, longe de constituírem outra dimensão secundária da Guerra Fria, foram fundamentais para ela e um importante catalisador da própria corrida armamentista nuclear.” É importante também ressaltar que o estudo sobre as revoluções árabes no Oriente Médio encaixam nesse perfil apontado por Halliday (1990) como uma temática esquecida na disciplina das RI, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Há grandes lacunas em nosso conhecimento sobre as origens sociais e os resultados sociais das revoluções árabes. Surpreendentemente, não há um único estudo sistemático e aprofundado sobre as raízes sociais ou os relacionamentos dos cerca de 200 oficiais livres que realizaram o golpe de 1952 no Egito. Da mesma forma, sabe-se relativamente pouco sobre as famílias dos governantes da Síria e do Iraque e a importância dessas famílias como unidades de interação política e econômica (Batatu, 1983, p.1, tradução nossa).

De acordo com Halliday (1999), algumas generalizações podem ser feitas em relação às revoluções em quatro áreas distintas: (1) as causas das revoluções, com um destaque para os fatores internacionais; (2) a questão da política externa e como os estados revolucionários se comportam no sistema internacional; (3) as reações geradas pelos outros estados em relação às revoluções e (4) o processo formativo das revoluções, ou seja, como as revoluções são moldadas no longo prazo, tendo em conta os fatores internacionais, o sistema como um todo e o desenvolvimento interno nos estados no período pós-revolução (Halliday, 1999).

Desta forma, a dimensão internacional é uma característica intrínseca às revoluções, tendo em conta que “As revoluções são eventos internacionais em suas causas e efeitos e apresentam um grau impressionante de uniformidade” (Halliday, 1990, p.213, tradução nossa). Nesse contexto, o fator internacional é um desencadeador de revoluções, porém, Halliday (1990) atribui uma ênfase maior ao processo de enfraquecimento das estruturas estatais, que podem ocorrer por meio de guerras e conflitos de menor intensidade, como também através de crises na ordem econômica internacional.

Porém, a dimensão internacional não é suficiente para compreender os processos históricos marcados pela ocupação do colonialismo e do imperialismo. Nas análises feitas sobre a política doméstica e internacional, de uma região sujeita à dominação estrangeira, como é o caso do Oriente Médio, é natural que tentemos atribuir tudo às forças externas (Halliday, 2005). Nesse sentido, o desafio proposto nesta tese, é utilizar uma análise ampla que contenha todas as três camadas das RI, ou seja, as políticas das grandes potências, o desenvolvimento das relações

entre os Estados no plano regional e a evolução das forças transnacionais e internas (Halliday, 2005).

De acordo com Lawson (2011), os fenômenos revolucionários tendem a ocorrer em épocas de grande tensão internacional, quando a eficácia do Estado é ameaçada não apenas por processos internos, mas também por pressões externas, como conflitos internacionais e crises econômicas. Lawson (2011) também destaca um importante trecho sobre a perspectiva de Mao Tse-Tung sobre as revoluções: “Há um grande caos sob o céu; a situação é excelente”. Portanto, podemos observar que as condições revolucionárias surgem em Estados nos quais o regime no poder não consegue lidar de forma eficaz com as tensões internacionais que, por sua vez, são aproveitadas por atores revolucionários que contam recursos suficientes e apoios sociais relevantes no plano interno (Lawson, 2011).

Halliday (1999) então propõe que o estudo sobre as revoluções nas RI deve englobar três grandes dimensões de pesquisa. Em primeiro lugar, temos a dimensão histórica, na qual busca-se determinar o lugar e a influência das revoluções na história do sistema internacional, especialmente na formação do ambiente político do século XX. Halliday (1999) ressalta que, nesta dimensão, o papel formativo das revoluções tem sido sistematicamente subestimado pela pesquisa institucionalizada das RI. Em segundo lugar, há a dimensão descritiva que propõe a análise das próprias dimensões internacionais das revoluções, tentando identificar regularidades no comportamento político envolvido nesses processos. Embora a perspectiva realista presuma já conhecer tais regularidades, ainda há muito por desvendar sobre como as revoluções operam no plano internacional (Halliday, 1999).

A terceira dimensão teórica considerada por Halliday (1999) como a mais importante, por destacar as questões teóricas que os fenômenos revolucionários impõe às RI, exige uma análise sobre como os paradigmas estabelecidos da disciplina lidam com as revoluções, além de sugerir um processo de via dupla: examinar não apenas como as revoluções afetam o sistema internacional, mas também como o sistema internacional desafia as explicações sociológicas e políticas tradicionais sobre o que consiste uma revolução (Halliday, 1999). Segundo Halliday (1999), essas três dimensões visam corrigir a desatenção mútua histórica entre o estudo das revoluções e a teoria das RI, integrando o fenômeno revolucionário como um elemento constitutivo da respectiva disciplina e não meramente como um elemento marginal da política internacional. A análise das revoluções exige, portanto, uma distinção entre causas profundas e as ocasiões imediatas, tendo em conta que diversos teóricos propõem modelos para explicar por que os sistemas sociais entram em colapso.

2.3 Os elementos constitutivos e as categorias das revoluções

Segundo a abordagem teórica de Johnson (1966), as revoluções podem ser classificadas de acordo com o papel exercido pelas ideologias dos movimentos e nos níveis de organização sociopolítica sobre os quais elas incidem. Nesse sentido, Johnson (1966) estabelece uma distinção fundamental entre rebelião e revolução, tratando-as como dois polos distintos em um processo de transformação social. Enquanto a rebelião é vista como um tipo de cirurgia social para remover governantes injustos e restaurar uma ordem anterior, a revolução é motivada por uma ideologia que visa criar uma nova estrutura social sem precedentes. De acordo com Johnson (1966), essas mudanças são classificadas em três níveis de profundidade: no nível governamental, no nível do regime político e no nível comunitário.

O primeiro nível refere-se ao governo, onde ocorrem as rebeliões consideradas simples, que buscam apenas substituir indivíduos em posições de autoridade sem alterar os princípios fundamentais da sociedade (Johnson, 1966). O segundo nível está associado ao regime político, no qual situam-se as rebeliões ideológicas e as revoluções restritas, que visam mudar as regras fundamentais do sistema político e os códigos normativos. O terceiro nível está ligado a uma transformação mais ampla, onde ocorrem as chamadas revoluções totais, que representam o grau mais profundo de mudança ao suplantam toda a estrutura de valores e a divisão do trabalho social (Johnson, 1966). Por último, Johnson (1966) também considera uma classificação baseada em táticas de violência, como o golpe de Estado, a insurreição popular e a guerra de guerrilha, embora argumente que essa abordagem seja reducionista por ignorar os fatores ideológicos subjacentes.

Nesse contexto, Johnson (1966) propõe que a revolução não é um fenômeno puramente político e isolado, mas sim uma forma específica de mudança inseparável do contexto social em que ocorre. Uma das principais contribuições teóricas de Johnson (1966) reside na construção de um modelo que sintetiza as teorias de coerção e de valores para compreender a integração e o colapso das sociedades. Desta forma, um sistema social estável funciona como uma comunidade moral, na qual os membros compartilham uma estrutura de valores que legitima a divisão do trabalho e as desigualdades inerentes à organização social (Johnson, 1966).

A revolução é, portanto, desencadeada quando ocorre uma dessincronização entre a estrutura de valores do sistema social e o seu ambiente material, como a divisão do trabalho, gerando um estado de desequilíbrio sistêmico. Nesse sentido, Johnson (1966) estabelece uma fórmula causal para a ocorrência de uma revolução, composta por três elementos: deflação de

poder, a perda de autoridade e a intervenção de um mecanismo acelerador. A deflação de poder ocorre quando a integração do sistema, em meio a mudanças, passa a depender do uso da violência pelas elites políticas, em vez da busca por um consenso voluntário (Johnson, 1966).

Já a perda de autoridade manifesta-se quando a elite governante é incapaz de restaurar o equilíbrio ou de adotar políticas que mantenham a confiança da população, tornando o uso da violência pelas elites políticas como algo ilegítimo aos olhos dos cidadãos. Por último, temos um mecanismo acelerador, que pode ser um evento específico e pontual, como uma derrota militar, um motim ou uma crise econômica, que expõe a incapacidade das elites em manter o monopólio da violência estatal, funcionando como um estopim da insurreição (Johnson, 1966).

Nesse contexto, Johnson (1966) observa que o processo revolucionário é frequentemente catalisado por um acelerador, um evento súbito, como um golpe militar que priva a elite política e econômica de sua capacidade de usar as forças armadas para suprimir as dissidências entre as massas. A revolução é, portanto, completada apenas quando uma nova elite política consegue criar organizações, como um exército ou partido revolucionário, capazes de restaurar a ordem e institucionalizar uma nova estrutura política. O estudo das revoluções constitui, portanto, um dos campos mais dinâmicos e contestados da ciência política e da sociologia histórica, abrangendo desde a análise de mudanças institucionais bruscas até transformações profundas na estrutura de classes e nos sistemas de valores de uma sociedade (Johnson, 1966).

Portanto, Johnson (1966) argumenta que a revolução só é contemplada quando um sistema social passa por uma mudança estrutural radical e perde seu equilíbrio. Nesse contexto, o fator central é a ideia de deflação de poder, onde a integração do sistema passa a depender excessivamente da força em vez do consenso sobre valores. Johnson (1966) integra, portanto, a dimensão psicológica ao processo revolucionário através do conceito de revitalização, explicando como o estresse e a desilusão individual aumentam quando os integrantes de uma determinada sociedade percebem que o sistema não consegue mais satisfazer valores essenciais para o seu bem-estar social. Essa última dimensão teórica apresentada por Johnson (1966), está, de certa forma, próxima ao conceito de privação relativa delineada por Gurr (1970).

Segundo a abordagem de Tilly (1973), há um deslocamento do foco de análise sobre a psicologia das massas para o conflito político organizado. Desta forma, a revolução é definida por Tilly (1973) como uma situação de soberania múltipla, que surge quando um governo perde o controle sobre uma população e passa a enfrentar reivindicações exclusivas e concorrentes de controle sobre o aparelho estatal por parte de dois ou mais blocos de contendores. Nesse sentido, três condições seriam necessárias para o advento da revolução: o surgimento de candidatos a

membros da elite com reivindicações alternativas, o compromisso de um segmento significativo da população com essas reivindicações e a incapacidade do governo de suprimir essa coalizão alternativa. O sucesso de uma revolução dependeria, portanto, da capacidade das novas elites políticas em construir organizações institucionais, como exércitos ou partidos políticos, capazes de restaurar o controle e institucionalizar uma nova ordem social (Tilly, 1973).

A tradição marxista situa a revolução como um elemento fundamental no desenvolvimento histórico, ocorrendo quando as forças produtivas entram em conflito com as relações de produção existentes (Halliday, 1999). Nesse contexto, Marx (2012) compreendia a revolução como a vitória de uma classe sobre outra para eliminar a exploração embutida no sistema econômico. Desta forma, a classe trabalhadora, devido à sua posição no sistema capitalista, seria a única capaz de instaurar uma sociedade sem classes (Halliday, 1999). Portanto, os fenômenos revolucionários estão diretamente ligados à luta de classes no desenvolvimento histórico capitalista.

De acordo com Marx (2012), a base social das coalizões revolucionárias é definida fundamentalmente pela relação dos indivíduos com os meios de produção, ou seja, a revolução não é o resultado de tensões generalizadas, mas, sim, o trabalho organizado de coalizões temporárias entre classes específicas. Marx (2012) identificava os atores políticos a partir da posição que ocupavam na sociedade, ou seja, nas classes sociais, analisando seus interesses básicos, aspirações e prontidão coletiva para a ação a partir da organização da produção. Nesse contexto, Marx (2012) descreveu a revolução como uma aliança entre o proletariado, a pequena burguesia e um fragmento esclarecido da burguesia, ou seja, os intelectuais. Para que esses grupos formassem uma base revolucionária, seria necessário apresentar um alto grau de comunicação interna, consciência de interesses comuns e uma visão coletiva de mudanças futuras. A solidariedade dentro desses grupos e os conflitos de interesse, são, portanto, fatores que se reforçam mutuamente durante o processo revolucionário (Tilly, 1978).

Nesse contexto, a base social de cada classe funciona como um limitador de sua visão revolucionária (Tilly, 1978). Segundo a perspectiva marxiana, os interesses específicos de cada classe dentro da coalizão revolucionária poderiam controlar sua atividade e, por vezes, impedir que as metas revolucionárias fossem plenamente cumpridas (Marx, 2012). A base social revolucionária se manifestaria, portanto, quando um grupo deixasse de ser uma coleção passiva de indivíduos para participar ativamente na vida pública, processo facilitado por ideologias que capturam e formulam seus problemas. Portanto, de acordo com a análise marxiana a ação coletiva está inserida no âmbito da organização da produção, onde objetivos e crenças

compartilhados surgem de interesses mediados pela estrutura interna de cada classe e da relação social com as outras classes (Marx, 2012).

Nesse contexto, Tilly (1978) destaca que a elaboração de novas ideologias e teorias sobre o funcionamento do mundo é parte integrante da mobilização revolucionária. Quando essas ideologias capturam e formulam os problemas vividos pelos grupos desafiadores, elas aceleram a mobilização e a mudança de direção política desses grupos (Tilly, 1978). A mediação dos intelectuais é, portanto, indispensável para fornecer às classes dominadas uma linguagem e meios de expressão que as tornem conscientes de sua subordinação e exploração. Nesse sentido, a formação de amplas coalizões entre intelectuais e o proletariado é um dos fatores fundamentais para acelerar um processo revolucionário, nas quais a deserção dos intelectuais de seus cargos ocupados nos governos é vista como um presságio de situações revolucionárias em desenvolvimento (Tilly, 1978).

De acordo com a abordagem teórica de Tilly (1978), a mobilização popular segue uma sequência idealizada que se inicia com a mobilização gradual de grupos que competem entre si e cujas reivindicações são inaceitáveis para o sistema político vigente. Essa fase inicial é seguida por um aumento no número de indivíduos que desafiam a existência do sistema político, o que gera uma expansão da coalizão revolucionária. Com base na tática leninista, a mobilização também envolve a penetração em organizações já estabelecidas e legalizadas, como sindicatos de trabalhadores, visando ampliar a influência sobre as massas e transformar a luta socioeconômica em um esforço consciente de influência política (Tilly, 1978).

Nesse contexto, Tilly (1978) ainda observa que os grupos que se mobilizam rapidamente durante o processo revolucionário frequentemente sofrem uma desmobilização acelerada após a tomada do poder. Isso geralmente ocorre devido à falta de organização dos atores revolucionários para gerir os recursos e manter o poder após o êxito da revolução. O revolucionário deve formar, portanto, uma coalizão mínima necessária para vencer, mas deve forçar os seus aliados a romperem totalmente com o antigo regime para garantir uma transferência real de poder (Tilly, 1978).

Com base na perspectiva teórica de Goldstone (1980), as revoluções são causadas pela ocorrência de três fatores: (1) uma crise econômica no âmbito do Estado, (2) amplas divisões entre as elites, envolvendo alienação e competição e (3) um alto potencial de mobilização devido à insatisfação popular. Nesse contexto, Goldstone (1980) afirma que as teorias da revolução podem ser divididas em quatro gerações distintas. A primeira geração das abordagens teóricas, compreendida entre 1900 e 1940, teve como foco a descrição histórica e a busca por padrões recorrentes. Já a segunda geração está associada ao período 1940-1975 e utilizava

modelos da psicologia social e do funcionalismo. Destacam-se nessa geração, a teoria da privação relativa de Gurr (1970), o hiato entre expectativas e realizações e o modelo de desequilíbrio sistêmico de Johnson (1966), onde a revolução surge quando o sistema de valores e o ambiente social perdem a sincronia (Goldstone, 1980).

Segundo Goldstone (1980), a terceira geração das teorias da revolução tem como principal contribuição teórica a abordagem estruturalista de Skocpol (1979), desenvolvida entre 1975 e 1990. Skocpol (1979) desenvolve um enfoque amplo sobre os processos revolucionários, ao abordar o caráter social e transformador das revoluções por meio de um estudo comparativo entre as revoluções francesa, russa e chinesa. Com base no trabalho de Johnson (1966), Skocpol (1979) observa que “as revoluções não são feitas, elas vêm”, resultando de crises em burocracias agrárias onde a pressão militar internacional incapacita o Estado, permitindo que revoltas camponesas autônomas destruam a ordem vigente. Nota-se, portanto, que Skocpol (1979) rompe com as teorias segundo as quais o Estado é um mero reflexo das lutas de classe, tratando-o como uma organização administrativa e coerciva autônoma que extrai recursos e mantém a ordem.

Nesse contexto, também é importante destacar a quarta geração das revoluções de Goldstone (1980), que corresponde à década de 1990 até os dias atuais e busca integrar agência, ideologia e processos relacionais. Nesse contexto, Goldstone (2001) e Lawson (2019) tratam as revoluções como fenômenos emergentes, analisando-os como redes de oposição, narrativas de injustiça e conjunturas internacionais específicas que interagem entre si para derrubar regimes estáveis.

As quatro categorias das revoluções de Goldstone (2001) também podem ser destacadas da seguinte forma. Em primeiro lugar, temos as chamadas grandes revoluções, ou seja, os movimentos que promovem transformações rápidas e fundamentais tanto nas instituições políticas quanto nas estruturas econômicas e sociais. O exemplo emblemático dessa categoria é a Revolução Francesa de 1789. Em segundo lugar, assinala-se a categoria das revoluções políticas que se concentram na mudança das instituições estatais e o regime político, sem necessariamente alterar as estruturas de classe ou a organização econômica da sociedade (Goldstone, 2001). A terceira categoria está associada às revoluções sociais, que se caracterizam por envolverem revoltas autônomas das classes baixas, ou seja, as revoltas vindas de baixo que participam ativamente do processo de transformação estrutural. Por último, destacam-se as revoluções de elite ou revoluções de cima, que ocorrem quando reformas abrangentes são implementadas por membros da própria elite governante, mas que mantêm o controle direto

sobre a mobilização popular para realizar mudanças profundas sem perder a liderança do processo (Goldstone, 2001).

A abordagem estruturalista de Skocpol (1979) é uma das principais bases teóricas desta tese, com a finalidade de compreender de uma forma ampla a Revolução Iraquiana de 1958. De acordo com Skocpol (1979), as revoluções sociais não são meros movimentos ideológicos, mas resultam de crises políticas centradas na estrutura do Estado. As revoluções ocorrem em sistemas econômicos-burocráticos agrários quando pressões militares internacionais expõem fraquezas institucionais, levando à paralisia administrativa e abrindo espaço para revoltas camponesas com relativa autonomia (Skocpol, 1979).

As revoluções sociais são, portanto, eventos raros, porém marcantes, na história moderna (Skocpol, 1979). Desta forma, pretende-se analisar brevemente as revoluções sociais na sua totalidade, ou seja, através de uma abordagem estruturalista. Destaca-se que o objetivo desta seção teórica não é elaborar uma discussão exaustiva sobre as revoluções nas RI, mas sim apresentar os principais marcos teóricos úteis para compreender a natureza da Revolução Iraquiana de 1958 e o seu enquadramento como uma revolução social (Romero, 2008). Desta forma, é destacado a seguir uma definição sobre as revoluções sociais de acordo com a perspectiva estruturalista:

As revoluções sociais são transformações rápidas e básicas das estruturas de estado e de classe de uma sociedade; elas são acompanhadas e, em parte, realizadas por revoltas de classe vindas de baixo. As revoluções sociais se distinguem de outros tipos de conflitos e processos transformadores principalmente pela combinação de duas coincidências: a coincidência da mudança estrutural da sociedade com o levante de classe e a coincidência da transformação política com a social (Skocpol, 1979, p.4, tradução nossa).

Portanto, com base na abordagem estruturalista, destaca-se que as revoluções são fenômenos sociais, políticos e econômicos bastante complexos e que envolvem atores e processos históricos distintos. Desta forma, os eventos revolucionários devem ser analisados de forma mais ampla a partir das transformações estruturais, conforme o argumento a seguir:

Se nossa intenção é entender conflitos e mudanças em larga escala (...) não podemos progredir começando com objetos de explicação que isolam apenas os aspectos que esses eventos revolucionários compartilham com, por exemplo, tumultos ou golpes de Estado. Devemos olhar para as revoluções como um todo, em toda a sua complexidade (Skocpol, 1979, p.5, tradução nossa).

Portanto, nota-se que a abordagem estruturalista de Skocpol (1979) é influenciada diretamente pela perspectiva marxista sobre as revoluções e, o consequente papel da violência

nos processos históricos de transformação social e da luta de classes, conforme a observação feita no trecho a seguir:

Marx entendia as revoluções não como episódios isolados de violência ou conflito, mas como movimentos baseados em classes que surgiam de contradições estruturais objetivas dentro de sociedades em desenvolvimento histórico e inerentemente conflituosas (Skocpol, 1979, p. 7, tradução nossa).

Desta forma, Skocpol (1979) discorre sobre a perspectiva marxista, de que as relações de classes são naturalmente conflituosas, provocando mudanças na configuração das forças sociais e suas contradições, conforme a respectiva autora destaca a seguir:

A concepção marxista das relações de classe como enraizadas no controle da propriedade produtiva e na apropriação dos excedentes econômicos dos produtores diretos pelos não produtores é, na minha opinião, uma ferramenta teórica indispensável para identificar um tipo de contradição básica na sociedade. As relações de classe são sempre uma fonte potencial de conflito social e político padronizado, e os conflitos de classe e as mudanças nas relações de classe de fato figuram de forma proeminente nas transformações social-revolucionárias bem-sucedidas (Skocpol, 1979, p.13, tradução nossa).

Outro ponto a ser mencionado é que os efeitos das revoluções sociais são sentidos não apenas no contexto revolucionário, mas também na esfera contrarrevolucionária (Hermassi, 1976; Skocpol, 1979). As transformações geradas pelos processos revolucionários impactam, portanto, nas relações de poder existentes entre os atores dos regimes atingidos com os novos eventos. É nesse contexto que as elites e classes sociais que dominam o aparato estatal passam a agir para frear o ímpeto revolucionário e voltar ao *status quo* anterior (Hermassi, 1976).

Nesse contexto, Halliday (1990) aborda as revoluções e as contrarrevoluções nas RI sob uma perspectiva dialética. A discussão sobre o que provoca o quê, as revoluções ou as contrarrevoluções, é, historicamente, uma análise equivocada: ambos os processos começam, por motivos internos e sistêmicos, e, alimentando-se mutuamente, levam ao confronto. Se o internacionalismo revolucionário é um resultado quase universal das revoluções, o mesmo ocorre com seu antagonista, o internacionalismo contrarrevolucionário, ou seja, a tentativa das grandes potências contrarrevolucionárias de conter a disseminação ou até mesmo aniquilar as revoluções (Halliday, 1990).

Historicamente, as revoluções que tiveram êxito dependeram da formação de coalizões com uma força substancial para derrubar os regimes políticos detentores do poder (Tilly, 1978). De acordo com Goodwin e Skocpol (1989, p.492, tradução nossa), “Os surtos revolucionários e as tomadas de poder geralmente são realizados por coalizões, alianças ou conjunturas de lutas que atravessam as divisões entre áreas urbanas e rurais, entre diferentes classes sociais e grupos

étnicos.” Um ponto que pode ser favorável aos movimentos revolucionários têm a ver com a dificuldade do controle territorial pelos aparatos repressivos estatais, ou seja, para os revolucionários, a situação ideal é enfrentar um aparato estatal que não tenha um forte controle sobre todo o território e suas fronteiras (Goodwin; Skocpol, 1989).

Nesse contexto, o papel das ideologias é fundamental para o sucesso das coalizões revolucionárias (Skocpol, 1979; Goodwin; Skocpol, 1989). Os atores que atuam na vanguarda revolucionária tendem a disseminar ideias que se tornam amplamente aceitas por diferentes setores da população que buscam uma mudança no regime político. No caso específico das revoluções no Terceiro Mundo, observa-se que:

Não é de surpreender que as coalizões revolucionárias tendam a se formar em torno de discursos nacionalistas, populistas ou religiosos preexistentes que legitimam a resistência à tirania e, igualmente importante, são capazes de agregar uma ampla gama de classes e estratos sociais. O nacionalismo, em particular, provou ser uma força mais inclusiva e poderosa para a mobilização revolucionária do que a luta de classes sozinha. [...] Ironicamente, então, os grupos marxistas do Terceiro Mundo geralmente têm sido mais bem-sucedidos quando não enfatizam a luta de classes e, em vez disso, enfatizam a meta de libertação nacional - ou, pelo menos, quando tentam mobilizar diferentes tipos de pessoas por meio do uso seletivo de apelos nacionalistas e de classe (Goodwin; Skocpol, 1989, p.493, tradução nossa).

Destaca-se ainda que, no contexto das ondas de descolonização do Terceiro Mundo, a ideia de revolução teve uma amplitude maior do que a propaganda pelos movimentos comunistas (Halliday, 1999). Ou seja, à medida que o nacionalismo começou a se desenvolver na segunda metade do século XIX, as ideias sobre independência nacional e revolução passaram a estar diretamente inter-relacionadas (Halliday, 1999). Nesse contexto, Westad (2005) destaca que os movimentos nacionalistas, direcionados principalmente contra intervenções e ocupações estrangeiras, têm sido a arma defensiva de maior alcance em muitas revoluções do Terceiro Mundo.

Outra característica das coalizões revolucionárias é o tipo de política implementada pelos regimes que estão no poder (Goodwin; Skocpol, 1989). Nesse sentido, Lipset (1983, p.6, tradução nossa) observa que “Quanto maior a duração e a intensidade da repressão estatal aos direitos econômicos e políticos da classe trabalhadora, maior a probabilidade de os trabalhadores responderem favoravelmente à doutrina revolucionária”. Goodwin e Skocpol (1989, p.495, tradução nossa) adotam a mesma perspectiva de Lipset (1983), ao afirmarem que “Em igualdade de condições, quanto mais restrito for o regime e quanto mais repressivo for, mais ampla será a coalizão potencialmente disponível para ser mobilizada pelos revolucionários”. Nesse sentido, o papel dos sindicatos de trabalhadores e dos intelectuais é

fundamental para que os atores revolucionários tenham meios e canais de mobilização (Lipset, 1983).

Ao aplicar a abordagem estruturalista à Revolução Iraniana de 1979, Skocpol (1982) argumenta que no caso do Irã houve uma ampla mobilização popular capaz de transformar as relações socioculturais e socioeconômicas do país, o que caracteriza a revolução iraniana como uma típica revolução social. No entanto, a respectiva autora ressalta que na maioria dos países do Terceiro Mundo, é difícil diferenciar a revolução política da revolução social de uma forma clara, pois o aparato estatal e suas elites são figuras centrais no controle sobre a economia (Skocpol, 1982).

Um importante exemplo de mobilização revolucionária são as greves, que na perspectiva de Luxemburg (2020), são concebidas como uma forma universal da luta de classes e que resultam do atual estágio de desenvolvimento capitalista e das relações de classe. Esse trabalho de conscientização das classes sobre a importância da mobilização popular deveria ser feito por intermédio dos partidos políticos revolucionários e dos sindicatos de trabalhadores (Luxemburg, 2020). Nesse sentido, Skocpol (1979) destaca que as novas revoluções sociais permitiram que a descolonização em países neocoloniais, como no Vietnã e em Cuba, rompessem a estrutura de extrema dependência. No caso iraquiano, a revolução promoveu grandes transformações no país, que foram interrompidas, não em sua totalidade, a partir do golpe de estado de 1963 liderado pelos pan-arabistas e pelo Partido Baath (Batatu, 1978; Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

No âmbito das principais abordagens teóricas da revolução, Skocpol (1979) analisa de forma crítica as teorias que são consideradas pela respectiva autora como generalistas ou focadas no comportamento dos indivíduos frente a distribuição de recursos em uma determinada sociedade. Nesse sentido, Skocpol (1979) considera que a abordagem teórica de autores como Johnson (1966), Gurr (1970) e Tilly (1978), são insuficientes para explicar o fenômeno das revoluções sociais, pois carecem de uma análise mais aprofundada, que segundo Skocpol (1979), seria a perspectiva estruturalista:

Evidentemente, a concepção de revolução social usada aqui se baseia fortemente nas ênfases marxistas na mudança social-estrutural e no conflito de classes. E ela se recusa a abstrair das questões de transformação estrutural, como fazem Gurr e Tilly, ou a fazer da reorientação dos valores sociais a chave para a mudança social revolucionária, como faz Johnson (Skocpol, 1979, p.13, tradução nossa).

Nesse sentido, Skocpol (1979) considera as abordagens tradicionais, incluindo também as abordagens marxistas, como limitadas para analisar o fenômeno das revoluções

sociais. Tais abordagens têm como foco o comportamento dos indivíduos durante as revoluções, como a abordagem de Gurr (1970), o papel da violência coletiva nos movimentos políticos revolucionários, abordado por Tilly (1978), a questão ideológica e dos valores revolucionários destacado por Johnson (1966) e por último, a análise marxiana sobre ação das classes sociais e das vanguardas nos processos revolucionários (Marx, 2012). Esse conjunto teórico diverso constituiu, o que Skocpol (1979) denomina de “imagem proposital” que pode ser observada a seguir:

A imagem proposital é tão enganosa sobre os processos e resultados das revoluções históricas quanto sobre suas causas. Pois a imagem sugere fortemente que os processos e resultados revolucionários podem ser entendidos em termos da atividade e das intenções ou interesses do(s) principal(is) grupo(s) que lançou(aram) a revolução em primeiro lugar. Assim, embora Gurr não pareça imaginar as revoluções como muito mais do que atos de pura destruição, ele sustenta que isso se deve diretamente à atividade das massas e dos líderes frustrados e irritados que originalmente causaram a revolução. Para Johnson, a violenta reorientação de valores realizada pela revolução é obra do movimento ideológico que cresceu dentro do sistema social antigo e dessincronizado. E os marxistas não raramente atribuem a lógica subjacente do processo revolucionário aos interesses e às ações da classe historicamente relevante para si mesma, seja a burguesia ou o proletariado (Skocpol, 1979, p.17, tradução nossa).

Também é importante destacar a crítica que Skocpol (1979) faz a essas abordagens sobre as revoluções do ponto de vista histórico. A respectiva autora enfatiza que por mais importante que seja a atuação de determinados indivíduos, grupos, movimentos políticos ou classes sociais, não é suficiente para analisar o amplo processo histórico sobre as revoluções:

De fato, em revoluções históricas, grupos situados e motivados de forma diferente tornaram-se participantes de desdobramentos complexos de vários conflitos. Esses conflitos foram fortemente moldados e limitados pelas condições socioeconômicas e internacionais existentes. E eles se desenrolaram de maneiras diferentes, dependendo de como cada situação revolucionária surgiu no primeiro lugar. A lógica desses conflitos não foi controlada por nenhuma classe ou grupo, por mais central que pareça ser no processo revolucionário (Skocpol, 1979, p.17-18, tradução nossa).

Há uma outra dimensão na abordagem estruturalista de Skocpol (1979) que é o caráter transnacional das revoluções na história. Segundo a respectiva autora, “Se uma perspectiva estrutural significa um foco nos relacionamentos, isso deve incluir relações transnacionais, bem como relações entre grupos situados de forma diferente em determinados países” (Skocpol, 1979, p.19, tradução nossa). Portanto, as revoluções sociais modernas devem ser vistas como diretamente relacionadas, em suas causas e consequências, ao desenvolvimento econômico

desigual no sistema capitalista e à formação dos Estados no plano internacional (Skocpol, 1979).

Outra observação importante feita por Skocpol (1979), tem a ver com dois tipos diferentes de contextos transnacionais. Por um lado, há as estruturas da economia capitalista mundial e o sistema internacional estatal, no qual as nações estão situadas em posições diferentes (Skocpol, 1979). Por outro lado, há mudanças e transmissões no “tempo mundial”, que afetam tanto os contextos internacionais nos quais ocorrem as revoluções, quanto os modelos específicos que os líderes revolucionários podem copiar como forma de ação (Skocpol, 1979). Nesse contexto, podemos mencionar dois grandes exemplos que influenciaram a Revolução Iraquiana de 1958: a Revolução Bolchevique de 1917 e a Revolução Egípcia de 1952 (Batatu, 1978; Bishop, 2011).

Um outro aspecto relevante a ser mencionado é que, Skocpol (1979) ao criticar a abordagem de Gurr (1970), destaca uma questão que, de certa forma, está associada à perspectiva teórica de Galtung (1969) sobre as tipologias da violência utilizada pelo respectivo autor para diferenciar a paz negativa da paz positiva. Desta forma, a crítica feita por Skocpol (1979) sobre a abordagem teórica de Gurr (1970) pode ser observada a seguir:

A teoria de Gurr é complexa e cheia de nuances interessantes em sua elaboração completa, mas é bastante simples em sua essência: A violência política ocorre quando muitas pessoas na sociedade ficam com raiva, especialmente se as condições culturais e práticas existentes incentivam a agressão contra alvos políticos. E as pessoas ficam com raiva quando há uma lacuna entre as coisas e oportunidades valorizadas às quais elas se sentem no direito de ter e as coisas e oportunidades que elas realmente têm - uma condição conhecida como “privação relativa” (Skocpol, 1979, p.9, tradução nossa).

Essa distinção entre a realidade e a utopia está presente na análise de Galtung (1969, p.168, tradução nossa) sobre a violência, na qual ele afirma “A violência é aqui definida como a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é. A violência é o que aumenta a distância entre o potencial e o real, e o que impede a diminuição dessa distância”. No âmbito do uso da violência em processos revolucionários, temos a contribuição teórica de Moore Jr (1966), que reside na identificação de três vias principais para a modernidade, definidas pelos papéis desempenhados pelas classes latifundiárias e pelos camponeses. Nesse sentido, a via democrática é caracterizada pelas revoluções burguesas na Inglaterra, França e EUA, onde o desenvolvimento de um grupo com uma base econômica independente permitiu combater os obstáculos herdados do passado e estabelecer uma democracia capitalista (Moore Jr, 1966).

Já a via reacionária ou fascista ocorreu onde não havia uma base econômica detentora de um poder revolucionário, levando a uma revolução vinda de cima conduzida por uma coligação entre as elites agrárias e industriais, como foi o caso da Alemanha e do Japão. Por último, destaca-se a via comunista originada de burocracias ligada ao setor agrário que inibiram o comércio e a ascensão da burguesia, resultando em explosões revolucionárias centradas no campesinato, como na Rússia em 1917 e na China em 1949 (Moore Jr, 1966). Nesse contexto, Moore Jr (1966) argumenta que o destino dessas classes e a reação ao desafio do setor comercial-agrário foram fatores decisivos para determinar se o resultado político seria a democracia, o fascismo ou a ditadura comunista.

Destaca-se que os processos históricos de modernização não foram eventos pacíficos, pois envolveram na verdade um grande sofrimento humano e uma violência revolucionária para destruir as antigas estruturas agrárias (Moore Jr, 1966). Portanto, o campesinato não é apenas um objeto passivo da história, mas sim um agente revolucionário central na transição para a modernidade. Entretanto, seu papel e o destino final de suas revoltas variaram drasticamente conforme a via histórica seguida por cada nação: a democrático-capitalista, a fascista ou a comunista (Moore Jr, 1966).

Como exemplos históricos, temos as transições para a democracia capitalista ocidental, nas quais o papel do campesinato foi decisivo. Na Inglaterra, o campesinato foi eliminado como fator político antes da industrialização plena. Através dos cercamentos, os *enclosures*, a aristocracia britânica destruiu a estrutura da sociedade camponesa tradicional com o uso da violência. Sem uma massa camponesa, a Inglaterra conseguiu evitar o potencial de revoluções reacionárias ou comunistas durante o século XX (Moore Jr, 1966). Na França, o campesinato foi o grande árbitro da revolução, embora não fosse considerado a sua principal força motriz, embora as revoltas camponesas tenham sido responsáveis pelo feito mais duradouro da Revolução Francesa: a destruição do sistema feudal. Contudo, ao garantirem a propriedade da terra, os camponeses tornaram-se posteriormente mais uma das forças conservadoras contra as forças sociais urbanas consideradas radicais (Moore Jr, 1966).

Nas vias para o comunismo, como foram os casos das revoluções russa e chinesa, o campesinato forneceu a principal força revolucionária destrutiva que derrubou a antiga ordem. A ausência de uma revolução comercial liderada pelas classes rurais permitiu que a sociedade camponesa sobrevivesse intacta, mas sob novas e intensas pressões econômicas. Foram, portanto, essas massas camponesas que forneceram o ímpeto revolucionário para implodir as antigas estruturas sociais. Entretanto, após o sucesso da revolução, os camponeses tornaram-se as principais vítimas da modernização imposta pelos regimes comunistas (Moore Jr, 1966). No

Japão e na Alemanha, o campesinato foi domesticado e integrado em um sistema autoritário. Diferente da China e da Rússia, as classes dominantes no Japão conseguiram manter os vínculos institucionais com as vilas mais distantes do interior do país, evitando que o descontentamento rural se transformasse em uma revolução à esquerda. Desta forma, o radicalismo camponês foi desviado para o nacionalismo fanático e o fascismo, servindo de base para regimes repressivos posteriores (Moore Jr, 1966).

Em relação ao contexto colonial, o campesinato desempenha o papel de única classe verdadeiramente revolucionária, pois, ao contrário do proletariado urbano, não tem nada a perder com a destruição da estrutura colonialista. Enquanto as classes urbanas, como o proletariado embrionário, os artesãos e intelectuais, ocupam uma posição relativamente privilegiada, sendo necessárias ao funcionamento da máquina colonial, as massas rurais vivem diretamente sob opressão (Fanon, 1961). Segundo a abordagem Fanoniana, o campesinato é, portanto, o verdadeiro reservatório do exército nacional e revolucionário. Nas regiões onde o desenvolvimento foi deliberadamente freado pelo colonialismo, os camponeses aparecem como a única classe radical, pois sua sobrevivência exige nada menos que a destruição total de todas as estruturas colonialistas vigentes (Fanon, 1961).

De acordo com Fanon (1961), o camponês é o primeiro a descobrir que apenas a violência compensa no contexto colonial, pois o colonialismo não é uma entidade pensante com a qual se possa dialogar, mas sim a violência em estado bruto que só se inclina diante de uma violência maior. Para o campesinato, a descolonização não é um acordo diplomático, mas uma substituição absoluta de uma “espécie” de homens por outra, um programa de desordem total que ele está pronto a impulsionar (Fanon, 1961). Diferente das elites urbanas, que frequentemente sofrem uma alienação cultural e tentam imitar os valores ocidentais, o campesinato mantém estruturas tradicionais comunitárias, onde o indivíduo se apaga diante da comunidade. Eles preservam a memória da resistência pré-colonial e um apego inabalável à nação (Fanon, 1961).

Fanon (1961), portanto, afirma que a força revolucionária rural penetra nas cidades através do lumpemproletariado, ou seja, os camponeses deslocados que migram para as zonas periféricas. Essa massa de “famintos destribalizados” constitui uma das forças mais espontâneas e radicalmente revolucionárias, servindo como a ponta de lança urbana da insurreição que começou nos campos. Fanon (1961) ainda argumenta que a unidade do Terceiro Mundo e o sucesso da revolução dependem da união de todos os colonizados sob o comando da classe camponesa. Sem essa base rural, os partidos nacionalistas urbanos tendem a aceitar compromissos com agentes do colonialismo, buscando apenas reformas superficiais ou a

substituição de quadros estrangeiros por nacionais, sem alterar a estrutura de exploração colonialista.

Desta forma, a descolonização atinge sua maturidade quando ocorre o encontro entre os intelectuais revolucionários e as massas camponesas. Esse encontro cria uma mistura detonante, onde a organização política dos intelectuais se funde com a violência instintiva e rebelde do camponês, transformando a sublevação em uma guerra nacional de libertação (Fanon, 1961). O lumpemproletariado representa, portanto, uma força revolucionária espontânea, porém marcada por uma perigosa instabilidade. O principal risco que essa camada oferece à libertação nacional é a sua capacidade de se transformar em uma “massa de manobra” a serviço do sistema colonial. Caso o movimento de libertação não organize e integre esses indivíduos prioritariamente, o colonialismo aproveitará sua inconsciência e ignorância para voltá-los contra a insurreição (Fanon, 1961).

Caso seja ignorado pela revolução, o lumpemproletariado pode unir-se ao opressor na luta armada, servindo como mercenário das tropas colonialistas, como ocorreu com os *harkis* na Argélia. Devido à sua fraqueza ideológica, o adversário consegue comprar a lealdade de setores do lumpemproletariado por meio de privilégios materiais. O colonialismo consegue, portanto, organizar partidos políticos com elementos desorganizados dessa classe para oferecer uma garantia legal à manutenção da ordem colonial e sabotar o projeto anticolonialista de unidade nacional (Fanon, 1961).

Esses setores do lumpemproletariado podem ser utilizados para organizar comícios “espontâneos” contra líderes nacionalistas autênticos, servindo aos interesses de potências estrangeiras (Fanon, 1961). Por viverem em extrema miséria e humilhação, são alvos fáceis para a ação psicológica do inimigo, que tenta domesticá-los através do medo ou da força. O lumpemproletariado funciona, portanto, como uma faca de dois gumes: se não for rapidamente politizado pela vanguarda revolucionária, torna-se a ponta de lança que o colonizador utiliza para ferir o coração da própria nação em busca de liberdade (Fanon, 1961).

2.4 Possíveis interpretações sobre a Revolução Iraquiana de 1958

A Revolução Iraquiana de 1958 oferece um terreno fértil para a aplicação do conjunto de teorias sobre as revoluções mencionadas anteriormente. Nesse contexto, autores como Romero (2008) utilizam a abordagem estruturalista de Skocpol (1979) para definir a Revolução Iraquiana como uma verdadeira revolução social. Sob a ótica dos conceitos apresentados na segunda geração no estudo das revoluções (Goldstone, 1980), podemos considerar, portanto,

que a Revolução Iraquiana foi o resultado de um profundo descontentamento das classes populares iraquianas no plano socioeconômico (Romero, 2008).

Nesse contexto, a abordagem teórica de Gurr (1970) sobre a privação relativa pode ser aplicada ao contexto iraquiano, ou seja, sobre o potencial econômico que poderia ser alcançado e distribuído para grande parte do povo iraquiano com os recursos gerados pelo petróleo. Enquanto as receitas do petróleo foram elevadas de cerca de cinco milhões de libras em 1950 para mais de 80 milhões de libras em 1958, a riqueza seguia concentrada nas mãos de uma pequena oligarquia urbana e de xeiques tribais latifundiários (Batatu, 1978). Para os moradores das favelas em Bagdá, a discrepância entre a promessa de desenvolvimento econômico e a miséria vivida criou um estado de privação intolerável (Romero, 2008). O regime de Nuri al-Said sofria, portanto, segundo a abordagem de Johnson (1966), de uma deflação de poder, tendo perdido sua legitimidade ao ser percebido como um agente a serviço do imperialismo britânico (Batatu, 1978).

Com base na abordagem estruturalista de Skocpol (1979), podemos interpretar a Revolução Iraquiana como o colapso de uma estrutura estatal vulnerável a pressões externas. O Pacto de Bagdá de 1955 e a Crise de Suez de 1956 atuaram como importantes catalisadores internacionais que enfraqueceram a base política do regime hachemita, isolando-o de seus vizinhos árabes e radicalizando a oposição no plano interno (Romero, 2008). Seguindo o modelo teórico de Goldstone (1980), destaca-se, portanto, a convergência de três fatores críticos no processo revolucionário iraquiano: (1) uma crise econômica e de eficácia do Estado, apesar do aumento das receitas do petróleo; (2) a alienação das elites, com jovens oficiais do exército sentindo-se excluídos do poder e (3) o potencial de mobilização popular, manifestado nas ruas de Bagdá em 14 de julho de 1958.

Desta forma, entende-se que o processo revolucionário iraquiano tinha como objetivo promover uma transformação radical no país, alterando a estrutura social, política e econômica controlada pelas forças imperialistas britânicas (Romero, 2008). Do ponto de vista histórico, o embrião revolucionário tinha sido gerado com a revolta iraquiana de 1920, que foi causada por uma reação de parte do campesinato iraquiano à ocupação britânica, assim como à implementação de um novo sistema de cobrança de impostos (Kadhim, 2012).

Em conexão com esses aspectos, surgiram os primeiros movimentos nacionalistas iraquianos contra a dominação britânica (Vinogradov, 1972; Kadhim, 2012). Nesse contexto, podemos interpretar a revolta iraquiana de 1920 como uma revolução eminentemente política, segundo a abordagem conceitual de Skocpol (1979, p.4, tradução nossa), “As revoluções políticas transformam as estruturas estatais, mas não as estruturas sociais, e não são

necessariamente realizadas por meio de conflitos de classe.” Na revolta iraquiana de 1920, a estrutura estatal foi alterada, pois as forças britânicas tiveram que buscar uma solução baseada no *indirect rule*, ou seja, no modelo colonialista do governo indireto para o recém-criado Reino do Iraque (Nasser; Amaral, 2020).

Portanto, a atuação dos camponeses nos processos revolucionários e a forma como eles são mobilizados para a derrubada dos regimes políticos é um elemento central de acordo com a abordagem estruturalista (Skocpol, 1979). Nesse sentido, Batatu (1983) considera que, com base em suas origens sociais, a Revolução Iraquiana de 1958 foi uma revolução rural que contou com forças parcialmente urbanizadas de origem rural contra a principal cidade do Iraque, ou seja, Bagdá e suas classes governantes. Segundo Batatu (1983), a maioria dos revolucionários iraquianos provinha da classe média rural ou da classe média baixa, de pequenos a médios proprietários de terra e também de pequenos comerciantes. Batatu (1983) ainda argumenta que havia uma homogeneidade de classe em relação à origem social dos principais indivíduos que fizeram parte do processo revolucionário iraquiano nos anos 1950:

O que pode ser validamente sustentado - e isso é apoiado pelos fatos - é que os principais revolucionários, sendo predominantemente de origem semelhante, tendiam, em alguns aspectos e muitas vezes inconscientemente, a ver a vida de pontos de vista semelhantes e a enfrentar muitos problemas de maneira semelhante. É somente nesse sentido que o caráter de classe de seus regimes pode ser justificado (Batatu, 1983, p.6-7, tradução nossa).

Seguindo a perspectiva teórica de Tilly (1973), a Revolução Iraquiana também pode ser analisada através de um contexto de soberania múltipla. Embora tenha começado como um golpe militar executado por uma pequena elite ligada ao aparato estatal, o MOL, o evento revolucionário transformou-se em uma situação de soberania múltipla quando a população urbana aderiu maciçamente ao levante. Nesse sentido, as ruas de Bagdá tornaram-se o palco de disputa da soberania iraquiana, validando a reivindicação do novo regime dos oficiais Qasim e Arif e destruindo fisicamente os símbolos do antigo poder (Romero, 2008). Seguindo a abordagem teórica de Tilly (1978), pode-se afirmar que o exército iraquiano, como organização, desertou da estrutura do Estado, para formar uma coalizão com atores revolucionários, como nacionalistas e comunistas, rompendo, assim, o monopólio da violência estatal exercido pela monarquia hachemita. Desta forma, torna-se necessário destacar o conceito Weberiano sobre o Estado e a sua função coercitiva:

A violência não é, evidentemente o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é seu instrumento específico. Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal

do poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física (Weber, 1968, p.56, tradução nossa).

Por último, destaca-se a perspectiva de Halliday (1999) sobre as revoluções nas RI. Desta forma, podemos considerar que a Revolução Iraquiana de 1958 foi um evento influenciado por dinâmicas internacionais e regionais, tendo em conta o impulso ideológico do pan-arabismo de Gamal Abdel Nasser, que serviu como um modelo revolucionário para os oficiais iraquianos (Batatu, 1978). A criação da República Árabe Unida (RAU) entre Egito e Síria em 1958 criou uma onda revolucionária que tornou a monarquia hachemita um regime anacrônico aos olhos dos nacionalistas iraquianos (Romero, 2008). Portanto, com base na abordagem de Halliday (1999), é possível afirmar que a revolução ocorrida no Iraque reconfigurou a correlação de forças no plano regional, representando o declínio do poder britânico no Oriente Médio e alterando as alianças da Guerra Fria na região.

Enquanto autores como Tripp (2007) e Marr (2012) alegam que os eventos 14 de julho de 1958 não passaram de apenas um golpe de estado, interpretações históricas mais recentes indicam que os respectivos eventos integraram a fase inicial de uma revolução social (Romero, 2008). Com base nessa perspectiva, houve uma participação popular ativa, uma mudança na relação entre as classes, a destruição do sistema latifundiário semifeudal, a reorientação da política externa para o neutralismo no âmbito da Guerra Fria e uma transformação estrutural da monarquia para república (Romero, 2008). A Revolução Iraquiana liberou tensões estruturais acumuladas por décadas, redesenhando a identidade nacional iraquiana (Batatu, 1978). Portanto, a queda da monarquia iraquiana não foi um evento isolado, mas, sim, o resultado de uma acumulação de tensões estruturais profundas que tornaram o sistema político insustentável para grande parte do povo iraquiano.

O pilar social mais forte da monarquia era representado por uma elite de grandes proprietários de terras e xeiques tribais. Esse sistema foi consolidado por políticas britânicas e leis iraquianas, como a Lei de Direitos e Deveres dos Cultivadores de 1933, que transformaram xeiques em latifundiários e os membros das tribos em servos endividados presos à terra (Dann, 1969). Na véspera da revolução, cerca de 1% dos proprietários controlava mais de 55% das terras privadas, enquanto a maioria da população rural permanecia sem-terra e vivendo em extrema pobreza (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Embora o regime dependesse dos xeiques tribais para manter a ordem, a transformação destes em latifundiários alienou a sua base tribal, enfraquecendo o apoio que eles

poderiam oferecer à monarquia hachemita em tempos de crise (Batatu, 1978). Como resultado, a miséria nas zonas rurais impulsionou uma migração massiva para as cidades, especialmente em Bagdá (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Ainda que o estado iraquiano investisse 70% das receitas do petróleo em desenvolvimento, os fundos foram destinados a projetos de infraestrutura de longo prazo, como barragens, que não traziam benefícios imediatos para grande parte do povo iraquiano (Romero, 2008). Em 1957, cerca de 200 mil iraquianos viviam em favelas, as *sarifas*, ao redor de Bagdá, em péssimas condições sanitárias (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Portanto, o proletariado rural deslocado tornou-se uma base de apoio volátil para os movimentos radicais de oposição, como o PCI nos anos que antecederam a revolução de 1958 (Dann, 1969).

Em relação ao contexto das elites iraquianas, a expansão do sistema educacional criou uma nova classe média urbana, a *effendiyya*, cujas expectativas de emprego e participação política eram sistematicamente frustradas (Eppel, 2004). O poder era monopolizado por uma pequena elite de cerca de dois mil pessoas (Romero, 2008). O sistema de eleições indiretas era manipulado para garantir a permanência de figuras como Nuri al-Said, impedindo que a nova classe média, educada em moldes ocidentais, tivesse uma representação real (Dann, 1969). A nova classe média iraquiana tornou-se, portanto, um veículo importante para a absorção de ideologias políticas que contestavam a ordem vigente, como o nacionalismo árabe e o comunismo, vendo a monarquia como um obstáculo à modernização e um agente a serviço do imperialismo britânico (Eppel, 2004).

O exército iraquiano, embora fosse bem remunerado pela monarquia hachemita, para garantir a sua lealdade, era composto por oficiais que compartilhavam as mesmas origens sociais e as frustrações da classe média urbana (Dann, 1969). A derrota na campanha militar da Palestina em 1948 foi um trauma estrutural que convenceu muitos oficiais de que o regime dos hachemitas era corrupto e incapaz de defender a nação árabe. A Revolução de 1952 no Egito também serviu como uma prova de que um grupo organizado, como o MOL, poderia derrubar uma monarquia considerada decadente e dependente das forças imperialistas britânicas (Dann, 1969).

O Iraque foi construído como um Estado dominado por uma minoria árabe sunita, que exercia um controle sobre a maioria xiita e a minoria curda, entre outras. A sensação de que o estado iraquiano era um projeto sunita alimentava, desta forma, o ressentimento curdo no norte do país e a instabilidade dos xiitas na região sul (Eppel, 2004). No plano regional, a adesão ao Pacto de Bagdá em 1955 isolou o Iraque do mundo árabe e o colocou em conflito direto com o projeto de hegemonia árabe de Gamal Abdel Nasser (Dawisha, 2009). A propaganda nasserista

através da rádio *Sawt al-Arab* alcançava os quartéis e as favelas no Iraque, atuando como um mecanismo externo que deslegitimava a monarquia enquanto um ator estatal legítimo (Tripp, 2007).

Por um lado, pode-se afirmar que a queda da monarquia hachemita em 14 de julho de 1958 foi causada por uma incompatibilidade entre uma estrutura estatal conservadora, baseada no poder local de xeiques rurais e a dependência externa da Grã-Bretanha. Por outro lado, a sociedade iraquiana passava por um processo de transformação social, marcada pela ascensão de novas classes urbanas que demandavam mudanças consideradas radicais no país, como a reforma agrária, a redução das desigualdades socioeconômicas e uma maior participação política (Eppel, 2004).

Portanto, com base nas abordagens teóricas apresentadas anteriormente, conclui-se que a Revolução Iraquiana de 1958 foi uma verdadeira revolução social (Skocpol, 1979; Romero, 2008). O processo revolucionário iraquiano contou com uma crise no âmbito do aparato estatal que foi aproveitada por atores políticos para mobilizar o povo iraquiano em torno da causa revolucionária (Johnson, 1966; Tilly, 1978). Nesse sentido, a crise de 1958 foi provocada, em grande parte, pela percepção de grande parte dos iraquianos das possibilidades que poderiam ser alcançadas com uma mudança radical do regime político (Gurr, 1970). Os fatores regionais e internacionais foram catalisadores desse processo, tendo em conta as disputas ideológicas e por áreas de influência na Guerra Fria entre EUA e URSS (Halliday, 1999).

3 ABORDAGENS CRÍTICAS SOBRE A PAZ

3.1 Introdução

A modernidade ocidental consolidou o Estado nacional como a escala normal da vida social, tornando a paz um assunto tipicamente da esfera estatal (Pureza, 2009). Atualmente, o discurso dominante é o da paz liberal que combina quatro principais vertentes: (1) a paz do vencedor, baseada na vitória militar e na hegemonia; (2) a paz constitucional focada na democracia liberal e na economia de mercado, (3) a paz institucional regulada por organizações internacionais e pelo direito e (4) a paz civil, que defende a sociedade civil e os direitos humanos (Richmond, 2006). Historicamente, a paz foi definida pela historiografia tradicional através do silêncio e da banalização, diluindo-se na representação dos grandes acontecimentos violentos. Contra essa tendência, as abordagens críticas mais recentes propõe uma inversão epistemológica que resgate a prevalência factual das experiências pacíficas na história humana (Pureza, 2009).

As abordagens críticas sobre a paz fundamenta-se na premissa de que a teoria não é neutra, mas, como afirma Cox (1981), é sempre para alguém e para algum propósito. No campo das RI, os Estudos para a Paz surgiram como uma orientação normativa para contestar a agenda estreita que moldava a disciplina apenas como um discurso explicativo e legitimador das guerras (Pureza, 2005). Para compreender as construções teóricas contemporâneas, é necessário, portanto, analisar a transição da visão tradicional para perspectivas que privilegiam a emancipação, a imperfeição e a descolonização do conceito de paz (Pureza; Cravo, 2005).

Nesse contexto, as abordagens críticas denunciam que a paz liberal é frequentemente tida como uma paz de normalização, utilizada pelas potências centrais para impor modelos de intervenção às periferias do sistema internacional (Pureza, 2005). Já as abordagens críticas que definem a paz como emancipação, o que representa uma ruptura radical com as abordagens tradicionais das RI, que historicamente focaram na manutenção da ordem e na explicação das causas da guerra (Pureza, 2009). Nesse sentido, Cox (1981) diferencia as teorias de resolução de problemas, que aceitam o mundo como ele é para preservá-lo, das teorias críticas, que visam a transformação radical das estruturas de opressão. Sob essa segunda ótica, a paz não deve ser uma técnica de gestão de conflitos para manter o *status quo*, mas sim um horizonte de emancipação que liberte as pessoas de constrangimentos físicos e humanos (Pureza, 2009).

Desta forma, para que os estudos para a paz cumpram um projeto emancipador, as abordagens críticas indicam a necessidade de uma descolonização epistemológica, o que implica algumas tarefas. Em primeiro lugar, há a necessidade de aprender com as experiências do Sul Global, ou seja, reconhecer modelos de paz que radicam nos próprios territórios de conflito, conferindo centralidade aos atores locais (Pureza; Cravo, 2005). Há uma segunda tarefa transversal que visa superar a dicotomia existente entre guerra e paz, focando no *continuum* de violências que ocorrem no cotidiano pessoal e doméstico (Pureza, 2009).

3.2 A “paz” dos Partisans pela Paz

O movimento transnacional Partisans pela Paz se consolidou como um dos instrumentos mais sofisticados da diplomacia cultural soviética e de mobilização de massas durante a Guerra Fria. Diferente do pacifismo tradicional, a concepção de paz articulada pelo respectivo movimento pela paz era intrinsecamente política e revolucionária, servindo como uma ferramenta de *soft power* para expandir a influência da URSS e contrapor-se ao imperialismo ocidental (Dobrenko, 2022). Era uma paz voltada para estratégias de convencimento e diálogo político com diferentes atores dentro e fora da esfera soviética.

A paz defendida pelos Partisans pela Paz não era um valor abstrato, mas possuía uma base ideológica e um componente prático voltado para a luta anti-imperialista. Essa perspectiva de paz estruturava-se em duas dimensões complementares. Por um lado, havia uma dimensão defensiva focada no ocidente capitalista, manifestava-se através de campanhas mundiais contra o uso de armas nucleares, simbolizadas pelo Apelo de Estocolmo de 1950. Por outro lado, havia uma dimensão ofensiva direcionada ao Terceiro Mundo, apoiava os movimentos de libertação nacional contra o colonialismo, vinculando a paz à independência e ao desenvolvimento econômico (Johnston, 2008). Essa dualidade estava fundamentada na Doutrina Zhdanov, que dividia o mundo em dois campos: o capitalista reacionário e militarista e o socialista democrático e defensor da paz (Roberts, 2005).

Um ponto central na fundamentação teórica dos Partisans pela Paz era a diferenciação entre a “paz revolucionária” e o “pacifismo burguês”. Enquanto o pacifismo ocidental era criticado por ser uma rejeição passiva e abstrata da violência, a paz dos Partisans era marcadamente ativa e dialética (Johnston, 2008). Sob a ótica marxista-leninista, a paz era entendida como uma forma de luta de classes no sistema internacional. Nessa lógica, a coexistência pacífica visava impor limites ao imperialismo através da força das nações socialistas. Paradoxalmente, essa visão de paz não excluía a guerra; pelo contrário, validava

lutas armadas no Terceiro Mundo como guerras justas necessárias para destruir o imperialismo e alcançar uma paz emancipatória (Goedde, 2019).

Para expandir a sua rede de conexões políticas no exterior, os Partisans pela Paz utilizavam o slogan da paz formulado por Lenin (1964) e buscaram atrair figuras de renome internacional, como artistas e cientistas, que não estivessem necessariamente ligados ao comunismo. Essa estratégia visava conferir um caráter neutralista ao movimento, permitindo o diálogo com grupos heterogêneos, como os Quakers e igrejas cristãs, associações científicas pacifistas e demais forças políticas defensoras da neutralidade na Guerra Fria (Wernicke, 2001; Roberts, 2005).

Embora seguissem diretrizes de Moscou, os Partisans pela Paz, renomeados para Conselho Mundial da Paz em 1950, possuíam certa autonomia e tentavam influenciar o pensamento político soviético nos assuntos da Guerra Fria. Contudo, a estreita associação do movimento pela paz com a política externa da URSS gerou críticas e perda de legitimidade, especialmente após a repressão soviética aos levantes na Hungria em 1956 (Roberts, 2005). No bloco ocidental, os Partisans pela Paz passaram a ser rotulados como promotores de uma “paz violenta”, uma vez que as estratégias de descolonização e libertação nacional expunham os limites do pacifismo não violento tradicional (Goedde, 2019). Para a liderança soviética, entretanto, o movimento continuava essencial para consolidar o *status quo* europeu pós-Segunda Guerra e proteger sua zona de influência, assumindo um caráter de paz negativa focado na segurança do bloco socialista (Johnston, 2008).

3.3 A abordagem de Johan Galtung sobre a paz

A contribuição de Galtung (1969) foi essencial para expandir o conceito de violência para além do dano físico. Desta forma, dá-se destaque ao conceito de violência estrutural que ocorre quando as realizações efetivas dos seres humanos estão abaixo das suas potencialidades devido à distribuição desigual de poder e recursos. Trata-se, portanto, de uma violência silenciosa, estática e comumente naturalizada socialmente. Além da violência estrutural, Galtung (1990) chama a atenção para a existência da violência cultural que utiliza, aspectos, como a religião, a ideologia e a arte para legitimar outras violências, como a violência direta e estrutural. A violência pessoal ou direta diz respeito à violência causada por atores, ou seja, indivíduos concretos, enquanto que a violência estrutural ou indireta está inserida em estruturas de poder desigual (Galtung, 1969). Outro ponto ressaltado por Galtung (1969) é que a violência pessoal ou direta é comumente utilizada não apenas entre grupos inimigos, mas dentro dos

próprios grupos, como é o caso das revoluções violentas. Por último, temos o conceito de violência cultural, como assinalado abaixo:

Por “violência cultural” entendemos os aspectos da cultura, a esfera simbólica de nossa existência exemplificada pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) - que podem ser usados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural (Galtung, 1990, p.291, tradução nossa).

De acordo com Pureza (2001), a agenda de investigação proposta por Galtung em 1964, é voltada para uma construção dual. Por um lado, temos a ideia da paz negativa ou a ausência de guerra e, por outro lado, a noção de paz positiva ou comunidade humana integrada e harmônica (Pureza, 2001). Essa amplitude do conceito de paz tem uma relação direta com a amplitude conferida pelos estudos sobre a paz ao papel da violência, em suas dimensões da violência pessoal ou direta e a violência estrutural que resulta da desigualdade de poder e da injustiça social. Por último, assinala-se a existência da violência cultural, que representa um sistema de normas e comportamentos que legitimam socialmente a violência na dimensão pessoal e estrutural (Pureza, 2001).

Há nesse contexto uma necessidade humana de se criar uma paz sustentável, ao recusar receitas institucionais neoliberais que, ao focarem apenas na estabilidade política, acabam por perpetuar a violência na esfera social e econômica (Pureza; Cravo, 2005). Portanto, a paz, segundo as abordagens críticas contemporâneas deixa de ser uma categoria absoluta para se tornar uma alternativa construída através de combates plurais contra a violência, visando relações sociais duradouras, justas e, inevitavelmente, imperfeitas (Pureza, 2009).

A discussão teórica sobre a natureza da paz no século XX exige uma análise mais detalhada sobre as faces que a paz pode assumir em determinados momentos históricos. Nesse contexto, busca-se analisar quais as contribuições teóricas podem nos ajudar a compreender qual a categoria de paz que estava inserida no movimento transnacional Partisans pela Paz entre as décadas de 1940 e 1960. A paz defendida pelos Partisans durante a Guerra Fria deixou de ser um conceito estático e moral de acordo com os padrões capitalistas e ocidentais, para ser frequentemente definida pela sua ausência ou pela forma como é instrumentalizada por determinados atores políticos.

Nesse contexto, a distinção entre paz negativa e paz positiva proposta por Galtung (1969) é um ponto de partida fundamental para compreender as dinâmicas da paz durante a Guerra Fria. Galtung (1969) diferencia os conceitos de paz negativa e paz positiva através de uma definição estrutural da violência, que ele descreve como a causa da diferença entre as realizações potenciais de um ser humano, ou seja, o que ele poderia ser ou fazer e as suas

realizações reais, causada por estruturas sociais repressivas. Nesse contexto, a paz negativa é definida estritamente como a ausência de violência pessoal ou direta e está associada à cessação de conflitos armados, guerras e agressões físicas imediatas (Galtung, 1969).

Já o conceito de paz positiva é definido por Galtung (1969) como a ausência de violência estrutural ou indireta, sendo frequentemente compreendido como sinônimo de justiça social e comumente associado ao pleno desenvolvimento humano e à distribuição igualitária de poder e recursos. Portanto, enquanto a paz negativa está mais ligada às teorias dos conflitos, a paz positiva está intimamente ligada à teoria do desenvolvimento (Galtung, 1969). No âmbito da perspectiva galtungiana, os atores políticos envolvidos com a agenda da paz devem buscar a transformação social através da ideia de paz positiva. Desta forma, a paz positiva vai além da cessação das hostilidades, o que demanda a ausência de violência estrutural e injustiça social, assim como a presença de condições que permitam o pleno desenvolvimento humano, como igualdade, direitos e distribuição equitativa de poder (Galtung, 1969).

Com base nessa estrutura teórica, a justiça social atua como um componente que visa preencher o vazio entre o potencial de realização dos seres humanos e a sua realização real (Galtung, 1969). É preciso, portanto, superar a violência estrutural e alcançar novos patamares em busca da justiça social. Galtung (1969) afirma que, se as pessoas estão passando fome ou morrendo de doenças evitáveis devido à má distribuição de recursos, está sendo cometida uma violência, independentemente de haver um conflito armado. Consequentemente, a busca pela paz está intimamente ligada à teoria do desenvolvimento, pois a verdadeira paz exige a transformação de estruturas injustas em sistemas que promovam a dignidade humana (Galtung, 1969). Nesse sentido, Farmer (2004) complementa a perspectiva de Galtung (1969), ao demonstrar como a violência estrutural é corporificada através da pobreza e do racismo, manifestando-se em problemas sociais, como as epidemias como a AIDS e a tuberculose.

Entretanto, essas definições são insuficientes para analisar a luta pela paz durante a Guerra Fria, com base na atuação do movimento transnacional Partisans pela Paz. Com base na discussão entre paz negativa e paz positiva, temos uma abordagem teórica que busca englobar as dualidades da paz através de um conceito mais amplo. Desta forma, os modelos da paz híbrida representam uma configuração contemporânea que emerge do encontro e da mediação intersubjetiva entre escalas locais e internacionais, incluindo normas, instituições e identidades em conflito. A paz híbrida não é um modelo puro, mas, sim, o resultado de tensões entre modelos globais como a paz liberal e as realidades vividas na prática (Richmond, 2006). Trata-se de um modelo teórico que pode ser útil para analisar as dinâmicas da Guerra Fria, como os

processos de descolonização terceiro-mundistas, sendo, portanto, uma ferramenta analítica útil para pensar as formas híbridas da paz, que englobam aspectos pacíficos e violentos.

O modelo da paz liberal tem como origem histórica a perspectiva da paz perpétua e universal, conforme elaborada por Kant (1983). Nesse contexto, a ideia de uma paz universal capaz de impedir a eclosão de conflitos, tem um movimento contrário ao que se propõe a ideia da paz imperfeita. De acordo com a perspectiva kantiana, as guerras poderiam ser evitadas através de acordos diplomáticos, o que nos leva a entender a paz como uma paz armada (Kant, 1983). Trata-se de uma paz típica das monarquias europeias do século XVIII, que tentavam encontrar respostas aos conflitos e às ondas revolucionárias burguesas no continente europeu. Entretanto, a visão kantiana sobre a paz universal, ainda permeia determinadas abordagens teóricas sobre a paz nas RI nos dias atuais, como a paz liberal (Doyle, 1983).

3.3.1 As críticas de Herman Schmid à abordagem de Johan Galtung

Nesse contexto, destaca-se a contribuição teórica de Schmid (1968) que apresenta uma crítica profunda à natureza e às premissas dos estudos sobre a paz como uma disciplina científica. Schmid (1968) argumenta que, embora a disciplina tenha surgido com uma forte motivação política para evitar a destruição nuclear e integrar um mundo dividido, ela acabou se tornando uma ferramenta conservadora que apoia o *status quo* no sistema internacional dominado pelas grandes potências. Uma das principais abordagens de Schmid (1968) está associada aos estudos sobre a paz como uma ciência de controle, na qual ele categoriza as ciências sociais com base no tipo de controle que exercem sobre o sistema social, através de três diferentes tipos de paz.

Em primeiro lugar, temos a paz do Tipo 1, que significa um controle vertical interno, cujo objetivo é a integração e a manutenção do sistema. O controle vertical interno ocorre quando os tomadores de decisão utilizam o conhecimento científico para controlar o próprio sistema (Schmid, 1968). As teorias associadas a este tipo são as de integração, como a teoria da resolução de conflitos e do controle social. Schmid (1968) argumenta, portanto, que a pesquisa tradicional sobre a paz se enquadra nesta categoria, pois busca a integração e estabilidade do sistema internacional. Os exemplos deste tipo incluem uma organização que estuda os seus membros, uma gerência industrial que investiga o absentismo ou um governo que nomeia grupos para estudar o desemprego (Schmid, 1968). A paz do Tipo 2, está associada a um controle horizontal externo e envolve um controle de sistemas que estão no mesmo nível que o do tomador de decisão. São teorias voltadas para análises de competição, como a teoria dos

jogos e a teoria do conflito regulado (Schmid, 1968). Pode ser exemplificado por pesquisas de segurança nacional feitas por governos para prever o comportamento de outras nações, ou por empresas que investigam os recursos e as estratégias dos concorrentes (Schmid, 1968).

Por último, temos a paz do Tipo 3 que tem como base o controle vertical externo. Essa tipologia é pouco comum e frequentemente não é considerada como uma ciência formal (Schmid, 1968). Este tipo de controle é exercido por grupos minoritários políticos ou culturais que iniciam estudos críticos e reveladores sobre as instituições dominantes. A sua base teórica seria uma teoria da polarização, cujos exemplos mais próximos são as teorias políticas de revolução (Schmid, 1968). Nesse sentido, Schmid (1968) argumenta que, diferentemente dos estudos tradicionais das RI, que focavam no interesse nacional associado ao controle de Tipo 2, as pesquisas sobre a paz focam no sistema internacional como um todo. Isso cria um viés problemático, pois ao buscar a integração do sistema, o pesquisador sobre a paz acaba se identificando com os interesses das instituições e nações poderosas que têm interesse na estabilidade desse sistema (Schmid, 1968).

A abordagem de Galtung (1969) sobre os conceitos de paz negativa e paz positiva também é analisada por Schmid (1968). Este último analisa como a definição de paz molda as pesquisas sobre o tema. Segundo a perspectiva de Galtung (1969), a paz negativa é definida como a ausência de violência coletiva organizada ou de guerra. Schmid (1968) argumenta que focar apenas nessa perspectiva nos induz a um pensamento de lei e ordem, focado em manipular os menos favorecidos para que não se levantem contra os poderosos.

Já a ideia de paz positiva, originalmente definida por Galtung (1969) como integração, é criticada por Schmid (1968), por ser um conceito vago e subjetivo, desprovido de conteúdo concreto e frequentemente preenchido por valores políticos pessoais. Portanto, como a paz positiva é um conceito controverso, as pesquisas sobre a paz recuam para um espaço seguro, no qual a paz negativa assume um único valor consensual, o que reforça o seu caráter conservador de preservação do *status quo* (Schmid, 1968). Desta forma, Schmid (1968) critica o que ele considera por uma espécie de “reducionismo dos conflitos” nos estudos sobre a paz. Na sua visão, a pesquisa da paz tende a ver o conflito como algo inerentemente negativo que deve ser resolvido ou evitado. Desta forma, adota-se uma definição subjetivista dos conflitos, baseada em metas ou atitudes incompatíveis entre os atores envolvidos. As realidades sobre a paz, são, portanto, reduzidas para um segundo plano e a prioridade teórica passa a ser a criação de uma versão utópica da paz que é inalcançável.

Com base em uma perspectiva oposta, Schmid (1968) propõe uma definição objetivista e estrutural, na qual o conflito é visto como uma incompatibilidade de interesses

existente na própria estrutura social, como a luta de classes por exemplo, mesmo que não haja ou não seja perceptível uma hostilidade entre os atores envolvidos. Schmid (1968) então propõe que a disciplina dos estudos sobre a paz deveria abandonar a busca pela integração e passar a focar na libertação e na revolução, ou seja, voltado para o controle de Tipo 3, formulando problemas sob a perspectiva dos grupos oprimidos e explorados.

3.4 A perspectiva teórica da paz imperfeita

Com base na ideia de uma paz híbrida, há uma reflexão crítica elaborada nas últimas décadas que aceita as diversas imperfeições existentes em torno da paz. Nesse sentido, temos o conceito da paz imperfeita que busca desarmadilhar a falsa oposição entre paz e os conflitos, reconhecendo que a paz é um processo dinâmico e sempre inacabado (Pureza, 2009). Trata-se de um conceito que se afasta da contraposição entre a paz negativa e a paz positiva, servindo como uma ferramenta analítica para identificar o poder da paz que reside no dia a dia das sociedades (De Vera, 2016). O conceito de paz imperfeita, conforme definido por Muñoz (2001), está associado às instâncias em que os conflitos são regulados pacificamente pelos atores, apesar de ocorrerem em contextos marcados por violência ou outras formas de conflitualidade (Pureza, 2009).

Esta abordagem rompe com a visão tradicional da paz como algo absoluto ou perfeito, caracterizando-a, em vez disso, como um processo dinâmico, inacabado e em constante construção (Pureza, 2009). Destaca-se, portanto, que a paz imperfeita não é o oposto do conflito, mas está inserida em um universo marcado pela conflitualidade, reconhecendo que é nela que reside a dinâmica da mudança social. O conceito da paz imperfeita sublinha a capacidade de transformar conflitos por meios e para resultados pacíficos, mesmo em contextos onde a violência ainda está presente (Muñoz, 2001).

Muñoz (2001) então propõe um novo ponto de partida para a investigação, focando no resgate da prevalência factual das experiências pacíficas na história humana como a cooperação, solidariedade e diplomacia, que costumam ser silenciadas ou banalizadas em favor dos grandes acontecimentos violentos. Esta abordagem pretende combater discursos que projetam uma paz perfeita ou absoluta, argumentando que tais visões costumam remeter a paz para o domínio da impossibilidade, o que gera frustração. A paz imperfeita busca, portanto, ser a operacionalização da paz positiva, trazendo as propostas utópicas para a realidade cotidiana (Pureza, 2009).

A paz imperfeita manifesta-se através de hábitos, definidos como disposições e práticas aprendidas que permitem aos seres humanos regular conflitos pacificamente e buscar equilíbrios dinâmicos diante da complexidade do meio. Esse processo está ligado ao empoderamento pacifista, que é a tomada de consciência das capacidades humanas para que a paz ocupe o maior espaço pessoal, público e político possível. Apesar de ser apresentada como uma ferramenta de emancipação, parte da literatura crítica adverte que o termo “imperfeita” pode sugerir um certo conformismo ou rendição, ao aceitar situações inacabadas que poderiam, no limite, justificar a manutenção do *status quo* ou de injustiças sob o pretexto de que não se pode alcançar a perfeição (Muñoz, 2001).

Entretanto, para Muñoz (2001), a imperfeição é o que humaniza a paz, permitindo a coexistência de acertos e erros enquanto se projeta um futuro mais justo e solidário. A abordagem da paz imperfeita reconhece que os seres humanos são inerentemente conflituosos devido à diversidade de projetos, percepções e interesses. Em vez de buscar a eliminação dos conflitos, o que seria utópico e infrutífero, esta abordagem foca na sua transformação por meios e para resultados pacíficos, permitindo que a vida e as relações sociais continuem a fluir apesar das divergências existentes (Pureza, 2009). É uma paz, portanto, indissociável das condições materiais da sociedade.

Ao adjetivar a paz como imperfeita, Muñoz (2001) sublinha que ela é um processo dinâmico e inacabado, desconstruindo a visão da paz como um estágio final estático (Pureza, 2009). Essa visão impede que a paz seja remetida para o domínio da impossibilidade, trazendo-a para o plano da realidade cotidiana, onde a paz e o conflito convivem e se retroalimentam. De acordo com as abordagens críticas sobre a paz, o mapa social da modernidade é refém de um pensamento dicotômico que separa rigidamente a guerra da paz. A paz imperfeita rompe, portanto, com esse dualismo entre o bem e o mal, entre o pacífico e o violento, reconhecendo uma amplitude de situações intermédias e dialéticas abertas que colocam os atores diante de um espectro de transições graduais (Pureza, 2009).

Conclui-se, portanto, que a paz imperfeita desvia o foco dos grandes acontecimentos violentos para a prevalência factual das experiências pacíficas na história, que costumam ser silenciadas pela historiografia tradicional (Pureza, 2009). Isso demonstra que o poder da paz dos indivíduos e grupos é exercido cotidianamente mesmo em contextos de tensão, invalidando a ideia de que o conflito anula a existência da paz. A imperfeição é o que humaniza o conceito da paz imperfeita, pois aceita a coexistência de acertos e erros, bem como de aspectos positivos e negativos nas relações humanas.

Trata-se de uma abordagem que permite que os atores se identifiquem com suas condições reais de existência em vez de se frustrarem com ideais de perfeição absoluta que ignoram a complexidade social (Pureza, 2009). A diferenciação entre a paz imperfeita e a paz positiva maximalista reside, fundamentalmente, na tensão entre a viabilidade prática e o horizonte utópico. Enquanto a paz positiva maximalista é frequentemente criticada por ser um ideal inalcançável, a paz imperfeita busca operacionalizar a paz nas condições reais e conflituosas da existência humana (De Vera, 2016).

No âmbito de uma discussão entre utopia e realidade, a paz positiva maximalista é descrita como um horizonte utópico de paz total ou perfeita, na qual não haveria violência e a justiça social seria plena (De Vera, 2016). Segundo Muñoz (1998), essa visão pode ser paralisante, pois remete a paz para o domínio da impossibilidade. Em contraste, a paz imperfeita é possibilista e pragmática, pois reconhece as instâncias de paz que já existem, mesmo em contextos de violência, focando naquilo que é factível no cotidiano (Munõz, 1998). Através de uma leitura crítica, a paz positiva é muitas vezes interpretada como um estágio final de harmonia absoluta. A paz imperfeita, por definição, é processual e inacabada (Trifu, 2018). O adjetivo imperfeito serve para sublinhar que a paz nunca está terminada; ela é um caminho dinâmico que convive com o conflito, que é inerente à diversidade humana (Muñoz, 2001).

A paz positiva, na sua vertente maximalista, exige, portanto, a ausência total de violência estrutural direta, ou seja, a injustiça social (De Vera, 2016). Já a paz imperfeita admite uma ambivalência, pois reconhece que realidades de paz e de violência coexistem e se inter-relacionam. Ela permite identificar o “poder de paz” dos atores mesmo quando as estruturas ainda são opressivas, servindo como uma ferramenta para o empoderamento pacifista. Muñoz (2001) critica a paz positiva tradicional por ainda ser, em certa medida, violentológica, ou seja, definida pela negação da violência e ausência de injustiça. A paz imperfeita propõe uma inversão epistemológica. Em vez de investigar a paz a partir da guerra ou da violência, ela investiga os momentos de paz por si mesmos, conferindo-lhes um espaço analítico próprio e prioritário (Pureza, 2009; Trifu, 2018).

Desta forma, o movimento dos Partisans pela Paz, embora operasse sob a bandeira da paz positiva, também adotava uma visão de paz negativa que era inerentemente confrontacionista no âmbito da Guerra Fria (Johnston, 2008). Para os Partisans pela Paz, a paz não era um valor intrínseco em si mesmo, mas um objetivo político-estratégico a ser alcançado. Os Partisans rejeitavam, portanto, o pacifismo burguês e a sua passividade política, defendendo, assim, uma luta ativa contra as forças do imperialismo e do capitalismo (Dobrenko, 2016).

Visto como um possível paradoxo, o modelo de paz defendida pelos Partisans não excluía o uso da violência política, pois o respectivo movimento frequentemente justificava as guerras de libertação nacional como processos históricos necessários para uma paz definitiva e emancipatória (Greenlaw, 1954). No contexto do Oriente Médio, especificamente no Iraque e no Líbano, os Partisans pela Paz tiveram êxito não somente por causa do apoio soviético, mas porque a retórica da paz ressoava com as experiências locais de violência colonial e o desejo de soberania nacional frente ao imperialismo britânico e francês, respectivamente (Kirasirova, 2023).

Desta forma, o movimento dos Partisans pela Paz pode ser compreendido como um modelo híbrido, ao tentar projetar um modelo de paz centralizado na política exterior soviética, mas que também estava inserido em contextos de mobilização popular, como os movimentos de libertação nacional afro-asiáticos (Dobrenko, 2016). Portanto, assinala-se que a paz híbrida pode ser negativa, quando mantém estruturas de violência sob uma fachada de cooperação, ou positiva, caso consiga resolver contradições através de uma agência local ativa (Richmond, 2015). O ponto central desse debate que merece, portanto, ser destacado é a complexa associação entre paz e violência. A paz, frequentemente utilizada para obter consensos políticos e econômicos, é um termo que esconde profundas tensões e interpretações divergentes, especialmente quando confrontado com a realidade da violência em suas variadas formas (Galtung, 1969).

Há uma corrente da literatura sobre processos de descolonização que entende que a violência é um instrumento legítimo para alcançar a paz e a justiça social em contextos marcados pelo colonialismo e o imperialismo. Nesse contexto, Fanon (1961) defende a violência como um instrumento necessário nos processos de descolonização, nos quais a violência é compreendida como uma práxis absoluta que permite ao colonizado recompor-se e libertar-se da sua neurose colonial. No prefácio de “Os Condenados da Terra”, Sartre (1961) vai além, sugerindo que a violência é o próprio homem a recompor-se e que eliminar um opressor do colonialismo suprime simultaneamente um homem morto e um homem livre. De acordo com a abordagem de Fanon (1961), a violência descolonizadora reabilita o indivíduo colonizado ao atuar como uma práxis absoluta que promove uma reconstrução psíquica e existencial. Essa violência não é apenas uma estratégia política, mas um processo de desintoxicação profunda.

A violência liberta o indivíduo de seu complexo de inferioridade e de suas atitudes contemplativas herdadas da opressão colonial. Desta forma, o colonizado se cura da doença, ou seja, do colonialismo ao enfrentar o colono através das armas (Fanon, 1961). No momento em que a raiva explode, o colonizado reencontra sua transparência perdida e passa a se conhecer na

medida exata em que se faz através da ação, deixando de ser um espectador para se tornar um ator privilegiado da história. A participação na luta armada torna o indivíduo intrépido e o reabilita a seus próprios olhos. A violência atinge e modifica o ser fundamentalmente, transformando uma coisa colonizada em um homem novo, com uma nova linguagem e humanidade. Essa violência é vista como uma força que ilumina o agente, indicando-lhe claramente os meios e o fim da sua própria existência e libertação (Fanon, 1961).

Já Arendt (1969) diverge radicalmente da perspectiva de Fanon (1961), pois defende que o poder e a violência são fenômenos opostos, ou seja, o poder nasce de uma ação concertada, enquanto que a violência é instrumental e depende de mecanismos de ação. Arendt (1969) argumenta que a violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo, e que a glorificação da violência como força criativa é um erro perigoso. Nesse contexto, Benjamin (1978) também analisa essa dualidade entre a violência e o poder, distinguindo entre a violência que funda o direito e a violência que o preserva, apontando para uma violência divina que destruiria o ciclo do direito.

Com base nas abordagens teóricas mencionadas anteriormente, observa-se que a associação entre paz e violência revela que a paz não é um elemento estático, mas um processo político em constante disputa. Enquanto alguns autores veem na violência um mal necessário para a libertação dos povos, como Fanon (1961), outros a veem como o fim de toda agência política legítima, como é o caso de Arendt (1969). Um possível consenso reside na ideia de que a paz positiva só pode ser alcançada através da destruição da violência estrutural, o que exige que a paz deixe de ser um slogan propagandístico e seja transformada em uma verdadeira agenda de direitos humanos e justiça social (Galtung, 1969; Farmer, 2004).

A Revolução Iraquiana de 1958 é interpretada nesta tese como um processo de descolonização violenta, conforme a perspectiva de Fanon (1961), onde a violência é vista como uma práxis que liberta o colonizado de sua inferioridade psíquica. A ideia da paz imperfeita humaniza esse processo ao reconhecer que a transformação da realidade é um caminho inacabado e dinâmico, onde a busca pela justiça social convive com a conflitualidade inerente à condição humana (Muñoz, 2001). Segundo os postulados da paz imperfeita, a paz e a violência coexistem e se inter-relacionam dialeticamente. Diferente da visão tradicional de paz como ausência de conflito, a paz imperfeita foca nas experiências cotidianas de regulação pacífica de conflitos, mesmo em contextos violentos (Muñoz, 2001).

Desta forma, o desafio proposto é compreender como a paz foi utilizada como um meio e também como um fim no âmbito da revolução iraquiana de 1958. Por um lado, entendemos que a paz, sob influência da URSS, foi utilizada como um “slogan”, ou seja, uma

estratégia comunista de conscientização das classes sociais iraquianas. Por outro lado, analisamos a paz nas suas imperfeições, ou seja, como uma paz imperfeita, que não negava a violência estrutural gerada pelo imperialismo. A paz revolucionária iraquiana, era, portanto, uma paz que buscava compreender a realidade para poder transformá-la (Muñoz, 2001; Dobrenko, 2022).

Os Partisans pela Paz foram atores importantes no período da Guerra Fria, sobretudo, durante os anos 1950 e defendiam que a paz tinha que ser conquistada por meio da luta política, tendo uma posição contrária ao pacifismo ocidental patrocinado pelos EUA (Wernicke, 2001; Johnston, 2008). Como será abordado posteriormente nesta tese, os Partisans pela Paz tiveram uma atuação importante na Revolução Iraquiana de 1958, ao unir forças no campo anti-imperialista em torno de uma paz emancipatória e revolucionária.

Nesse contexto, há duas abordagens distintas para compreender a paz defendida pelos Partisans pela Paz. Por um lado, temos uma abordagem teórica voltada para a paz revolucionária, ou seja, o estudo da paz em contextos revolucionários. Essa abordagem tem como base a teoria de Lenin (1964) sobre o uso político da paz através da luta de classes no plano internacional, como um contraponto ao capitalismo e ao imperialismo. A segunda abordagem, a paz imperfeita, é útil por entender a dialética entre a paz e a violência (Muñoz, 2001). Desta forma, a perspectiva de Galtung (1969) sobre a paz negativa e a paz positiva, são compreendidas como uma paz dialética, por aceitar em seu arcabouço teórico a ideia de uma paz violenta (Muñoz, 2001; Jiménez Arenas, 2020).

A formulação teórica de Galtung (1969) sobre a paz positiva e a paz negativa é, portanto, o ponto de partida para compreendermos as dinâmicas da paz imperfeita e a sua contribuição teórica para a presente pesquisa sobre os Partisans pela Paz no âmbito da Revolução Iraquiana de 1958. Nesse contexto, é destacada a seguir um trecho sobre a distinção conceitual entre paz positiva e paz negativa:

Um conceito ampliado de violência leva a um conceito ampliado de paz. Assim como uma moeda tem dois lados, sendo que um lado é apenas um aspecto da moeda, não a moeda completa, a paz também tem dois lados: ausência de violência pessoal e ausência de violência estrutural. Nós os chamaremos de paz negativa e paz positiva, respectivamente (Galtung, 1969, p.183, tradução nossa).

De uma forma resumida, a paz negativa tem como propósito teórico eliminar a violência e encerrar os conflitos. É uma paz associada à ideia de estabilidade, sendo útil para os atores políticos e econômicos comprometidos em manter o *status quo*. De acordo com Galtung (1969, p.168, tradução nossa), “Como ponto de partida, digamos que a violência está presente

quando os seres humanos estão sendo influenciados de modo que suas realizações somáticas e mentais reais estejam abaixo de suas realizações potenciais.” Galtung (1969, p.168, tradução nossa) ainda observa que, “A violência é aqui definida como a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é. A violência é o que aumenta a distância entre o potencial e o real, e o que impede a diminuição dessa distância”. Portanto, a paz negativa esconde um conjunto de violências encrustadas na sociedade, que Galtung (1969) denomina de violência estrutural.

Neste contexto, ressalta-se que a distinção entre paz positiva e paz negativa é uma referência teórica importante, mas não é suficiente para compreender a ideia de uma paz revolucionária marcada por contextos colonialistas e de violência estrutural (Dobrenko, 2022). No processo revolucionário iraquiano dos anos 1950, houve uma instrumentalização da paz negativa, ou seja, uma paz violenta que surge como uma negação ao imperialismo e ao colonialismo, mas que ao mesmo tempo oferece um horizonte de libertação e transformação social associado à paz positiva.

Desta forma, a paz defendida pelo movimento Partisans pela Paz é entendida nesta tese como uma dimensão dialética, ou seja, que engloba a aceitação e a negação da violência. Na revolução iraquiana de 1958, temos, portanto, um claro exemplo de um processo histórico, que envolve tanto a paz negativa quanto a paz positiva (Galtung, 1969). Um dos contributos teóricos desta tese advém deste olhar dialético para essa visão imperfeita da paz, ao permitir que a violência possa ser percebida como um elemento constitutivo e destrutivo do próprio movimento pela paz. A abordagem conceitual da paz imperfeita nos permite analisar a paz justamente com essa aceitação da violência, ou seja, um olhar sobre a violência como um elemento constitutivo da paz. Nesse contexto, a paz deixa de ser uma utopia, um conceito abstrato e é transformada em algo concreto, em uma *práxis* revolucionária, como um reflexo da realidade e das condições materiais existentes (Muñoz, 2001; Jiménez Arenas, 2020).

De acordo com Muñoz e López (2011, p.61, tradução nossa), “Uma das características da paz imperfeita é que ela serve para articular bem a relação entre a teoria e a prática - especialmente quando consideramos o “empoderamento pacifista”, que também é uma das ideias concomitantes com o “habitus”. Com base na mesma perspectiva teórica, Jiménez Arenas (2020, p.410, tradução nossa) afirma que “A paz não é inação, não resulta de um estado de harmonia, de quietude, o que a relacionaria à perfeição. Um mundo imperfeito, em contínua transformação, exige uma paz que desfrute da mesma condição.” Reconhecer, portanto, a paz a partir de experiências sociais e concretas é o desafio proposto desta abordagem teórica (Jiménez Arenas, 2020).

O ponto de partida teórico da paz imperfeita é a compreensão da realidade para poder transformá-la e não a partir de conceitos abstratos universais para categorizar a paz, como o proposto pelas agendas pacifistas liberais (Jiménez Arenas, 2020). De acordo com Pureza (2009, p. 10, tradução nossa), “A paz imperfeita é, pois, uma categoria analítica que combate as pretensões apodícticas dos discursos maximalistas sobre a paz que acabam por remetê-la invariavelmente para o domínio da impossibilidade.” Portanto, a abordagem conceitual da paz imperfeita é um elemento fundamental para analisar o movimento transnacional Partisans pela Paz. Conforme proposto por Muñoz (2001), a perspectiva teórica da paz imperfeita permite abordar as distintas formas da paz, a partir dos conflitos e das experiências sociais.

De acordo com Jiménez Arenas (2020, p.42, tradução nossa), “É fundamental pensar que, para que um contexto seja pacífico, nem toda a violência deve desaparecer. A paz e a violência coexistem.” Portanto, um olhar crítico sobre a paz deve alcançar todas as formas possíveis da paz, sem categorizá-las e hierarquizá-las, agregando as práticas sociais e processos políticos diversos (Muñoz, 2001; Jiménez Arenas, 2020). Nesse sentido, o conceito da paz imperfeita engloba tanto a paz negativa quanto a paz positiva no seu arcabouço teórico, ao reconhecer as diferentes fases que podem existir nos processos de transformação da realidade.

A ideia sobre a paz imperfeita está, portanto, associada à perspectiva de uma dialética da paz, que congrega dimensões violentas e não-violentas da realidade (Muñoz, 2001). Nas palavras de Jiménez Arenas (2020, p.52, tradução nossa) “O caráter paradoxal da paz (e da violência) confere à paz o caráter de *alter-utópica*, pois implica que não é necessário que todas as expressões de violência desapareçam para que possamos reconhecer a paz.” Desta forma, as condições materiais e sociais são inseridas na construção teórica da paz, para compreender as realidades violentas de uma forma ampla e, assim, poder transformá-las.

A noção de paz imperfeita oferece uma contribuição teórica importante ao incorporar elementos da violência política que estão tradicionalmente associados ao campo dos conflitos e não da paz (Muñoz, 2001; Jiménez Arenas, 2020). Desta forma, a ideia da paz imperfeita pode ser entendida como um processo em aberto, como uma dialética aberta, que possa superar um pretenso antagonismo entre o bem e o mal, o não-violento e o violento. Segundo Muñoz (2001, p.21, tradução nossa), “Uma perspectiva que reforce o caminho da construção de uma dialética que supere o dualismo antagonista entre o pacífico e o violento, o bem e o mal, ao aceitar a existência de inúmeras situações intermediárias e sujeitas a diversas dinâmicas”.

Nesse contexto, é importante destacar a crítica feita por Solzhenitsyn (1973) aos movimentos e grupos políticos que defendem a luta política marcada pela violência, entre eles, os Partisans pela Paz. A crítica do respectivo autor é alimentada por uma tradição moral e ética

do liberalismo, na qual a violência é um valor em si mesmo, isolada de qualquer sistema ou estrutura política. No entanto, Solzhenitsyn (1973) traz um importante esclarecimento sobre a falsa dicotomia entre a paz e a guerra. Segundo a perspectiva do referido autor, o verdadeiro contraponto da paz seria a violência, sendo tanto a paz, quanto a violência, conceitos indivisíveis (Solzhenitsyn, 1973). Essa dicotomia é útil para compreender o movimento dinâmico da paz imperfeita, em que a paz e a violência fazem parte de um mesmo processo histórico.

Um olhar crítico sobre a paz deve estar voltado para a análise das estruturas sociais, dos atores políticos e dos processos históricos. Interpretar visões sobre a paz a partir de conceitos morais, abstratos e universais apenas reforça uma visão idealista entre o bem e mal, o positivo e o negativo. Boulding (1990) lembra-nos que os conflitos são aspectos inerentes à existência humana e a paz deve levar em conta esta dimensão conflituosa. A interpretação sobre a dialética da paz proposta por Boulding (1990) nos leva para um caminho tecnocrático da gestão de conflitos e aprendizagem contínua nos processos de pacificação, que não é útil na abordagem teórica sobre as dinâmicas da paz durante a Guerra Fria e especificamente sobre os Partisans pela Paz. Porém, a aceitação do conflito como um ponto de partida teórico, conforme é defendido por Boulding (1990) é um contributo importante para analisar as distintas esferas da paz.

3.5 Abordagem teórica sobre a paz revolucionária

A perspectiva marxiana sobre o idealismo e a práxis revolucionária é imprescindível para analisar, além dos postulados da paz imperfeita, o movimento dos Partisans pela Paz e as dinâmicas da paz durante a Guerra Fria. Segundo Marx e Engels (2015), a atividade humana deve ser analisada subjetivamente, a partir da práxis e não por meio de um pensamento abstrato. Com base nessa perspectiva, a paz deve ser entendida, portanto, no contexto das práticas humanas, ou seja, ao incorporar em seu corpo teórico as condições materiais e estruturais da sociedade que, por sua vez, retroalimentam a práxis revolucionária (Lenin, 1964).

Como ponto de partida teórico, a ideia de uma paz revolucionária foi associada ao movimento dos Partisans pela Paz desde a sua criação no fim dos anos 1940 (Dobrenko, 2022). Desta forma, precisamos clarificar no que consistem os movimentos pacifistas que surgiram nos primeiros anos da Guerra Fria. Ziemann (2009, p.351, tradução nossa) argumenta que “Os movimentos pacifistas podem ser definidos como movimentos sociais que visam protestar contra os perigos percebidos na tomada de decisões políticas sobre armamentos”. O respectivo

autor ainda afirma que “Durante a Guerra Fria, o principal objetivo dos protestos pacifistas era banir as armas atômicas e alertar as pessoas sobre os perigos desses novos e poderosos meios de destruição” (Ziemann, 2009, p.351, tradução nossa).

De acordo com Lenin (1964), a paz não era um valor abstrato, mas um instrumento da luta de classes. O pacifismo ocidental era criticado como um discurso vazio que mascarava a violência estrutural do capitalismo (Dobrenko, 2016). Nesse contexto, a paz revolucionária tinha duas dimensões: (1) uma dimensão defensiva com o lançamento de campanhas mundiais contra o uso de armas nucleares para neutralizar a vantagem militar do Ocidente capitalista e (2) uma dimensão ofensiva, através do apoio aos movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo, onde a violência contra o colonizador era vista como um passo necessário para alcançar uma paz emancipatória (Goedde, 2019).

Os movimentos pela paz que surgiram após a Segunda Guerra Mundial visavam contestar o mundo violento nos quais estavam inseridos, aumentando a esfera de participação popular (Ziemann, 2007). Havia, portanto, uma grande insatisfação social contra os regimes e atores políticos que falavam de paz abertamente e desenvolviam armamentos nucleares de forma secreta, como podemos verificar a seguir:

Primeiramente, os movimentos pela paz expandiram o espaço legítimo da atividade política para além dos limites do consenso democrático do pós-guerra, que visava restringir a participação à esfera da atividade parlamentar e governamental. Minando cada vez mais e, em última instância, rompendo esse consenso, eles contestaram as noções existentes de cidadania e abriram caminho para uma compreensão mais inclusiva da participação em massa, e provaram ser uma “experiência emancipatória” (Ziemann, 2007, p.20, tradução nossa).

Os Partisans pela Paz utilizavam o slogan da luta pela paz em torno de um mundo livre de armas nucleares e, assim, conseguiram angariar muitos adeptos para a causa revolucionária, sem necessariamente terem que aderir ao comunismo (Wittner, 1993). Dobrenko (2022) entende essa atuação política como uma forma de *soft power* da diplomacia cultural soviética. Desta forma, o elemento universal pacifista perdia força e, nascia um movimento político internacional com grande popularidade que se opunha ao capitalismo, ao colonialismo e ao imperialismo (Johnston, 2008).

Lenin (1964) denunciava o social-pacifismo e as esperanças de democracia mundial como ilusões falsas que ocultavam a verdadeira natureza das contradições imperialistas. Nesse contexto, as guerras imperialistas eram absolutamente inevitáveis sob o sistema de propriedade privada dos meios de produção, tendo em conta que o desenvolvimento desigual obrigava as potências a lutar pela redistribuição das esferas de influência. Lenin (1964) combatia, portanto,

a teoria do ultra-imperialismo de Kautsky, que sugeria a possibilidade de uma exploração pacífica e conjunta do mundo pelas potências unidas. Segundo a perspectiva leninista, tais alianças eram meras tréguas entre guerras, ou seja, formas temporárias de luta que inevitavelmente seriam seguidas por novos conflitos conforme a correlação de forças mudasse (Lenin, 1964).

A questão nacional era indissociável da estratégia revolucionária, pois Lênin (1916) afirmava que os socialistas das nações opressoras deveriam lutar ativamente pela liberdade de secessão das nações oprimidas sob o jugo de seus próprios governos. Ele via as revoltas nacionais em regiões colonizadas como processos essenciais que enfraqueciam a burguesia imperialista e facilitavam a entrada do proletariado socialista na luta anti-imperialista. Nesse sentido, o princípio internacionalista fundamental defendido era que nenhuma nação poderia ser livre caso oprimisse outras nações (Lenin, 1916).

A verdadeira paz e a liberdade plena só seriam alcançadas na fase superior da sociedade comunista, quando as classes e o Estado tivessem desaparecido. Lênin (2017) previa um estágio em que as pessoas se habituariam a observar as regras fundamentais da convivência social sem a necessidade de um aparelho especial de coerção, levando ao definhecimento gradual da democracia e da própria existência da figura estatal. Nesta perspectiva, o estado burguês era visto como um instrumento para proteger os detentores do capital às custas do campesinato. A revolução leninista busca, portanto, eliminar esse instrumento opressor, para que a sociedade possa caminhar livremente (Lênin, 2017).

O movimento pacifista ocidental, liderado pelos EUA, representava, na verdade, um discurso vazio, despolitizante, que perpetuava as violências estruturais do capitalismo e do imperialismo (Dobrenko, 2022). A paz emancipadora seria somente alcançada por meio da luta de classes e da emancipação dos indivíduos frente a exploração capitalista. Para a URSS, a paz só poderia ser alcançada por meio da luta de classes e da emancipação dos indivíduos frente a exploração do sistema capitalista (Lenin, 1964). Na perspectiva leninista, a ideia de uma paz geral e universal, sem luta política, deveria ser refutada, como pode ser observado a seguir:

O slogan da paz pode ser apresentado em conexão com termos de paz definidos ou sem quaisquer condições, como uma luta, não por um tipo definido de paz, mas pela paz em geral. No último caso, obviamente temos um slogan que não é apenas não socialista, mas totalmente desprovido de significado e conteúdo (Lenin, 1964, p.290, tradução nossa).

No contexto da luta de classes, Lenin (1964) entendia, portanto, a defesa da paz na esfera socialista como um instrumento político para a superação do capitalismo e do seu estágio histórico imperialista:

Os slogans devem ser apresentados de modo a permitir que as massas, por meio de propaganda e agitação, vejam a distinção intransponível entre socialismo e capitalismo (imperialismo), e não com o objetivo de reconciliar duas classes hostis e duas linhas políticas hostis, com a ajuda de uma fórmula que “une” as coisas mais diferentes (Lenin, 1964, p.290, tradução nossa).

De acordo com a perspectiva de Lenin (1964), o slogan da paz deveria ser utilizado como uma luta política para que todas as nações subjugadas pudessem lutar efetivamente pelo direito à autodeterminação dos povos, como é destacado a seguir:

Para continuar: os socialistas de diferentes países podem se unir em termos definidos de paz? Em caso afirmativo, muitos termos devem, sem dúvida, incluir o reconhecimento do direito à autodeterminação de todas as nações e também a renúncia a todas as “anexações”, ou seja, violações desse direito (Lenin, 1964, p.291, tradução nossa).

Desta forma, a paz revolucionária é uma paz anti-imperialista e anticapitalista na sua essência (Lenin, 1964). Trata-se de uma luta internacionalista, para libertar todos os povos que estão sob domínio das forças imperialistas conforme é destacado no trecho abaixo:

A palavra de ordem da autodeterminação das nações também deve ser defendida em relação à era imperialista do capitalismo. Não defendemos o *status quo* nem a utopia filisteia de ficar à margem das grandes guerras. Defendemos uma luta revolucionária contra o imperialismo, ou seja, o capitalismo (Lenin, 1964, p.293, tradução nossa).

Também é importante destacar a perspectiva stalinista sobre as questões envolvendo a paz, tendo em conta que Stalin era um discípulo de Marx e Lenin, sobretudo, em relação às questões sobre a violência e a guerra (Dobrenko, 2022). Para Stalin, a frase de Marx na qual “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” era a melhor formulação da essência do materialismo histórico (Marx, 2015). Portanto, durante a era de Stalin, conceitos como pacifismo, humanismo, pacificação e não-violência recebiam apenas conotações negativas e eram categorizados pela imprensa oficial soviética de “imperialistas”, “burgueses” e “abstratos” (Dobrenko, 2022). Nesse sentido, destaca-se a seguir um trecho sobre o que Stalin pensava acerca do movimento Partisans pela Paz:

O objetivo do atual movimento pela paz é despertar as massas populares para a luta pela preservação da paz e pela prevenção de outra guerra mundial. Consequentemente, o objetivo desse movimento não é derrubar o capitalismo e estabelecer o socialismo - ele se limita ao objetivo democrático de preservar a paz. Nesse aspecto, o atual movimento pela paz difere do movimento da época da Primeira Guerra Mundial para a conversão da guerra imperialista em guerra civil, pois esse último movimento foi mais longe e buscou objetivos socialistas (Stalin, 2024, p.36, tradução nossa).

De acordo com a visão pragmática stalinista, os Partisans pela Paz eram um movimento pela paz com características defensivas, ou seja, tinham o objetivo de evitar a eclosão de mais uma guerra mundial no curto prazo, tendo em conta que a URSS ainda não tinha condições de competir militarmente com os EUA. Entretanto, além da luta pela paz, também era necessário destruir o imperialismo, o elemento causador das guerras no sistema capitalista internacional, conforme é assinalado abaixo:

O mais provável é que o atual movimento pela paz, como um movimento pela preservação da paz, se for bem-sucedido, resultará na prevenção de uma guerra específica, em seu adiamento temporário, na preservação temporária de uma paz específica, na renúncia de um governo belicoso e sua substituição por outro que esteja preparado temporariamente para manter a paz [...] Mas, mesmo assim, não será suficiente para eliminar a inevitabilidade das guerras entre os países capitalistas em geral. Não será suficiente, porque, apesar de todos os sucessos do movimento pacifista, o imperialismo permanecerá, continuará em vigor - e, conseqüentemente, a inevitabilidade das guerras também continuará em vigor. Para eliminar a inevitabilidade da guerra, é necessário abolir o imperialismo (Stalin, 2024, p. 36-37, tradução nossa).

De acordo com Claudín (1975), a ideia básica da nova linha stalinista era aproveitar ao máximo as contradições entre o expansionismo americano e as burguesias nacionalistas europeias para mobilizar todos os apoiadores da paz contra a ameaça de uma terceira guerra mundial. Portanto, o principal objetivo era mobilizar todas as forças possíveis para forçar o governo dos EUA a retomar as políticas de Yalta, o que permitiria aos partidos comunistas do Ocidente regressar à política de unidade nacional pacífica para o socialismo.

Portanto, o discurso do pacifismo ocidental fazia parte do jogo imperialista de prosseguir com a dominação do capital que por si só era um mecanismo de reprodução de inúmeras violências (Lenin, 1964). A versão ocidental da paz era um aparato ideológico a serviço do capitalismo e do imperialismo para seguir com a opressão do proletariado e dos povos colonizados. Desta forma, a paz emancipadora e revolucionária só seria alcançada por meio da luta de classes e da luta anti-imperialista no plano internacional, livre dos interesses da burguesia entrelaçados com o nacionalismo (Lenin, 1964).

A paz revolucionária nasce, portanto, como uma negação ao imperialismo e ao capitalismo. Na concepção leninista, a etapa imperialista do capitalismo, baseada nos monopólios e no capital financeiro, tem como origem a política colonial. A exploração das colônias, por conta da crescente necessidade de obtenção de novas matérias-primas, exportação de capitais e alargamento das esferas de influência, é o que marca a política colonial do imperialismo e as contradições do capitalismo (Lenin, 2021).

4 UMA ANÁLISE SOBRE AS ELITES, O IMPERIALISMO E A DEPENDÊNCIA IRAQUIANA ANTES DE 1958

4.1 Introdução

As elites iraquianas foram atores importantes na formação do estado iraquiano desde 1921 e nos eventos que desencadearam na Revolução de 1958. A antiga elite dos *sharifianos* que ocupavam cargos na monarquia hachemita desejava manter o *status quo*, enquanto as novas elites representadas pela *effendiyya* demandavam transformações modernizantes no Iraque. Além das elites, a sociedade iraquiana era marcada por uma grande contradição socioeconômica em relação às classes sociais, tendo em vista a grande desigualdade existente no país, sobretudo, no setor fundiário.

Como ponto de partida para compreender a dinâmica das elites e das classes sociais no Iraque entre 1920 e 1958, temos que analisar o conceito de classe e as suas principais características (Batatu, 1978; Pool, 1980). É comum nas abordagens clássicas da sociologia sobre as classes, tendo como base as teorias marxistas e Weberianas, encontrar argumentos segundo os quais nas sociedades árabes não existem “classes”. Essa é uma generalização à parte das evidências, pelo menos no que diz respeito às sociedades árabes no pós-Primeira Guerra Mundial (Batatu, 1979).

Obviamente, não se pode tomar uma atitude sobre essa questão na ausência de estudos factuais especializados sobre as estruturas sociais árabes modernas. Rejeitar a análise de classe de imediato, meramente por causa de associações ideológicas contingentes, é, do ponto de vista acadêmico, inadmissível (Batatu, 1979). É importante ter em conta que as classes do Iraque eram relativamente instáveis durante grande parte do período após 1914. Batatu (1979, p.229, tradução nossa) ressalta que “É claro que uma estrutura de classes não é, em princípio, caracterizada pela fixidez. Entretanto, foram movimentos relativamente rápidos para dentro e para fora das classes existentes ou dentro delas, para cima ou para baixo.”

Há vários fatores que explicam esse processo dinâmico das classes sociais no Iraque e que são citados por Batatu (1979), como por exemplo: a ocupação britânica em 1914; o grande influxo de capitais internacionais; a desintegração do Império Otomano e a separação das províncias árabes do Norte das suas tradicionais regiões de comércio na Síria; a construção das instituições estatais da monarquia em um curto espaço de tempo; a crise mundial de 1929; a política fundiária e a concentração de terras; a escassez monetária e a inflação durante a Segunda Guerra.

4.2 As elites do poder no Iraque durante o período monárquico

A estrutura social iraquiana sob a monarquia era marcada por uma profunda desigualdade fundiária. O sistema sustentava-se em uma elite de grandes proprietários de terras e xeiques tribais, transformados em latifundiários por leis que reduziram os camponeses a um sistema de servidão (Batatu, 1978; Pool, 1980). No topo da pirâmide política estavam os *sharifianos*, oficiais árabes sunitas que, sem base de apoio local, dependiam da Grã-Bretanha e do Rei Faisal I. Paralelamente, surgiu a *effendiyya*: uma nova classe média urbana educada em moldes ocidentais, cujas aspirações políticas eram frustradas pela elite conservadora (Eppel, 1998). Esta nova classe se tornou o veículo de ideologias como o nacionalismo pan-arabista e o comunismo (Eppel, 1998). A revolução iraquiana de 1958, portanto, pode ser interpretada como a vitória dessas forças parcialmente urbanizadas contra a oligarquia de Bagdá (Pool, 1980; Eppel, 1998).

A questão da desigualdade no setor fundiário, assume, portanto, um caráter central na análise sobre a estrutura social do Iraque durante o período monárquico. Segundo Batatu (1978, p.7-8, tradução nossa), “Uma classe é essencialmente uma formação de base econômica, embora se refira, em última análise, à posição social dos indivíduos ou famílias constituintes em seus variados aspectos.” Desta forma, a noção de classe pressupõe a noção de desigualdade e implica pelo menos a existência de uma outra classe principal, na qual a desigualdade está associada à propriedade, o que determina uma relação antagônica entre elas (Batatu, 1978).

Qualquer estudo sobre as classes sociais no Oriente Médio durante a primeira metade do século XX envolve uma problemática que é a existência de uma incipiente classe trabalhadora industrial nos termos estabelecidos segundo o marxismo tradicional. No caso do Iraque, a problemática é evidente, entretanto, as classes sociais iraquianas possuem um caráter de flexibilidade e instabilidade, com um perfil aliado às elites tradicionais, conhecidas como os notáveis e também às novas elites dos estratos médios urbanos, denominadas de *effendiyya* (Batatu, 1978; Eppel, 1998).

De acordo com Eppel (1998), o termo *effendi*, coletivo de *effendiyya*, foi inicialmente usado pelos habitantes do Egito e da região conhecida como Crescente Fértil, para descrever aquelas pessoas que receberam uma educação ocidental moderna e que não correspondiam ao comportamento tradicional das sociedades árabes. Originalmente, os termos, *effendi* e *effendiyya*, foram utilizados por funcionários e diplomatas britânicos, com um significado próximo ao que era dado pela população local. Por outro lado, os sionistas passaram a compreender e usar o termo *effendi* para referir-se a um grande latifundiário, um membro das

elites dos notáveis urbano ou rural, que adotaram um estilo de vida ocidentalizado e de quem compraram terras na Palestina (Eppel, 1998).

O fator mais importante no crescimento e na expansão da *effendiyya* foi o estabelecimento das escolas modernas, sendo o seu crescimento fortalecido também pelas mudanças que ocorreram no Iraque desde o período do Tanzimat, com a expansão da economia de mercado, principalmente o comércio com o Ocidente; nos padrões de emprego urbano após o estabelecimento de instituições governamentais e administrativas; e o desenvolvimento da imprensa e dos contatos com o Ocidente. No entanto, o crescimento do sistema educacional, que forneceu ao pessoal local treinamento para participação nessas mudanças, desempenhou o papel central na expansão da *effendiyya* (Eppel, 1998).

Até a Primeira Guerra Mundial, o sistema educacional no Iraque era limitado, com cerca de sete mil alunos matriculados no ensino fundamental, com a primeira escola secundária em Bagdá sendo fundada por Midhat Pasha em 1869 (Eppel, 1998). Nota-se que o ensino secundário era acessível principalmente aos filhos de famílias ricas e das elites dos notáveis. Essa parcela da elite teve uma ascensão social ao ocuparem cargos no aparato burocrático do Império Otomano e também através da participação no comércio exterior e do acúmulo de terras. Com o passar do tempo, os integrantes das camadas médias urbanas tradicionais também começaram a receber educação secundária, destacando-se que alguns deles foram estudar na academia militar e servir como oficiais no exército otomano (Eppel, 1998).

Entre 1920 e 1958, a rede de escolas primárias no Iraque expandiu-se continuamente, assim como o número de escolas secundárias e institutos de ensino superior. A primeira faculdade foi criada em Bagdá em 1908 e outras quatro foram criadas nas décadas seguintes: uma faculdade de direito em 1921, uma faculdade de educação em 1923, uma faculdade de medicina em 1927 e uma faculdade de engenharia em 1942. Outras nove faculdades foram fundadas durante as décadas de 1940 e 1950 e muitas delas serviram de base para a criação da Universidade de Bagdá em 1957 (Eppel, 1998).

De acordo com Eppel (1998), o crescimento da *effendiyya*, o enfraquecimento das estruturas sociais tradicionais, o processo de urbanização e a expansão das camadas pobres nas periferias das grandes cidades, assim como o fortalecimento da elite dominante, foram os principais processos sociais que caracterizaram o Iraque no período da monarquia. A ascensão da *effendiyya* foi uma referência social importante para a absorção de conceitos políticos modernos. Desta forma, a ideologia nacionalista pan-arabista foi um instrumento utilizado pela *effendiyya* para criar uma nova identidade nacional, após o colapso das estruturas tradicionais sociais devido à ocidentalização e à modernização do Iraque (Eppel, 1998).

Os idealizadores do sistema educacional iraquiano nas décadas de 1920 e 1930 deram uma contribuição vital para o desenvolvimento e expansão da ideologia nacionalista pan-arabista nos países árabes. Apesar de suas diferenças de opinião e pontos de vista, os diretores-gerais do sistema educacional, Sati'al-Husri, Sami Shawkat e Fadhil al-Jamali, contribuíram para transformar o sistema educacional do Iraque em uma ferramenta de doutrinação nacionalista (Eppel, 1998). Sati'al-Husri, um dos mais proeminentes ideólogos nacionalistas pan-arabistas, acreditava na educação como o meio mais eficiente para criar uma nova sociedade árabe. O conceito central em seus escritos, al-'Uriuba (arabismo), é um termo que carregava um significado pan-arabista (Eppel, 1998).

De acordo com Pool (1980), os estados formados pelas potências no sistema de mandatos no Oriente Médio resultaram na criação de um novo centro a partir do qual o poder pudesse ser exercido, assim como um novo eixo central para as sociedades nas quais esse novo poder seria exercido, ou seja, os blocos tribais, as capitais provinciais, os mercados regionais e os centros comerciais. Desta forma, a política e a luta pelo poder, influência e status eram dinâmicas, independentemente de quão temporário o novo estado fosse percebido pelos seus habitantes (Pool, 1980).

Embora as rivalidades tribais, rurais e urbanas persistissem no nível local, um novo centro capaz de alocar autoridade, poder e riqueza reorientou a dinâmica política, de modo que não apenas aqueles que detinham poder e riqueza buscavam reassumi-los, mas aqueles que buscavam tais valores recebiam novas oportunidades. No caso do Iraque, a Grã-Bretanha era a potência colonial estrangeira que possuía a autoridade máxima em uma estrutura política tão fluida e que tinha aliados das elites locais tradicionais que buscavam uma nova posição junto ao aparato estatal (Pool, 1980).

Nesse contexto, havia dois fatores importantes que devem ser assinalados: a necessidade das potências coloniais de estabelecer uma elite nacional e a percepção das que elas tinham sobre o peso social e político dos líderes existentes no início do período do mandato. Portanto, a política colonial foi um fator relevante na emergência dessa elite governante baseada em classes que controlou o sistema econômico e político até 1958, que no caso do Iraque foram representados pelos *sharifianos* e os xeiques tribais (Pool, 1980).

Em muitos aspectos, esses *sharifianos* foram o núcleo do movimento pela independência árabe e um dos principais beneficiários políticos dessa luta no Iraque pós-otomano (Pool, 1980). Na fundação do novo Iraque, a grande maioria dos *sharifianos* dependia do novo Estado, assim como dependiam do Império, para o seu sustento diário. Ao contrário da antiga geração de oficiais otomanos, eles não tinham garantia de converter sua posição no

aparato estatal em uma posição na sociedade: a guerra havia começado, o Império havia sido dissolvido e eles ainda eram bastante jovens. Diferentemente dos líderes tribais discutidos adiante, eles não tinham seguidores "naturais" nem uma clientela pré-existente. Na verdade, sua posição se assemelhava à de seu líder, o emir Faisal, por ser de total dependência política (Pool, 1980).

Com base no poder monárquico, Faisal I conseguiu garantir o retorno dos *sharifianos*, nomeando-os para diversos cargos no governo. Os *sharifianos* tinham pouco apoio no Iraque, embora a maioria fossem sunitas originários das cidades de Bagdá, Mosul e Rawa (Pool, 1980). Nota-se que as únicas conexões que Faisal I tinha com o Iraque eram justamente através dos *sharifianos* e apenas uma minoria tinham origem em famílias tradicionais das elites dos notáveis. No plano geral, as famílias urbanas notáveis eram rivais de Faisal I e dos *sharifianos* (Pool, 1980). Portanto, nota-se que havia uma disputa entre as velhas e as novas elites no processo de formação estatal, embora elas ocupassem uma posição econômica diferenciada na estrutura social iraquiana.

Os grandes proprietários de terras e os detentores do capital, assim como os comerciantes, constituíam uma classe marcada pela instabilidade, durante grande parte do período monárquico. De acordo com Batatu (1978), a instabilidade das classes sociais iraquianas explica-se por um conjunto de fatores, entre eles: a construção de instituições estatais monárquicas; a crise econômica mundial de 1929; as políticas de assentamento de terras de 1932 e 1938; a grave escassez e a inflação crescente durante e após a Segunda Guerra Mundial; o êxodo em massa dos judeus no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, o ingresso de um elevado montante de recursos petrolíferos após 1952 e o aumento de quatro vezes da população de Bagdá entre 1922 e 1957 (Batatu, 1978).

As transformações sociais ocorreram, não apenas sobre indivíduos e famílias, mas em reação a determinados grupos, como por exemplo, a ascensão dos xiitas enquanto classe comercial após o êxodo dos comerciantes judeus. Nota-se também que alguns elementos de classe estavam a progredir num aspecto, mas a diminuir noutro: o enriquecimento, por exemplo, de muitos líderes tribais proprietários de terras, à custa dos trabalhadores tribais, o que enfraqueceu os laços tribais e a sua posição social tradicional. Os líderes tribais estavam simultaneamente a ascender economicamente como uma classe e a decair como um grupo tradicional com status entre os xiitas (Batatu, 1978).

Desta forma, o caráter da propriedade só pode ser adequadamente compreendido apenas em seu contexto histórico específico, o que faz com que as classes adquiram nesse contexto um aspecto multiforme e diferenciado. Com base em uma perspectiva Weberiana,

Batatu (1978) observa, portanto, que as classes podem existir como um elemento dentro de um grupo mais amplo com um status social diferenciado, como no caso do Iraque, com a existência de subgrupos que pertenciam a grupos controlados economicamente por líderes tribais.

Portanto, as classes podem abranger uma elite aristocrática e uma massa de trabalhadores. Neste sentido, elite e classe não são conceitos mutuamente exclusivos. Uma classe também pode compreender subclasses superiores, médias e inferiores, que podem estar inter-relacionadas ou existir como classes distintas. No Iraque, por exemplo, os grandes e pequenos proprietários de terras estavam em lados opostos ou tinham interesses convergentes entre 1958 e 1959. Desta forma, é inadequado definir uma classe somente como um conjunto de indivíduos marcado por uma relação homogênea com os meios de produção, na medida em que a diferença na extensão da propriedade ou do controle dos meios de produção poderia ser tão grande, que poderia constituir um impacto qualitativo e não meramente quantitativo (Batatu, 1978).

De acordo com Batatu (1978), uma classe não precisa, em sua existência histórica, ter um sentimento de unidade, ou seja, não precisa ser um grupo organizado e autoconsciente da sua situação econômica. Entretanto, isso não significa que uma determinada classe seja apenas uma categoria intelectual. Portanto, os membros de uma classe podem não ter consciência de classe em seu comportamento cotidiano, mas a forma como agem socialmente pode ser condicionada pela classe em que estão inseridos (Batatu, 1978).

Uma determinada semelhança econômica de um grupo pode gerar, apesar das diferenças entre seus membros em outros aspectos, uma certa convergência de interesses, mesmo que isso permaneça oculto. Desta forma, questiona-se o que significa ter uma consciência de classe. No caso do Iraque, durante o período monárquico, um camponês sem-terra, mesmo no interior do país e longe das novas influências ideológicas, tinha noção sobre a distância socioeconômica existente em relação aos líderes tribais locais que eram proprietários de terras (Batatu, 1978).

As elites na sociedade iraquiana antes de 1958 eram bastante heterogêneas e eram formadas por um conjunto de diferentes grupos que incluíam oficiais ex-otomanos, os *sharifianos*, os notáveis urbanos das famílias tradicionais, os *ayan* e líderes tribais que se tornaram grandes latifundiários, conhecidos como *mallaks*. O papel dessas elites foi definido durante o processo de criação do estado iraquiano sob o Mandato Britânico, que estabeleceu um novo quadro político onde o poder era exercido a partir de um centro gravitacional (Eppel, 1998; Tripp, 2007).

A ascensão dos oficiais *sharifianos* constituiu a base do novo regime monárquico. Eram predominantemente árabes sunitas, muitos de origens modestas, que haviam servido no exército otomano e depois se juntaram à revolta do Emir de Meca, Hussein bin Ali al-Hashimi (Tripp, 2007). Devido à falta de uma base de apoio local sólida no Iraque, os *sharifianos* dependiam quase inteiramente do apoio do Rei Faisal I e da autoridade britânica para garantir seus cargos na burocracia e no exército. Com o tempo, eles passaram a utilizar suas posições no aparato estatal para adquirir terras, passando de uma casta militar para uma classe proprietária de terras (Pool, 1980; Tripp, 2007).

A estabilidade do regime monárquico baseou-se em uma aliança estratégica entre a elite política dos *sharifianos* estabelecida em Bagdá e os líderes tribais nas províncias iraquianas do interior. As forças britânicas e a monarquia hachemita, através de um processo de cooptação, consolidaram o poder dos xeiques tribais, transformando-os em instrumentos de administração local e de arrecadação de impostos (Pool, 1980). De acordo com a Lei de Colonização de Terras de 1932, a posse comunal das tribos foi substituída por títulos de propriedade individual em nome dos xeiques tribais, transformando-os em latifundiários capitalistas e reduzindo os camponeses à condição de servos. Foi criado, portanto, um sistema no qual os sucessivos governos iraquianos foram dominados por *sharifianos* e o parlamento por xeiques tribais, garantindo que o estado servisse aos interesses de ambos os grupos em detrimento da maioria da população (Pool, 1980).

Nesse contexto, as elites iraquianas utilizaram a vertente pan-arabista do nacionalismo como uma ferramenta de legitimação e mobilização, especialmente para atrair integrantes da elite da *effendiyya*. Embora a elite sunita cultivasse uma imagem nacionalista e antibritânica para conseguir apoio popular, eles mantinham conexões com as forças britânicas, que, por sua vez, consideravam-nos garantidores da ordem social e dos seus interesses, como o petróleo (Eppel, 1998). Desta forma, o nacionalismo funcionava também como um mecanismo para manter a hegemonia da minoria árabe sunita sobre a maioria xiita e também sobre a minoria curda, escondendo divisões sectárias sob uma pretensa identidade árabe comum (Tripp, 2007).

A estrutura de poder durante o período monárquico era patrimonialista e excludente, sendo que as minorias xiitas e curdas foram sistematicamente marginalizadas em relação aos cargos no governo e nas forças armadas. O sistema dependia, portanto, de redes informais de confiança e laços familiares, criando o que se pode chamar de “Estado sombrio”, onde as decisões reais eram tomadas por pequenos círculos de poder, muitas vezes subvertendo as instituições públicas (Tripp, 2007). A *effendiyya*, apesar de sua crescente influência na sociedade iraquiana, carecia de uma liderança independente e era frequentemente cooptada

pelas elites conservadoras, que lhes ofereciam cargos no governo como forma de controle (Eppel, 1998).

A incapacidade das elites em realizar reformas sociais e econômicas profundas, aliada à sua dependência da força coercitiva estatal, alienou importantes setores da sociedade iraquiana (Eppel, 1998; Tripp, 2007). O sistema foi derrubado em 1958 por uma nova geração de militares, os Oficiais Livres, que refletiam o descontentamento social da *effendiyya* e das massas urbanas. Conclui-se que as elites iraquianas antes de 1958 funcionavam como os protetores de um sistema de privilégios que utilizava o Estado como um instrumento de enriquecimento e controle social, mantendo um sistema político aparentemente estável por meio de alianças personalistas e com uma violência estrutural (Pool, 1980).

Tendo em conta o papel exercido pelas elites na formação do estado iraquiano durante o período monárquico, é necessário apresentar brevemente o conceito de elite elaborado por Mills (1981). Desta forma, pretende-se abordar alguns elementos teóricos úteis para explicar o comportamento das antigas e das novas elites iraquianas e de que forma elas conseguiram manter-se no poder, em suas distintas esferas, no Iraque até o golpe de estado de 14 de julho que desencadeou a Revolução de 1958.

Segundo a abordagem de Mills (1981), a elite do poder descreve um grupo de pessoas que ocupam as posições de comando nas três instituições fundamentais da vida moderna: as grandes corporações que representam o domínio econômico, o Estado que detém o domínio político e os militares que possuem o domínio da força e da defesa. Diferente de teorias anteriores que viam o poder como algo disperso ou meramente político, Mills (1981) argumenta que essas três esferas se tornaram interdependentes e centralizadas. O poder não reside no indivíduo isolado, mas no cargo institucional que ele ocupa. Quem está no topo dessas organizações toma decisões que têm consequências nacionais e globais, afetando a vida de milhões de cidadãos que Mills (1981) descreve como “a massa”.

O conceito de elite elaborado por Mills (1981) é distinto de outras definições sociológicas, como a de classe dominante, segundo a abordagem marxista. Portanto, o conceito de elite elaborado por Mills (1981) tem como principais características uma base institucional, uma intercambiabilidade, uma unidade social e psicológica e a substituição da política por decisões técnicas. No âmbito da base institucional, a elite é definida por sua posição no topo de grandes organizações.

Nesse contexto, Mills (1981) afirma que o poder de um indivíduo não depende de suas qualidades intrínsecas, mas da organização que ele comanda. Sem a estrutura institucional, o indivíduo não teria acesso ao poder. Em relação ao aspecto da intercambiabilidade, um dos pontos

mais relevantes na análise de Mills (1981) é a transição frequente de líderes entre distintas esferas no setor público e privado. É comum que um general se torne um executivo de uma grande empresa de armamentos ou que um proprietário de uma corporação empresarial assuma um cargo de ministro no governo. Essa circulação restrita cria, portanto, uma rede de interesses mútuos (Mills, 1981).

Sobre a característica da unidade social e psicológica, Mills (1981) destaca que os membros da elite não são apenas unidos por interesses econômicos, mas por uma afinidade social. Eles frequentam as mesmas escolas preparatórias, clubes exclusivos, compartilham valores, estilos de vida e uma visão de mundo semelhante. Essa coesão social fortalece, desta forma, a coordenação de suas ações. Por último, Mills (1981) observa que grandes decisões, como a entrada em guerras ou políticas econômicas de larga escala, são tomadas por esse pequeno grupo, muitas vezes fora do debate democrático e do escrutínio público, transformando a política em uma gestão administrativa de elite. Trata-se de uma característica das elites, na qual há uma substituição da política por decisões técnicas (Mills, 1981).

Portanto, a elite do poder só existe em contraste com o que Mills (1981) intitula de “Sociedade de Massa”. Enquanto o público nas democracias ideais seria capaz de debater e influenciar o poder, na sociedade de massa o indivíduo torna-se um receptor passivo de informações e decisões. A elite, portanto, opera em um vácuo de responsabilidade popular, onde as instituições intermediárias, como sindicatos, partidos políticos e imprensa independente perdem sua eficácia em conter o poder acumulado por quem está no topo da sociedade (Mills, 1981).

4.3 O imperialismo, a dependência e o subdesenvolvimento no Iraque

A transição do Mandato Britânico para a independência do Iraque em 1932 pode ser descrita, do ponto de vista teórico, como uma transição de uma dependência dependente para uma independência dependente (Amel, 2020). Embora o Iraque fosse um país soberano formalmente, o Tratado Anglo-Iraquiano de 1930 e o controle britânico sobre setores como a economia e defesa garantiam que o país permanecesse preso ao Império Britânico (Eppel, 2004). A burguesia nacional, ainda incipiente, foi incapaz de liderar uma revolução e permaneceu subordinada aos interesses do estado iraquiano. Nesse contexto, o Estado tornou-se cada vez mais autônomo em relação à sociedade iraquiana devido às rendas do petróleo que fluíam diretamente para o governo (Farouk Sluglett; Sluglett, 2001).

O imperialismo britânico no Iraque antes de 1958 pode ser compreendido teoricamente como a construção de um estado colonial que serviu de base para a manutenção do poder britânico no Oriente Médio (Tripp, 2007). Esse projeto imperial não se limitou à administração formal, mas evoluiu para um modelo de império informal, no qual a soberania iraquiana escondia uma relação de dependência estratégica, econômica e militar profunda do Império Britânico (Louis, 2006; Tripp, 2007). Esse cenário não foi alterado após a independência do Iraque em 1932, tendo em conta a manutenção do controle britânico sobre as bases militares, a política externa e os recursos provenientes da exploração do petróleo.

De acordo com a teoria leninista, o imperialismo é definido como a fase monopolista do capitalismo, caracterizada pela exportação de capitais e pela partilha do mundo entre as grandes potências para garantir fontes de matérias-primas e o acesso a diferentes mercados (Lenin, 2021). No caso iraquiano, essa lógica se manifestou através do controle da CPI, um consórcio formado por capitais internacionais que garantiu que o petróleo, a principal riqueza do país, permanecesse sob domínio britânico e de empresas ocidentais (Farouk Sluglett; Sluglett, 2001).

Com base na perspectiva teórica de Luxemburg (2020) sobre as revoluções, o estado iraquiano funcionava sob uma lógica territorial de poder, onde o aparato estatal e militar era essencial para garantir o fluxo de acumulação de capital. Desta forma, o militarismo atuava como um braço executor dos interesses capitalistas, protegendo investimentos e reprimindo movimentos de libertação nacional que pudessem ameaçar a estabilidade do modo colonial de produção. Portanto, conclui-se que o imperialismo britânico no Iraque funcionou como um mecanismo de bloqueio, que permitia o crescimento de certos setores ligados à exportação, mas paralisava qualquer movimento de diferenciação de classe ou desenvolvimento industrial que pudesse levar a uma verdadeira independência nacional (Amel, 2020).

Após apresentar as principais características do imperialismo britânico, é fundamental analisar a abordagem teórica de Lenin (2021) sobre o imperialismo. Na perspectiva de Lenin (2021), o imperialismo é definido como o estágio monopolista do capitalismo e sua essência econômica é sintetizada em cinco características fundamentais. Em primeiro lugar, temos a concentração da produção e do capital. O desenvolvimento do capitalismo atingiu um nível tão elevado que deu origem a monopólios, como trustes e cartéis, que exercem um papel decisivo na economia global. Uma segunda característica tem a ver com o surgimento do capital financeiro e da oligarquia financeira. Nesse contexto, há uma fusão do capital bancário com o capital industrial, criando o capital financeiro e uma pequena elite de magnatas que controla as instituições políticas e econômicas (Lenin, 2021).

Uma terceira característica apontada por Lenin (2021) está ligada à importância da exportação de capitais. Diferente do capitalismo clássico, onde predominava a exportação de mercadorias, na fase imperialista a exportação de capitais para os países subdesenvolvidos e periféricos assume um papel predominante para garantir lucros superiores (Lenin, 2021). Uma outra característica está associada à formação de associações internacionais de monopólios, nas quais os grandes conglomerados capitalistas formam cartéis internacionais que dividem o mercado mundial e as esferas de influência econômica entre si.

Por último, assinala-se o processo de partilha territorial do mundo pelas grandes potências, que passam a dividir territórios em colônias ou áreas sob dependência financeira e diplomática, tornando inevitáveis as guerras e conflitos para qualquer futura redivisão desses territórios (Lenin, 2021). Portanto, Lenin (2021) define a essência econômica do imperialismo como o capitalismo monopolista, caracterizando-o como o estágio mais alto e final do desenvolvimento capitalista. O imperialismo não é apenas uma escolha política, mas um produto inevitável das transformações estruturais do capitalismo, onde a livre concorrência é substituída pelo domínio de monopólios (Lenin, 2021).

As forças do imperialismo britânico no Iraque implementou um modo de produção colonial, integrando o país na economia global como fornecedor de matérias-primas, especialmente o petróleo (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). A partir de 1952, a receita petrolífera passou a representar quase metade do orçamento estatal, tornando o governo economicamente autônomo em relação à sociedade interna, mas estruturalmente dependente de monopólios estrangeiros (Batatu, 1978; Issawi, 1982). Seguindo, portanto, a teoria leninista, o imperialismo no Iraque manifestou-se através do domínio do capital financeiro e da exportação de capitais (Lenin, 2021). O Estado funcionava sob uma lógica territorial de poder, utilizando o militarismo para garantir o fluxo de acumulação e reprimir movimentos de libertação que ameaçassem a ordem colonial (Lênin, 2017).

Lênin (2021) caracterizava o imperialismo como o estágio de agonia do capitalismo e a véspera da revolução socialista proletária. A concentração de capital e o domínio dos bancos transformaram o capitalismo em um sistema mundial de opressão colonial e estrangulamento financeiro da maioria da população global por um punhado de países considerados avançados. Esta fase monopolista criou as condições objetivas para a revolução, pois a socialização da produção atingiu um nível em que a apropriação privada se torna um fardo insuportável para os povos oprimidos e colonizados (Lênin, 2021).

Desta forma, a revolução não poderia consistir simplesmente na conquista da máquina estatal existente para fins proletários. Havia a necessidade de destruir a maquinaria burocrático

militar do estado burguês, substituindo-a por uma nova forma de poder, ou seja, a ditadura do proletariado (Lênin, 2017). Este estado de transição seria o proletariado organizado como classe dominante, utilizando a força para reprimir a resistência dos exploradores e organizar a economia socialista. Lênin (2017) rejeitava, portanto, a noção de uma revolução pura, afirmando que ela seria o resultado de uma ampla luta popular envolvendo todos os elementos oprimidos, incluindo setores da pequena burguesia com todos os seus preconceitos e fraquezas.

Como ponto de partida conceitual, o imperialismo britânico no Iraque entre 1920 e 1958 pode ser compreendido como a implementação de um modo de produção colonial, no qual a economia iraquiana tornou-se estruturalmente dependente da economia britânica (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Nesse período, que abrange desde o Mandato Britânico até a queda da monarquia hachemita, o Iraque foi integrado a uma divisão internacional do trabalho que o converteu em um país produtor de matérias-primas para suprir as necessidades industriais da economia britânica. Portanto, entende-se que o modo colonialista de produção é a forma de capitalismo estruturalmente dependente do imperialismo em sua formação histórica e desenvolvimento contemporâneo. As contradições que moldam e impulsionam a luta de classes sob um modo colonial de produção operam no nível da interação das duas estruturas interdependentes das formações sociais capitalistas e colonizadas, o que cria múltiplas e complexas camadas de contradições (Safieddine, 2020).

Essas contradições eram evidentes no caso do Iraque, pois o modo colonial de produção, destacando-se, principalmente, a produção de petróleo, gerou as condições para o surgimento de sindicatos de trabalhadores iraquianos que tinham como objetivo derrotar a monarquia hachemita e o imperialismo britânico. O sistema político iraquiano era, portanto, um sistema de constante instabilidade política. Desta forma, podemos observar o seguinte:

A instabilidade política, frequentemente citada como evidência de formação estatal frágil ou atribuída a uma cultura política deficiente, era em si uma característica do fenômeno da substituição de classes – e não da revolução de classes – prevalente sob o modo de produção colonial e expresso na forma de frequentes golpes militares ou governos de curta duração (Safieddine, 2020, p.4, tradução nossa).

A estrutura do poder britânico no Iraque consolidou-se, portanto, através de uma aliança com as elites locais, transformando a elite dos líderes tribais e notáveis em uma classe de proprietários de terras ligados à burguesia mercantil. Essa burguesia colonial, por sua vez, representava os interesses do capital imperialista britânico, agindo como uma classe parasitária, impedindo, assim, o desenvolvimento de uma burguesia industrial nacional autônoma (Amel, 2020).

A associação entre colonialismo e subdesenvolvimento parece um tanto natural no estudo sobre o Iraque na primeira metade do século XX. Entretanto, devemos questionar as causas estruturais da conexão entre esses dois fenômenos que constituem a essência do desenvolvimento histórico do Iraque sob o domínio do Império Britânico. Nesse contexto, Amel (2020) observa que considerar o colonialismo como a causa do subdesenvolvimento não é um problema em si, pois o verdadeiro problema reside em especificar o tipo de causalidade que associa o subdesenvolvimento ao colonialismo. Portanto, torna-se necessário utilizar um arcabouço teórico para compreender a dinâmica histórica desse processo:

Se quisermos compreender o “subdesenvolvimento” cientificamente, devemos primeiro elaborar as ferramentas teóricas necessárias para tal compreensão. Para sermos precisos, o que queremos enfatizar no início deste estudo é que não podemos compreender o “subdesenvolvimento”, que é a nossa realidade histórica atual, a menos que formulemos uma teoria sobre ele. Essa teoria científica não pode ser outra senão marxista. É uma premissa fundamental da nossa pesquisa que somente o pensamento marxista é capaz de nos fornecer uma teoria desse abrangente fenômeno [do subdesenvolvimento] (Amel, 2020, p.16, tradução nossa).

A relação colonial era baseada na superexploração, onde a economia desenvolvida, no caso, a Grã-Bretanha, obtinha do Iraque, a economia subdesenvolvida, uma quantidade de trabalho, sob a forma de mercadorias, como o petróleo e produtos agrícolas, muito superior ao valor dos produtos exportados para a colônia. Esse mecanismo de troca desigual é o que garantia a drenagem da mais-valia das economias periféricas para as economias centrais do capitalismo internacional (Amin, 1977). O Império Britânico não substituiu simplesmente o sistema implementado pelo Império Otomano, mas forçou uma fusão entre o modo de produção capitalista e formas pré-capitalistas, nas esferas tributárias e feudais. Essa integração distorceu as estruturas tradicionais para que servissem ao propósito de fornecer mão de obra barata e recursos, criando um desenvolvimento do subdesenvolvimento (Amin, 1977).

A dependência do setor externo era uma marca do Iraque nos anos 1950, sobretudo, em relação ao petróleo que representava aproximadamente cerca de 49% de toda a receita arrecadada pelo governo iraquiano em 1953 (Eppel, 2004). Já o valor absoluto recebido pelo estado iraquiano variou conforme a fonte documental: alguns registros apontam para 49,9 milhões de dinares iraquianos (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001), enquanto outros dados indicam cerca de 58,3 milhões de libras esterlinas (Eppel, 2004).

Figura 1 – Produção de Petróleo no Oriente Médio e África do Norte (1914-1980)

Table 10.1
Production of Petroleum
(millions of barrels)

	1914	1930	1940	1950	1960	1970	1975	1978	1980
Iran	3	46	66	242	391	1,398	1,953	1,913	565
Iraq	—	1	20	51	356	565	826	935	989
Saudi Arabia ^a	—	—	5	200	481	1,387	2,583	3,030	3,634
Kuwait ^a	—	—	—	126	619	1,091	761	778	596
Qatar	—	—	—	12	64	132	160	178	128
United Arab Emirates	—	—	—	—	—	285	607	688	624
Oman	—	—	—	—	—	97	125	115	104
Other Middle East ^b	—	—	7	11	20	114	122	100	103
Total Middle East	3	48	98	642	1,931	5,069	7,137	7,737	6,743
Egypt	1	2	7	16	24	169	84	169	225
Libya	—	—	—	—	—	1,211	540	724	654
Algeria	—	—	—	—	66	376	359	424	344
Total North Africa ^c	1	2	7	17	91	1,756	1,018	1,354	1,262
Total region	4	50	105	659	2,022	6,825	8,155	9,091	8,005
World	408	1,412	2,150	3,803	7,674	16,628	19,485	21,948	22,820
Middle East as percent of world	1	3	5	17	25	30	37	35	30
North Africa as percent of world	—	—	—	—	1	11	5	6	6
Region as percent of world	1	3	5	17	26	41	42	41	35

^aIncluding half of production of neutral zone.
^bIncluding Bahrain, Israel, Syria, and Turkey.
^cIncluding Morocco and Tunisia.
Source: Organization of the Petroleum Exporting Countries, *Annual Statistical Bulletin*, 1978; *Petroleum Economist*, January, July 1981.

Fonte: OPEP (2025)

Esse volume expressivo foi resultado direto do acordo de 1952 firmado com a CPI, que instituiu o princípio de partilha de lucros do petróleo na base de 50%-50% (Issawi, 1982). Antes desse acordo, em 1950, o petróleo contribuía com apenas cerca de 11,8% a 15% das receitas (Eppel, 2004). Esse fluxo maciço de capital permitiu que o estado iraquiano se tornasse economicamente autônomo em relação à sociedade, uma vez que o governo não dependia mais de impostos internos da população para financiar sua estrutura, mas sim de royalties pagos por monopólios estrangeiros (Batatu, 1978). Portanto, em 1953 o petróleo deixou de ser uma receita complementar para se tornar a fonte de praticamente metade de todo o orçamento estatal, financiando o aparelho burocrático e os projetos do Conselho de Desenvolvimento (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Tendo como base o caráter dependente e de subdesenvolvimento da economia iraquiana nas décadas que antecederam a Revolução de 1958, destaca-se o conceito de dependência adotado nesta tese, “Por dependência nos referimos a uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada” (Dos Santos, 1970, p.231, tradução nossa). Desta forma, há uma relação assimétrica, pois os países dominantes conseguem se expandir continuamente,

enquanto os países dependentes só o fazem como um reflexo dessa expansão, o que pode impactar seu desenvolvimento de forma positiva ou negativa (Dos Santos, 1970).

De acordo com Dos Santos (1970), há três formas principais de dependência: (1) a dependência colonial que tem como base o monopólio comercial, financeiro e da terra, com exportação de metais e produtos de baixo valor agregado com uso de mão de obra escrava ou servil, (2) a dependência financeiro industrial consolidada no final do século XIX, caracteriza-se pela expansão do grande capital dos centros hegemônicos para a produção de matérias-primas e produtos agrícolas nos países periféricos e (3) a nova dependência após a Segunda Guerra Mundial baseada em corporações multinacionais que investem em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos, configurando uma dependência tecnológico industrial (Dos Santos, 1970).

Segundo o modelo teórico adotado por Dos Santos (1970), a industrialização nos países dependentes enfrenta limites estruturais severos devido a uma série de fatores como: (1) o déficit no balanço de pagamentos, pois o mercado internacional monopolizado tende a baixar os preços das matérias-primas e elevar os dos produtos industriais, gerando perdas constantes; (2) a remessa de lucros, tendo em conta que o capital estrangeiro controla os setores mais dinâmicos e repatria grandes volumes de lucro, resultando em uma saída de capital maior do que a entrada e (3) o monopólio tecnológico, no qual os países dependentes precisam importar máquinas e tecnologias protegidas por patentes.

Nesse contexto, a estrutura de dependência molda as dinâmicas da sociedade. Há uma contínua superexploração do trabalho para compensar as relações de troca desiguais e a remessa de lucros, os países dependentes mantêm uma força de trabalho altamente explorada, com níveis salariais baixos, o que limita o crescimento do mercado consumidor interno (Dos Santos, 1970). Como consequência, temos um desenvolvimento combinado e desigual, no qual há centros internos modernos que coexistem com setores atrasados que fornecem mão de obra barata, reproduzindo a desigualdade internacional dentro das fronteiras nacionais. Nesse sentido, o Estado acaba por subsidiar o capital estrangeiro e nacional através de isenções, financiamentos e infraestrutura, muitas vezes acumulando déficits que geram ainda mais dependência (Dos Santos, 1970).

Dos Santos (1970), portanto, afirma que o sistema de reprodução dependente gera atraso, miséria e marginalização social. O respectivo autor afirma que as medidas propostas por organismos voltados para a temática do desenvolvimento, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), não são suficientes para romper as correntes da dependência e

do subdesenvolvimento. A saída política para um desenvolvimento autônomo só pode ser alcançada através de uma radicalização política que leve os países periféricos a escolherem governos populares revolucionários, que tenham um viés socialista, considerando soluções intermediárias como utópicas (Dos Santos, 1970).

A inserção subordinada da economia iraquiana ao mercado internacional na segunda metade do século XIX, assemelha-se ao processo de dependência e subdesenvolvimento das economias latino-americanas no mesmo período. Desta forma, destaca-se os estudos de Marini (1981) sobre a questão da dependência e do subdesenvolvimento que estão historicamente atreladas à estrutura do imperialismo. Essa abordagem teórica é, portanto, útil para compreender como a economia iraquiana foi estruturada para atender aos interesses do Império Britânico na primeira metade do século XX.

A contribuição teórica de Marini (1981) para a compreensão da dependência e do subdesenvolvimento na América Latina, parte do pressuposto de que a história da região é indissociável da história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Para Marini (1981), a dependência não é um estágio pré-capitalista ou um desenvolvimento insuficiente, mas sim um capitalismo *sui generis* cujas peculiaridades só fazem sentido dentro da perspectiva do sistema internacional. O conceito de dependência é definido por Marini (1981) como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada dessa mesma dependência. A integração da América Latina no mercado mundial, especialmente a partir do século XIX, não foi um evento acidental, mas uma necessidade do estágio histórico do desenvolvimento capitalista industrial europeu (Marini, 1974).

A América Latina foi inserida na economia mundial como produtora de matérias-primas e alimentos, permitindo que os países centrais aprofundassem sua própria divisão do trabalho e se especializassem na produção industrial (Marini, 1974). Esse processo gerou o que, Marini (1981) determina de intercâmbio desigual, ou seja, as nações dependentes transferem valor para os centros industriais devido à diferença de produtividade e ao monopólio tecnológico. Para compensar a perda de renda gerada por esse comércio internacional, as economias dependentes recorrem a uma exploração redobrada de sua própria força de trabalho.

Nesse contexto, o conceito fundamental que distingue a economia subdesenvolvida, segundo Marini, é a superexploração do trabalho (Marini, 1974). Enquanto nos países centrais a acumulação de capital baseia-se cada vez mais na produtividade, ou seja, a mais-valia relativa, nas economias dependentes a acumulação fundamenta-se na maior exploração do trabalhador (Marini, 1981). De acordo com Marini (1981), essa superexploração manifesta-se através de

três mecanismos principais. Em primeiro lugar, temos a intensificação do trabalho através do aumento da criação de valor no mesmo tempo de trabalho. Em segundo lugar, destaca-se o prolongamento da jornada de trabalho por meio do aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica. O terceiro mecanismo está associado à redução do consumo do operário. A remuneração da força de trabalho é reduzida para um nível inferior ao seu valor real, convertendo o fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capital (Marini, 1981).

Essa dinâmica implica que ao trabalhador são negadas as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho, levando ao seu esgotamento prematuro. Portanto, a superexploração não é uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação, mas um componente inerente e necessário do capitalismo dependente para contrabalançar as transferências de valor no mercado mundial. O processo de desenvolvimento na periferia do capitalismo mundial reproduz essa exploração do trabalho, ampliando, assim, as estruturas de dependência (Marini, 1981).

Marini (1981) destaca, portanto, que, na economia dependente, ocorre uma cisão entre a produção e a circulação de mercadorias. Como a produção exportadora não depende do consumo interno para se realizar, o consumo individual do trabalhador é sacrificado em favor da exportação. Esse processo cria duas esferas de circulação interna: uma esfera alta composta por um grupo de não-trabalhadores, voltada para o consumo de bens importados ou produzidos com tecnologia estrangeira e uma esfera baixa composta pelos trabalhadores, restrita a bens essenciais devido aos baixos salários pagos (Marini, 1981).

A industrialização latino-americana, iniciada principalmente após as crises do mercado mundial no período entre 1914 e 1939, não rompeu esse ciclo (Marini, 1974). O setor industrial na América Latina nasceu para atender a uma demanda preexistente das elites e baseou-se em uma tecnologia importada que utilizava pouca mão de obra, o que agravou o excedente de força de trabalho e manteve os salários em níveis baixos. O resultado foi uma industrialização que reforçou a dependência tecnológica e financeira, culminando no abandono dos projetos de desenvolvimento autônomo por parte da burguesia local em favor de uma integração efetiva com os capitais imperialistas (Marini, 1974).

Em economias onde a industrialização teve um maior avanço, como no Brasil, Marini identifica o surgimento do subimperialismo. Devido à superexploração do trabalho, o mercado interno de bens suntuários encontra limites de expansão (Marini, 1981). Para resolver essa contradição, os países subdesenvolvidos buscam uma expansão para o exterior, tentando

controlar mercados vizinhos e exportar manufaturas, reproduzindo, em escala regional, os esquemas de dominação dos centros imperialistas (Marini, 1974).

Nesse contexto, Cardoso e Falleto (1975) propõem uma redefinição do subdesenvolvimento, afastando-se da ideia de que ele seja apenas um estágio prévio ou um atraso em relação aos países desenvolvidos. O subdesenvolvimento é caracterizado, portanto, como uma situação histórica particular, originada na relação entre sociedades com diferentes graus de diferenciação do sistema produtivo. Diferente de sociedades consideradas sem desenvolvimento, que não mantêm relações de mercado com países industrializados, o subdesenvolvimento ocorre quando a expansão do capitalismo vincula economias a um mercado global onde ocupam posições distintas. Estruturalmente, esse processo se manifesta através do predomínio do setor primário, com uma forte concentração de renda e com a subordinação do mercado interno ao mercado externo. Portanto, o subdesenvolvimento não é uma etapa necessária para se alcançar o desenvolvimento pleno do capitalismo, mas, sim, um elemento integrante da própria estrutura econômica internacional (Cardoso; Falleto, 1975).

O modelo teórico baseado nas assimetrias existentes entre as economias centrais e as economias periféricas é utilizado para destacar a desigualdade e funções exercidas no âmbito da estrutura de produção global (Cardoso; Falleto, 1975). Enquanto o conceito de subdesenvolvimento tem como foco o grau de diferenciação do sistema produtivo, a noção de periferia enfatiza as funções que as economias latino-americanas desempenham no mercado mundial. Nesta relação assimétrica, a periferia atua como fornecedora de matérias-primas e receptora de investimentos e tecnologia dos centros hegemônicos. Desta forma, a condição periférica implica que o dinamismo dessas economias é, em grande medida, um reflexo do dinamismo das economias centrais (Cardoso; Falleto, 1975).

A dependência implica uma forma de dominação onde as decisões sobre produção e consumo em uma economia são tomadas externamente, ou seja, em função dos interesses das economias desenvolvidas (Cardoso; Falleto, 1975). A dependência não é apenas uma variável externa ou uma determinação mecânica de fora para dentro, na verdade, ela resulta das alianças internas entre classes e grupos sociais no âmbito das nações dependentes. Nas sociedades nacionais dependentes, o Estado atua, portanto, como um mediador em busca da soberania, mas cujas possibilidades de ação são limitadas pelas vinculações estruturais ao mercado externo. A dependência, portanto, é o que torna inteligíveis as situações empíricas ao mostrar como os componentes estruturais internos se conectam com os elementos externos para manter uma situação de domínio (Cardoso; Falleto, 1975).

No âmbito das estruturas de dependência, há nas zonas periféricas, o estabelecimento das chamadas economias de enclave. Desta forma, Cardoso e Falleto (1975) estabelecem dois tipos de economias de enclave: o enclave mineiro e o enclave agrícola. O enclave mineiro caracteriza-se por um nível reduzido de ocupação de mão de obra e uma elevada concentração de capital. Nesse tipo de enclave, há uma tendência ao pagamento de salários mais altos para o setor operário especializado, embora isso geralmente não afete positivamente o restante da economia voltada ao mercado interno (Cardoso; Falleto, 1975).

Já o enclave agrícola diferencia-se por empregar um nível elevado de mão de obra e uma baixa concentração de capital. A expansão desse tipo de enclave costuma ocupar terras disponíveis, o que acaba prejudicando a economia de subsistência local. Além disso, não há pressões acentuadas por aumentos salariais, já que há uma elevada demanda por mão de obra não qualificada, que costuma ser abundante (Cardoso; Falleto, 1975). A inserção subordinada da economia iraquiana nos fluxos mundiais de comércio a partir da segunda metade do século XIX, demonstra que houve um enfraquecimento da economia de subsistência local baseada no setor agrícola que empregava uma considerável quantidade de mão de obra (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

De acordo com Cardoso e Falleto (1975), a saída política para a superação da dependência e do subdesenvolvimento tem sido historicamente o populismo desenvolvimentista que busca legitimar o poder ao se apresentar como um projeto de industrialização capaz de proporcionar benefícios para todos os setores da nação. Essa estratégia visa construir um consenso nacional em torno de um novo sistema de poder que surge durante a fase de consolidação do mercado interno (Cardoso; Falleto, 1975). Essa construção política ocorre através de alguns mecanismos. Em primeiro lugar, temos a articulação de metas contraditórias. O populismo busca equilibrar interesses divergentes no âmbito do seu aparato ideológico, pois tenta conciliar a necessidade de grandes investimentos acelerados demandados pelos setores industriais e pelo Estado com a pressão das massas por um consumo ampliado e por uma maior participação econômica (Cardoso; Falleto, 1975).

Um segundo mecanismo está associado a ideia do Estado como um árbitro. Para que o poder seja visto como legítimo, as lideranças políticas devem demonstrar capacidade de se impor sobre os interesses em conflito na sociedade. O Estado atua, portanto, como um mediador que busca harmonizar as tensões entre a burguesia industrial, as classes médias, os setores populares e os antigos grupos agroexportadores, em nome de um suposto interesse nacional (Cardoso; Falleto, 1975). Um terceiro mecanismo é a chamada incorporação das massas, segundo a qual, a legitimidade depende da capacidade do sistema político em oferecer

oportunidades de inserção social e econômica para as massas urbanas, que se tornam atores políticos relevantes. Esse mecanismo é posto em prática através de políticas de redistribuição de renda e da criação de empregos gerados pelo processo de substituição de importações no setor industrial (Cardoso; Falleto, 1975).

O terceiro mecanismo tem como base uma promessa de desenvolvimento nacional. Nesse contexto, a ideologia nacionalista serve como uma base de apoio popular, ao propor que o fortalecimento do mercado interno e do setor urbano-industrial é uma via para o progresso social, o que justifica a manutenção do esquema de poder vigente. Portanto, o populismo desenvolvimentista legitima-se ao criar a imagem de uma aliança desenvolvimentista, na qual o Estado garante que o crescimento econômico e o lucro do setor privado não excluam as demandas populares por bem-estar social (Cardoso; Falleto, 1975).

5 O IRAQUE: DO IMPÉRIO OTOMANO AO IMPÉRIO BRITÂNICO

5.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar a história iraquiana nas décadas que antecederam os eventos revolucionários de 1958. O contexto histórico iraquiano, antes da criação estatal imposta pelo Império Britânico está relacionado a três elementos fundamentais: a antiga civilização da Mesopotâmia, a herança árabe islâmica e o legado do Império Otomano (Marr, 2012). Nesse sentido, esses três elementos formaram uma espécie de memória coletiva para grande parte dos iraquianos durante o século XX e foram utilizados pelos britânicos na construção artificial do estado iraquiano, ao agregar diferentes grupos étnicos e religiosos em um mesmo território (Tripp, 2007).

5.2 O Iraque durante o Império Otomano

A história do Iraque no século XX pode ser explicada a partir de dois processos históricos correlacionados: a ocupação britânica da Mesopotâmia em 1914 e a desintegração do Império Otomano após o fim da Primeira Guerra Mundial (Tripp, 2007). No entanto, os interesses britânicos na região do Oriente Médio remontam ao século XIX, sobretudo, à segunda metade do século. Um fator preponderante para a intensificação da presença britânica na região foi a abertura do canal de Suez em 1869 e o aumento dos fluxos do comércio internacional naquela região (Tripp, 2007). Segundo Farouk-Sluglett e Sluglett (2001, p.3, tradução nossa), “A inauguração do Canal de Suez em 1869 e a introdução gradual da navegação a vapor nos rios Tigre e Eufrates permitiram ao Iraque tornar-se um exportador de cereais, principalmente para o Golfo e a Índia.”

De acordo com Marr (2012), o Iraque constitui historicamente uma passagem entre o Oriente e o Ocidente, com a maioria das fronteiras definidas artificialmente pelo Império Britânico, deixando de lado os anseios da população local. Desta forma, o novo estado era uma criação artificial, fruto da reorganização dos interesses britânicos no Oriente Médio. Para tornar o projeto viável, tanto os britânicos, quanto os hachemitas, reconheceram a importância de reunir diferentes povos dentro das fronteiras estatais com uma aparência de nação unificada (Dawisha, 2009).

conquista otomana no século XVI, quando cooperaram com os otomanos contra a invasão dos xiitas da Pérsia (Dann, 1969).

Já os sunitas eram minoria no Iraque, representando cerca de um quarto da população do país, porém eram a comunidade com a maior força política e econômica do país. Um exemplo do poder dos sunitas está relacionado aos cargos por eles ocupados entre 1921 e 1958, ou seja, dos 59 gabinetes formados durante o período monárquico, apenas cinco não foram comandados por sunitas (Dann, 1969). Nesse contexto, os sunitas iraquianos conseguiram estabelecer conexões regionais com grande parte do mundo árabe, o que serviu como base para o surgimento do nacionalismo pan-arabista no Iraque (Dann, 1969). Portanto, os xiitas, apesar de constituírem a maioria da população, tornaram-se uma minoria no âmbito político. Isso deu origem a uma realidade na qual os políticos, as elites e a monarquia hachemita, todos liderados por sunitas, adotassem uma política de repressão em relação à maioria xiita e aos curdos (Eppel, 2004).

Historicamente, os xiitas representavam cerca de metade da população iraquiana. Além de terem uma maior proximidade com os xiitas iranianos, os xiitas iraquianos formam uma comunidade distinta em virtude de seu sectarismo e seu modo de vida tribal. Na estrutura social fragmentada iraquiana, os xiitas sempre foram preteridos em relação aos sunitas, o que os levou a adotar uma postura contrária aos arbítrios do poder estatal (Dann, 1969). Outra comunidade com um histórico de perseguição no Iraque eram os curdos, que representavam cerca de 20% da população iraquiana e eram conhecidos por terem um forte sentimento nacionalista. Os curdos viviam de forma isolada, nas regiões montanhosas do Iraque, o que gerou uma ideia de independência, mas que também retardou seu progresso social, econômico e político. Mesmo com o fenômeno da urbanização, os curdos ainda adotavam uma tradição na vida tribal com base na liderança de seus respectivos chefes (Dann, 1969).

O termo al- 'Iraq era utilizado desde o século VIII por geógrafos árabes para se referir à grande planície aluvial dos rios Tigre e Eufrates, uma região conhecida na Europa como Mesopotâmia (Tripp, 2010). Do ponto vista territorial, o Iraque foi dominado e controlado pelo Império Otomano durante o século XVI, sendo a sua incorporação gradual e esporádica (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). De acordo com Marr (2012, p.6, tradução nossa), “A conquista otomana do Iraque começou em 1514 como resultado de uma guerra religiosa entre o sultão otomano sunita e o xá xiita safávida (persa).” O Iraque otomano foi tomado inúmeras vezes pelos Safávidas e a Dinastia Mameluca, sendo reconquistada pelos otomanos de forma definitiva em 1831 (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Durante a ocupação otomana, o Iraque, teve uma relativa autonomia administrativa, econômica e fiscal durante o período

compreendido entre a conquista do território iraquiano no século XVI e metade do século XIX (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

A partir do século XVI, quando a região da Mesopotâmia foi conquistada pelos otomanos e o Império Safávida xiita ascendeu na Pérsia, o Iraque esteve envolvido em conflitos que duraram por mais de dois séculos. Os territórios iraquianos foram conquistados gradualmente pelos otomanos entre 1514 e 1534, sob o domínio dos sultões Salim I e Sulaiman (Eppel, 2004). Entretanto, os persas safávidas reconquistaram Bagdá em 1623 e em 1634 Bagdá foi reconquistada pelo sultão Murad IV, sendo reintegrada ao Império Otomano. Como consequência desses conflitos, a cidade de Bagdá ficou destruída e a estabilidade na região só foi alcançada em 1847 pelo Tratado de Erezrum entre os otomanos e a dinastia persa Qajar (Eppel, 2004).

Nas primeiras décadas do século XIX, houve um processo de descentralização político-administrativa no Império Otomano, que aliada à incapacidade da administração e o envolvimento em conflitos europeus, gerou condições para a ascensão de forças locais que demandavam maior autonomia (Eppel, 2004). Entre essas forças locais, destacam-se as federações tribais e elites otomanas urbanas dos mamelucos, que adquiriram um relativo poder nas cidades de Bagdá e Mossul; chegando a estabelecer uma espécie de governo autônomo em Bagdá a partir de 1702 (Eppel, 2004).

O poder das elites mamelucas aumentou consideravelmente até 1831, período no qual os governantes mamelucos de Bagdá e Dawud Pasha estabeleceram conexões com agentes da Companhia Britânica das Índias Orientais, que expandiram suas atividades no Golfo, Basra e Bagdá durante o século XVIII (Eppel, 2004). Em 1831, as forças militares otomanas derrotaram os mamelucos em Bagdá, o que destruiu grande parte da cidade, e reduzindo bastante a população local. Já em 1834, os mamelucos foram derrotados pelas forças otomanas em Mossul, pondo um fim a uma primeira tentativa de soberania iraquiana. Nesse contexto, as elites otomanas empreenderam uma centralização estatal e uma política de modernização no Iraque ao longo do século XIX (Eppel, 2004).

A relação instável entre a administração local otomana mameluca, centrada nas cidades e as tribos e federações tribais persistiu até o final do século XIX. As estruturas sociais tribais começaram a se desintegrar, devido à centralização imposta pelos otomanos, ao fortalecimento da capacidade organizacional e militar estatal, e às mudanças nas condições econômicas, de produção e transporte (Eppel, 2004). Foi um processo complicado, que se desenvolveu em ritmos diferentes nas províncias iraquianas durante a segunda metade do século XIX, nas quais as tribos gradualmente se tornaram mais fracas e a administração central e as cidades se

tornaram mais fortes. As relações tribais e as respectivas lealdades ainda eram aspectos importantes na política do Iraque no século XX, mesmo após a ocupação britânica na Primeira Guerra Mundial e à política estatal iraquiana de fortalecer a elite dos notáveis tribais. Portanto, a conservação, embora com mudanças, do tribalismo no Iraque foi uma consequência direta dos novos tipos de interação entre os notáveis tribais, transformados em grandes proprietários de terras e o sistema político (Eppel, 2004).

A Lei Fundiária Otomana, aprovada em 1858 no âmbito das reformas implementadas por Midhat Pasha, tinha como objetivo enfraquecer o poder local das federações e líderes tribais (Eppel, 2004). A transição de uma economia feudal para uma economia de mercado contribuiu para o enfraquecimento das federações tribais, conferindo aos otomanos uma posição de supremacia sobre o poder local das tribos. A implementação da respectiva lei e a transição para uma economia de mercado foram exploradas pelas elites de notáveis tradicionais, que ocupavam cargos na burocracia otomana e desenvolveram relações comerciais com países do Ocidente, bem como pelos notáveis tribais, que se apossaram das terras de suas tribos (Eppel, 2004). Esse processo, que durou até a primeira metade do século XX, acabou por transformar os membros das tribos em camponeses, ou seja, servos sem-terra, enquanto que os notáveis tribais se tornaram grandes proprietários de terras com uma fonte garantida de renda com base na produção para os novos mercados (Eppel, 2004).

A economia tribal estava relacionada com a proteção do fluxo das caravanas comerciais das cidades sagradas de Najaf e Karbala e com o fornecimento de produtos agrícolas aos mercados urbanos em expansão. Nesse sentido, as duas cidades conseguiam satisfazer a crescente demanda dos mercados em zonas urbanas, por conta da melhoria das condições agrícolas, uma consequência dos investimentos realizados nos sistemas de irrigação (Eppel, 2004). Entretanto, a conquista *wahabita* de Karbala em 1801 gerou uma grande destruição na cidade o que levou a necessidade de proteger as estradas que davam acesso às cidades sagradas. As cidades sagradas de Najaf e Karbala, com seus centros de estudos, também foram importantes na propagação da influência xiita no Iraque. As influências ocidentais foram introduzidas no Iraque a partir do Oriente, ou seja, através da Índia, do Golfo Pérsico e do porto de Basra. Os primeiros comerciantes estrangeiros a chegar em Basra foram marinheiros portugueses e holandeses através do Oceano Índico. A partir do século XVIII, porém, a Grã-Bretanha tornou-se a principal potência ocidental ativa no Golfo e na cidade de Basra (Eppel, 2004).

A atividade comercial britânica desenvolveu-se lentamente e sua influência foi limitada até meados do século XIX, mesmo com os poderosos governantes locais, como Dawud Pasha,

que se aproveitaram da presença dos britânicos para reforçar sua força militar e sua autonomia. Nesse sentido, Eppel (2004) argumenta que a crescente influência britânica entre 1830 e o início da Primeira Guerra Mundial, foi importante para preservar a existência do Império Otomano, em vez de ser um mecanismo de destruição do império. Portanto, havia um conflito de interesses entre os britânicos da Companhia das Índias Orientais e membros do governo britânico em Londres. Durante o século XIX, a Grã-Bretanha tomou medidas ativas para garantir sua hegemonia no Golfo Pérsico, estabelecendo uma defesa estratégica da Índia Britânica (Eppel, 2004).

O governo britânico avaliou a possibilidade de operar um sistema de transportes dos portos sírios no Mediterrâneo até o rio Eufrates, descendo o respectivo rio até o Golfo Pérsico, seguindo para a Índia. Esse projeto decorreu dos interesses imperialistas da Grã-Bretanha, que havia perdido o interesse na rota do Eufrates depois de ter assumido o controle da Companhia do Canal de Suez (Eppel, 2004). Porém, as atividades britânicas relacionadas à navegação no Eufrates levaram à operação de barcos a vapor tanto nesse rio quanto no Tigre e a operação de uma linha regular de barcos a vapor nos dois rios acabou por reforçar as conexões entre Basra e Bagdá. Desta forma, o desenvolvimento dos transportes e o fortalecimento da economia de mercado foram uns dos principais fatores que levaram à mudança nas condições socioeconômicas nas províncias iraquianas a partir de 1830 (Eppel, 2004).

A relevância econômica do Iraque aumentou com a crescente importância do petróleo na economia mundial após a descoberta de petróleo na Pérsia em 1908 e o início de sua produção em 1912. Nesse sentido, o controle das províncias de Bagdá e Basra tornou-se vital para a proteção das instalações de refino na cidade persa de Abadan, na fronteira entre a Pérsia e as respectivas províncias iraquianas. A real possibilidade da existência de petróleo no Iraque aumentou os esforços alemães, britânicos e franceses para obter a concessão para a prospecção e produção de petróleo no país (Eppel, 2004). Antes da Primeira Guerra Mundial, as províncias do Iraque estavam empobrecidas e a maior parte da população vivia em condições precárias. Desta forma, o início da produção de petróleo na Pérsia, além das grandes quantidades de petróleo existentes em Basra e Bagdá aumentaram a importância estratégica da região sob a perspectiva das potências ocidentais (Eppel, 2004).

A organização política no Iraque refletia a transformação das famílias dos notáveis urbanos e a adaptação às novas condições impostas pela inserção em uma economia de mercado. A consciência nacional moderna era um desenvolvimento muito recente entre os membros da classe média ocidentalizada, os *effendiyya* (Eppel, 2004). Já as identidades otomana, árabe e iraquiana ainda estavam em desenvolvimento antes da Primeira Guerra

Mundial e com a desintegração do Império Otomano e a ocupação britânica, surgiu uma nova configuração política, ou seja, o estado iraquiano que incluía grupos heterogêneos das províncias de Bagdá, Basra e Mosul (Eppel, 2004).

O Iraque herdou um processo de modernização ocidental dos otomanos, como a criação de escolas em Bagdá, Basra e Mossul e o estabelecimento de uma administração burocrática moderna no período do Tanzimat entre 1839 e 1876. Durante o mandato de Midhat Pasha, os otomanos buscaram uma aproximação com o Ocidente, que produziu gerações de iraquianos com uma educação ocidental moderna (Eppel, 2004). A educação desses iraquianos que provinham de famílias ricas e das elites dos notáveis, assim como da classe média tradicional, criou condições para uma politização da sociedade iraquiana. Havia, portanto, uma nova elite de iraquianos que passaram a adotar costumes ocidentais, como vestimentas e uma linguagem política moderna totalmente diferente das estruturas sociais tradicionais, e que ficaram conhecidos como *effendiyya* (Eppel, 2004).

No âmbito político e econômico, a autonomia iraquiana no Império Otomano era exercida diretamente pelos notáveis provinciais, chefes tribais ou militares ou, pelo menos, por meio da mediação deles. Essa informação é importante para compreender os tipos de mediação e cooptação política existentes com a criação artificial do estado iraquiano século XX (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Basra, Bagdá e Mossul eram as principais províncias do Império Otomano, embora muitos de seus habitantes não tivessem o sentimento de pertencer a um império. Havia um considerável sentido de autonomia local, inexistindo um sentimento de pertencimento ao império otomano, o que nos ajuda a compreender as disputas existentes e a dificuldade em torno de uma identidade comum no estado iraquiano. Até a abertura do Canal de Suez, em 1869, a província de Basra estava voltada mais para o Golfo e para a Índia; já Bagdá era um ponto de parada na rota terrestre entre a Síria e o Irã, e, por último, Mosul tinha vínculos econômicos mais próximos com a Anatólia e Aleppo do que propriamente com Bagdá (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

No topo da estrutura de poder existente nas três províncias iraquianas de Bagdá, Basra e Mossul, residia a elite militar dos paxás mamelucos que reconheciam a soberania do sultão otomano, mas estavam cada vez mais fora de seu alcance político (Tripp, 2007). Além de gerenciar as forças militares à sua disposição e defender o território contra os persas e outros inimigos, eles precisavam manter alianças com chefes tribais árabes que exerciam o poder local sobre Bagdá e Basra. Destaca-se também que o poder político e econômico no Iraque otomano tinha como base o sistema tributário, no qual um grande sistema de alianças foi criado pelos paxás mamelucos que exerciam seu poder através da cobrança de impostos locais (Tripp, 2007).

A principal função do governo era, portanto, a manutenção do sistema tributário e extrair as receitas que lhes permitiriam se manter no poder, como também defender o sistema contra possíveis inimigos e ameaças no plano interno ou externo (Tripp, 2007; Amaral, 2022). Durante seu mandato como governador de Bagdá, Midhat Pasha tentou introduzir as disposições do Código Fundiário Otomano de 1858 e ampliar os poderes estatais como coletor de impostos, embora esses esforços não tenham surtido efeito (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). O principal objetivo do código era recuperar o direito de tributação estatal que havia sido perdido, o que só poderia ser alcançado caso, direitos de propriedade individual fossem claramente definidos. O resultado imediato da introdução do código foi a concessão de títulos de propriedade aos comerciantes, antigos funcionários estatais cobradores de impostos e xeiques tribais, que se tornaram, portanto, grandes proprietários de terras (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Desta forma, uma nova classe de proprietários de terras estava em gestação com a ajuda do aparato estatal otomano e que teria uma força política e econômica de grande relevância no estado iraquiano durante o século XX.

O poder exercido pelos paxás das três províncias não era totalmente livre, pois também necessitavam da confirmação pelo Império Otomano para poderem atuar politicamente (Amaral, 2022). Na esfera militar, as forças armadas otomanas oficialmente serviam em Bagdá, mas os paxás as mantinham sob seu comando direto e garantiam que sua própria força de elite de mamelucos pudesse sempre subjugar-las. Nas relações com os habitantes das três províncias iraquianas, os paxás mamelucos não diferiam muito dos governantes do Império Otomano em geral (Tripp, 2007). Os métodos empregados eram os mesmos da administração otomana contemporânea, seja no âmbito da cobrança de impostos, taxas alfandegárias, aumento das forças armadas ou aplicação da vontade do governador e, conseqüentemente, a do sultão otomano. Os habitantes das três províncias de Mossul, Bagdá e Basra faziam parte de um espectro tão amplo de estruturas sociais e comunitárias quanto qualquer outro lugar do Império Otomano. Já nas regiões de maioria curda, como no norte e nordeste das províncias de Mossul e Bagdá, as identidades tribais moldaram a vida dos habitantes (Tripp, 2007).

Nos distritos de predominância árabe da província de Mosul, a população rural estava dividida entre grupos tribais sedentários e nômades, envolvidos na agricultura ou na pecuária. Bagdá, assim como Mossul, era uma província que estava apenas nominalmente sob o controle das autoridades de Istambul, pois a vida da maioria da população rural era moldada pelas práticas e valores das tribos sedentárias e nômades, assim como das confederações tribais às quais pertenciam. Somente nas regiões mais próximas de Bagdá, mais sujeitas ao controle direto

da elite administrativa e política urbana, as identidades tribais já não eram tão importantes (Tripp, 2007).

Por último, os xiitas tinham suas próprias leis e costumes e ignoravam as instituições otomanas e dificilmente tinham algum envolvimento com o aparato estatal otomano. As cidades de Najaf e Karbala representavam uns dos mais importantes centros sagrados para os xiitas iraquianos e isso representava um contraponto ao domínio estatal otomano (Tripp, 2007). A importância desses centros de peregrinação e aprendizado xiita significava não apenas um fluxo constante de peregrinos e comerciantes da Pérsia, mas também um olhar especial do próprio estado persa contra as injustiças cometidas pelas autoridades otomanas contra os xiitas nas cidades sagradas de Najaf e Karbala (Tripp, 2007).

A resistência xiita aos otomanos tinha como base a aversão à autoridade central do estado. Isso pode explicar, em parte, o crescente apelo do xiismo aos membros das tribos dessas regiões, muitos dos quais adotaram o islã xiita durante os séculos XVIII e XIX. Já na província de Basra, a situação era bem diferente, pois a sociedade local, assim como em Bagdá, era composta por grupos distintos, sob o domínio da elite militar mameluca. Por último, destaca-se que a maioria da população de Basra era árabe e xiita, enquanto que as elites locais eram majoritariamente sunitas (Tripp, 2007).

5.3 O Império Britânico e a criação do estado iraquiano

O ponto de partida para compreender a formação do estado iraquiano é a ocupação britânica das províncias otomanas de Basra, Bagdá e Mossul em 1914, no começo da Primeira Guerra Mundial. A criação do estado iraquiano exigiu novas formas de identidade e sociabilidade na nova estrutura estatal criada pelo Império Britânico na Mesopotâmia (Tripp, 2007). Destaca-se que a origem dos interesses da Grã-Bretanha no Iraque estava relacionada à proteção da rota para a Índia no século XIX para impedir os ataques piratas à frota de navios britânicos nas costas do Golfo Pérsico (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

O Iraque, enquanto ator estatal, foi criado pela Grã-Bretanha, com base no Mandato Britânico da Mesopotâmia, sendo a natureza e o funcionamento estatal determinada pelos interesses britânicos na região. De acordo com Tarbush (1982), os interesses britânicos no Iraque podem ser divididos em estratégicos e econômicos, sendo que os interesses estratégicos tinham como base três principais aspectos: o sistema de comunicações, as bases militares britânicas e o acesso ao petróleo. A manutenção da estrutura colonialista na Índia era a grande preocupação do Império Britânico e, o Oriente Médio ocupava uma posição estratégica, por

conta da região estar situada na rota dos territórios coloniais na Ásia ocupados pela Grã-Bretanha (Tarbush, 1982).

O Iraque é, portanto, um resultado histórico de ocupação pelos Impérios Otomano e Britânico, conforme é destacado por Marr (2012, p.12, tradução nossa) “O impacto do domínio britânico na formação do Iraque moderno ficou atrás apenas do domínio otomano”. O Iraque foi criado através do mandato britânico, com a formação de um novo estado com e de um governo moderno. O legado britânico no Iraque tem a ver com fronteiras atuais do país e os conflitos internos com as minorias e os países vizinhos nas fronteiras (Marr, 2012). Nesse contexto, foi replicado no Iraque um sistema político baseado nas tradições institucionais e parlamentares britânicas, assim como o modelo colonialista do governo indireto, conforme é demonstrado abaixo:

Para governar o Iraque, a Grã-Bretanha instalou uma série de instituições estatais: uma monarquia para chefiar o governo central e simbolizar a unidade do Iraque, um exército e uma burocracia para manter a ordem e administrar o país, e uma constituição no estilo ocidental que previa eleições indiretas e um parlamento. Um tratado com a Grã-Bretanha regulamentou o papel “consultivo” e de apoio militar da Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha também concluiu uma concessão de petróleo com o novo governo iraquiano, que manteve o controle em mãos estrangeiras, mas a produção séria de petróleo só começou bem depois do mandato (Marr, 2012, p.21, tradução nossa).

A primeira tarefa das forças britânicas no Iraque era criar um sistema político, o que foi realizado por meio da promulgação da Constituição Iraquiana em 1925 (Tarbush, 1982). O recém-criado estado iraquiano parecia ter as características de um sistema político funcional semelhante a qualquer estado democrático ocidental da época, pois havia no Iraque uma constituição, um gabinete ministerial, um parlamento, partidos políticos, eleições relativamente livres e um número expressivo de jornais e revistas em circulação. Porém, a realidade iraquiana era confusa, com pouca semelhança na prática com um estado democrático viável. O objetivo imediato dos britânicos era criar uma elite governante que pudesse ser subservientes ao projeto de ocupação a longo prazo do Iraque (Tarbush, 1982).

A sociedade civil iraquiana estava dividida em três grandes grupos: os camponeses, os *fallahin*, que constituíam a maioria da população; os proprietários de terras que eram principalmente xeiques tribais e a elite dos notáveis urbanos, que eram basicamente os comerciantes, como também os ex-oficiais do exército e a elite urbana educada nos moldes ocidentais (Tarbush, 1982). Os xeiques tribais controlavam a maior parte das terras e das rotas de comunicação do país com outros países, constituindo a parcela com maior poder econômico da população iraquiana. Destaca-se que a maioria desses xeiques era favorável ao domínio

britânico no país, não representando uma ameaça aos interesses da Grã-Bretanha no Iraque (Tarbush, 1982).

Houve, portanto, uma expansão do poder econômico dos xeiques tribais durante o período de domínio britânico até a revolução de 1958. Um exemplo desse processo foi a aplicação das leis fundiárias, que eram interpretadas de acordo com os interesses estatais em benefício dos xeiques tribais (Tarbush, 1982). Os xeiques que cooperavam com o aparato imperialista britânico no Iraque e com a monarquia hachemita eram agraciados com títulos de propriedades rurais, enquanto que os xeiques contrários ao governo tinham os seus pedidos de regularização fundiária negada. No âmbito jurídico institucional, o controle dos xeiques sobre o campesinato iraquiano era assegurado pelo aparato estatal que criou um conjunto de leis para vincular os camponeses à terra (Tarbush, 1982).

Nesse contexto, Tarbush (1982) observa que os líderes tribais eram, em sua grande maioria, analfabetos e, durante a revolta iraquiana de 1920 foram suscetíveis à manipulação de diversos partidos políticos. Embora tivessem limitações na esfera política, os xeques tribais reivindicavam apoio popular nas regiões em que exerciam um domínio econômico, o que poderia representar um risco para as forças britânicas (Tarbush, 1982). O Império Britânico tinha, portanto, como estratégia de dominação no Iraque estabelecer um modelo de controle social que alcançasse tanto o poder dos xeiques tribais, quanto dos camponeses que estavam circunscritos à esfera de poder local. Além da possível ameaça representada pelos xeiques, as forças britânicas temiam que os nacionalistas iraquianos que habitavam os centros urbanos e que, conseqüentemente, precisavam ser controlados. Desta forma, as forças britânicas cooptaram, entre os iraquianos das elites urbanas, os que tinham alguma educação formal e conhecimentos sobre o funcionamento estatal segundo os parâmetros colonialistas britânicos (Tarbush, 1982).

A dominação britânica teve como estratégia uma aliança com as elites iraquianas, tanto urbanas quanto tribais. Nesse sentido, as elites urbanas iraquianas emergiram como a classe dominante na maior parte do país, enquanto que os proprietários de terras, entre eles os xeiques tribais, atuaram como uma classe dominante nas áreas periféricas do Iraque (Tarbush, 1982). Nesse contexto, Tarbush (1982, p. 44, tradução nossa) argumenta que, “Para a classe dos proprietários de terras, particularmente os xeiques tribais, uma aliança com a liderança da cidade significava a possibilidade de evitar a tributação e manter uma posição poderosa na hierarquia social das suas tribos.” Esse processo foi intensificado pelo entrelaçamento entre as elites urbanas e tribais, tendo em conta que as primeiras passaram a adquirir grandes

propriedades de terras nas zonas rurais, o que ampliava o controle político e econômico da monarquia hachemita sobre as zonas mais afastadas de Bagdá (Tarbush, 1982).

O método de cooptação dos hachemitas era variado, como por exemplo, a ação direta do estado para garantir a eleição de xeiques tribais no parlamento e oferecimento de cargos estatais para as elites urbanas (Tarbush, 1982). Entretanto, a participação dos xeiques tribais no governo iraquiano nas décadas de 1920 e 1930 era bastante reduzida. De acordo com Tarbush (1982), apenas oito dos 59 cargos ministeriais no governo eram ocupados por líderes tribais, enquanto que entre 1920 e 1936, dos 70% do número total de cargos, apenas 9% foram ocupados por xeiques tribais. No mesmo período, destaca-se que somente um terço dos cargos nos gabinetes do governo provinham da classe de proprietários de terras (Tarbush, 1982).

Entre os membros da elite urbana dos notáveis, apenas 8% dos que ocuparam cargos no governo iraquiano entre 1920 e 1936 tinham eram ligados ao comércio, em contraste com as formações profissional e militar que correspondiam, respectivamente, a 54% e 38% (Tarbush, 1982). Isso pode ser explicado pela preocupação do setor comercial com a manutenção da estabilidade, o que lhes permitiria conduzir seus negócios sem maiores preocupações. A distribuição dos cargos ministeriais entre 1920 e 1936 também demonstra grandes desigualdades em relação ao aspecto religioso. Os xiitas que constituíam 56% do total da população iraquiana, representavam apenas 24% dos cargos nos ministérios. Já os sunitas eram responsáveis por 71% dos cargos ministeriais e respondiam por 36% da população iraquiana (Tarbush, 1982).

No aspecto militar, os iraquianos já tinham o costume de servir nas forças armadas otomanas durante o século XX e no fim do respectivo século, o serviço militar tornou-se obrigatório, alcançando um número de 16 mil homens em tempos de paz e o dobro em tempos de guerra (Tarbush, 1982). No começo da Primeira Guerra Mundial, as forças otomanas somavam cerca de 1.350 oficiais, composto majoritariamente por turcos, sendo que a maioria dos soldados eram árabes. O recrutamento era feito obrigatório a todos os homens que viviam nas zonas urbanas, sendo que nas áreas tribais, havia a cobrança de impostos sobre aqueles que não eram recrutados. Portanto, as leis de recrutamento militar proporcionavam uma fonte de receita para os otomanos, que eram seguidas com rigor pelo Império Otomano no Iraque (Tarbush, 1982).

No âmbito do Império Otomano, o movimento dos Jovens Turcos teve um impacto negativo sobre as forças armadas locais. O antigo sistema de recompensas tributárias foi substituído por uma campanha nacionalista dos Jovens Turcos para o alistamento militar, o que era contrário às lealdades tribais tradicionalmente estabelecidas. Os oficiais otomanos reagiram

ao movimento nacionalista, ao criar grupos políticos secretos, demandando, entre outras coisas, a separação da Mesopotâmia do Império Otomano (Tarbush, 1982).

No começo do século XX, outro fator começou a atrair governos europeus e interesses comerciais para a região: a exploração do petróleo. Em 1908, foram descobertas reservas comerciais de petróleo no sul do Irã e em 1909, foi criada a Anglo-Persian Oil Company, o que despertou interesses do governo britânico, sobretudo, de Winston Churchill que ocupava à época o cargo de Primeiro Lorde do Almirantado. O governo britânico decidiu, então, adquirir uma participação de 51% no respectivo empreendimento, o que foi formalizado através de uma lei no parlamento britânico, dias antes do início da Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914 (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

As forças britânicas que conquistaram a Mesopotâmia eram provenientes da Índia, e, portanto, seus comandantes e oficiais apoiavam o colonialismo britânico. Percy Cox, ex-ministro das Relações Exteriores do governo britânico na Índia, foi nomeado comissário civil da Mesopotâmia e resolveu ignorar as demandas nacionalistas locais, optando por estabelecer conexões com a elite dos notáveis e os líderes tribais. Nesse contexto, as autoridades britânicas promulgaram os Regulamentos Tribais sobre Disputas Criminais e Cíveis em 1918, que concediam amplos poderes jurídicos e administrativos aos líderes e notáveis tribais (Eppel, 2004).

A importância dada pelos britânicos aos costumes e leis tribais constituiu a base jurídica para o regime conservador dos proprietários e a sua lealdade perante o estado. Os Regulamentos de Disputas Tribais e as suas leis posteriores reforçaram juridicamente o poder dos proprietários de terras tribais, tornando-se um fator importante na formação das condições sociais e políticas do Iraque durante o século XX. Portanto, pode-se afirmar que essa concentração de poder político e econômico na esfera tribal foi um dos entraves para o desenvolvimento de um campesinato iraquiano forte e independente (Eppel, 2004).

A aliança entre o Império Otomano e a Alemanha contra a Grã-Bretanha e a França, formalizada em novembro de 1914, gerou reações imediatas. Nesse sentido, as forças britânicas ocuparam a cidade portuária de Fao em 1914, dando início à campanha da Mesopotâmia, que serviu de plataforma para a criação do mandato britânico e a criação do Reino do Iraque. As forças britânicas prosseguiram com a ocupação de Bagdá em março de 1917, Kirkuk no início de 1918 e Mossul três dias após o Armistício de Mudros em outubro de 2018 (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Ao final da Primeira Guerra Mundial, o Império Britânico derrotou o que restou do Império Otomano, que foi obrigado a assinar o Armistício de Mudros em outubro de 1918.

Conforme os termos do armistício, todos os territórios da Mesopotâmia, que pertenciam ao Império Otomano, seriam incorporados ao Império Britânico, com uma ressalva sobre o território de Mossul que foi entregue aos britânicos, mesmo após protestos dos otomanos sobre o fato de Mossul não pertencer à Mesopotâmia (Tripp, 2007). O aparato colonial britânico dividiu, portanto, o Iraque em dezesseis províncias, sendo cada uma delas divididas em vários distritos. As leis e regulamentos aplicados na Índia e inclusive moeda indiana, a rúpia, passaram a vigorar em território iraquiano sob a ocupação britânica (Kadhim, 2012).

Quando as forças britânicas derrotaram as forças turcas em Bagdá, em março de 1917, o governo britânico preferiu seguir com o modelo colonial de governo direto. Embora, um memorando oficial do governo britânico enfatizasse a preferência por uma administração árabe em Bagdá que assumisse o governo das três ex-províncias otomanas de Bagdá, Mosul e Basra sob a orientação britânica, o Iraque, na verdade, ficou sob o controle político direto dos britânicos (Dawisha, 2009). Portanto, o país foi dividido em distritos administrativos, cada um deles administrado por funcionários britânicos, com a população local quase totalmente excluída do poder político e das decisões que afetavam suas próprias vidas. Havia uma ala no aparato colonialista britânico que percebia a população local como atrasada para qualquer tipo de autogoverno. Segundo essa, o conceito de estado como um conjunto de instituições que exerceriam uma autoridade política sobre uma população em um território específico era estranho à maioria dos habitantes. Desta forma, as lealdades políticas no Iraque dependiam das conexões religiosas e da autoridade tribal em última instância (Dawisha, 2009).

As forças britânicas estabeleceram um aparato administrativo colonial na Mesopotâmia tendo como referência o modelo colonialista utilizado pelo Império Britânico na Índia, na qual a população local era governada diretamente por funcionários britânicos com a ajuda de uma elite local que se beneficiava com a ocupação (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Nesse sentido, os defensores do domínio direto no aparato colonialista britânico ficaram conhecidos como a “escola imperial”, com destaque dois oficiais britânicos que ocuparam os cargos de Alto Comissário Civil na Mesopotâmia: Percy Cox e Arnold Wilson (Tripp, 2007). Entretanto, o modelo do colonialismo direto na Mesopotâmia foi abandonado pelo Império Britânico devido às pressões do próprio parlamento britânico e de aliados na Primeira Guerra Mundial, como os EUA, que utilizavam o discurso dos Quatorze Pontos de Wilson para defender seus interesses imperialistas no plano internacional. Outro ponto contrário ao domínio direto britânico foi a Declaração Anglo Francesa de 1918 que defendia o estabelecimento de administrações locais na Síria e na Mesopotâmia (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Entre 1918 e 1920, uma série de levantes foram organizados por Faisal Ibn Hussain e seus apoiadores, que haviam participado na Revolta Árabe no Hijaz entre 1916 e 1918, pois tinham como objetivo tomar o controle sobre o Iraque (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Em abril de 1920, houve a divisão dos mandatos pela Liga das Nações, com a Grã-Bretanha sendo agraciada com o mandato do Iraque, da Palestina e da Transjordânia, enquanto que a França recebeu o mandato da Síria e do Líbano. Nesse contexto, Faisal foi expulso da Síria pelo exército francês e regressou ao Iraque junto com seus apoiadores, onde houve uma grande revolta, que ficou conhecida como a Revolta Iraquiana de 1920 (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Um ponto importante a destacar é que a presença das forças britânicas não teve os mesmos efeitos para todos os iraquianos. Os habitantes das províncias de Basra, Bagdá e Mossul reagiram de formas distintas em relação à ocupação britânica da Mesopotâmia (Tripp, 2007). Em Basra, havia desde o século XIX, relações comerciais intensas entre os comerciantes locais e os britânicos, o que facilitou a aceitação sobre a ocupação do território. Por outro lado, os otomanos tentaram obter o apoio dos xiitas contra a ocupação britânica, porém sem qualquer êxito, inclusive nas cidades de maioria xiita, como Najaf e Karbala, levantes foram organizados primeiramente contra o que restou do Império Otomano e posteriormente contra os britânicos. O objetivo dos habitantes das duas cidades sagradas do xiismo, era aproveitar a oportunidade para conseguir algum tipo de autonomia local (Tripp, 2007).

Já em Bagdá, com o eminente desembarque das forças britânicas durante a Primeira Guerra Mundial, foi discutida alguma forma de revolta contra os otomanos pela elite dos notáveis, que escolheram um tipo de acomodação com as forças britânicas (Tripp, 2007). No geral, as pessoas que habitavam o território da Mesopotâmia, defendiam seus próprios interesses e estratégias de sobrevivência, conforme é demonstrado por Tripp (2007, p. 33, tradução nossa), “A grande maioria da população da Mesopotâmia estava mais preocupada em sobreviver aos combates entre as forças britânicas e otomanas. Muitos receberam bem a remoção do controle otomano, mas ficaram apreensivos com a ocupação militar britânica.”

Nas regiões de maioria curda, as forças britânicas foram bem recebidas quando tomaram a cidade de Kirkuk em 1918 (Tripp, 2007). A decisão sobre o que fazer em relação à ocupação britânica foi tomada por líderes tribais curdos em Sulaimaniyya, que queriam se livrar do controle dos otomanos. O líder curdo Mahmud Barzinji era o interlocutor com os britânicos, sendo nomeado governador do Curdistão no final de 1918, o que gerou uma série de descontentamentos locais (Tripp, 2007). Após as forças britânicas tentarem retomar o controle local, Mahmud Barzinji declarou a independência do Curdistão em 1919, desafiando o poder

colonial britânico estacionado em Bagdá, que conseguiu, posteriormente, restabelecer o controle direto sobre a região curda (Tripp, 2007).

De acordo com Fromkin (2008), um problema fundamental na visão do Alto Comissário Arnold Wilson, era que os cerca de dois milhões de xiitas na Mesopotâmia não aceitariam a dominação sunita, porém ninguém vislumbrava uma forma de governo que não envolvesse o controle pelos sunitas. Nesse sentido, o modelo colonialista do *direct rule*, ou seja, o controle direto sobre os territórios coloniais era majoritário entre os oficiais que compunham o aparato imperialista britânico. Nos primeiros anos do domínio britânico, portanto, a ideia de um domínio indireto no Iraque não tinha força, como era o caso da ocupação britânica no Egito (Tripp, 2007, p.36).

Ao impor o modelo colonialista do governo direto, os britânicos aboliram as instituições otomanas, como os conselhos municipais que haviam sido eleitos e passaram a depender cada vez mais da elite local para manter a ordem (Tripp, 2007). Nas zonas rurais, as forças britânicas optaram por utilizar o governo indireto, ou seja, os britânicos permaneciam no poder e contavam com os líderes tribais para manter a ordem social tradicional local. Já o poder dos líderes tribais foi incorporado à legislação criada pelos britânicos, denominada de Regulamentação de Disputas Cíveis e Criminais Tribais. Desta forma, os xeiques tribais passaram a ter o poder de resolver as disputas existentes entre os membros de suas tribos e de cobrar impostos em nome do Império Britânico na Mesopotâmia (Tripp, 2007).

Mesmo com as divergências sobre o modelo colonialista para o Iraque, o império britânico criou o estado iraquiano em menos de 11 meses (Dawisha, 2009). Após a ocupação inicial do território, os altos oficiais britânicos decidiram que a ocupação do território seria realizada com base no domínio colonial indireto, ou seja, com a cooptação de uma elite local para governar o território iraquiano. O Alto Comissário do Iraque, Percy Cox, seria o encarregado de estabelecer um governo local, com o objetivo de criar um aparato estatal na Mesopotâmia de acordo com os interesses britânicos na região (Dawisha, 2009).

Havia, entre os indivíduos com algum grau de instrução, uma preocupação com assuntos políticos e lutavam por um estado iraquiano independente, constituindo posteriormente um grupo de forte oposição à ocupação britânica (Dawisha, 2009). Entretanto, eles representavam uma minoria que havia residido nas margens políticas do Império Otomano, ou seja, uma população que em sua maioria não estava acostumada com a ideia de um governo. Desta forma, o aparato imperialista britânico teve que criar um aparato estatal formalmente alinhado com os anseios dos iraquianos, mas que na verdade era ditado pelos interesses das forças britânicas.

Portanto, era necessário estabelecer um governo forte e capaz de proporcionar a segurança do novo país (Dawisha, 2009).

O estabelecimento de uma monarquia constitucional foi um processo complexo no âmbito imperialista britânico no Iraque. A escolha de Faisal, o terceiro filho de Sharif Husayn de Hejaz, não foi recebida com a aprovação unânime, pois muitos iraquianos, no sul do país predominantemente xiita e no norte curdo, não estavam entusiasmados com a ideia de um soberano sunita estrangeiro (Dawisha, 2009). Tendo em conta a pluralidade comunitária do país, nenhum candidato local teve um apoio amplo, e, portanto, os britânicos escolheram uma figura política sem conexões diretas com nenhuma das diversas comunidades do Iraque. O próprio Faisal descendia de uma linhagem aristocrática árabe com uma reputação consolidada, tendo lutado contra os turcos, conquistado Damasco e tornando-se rei da Síria. Mesmo após ser expulso pelos franceses, Faisal continuou a defender a independência dos povos árabes. Portanto, ele tinha o perfil que lhe permitia obter o apoio tanto em zonas tribais quanto urbanas e, segundo as forças britânicas, Faisal já tinha aprendido uma lição com os franceses na Síria e seria mais receptivo às imposições britânicas no Iraque (Dawisha, 2009).

Ao chegar ao Iraque, Faisal não foi recebido com o entusiasmo que esperava, pois esperava ser acolhido pelo povo iraquiano, mas, em vez disso, foi hostilizado (Dawisha, 2009). Em Basra, por exemplo, os iraquianos tinham seu próprio candidato preferido, Sayyid Taleb al-Naqib, e havia correntes políticas locais que defendiam Taleb al-Naqib, e ainda outras forças políticas que defendiam uma maior autonomia. Somente em Bagdá, portanto, as forças britânicas conseguiram organizar um apoio receptivo a Faisal. O aparato britânico tentou legitimar o governo de Faisal, evitando a realização de eleições diretas, que pudessem gerar um resultado imprevisto (Dawisha, 2009).

Desta forma, eles criaram um sistema nas províncias iraquianas, onde os líderes locais teriam maior influência sobre os resultados eleitorais. Era, portanto, um sistema em que os líderes políticos de uma província, cidade ou distrito cooptavam membros das elites locais para apresentar as qualidades de Faisal e obter informações sobre a existência de algum candidato adversário (Dawisha, 2009). Os resultados das eleições confirmaram, portanto, o nome de Faisal I como rei do Iraque, porém com algumas surpresas, como por exemplo, nas duas províncias de maioria curda, Kirkuk e Sulaymaniya, que votaram contra Faisal. Em algumas províncias houve a demanda por uma verdadeira soberania iraquiana e a convocação imediata de uma assembleia constituinte. Entretanto, nas províncias do sul do país, as tribos locais concordaram com a ascensão de Faisal I ao trono iraquiano, com a continuação do mandato britânico no Iraque (Dawisha, 2009).

Os hachemitas foram escolhidos pelos britânicos para governar o recém-criado Reino do Iraque no contexto das negociações secretas realizadas na Conferência do Cairo em 1921 (Louis, 1984; Sluglett, 2007). Com a imposição britânica do modelo monárquico, Faisal I acabou sendo coroado Rei do Iraque (Nasser; Amaral, 2020). Nesse sentido, “Faisal I sempre esteve consciente da necessidade de criar raízes no Iraque e de atrair suas diferentes comunidades étnicas e sectárias para que a monarquia permanecesse” (Nasser; Amaral, 2020, p. 52). Ao coroar Faisal I, chefe da família hachemita do Hijaz, os britânicos colocaram à frente do Estado iraquiano um membro de uma dinastia que era estranha para a maioria da população do país. Entretanto, Faisal I havia sido identificado desde a época da revolta árabe contra os otomanos e seu breve governo na Síria como um grande líder da nação árabe. Aos olhos da camada educada, a *effendiyya* no Iraque, essa política arabista se tornou o meio de legitimar seu governo, bem como um princípio da política externa destinada a colocar a Síria sob o controle iraquiano-hachemita (Eppel, 2004).

Figura 3 – Conferência do Cairo (1921)



Fonte: Wikipedia (2025)

Com o poder concentrado em Bagdá, os hachemitas passaram a fazer alianças com líderes tribais com o objetivo de controlar a economia iraquiana e, assim, atender aos interesses britânicos (Pool, 1980). Esse domínio britânico sobre a economia iraquiana prejudicou o desenvolvimento do país, principalmente por conta do controle dos recursos petrolíferos pela CPI (Al-Nasrawi, 1994; Eppel, 2004). Portanto, a economia do estado iraquiano, desde a sua concepção, teve um desenvolvimento concentrado em recursos limitados, como o petróleo, dentro de uma relação de dependência com a Grã-Bretanha (Bromley, 1994; Al-Nasrawi, 2004).

Portanto, a partir da criação do Reino do Iraque em 1921, houve o processo de formação de uma burguesia colonial dependente do imperialismo britânico (Pool, 1980). Representadas por um grupo de oficiais britânicos e pelo grupo político do Rei Faisal I, essa burguesia operava por meio do aparato estatal, constituindo um estado patrimonialista que se desenvolveu com base na exploração dos recursos petrolíferos (Tripp, 2007; Dawisha, 2009). A principal característica dessa burguesia colonial era o grande entrelaçamento entre seus vários estratos, gerando interesses comuns (Hasan, 1970). Por mais que não houvesse uma identidade de classe definida, a burguesia, sobretudo em Bagdá, representava os interesses de uma classe dominante no aparelho estatal e dependente do imperialismo britânico no Iraque (Eppel, 2004; Batatu, 1978).

Figura 4 – Faisal I, em primeiro plano, na Conferência de Paz de Paris (1919)



Fonte: Wikipedia (2025)

O período monárquico no Iraque (1921-1958) foi marcado por uma grande instabilidade política, por uma série de revoltas e golpes militares em um país fragmentado etnicamente (Batatu, 1978; Louis, 1984). A fragmentação étnica, religiosa e territorial entre sunitas, xiitas e curdos contribuiu diretamente para a eclosão da revolta de 1920 no sul do Iraque (Vinogradov, 1972; Kadhim, 2012). Desta forma, os períodos do Mandato Britânico (1920-1932) e do Iraque independente (1932-1958) são fundamentais para compreender os antecedentes da Revolução de 1958 (Sluglett, 2007; Nasser; Amaral, 2020).

Portanto, não há na verdade uma “nação iraquiana”, com um histórico de convivência e cooperação entre as distintas comunidades que sempre habitaram o Iraque desde os tempos otomanos, e essa heterogeneidade teve um efeito decisivo nos rumos da vida política do país

(Dann, 1969). Nesse contexto, a criação do estado iraquiano e do seu sistema político excludente atuou como uma das principais causas da reprodução dessa heterogeneidade, em vez de contribuir para sua extinção (Farouk-Sluglett; Sluglett, 1991).

Os oficiais britânicos estabeleceram alianças com líderes tribais e proprietários de terras com o objetivo de contrapor o poder das elites urbanas iraquianas (Pool, 1980). O processo de cooptação das forças políticas culminou na independência “negociada” em 1932, com a manutenção de bases da Força Aérea Britânica e da Missão Militar Britânica e do emprego de vários oficiais britânicos em postos da administração civil iraquiana (Khadduri, 1969; Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Em relação aos xiitas, as medidas e regulamentações britânicas que visavam reforçar o status dos notáveis tribais e, assim, criar um contrapeso ao domínio sunita urbano do Iraque, criaram uma dinâmica que ajudou os proprietários de terras tribais xiitas a ganhar força e poder dentro do estado iraquiano (Eppel, 2004).

O estado iraquiano que surgiu após a aprovação da Constituição pela Assembleia Constituinte em 1924 e promulgada pelo Rei Faisal I em 1925, era uma monarquia na qual o chefe de estado tinha amplos poderes políticos, embora o sistema tivesse sido criado para ser constitucional e parlamentar (Dawisha, 2009). Embora a constituição, conhecida como Lei Orgânica, declarasse que a soberania pertencesse à nação, na verdade, essa soberania estava concentrada nas mãos do rei. Nesse sentido, a constituição conferiu ao conselho de ministros uma limitada margem de atuação política, tornando o gabinete essencialmente um órgão consultivo do rei. Ao longo desse período, o Faisal I foi um participante ativo no processo de tomada de decisões, sem existir na prática uma monarquia constitucional (Dawisha, 2009).

Embora a Constituição de 1925 estipulasse que o Iraque deveria funcionar como uma monarquia constitucional simbolizada na figura de um rei, um gabinete ministerial, duas câmaras legislativas, e direitos democráticos para a população, a carta constitucional facilitou um sistema que permitiu que a Grã-Bretanha, os Hachemitas e os ex-oficiais otomanos árabes sunitas controlassem efetivamente a política iraquiana durante o período da monarquia (Efrati, 2023). O sistema parlamentar vinculou os intelectuais urbanos ao novo Estado e para salvaguardar o regime hachemita, o sistema eleitoral facilitou a exclusão da maioria da população, deixando o poder nas mãos de uma pequena elite. A Constituição Iraquiana representou obstáculos consideráveis para a maioria dos homens e impediu as mulheres de votarem e serem votadas nas eleições parlamentares (Efrati, 2023).

A Constituição de 1925 também criou um sistema jurídico altamente fragmentado, pois dividiu os tribunais religiosos em tribunais da *sharia* para os muçulmanos e os chamados Conselhos Espirituais para outras comunidades religiosas (Efrati, 2023). Segundo o respectivo

texto constitucional, somente os tribunais da *sharia* deveriam lidar com assuntos relacionados ao estado civil dos muçulmanos, como o casamento, divórcio e herança, de acordo com as disposições da *sharia* específicas para cada seita islâmica. Vincular os clérigos ao governo controlado pelos britânicos foi, portanto, uma motivação central por trás dessa constitucionalização dos costumes islâmicos no âmbito do estado civil. Porém, essa institucionalização constitucional da não intervenção do Estado em questões civis não permitia que as mulheres tivessem qualquer recurso quando confrontadas com interpretações desfavoráveis das regras islâmicas, assim como nos procedimentos legais relacionados a relações familiares (Efrati, 2023).

Embora a relação entre o rei e seu gabinete de ministros fosse constitucionalmente inclinada a favor do primeiro, o centro do poder tendia a mudar dependendo da força, do carisma e do compromisso dos principais atores (Dawisha, 2009). Faisal I esforçava-se para garantir que o primeiro-ministro e seu gabinete sempre se submetessem à vontade real e não agissem independentemente das exigências do rei. Nuri al-Said, por exemplo, quem Faisal I confiava para aprovar o impopular tratado anglo iraquiano de 1930, foi demitido em 1932, por conta da rápida ascensão política do primeiro-ministro (Dawisha, 2009).

O aparato imperialista britânico no Iraque estabeleceu a estratégia de concentrar os poderes na figura do rei, com o receio de fortalecer o parlamento iraquiano (Dawisha, 2009). Faisal II tinha noção da sua impopularidade e, embora, concordasse com uma democracia parlamentar e constitucional, buscou fortalecer o poder executivo acima das outras instituições do estado iraquiano. O poder de Faisal I residia, portanto, na cooperação subordinada com as forças britânicas que ocuparam o país durante maior parte do seu reinado no âmbito do mandato na Mesopotâmia, o que gerava grandes contradições, pois havia um abismo muito grande entre os interesses britânicos e as aspirações nacionalistas iraquianas (Dawisha, 2009).

A estrutura de poder iraquiana era dependente dos britânicos e se estendia ao conjunto da esfera governamental e administrativa. Nesse sentido, os membros do governo, como os ministros, eram obrigados a seguir a orientação dos conselheiros britânicos cujas opiniões deveriam ser cumpridas (Dawisha, 2009). A população iraquiana, no entanto, especialmente a classe média, era contra o domínio britânico. O termo “mandato” nunca foi aceito pelos nacionalistas iraquianos, que o equiparavam à colonização e ao imperialismo, e se manifestavam ferozmente contra o mandato nas discussões parlamentares e na imprensa. A soberania, argumentavam os iraquianos, não tinha sentido quando todas as decisões governamentais e administrativas estavam sujeitas à intervenção das forças britânicas, que era considerada uma situação anormal no país (Dawisha, 2009).

As negociações de Faisal I com os britânicos e os nacionalistas iraquianos eram sempre conflituosas, confrontando os britânicos quando achava que eles tinham ido longe demais. Quando no discurso da coroação, Faisal I foi obrigado pelos britânicos a declarar que a autoridade política máxima no Iraque pertencia ao Alto Comissário britânico (Dawisha, 2009). Entretanto, Faisal I se opôs veementemente, argumentando que não poderia concordar com uma cláusula que prejudicaria irreparavelmente a dignidade da coroa e sua própria posição entre o povo. Desta forma, a fórmula política de Faisal I era oscilar entre as posições britânicas e nacionalistas, tentando alcançar um compromisso que fosse aceito na época (Dawisha, 2009).

Um desses dilemas ocorreu imediatamente após a coroação de Faisal I, tendo em conta a escolha dos ministros do governo. Para os iraquianos, o cargo de ministro do interior era considerado o cargo mais poderoso do gabinete, excetuando-se o cargo de primeiro-ministro (Dawisha, 2009). Para mostrar ao povo iraquiano, especialmente aos nacionalistas, que ele era independente, Faisal I queria alguém que não tivesse relações com os britânicos e o Alto Comissário Percy Cox precisava de alguém em quem pudesse confiar para liderar um ministério que era responsável pela segurança interna. Após um impasse, a candidatura de um oficial pouco conhecido foi apresentada e aceita pelas duas partes (Dawisha, 2009).

Também houve uma disputa sobre o Tratado Anglo-Iraquiano de 1922. O governo britânico havia proposto um tratado no final de 1921 para substituir o mandato, mas para os nacionalistas iraquianos o tratado proposto era apenas um instrumento para prosseguir com o domínio sobre o Iraque. A ratificação do tratado ficou paralisada por mais de oito meses, enquanto o rei Faisal I e o Conselho de Ministros buscaram uma revogação do mandato. As tensões aumentaram ao longo de 1922 e tensões sociais emergiram em algumas cidades iraquianas e nas áreas tribais (Dawisha, 2009).

As relações entre o rei Faisal I e Percy Cox chegaram a um ponto crítico por conta da insatisfação iraquiana com o tratado proposto, no qual Faisal I alertou Cox sobre uma revolta iminente. Por sua vez, os dois partidos políticos nacionalistas, al-Nahdha e al-Watani, decidiram organizar um grande protesto contra o tratado e Faisal I manteve-se firme contra a investida britânica. Aproveitando-se da incapacidade do rei, Cox assumiu a responsabilidade de prender e deportar os líderes nacionalistas (Dawisha, 2009). Faisal I percebeu que talvez tivesse ido longe demais ao apoiar os nacionalistas e resistir às ordens britânicas, concordando com as medidas repressivas adotadas pelas forças britânicas, sendo informado que Winston Churchill, que era responsável pelo aparato estatal colonialista britânico, faria com que o Iraque fosse formalmente admitido na Liga das Nações (Dawisha, 2009).

Nesse contexto, Faisal I buscou o apoio de líderes tribais hostis aos britânicos como forma de contrabalançar o poder do mandato. Assim, acreditava-se que os protestos contra as forças britânicas em áreas tribais tivessem eclodido por alguma conivência do rei, que teria apoiado financeiramente o movimento antibritânico no Iraque. Faisal I chegou a induzir líderes tribais a se rebelarem contra o tratado e exigirem a retirada total dos britânicos do país e regularizou terras em áreas tribais como forma de conseguir o apoio dos líderes locais (Dawisha, 2009).

Outra questão pertinente era o papel das instituições que o aparato imperialista britânico queria estabelecer para conter as atividades dos nacionalistas e líderes religiosos antibritânicos. Na perspectiva do monarca iraquiano, era necessário fazer uma aliança com as forças britânicas e com as elites locais para poder governar (Dawisha, 2009). Faisal I tinha noção de que carecia de apoio popular por ser considerado um estrangeiro no Iraque, e, portanto, reconhecia que o apoio de elementos importantes da sociedade, como a classe média, líderes religiosos e tribais, não seria obtido sem que ele se apresentasse como um nacionalista, preocupado em primeiro lugar com os interesses iraquianos contra os britânicos. Isso gerou conflitos com o Alto Comissário, Percy Cox, que foi vantajoso para Faisal I, tendo em vista a sua importância estratégica para os britânicos no processo de cooptação das elites locais (Dawisha, 2009).

Esse processo pode ser exemplificado pelas eleições para a Assembleia Constituinte em 1924. O Conselho de Ministros aprovou o Tratado Anglo-Iraquiano, porém Faisal I conseguiu que o tratado também fosse aprovado pela Assembleia Constituinte. Desta forma, era necessário realizar eleições e Abd al-Muhsin al-Sa'dun foi nomeado com primeiro-ministro (Dawisha, 2009). Em 1923, Percy Cox indicou que o tratado teria uma duração de quatro anos em vez de vinte. A mudança na política britânica explica-se pela insatisfação do governo britânico com os custos da ocupação no Iraque. As eleições para a Assembleia Constituinte foram alvo de protestos, como as fátuas, decretos religiosos emitidos por um importante clérigo xiita (Dawisha, 2009).

Nesse contexto, os emissários do rei Faisal enviados ao clérigo xiita mais importante no Iraque, Mahdi al-Khalisi, que era um crítico ferrenho ao tratado e ao papel dos britânicos no Iraque, foram rejeitados de forma brusca. Faisal I interpretou o fato como um desafio à sua autoridade e ao seu governo e para que estado iraquiano sobrevivesse, o poder executivo precisava impor sua autoridade sobre todos os iraquianos (Dawisha, 2009). Portanto, era preciso lidar com Khalisi, mas o rei e até mesmo os britânicos estavam preocupados que poder local do clérigo entre os xiitas e as tribos do sul pudesse criar uma rebelião incontrolável. O primeiro-

ministro Sa'dun, por outro lado, insistia que o governo não podia ser visto como refém da vontade de apenas um indivíduo fora do âmbito estatal (Dawisha, 2009).

O clérigo Khalisi tinha origens persas e o governo agiu para modificar a lei iraquiana, a fim de permitir a expulsão de estrangeiros considerados uma ameaça à segurança pública. Ele acabou sendo preso e deportado para o Irã, onde permaneceria até sua morte (Dawisha, 2009). Quando outros clérigos nas cidades sagradas xiitas de Najaf e Karbala protestaram contra a prisão e declararam que também deixariam o Iraque, o governo atendeu ao pedido, escoltando aqueles que tinham nacionalidade iraniana até a fronteira com o Irã, porém mantendo os nacionais iraquianos sob vigilância policial. Diante da postura violenta adotada pelo governo, o apoio popular dos clérigos xiitas foi bastante reduzido. Portanto, o estado iraquiano, com apenas dezoito meses de existência, havia vencido uma batalha significativa contra uma das instituições mais poderosas do país (Dawisha, 2009).

Em 1929, o novo governo trabalhista da Grã-Bretanha sinalizou a intenção de firmar um novo tratado com o Iraque que abriria caminho para a adesão do Iraque à Liga das Nações em 1932. Conforme proposto pelos britânicos, o tratado daria aos iraquianos o controle total sobre a segurança e defesa, áreas até então controladas diretamente pelos britânicos. Segundo o novo tratado, os iraquianos permitiriam que os britânicos movimentassem suas forças no Iraque e usassem as instalações iraquianas em caso de guerra, além controlar duas bases aéreas britânicas no centro e no sul do país. Além disso, o exército iraquiano seria equipado exclusivamente pelos britânicos (Dawisha, 2009).

O rei Faisal I era a favor do tratado, pois considerava que os benefícios de aderir à Liga das Nações superavam em muito as concessões feitas aos britânicos. Antecipando uma intensa oposição, Faisal I nomeou Nuri al-Said para o cargo de primeiro-ministro, com a tarefa de fazer com que o tratado fosse aprovado pelo parlamento iraquiano que se mostrava contra a sua aprovação. Nuri al-Said acabou dissolvendo o parlamento, com a realização de novas eleições, garantindo assim um parlamento favorável ao tratado (Dawisha, 2009). Entretanto, a oposição ao tratado não diminuiu, pois protestos tomaram as ruas do país e as forças oposicionistas aproveitaram o momento político para expressar hostilidade ao novo acordo. Alguns membros da oposição chegaram a enviar suas reclamações ao Secretário-Geral da Liga das Nações, afirmando que o tratado não concedia a verdadeira independência aos iraquianos. Entretanto, Faisal I e Nuri al-Said não cederam aos protestos e o tratado foi devidamente ratificado pelo parlamento em novembro de 1930 (Dawisha, 2009).

Com a ratificação do tratado, agora restava finalizar o processo de montagem da estrutura estatal, no qual dois grupos específicos foram escolhidos pelas forças imperialistas

britânicas para seguir no controle do Iraque: as elites otomanas conhecidas como *sharifianos* e os grandes proprietários de terra (Tripp, 2007). Segundo Pool (1980, p.332, tradução nossa), “O termo “Sharifiano” refere-se àqueles indivíduos que estiveram associados à revolta do Xerife de Meca no Hejaz contra o domínio imperial otomano e àqueles que estiveram envolvidos nas administrações temporárias na Síria e na Jordânia entre o fim do domínio otomano e o início do Sistema de Mandatos.”

Outros grupos como os xiitas, os curdos e os assírios ficaram de fora da estrutura de poder criadas pelos britânicos, sendo tratados como minorias à margem da esfera estatal (Tripp, 2007). A política britânica adotada inicialmente causou grandes tensões sociais, tendo em conta que dos cerca de três milhões de habitantes iraquianos existentes no início do mandato britânico, mais de 50% eram xiitas, cerca de 20% eram curdos e os 8% restantes eram compostos por outras minorias (Tripp, 2007). No entanto, os ministros, os altos funcionários estatais e os oficiais das forças armadas eram formados quase que exclusivamente por sunitas, que constituíam menos de 20% da população. Devido à sua posição minoritária, em termos econômicos e sectários, bem como às suas inclinações autoritárias, esse não era um caminho promissor para a integração nacional e construção estável do estado iraquiano (Tripp, 2007).

O período monárquico também foi caracterizado pelo autoritarismo da monarquia hachemita e pela incapacidade de qualquer diálogo com amplos setores da população, sobretudo, os iraquianos mais jovens. A sociedade iraquiana passava por mudanças, com a formação de uma classe média que demandava uma abertura do sistema político e pela independência frente aos britânicos. Essas mudanças estavam ocorrendo não apenas no plano interno, mas na esfera regional árabe, onde a força do nacionalismo ganhava força com uma nova geração de líderes. O poder político durante o período monárquico era concentrado nas mãos de poucas pessoas, havendo um verdadeiro rodízio entre os gabinetes de primeiro-ministro que provinham das elites iraquianas (Dawisha, 2009).

Os governos duravam em média cinco meses e os cargos costumavam ser ocupados pelas mesmas figuras pertencentes à elite política que sustentavam a monarquia hachemita. Destaca-se, que, mais da metade dos cargos de primeiro-ministro, assim como os cargos de ministros da defesa, relações exteriores, interior e economia foram ocupados por apenas 14 políticos iraquianos ao longo do período monárquico (Dawisha, 2009). Dos 48 gabinetes formados entre 1930 e 1958, 21 foram chefiados por apenas dois homens: Nuri al-Said por 14 vezes e Jamil al-Midfai em outras sete oportunidades. Com bases nesses números, constata-se que as antigas elites do período otomano, aliadas ao Rei Faisal I durante a Primeira Guerra

Mundial, ainda dominavam o cenário político iraquiano, o que seria alterado apenas com a revolução de 1958 (Dawisha, 2009).

Portanto, os 12 anos do Mandato Britânico pouco contribuíram para difundir a ideia de pertencimento a uma nação iraquiana. Nos primeiros anos da ocupação britânica, não havia ainda um sentimento contrário ao imperialismo britânico, o que foi uma tônica marcante das décadas de 1940 e 1950 (Dann, 1969). Os xiitas demonstravam uma maior insatisfação contra a presença das forças britânicas, embora muitos deles tenham sido posteriormente cooptados pelos hachemitas por meio do sistema de distribuição de terras (Batatu, 1978). Já os sunitas tinham reclamações pontuais sobre as poucas oportunidades recebidas nos cargos ofertados no governo iraquiano. Nesse contexto, a década de 1920 foi marcada por uma grande tensão social e por uma série de protestos antibritânicos que acabaram evoluindo para um verdadeiro levante que ficou conhecido como a Revolta Iraquiana de 1920 (Dann, 1969).

5.4 A Revolta Iraquiana de 1920

A Revolta Iraquiana de 1920 é um importante acontecimento na história do Iraque, pois foi o primeiro levante popular contra as forças de ocupação britânica no país. Distintos grupos iraquianos participam do levante, unindo sunitas e xiitas, assim como líderes tribais e religiosos, nas zonas rurais e urbanas. De acordo com Amaral (2022), a revolta de 1920, mesmo tendo uma curta duração, gerou um novo fator social em torno de uma identidade comum, expressado por um senso de coletividade entre os iraquianos. A revolta também é um ponto de partida para compreender o processo histórico da revolução de 1958 e as suas causas específicas no âmbito da sociedade iraquiana.

As fontes tradicionais sobre a Revolta Iraquiana de 1920 tem como base as narrativas dos oficiais do aparato colonial britânico na Mesopotâmia e os relatos dos iraquianos que colaboraram de alguma forma com os britânicos durante a revolta (Kadhim, 2012). Segundo essas narrativas, a revolta de 1920 foi causada pelos iraquianos incivilizados que não conseguiam viver sob um governo constituído sob os padrões ocidentais. Desta forma, alguns líderes tribais xiitas seriam os grandes culpados pelos distúrbios ocorridos no Iraque e os iraquianos que pegaram em armas em 1920 não passavam de um bando de bárbaros e agentes a serviço de outros países, como a Turquia, o Irã e a Rússia bolchevique (Kadhim, 2012).

Vinogradov (1972), por exemplo, argumenta que há, pelo menos, três interpretações distintas sobre a revolta iraquiana de 1920. A primeira interpretação tem como base os relatos de Arnold Wilson, que era o Comissário Civil Interino no Iraque na época da revolta, e, que

entendia o evento de 1920 como uma insurreição tribal influenciada por agentes hachemitas. As forças imperialistas britânicas, portanto, interpretavam a revolta de 1920 da seguinte forma:

Acreditava-se que os povos tribais eram incapazes de qualquer ação corporativa organizada que transcendesse os sentimentos tribais estreitos e primordiais. No entanto, no Iraque, as tribos dificilmente podem ser consideradas marginais, pois formavam a maioria da população. Além disso, elas não existiam em um vazio cultural, pois havia surgido um *modus vivendi* muito elaborado para regular a interação entre as cidades e as áreas rurais. Os membros das tribos visitavam regularmente as cidades, tanto para fazer comércio quanto para visitar os santuários sagrados; tradicionalmente, cada tribo tinha sua própria cidade, onde os membros de cada tribo interagiam com os comerciantes locais e os representantes do governo central. Em outras palavras, os membros das tribos iraquianas não eram isolados nem politicamente ingênuos (Vinogradov, 1972, p.124, tradução nossa).

A segunda interpretação tem como base a análise de Fariq al-Fir'aun, que segundo Vinogradov (1972), trata-se do relato mais abrangente e detalhado sobre a revolta de 1920 ocorrida na região central do Eufrates. Al-Fir'aun pertencia à tribo Fatla, que desempenhou um papel importante na revolta e segundo sua perspectiva, a revolta foi uma insurreição tribal regional contra a cobrança de impostos e a ocupação britânica. Segundo Al-Fir'aun, os líderes religiosos, como os *mujtahid* e os *ulama*, foram as principais influências do levante, atribuindo às elites urbanas um papel secundário (Vinogradov, 1972).

Há ainda uma terceira interpretação sobre a revolta de 1920 que é defendida por Kedourie (1959), conforme é destacado por Vinogradov (1972). Nesse contexto, a revolta iraquiana de 1920 foi um movimento separatista xiita organizado para retirar o poder dos sunitas, fossem eles otomanos ou árabes. Nesse contexto, a revolta iraquiana de 1920 não foi apenas um acontecimento regional, mas também um movimento sectário, pois tinha como objetivo estabelecer um estado teocrático xiita independente no Iraque (Kedourie 1959 apud Vinogradov, 1972.)

De acordo com a perspectiva de Vinogradov (1972), a revolta iraquiana foi uma resposta nacional que correspondia às mudanças provocadas no modo de vida tribal iraquiano causadas pela ocupação britânica. Havia, portanto, uma consciência nacional iraquiana que estava sendo formada e influenciada diretamente pelos acontecimentos políticos ocorridos na Síria, no Hijaz e no Egito (Vinogradov, 1972). Nesse contexto, Vinogradov (1972, p.125, tradução nossa) afirma que “A revolta de 1920 no Iraque marcou a última vez em que se ouviu um chamado para a jihad no Iraque, mas também foi a estreia do nacionalismo iraquiano moderno.”

Segundo Kadhim (2012), há uma outra narrativa na qual, sucessivos governos iraquianos utilizaram a revolta de 1920 para legitimar as suas ações políticas. Nesse contexto, a

narrativa da monarquia hachemita era glorificar os oficiais otomanos e iraquianos que lutaram ao lado de Faisal I durante a Revolta Árabe ocorrida entre 1916 e 1918. Eles foram inclusive retratados como os verdadeiros pioneiros da revolta de 1920, mesmo não tendo efetivamente participado do levante iraquiano (Kadhim, 2012). Posteriormente, com a queda da monarquia hachemita e instauração da república em 1958, foi criada uma versão republicana do passado iraquiano, ao negar o papel importante desempenhado pelos xiitas e atribuir à elite sunita em Bagdá o papel de heróis da revolta de 1920. Essa versão ganhou força a partir de 1963, com os sucessivos governos liderados por sunitas e que implementaram políticas altamente repressivas contra os xiitas no Iraque (Kadhim, 2012).

Entre as causas locais da revolta, Kadhim (2012) destaca que as forças britânicas na figura do comandante General Maude, haviam prometido a independência aos iraquianos ainda em 1917, o que foi negado posteriormente. Nesse contexto, os hachemitas liderados por Faisal, alegavam que lutavam pela independência iraquiana desde a Revolta Árabe iniciada em 1916 contra o Império Otomano (Kadhim, 2012). Segundo Kadhim (2012, p. 48), “A presença de oficiais iraquianos em posições de liderança na revolta, juntamente com a propaganda britânica em larga escala a favor de Sharif Husayn e de seus esforços, fez com que o Iraque, até certo ponto, participasse da revolta.”

Entretanto, Kadhim (2012) argumenta que a Revolta Árabe não foi uma revolução popular contra os otomanos, mas, sobretudo, uma revolta hachemita na região do Ḥijaz, liderada por Faisal, filho de Sharif Hussain e que contou com a ajuda de ex-oficiais otomanos, em sua maioria iraquianos, que ficaram conhecidos mais tarde como *sharifianos*. O grupo de Faisal, após serem expulsos da Síria pelos franceses, entraram em acordo com as forças britânicas para governarem o Iraque durante o Mandato da Mesopotâmia (Kadhim, 2012). Nesse contexto, Kadhim (2012, p.49, tradução nossa) menciona que “Por obra do destino, no mesmo dia em que Faiçal sofreu sua devastadora derrota nas mãos dos franceses na decisiva Batalha de Maysalūn - em 24 de julho de 1920 - os combatentes iraquianos obtiveram sua vitória mais impressionante em Rāranjiyya”.

No âmbito regional, há outros fatores que podem ser úteis para explicar a Revolta Iraquiana de 1920, como os eventos ocorridos no Egito, no Irã e na Turquia. A Revolta Egípcia de 1919 teve como causa a demanda por representação dos interesses do Egito na Conferência de Paz de Paris em 1919 (Kadhim, 2012). O grupo de delegados egípcios na conferência era liderado por Sa'd Zaghul, que chegou a participar da conferência como representante do Egito nas negociações pela independência com os britânicos. Após a conferência de Paris, o Egito alcançou uma independência limitada em 1919, ainda sob domínio britânico, mas que conferiu

grande popularidade à Sa'd Zaghul não só no Egito, como em outros territórios controlados pelo Império Britânico, como no caso da Mesopotâmia. Esse processo culminaria na independência do Egito em 1922, concedida de forma unilateral pelo Império Britânico (Kadhim, 2012).

Em relação à Turquia, havia uma conexão entre sunitas iraquianos e turcos por conta do período do domínio otomano sobre o Iraque. O movimento constitucionalista na Turquia teve opiniões favoráveis e contrárias entre os iraquianos, que eram afetados diretamente pela órbita do poder em Istambul (Kadhim, 2012). Os Jovens Turcos conseguiram implementar uma constituição em 1908 contra a vontade do sultão Abd al- Hamid que ameaçou invadir a capital turca, sendo que em 1909 houve uma tentativa de contrarrevolução por parte de grupos islâmicos apoiados pelo sultão que tinham o objetivo de frear o processo de reformas iniciado pelos Jovens Turcos. O sultão foi deposto e substituído pelo seu irmão Rashad, sendo o penúltimo sultão a governar o Império Otomano, ocupando o posto até 1918 (Kadhim, 2012).

Já o Irã manteve sua influência no Iraque por meio da conexão com os xiitas, através dos *mujtahids* iranianos, líderes religiosos xiitas que residiam no Iraque e que tinham grande influência local (Kadhim, 2012). O movimento político iraniano pelo constitucionalismo (al-Mashrūṭa) e do anti-constitucionalismo (al-Mustabidda) teve desdobramentos importantes em cidades sagradas do xiismo no Iraque, onde residiam importantes *mujtahids* iranianos, como Kadhim al-Yazdi, Muḥammad Ḥusayn al-Nā'ini e al-Ākhund al-Khurāsāni, sendo que os dois últimos eram os defensores do constitucionalismo, enquanto que al-Yazdi era contrário ao respectivo movimento (Kadhim, 2012).

Durante os embates pelo movimento constitucionalista entre os *mujtahids* nas cidades iraquianas sagradas para o xiismo e seus apoiadores, houve uma percepção por parte dos xiitas iranianos de que os xiitas iraquianos apoiavam a causa constitucionalista, gerando uma ideia de luta política conjunta (Kadhim, 2012). Portanto, pode-se afirmar que essa tomada de consciência dos iraquianos pela luta constitucionalista, fez com que eles demandassem, no plebiscito britânico de 1918-1919, por um governo com um rei árabe cuja autoridade fosse limitada por uma constituição (Kadhim, 2012). Ressalta-se que as forças britânicas também suspeitavam da influência bolchevique sobre a revolta iraquiana de 1920 e que de certa forma estava relacionado ao Irã, antiga Pérsia, e às respectivas conexões entre os xiitas, conforme é demonstrado abaixo:

Em relação aos bolcheviques, as suspeitas britânicas tinham fundamento. Os russos, em busca de uma chance de minar a posição inglesa na Ásia, decidiram que poderiam possibilitar uma insurreição bem-sucedida no Iraque se fizessem pressão sobre a Grã-Bretanha em outros lugares. A área de vulnerabilidade britânica que eles decidiram explorar era na Pérsia, o campo

de batalha político no qual a Grã-Bretanha e a Rússia tinham se enfrentado com tanta frequência durante o Grande Jogo (Fromkin, 2008, p.492).

O papel desempenhado pelos xiitas na Revolta Iraquiana de 1920 também é destacado por Nakash (1994). No âmbito do xiismo, Mirza Muhammad Taqi Shirazi ascendeu como o principal mujtahid após a morte de Kazim Yazdi em 1919 (Nakash, 1994). Shirazi foi ajudado por seu filho Muhammad Rida e, juntos, os dois definiram a agenda do estabelecimento religioso xiita no período que antecedeu a revolta. A decisão dos *mujtahids* de impulsionar a revolta foi influenciada pelas políticas britânicas no Irã e no Iraque, que representavam um perigo para o status socioeconômico dos *mujtahids* das cidades sagradas (Nakash, 1994).

Entretanto, é importante observar que não há um consenso na literatura sobre a natureza e o significado da insurreição iraquiana. Segundo a historiografia nacionalista iraquiana pan-arabista, a revolta de 1920 foi uma insurreição nacional na qual xiitas e sunitas uniram forças em uma luta comum contra o imperialismo britânico. Kedourie (1959), por exemplo, considerou a revolta iraquiana de 1920 principalmente de natureza xiita, enquanto que Vinogradov (1972) enfatizou as transformações socioeconômicas que ocorreram no Iraque como um fator importante para a revolta, interpretando-a como uma insurreição nacionalista iraquiana (Eppel, 2004).

Nesse contexto, Fromkin (2008) interpreta a revolta iraquiana de 1920 como um levante tribal de grandes proporções contra a cobrança de impostos pelo governo. Por último, Marr (2012) argumenta que as causas da revolta estavam relacionadas à prisão de um xeique que havia se recusado a pagar uma dívida, sendo detido na prisão de Rumaitha. A prisão acabou gerando uma onda de protestos entre os membros de sua tribo que durou cerca de três meses, sendo, portanto, um conflito marcadamente rural. Embora o levante iraquiano tenha sido marcado por uma cooperação entre xiitas e sunitas, a força ativa na insurreição foi definitivamente a população tribal xiita da região do rio Eufrates e das cidades sagradas xiitas. As lideranças religiosas xiitas, que adotaram uma postura antibritânica desde 1918, desempenharam um papel importante na agitação popular que levou à eclosão da insurreição. A insatisfação crescente entre camponeses e líderes tribais contra os grandes proprietários de terras também foram fatores importantes na eclosão da violência em várias áreas ao longo do Eufrates (Eppel, 2004).

Figura 5 – Mapa com os Principais Focos da Revolta Iraquiana de 1920



Fonte: Ohio State University (2025)

Desde a ocupação do Iraque em 1918, a oposição política ao domínio britânico tinha crescido de forma constante nas cidades sagradas xiitas de Najaf e Karbala, onde foram criadas sociedades políticas. Essas sociedades, Jamiyat al-Nahda al-Islamiyya (Sociedade Renascença Islâmica) em Najaf e al-Jamiyya al-Wataniyya al-Islamiyya (Sociedade Patriótica Islâmica) em Karbala tentaram mobilizar a população local contra o domínio britânico. Nesse contexto, ativistas xiitas em Bagdá fundaram em 1919 um partido político nacionalista, Haras al-Istiqlal, que exigia a independência do Iraque frente as forças imperialistas britânicas (Eppel, 2004).

Outro aspecto a ser mencionado é que a Revolta Iraquiana de 1920 está inserida em um contexto histórico mais amplo após a Primeira Guerra Mundial, quando os impérios europeus, como a Grã-Bretanha e a França, decidiram repartir o Oriente Médio em um sistema de mandatos chancelado pela Liga das Nações (Marr, 2012). Esse movimento imperialista gerou fortes reações nos territórios que antes pertenciam ao Império Otomano. Nesse sentido, Marr (2012) argumenta que a revolta iraquiana de 1920 foi desencadeada pelo anúncio, em abril de 1920, de que os principais vencedores da Primeira Guerra Mundial, reunidos na Conferência de San Remo, haviam atribuído à Grã-Bretanha um mandato para o Iraque.

Uma série de reuniões e protestos, incluindo sunitas e xiitas, foram organizados em Bagdá em maio de 1920 com o objetivo de denunciar o Mandato Britânico na Mesopotâmia (Tripp, 2007). A cooperação entre sunitas e xiitas era um exemplo do que diferentes grupos

étnicos-religiosos, que já portavam sentimentos nacionalistas, poderiam fazer em prol da independência iraquiana. Nas palavras de Tripp (2007, p. 41, tradução nossa), “O número de pessoas que compareceu para ouvir discursos e poemas nacionalistas também indicou que uma nova forma de política estava surgindo na pretendida capital do novo Estado”. Ainda em maio de 1920, 15 representantes foram escolhidos para defender o caso da independência iraquiana frente as forças de ocupação britânicas. Eles foram recebidos pelo Alto Comissário Arnold Wilson, porém, com a companhia de membros da elite dos notáveis de Bagdá selecionados estrategicamente por ele (Tripp, 2007).

A união momentânea entre sunitas e xiitas era considerada uma ameaça para as forças britânicas, principalmente, com a possibilidade de grande mobilização popular dos iraquianos (Tripp, 2007). Nesse contexto, eclodiu uma insurreição antibritânica na região norte do Eufrates em junho de 1920 e que no mês seguinte se espalhou também para o sul do país. O levante foi reprimido com relativa facilidade no norte do país, enquanto no sul do Iraque os britânicos encontraram uma considerável resistência obstinada que persistiu até novembro de 1920. A revolta não tinha uma liderança estabelecida, mas era levada a cabo, sobretudo, por lideranças xiitas urbanas e da região do Eufrates (Eppel, 2004).

Figura 6 – Iraquianos Armados na Revolta de 1920



Fonte: Musings on Iraq (2025)

Outro grupo que tentou assumir o comando da revolta foram os nacionalistas árabes do grupo al-Ahd. Os membros do al-Ahd eram ex-oficiais do exército otomano que haviam estabelecido uma sociedade nacionalista árabe secreta já em 1914. Durante a Primeira Guerra Mundial, membros do al-Ahd juntaram-se à rebelião contra os otomanos sob a liderança dos

hachemitas, que eram os governantes tradicionais de Hijaz e Meca. No breve reinado de Faisal em Damasco (1918-1920), membros do al-Ahd ocuparam cargos-chave no governo local e apoiados por Faisal, conseguiram promover uma mobilização popular no Iraque, tentando assumir o papel de líderes da insurreição, porém os xiitas não estavam preparados para aceitar o comando dos sunitas. Outro ponto a ressaltar é que nem todos os membros da al-Ahd se identificavam com o levante, pois alguns de seus membros consideravam a cooperação com a Grã-Bretanha a melhor forma de alcançar as ambições nacionalistas árabes e viam a revolta no Iraque como um fenômeno tribal e étnico xiita (Eppel, 2004).

Ainda em junho de 1920, foi anunciado que eleições seriam realizadas para uma assembleia nacional, sob a liderança de ex-deputados otomanos. Nesse contexto, o aparato colonial britânico decidiu seguir com a política de governo indireto para o Iraque, influenciados pelas recomendações da assistente de Sir Arnold Wilson para assuntos orientais, Gertrude Bell (Lukitz, 2005; Tripp, 2007). Destaca-se que, no âmbito do *staff* imperialista britânico, Gertrude Bell era uma escritora que tinha o maior conhecimento em assuntos árabes do respectivo período (Fromkin, 2008). A opção de Gertrude Bell para o Iraque era o modelo colonialista de protetorado, o denominado *indirect rule* sendo que Wilson preferia o domínio direto, ou seja, o chamado *direct rule* (Fromkin, 2008). Na perspectiva de Gertrude Bell, um governo árabe autônomo poderia replicar no Iraque o avanço “modernizante” que havia sido implementado na Síria. Já Arnold Wilson considerava que um Iraque independente tendo Bagdá como capital política sofreria uma grande resistência dos curdos no norte e dos xiitas no sul do território iraquiano (Lukitz, 2005).

Figura 7 – Ibn Saud, Percy Cox e Gertrude Bell em Basra (1916)



Fonte: The Guardian (2025)

Durante as tratativas para a criação do estado iraquiano, o comissário Arnold Wilson defendia que a única maneira de preparar a população para a participação direta no processo político era através da criação de conselhos municipais (Lukitz, 2005). Porém, os nacionalistas iraquianos se opunham a tal ideia, pois queriam a criação de um estado iraquiano independente, com a capital em Bagdá. O cerne da questão era que, segundo os iraquianos, os conselhos municipais deveriam ser eleitos diretamente pelo povo, e não nomeados pelas forças britânicas, como demandava Arnold Wilson (Lukitz, 2005).

Nesse contexto, os ex-deputados otomanos e as elites *sharifianas*, deixaram de lado qualquer tipo de resistência à ocupação britânica, pois viram uma oportunidade de integrar as novas estruturas de poder do estado iraquiano. As elites iraquianas, como os notáveis árabes sunitas e os líderes tribais xiitas, buscavam, garantir os privilégios existentes dentro da ordem social que estavam inseridos. Portanto, a negociação com os britânicos tinha como ponto central a questão da autonomia limitada que essas elites queriam manter com base na relação que possuíam com o novo aparato estatal (Tripp, 2007).

No processo de formação estatal, a cooptação de líderes tribais era estratégico para as forças britânicas e o regime hachemita, tendo em vista a autoridade que os xeiques exerciam sobre os membros das suas respectivas tribos, com base na propriedade das terras e do poder de cobrar tributos locais (Tripp, 2007). Porém, em um primeiro momento, a estratégia de cooptação das elites iraquianas não foi suficiente para conter a mobilização popular antibritânica. Em maio de 1920, as forças britânicas resolveram agir de forma violenta, após os protestos realizados nas ruas de Bagdá. A revolta ganhou força em outras cidades de maioria xiita, como Najaf e Karbala, que eram marcadas pela distribuição desigual da terra e da cobrança abusiva de impostos (Tripp, 2007).

O levante armado ocorreu em fins de junho de 1920, após a prisão do filho do aiatolá al-Shirazi, o principal *mujtahid* xiita iraquiano no respectivo período. Vários líderes tribais foram presos pelas forças britânicas, o que deu mais ímpeto à revolta, que contava com conexões entre os xiitas em Najaf e Karbala e os demais revoltosos em Bagdá. Os curdos também se mobilizaram e passaram a controlar cidades na fronteira com o Irã, mesmo que suas ações não fossem coordenadas com os líderes tribais xiitas (Tripp, 2007). A revolta, entretanto, acabou perdendo força para o alívio dos oficiais britânicos e das elites sunitas em Bagdá, que tinham receio que os levantes fossem ampliados para outras áreas dominadas pelos xiitas. As forças britânicas foram eficazes na sua estratégia de cooptação de importantes forças sociais, como as elites sunitas e alguns líderes tribais, que no curso da revolta, decidiram aliar-se aos britânicos

com o intuito de preservar a sua posição social e conter a mobilização popular nas zonas rurais de maioria xiita (Tripp, 2007).

Figura 8 – Tropas Britânicas na Revolta Iraquiana de 1920



Fonte: Ohio State University (2025)

O levante de 1920 foi também marcado pela desorganização, o que facilitou a ação repressiva do aparato imperialista britânico (Marr, 2012). Nesse contexto Nasser e Amaral (2020, p. 51), caracterizam a revolta iraquiana de 1920 como, “O levante de 1920 foi uma revolução política, conforme evidenciado pelas mudanças que impôs à estrutura política existente, revertendo a política britânica no Iraque” (Nasser; Amaral, 2020, p. 51). Nesse contexto, a principal consequência da revolta foi o abandono pelos britânicos do modelo colonialista do *direct rule* e a adoção do sistema do *indirect rule*, ou seja, uma espécie de governo indireto que contaria com a participação de uma elite local iraquiana na administração do Mandato Britânico na Mesopotâmia (Marr, 2012).

Após a repressão do levante, o Alto Comissário Percy Cox estabeleceu uma espécie de governo local, intitulado de Conselho de Estado. Para gerir o Conselho, foi nomeado Abd al-Rahman al-Kaylani, o Naqib al-Ashraf que liderava as famílias aristocráticas que se diziam descendentes do Profeta Maomé de Bagdá (Eppel, 2004). Sayyid Talib, considerado uma figura importante em Basra, foi nomeado ministro das Relações Exteriores e Haskail Sassoon, um importante líder da comunidade judaica de Bagdá, tornou-se ministro das Finanças. Por último, foi nomeado para o Ministério da Defesa, Ja'far al-Askari, um ex-oficial otomano que foi governador de Aleppo durante o reinado de Faisal na Síria (Eppel, 2004).

Destaca-se, portanto, que a revolta iraquiana de 1920 não ocorreu em um vácuo político ou ideológico. Cada evento contribuiu de alguma forma para o curso da revolta, seja em relação às estratégias adotadas ou às lições aprendidas pelos iraquianos. Segundo Kadhim (2012, p.52, tradução nossa), “A Revolta de 1920 foi, antes de tudo, uma revolução nacionalista iraquiana motivada e executada por elementos internos. Como evidenciado pelas declarações enfáticas dos participantes, sua execução e financiamento foram puramente locais”. Fatores socioeconômicos associados ao mandato britânico também foram causas importantes da revolta. Um dos principais objetivos do mandato era garantir os interesses do Império Britânico na região do Golfo Pérsico, sobretudo, em relação ao petróleo e também defender a rota comercial da Índia, destacando-se que a ocupação da Mesopotâmia já havia sido planejada pelas forças britânicas em 1914, antes mesmo da declaração de guerra do Império Otomano à Grã-Bretanha (Kadhim, 2012).

6 O REGIME POLÍTICO DA MONARQUIA HACHEMITA

6.1 Introdução

Durante a década de 1920, foram lançadas as bases do estado iraquiano e delineadas as principais características do regime político. A criação das instituições estatais ocorreu em um contexto marcado por grandes contradições sociais, políticas e econômicas e a maioria da população iraquiana tinha uma desconfiança com qualquer tipo de governo estranho à sua realidade, sobretudo, em relação às elites sunitas que estavam no poder (Eppel, 2004). Nesse sentido, a elite governante tentou construir um estado com uma identidade coletiva local e, assim, alcançar a independência total da Grã-Bretanha, utilizando o apoio britânico contra as ameaças no plano regional e as forças tribais no plano interno.

De acordo com Amaral (2022), a criação e consolidação do estado iraquiano, desde 1921, foi essencialmente um projeto das elites iraquianas. O Império Britânico exerceu um grande domínio sobre o país através da cooptação de setores da elite local. Durante o período monárquico, os hachemitas equilibravam seus próprios interesses dinásticos com a tutela britânica para dirigir a máquina estatal (Amaral, 2022). Desta forma, os britânicos procuraram construir as instituições iraquianas de acordo com os seus padrões, como por exemplo, formar uma única entidade política com as antigas províncias otomanas, estabelecer as fronteiras estatais e criar uma monarquia constitucional parlamentar (Eppel, 2004).

6.2 A institucionalização da monarquia

A monarquia hachemita, a constituição iraquiana e o parlamento constituíram a base de um regime que dependia da elite sunita urbana, dos grandes proprietários de terras tribais sunitas e xiitas, como também do apoio da classe média instruída chamada de *effendiyya*. A fórmula encontrada para unir esses distintos segmentos sociais era promover uma identidade árabe e pan-arabista, pois a maioria da população iraquiana era árabe, assim como obter o apoio da classe média (Eppel, 2004). Entre 1922 e 1923, foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte que ratificaram a constituição iraquiana em 1925.

Entre as instituições estatais criadas, destaca-se o exército iraquiano que seria um ator político importante na história iraquiana. O exército iraquiano foi criado em 1920, antes mesmo da criação da monarquia e era controlado pelas forças britânicas. Além de ter o controle sobre o exército iraquiano, as forças britânicas criaram uma unidade de recrutas, denominados de *Levies*, que também permaneceram sob comando direto britânico. Os *Levies* eram compostos

por grupos minoritários, como assírios e curdos, o que constituía um contrapeso ao exército iraquiano, tendo sua atuação encerrada após a independência iraquiana em 1932 (Eppel, 2004).

A maioria dos militares que acompanharam Faisal ao Iraque eram oficiais iraquianos que haviam servido no Império Otomano e que tinham instalado um governo árabe na Síria em 1920. Esses oficiais tinham como objetivo criar um exército próprio para o Iraque como uma forma de manter a integridade do novo país (Dawisha, 2009). Nesse sentido, o exército era visto pelos militares próximos a Faisal I, como um contrapeso aos xiitas que eram maioria entre os iraquianos. Por conta da sua importância como um mecanismo de coerção social, houve um limitado crescimento do exército iraquiano, que contava com apenas 7.500 homens em 1925 (Eppel, 2004). As forças imperialistas britânicas não viam razão para o exército crescer além desse número, permanecendo nesse patamar até o fim do mandato e a admissão do Iraque na Liga das Nações em 1932. Um ano após a independência do Iraque, o número de soldados do exército foi elevado para 11.500 e, em 1936, atingiu o número de 20.300, enquanto que a força aérea iraquiana criada em 1932, contava com quatro esquadrões e um total de 72 aviões em 1936 (Dawisha, 2009).

No processo de expansão do exército iraquiano, o serviço militar obrigatório tornou-se uma questão importante no Iraque e nas relações a Grã-Bretanha ao longo da década de 1920. O serviço militar obrigatório era um componente básico e vital na construção de qualquer estado moderno e, portanto, os nacionalistas iraquianos consideravam essa questão essencial. As tribos xiitas reagiram contra a obrigatoriedade do alistamento militar, pois consideravam o exército e o estado iraquiano como instituições sunitas, ou seja, o fortalecimento do exército significaria o enfraquecimento relativo das tribos xiitas em relação ao aparato estatal iraquiano (Eppel, 2004).

Nos anos 1930, as resistências tribais xiitas foram reduzidas à medida que líderes xiitas se tornaram proprietários de terras com interesse em reforçar o aparato estatal como uma forma de conter a insatisfação crescente dos camponeses iraquianos, os *fellahin* (Eppel, 2004). As forças britânicas não tinham interesse no fortalecimento militar iraquiano, pois isso poderia representar um risco para o controle efetivo político e institucional. Desta forma, havia dois projetos nacionais em disputa: um projeto estatal centralizador baseado no serviço militar obrigatório e repressivo e um projeto descentralizado defendido pelos líderes xiitas tribais que procuravam preservar a sua autonomia perante as novas estruturas estatais (Eppel, 2004).

No campo econômico, a monarquia hachemita, na figura de Faisal I, tentou promover o desenvolvimento da agricultura, dos sistemas de irrigação e do processamento de bens agrícolas (Eppel, 2004). Entretanto, o progresso econômico do Iraque foi limitado devido à falta de capital disponível, da incipiente burguesia local e pelo pouco interesse dos proprietários de

terras na modernização, sem mencionar a crise econômica internacional da época. Embora vários projetos de desenvolvimento tenham sido planejados e implementados durante a década de 1920, a maior parte dos recursos estatais foram direcionados para garantir a sobrevivência política da monarquia hachemita (Eppel, 2004).

O tratado com a Grã-Bretanha foi o tema central da arena política iraquiana durante a década de 1920, o que gerou grandes tensões sociais e políticas. Nesse contexto, a crescente oposição local ao domínio britânico tornou-se a base do nacionalismo no Iraque. Enquanto as forças britânicas tinham como objetivo conceder uma independência limitada ao Iraque, o Iraque desejava a independência total. Tendo em vista a fraqueza do exército iraquiano, que era incapaz de lidar com as rebeliões tribais e garantir a integridade estatal, as forças britânicas agiram para reprimir as revoltas tribais xiitas e curdas (Eppel, 2004).

Em 1922, os britânicos formularam um projeto de tratado com o Iraque, que concederia aos iraquianos uma independência limitada, ou seja, com alguma autonomia política (Eppel, 2004). A Grã-Bretanha buscava, portanto, preservar seus interesses em consonância com o mandato que lhe havia sido atribuído pela Liga das Nações. De acordo com o tratado, a Grã-Bretanha apoiaria a independência do Iraque e a aceitação do país como membro na Liga das Nações em um período de 20 anos. O governo do Iraque inicialmente se recusou a assinar o tratado, mas foi forçado a fazê-lo sob pressão britânica. Em 1923, o tratado foi alterado pelo governo britânico sob a Lei Bonar para declarar que o Iraque receberia sua independência em quatro anos e que a Grã-Bretanha apoiaria sua aceitação na Liga das Nações. No entanto, um novo tratado, formulado em 1926, adiou o fim do Mandato Britânico por 25 anos. Essa mudança tinha como objetivo garantir o apoio da Liga das Nações à anexação da região de Mosul pelo Iraque e também para acabar com as suspeitas sobre a repressão iraquiana aos grupos minoritários, como os curdos (Eppel, 2004).

Em 1930, durante o governo de Nuri al-Said, um novo tratado foi assinado entre a Grã-Bretanha e o Iraque. De acordo com esse tratado, o Mandato Britânico chegaria ao fim em 1932, quando a Grã-Bretanha apoiaria a aceitação do Iraque como membro na Liga das Nações. Desta forma, a Grã-Bretanha manteve o controle sobre a política externa e do sistema de defesa do Iraque, garantindo, assim, o controle sobre o petróleo iraquiano. As forças áreas britânicas continuaram no Iraque e seguiram no controle das bases militares em Habbaniya e Shueiba e também do porto de Basra (Eppel, 2004).

A oposição ao Tratado Anglo-Iraquiano de 1930 e a exigência da remoção de todas as limitações à independência do Iraque tornaram-se uma questão central entre os nacionalistas iraquianos. Nesse contexto, os opositores de Nuri al-Said formaram um grupo político

denominado al-Ikha al-Watani, cujo principal objetivo era a luta pela independência do Iraque e que tinha como líderes Yasin al-Hashimi, um ex-general otomano nacionalista e anti- britânico (Eppel, 2004). Na prática, os integrantes do al-Ikha al-Watani tiveram o cuidado de não prejudicar as relações do Iraque com a Grã-Bretanha. Yasin al-Hashimi, durante seus mandatos como primeiro-ministro fez questão de tranquilizar os britânicos, afirmando que suas declarações militantes antibritânicas tinham como objetivo reforçar seu próprio status político (Eppel, 2004).

Em 1932, o Mandato Britânico chegou ao fim, com o Iraque alcançando uma independência formal e sendo admitido na Liga das Nações, o que não foi suficiente para acalmar o movimento nacionalista antibritânico no país. Em 1933, eclodiu uma crise nas relações entre as autoridades iraquianas e os assírios, uma pequena comunidade cristã, muitos dos quais haviam servido nas forças auxiliares britânicas, os Levies (Eppel, 2004). A atitude pró-britânica dos assírios cristãos aumentou a hostilidade com os muçulmanos no Iraque, o que levou o exército iraquiano a persegui-los violentamente. Os comandantes do exército iraquiano, especialmente o vice-chefe do Estado-Maior Bakr Sidqi, responsável pelo massacre, foram considerados heróis nacionais pelos nacionalistas em Bagdá. Essa recepção refletiu o extremismo nacionalista na sociedade iraquiana como uma consequência da política britânica em acirrar as tensões sociais no Iraque, como o ocorrido entre a maioria muçulmana e os grupos minoritários cristãos. Em meio a essa crise interna, em setembro de 1933, o rei Faisal I morreu e foi sucedido por seu filho, Ghazi (Eppel, 2004).

6.3 O Iraque “independente” (1932-1958)

A independência iraquiana foi concedida formalmente pela Grã-Bretanha em 1932 com a entrada do Iraque como membro da Liga das Nações. O império britânico manteve bases militares em território iraquiano, Habbaniyya e Shuaiba, e seguiu no controle do país nas áreas de defesa e política externa. A presença britânica também era marcante por conta das empresas atuantes no país e pela ampla influência britânica entre oficiais do governo e membros da monarquia hachemita (Tripp, 2007). O Iraque iniciou, portanto, sua existência como um estado formalmente independente de forma ambígua. Questões como a redistribuição de riqueza e distintas interpretações sobre a identidade nacional ganhavam cada vez mais centralidade no espaço político. O sectarismo era um elemento importante no comportamento das comunidades iraquianas frente ao processo de construção estatal, o que naturalmente criava possibilidades tanto de conflitos quanto de cooperação (Tripp, 2007).

A independência iraquiana em 1932 foi o resultado de uma conjunção de fatores internacionais satisfatórios ao Império Britânico no Oriente Médio (Khadduri, 1960). O Tratado Anglo-Iraquiano de 1930 foi a base de estabilidade e de segurança para as tropas britânicas seguirem com suas bases militares no Iraque. Entretanto, havia um crescente movimento político por trás desse processo que buscava desafiar o imperialismo britânico, com base no nacionalismo árabe. Desta forma, o tratado de 1930 conciliou as aspirações nacionais do Iraque e os interesses fundamentais da Grã-Bretanha. Mesmo sendo criticado pelos iraquianos nacionalistas e por políticos do parlamento britânico, o tratado foi ratificado e entrou em vigor em 1932 (Khadduri, 1960).

Figura 9 – Mapa Político do Iraque



Fonte: Wikipedia (2025)

Instituições estatais importantes tornaram-se instrumentos de poder, gerando uma disputa política intensa, sendo o exército um dos principais exemplos desse processo, que teve uma elevação no corpo de oficiais de 12 mil para 43 mil entre 1932 e 1941. Oficiais do exército emergiram como importantes atores políticos, atraindo uma clientela política, o que foi possível devido a uma visão centralizadora e autoritária da elite política que atribuiu às forças armadas um papel de liderança na condução da sociedade iraquiana (Tripp, 2007). Esse processo de centralização do poder gerou revoltas em várias províncias iraquianas que foram debeladas por

estratégias de cooptação e coerção. Nesse contexto, a distinção entre as zonas rurais e urbanas era cada vez menor, pois interesses comuns surgiram entre os iraquianos que passaram a ver o meio rural como um provedor de mão de obra em benefício daqueles que controlavam o aparato estatal (Tripp, 2007).

O sistema político iraquiano funcionava com base na cooptação de atores políticos e, sobretudo, com o apoio de uma elite sunita e da classe média urbana, a *effendiyya*, que era ligada aos hachemitas (Eppel, 1998). A grande maioria dos xiitas que não havia sido cooptada pelos britânicos e pelos hachemitas mostrava o seu crescente descontentamento com os rumos da política iraquiana (Tripp, 2007). As diferentes formações sociais do estado iraquiano e suas respectivas distinções étnicas e religiosas iriam ecoar seus interesses através de dois atores: os oficiais do exército e os partidos políticos. Uma das características básicas que marcaram a vida política nos estados árabes entre as décadas de 1920 e 1940 foi a relação complexa entre os políticos pertencentes às elites tradicionais conhecidas como “notáveis” e a *effendiyya*, que consistiam não apenas de famílias tradicionais, mas também de famílias que ascenderam socialmente desde as reformas otomanas do *Tanzimat* no século XIX (Eppel, 1998).

Desta forma, Eppel (1998, p. 227, tradução nossa) observa que, “Desde o final da Primeira Guerra Mundial, essas elites estavam no centro dos novos estados estabelecidos pelas potências ocidentais - Grã-Bretanha e França - e agora eram os políticos dessas elites que lideravam a luta desses estados pela independência.” Essa relação entre a elite tradicional (os notáveis) e a nova elite, *effendiyya*, constituiu um elemento importante que caracterizou o ambiente político e ideológico no qual os políticos iraquianos da elite tradicional, ou seja, os notáveis, atuaram (Eppel, 1998). A questão da identidade nacional foi um aspecto central no cotidiano do Iraque a partir de 1932. As discussões sobre o nacionalismo iraquiano ganhavam corpo, seja na matriz nacionalista iraquiana ou pan-arabista (Tripp, 2007). Os pan-arabistas estavam interessados em construir as instituições estatais e expandir a influência do Iraque no mundo árabe. Já os grupos reformistas sociais, eram movidos pelo crescente descontentamento social e pelas desigualdades existentes na sociedade iraquiana e atraíam um considerável número de xiitas (Marr, 2012).

Ao alcançar a independência, o Iraque era considerado um estado soberano formalmente que podia determinar suas próprias relações no plano internacional, o que abriu espaço considerável para a formulação de uma política externa distintamente iraquiana (Tripp, 2007). O espaço político tornou-se uma esfera de contestação, expressando as ideias opostas defendidas por diferentes comunidades no Iraque sobre a identidade nacional do país. Entretanto, mesmo com a independência formal, o Iraque não conseguiu se livrar da influência

britânica, pois a posição da Grã-Bretanha no Oriente Médio na época restringiu o escopo da política externa iraquiana em sua região imediata (Tripp, 2007).

Com o Iraque independente, Faisal I buscou uma forma de governo mais comedida e pediu a renúncia de Nuri al-Said do cargo de primeiro-ministro, nomeando Naji Shawkat, que era considerado um político neutro. Em 1933, um novo parlamento foi eleito, composto por uma grande maioria de apoiadores do governo, mas contendo um número considerável de apoiadores do Partido Ikha. Após um mês no poder, os sucessivos ataques parlamentares do Partido Ikha fizeram com que o primeiro-ministro Naji Shawkat renunciasse ao cargo (Tripp, 2007). De acordo com Bishop (2011), o governo iraquiano no pós-independência, era composto pelos seguintes ministérios: primeiro-ministro, vice-primeiro-ministro, ministro de estado e outras 12 pastas ministeriais, incluindo agricultura, comunicações e obras, defesa, desenvolvimento, economia, educação, finanças, relações exteriores, saúde, interior, justiça e assuntos sociais.

Faisal I então, convocou Rashid Ali al-Kailani, um político conhecido do Ikha para formar um governo no qual o respectivo partido estivesse bem representado, mas que também incluísse outras figuras políticas, como Nuri al-Said, que eram identificadas com o Tratado Anglo-Iraquiano de 1930 (Tripp, 2007). Ao oferecer o cargo de primeiro-ministro ao Partido Ikha, Faisal I aceitava tacitamente o tratado, apesar de sua grande rejeição popular, o que causou um rompimento com Jafar Abu al-Timman, provocando uma grande dissidência no próprio Partido Ikha, o que contribuiu para o seu desaparecimento da política iraquiana. A disputa com Jafar Abu al-Timman e com suas conexões xiitas, reforçou a ideia de que o estado iraquiano estava dominado pelos sunitas, à medida que membros da elite sunita eram agraciados com cargos no governo. Faisal I tinha noção dessa disputa sectária pelo poder, mas não tinha intenção de acabar com um sistema clientelista que privilegiava sua própria posição (Tripp, 2007).

O primeiro teste político do Iraque independente foi a questão assíria, que era um elemento de grande instabilidade no começo nos anos 1930. Os assírios não conseguiram persuadir a Liga das Nações em 1932 a reconhecer seu direito à autonomia, levando-os a considerar um projeto autônomo no norte do Iraque (Tripp, 2007). Em maio de 1933, o líder dos assírios, Mar Shimun, foi a Bagdá para discutir a questão da autonomia, mas as negociações fracassaram e ele acabou sendo preso pelas autoridades iraquianas. A prisão de Mar Shimun causou uma grande preocupação entre os assírios, fazendo com que um grupo tentasse migrar para a Síria em 1933, com o objetivo de buscar algum tipo de refúgio. Os assírios acabaram expulsos da Síria por tropas francesas e foram detidos na volta ao território iraquiano, o que gerou uma série de confrontos que causaram a morte de dezenas de soldados iraquianos e assírios (Tripp, 2007).

Os assírios foram representados na imprensa iraquiana como uma ameaça à integridade nacional do Iraque, sendo noticiado que a questão assíria fazia parte de um plano da Grã-Bretanha para restabelecer seu controle sobre a parte norte do país (Tripp, 2007). Bakr Sidqi, comandante da região norte do país, foi autorizado pelo governo iraquiano a lidar com os assírios de uma forma violenta, que resultou num massacre de centenas de assírios pelas forças armadas iraquianas. O fim da ameaça assíria foi tratado como uma grande vitória para o exército iraquiano e para Bakr Sidqi, que chegou a ser promovido. A repressão aos assírios também elevou o exército a um importante status de defensor da pátria perante a sociedade iraquiana (Tripp, 2007).

Faisal I morreu em 1933 e foi sucedido por seu filho, Ghazi, que tinha 21 anos na época e que era visto como um simpatizante das ideias pan-arabistas, tendo prestígio entre jovens oficiais do exército iraquiano (Tripp, 2007; Marr, 2012). Ghazi era contra a dominação britânica, o que o aproximou do Partido Ikha, tendo concentrado seu poder nas mãos de um grupo de indivíduos sem grandes fidelidades partidárias. O novo monarca era o produto de um sistema que exacerbou o ressentimento xiita em relação ao estado dominado pelos sunitas, sendo que no fim de 1933, dois ministros xiitas renunciaram aos seus cargos, quando o gabinete decidiu desviar recursos antes destinados para a barragem de Gharraf ao exército iraquiano. Isso era um indicativo de que o governo estava menos preocupado com as comunidades xiitas, que teriam se beneficiado da barragem, do que com a expansão das forças armadas por meio do recrutamento obrigatório, que também tinha causado inúmeros protestos nas áreas xiitas do sul do Iraque (Tripp, 2007).

Jamil al-Midfa'i, que havia sucedido al-Kailani como primeiro-ministro em 1933, apresentou ao parlamento um projeto de lei na área da defesa, que foi aprovado em 1934. A Lei de Defesa nacional estabeleceu um mecanismo para o recrutamento e a expansão das forças armadas, que era defendido pela elite sunita, mas visto com desconfiança e ressentimento por muitos xiitas e curdos (Tripp, 2007). Ainda em 1933, al-Midfa'i foi substituído no cargo de primeiro-ministro por Ali Jawdat, que conseguiu convencer o Rei Ghazi a dissolver o parlamento. Ali Jawdat conseguiu fraudar as eleições parlamentares, fazendo com que o Partido Ikha conquistasse apenas 12 cadeiras no parlamento iraquiano. Nesse processo, foram excluídos importantes líderes tribais xiitas, o que os levou a formar uma aliança pragmática com o Partido Ikha (Tripp, 2007).

Em 1935, grupos xiitas ligados ao aiatolá Muhammad Kashif al-Ghita reuniram-se para discutir questões como acesso à terra e as reclamações foram incorporadas a um documento intitulado Carta do Povo (Mithaq al-Sha'b). A carta representava as preocupações de uma

grande parcela da população iraquiana que se sentia ignorada pelo governo de Ali Jawdat e marginalizada pelo estado. Os xiitas não eram contra a existência do estado, mas queriam uma representação proporcional no parlamento iraquiano e a realização de eleições justas, a liberdade de imprensa e a redução de impostos (Tripp, 2007).

Os líderes tribais xiitas também demandavam a demissão do primeiro-ministro Ali Jawdat e a dissolução do parlamento, o que não ocorreu. Nesse contexto, Hikmat Sulaimanm, opositor do primeiro-ministro e importante figura do Partido Ikha, pressionou Bakr Sidqi, na época comandante da região sul do país a não reprimir os protestos tribais (Tripp, 2007). Com o aumento da pressão política, Ali Jawdat decidiu renunciar ao cargo de primeiro-ministro e foi sucedido por Jamil al-Midfai, que foi confrontado por uma rebelião tribal na região de Diwaniyya, liderada por dois poderosos xeiques tribais que mantinham contato próximo com Yasin al-Hashimi do Partido Ikha (Tripp, 2007).

Quando Taha al-Hashimi, chefe do Estado-Maior do exército iraquiano e irmão de Yasin, recusou-se a reprimir a revolta, as suspeitas de al-Midfai sobre uma conspiração foram confirmadas e ele acabou também renunciando (Tripp, 2007). Yasin al-Hashimi foi então convidado pelo Rei Ghazi a formar um novo governo em 1935, tendo realizado um golpe de estado contra seus rivais, com a rebelião durando apenas uma semana. Seguiu-se, então, a entrada dos dois principais líderes rebeldes em Bagdá, acompanhados por um grupo armado, com o objetivo de apresentar uma petição ao Rei Ghazi e a lembrar al-Hashimi de seu poder (Tripp, 2007). Para a elite governante sunita, os eventos ocorridos em 1935 representaram uma oportunidade de retratar os xiitas como obstáculos às necessidades de um estado moderno. No entanto, é importante ressaltar que as tribos xiitas não constituíam uma ameaça real ao estado iraquiano, pois eram muito fragmentadas e não agiam uniformemente, pois enquanto umas revoltaram-se contra o governo, outras chegaram mesmo a ajudar o governo (Tripp, 2007).

As revoltas xiitas eram em grande parte obra de intelectuais xiitas urbanos, tanto clérigos quanto xiitas seculares. Os clérigos lutavam por uma maior representação comunitária que fosse proporcional ao tamanho da comunidade xiita, enquanto que os xiitas seculares acreditavam que isso só poderia ser alcançado por meio da aplicação mais rigorosa dos princípios democráticos no Iraque. Para os xiitas seculares urbanos, isso tinha a vantagem de permitir que escapassem do domínio comunitário da hierarquia clerical, mas também colocava muitos em conflito com os líderes tribais que ainda controlavam a vida da grande maioria dos xiitas no Iraque (Tripp, 2007).

Nos anos 1930, outro grupo surgiu em Bagdá, representado por um grupo de intelectuais e profissionais liberais associados ao jornal Al-Ahali desde 1932. Os membros do Al-Ahali

tinham diversas origens, mas eram todos da geração mais jovem e críticos dos grupos políticos que haviam ganhado destaque no aparato estatal iraquiano (Tripp, 2007). Segundo o Al-Ahali, as elites governantes manipulavam as eleições em seu benefício, confiavam em redes informais para consolidar um sistema que excluía a maioria dos outros aspirantes ao poder e também usavam seus cargos públicos para consolidar suas posições como grandes proprietários de terras no país (Tripp, 2007).

Para os membros do Ahali, muitos dos problemas sociais e econômicos do Iraque poderiam ser atribuídos aos grandes proprietários de terras, fossem líderes tribais, funcionários públicos ou comerciantes, eles garantiam que o estado priorizasse seus próprios interesses, mesmo que fosse às custas do estado. Em 1931, os grandes proprietários de terras apoiaram a introdução de um imposto de consumo que reduziu os impostos devidos por eles ao estado (Tripp, 2007). No ano seguinte, conseguiram que fosse aprovada a Lei de Regularização de Terras que foi o principal instrumento do governo para garantir os seus direitos de propriedade. Em 1933, também foi aprovada uma lei que regulava os direitos e deveres dos agricultores, que conferiu aos grandes proprietários de terras amplos poderes sobre os camponeses que estavam na prática presos à terra em um verdadeiro sistema feudal. Isso fez com que muitos camponeses migrassem para áreas urbanas como Bagdá, passando a viver nas favelas da cidade conhecidas como *sarifas* (Tripp, 2007).

O Ahali era liderado por Abd al-Fattah Ibrahim, um marxista, e Muhammad Hadid, um social-democrata. Do ponto de vista ideológico, o Ahali era um grupo populista-nacionalista que queria disfarçar as diferenças significativas entre seus membros. Alguns defendiam a coletivização, outros defendiam a reforma agrária dentro de um sistema parlamentar fortalecido, enquanto que outros acreditavam que a principal tarefa deveria ser a renovação moral (Tripp, 2007). A fundação do Clube de Bagdá também estimulou o debate e atraiu pessoas de origens muito diversas, sendo alguns associados à Federação dos Trabalhadores do Iraque de Muhammad Salih al-Qazzaz, que organizou uma greve na empresa de energia elétrica britânica em Bagdá no final de 1933. A federação foi suprimida pelo governo, mas muitos daqueles que, em geral, simpatizavam com a ideia do trabalho organizado migraram para o Al-Ahali (Tripp, 2007).

Outro político importante a integrar o Al-Ahali foi Ja'far Abu al-Timman. Simpático à ideia de reforma social, ele também se sentiu atraído pela ênfase que o grupo dava ao nacionalismo iraquiano, conhecido pelo termo *wataniyya* em detrimento do nacionalismo árabe intitulado de *qawmiyya*. Antigos membros do Partido Ikha, como Kamil al-Chadirchi e Hikmat

Sulaiman, também viam no grupo político um espaço para conveniente para criticar a monarquia hachemita e as forças britânicas (Tripp, 2007).

A defesa de reformas sociais e econômicas despertou a desconfiança de muitos que viam o grupo como uma fachada para a disseminação do comunismo. Entretanto, os comunistas iraquianos seguiam um caminho histórico diferente. Em maio de 1935, o primeiro comitê central do PCI foi modificado, mas, no final do ano, muitos de seus membros foram presos e seu principal jornal foi fechado (Tripp, 2007). Isso não impediu que o Ahali fosse acusado de ser comunista, sugerindo uma ameaça tanto à ordem social vigente quanto ao islamismo. Esses temores permitiram que nacionalistas árabes assumissem o controle do Clube de Bagdá em 1935, explorando também a aparente indiferença do grupo Ahali ao nacionalismo árabe e às diversas causas árabes, como a Palestina por exemplo, que estavam recebendo uma atenção crescente no Iraque (Tripp, 2007).

O grupo Ahali organizou-se de forma sistemática, formando um comitê central que incluía Ja'far Abu al-Timman, Kamil al-Chadirchi e Hikmat Sulaiman. No entanto, não houve nenhuma tentativa de criar um movimento popular, pois muitos de seus apoiadores tinham como origem as elites políticas iraquianas. Nesse contexto, as conexões entre Hikmat Sulaiman e o General Bakr Sidqi foram importantes na definição do papel político do grupo, levando ao golpe de estado de outubro de 1936 e à derrubada do governo de Yasin al-Hashimi (Tripp, 2007).

Al-Hashimi havia reprimido violentamente os protestos xiitas, mas também havia reconhecido a injustiça sofrida pelos líderes tribais por serem excluídos dos círculos de poder no Iraque. Consequentemente, nas eleições gerais de agosto de 1935, ele garantiu que muitos xiitas ingressassem no parlamento. Tendo sido atraídos para as redes de clientelismo governamental, eles pareciam mais favoráveis a al-Hashimi. No entanto, isso não impediu que a oposição ao recrutamento obrigatório fosse um elemento de instabilidade constante nas cidades e províncias iraquianas (Tripp, 2007).

Já em 1935, uma revolta eclodiu na região norte do país, de maioria curda. As origens da revolta estavam relacionadas às desconfianças existentes entre as tribos curdas e o recrutamento militar obrigatório. A revolta só foi finalmente esmagada pelas forças armadas iraquianas em 1936 (Tripp, 2007). Outra revolta ocorrida devido aos temores de recrutamento foi a rebelião da comunidade curda *yazidi* de Jebel Sinjar. O governo iraquiano os obrigou ao recrutamento coletivo e eles recusaram-se a se alistar, o que levou à declaração da lei marcial na área e a eclosão de conflitos em 1935, que culminou na vitória das forças governamentais. Algumas centenas de *yazidis* foram mortos e presos e aldeias foram destruídas. No entanto, a vitória do

governo foi superficial, pois os *yazidis* continuaram a escapar do recrutamento militar e, quando pressionados pelas forças de segurança do governo, resistiram com força ou migraram para a Síria (Tripp, 2007).

6.4 A criação dos partidos políticos iraquianos

Desde os anos 1920, uma série de leis havia sido aprovada no parlamento iraquiano para regulamentar a atividade política no Iraque durante o período de institucionalização da monarquia. Entre elas, destaca-se a chamada Lei Básica, um documento de caráter constitucional ratificado pela assembleia constituinte em 1924, que foi inspirado no sistema político britânico e previa muitas das liberdades civis existentes na Grã-Bretanha, como os direitos de liberdade de expressão, reunião, formação e adesão a partidos políticos (Dawisha, 2009).

Os partidos políticos que existiam antes da criação do estado iraquiano, eram, na verdade, organizações clandestinas que lutavam pela independência do Iraque contra as forças de ocupação britânica (Dawisha, 2009). Duas organizações secretas surgiram nesse contexto, al-‘Ahd e Haras al-Istiqlal, que utilizaram a revolta local contra as forças britânicas para consolidar um sentimento nacionalista e anticolonialista. Embora, tenham tido um alcance limitado, as respectivas organizações atuaram na revolta iraquiana de 1920 (Dawisha, 2009).

Três partidos políticos foram fundados no Iraque nos primeiros anos da monarquia: um partido criado pelo grupo ligado aos hachemitas e dois partidos de oposição, o Partido Watani⁷ e o Partido Nahda⁸ (Nasser; Amaral, 2020). Ambos os partidos oposicionistas tinham o mesmo objetivo político, ou seja, por fim ao mandato britânico e conquistar a independência iraquiana, porém divergiam quanto aos meios de realizá-la (Nasser; Amaral, 2020). Uma nova forma de nacionalismo árabe começou a surgir, que, em sua essência, foi adotada por quase todos os atores do cenário político no mundo árabe no período entre as duas guerras mundiais e também após a Segunda Guerra Mundial (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Com suas posições antibritânicas, os respectivos partidos, eram dominados por xiitas e tinham convergências ideológicas (Dawisha, 2009).

⁷ Partido Patriótico

⁸ Partido Despertar

Em resposta ao radicalismo declarado dos dois partidos da oposição, os britânicos e o Rei Faisal I incentivaram a criação de um partido governista chamado al-Hizb al-Hurr al-‘Iraqi (Dawisha, 2009). Porém, nesse período de desenvolvimento institucional, foram os dois partidos antibritânicos que dominaram o cenário político iraquiano. Poucos dias após sua criação, eles organizaram uma manifestação conjunta em frente ao palácio e entregaram um memorando exigindo um governo representativo que fosse responsável perante um conselho legislativo e o fim da interferência britânica. O governo respondeu, na figura do Alto Comissário, Percy Cox, que tomou a decisão de expulsar do Iraque os principais líderes dos respectivos partidos oposicionistas, fazendo com que o partido pró-governo perdesse sua razão de existir (Dawisha, 2009).

Os partidos políticos oposicionistas Nahdha e Watani reapareceram na política iraquiana, respectivamente em 1924 e 1928, porém enfraquecidos e quase sem representação no parlamento (Dawisha, 2009). Entretanto, ambos os partidos seguiram com uma firme oposição às forças britânicas durante os debates sobre o Tratado Anglo-Iraquiano de 1930. Mesmo não tendo atuado diretamente no parlamento iraquiano, as ideias radicais dos partidos Nahdah e Watani foram difundidas em reuniões públicas e através dos seus jornais, impactando de alguma forma nos debates parlamentares (Dawisha, 2009).

No mesmo período, outros partidos haviam sido formados, como os partidos governistas al-Taquadum, formado pelo primeiro-ministro ‘Abd al-Muhsin al-Sa’dun, e al-‘Ahd, formado pelo primeiro-ministro Nuri al-Said em 1930 (Dawisha, 2009). O partido Al-Sha‘ab, formado em 1925, e o partido al-Ikha’ al-Watani, criado em 1930, eram opositores ao governo, sobretudo, às relações anglo-iraquianas e aos tratados de 1927 e 1930. Contrariamente aos partidos de oposição anteriores, os partidos al-Sha‘ab e al-Ikha’ tinha uma composição mais ampla e uma representação mais equilibrada das etnias existentes no Iraque (Dawisha, 2009).

Os tratados anglo-iraquianos eram o alvo dos partidos de oposição que faziam intensas campanhas no parlamento e na imprensa iraquiana. O alcance das campanhas oposicionistas foi tão amplo que até os partidos ligados ao governo iraquiano se juntaram à oposição no parlamento. Na década de 1930, entretanto, a maioria dos partidos políticos havia praticamente desaparecido da política iraquiana, o que pode ser justificado pela independência formal e pelo reconhecimento do Iraque como um país soberano pela Liga das Nações em 1932. Outro motivo para o enfraquecimento ou até o desaparecimento dos partidos foi a dependência partidária em torno de um número reduzido de pessoas e, em alguns casos, apenas de um indivíduo politicamente dominante (Dawisha, 2009).

Nas décadas de 1920 e 1930, os partidos políticos iraquianos não tinham nem a força institucional nem a orientação ideológica e o propósito dos partidos políticos do mundo ocidental. No entanto, os partidos políticos no Iraque contribuíram para o surgimento e a manutenção de um ambiente político relativamente liberal, que permitiu que a oposição fosse ampliada para um público geral. Desta forma, a existência de partidos da oposição havia entrado na consciência política das pessoas e no seu léxico cotidiano (Dawisha, 2009).

Do ponto de vista ideológico, antes da Segunda Guerra Mundial, três tendências prevaleceram na política iraquiana: o reformismo social-democrático, o pan-arabismo e o comunismo (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Essas três esferas ideológicas foram representadas por partidos políticos que se opunham às forças britânicas no Iraque. A tendência reformista social iraquiana foi representada de forma mais proeminente pelo Jama'at al-Ahali, que havia sido fundado por um grupo de estudantes iraquianos da Universidade Americana de Beirute no final da década de 1920. Seus membros fundadores foram Muhammad Hadid, 'Abd al-Fattah Ibrahim, 'Abd al-Qadir Isma'il e Husayn Jamil, que viriam a exercer grande influência na política iraquiana ao atuarem na oposição à monarquia hachemita (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Os membros do Jama'at al-Ahali tinham participado no movimento estudantil e de inúmeras manifestações contra o mandato britânico. O jornal do partido, al-Ahali, passou a ser publicado em 1932 e logo se tornou popular como um fórum de opinião progressista. A ideologia do Jama'at al-Ahali tinha como origem o fabianismo britânico, ou seja, uma combinação de independência política e econômica com o reformismo social-democrático. Nesse sentido, o Jama'at al-Ahali tinha como estratégia chegar ao poder por meio das urnas e promover reformas graduais na política iraquiana (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Essas ideias eram compartilhadas por muitos membros instruídos da classe média iraquiana, mas qualquer tentativa por parte dos membros do Jama'at al-Ahali para alcançar a independência nacional e a reforma social eram barradas pela elite política do país (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). A burguesia iraquiana ainda não havia alcançado o poder suficiente para contrapor os interesses da monarquia hachemita e do império britânico, não havendo espaço para o desenvolvimento de uma ideologia democrática propriamente burguesa. Nesse contexto, houve uma crescente polarização entre ricos e pobres na sociedade iraquiana, ou seja, uma luta de classes que caracterizou todo o período compreendido entre a criação do estado iraquiano em 1920 e a Revolução de 14 de julho de 1958 (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Vários membros do Jama'at al-Ahali, incluindo os fundadores do partido, Kamil Chadirchi e Aziz Sharif, se tornaram personagens importantes da política iraquiana nas décadas

seguintes. No entanto, a tradição política que eles representavam nos anos 1930 e que foi seguida pelo Partido Democrático Nacional após a Segunda Guerra Mundial, tinha poucas raízes na formação social iraquiana, o que explica a dificuldade do partido em obter apoio em bases mais amplas no país (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Os jornais eram veículos essenciais para divulgar as ideias e os programas dos partidos da oposição. Ao manipular o processo eleitoral, os governos do Iraque, auxiliados e incentivados pelos hachemitas e pelos britânicos, conseguiram manter o impacto dos partidos da oposição dentro do parlamento (Dawisha, 2009). Entretanto, esses partidos tinham outros meios de comunicação, como os seus próprios jornais, para divulgar as suas visões políticas de forma crítica ao governo iraquiano. Desde o início do século XX, a imprensa iraquiana já desempenhava um papel importante na conscientização da população contra os dogmas políticos e religiosos. No período que antecedeu a coroação de Faisal I, os jornais se tornaram os principais espaços de debate público, gerando um amplo espectro de opiniões no país (Dawisha, 2009).

Um dos poucos jornais que conscientemente associava o poder britânico aos problemas do país era o diário al-Ahali, que era o porta-voz de um grupo de intelectuais da classe média que defendiam a independência política e os princípios social-democratas (Dawisha, 2009). Não sendo um partido político propriamente dito, o Jama'at al-Ahali, conhecido por Grupo Ahali era mais um conglomerado de jovens progressistas provenientes de todos os setores da sociedade iraquiana, muitos deles com formação no estrangeiro, com diferentes tendências ideológicas, que estavam unidos no seu compromisso com o progresso político e socioeconômico do país e tinham a convicção de que os interesses do povo deveriam estar acima de todos os outros interesses. Vigorosos e comprometidos com os ideais da al-Sha'biya, o populismo, formaram o agrupamento político no início da década de 1930 e, nos anos seguintes, as atividades do grupo oscilaram nas margens da política clandestina. Nesse contexto, o seu jornal, al-Ahali tornou-se um dos jornais mais respeitados e largamente lidos no Iraque monárquico (Dawisha, 2009).

6.5 A instabilidade política e a ascensão dos militares nos anos 1930

Há dois processos importantes a partir de 1932 que ajudam a explicar o processo revolucionário de 1958: a ascensão das forças armadas na política iraquiana e a formação de partidos políticos com a difusão de suas ideologias na sociedade iraquiana (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Nesse sentido, diversos grupos disputariam o poder através de golpes de estado

e levantes tribais contra a autoridade central representada pela monarquia hachemita e do primeiro-ministro Nuri al-Said (Tripp, 2007; Marr, 2012).

O período compreendido entre 1932 e 1958 representa, em grande medida, uma continuação do Mandato na Mesopotâmia, pois o controle geral do país ainda permanecia nas mãos do Império Britânico. Nesse sentido, o espaço político iraquiano seguia ocupado pelas mesmas elites que se tornaram proeminentes na década de 1920. A diferença marcante entre a política da década de 1920 e de 1930 foi o surgimento das forças armadas, ou melhor, de diferentes grupos dentro das forças armadas, como novos atores na política iraquiana (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Na década de 1930, o exército iraquiano passou a atuar diretamente na política do país, intervindo em momentos decisivos e ganhou uma nova dimensão no aparato estatal iraquiano, tendo seu número de oficiais aumentado de 12 mil para 43 mil entre 1932 e 1941. As altas patentes do exército tornaram-se, portanto, importantes atores políticos e foram utilizadas pelas elites iraquianas institucionalmente para disciplinar a sociedade iraquiana (Tripp, 2007). O primeiro teste de força para os militares iraquianos foi o golpe de estado de 1936 liderado por Bakr Sidqi. Na década de 1930, os possíveis canais de oposição no Iraque como o parlamento, os partidos políticos e a imprensa ainda estavam em formação, sendo constantemente bloqueados pelo aparelho repressivo da monarquia hachemita (Tarbush, 1982). Havia, portanto, uma grande insatisfação social que precisava de uma representação política, que foi possível por conta da cooperação de dois grupos oposicionistas distintos.

Entre os dois grupos, destaca-se o Ahali criado em 1931 e ficou conhecido como O Movimento do Povo e defendia o socialismo democrático, enquanto que o segundo grupo era formado por oficiais do exército iraquiano, nacionalistas, que tinham como objetivo estabelecer um regime autoritário no país. Portanto, o golpe de 1936 foi um importante marco na mudança gradual do poder político dos civis para os militares iraquianos que posteriormente impactaria no processo histórico da revolução de 1958 (Khadduri, 1960). Embora em 1936 as forças armadas do Iraque talvez não fossem suficientemente fortes para defender o país contra ameaças externas, elas certamente se tornaram capazes de enfrentar opositores internos, afirmando a integridade estatal como um poder violento frente as forças dissidentes. Nesse contexto, Dawisha (2009, p.92, tradução nossa) argumenta que, “De fato, não é exagero dizer que no golpe militar de 1936 se encontravam as sementes dos acontecimentos importantes que viriam a marcar o fim do período monárquico em julho de 1958.”

O exército iraquiano havia estabelecido suas credenciais nacionalistas entre os iraquianos a partir de 1933, por meio da campanha contra os assírios. Em 1936, aproveitando-se

da impopularidade do governo de Yasin al-Hashimi e encorajado pelo próprio Rei Ghazi a se livrar da influência restritiva de al-Hashimi, o exército, sob o comando do seu comandante-chefe interino Bakr Sidqi, tomou o poder após um golpe militar (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Uma das primeiras medidas do novo primeiro-ministro Hikmat Sulaiman, foi enviar uma mensagem ao embaixador britânico assegurando-lhe que o novo governo desejava manter as relações cordiais com a Grã-Bretanha. Hikmat Sulaiman formou seu novo governo principalmente com os membros do grupo Ahali, resultando em um gabinete que incluía uma proporção maior de ministros xiitas do que qualquer governo anterior. Bakr Sidqi ocupou-se em consolidar sua base de poder pessoal nas forças armadas, tendo grande influência nas relações exteriores do Iraque (Tripp, 2007).

A independência do Iraque havia permitido alguma margem de manobra no desenvolvimento da política externa iraquiana, pelo menos no que diz respeito ao entorno regional e que era um símbolo importante da soberania do país, uma questão fundamental para os militares. Já o Rei Ghazi passou a ver a esfera regional como o campo político em que melhor poderia se destacar, o que gerava atritos com seus ministros, o que também era usado por eles para desviar a censura dos britânicos (Tripp, 2007).

Em relação aos interesses de grande parte da elite sunita governante, o mundo árabe era uma esfera muito importante, sobretudo, a Síria, o Líbano, a Palestina e a Transjordânia. No âmbito do sistema de mandatos da Liga das Nações, o Iraque foi o primeiro país a alcançar a independência, tendo a tarefa de apoiar outros povos árabes em suas lutas de autodeterminação. Entretanto, uma política externa independente colocaria o Iraque em conflito com os interesses da Grã-Bretanha, o que gerava contradições internas entre uma política subserviente e uma política de confrontação com as forças britânicas (Tripp, 2007). Desta forma, a emergência do Iraque como um estado soberano demandou uma maior atenção às suas fronteiras regionais. O estado iraquiano enfrentava questões importantes, como a que envolvia o único acesso do país ao mar através do Shatt al-'Arab, uma hidrovia na fronteira entre o Irã e o Iraque que despertava preocupações quanto à sua vulnerabilidade. Uma outra questão importante girava em torno da Turquia e do Irã em relação à questão curda, com as fronteiras permeáveis do Iraque e os campos de petróleo recentemente descobertos que também geravam uma instabilidade regional (Tripp, 2007).

De acordo com Hikmat Sulaiman, era fundamental que o Iraque tivesse boas relações com o Irã, mesmo que isso significasse fazer concessões. Essa política da boa vizinhança resultou no Tratado de Fronteira Irã-Iraque de 1937, que resolveu a questão da fronteira entre os dois países. Apesar da oposição ao tratado no Iraque, o respectivo acordo abriu caminho para a

criação do Pacto de Saadabade, que reuniu Iraque, Irã, Turquia e Afeganistão em uma aliança que tinha como objetivo conter a influência soviética e as revoltas curdas na região (Tripp, 2007). Já a fronteira entre a Turquia e o Iraque havia sido reconhecida pelo acordo de Mosul de 1926, porém, havia uma grande insatisfação do governo turco com a perda do território. Para o governo iraquiano também era importante assegurar boas relações com a Turquia, tendo em vista a existência de grandes reservas de petróleo na região de Mosul. Somado a isto, os curdos não haviam se conformado com o papel subordinado que lhes fora atribuído pelo governo iraquiano e passaram a acusar o governo de ceder territórios, traindo a causa árabe (Tripp, 2007).

Havia, portanto, um conflito entre aqueles que queriam um nacionalismo tipicamente iraquiano e os que defendiam um nacionalismo árabe no plano regional. Destaca-se que a ideia de um nacionalismo iraquiano era defendida pelos membros do novo regime político no pós-independência, o que estava atrelado a projetos de reforma social no país. Consequentemente, a formação do novo governo recebeu um grande apoio organizado por associações trabalhistas informais e clandestinas e também pelo PCI (Tripp, 2007).

Ainda sobre a política interna, foi criada a Associação Popular de Reforma (Jam'iyya al-Islah al-Sha'bi), que em seu comitê executivo incluía quatro ministros reformistas: Kamil al-Chadirchi, Yusuf 'Izz al-Din Ibrahim, Ja'far Abu al-Timman e Naji al-'Asil, além de 'Abd al-Qadir Isma'il que pertencia ao grupo Ahali e que seria um personagem importante no comunismo iraquiano, assim como o líder trabalhista Salih al-Qazzaz (Tripp, 2007). A respectiva associação reivindicava uma maior democracia, a reforma agrária, a legalização dos sindicatos, a revogação da Lei dos Direitos e Deveres dos Agricultores, a introdução de impostos progressivos sobre a renda e herança, bem como o estabelecimento de um salário mínimo e de uma jornada máxima de trabalho. Diante da crescente oposição, Sulaiman suprimiu jornais críticos ao governo e intensificou os expurgos de funcionários tipos como desleais, mas o alarme quanto às intenções dos reformistas estava se espalhando entre os apoiadores de Sidqi entre os militares iraquianos (Tripp, 2007).

Nesse contexto, as eleições de 1937 foram positivas para os apoiadores de Bakr Sidqi, pois fortaleceu os conservadores, nacionalistas e líderes tribais que temiam o comunismo no âmbito do conjunto de propostas reformistas (Tripp, 2007). Sulaiman chegou a fazer algumas concessões aos reformistas no programa de governo apresentado no parlamento, sem obter êxito. A proposta apresentada para distribuir uma quantidade limitada de terras públicas aos camponeses foi vista como o início de uma reforma agrária radical, sendo derrotada pela oposição conservadora apoiada por grandes proprietários de terra. Nesse contexto, Sidqi passou

a atacar os reformistas, acusando-os de serem comunistas e de representarem uma ameaça à sociedade iraquiana. Uma série de greves de cunho trabalhista foram retomadas por grupos reformistas que queriam demonstrar sua resistência à crescente exclusão política. Hikmat Sulaiman decidiu, então, encerrar as greves, prendendo alguns dos organizadores identificados com o movimento de reforma social no Iraque (Tripp, 2007).

Táticas semelhantes foram empregadas pelo governo nas negociações com os xeiques tribais da região conhecida como Médio Eufrates. A preocupação quanto às propostas de distribuição de terras foi agravado pela queixa de que alguns líderes tribais haviam sido injustamente excluídos do parlamento de 1937. Sulaiman atuou, portanto, para tranquilizar os xeiques de que o governo não pretendia prejudicá-los e que tentava resolver as questões tribais que marcaram o último ano do governo de al-Hashimi. Após protestos tribais, os principais líderes foram presos pelo governo, enquanto que Hikmat Sulaiman tentou novamente uma conciliação com os xeiques (Tripp, 2007).

Após a rebelião, houve uma crise ministerial por conta da repressão do governo aos políticos reformistas, que resultou na renúncia de quatro ministros: Abu al-Timman, Kamil al-Chadirchi, Salih Jabr e Yusuf 'Izz al-Din Ibrahim (Tripp, 2007). Eles haviam criticado o governo pela falta de comprometimento com as reformas e acusaram Sulaiman pela política de nepotismo. A renúncia dos ministros enfraqueceu o governo de Sulaiman, mas também lhe deu a oportunidade de romper definitivamente com os reformistas. Desta forma, a orientação conservadora e autoritária do governo tornou-se clara com a supressão da Associação Popular de Reforma e o exílio de alguns de seus líderes mais proeminentes (Tripp, 2007).

Os novos líderes militares se tornaram os novos árbitros do poder e era apenas uma questão de tempo até que eles considerassem o novo primeiro-ministro, Jamil al-Midfa'i, inadequado para liderar o governo (Dawisha, 2009). Os oficiais esperavam que o novo governo tomasse medidas severas contra os apoiadores de Sidqi e Sulaiman, mas Midfa'i decidiu não agir, o que os desagradou. Decididos a encontrar uma figura política homem mais firme no comando do que Midfa'i, os militares viram em Nuri al-Said o candidato defensor do pan-arabismo, que, por sua vez, foi responsável por apoiar a entrada definitiva dos militares na política iraquiana (Dawisha, 2009).

Nesse contexto, os conspiradores militares entraram em ação no fim de 1938 e exigiram a renúncia de Midfa'i, que foi aceita. Por conta da pressão dos militares, o Rei Ghazi decidiu nomear Nuri al-Said para o cargo de primeiro-ministro (Dawisha, 2009). Durante seu governo, Nuri al-Said permitiu que os seus apoiadores militares, sobretudo, os quatro coronéis do chamado "Quadrado Dourado", Salah al-Din al-Sabagh, Fahmi Sa'id, Mahmud Salman e Kamil

Shabib, consolidasse o seu poder nas forças armadas. Em 1940, Nuri al-Said após negociações com os quatro coronéis, decidiu demitir-se e passar o cargo de primeiro-ministro a Rashid 'Ali al-Gaylani, assumindo assim a pasta das relações exteriores (Dawisha, 2009).

Um grupo mais amplo que contava com sete oficiais superiores Husain Fawzi, Amin al'Umari, Salah al-Din al-Sabbagh, Mahmud Salman, Kamil Shabib, 'Aziz Yamulki e Fahmi Sa'id, que conspiraram para matar Baqr Sidqi, causando o colapso do governo de Hikmat Sulaiman, introduziu uma era na política iraquiana na qual, políticos só conseguiam ocupar cargos com apoio dos respectivos oficiais. Uma das questões vitais para eles orbitava em relação ao pan-arabismo, pois não se tratava apenas de uma questão de política externa, mas da própria identidade do Iraque (Tripp, 2007). Esses oficiais origem sunita compartilhavam uma visão predominantemente pan-arabista, o que lhes conferia uma atitude ambivalente em relação ao próprio estado iraquiano. De acordo com projeto pan-arabista, o estado iraquiano poderia ser visto como uma plataforma para, assim que os povos árabes conquistassem a independência frente aos impérios europeus, fosse edificado um grande estado árabe (Tripp, 2007).

Destaca-se que as contradições em torno do pan-arabismo no Iraque existiam desde o período da ocupação otomana. Nesse sentido, as ideias pan-arabistas foram fortalecidas no Iraque com a nomeação de Sati al-Husri como diretor-geral do Ministério da Educação na década de 1920 (Tripp, 2007). Sati al-Husri era um ex-oficial otomano que havia chegado ao Iraque após a queda da administração xarifiana em Damasco e tinha boas conexões com a elite xarifiana no controle estatal iraquiano. Nessa posição, ele foi capaz de lançar as bases para um sistema educacional altamente centralizado, rigidamente disciplinado e elitista com base no secularismo árabe (Tripp, 2007).

Sati al-Husri era visto com desconfiança pelos curdos e pelos xiitas, pois ambos os grupos o viam como um exemplo típico do estado centralizador e hegemônico, dominado pelos árabes sunitas. No entanto, al-Husri foi substituído por Fadhil al-Jamali, um xiita que compartilhava muitas das visões de al-Husri sobre o nacionalismo árabe e sobre o papel dos militares na formação de uma sociedade moderna (Tripp, 2007). No entanto, ele diferia significativamente de al-Husri ao defender um sistema educacional mais descentralizado e menos elitista, garantindo uma distribuição mais equitativa dos recursos públicos. Essa nova política no campo educacional foi benéfica para os xiitas que haviam sido excluídos na gestão anterior e levou à formação de uma nova geração de professores iraquianos para substituir os sírios e palestinos favorecidos por al-Husri. Já o sistema educacional de al-Jamali, embora promovesse ideias nacionalistas árabes, era mais voltado para o contexto distintamente iraquiano. Mesmo os curdos, que naturalmente rejeitavam o viés nacionalista árabe do sistema,

aproveitaram ao máximo as oportunidades oferecidas pelo processo de descentralização (Tripp, 2007).

O sistema educacional tornou-se cada vez mais militarizado, à medida que os políticos tentavam disseminar a cultura da disciplina na sociedade iraquiana. Entretanto, ao introduzir o treinamento militar em escolas e universidades, o governo tinha como objetivo doutrinar a sociedade de uma forma disciplina em torno do nacionalismo (Tripp, 2007). No entanto, o conjunto das relações sociais no Iraque era bastante complexo e que tinha como base um sistema de privilégios, hierarquias e várias formas de discriminação tribal, familiar, sectária e étnica, que representavam verdadeiros obstáculos ao projeto de nacionalismo iraquiano ou árabe. Outro motivo que mantinha o interesse dos oficiais militares no processo político tinha como base a preocupação com suas próprias posições que ocupavam no sistema político e entre seus opositores nas próprias forças armadas iraquianas. Nesse contexto, foram criadas redes pessoais de clientelismo entre os militares que lhes deram posições e influência na política iraquiana (Tripp, 2007).

Quando Hikmat Sulaiman renunciou ao cargo de primeiro-ministro, Jamil al-Midfai foi convidado pelo Rei Ghazi a formar um novo governo, mas aceitou o convite somente após a autorização do grupo dos oficiais militares rebeldes. Um novo parlamento foi eleito em 1937, mas sua composição pouco mudou, exceto pelo desaparecimento dos apoiadores de Bakr Sidqi e dos reformistas associados ao grupo Ahali. Desta forma, pode-se afirmar que o poder no Iraque estava definitivamente nas mãos do grupo dos sete oficiais que comandavam as forças armadas (Tripp, 2007). Al-Midfai inicialmente tentou apaziguar os sete oficiais mais influentes do exército, concedendo-lhes cargos de chefia, estratégia que não teve êxito. Em dezembro de 1938, as tropas militares foram concentradas no campo de Rashid, perto de Bagdá, e al-Midfai foi informado de que um golpe de estado estava em curso, levando-o a renunciar imediatamente. O chefe do Estado-Maior então comunicou ao Rei Ghazi que o exército havia perdido a confiança nos atuais governantes e que deveria ser formado um novo governo (Tripp, 2007).

Nuri al-Said foi chamado para assumir o cargo de primeiro-ministro e utilizou seu poder para apaziguar o círculo dos sete oficiais militares. Em certa medida, ele conseguiu fazê-lo devido a importância da questão da Palestina, tendo em vista que nos anos anteriores, Nuri havia feito esforços consideráveis para que o Iraque tivesse um papel relevante nessa questão. Em 1936, com a eclosão da greve geral organizada pelo Alto Comitê Árabe na Palestina, Nuri al-Said fez várias tentativas frustradas de mediação, primeiro entre os árabes e a Agência Judaica e, depois, entre o Alto Comitê e as autoridades britânicas (Tripp, 2007).

O objetivo de Nuri al-Said era reunir todas as partes em um acordo para uma solução da questão Palestina no âmbito de uma federação árabe mais ampla que seria liderada pelos hachemitas. Era algo que ele buscava sistematicamente, chegando a realizar visitas a diversas capitais árabes, sugerindo que detinha a saída para uma reconciliação entre os britânicos e o líder palestino Hajj Amin al-Husaini (Tripp, 2007). Nuri não conseguiu atingir seu objetivo em relação à questão Palestina, mas isso serviu para dar a impressão no Iraque de que ele estava determinado a trabalhar em prol da causa Palestina, o que elevou o seu prestígio junto aos oficiais pan-arabistas do exército iraquiano (Tripp, 2007). Como primeiro-ministro, ele chefiou pessoalmente a delegação iraquiana às negociações em Londres sobre a Palestina em 1939, onde tentou alcançar um acordo entre os lados palestino e britânico. Nuri não obteve êxito, mas seu comprometimento conquistou a aprovação do círculo dos sete oficiais militares, o que lhe deu condições para colocar em prática planos para eleições gerais (Tripp, 2007).

Diante desse cenário, em 1939, Nuri alegou ter descoberto uma conspiração para assassinar o Rei Ghazi e várias figuras políticas importantes (Tripp, 2007). Nesse contexto, Nuri al-Said indiciou Hikmat Sulaiman e seus apoiadores, como também decretou lei marcial e levou os acusados a tribunais militares. Sulaiman e seus apoiadores foram considerados culpados e condenados à morte, mas as sentenças foram reduzidas para penas de prisão. Nuri agia, portanto, para tranquilizar o círculo dos sete oficiais militares de que não haveria retorno do regime de Sulaiman e Sidqi (Tripp, 2007).

Nesse contexto, a morte do Rei Ghazi em um acidente de carro em abril de 1939 fortaleceu ainda mais a posição de Nuri. O Rei Ghazi não havia sido um monarca muito consistente e a política iraquiana durante seu reinado esteve a cargo de outros atores políticos. Ghazi tinha uma ligação mais próxima com a elite árabe sunita do que com o Iraque, sendo contra a contínua influência britânica no país (Tripp, 2007). No entanto, a sua simpatia por causas pan-arabistas levaram-no a criticar cada vez mais a política britânica no Oriente Médio, sobretudo, na Palestina e no Golfo Pérsico. Ghazi chegou inclusive a participar das primeiras manifestações sobre a reivindicação iraquiana de soberania sobre o Kuwait, utilizando uma estação de rádio que havia criado em 1937, o que lhe deu uma imagem de um certo radicalismo (Tripp, 2007).

A consequência imediata de sua morte foi a necessidade de nomear um regente, já que seu filho, que havia sido proclamado Rei Faisal II, tinha apenas três anos de idade (Tripp, 2007). O escolhido foi o príncipe Abd al-Ilah, filho de Ali, que havia sido Rei do Hijaz. A nomeação do regente Abd al-Ilah alterou o delicado equilíbrio entre o governo, os oficiais militares, a elite política e as forças britânicas. Abd al-Ilah era mais tolerante com a presença britânica contínua

no Iraque, sendo inclusive entusiasta da subordinação do Iraque com a Grã-Bretanha, considerando-a uma das principais garantias da continuidade dos hachemitas no país, o que, de certa forma, o afastava dos militares pan-arabistas (Tripp, 2007).

A relação com a Grã-Bretanha era um elemento de insatisfação constante entre os militares iraquianos por conta das exigências britânicas inseridas no Tratado Anglo-Iraquiano de 1930. Nessa mesma década, a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha passou a ter uma grande influência perante os militares iraquianos, cuja imagem havia sido promovida pelo embaixador alemão no Iraque, Fritz Grobba (Tripp, 2007). Para os militares iraquianos, era certo de que as potências do Eixo participariam da guerra e muitos políticos iraquianos, incluindo o regente Abd al-Ilah, estariam inseridos em um conflito de grande magnitude. Nesse contexto, Nuri al-Said marcou eleições que mais uma vez resultaram em um parlamento controlado por seus apoiadores. Entretanto, o apoio parlamentar não tinha a mesma força que o exército iraquiano, o que fez com que Nuri mantivesse boas relações com o círculo dos sete oficiais militares, sobretudo, com os quatro principais membros do Quadrado Dourado (Tripp, 2007).

No âmbito das forças armadas iraquianas, o ressentimento pelo favoritismo de Bakr Sidqi era acompanhado por uma preocupação com uma negligência do governo em relação ao pan-arabismo. A resposta violenta do exército foi dada quando Bakr Sidqi foi assassinado quando estava em Mosul a caminho da Turquia. Ao matar Sidqi, os grupos de opositores no exército enfraqueceram a lealdade das forças armadas ao governo, o que levou Hikmat Sulaiman a ordenar a prisão dos conspiradores. No entanto, o comandante da guarnição de Mosul, Amin al'Umari, recusou-se a obedecer à ordem de Sulaiman e buscou uma aproximação com os comandantes do exército no norte do país (Tripp, 2007).

Após obter o acordo, Amin al'Umari declarou que o comando do exército do norte não obedeceria mais às ordens do governo, levando o país ao risco de uma guerra civil. Quando o comandante de uma das principais bases militares perto de Bagdá também se declarou a favor de al'Umari, Hikmat Sulaiman se viu dividido entre grupos militares opostos. Nesse sentido, um número crescente de oficiais declarou-se a favor da rebelião e o grupo que antes apoiava Bakr Sidqi ficaram isolados, forçando Sulaiman a renunciar em agosto de 1937 (Tripp, 2007).

Outro a ponto a destacar é que o golpe militar de Bakr Sidqi em 1936 foi um movimento de políticos civis influentes associados ao grupo Ahali, que forneceram a organização intelectual e estratégica do golpe. O grupo Ahali, de ideologia populista estava em colisão com o governo autoritário de Hashimi, com destaque para a importância de Hikmat Sulaiman (Dawisha, 2009). Para obter apoio estratégico dentro do grupo, Sulaiman buscou o apoio do

xiita Ja'far Abu al-Timman o principal líder Ahali. Nesse contexto, Sulaiman passou a agir como intermediário entre o grupo e Sidqi. O grupo chegou a redigir o comunicado do golpe, que exigia um governo que representasse o povo sob a liderança de Hikmat Sulaiman, sendo o documento entregue ao Rei Ghazi pelo próprio Sulaiman. Quando o novo governo foi formado, os apoiadores do Ahali ocuparam vários cargos importantes (Dawisha, 2009).

O grupo Ahali, portanto, conspirou com os militares na destituição de Hashimi, pois seus membros achavam que poderiam controlar aqueles que detinham o monopólio estatal da violência. Antes do golpe, o general Bakr Sidqi acalmou os temores dos líderes Ahali, prometendo devolver o exército aos quartéis após o golpe e deixar o governo a cargo dos civis. Impulsionados por uma intensa hostilidade em relação a Hashimi e confortados por sua popularidade junto à classe média urbana, os líderes Ahali decidiram confiar em Sidqi (Dawisha, 2009). O grupo Ahali assumiu o governo sob a liderança do primeiro-ministro Hikmat Sulaiman e prometeram seguir uma política reformista contra a aliança entre políticos sunitas e proprietários rurais, com o objetivo de redistribuir o poder e desenvolver uma base eleitoral mais ampla entre as classes média e baixa. Os membros do Ahali começaram a trabalhar num programa destinado a restringir o poder dos líderes tribais, reconsiderando, e até mesmo anulando, leis que foram aprovadas no início da década de 1930 e que restringiam consideravelmente os direitos dos camponeses (Dawisha, 2009).

Através do Grupo Nacional de Reforma, eles também defenderam a criação de sindicatos, a expansão da educação pública para as classes mais baixas e a distribuição de terras não cultivadas aos camponeses sem-terra. Também prometeram a defesa da democracia, especialmente à liberdade de imprensa, que foram atacadas pelo governo anterior. Nas relações exteriores, o novo governo tentou reduzir as orientações pan-arabistas de seu antecessor, buscando uma aproximação com os países vizinhos não árabes do Iraque, como Turquia e Irã (Dawisha, 2009).

O novo governo rapidamente se viu confrontado com vários inimigos. Os oficiais nacionalistas do exército desconfiavam de um governo em que nenhum dos três principais líderes era sunita ou defendiam o pan-arabismo. Os oficiais sunitas do exército, nacionalistas convictos, perceberam que os novos líderes eram indiferentes às questões e preocupações árabes. No plano interno, os líderes tribais estavam destinados a resistir ao reformismo socioeconômico do novo governo, o que gerou revoltas e criando cisões no governo (Dawisha, 2009).

Bakr Sidqi assumiu o papel de principal inimigo do governo, pois era contra as políticas governamentais e interferia constantemente no processo político (Dawisha, 2009). Sidqi criou o

hábito de participar das reuniões ministeriais e formou o Conselho Superior de Defesa, que funcionava essencialmente como uma instituição paralela no governo. A situação chegou ao auge durante as revoltas tribais no sul do país, que foram reprimidas violentamente por Sidqi e Sulaiman. A força aérea foi enviada para bombardear aldeias tribais, matando dezenas de homens, mulheres e crianças nos arredores da cidade de Samawa, e quando os cadáveres chegaram às cidades sagradas de Najaf e Karbala para serem enterrados, eclodiram grandes manifestações que culminaram em ataques contra edifícios do governo e da polícia. À medida que a tensão se espalhava por todo o Sul, Ja'far Abu al-Timman, que era xiita, apresentou a sua demissão com Chaderji e dois outros ministros (Dawisha, 2009).

O governo de Sidqi durou menos de um ano, terminando com o seu assassinato em agosto de 1937. Esse período de domínio militar na política teve um grande impacto no desenvolvimento futuro das instituições estatais, especialmente na noção de controle civil. Os militares agora tinham desenvolvido um gosto pelo poder e relutavam em abandoná-lo. Após a morte de Sidqi, o primeiro-ministro Sulaiman quis permanecer no cargo, porém, oficiais nacionalistas árabes, que destituíram Sidqi do poder, ameaçaram removê-lo à força e Sulaiman finalmente renunciou ao cargo (Dawisha, 2009).

De uma forma geral, até 1941, os governos foram formados e destituídos sob o comando do grupo dos sete oficiais militares. Na segunda metade dos anos 1930, os militares e políticos iraquianos estavam divididos entre os que apoiavam ou não a Grã-Bretanha e seus aliados contra a Alemanha e a Itália, sendo uma divisão que se tornou mais evidente à medida que a guerra continuava. Os apoiadores mais proeminentes da Grã-Bretanha eram o regente Abd al-Ilah e Nuri al-Said, com uma firme oposição antibritânica exercida por Rashid 'Ali al-Gaylani e o grupo de oficiais do Quadrado Dourado (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

7 O IRAQUE E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

7.1 Introdução

A Segunda Guerra Mundial causou um grande impacto na trajetória política iraquiana. Em um primeiro plano, destaca-se a deterioração das condições socioeconômicas no Iraque por conta do envolvimento britânico na guerra e o aumento do custo de vida gerado pela expansão monetária na sociedade iraquiana. Como consequência, a vida da grande maioria do povo iraquiano teve uma piora significativa, o que levou a uma série de protestos e manifestações contra o regime dos hachemitas, assim como a presença das forças britânicas no país. Esse cenário de crescentes tensões sociais foi canalizado politicamente por atores políticos que atuavam na luta anti-imperialista, como foi o caso do PCI. Portanto, a primeira metade dos anos 1940 é um período de extrema relevância para compreender o processo revolucionário iraquiano de 1958.

7.2 Os efeitos políticos e econômicos da Segunda Guerra Mundial no Iraque

Com a eclosão da Segunda Guerra em 1939, a Grã-Bretanha solicitou ao Iraque que rompesse relações diplomáticas com a Alemanha, o que foi acatado prontamente por Nuri al-Said que aproveitou o momento para impor uma série de medidas autoritárias no país para atender aos interesses britânicos no conflito. Entre os militares, não havia ainda uma oposição às medidas tomadas por Nuri al-Said, que acreditava que poderia manter o equilíbrio entre o nacionalismo árabe e as exigências britânicas ao seu governo (Tripp, 2007).

Nesse contexto, Nuri al-Said percebeu que era mais fácil prosseguir a sua política pró-britânica como ministro das relações exteriores sob as ordens de um político popular pan-arabista como Rashid Ali. Por ser um nacionalista árabe, Nuri acreditava que os interesses não apenas do Iraque, mas do mundo árabe como um todo, seriam melhor atendidos com uma vitória dos países aliados na guerra (Dawisha, 2009). Entretanto, os oficiais militares que apoiavam Nuri, seguiam uma direção oposta, influenciados cada vez mais pelas posições antibritânicas de Haj Amin al-Husayni, o mufti de Jerusalém, que havia buscado refúgio no Iraque em 1939. Afastando-se cada vez mais das opiniões de Nuri al-Said, os coronéis do Quadrado Dourado e Rashid Ali defendiam uma posição de neutralidade no conflito mundial, enquanto que muitos militares consideravam a experiência alemã como uma referência para o Iraque e outros países árabes (Dawisha, 2009).

No entanto, Rashid Ali sabia da necessidade de persuadir os britânicos de que nenhuma mudança fundamental havia ocorrido e de que o Iraque cumpriria todas as suas obrigações estabelecidas no Tratado Anglo-Iraquiano de 1930. Por sua vez, os britânicos estavam alarmados com o retorno de Rashid Ali ao poder e com o perfil nacionalista de seu governo (Tripp, 2007). Eles estavam cientes da existência de um governo paralelo, composto por Rashid Ali e alguns membros de seu gabinete, com os quatro oficiais do Quadrado Dourado e Hajj Amin al-Husaini. Consequentemente, a Grã-Bretanha reteve o reconhecimento do novo governo e solicitou a permissão para desembarcar tropas no Iraque, como era previsto no Tratado Anglo-Iraquiano (Tripp, 2007).

Rashid Ali concordou com o pedido britânico, mas logo se viu sob intensa pressão dos oficiais do Quadrado Dourado para impor condições que limitassem a capacidade da Grã-Bretanha de desembarcar mais tropas no Iraque. As forças britânicas ignoraram todas as restrições impostas e prosseguiram com o desembarque de tropas em Basra. A ação foi recebida com um protesto oficial do governo iraquiano, que então autorizou unidades do exército iraquiano a direcionar suas atenções para a base aérea britânica em Habbaniyya. O comandante britânico foi informado de que toda a atividade aérea deveria cessar imediatamente e que qualquer avião que tentasse decolar seria alvejado. Os britânicos rejeitaram a exigência, ordenando a retirada das forças que supervisionavam a base aérea, deixando claro que a não observância dessa medida seria considerada um ato de guerra (Tripp, 2007).

As forças iraquianas se recusaram a obedecer e o comandante britânico em Habbaniyya ordenou que suas forças atacassem em 2 de maio de 1941. A luta durou alguns dias, mas, por fim, as tropas iraquianas foram forçadas a recuar em direção a Bagdá e tomaram posição em Fallujah (Tripp, 2007). Nessa altura, porém, os britânicos enviaram mais tropas provenientes da Índia e uma força britânica estava na Transjordânia pronta para atravessar o deserto em direção ao Iraque. Diante dessa situação, Rashid Ali, apoiado por militares que consideravam uma oportunidade para um ataque mais amplo contra a influência britânica no Iraque, buscou a ajuda dos países do Eixo (Tripp, 2007).

O Ministro do Interior, Naji Shawkat, foi enviado à Turquia para discutir com as autoridades alemãs a necessidade urgente de assistência militar ao Iraque. Tanto a Alemanha quanto a Itália apoiariam qualquer tentativa de minar o poder britânico no Oriente Médio, mas os países do Eixo pouco puderam fazer para apoiar o Iraque contra a Grã-Bretanha (Tripp, 2007). A Alemanha e a Itália enviaram alguns carregamentos de armas leves e cerca de trinta aviões de guerra para Mossul, mas tiveram um papel insignificante no conflito. Enquanto isso, as forças britânicas ocuparam Basra, isolando Bagdá do norte do país. Embora fossem

numericamente superiores, as forças armadas iraquianas não conseguiram resistir ao poderio militar da Grã-Bretanha e não demorou muito para que as forças britânicas alcançassem os arredores de Bagdá (Tripp, 2007).

O governo de Rashid Ali chegou ao fim com o avanço das forças britânicas sobre Bagdá. Destaca-se que a grande maioria dos iraquianos não parecia estar envolvida na difícil situação do governo, apesar dos apelos à *jihad* por parte de vários clérigos xiitas, a maior parte da população não apoiou o esforço de guerra do governo. Em muitos casos, líderes tribais curdos e xiitas chegaram a apoiar as forças britânicas. No fim de maio de 1941, Rashid Ali e os membros de seu governo, bem como Hajj Amin al-Husaini e os oficiais militares mais próximos fugiram de Bagdá e o prefeito de Bagdá, Arshad al-Umari, negociou um armistício com as forças britânicas (Tripp, 2007).

A queda do governo também foi aproveitada por determinados grupos para exercer uma vingança violenta contra a comunidade judaica de Bagdá (Tripp, 2007). Por volta de 200 judeus iraquianos foram mortos e vários estabelecimentos comerciais judaicos foram destruídos na cidade. Alvos de nacionalistas árabes antissionistas na década de 1930, muitos judeus do Iraque viram esses eventos como uma ruptura nas relações com seus compatriotas iraquianos. Após dois dias de violência pela capital, as autoridades iraquianas e britânicas finalmente decidiram intervir e restauraram a ordem na cidade à força, o que permitiu que o regente Abd al-Ilah regressasse à Bagdá, acompanhado por Nuri al-Said (Tripp, 2007).

Nesse contexto, o regente Abd al-Ilah e Nuri al-Said, perceberam que tinha perdido os seus antigos apoiadores militares para Rashid 'Ali, e decidiram acabar com o poder dos quatro coronéis e reduzir a influência do exército nos assuntos políticos. Em 1941, Rashid Ali foi substituído pelo general Taha al-Hashimi, que ordenou a transferência de dois coronéis do Quadrado Dourado para postos mais distantes, o que acabou não acontecendo por conta do poder que os coronéis tinham naquela altura (Dawisha, 2009).

As ações do regente Abd al-Ilah e de Nuri provocaram reações entre os coronéis iraquianos, que enviaram tropas para Bagdá, cercaram o palácio do governo e exigiram a renúncia de Hashimi e a volta de Rashid Ali ao cargo de primeiro-ministro. O regente, no entanto, conseguiu fugir para a Transjordânia e foi seguido por vários políticos iraquianos proeminentes, incluindo Nuri al-Said (Dawisha, 2009). Em maio de 1941, os britânicos atacaram posições do exército e da força aérea iraquianos, fazendo com que o mufti de Jerusalém declarasse *jihad* contra os britânicos. No fim de maio, os esforços de guerra iraquianos haviam se esgotado e os líderes militares e políticos haviam fugido para países vizinhos (Dawisha, 2009).

A realidade política iraquiana estava a afastar-se da posição política tradicional de Nuri al-Said, sobretudo, com a invasão das tropas alemãs à França em 1940. O governo de Rashid Ali passou a defender a ideia de neutralidade absoluta, enquanto mantinha contatos secretos com o governo alemão, ao mesmo tempo que o mufti Haj Amin al-Husayni e a sua comitiva negociavam também os italianos. Em 1941, o mufti, representando os pan-arabistas no Iraque, enviou uma carta a Hitler afirmando a disposição de Rashid Ali de lutar contra a Grã-Bretanha caso a Alemanha reconhecesse a independência do Iraque e de outros países árabes (Dawisha, 2009).

O golpe de estado de 1941 foi significativamente diferente dos anteriores, pois foi dirigido contra a monarquia hachemita, representada pelo regente Abd al-Ilah, cuja autoridade era constitucionalmente necessária para legitimar as ações das forças armadas e de seus aliados civis (Tripp, 2007). Portanto, o exército havia-se tornado a instituição mais influente na estrutura política do país. Os governos consultavam o exército não apenas sobre questões que eram da competência militar, mas também sobre assuntos econômicos, como a oposição do exército à construção de uma refinaria de petróleo ao norte de Bagdá. A refinaria acabou sendo construída nos arredores da capital, poluindo o ambiente da cidade mais populosa do país. Outro caso de interferência militar foi a sabotagem da ligação das linhas ferroviárias do Iraque com as da Turquia e do Irã (Dawisha, 2009).

O regente Abd al-Ilah e sua comitiva de políticos iraquianos pró-britânicos retornaram ao Iraque e promoveram punições aos conspiradores militares. Os coronéis Quadrado de Ouro foram condenados à morte e enforcados. O líder mais importante dos quatro, o coronel Salah al-Din al-Sabagh, foi o último a ser capturado e enforcado em 1945 (Dawisha, 2009). Até o fim da Segunda Guerra Mundial, diversas leis foram aprovadas para fortalecer o poder estatal a todos os setores da sociedade iraquiana, a fim de acabar com grupos contrários ao regime político dos hachemitas e suas alianças com os britânicos. Nesse contexto, o exército teve um crescimento de 20.300 homens em 1936, dos quais 800 eram oficiais, para 28.000 em 1939, com o número de oficiais elevados para 1.426. Já em 1941, o corpo do exército iraquiano tinha aumentado para 47.000 homens e o corpo de oficiais tinha sido elevado para 1.745 (Dawisha, 2009).

Centenas de oficiais foram presos e o aparato militar foi reduzido de quatro para três divisões, com uma redução total da tropa para 25 mil homens. O exército levaria até o fim do período monárquico para atingir os números elevados que tinha antes da guerra com a Grã-Bretanha, sendo a política de enfraquecimento do exército incentivada pelos britânicos (Dawisha, 2009). Um despacho do Ministério das Relações Exteriores britânico para a embaixada em Bagdá enfatizava a necessidade de trabalhar com o regente para garantir que o

exército não agisse novamente contra os interesses britânicos, uma meta que seria melhor alcançada por meio de uma redução generalizada, ou mesmo eliminação, do exército e da nomeação de apoiadores dos hachemitas e da Grã-Bretanha para cargos de liderança (Dawisha, 2009).

Após 1941, a relação entre o poder executivo e a burocracia britânica foi mais harmoniosa do que a existente durante os reinados de Faisal I e de seu filho Ghazi. O regente Abd al-Ilah e Nuri al-Said estavam sempre dispostos a buscar o conselho do embaixador britânico que indicava pessoas para ocupar cargos no governo. Entretanto, os britânicos enfrentavam uma contradição em relação às elites políticas iraquianas, pois elas atuaram para impedir o desenvolvimento do país, tendo em vista às suas tendências antirreformistas (Dawisha, 2009).

Outra grande preocupação tinha a ver com a situação da economia iraquiana, pois a Segunda Guerra Mundial teve um efeito devastador, criando pressões inflacionária que, entre 1939 e 1945 atingiram quase 500% (Dawisha, 2009). Entre 1939 e 1942, o índice de preços dos cereais, por exemplo, subiu de 100 para 773, e o índice de preços dos produtos têxteis subiu de 100 para 1287, o que reduziu drasticamente o poder de compra de grande parte da população iraquiana. A crise econômica no Iraque também foi causada por outros fatores, como a elevada despesa do exército britânico no Iraque que aumentou cinco vezes o volume de circulação monetária na economia iraquiana entre 1941 e 1943. A atuação dos grandes proprietários de terras e comerciantes na estocagem de mercadorias também gerou uma elevação dos preços, sendo muitos desses especuladores membros das elites políticas ligadas ao governo (Dawisha, 2009).

Nesse contexto, as classes mais pobres iraquianas foram as mais atingidas com a inflação, tendo em vista a elevação dos bens de primeira necessidade e a estagnação da renda. O aumento do desemprego também atingiu os mais pobres, pois no pós-guerra, apenas 30% da população estava empregada e cerca de metade da população masculina era economicamente ativa (Dawisha, 2009). Houve, portanto, uma grande reação popular, pois a classe média iraquiana também sofreu uma redução considerável do seu padrão de vida, como por exemplo, os salários dos funcionários que aumentaram apenas 25%. Portanto, os efeitos econômicos da Segunda Guerra Mundial ampliaram as desigualdades existentes no Iraque entre as elites políticas e econômicas ligadas aos hachemitas e os setores mais pobres da população iraquiana (Dawisha, 2009).

No final de 1945, a hostilidade do povo iraquiano à elite governante era crescente. O país passava por várias crises econômicas e os governos eram indiferentes à miséria em que se

encontrava grande parte da população. Os governos e o parlamento faziam parte de um grande sistema clientelista e de cooptação de forças políticas contrárias, além da corrupção existente em vários setores governamentais (Dawisha, 2009). O governo chegou a enviar uma lei anticorrupção ao parlamento, que não foi aprovada. Nesse sentido, o povo iraquiano estava disposto a intensificar a luta contra a monarquia hachemita através de manifestações políticas que foram reprimidas pelas forças de segurança do governo. A deterioração das condições políticas e econômicas apontavam para a possibilidade real de uma grande convulsão social com consequências terríveis (Dawisha, 2009).

Mesmo com a escalada da crise, o governo iraquiano não estava disposto a seguir com a implementação de reformas no campo político, social e econômico. A situação econômica alcançou um patamar de grande instabilidade, que até os britânicos começaram a pressionar o regente Abd al-Ilah a promover algum tipo de liberalização do sistema político (Dawisha, 2009). O regente finalmente sucumbiu à pressão, e no fim de 1945, fez um discurso dirigido aos membros do parlamento iraquiano, no qual delineou as políticas do país para o pós-guerra. Abd al-Ilah culpou às intervenções militares no país e as instabilidades geradas pela Segunda Guerra Mundial como as causas para a falta de instituições e políticas liberais no Iraque (Dawisha, 2009).

7.3 A política interna iraquiana nos anos 1940

A intervenção militar britânica em 1941 encerrou o ciclo de golpes militares que marcaram a política iraquiana nos anos 1930. Entretanto, não houve uma mudança substancial na política iraquiana, tendo em vista a continuidade das redes poder entre as elites. Desta forma, as estruturas de poder político permaneceram praticamente as mesmas, sendo reforçadas pelo jogo de interesses de Nuri al-Said, que dominou a política iraquiana após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a política de Nuri era marcada pela necessidade imediata de construir alianças, cooptar adversários e destruir opositores através da violência (Tripp, 2007).

Com amplos poderes no Iraque, Nuri al-Said implementou projetos como a criação uma federação de estados árabes dominada pelos hachemitas e um estado patrimonial dependente das receitas do petróleo. Entretanto, Nuri negligenciou a criação de uma política institucional que delegasse poderes a outros atores políticos. As crescentes demandas por justiça social exigiam uma revisão radical do sistema de privilégios sobre o qual se baseava a monarquia hachemita. As contradições do modelo proposto por Nuri al-Said eram visíveis, pois a sociedade

iraquiana era extremamente desigual e dominada pelas elites ligadas à monarquia hachemita (Tripp, 2007).

Desta forma, novas coalizões poderiam ser formadas entre aqueles que eram tradicionalmente desfavorecidos e os iraquianos da classe média emergente, como a pequena burguesia e os militares que se ressentiam do domínio das velhas elites no poder estatal. Nuri al-Said acreditava que todas essas contradições poderiam ser resolvidas a curto prazo por meio do desenvolvimento do aparato de segurança estatal. Porém, essa estratégia só funcionaria se a lealdade das forças militares fosse absoluta e agisse com eficiência dentro um sistema estruturalmente violento (Tripp, 2007).

Com o retorno do regente Abd al-Ilah à Bagdá em junho de 1941, acompanhado pelos políticos que haviam fugido do país após o golpe do mesmo ano, a vida política do Iraque retomou ao status quo. O governo de Jamil al-Midfai expulsou os apoiadores de Rashid Ali, mas a tarefa de acabar com a rede de clientelismos políticos teve um efeito contrário e o primeiro-ministro renunciou ao cargo em outubro de 1941. Midfai acabou sendo sucedido por Nuri al-Said que promoveu uma série de retaliações contra os militares do Quadrado Dourado envolvidos no golpe de estado de 1941 (Tripp, 2007).

A questão curda também era um elemento de instabilidade constante para o estado iraquiano. Em 1939, surgiram organizações nacionalistas curdas, como a Hiwa (Esperança), que era contra a ideologia pan-arabista. Mesmo com o enfraquecimento do pan-arabismo no Iraque após 1941, a organização Hiwa seguia com uma grande preocupação com o poder político concentrado em Bagdá e com a insensibilidade das elites à deterioração das condições econômicas nas áreas curdas. Isso levou ao ressurgimento de Mulla Mustafa Barzani como líder do movimento de libertação curda em 1943 (Tripp, 2007).

Barzani havia escapado da prisão e conseguiu restabelecer sua base de poder local, passando a negociar com o governo iraquiano por intermédio de um membro curdo do governo de Nuri al-Said, Majid Mustafa (Tripp, 2007). As reivindicações de Barzani envolviam a concessão de anistias para si e seus familiares, bem como medidas para reduzir a fome nas aldeias curdas. No entanto, Barzani também reivindicava a separação dos distritos curdos da província de Mosul e a formação de uma província curda distinta. Nuri al-Said concordou em princípio com a reivindicação, permitindo que Barzani fosse à Bagdá em 1944 para conciliar-se com o governo iraquiano (Tripp, 2007).

Nuri al-Said e o regente Abd al-Ilah iniciaram uma série de emendas constitucionais em 1943 que fortaleceram os poderes do monarca. Nuri acreditava que isso lhe daria uma vantagem sobre o restante da elite política devido à sua estreita relação com o regente. No entanto, Abd al-

Ilah, aproveitou a oportunidade para aumentar o seu poder e ter mais autonomia para tomar decisões políticas, o que acabou o levando a um conflito com Nuri al-Said (Tripp, 2007). Em 1944, após divergências com o regente, Nuri decidiu renunciar ao cargo de primeiro-ministro. Seu sucessor, Hamdí al-Pachachi, incluiu vários aliados de Nuri em seu governo, mas também trouxe apoiadores do regente, que se sentiam incomodados com a forma autocrática de governar de Nuri (Tripp, 2007).

Nesse sentido, al-Pachachi conseguiu a libertação de vários presos em 1941 e flexibilizou a censura à imprensa. Com o apoio do regente, ele introduziu a Lei Miri Sirf de 1945, que inicialmente foi aplicada a Dujaila, uma área próxima à Kut (Tripp, 2007). De acordo com a lei, as terras pertencentes ao estado seriam distribuídas aos camponeses sem-terra, bem como a pequenos proprietários e funcionários públicos aposentados. Na prática, grande parte das terras seguiu controlada por proprietários que sublocavam suas terras a camponeses agricultores, o que foi suficiente para alarmar o bloco parlamentar dos líderes tribais, que concordaram com a medida somente quando se convenceram de que não se tratava de uma reforma agrária mais radical (Tripp, 2007).

No entanto, al-Pachachi enfrentou uma rebelião crescente na região curda. Barzani, irritado com o fracasso do sucessor de Nuri em cumprir o acordo de 1944, começou a organizar a resistência no norte do Curdistão. Ele formou alianças com várias tribos preocupadas com a interferência do governo que causou ressentimento na região curda e passou a fazer exigências crescentes para ampliar o seu poder e garantir vantagens para os curdos. A recusa de al-Pachaci às exigências de Barzani gerou um grande levante armado em meados de 1945 (Tripp, 2007).

Após um êxito inicial, as forças de Barzani não resistiram às forças do governo, forçando-o a fugir para o Irã em outubro de 1945, onde ele se tornou um personagem influente na breve república autônoma curda de Mahabad. No entanto, quando as forças do *sha* derrotaram os curdos e reocuparam Mahabad em dezembro de 1946, Barzani foi forçado a fugir do Irã. Em abril de 1947, Barzani e seus apoiadores foram obrigados a voltar para o Iraque, e, adotaram a estratégia de evitar confrontos com as forças iraquianas. Por último, Barzani decidiu buscar refúgio na URSS em 1947, onde recebeu asilo do governo soviético até retornar ao Iraque após a queda da monarquia e a instauração da república em 1958 (Tripp, 2007).

O sucessor de al-Pachaci, o primeiro-ministro al-Suwaidi, decidiu acabar com a lei marcial, fechou o campo de detenção de al-Faw, aliviou a censura à imprensa e introduziu uma nova lei eleitoral que manteve o sistema de eleições indiretas, porém dividiu o país em 100 distritos eleitorais, em vez dos três que existiam anteriormente (Tripp, 2007). Em princípio, isso permitiu uma maior representação nas zonas urbanas do Iraque, onde a população crescia

rapidamente. Uma outra medida importante de Al-Suwaidi foi a permissão para a formação de partidos políticos, com destaque para a criação dos partidos, Al-Hizb al-Watani al-Dimuqrati, o Partido Democrático Nacional e Hizb al-Istiqlal, o Partido da Independência (Tripp, 2007).

O Partido Democrático Nacional, liderado por Kamil al-Chadirchi e Muhammad Hadid, reunia antigos militantes do grupo Ahali. Eles defendiam a social-democracia e a reforma política por meio de participação parlamentar, com foco de atuação na política interna iraquiana, demonstrando pouco interesse pela política externa (Tripp, 2007). No plano interno, o Partido Democrático Nacional era bastante crítico da presença militar e da influência britânica no Iraque. Já na política externa, o Partido Democrático Nacional demonstrava pouco interesse pelos assuntos do mundo árabe em geral, principalmente sobre o pan-arabismo.

O outro partido criado, o Istiqlal tinha como principal causa política o nacionalismo árabe e era liderado por Muhammad Mahdi Kubba, Fa'iq al-Samarrai e Siddiq Shanshal. O Istiqlal não era um grande defensor das reformas no Iraque e criticava o sistema parlamentar, pois negava uma representação adequada ao partido. Entretanto, o Istialal defendia o fim da influência britânica no Iraque e no Oriente Médio, pois considerava uma intervenção externa prejudicial ao pan-arabismo (Tripp, 2007).

Já o PCI solicitou, sem sucesso, uma permissão para formar o Hizb al-Taharrur al-Watani, o Partido da Libertação Nacional. Ressalta-se que as atividades do PCI se intensificaram desde outubro de 1941, quando Yusuf Salman Yusuf, o Camarada Fahd, tornou-se secretário-geral do partido. Fahd havia se esforçado para expandir a filiação partidária para além dos grupos intelectuais urbanos, alcançando às pequenas cidades do interior e trabalhadores de diversos setores, como o porto de Basra, as ferrovias nacionais iraquianas e a indústria petrolífera. Além disso, células foram estabelecidas no setor educacional e, em escala muito menor, nas forças armadas (Tripp, 2007).

Figura 10 – Yusuf Salman Yusuf (Camarada Fahd)



Fonte: Wikipedia (2025)

Após a URSS ser invadida pelo exército alemão em junho de 1941, o PCI adotou uma posição de apoio relutante à presença militar britânica no país, na medida em que as forças britânicas pertenciam ao campo dos países aliados. Essa aliança tática facilitou as relações do partido com sucessivos governos iraquianos e, embora ainda operasse sob restrições, os comunistas conseguiram divulgar suas opiniões e expandir sua organização a um nível sem precedentes (Tripp, 2007). Com a crescente tensão entre a URSS e os países aliados após 1945, o PCI retornou à sua posição tradicional de oposição radical à presença militar britânica no Iraque e à monarquia hachemita. Porém, a carta nacional do partido de 1945 delineou um programa com um viés social-democrata progressista, em vez do marxismo-leninismo, permitindo ao partido atrair um público mais amplo e cooperar com outras organizações e indivíduos cuja crítica ao status quo era amplamente semelhante, apesar de permanecer como uma organização ilegal (Tripp, 2007).

Nesse contexto, o PCI obteve um grande apoio nas cidades curdas do norte do país, onde um nacionalismo curdo emergia com uma forte crítica às desigualdades e injustiças sociais, como a distribuição desigual de terras por exemplo (Tripp, 2007). Os líderes das rebeliões curdas eram proprietários de terras em busca de vantagens e utilizavam o sentimento de autonomia local para conseguir apoio político, entre eles, o próprio Barzani. Portanto, houve uma reação expressa por meio de um nacionalismo curdo radical, expresso em organizações

como o Partido Comunista Curdo ou Shurish (Revolução), que foi uma força motriz na formação do Rizgari Kurd (Libertação Curda), reunindo nacionalistas e socialistas curdos. Destaca-se também que outros curdos chegaram a aderir ao PCI, pois consideravam o partido como um ator crítico consistente do regime político iraquiano e contavam com a conexão soviética para a libertação nacional do Iraque (Tripp, 2007).

De uma forma geral, os partidos de oposição e os sindicatos atuavam em um período de elevadas tensões sociais. Nesse sentido, uma série de greves foram organizadas no porto de Basra, com a expansão dos protestos entre os trabalhadores das ferrovias iraquianas, cujo sindicato havia sido proibido (Tripp, 2007). A principal causa das revoltas tinha sido condição socioeconômica de muitos iraquianos que havia se deteriorado nos anos anteriores. A escassez de alimentos durante a guerra, as más colheitas e o aumento do poder de compra das forças britânicas no Iraque haviam causado uma pressão inflacionária sobre a maioria dos bens, como alimentos e roupas (Tripp, 2007). O custo de vida quintuplicou no país, afetando principalmente os funcionários públicos e trabalhadores da indústria, pois não houve um aumento correspondente do nível salarial. A disparada dos preços dos cereais, que eram os principais produtos de exportação do Iraque, havia incentivado proprietários de terras e comerciantes a lucrar com as oportunidades no setor de exportação, elevando ainda mais o nível geral de preços, gerando escassez e com pessoas passando fome, principalmente nas regiões de maioria curda (Tripp, 2007).

As greves organizadas tinham como objetivo garantir aumentos salariais e melhores condições de vida para os trabalhadores iraquianos. O envolvimento do PCI deveu-se, em parte, ao fato do partido já estar clandestinamente presente na força de trabalho dessas indústrias e também pelo objetivo partidário de consolidar sua base popular entre os trabalhadores (Tripp, 2007). Embora vinculadas às preocupações imediatas dos trabalhadores, as greves acabaram assumindo um significado político mais amplo. Para os britânicos, que tinham interesse estratégico nos principais setores industriais de transporte e petróleo, as greves e os sindicatos que as promoviam faziam parte de um confronto geral. Já elite governante considerava que a ação dos trabalhadores organizados e o envolvimento do PCI eram o sinal de um processo revolucionário em marcha (Tripp, 2007).

Por conta da pressão política e das tensões sociais, al-Suwaidi seguiu renunciar em 1946, fazendo com que o regente nomeasse Arshad al-Umari para o cargo de primeiro-ministro na tentativa de controlar as forças de oposição (Tripp, 2007). Al-Umari, então, promoveu uma política repressiva que conseguiu alienar praticamente todos os setores da opinião pública. Como consequência, uma greve de cerca de cinco mil trabalhadores no campo petrolífero de

Kirkuk, pertencente à CPI, que reivindicava melhores salários e condições de trabalho, foi encerrado com uma forte repressão da polícia iraquiana. A crescente instabilidade social também levou al-Umari a ordenar uma série de prisões e o fechamento de jornais (Tripp, 2007).

Nesse período, o Partido Democrático Curdo (PDC) iraquiano conseguiu realizar seu congresso em Bagdá em 1946. Tratava-se de um partido com um viés nacionalista e que era organizado em grande parte pelos aliados de Barzani, que por sua vez acabou sendo eleito presidente do partido. Barzani aceitava a soberania do estado iraquiano e não se intrometia em questões sobre reformas sociais e econômicas, pois ainda estava exilado na República de Mahabad, no Irã (Tripp, 2007). Porém, ele havia mantido contato com o governo iraquiano e sugerido que o PDC reuniria todas as organizações curdas sob seu controle. A ideia de que uma organização colocaria o movimento nacional curdo sob o controle de um líder sem interesse em provocar mudanças radicais foi bem recebida pelo primeiro-ministro al-Umari. Entretanto, novas greves de trabalhadores ferroviários em resposta à repressão promovida por al-Umari provocaram a sua renúncia em novembro de 1946 (Tripp, 2007).

Desta forma, Nuri al-Said foi chamado mais uma vez para liderar o governo e seguiu com sua conhecida política de cooptar membros das forças oposicionistas como uma estratégia de contenção social e política. Fahd e outros líderes do PCI foram presos, o que levou praticamente à suspensão das atividades do partido e eleições foram realizadas em 1947, fazendo com que o grupo parlamentar de Nuri garantisse a maioria dos assentos em disputa. Entretanto, Nuri recusou o convite do regente para formar um novo governo e indicou Salih Jabr, que se tornou o primeiro primeiro-ministro xiita do Iraque. Isso permitiu a Nuri uma margem mais ampla de atuação, pois ele seguia influente nos bastidores da política iraquiana sem ter que entrar em confronto aberto com as forças de oposição (Tripp, 2007).

7.4 A política externa iraquiana nos anos 1940

Após a Segunda Guerra Mundial, a política externa iraquiana ganhou uma dimensão de maior relevância por conta dos desdobramentos políticos na esfera regional. Nuri al-Said seguia atuando nos bastidores da política iraquiana, o que gerou alguns problemas, entre eles a questão da Palestina. Uma das prioridades de Nuri era criar uma federação de estados árabes apesar da desconfiança e oposição de outros líderes regionais, particularmente do Egito e da Arábia Saudita. O Rei da Transjordânia, Abdullah I, que era tio do regente iraquiano Abd al-Ilah, não tinha interesse em um plano que daria ao Iraque uma posição de liderança regional, o levou Nuri a implementar uma estratégia mais ampla. Nesse contexto, Nuri foi um dos principais

apoiadores da criação da Liga Árabe em 1945, para servir como um espaço de cooperação entre os estados árabes e como. O uma plataforma política para os pan-arabistas no Iraque (Tripp, 2007).

Em relação à questão da Palestina, em 1947, a Grã-Bretanha havia encaminhado o problema da partição do território à Organização das Nações Unidas (ONU). Na prática, a Grã-Bretanha renunciaria ao mandato conferido pela Liga das Nações e deixaria de lado a tentativa de se manter uma Palestina unificada com uma maioria árabe. A retirada britânica levantou a possibilidade de um desfecho negativo para os árabes palestinos, despertando movimentos pan-arabistas no Iraque (Tripp, 2007).

Outra questão importante foram os embates sobre o Tratado Anglo-Iraquiano de 1930, o qual a Grã-Bretanha não queria trazer à tona por conta da grande impopularidade do acordo entre os iraquianos. Entretanto, qualquer governo iraquiano que renegociasse os termos do tratado de 1930 teria que exigir a retirada total das tropas britânicas e a transferência das duas principais bases aéreas controladas pelos britânicos ao governo iraquiano. Por essa mesma razão, Salih Jabr relançou as discussões sobre o tratado logo após assumir o cargo de primeiro-ministro em 1947, com o objetivo político de obter apoio popular com a saída das forças britânicas do Iraque. Após negociações secretas com a Grã-Bretanha, o novo tratado foi assinado em dezembro de 1947, sendo somente divulgado no início de 1948, e que ficou conhecido como o Tratado de Portsmouth (Tripp, 2007).

Embora o tratado promettesse a retirada final de todas as forças britânicas e a entrega das duas bases aéreas britânicas ao controle iraquiano, acabou por criar um conselho de defesa conjunto, composto por autoridades britânicas e iraquianas, para supervisionar o planejamento militar iraquiano. A Grã-Bretanha também teria permissão para retomar o controle das bases aéreas em tempos de guerra e o Iraque continuaria vinculado à Grã-Bretanha no fornecimento de suprimentos e treinamento militar. O tratado duraria 25 anos, sancionando formalmente a influência britânica no Iraque até 1973, 15 após a data de expiração do tratado de 1930 (Tripp, 2007).

A assinatura do Tratado de Portsmouth gerou uma série de protestos em Bagdá, enquanto os partidos da oposição buscavam mobilizar a população. A maioria dos membros do governo estava na Grã-Bretanha para a assinatura do tratado, o que deu a impressão de um governo sem liderança, o que foi explorado pelas forças de oposição. A amplitude dos protestos levou inclusive o primeiro-ministro Salih Jabr a se recusar a ratificar o tratado, decidindo retornar imediatamente à Bagdá. No dia seguinte ao seu retorno, o protesto de maior relevância foi organizado, sendo duramente reprimido pela polícia iraquiana (Tripp, 2007).

Cerca de 20 membros do parlamento renunciaram em protesto, assim como dois ministros de Jabr. O regente então insistiu que o próprio Salih Jabr renunciasse e pediu que Muhammad al-Sadr, um antigo político xiita, formasse um governo composto por opositores de Nuri al-Said e Salih Jabr. A nomeação de al-Sadr demonstrou que o regente era sensível à questão sectária que também estava presente nas revoltas populares (Tripp, 2007). Salih Jabr havia sido o primeiro primeiro-ministro xiita do Iraque e essa ruptura com a tradição de domínio sunita despertou a ira da elite política iraquiana. Os partidos de oposição responsáveis pela organização das manifestações estavam descobrindo uma nova forma de poder. A indignação inicial com o Tratado de Portsmouth permitiu-lhes concentrar a atenção em uma série de queixas, como a acusação geral ao governo, o questionamento sobre a existência da monarquia e as condições econômicas no país agravadas pela crise financeira do final de 1947 (Tripp, 2007).

O primeiro-ministro, al-Sadr, mesmo após ter tomado medidas contra o Tratado de Portsmouth, enfrentou constantes manifestações e resolveu marcar eleições gerais. O Partido Democrático Nacional concordou em encerrar seus protestos, mas não tinha o controle sobre as manifestações como imaginava. Os protestos continuaram, enquanto outras organizações, muitas delas filiadas ao PCI, conseguiram mobilizar o povo iraquiano para ir às ruas protestar (Tripp, 2007). Algumas manifestações chegaram ao fim em maio de 1948, quando o governo proclamou lei marcial devido à eclosão da guerra na Palestina, nos eventos denominados no Iraque de al-Wathbah, “o salto”. O termo sugere uma ruptura dramática com o passado nas formas de atividade política e no envolvimento das massas urbanas, e que pode ser visto como a abertura de caminho para a derrubada da monarquia em 1958 (Tripp, 2007).

Esses eventos permitiram que alguns partidos no Iraque redescobrissem o poder popular no âmbito das tensões políticas existentes na esfera da elite governante (Tripp, 2007). Nas eleições realizadas em junho de 1948, sob lei marcial, os três partidos da oposição conquistaram apenas sete assentos de 138, ilustrando a dificuldade do enfrentamento às instituições estatais. O fato de Nuri al-Said e Salih Jabr terem conseguido que um grande número de seus apoiadores ganhassem assentos no parlamento, deixou bem claro como poder ainda estava concentrado nas mãos de Nuri e da elite política iraquiana que o sustentava (Tripp, 2007).

Após as eleições, Muhammad al-Sadr renunciou ao cargo de primeiro-ministro e o regente pediu a Muzahim al-Pachachi que formasse um novo governo. Atormentado por divisões internas, o novo governo não era forte o suficiente para resistir aos desastres que se desenrolavam no conflito entre Israel e Palestina. O Iraque enviou cerca de 18 mil soldados à guerra, tornando-se a maior força árabe na Palestina. Eles defenderam com sucesso as cidades

de Jenin-Nablu-Tulkaram, porém havia a suspeita de que estavam sendo usados pelo Rei Abdallah da Jordânia para reforçar sua anexação da Palestina árabe, o gerou uma série de críticas no Iraque (Tripp, 2007).

O Ministro da Defesa, Sadiq al-Bassam, negava ter qualquer influência na condução da guerra e aproveitou a oportunidade para perseguir a comunidade judaica iraquiana no Iraque. Judeus foram impedidos de ocupar cargos no governo, cortes marciais foram utilizadas para aprisionar e intimidar judeus, e um membro proeminente da comunidade foi executado por supostamente auxiliar o Estado de Israel. A indignação internacional que se seguiu deu ao primeiro-ministro e aos rivais políticos de al-Bassam a oportunidade de expulsá-lo do governo. No entanto, isso não diminuiu a crescente sensação de ameaça dentro da comunidade judaica, à medida que os exércitos árabes na Palestina sofriam uma sucessão de derrotas (Tripp, 2007).

Esses eventos marcaram praticamente o desaparecimento da comunidade judaica no Iraque, que em 1947, correspondia a 2,6% da população, com 117.000 pessoas. O estabelecimento do Mandato Britânico na Palestina simultaneamente ao Mandato Britânico no Iraque tornou a posição da comunidade judaica no novo estado iraquiano difícil (Tripp, 2007). Não demorou muito para que os judeus no Iraque e o projeto sionista na Palestina, impulsionado pelo Mandato Britânico, se manifestassem. Durante a década de 1930, com a eclosão da revolta árabe na Palestina e o aumento das revoltas pan-arabistas e antissionistas no Iraque, os ataques da imprensa aos judeus tornaram-se mais frequentes. Os judeus em Bagdá passaram a ser agredidos fisicamente, levando os líderes da comunidade judaica a protestar publicamente junto ao governo iraquiano (Tripp, 2007).

As tentativas da liderança da comunidade judaica de convencer seus compatriotas de que não eram apoiadores do movimento sionista na Palestina tiveram pouca relevância quando sofreram acusações dos círculos nacionalistas árabes do Clube Muthanna. Com o incentivo dos oficiais do exército que dominavam a política iraquiana no final da década de 1930, as acusações contra a comunidade judaica no Iraque não faziam distinção entre as identidades sionista e judaica, difamando ambas em termos de um antissemitismo que também explorava preconceitos sectários locais. Para muitos judeus iraquianos, era uma indicação não apenas de sua vulnerabilidade no Iraque, mas também da aparente indiferença das autoridades, tanto iraquianas quanto britânicas, à situação que enfrentavam no país (Tripp, 2007).

A derrota dos exércitos árabes na Palestina acabou por derrubar o governo de al-Pachachi no início de 1949. A derrota do exército egípcio na Palestina em novembro de 1948 levou o governo egípcio a atribuir a culpa à suposta inação das forças iraquianas, algo que foi utilizado por um número crescente de manifestantes e pelos opositores de al-Pachachi (Tripp,

2007). Diante de uma crise crescente em Bagdá, o regente apelou novamente a Nuri al-Said para formar um novo governo. Agora, assumindo o papel de homem forte e autoritário da política iraquiana, Nuri tentou resolver a crise com a violência característica de seus governos. Cortes marciais foram utilizadas para julgar os acusados de instigar a desordem pública, condenando centenas à prisão. A campanha contra o PCI e seus apoiadores foi intensificada e o próprio camarada Fahd, secretário-geral do PCI foi preso e executado em 1949 (Tripp, 2007).

Após enfraquecer as forças oposicionistas no plano interno, Nuri al-Said voltou sua atenção para a questão da Palestina, tendo iniciado um inquérito parlamentar sobre a condução da guerra. Embora não isentasse totalmente os iraquianos envolvidos, o relatório da comissão retratava sucessivos políticos iraquianos como incompetentes, atribuindo a culpa pela derrota aos outros estados árabes e à liderança palestina (Tripp, 2007). Nuri também aumentou a sensação de insegurança dos judeus iraquianos ao ameaçar expulsar toda a comunidade se os refugiados palestinos não fossem autorizados a retornar às suas casas. Posteriormente, os judeus do Iraque foram trocados por um número equivalente de refugiados árabes da Palestina com a ameaça de que as propriedades dos judeus no Iraque seriam usadas para compensar os palestinos pelo que haviam perdido na guerra (Tripp, 2007).

Para muitos na comunidade judaica iraquiana, a percepção era que não havia futuro no Iraque, uma vez que nem os líderes comunitários nem qualquer organização internacional estavam dispostos ou eram capazes de defender seus direitos como cidadãos iraquianos. Desta forma, a vasta maioria da comunidade judaica aproveitou uma lei de 1950 que lhes permitia renunciar à cidadania iraquiana e deixar o Iraque, fazendo com que alguns milhares de judeus permanecessem no país (Tripp, 2007). O desastre palestino afetou também a Síria, onde o golpe de estado de Husni Zaim, em 1949, deu início a um período de golpes e contragolpes. Alimentadas por certos grupos na Síria, ideias de união com o Iraque começaram a emergir. Nuri era contra tal projeto por temer o controle do Iraque pelos sírios. Consequentemente, Nuri desencorajou as primeiras conversas de Zaim sobre a união entre os dois países, o que levou Zaim a buscar uma aproximação com o Egito e a Arábia Saudita, ambos determinados a conter a influência hachemita na região (Tripp, 2007).

Entretanto, o regente Abd al-Ilah defendia a ideia de uma união sírio-iraquiana, de acordo com as suas próprias ambições. Consequentemente, quando Zaim foi deposto pelo Coronel Hinnawi em 1949, apoiado pelo Partido Popular, de orientação iraquiana, o regente acreditou que a união poderia ser finalmente alcançada (Tripp, 2007). O regente ressentia-se da falta de entusiasmo de Nuri, o que gerou atritos entre os dois e que levaram à demissão de Nuri em novembro de 1949. Ali Jawdat formou um governo em dezembro do mesmo ano, mas, um

golpe de estado em Damasco levou Adib al-Shishakli ao poder com a intenção de impedir qualquer possibilidade de união com o Iraque (Tripp, 2007).

A questão da união sírio-iraquiana parecia ter acabado, porém, ela não foi totalmente esquecida. Quando o ministro das Relações Exteriores, Muzahim al-Pachachi, tentou reparar as relações iraquianas-egípcias, chegando a um acordo com o governo egípcio que garantia ao Iraque que não buscaria uma união com a Síria pelos próximos cinco anos, gerou uma grande indignação de grupos políticos no Iraque (Tripp, 2007). Independentemente do que pensassem sobre a questão da união com a Síria, viam a medida como uma submissão da política externa iraquiana ao Egito. O regente compartilhava dessas opiniões e, em 1950, o primeiro-ministro Jawdat decidiu renunciar, pois havia perdido a confiança do regente. O regente então pediu a Tawfiq al-Suwaidi que formasse um novo governo, o que significava na prática o retorno de Nuri al-Said ao centro de poder, com um papel influente nos bastidores e no parlamento iraquiano, mesmo sem ocupar um cargo no governo (Tripp, 2007).

7.5 A economia iraquiana após a Segunda Guerra Mundial

Após a prolongada crise após a Segunda Guerra Mundial, o ano de 1949 marcou o início da recuperação econômica do Iraque, com uma melhora na situação financeira do governo iraquiano. A receita gerada com os royalties do petróleo aumentou de 2,3 milhões de libras em 1945 para 4.388.000 em 1949, constituindo 11,8% da receita total do estado. Durante a década de 1950, o aumento da receita dos royalties do petróleo foi elevada de 5.285.000 de libras em 1950 para 73,8 milhões em 1955 e 84,6 milhões de libras em 1958 (Eppel, 2004).

De acordo com Eppel (2004), o aumento da receita do governo iraquiano resultou de dois principais fatores. Em primeiro lugar, destaca-se a expansão da produção de petróleo do Iraque devido ao aumento da sua demanda, após a recuperação da economia global e a criação do Plano Marshall para a reabilitação da Europa. Outro fator estava relacionado aos novos acordos firmados entre o governo do Iraque e a CPI, que obrigaram a empresa a expandir sua produção e aumentar a participação iraquiana nos lucros com o petróleo (Eppel, 2004).

Desta forma, em 1950, foi firmado um novo acordo entre o governo do Iraque e a CPI, segundo o qual os royalties do petróleo teriam um aumento de 50% por barril. Apesar do aumento da renda do Iraque, o acordo não atendeu às demandas da empresa petrolífera. A noção de que o Iraque era explorado pela CPI contribuiu para o aumento das tensões nacionalistas antibritânicas no Iraque e as demandas para nacionalizar os recursos petrolíferos foram

expressas por políticos da oposição, como o Partido Nacionalista al-Istiqlal, o Partido Democrático Nacional e PCI (Eppel, 2004).

Em 1952, outro acordo foi firmado entre o governo do Iraque e a CPI, no qual foram acertadas medidas mais flexíveis e foram aceitas algumas demandas do governo iraquiano. O governo iraquiano receberia 50% dos lucros obtidos pela CPI, que, por sua vez, se comprometeria a produzir pelo menos 30 milhões de toneladas de petróleo por ano (Eppel, 2004). Além disso, a CPI concordou que a receita auferida pelo governo do Iraque com os royalties do petróleo seria de pelo menos 20 milhões de libras por ano em 1953 e 1954, número que seria elevado para 25 milhões de libras a partir de 1955. O acordo também estipulava que os cidadãos iraquianos seriam recrutados para cargos importantes na CPI (Eppel, 2004).

As medidas tomadas pela CPI deviam-se às pressões impostas às empresas petrolíferas ocidentais a partir da década de 1950 (Eppel, 2004). A nacionalização do petróleo pelo governo de Mossadeq no Irã e o fortalecimento das tendências nacionalistas no Oriente Médio, com demandas pelo controle nacional do petróleo, pressionaram a CPI a chegar a um acordo com o governo iraquiano. Destaca-se também o acordo firmado entre a empresa petrolífera norte-americana Aramco e a Arábia Saudita em 1950, segundo o qual os lucros do petróleo seriam distribuídos igualmente e que criou um precedente para as demandas apresentadas pelo governo do Iraque em relação à CPI (Eppel, 2004).

Apesar das conquistas significativas alcançadas pelo Iraque no âmbito do novo contrato, a CPI continuou a manter o controle do petróleo no Iraque, abrangendo quase todo o território iraquiano. Embora o petróleo representasse cerca de 49% da receita auferida pelo governo iraquiano em 1953, o governo não tinha controle sobre os preços do produto. Nesse sentido, divergências sobre o método de cálculo dos lucros da CPI dificultaram as negociações entre a empresa e o governo do Iraque ao longo da década de 1950 (Eppel, 2004).

Os novos acordos firmados com a empresa geraram recursos consideráveis ao governo iraquiano, que puderam ser aplicados no desenvolvimento e na modernização do país, tendo, entretanto, efeitos limitados no desenvolvimento econômico do Iraque. A CPI construiu um centro de treinamento de pessoal administrativo e técnico, com o emprego de 12.000 trabalhadores iraquianos, porém a enorme extensão da pobreza no Iraque significava que mesmo uma expressiva força de trabalho tivesse um efeito marginal na economia do país (Eppel, 2004).

No que concerne à industrialização e a modernização do país, o Iraque era um estado bastante atrasado, com uma economia baseada na agricultura e no petróleo. O número de pessoas empregadas no setor da indústria e nas pequenas e médias empresas era de cerca de

46.000 em 1941 e 55.000 em 1954. Desse total, apenas 2.000 estavam empregados na indústria avançada (Eppel, 2004). A maioria das empresas operava em um baixo nível tecnológico, principalmente, com produtos agrícolas processados, e materiais de construção, cigarros, fósforos e bens de consumo simples fabricados para o mercado interno. Do total das empresas atuantes no setor industrial, 93% empregavam até cinco trabalhadores, tendo em conta que a participação da indústria no produto nacional, com exceção do petróleo, era de 8,1% em 1953 e 9,9% em 1958 (Eppel, 2004).

Com o objetivo de incentivar o crescimento industrial e o desenvolvimento econômico, o governo de Muzahim al-Bajhaji estabeleceu um Conselho de Desenvolvimento em 1948. Posteriormente, em 1950, o governo de Tawfiq al-Suwaydi propôs ao parlamento iraquiano a criação da Lei do Conselho de Desenvolvimento, que previa que a receita auferida pelo governo do Iraque com royalties do petróleo seria alocada ao respectivo conselho (Eppel, 2004). No ano seguinte, o primeiro-ministro Nuri al-Said reduziu os recursos à disposição do Conselho para 70% dos royalties do petróleo, sendo que os recursos restantes foram alocados para financiar as despesas correntes do governo. Já o Ministério do Desenvolvimento, encarregado de implementar os planos de desenvolvimento, foi criado em 1953, porém as responsabilidades do conselho limitavam-se basicamente ao planejamento e ao orçamento público (Eppel, 2004).

Nesse contexto, o governo iraquiano elaborou três planos plurianuais de desenvolvimento e investimento a serem realizados entre 1951 e 1958. O primeiro plano, correspondente ao período 1951-1956, previa gastos de 155,4 milhões de dinares iraquianos. Já em 1955, um novo plano foi formulado, com gastos fixados em 304 milhões de dinares. Com base no aumento previsto na receita dos royalties do petróleo, um terceiro plano, formulado no fim de 1955, fixou gastos em 500 milhões de dinares (Eppel, 2004). A política do Conselho de Desenvolvimento era considerada conservadora, pois priorizava os setores da agricultura e o planejamento de longo prazo nos setores de transporte e desenvolvimento hídrico. Um grupo de especialistas estrangeiros integrava o conselho e recomendavam que o Iraque concentrasse seus recursos na agricultura, tecendo críticas ao desequilíbrio entre os planos de desenvolvimento de longo prazo e a falta de investimentos de curto prazo para melhorar as condições de vida das classes mais pobres iraquianas (Eppel, 2004).

De acordo com o primeiro plano estabelecido, 42,5% do orçamento, totalizando 155,4 milhões de dinares, foram dedicados à agricultura e ao desenvolvimento hídrico; 20% à indústria, 13,3% à habitação e construção e 18,7% ao desenvolvimento da infraestrutura de transportes (Eppel, 2004). Já no segundo plano, 37,6% foram alocados à agricultura, 14,3% à indústria e 20% à habitação e construção. Por último, no terceiro plano, a agricultura e o

desenvolvimento hídrico receberam 33,6%, a habitação e o desenvolvimento 29,9% e a indústria 13,4% dos recursos. Embora o terceiro plano tenha incorporado projetos sobre o estabelecimento de plantas industriais químicas e siderúrgicas e de processamento de tâmaras, a industrialização não era uma alta prioridade para o Conselho de Desenvolvimento (Eppel, 2004).

O Conselho de Desenvolvimento teve dificuldades para implementar seus planos econômicos, alguns dos quais nunca foram postos em prática. Na realidade, apenas cerca de um terço dos investimentos planejados foram efetivamente realizados em 1951, sendo que em 1955, apenas 68% do orçamento alocado para o desenvolvimento foi utilizado para executar os planos previstos (Eppel, 2004). As maiores dificuldades encontradas na concretização dos planos residiam na incipiente industrialização do Iraque. Mesmo com o estabelecimento de setores industriais na produção de materiais de construção, calçados e têxteis e processamento de bens agrícolas, nenhum avanço significativo foi realizado para transformar a economia iraquiana no respectivo período (Eppel, 2004).

O estado iraquiano teve, portanto, problemas para concretizar seus planos de desenvolvimento e para obter investimentos do setor privado, seja da burguesia local ou de empresas estrangeiras (Eppel, 2004). A burguesia iraquiana tinha um alcance limitado, pois estava ligada aos interesses conservadores das elites dominantes. O baixo padrão de vida da grande maioria da população também era um entrave ao desenvolvimento de um mercado local que poderia ter servido como catalisador para o desenvolvimento industrial. As condições do comércio internacional também não permitiram que a economia iraquiana expandisse seus mercados, com exceção do setor petrolífero (Eppel, 2004).

A incipiente burguesia industrial iraquiana também foi um entrave à industrialização do país, pois poderia ter sido uma alternativa às políticas conservadoras da monarquia hachemita. A visão política das elites iraquianas refletiam os interesses do estrato superior de proprietários de terras, burocratas e comerciantes que desejavam preservar o status quo (Eppel, 2004). Nesse contexto, os investimentos em agricultura e no desenvolvimento hídrico contribuíram para melhorar o suprimento de alimentos, mas os benefícios foram principalmente para os grandes proprietários de terras. A estrutura de desigualdade da sociedade iraquiana era difícil de ser alterada, pois os grandes proprietários de terras constituíam uma importante fonte de apoio para a monarquia hachemita (Eppel, 2004).

Do ponto de vista social, apesar da alta renda auferida pelo estado iraquiano na década de 1950, a maioria dos iraquianos ainda vivia na pobreza. Embora a inflação dos preços dos bens de consumo e o custo de vida tivessem sido contidos em 1948, a maioria dos iraquianos

ainda vivia na miséria (Eppel, 2004). A renda per capita em 1953 era de apenas 46,20 libras e em 1956, 80% das residências no Iraque não tinham água encanada nem energia elétrica e a maioria das casas era feita de barro. Apesar dos avanços em saneamento, a mortalidade infantil em áreas pobres ainda chegava a 25% (Eppel, 2004).

Na área da educação, os indicadores demonstravam que em 1947, apenas 8% dos iraquianos eram alfabetizados. Embora o número de escolas e alunos tenha crescido de forma constante, em 1951, o Iraque tinha 1.451 escolas primárias com 258.000 alunos, sendo que 134 escolas secundárias e universidades juntas totalizavam 35.000 alunos. Em 1957, apenas cerca de um terço das crianças em idade escolar primária estavam efetivamente matriculadas nas escolas, ou seja, dois terços da geração mais jovem do Iraque era analfabeta (Eppel, 2004).

Antes de 1958, não havia projetos do governo voltados para a reforma agrária no Iraque. A ocupação de terras pela elite dos notáveis tribais havia começado no século XIX, com a inserção da economia iraquiana no mercado capitalista global, após as reformas do Tanzimat ocorridas no Império Otomano (Eppel, 2004). Essas reformas incluíam a aplicação de uma lei que exigia o registro de terras tribais e comunitárias, o que significava que as terras eram registradas em nome de notáveis tribais ou urbanos. Nos anos 1950, cerca de 1% dos proprietários de terras detinha mais de 50% das terras aráveis, em comparação com os 73% dos *fellahin*, ou seja, os camponeses que possuíam apenas 6% das terras no Iraque. O resultado dessa concentração fundiária era que 600.000 famílias camponesas não tinham acesso ou propriedade da terra (Eppel, 2004).

A transformação das elites dos notáveis em proprietários de terras aumentou as desigualdades nas zonas rurais iraquianas, pois os antigos membros das tribos tornaram-se servos sem acesso à terra. A nova posição de poder dos proprietários de terras na estrutura estatal iraquiana, bem como sua dependência das leis que os favoreciam, levaram à erosão de seu poder local. A capacidade dos notáveis tribais de angariar o apoio das suas tribos, que agora eram camponeses foi, portanto, reduzido, como resultado das disparidades econômicas, gerando um efeito adverso nas estruturas e lealdades tribais existentes (Eppel, 2004).

No fim da Segunda Guerra Mundial, a migração rural para as zonas urbanas aumentou consideravelmente, pois os camponeses iraquianos migravam para as cidades para escapar do aumento populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Porém, esse processo não foi acompanhado por uma industrialização nas zonas urbanas, o que poderia gerar mais empregos para os recém-chegados das zonas rurais (Eppel, 2004). Os camponeses, atingidos pela pobreza, eram analfabetos e desprovidos de qualquer formação profissional, e, portanto, não tinham as habilidades necessárias para trabalhar no sistema fabril iraquiano. Nesse

contexto, a migração camponesa para as cidades levou ao crescimento de bairros pobres caracterizados por condições de vida extremamente difíceis, sem acesso a saneamento e eletricidade. Essa onda de migração resultou em um aumento na população de Bagdá de mais de 50% em apenas uma década, ou seja, de 515.500 em 1947 para 795.000 em 1957 (Eppel, 2004).

Nesse contexto, o aumento populacional de Bagdá gerou um processo de intensificação da estratificação social e a acumulação de capital pelas classes mais ricas foi expandida, gerando uma desigualdade cada vez maior na sociedade iraquiana (Eppel, 2004). Também houve uma expansão da classe média que elevou seu padrão de vida através da ocupação de cargos no serviço público. Porém, havia um grande descontentamento da classe média com o regime político iraquiano, que adquiria cada vez mais uma conscientização política fruto de uma expansão educacional concentrada em Bagdá (Eppel, 2004).

Entretanto, a classe média iraquiana não desenvolveu uma consciência de classe explícita. Desta forma, o descontentamento com a monarquia hachemita e a repulsa às forças imperialistas britânicas teve uma expressão política centrada no nacionalismo árabe nos anos 1950 (Eppel, 2004). Embora a classe média iraquiana tivesse alguma influência no contexto ideológico do país, não foi capaz de oferecer nenhuma alternativa viável como contraposição à monarquia hachemita. Apesar da pobreza extrema sofrida pela maioria dos iraquianos e do crescimento da classe média, não foi encontrada, portanto, nenhum caminho concreto para alterar as estruturas socioeconômicas do Iraque no respectivo período (Eppel, 2004).

Durante seu mandato como primeiro-ministro, em 1949, Nuri al-Said publicou o Pacto Nacional, um manifesto no qual defendia a conveniência de estabelecer um regime de partido único no Iraque. O partido único constituiria a única organização política legítima no país, no qual todos os políticos seriam obrigados a participar (Tripp, 2007). Com base na solidariedade criada por essa posição unificada, o partido se dedicaria às verdadeiras tarefas da política, entendidas por Nuri como a promoção do desenvolvimento econômico e o combate à subversão. A crença nas virtudes de um partido único dedicado à tarefa de guiar a nação, visando superar as divisões políticas internas, era comum na Turquia de Atatürk e se tornaria ainda algo comum em grande parte do Oriente Médio. Em 1949, porém, o projeto autoritário de Nuri foi recebido com pouco entusiasmo no Iraque (Tripp, 2007).

No entanto, Nuri perseguiu a ideia de formar um partido político e, em novembro de 1949, antes de renunciar ao cargo de primeiro-ministro, fundou o Hizb al-Ittihad al-Dusturi, o Partido da União Constitucional (Tripp, 2007). Essa organização incorporava não somente os apoiadores de Nuri al-Said, como também os de Salih Jabr, que foi convencido a aderir ao partido, bem como a maioria dos líderes tribais com representação parlamentar. Desta forma,

Nuri al-Said consolidou seu apoio no parlamento e ampliou sua rede de clientelismo nas áreas que antes eram dominadas por seus opositores políticos (Tripp, 2007).

Quando Tawfiq al-Suwaidi foi nomeado primeiro-ministro em 1950, Nuri estava em boa posição para oferecer seu apoio no parlamento, bem como substituí-lo caso a ocasião surgisse, o que acabou ocorrendo por conta das desavenças entre Nuri e al-Suwaidi e à desconfiança em relação à origem xiita de Salih Jabr, que ocupava novamente o cargo de ministro do Interior. Salih Jabr era acusado de ser indiferente aos casos de corrupção na comunidade xiita, assim como apoiar abertamente as nomeações de xiitas para o governo. Essas acusações sempre surgiam quando um xiita ocupava um cargo ministerial importante, o que não acontecia no caso dos sunitas. Após os conflitos no governo, Salih Jabr decidiu romper com Nuri al-Said e fundar sua própria organização (Tripp, 2007).

Em setembro de 1950, os problemas ocorridos com Salih Jabr e outras disputas ministeriais levaram al-Suwaidi a renunciar. O regente Abd al-Ilah estava em Londres e Nuri aproveitou a ocasião e pediu autorização para formar um novo governo, o que foi prontamente aceito. Nuri al-Said tentava mais uma vez pôr em prática seus projetos políticos no Iraque com base nas crescentes receitas do petróleo. Ainda em 1950, Nuri persuadiu a CPI a aumentar os royalties pagos ao governo iraquiano, o que foi criticado por ser uma medida com alcance limitado (Tripp, 2007). Em 1951, a nacionalização do petróleo no Irã levou Nuri al-Said a reabrir as negociações com a CPI, que resultaram no acordo de 1952, pelo qual a CPI e o governo iraquiano concordaram em dividir os lucros igualmente (Tripp, 2007). Além disso, a CPI garantiu uma receita mínima para o governo iraquiano que passaria a receber 12,5% da produção líquida como parte de sua participação. Este acordo foi a base para o desenvolvimento da indústria petrolífera e para um aumento de quatro vezes na produção de petróleo iraquiano entre 1951 e 1958, gerando também um aumento de seis vezes nas receitas do governo, por conta da crescente demanda mundial pelo produto (Tripp, 2007).

Nuri al-Said ainda determinou que 70% da receita do petróleo seria destinada ao desenvolvimento da infraestrutura iraquiana, a ser administrado pelo Conselho de Desenvolvimento e que seguia os parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial para conceder um empréstimo ao governo do Iraque. O Conselho tinha como objetivo desembolsar fundos e supervisionar projetos de desenvolvimento em uma atmosfera relativamente livre de políticas partidárias e personalistas, sendo que três de seus seis membros eram especialistas técnicos, um dos quais era britânico e um norte-americano (Tripp, 2007).

8 A LUTA POLÍTICA IRAQUIANA NOS ANOS 1950

8.1 Introdução

A década de 1950 foi marcada por uma intensa luta política no Iraque por conta das contradições existentes na sociedade iraquiana. A questão fundamental para a maioria dos iraquianos era acabar com a monarquia hachemita e encerrar na prática com o domínio britânico sobre o país. Nesse contexto, a atmosfera política iraquiana foi afetada pelos acontecimentos no plano regional e internacional. Na esfera árabe, o movimento antibritânico no Egito e a crise nas relações egípcio-britânicas no começo dos anos 1950, fizeram com que muitos iraquianos se identificassem com os eventos políticos no Egito. Em um contexto mais amplo, as disputas da Guerra Fria passaram a impactar diretamente nas dinâmicas do Oriente Médio, e, particularmente, no Iraque. O jogo das grandes potências, entre EUA e URSS, teve consequências na revolução iraquiana de 1958, ao influenciar o curso dos eventos entre atores revolucionários e contrarrevolucionários.

8.2 Os partidos políticos e a mobilização popular

A mobilização popular nos anos 1950 contra as forças britânicas foi intensificada pela crise no Irã, após a decisão do primeiro-ministro Mohammed Mossadegh de nacionalizar o petróleo. Os setores mais jovens da população iraquiana, entre eles, os estudantes passaram a protestar constantemente contra o governo e as forças britânicas no Iraque. Os estudantes nacionalistas iraquianos passaram a contestar cada vez mais o regime político iraquiano no contexto da Guerra Fria, como resultado da atividade dos comunistas e membros do Partido Democrático Nacional (Eppel, 2004).

Nas zonas rurais, conflitos entre camponeses eclodiram de forma violenta. Por conta do aumento da tensão política interna e dos movimentos revolucionários no mundo árabe, os sucessivos governos iraquianos buscaram fortalecer o regime através de conexões com o Ocidente, como a criação de um tratado de defesa regional. Entretanto, a consciência política em âmbito nacional ainda era limitada, sendo mais forte entre a classe média iraquiana e os trabalhadores considerados qualificados, conhecidos como os *effendiyya* (Eppel, 2004). Os partidos políticos que faziam oposição à monarquia hachemita buscavam promover reformas e acelerar o desenvolvimento do Iraque, entendiam as eleições indiretas como um grande entrave (Eppel, 2004). As eleições para o parlamento iraquiano eram realizadas em duas etapas distintas, pois havia uma primeira etapa, na qual os cidadãos iraquianos votavam em suas seções

eleitorais, geralmente nos candidatos pertencentes às elites dos notáveis tradicionais. Já na segunda etapa, os candidatos eleitos elegiam os representantes para o parlamento. Outro ponto a destacar é que de acordo com a legislação eleitoral iraquiana promulgada em 1924, podiam votar todos os homens com a idade de 20 anos e que tivessem as obrigações tributárias em dia (Eppel, 2004).

O sistema eleitoral indireto garantiu que os eleitores fossem apoiadores leais e protegidos dos políticos tradicionais candidatos ao parlamento. Em zonas tribais, a eleição se dava por meio do consentimento, ou seja, os políticos tradicionais davam seu consentimento a um único candidato que era eleito sem disputar concretamente as eleições. Desta forma, o primeiro-ministro Nuri al-Said e o regente, Abd al-Ilah, conseguiam manter a maioria no parlamento iraquiano, perpetuando o controle sobre a política iraquiana (Eppel, 2004). Os políticos que lideravam os partidos de oposição alegavam que o sistema eleitoral vigente os impedia de obter uma representação adequada. Nesse contexto, Nuri al-Said e o regente atuaram para preservar o sistema eleitoral vigente, o que também era do interesse dos proprietários de terras, dos quais a elite política e a monarquia eram cada vez mais dependentes. Dessa forma, foram mantidas as leis que lhes garantiam uma proteção frente aos camponeses, o que os ajudavam a preservar sua posição dominante nas zonas rurais do Iraque (Eppel, 2004).

Outras questões relacionadas aos conflitos políticos incluíam as negociações no âmbito do Comitê Intergovernamental de Assuntos Internos e a posição internacional do Iraque em relação à Guerra Fria. No final de 1952, as discussões sobre o sistema eleitoral foram resolvidas, sendo adotado um sistema eleitoral direto, porém, Nuri al-Said e Abd al-Ilah, assim como a elite política conservadora seguiram no controle do parlamento e das instituições estatais. Nesse sentido, em 1954, a elite política conservadora iraquiana assumiu o controle definitivo da política iraquiana e Nuri al-Said intensificou seus esforços para estabelecer um tratado de defesa regional em cooperação com o Ocidente (Eppel, 2004).

Em 1949, Nuri al-Said liderou a formação de um novo partido político, pois entendia que uma estrutura política consolidada seria importante para fortalecer sua posição política no Iraque. O novo partido foi intitulado de Partido da União Constitucional, no qual faziam parte políticos conservadores de alto escalão apoiadores de Nuri (Eppel, 2004). No partido, também faziam parte os profissionais liberais e burocratas do governo, que buscavam aumentar a ocupação de cargos públicos através da participação política. O Partido da União Constitucional era utilizado por Nuri para adaptar os padrões políticos tradicionais de lealdade tribal e relações clientelistas a uma estrutura política marcada pela crescente importância das classes médias urbanas e também por um clima político de movimentos nacionalistas e das esquerdas radicais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a linha política adotada pelo partido era conservadora e pró-ocidental (Eppel, 2004).

O Partido da União Constitucional tinha a maioria absoluta no parlamento iraquiano, com 83 dos 135 membros eleitos. Nuri al-Said e o regente garantiram o apoio quase automático de delegados entre os proprietários de terras, que representavam mais de 30% dos membros do parlamento iraquiano, bem como dos políticos conservadores das elites urbanas. O sistema de eleições indiretas beneficiou Nuri al-Said, pois foram eleitos políticos apoiadores do status quo e que eram provenientes das elites urbanas, entre eles Salih Jabr. Posteriormente, surgiram divergências entre Nuri al-Said e Salih Jabr após os eventos da Wathbah de 1948, o que levou Salih Jabr a deixar o Partido da União Constitucional e se opor a Nuri al-Said (Eppel, 2004).

Sob o governo liderado por Tawfiq al-Suwaydi, em 1950, novas tensões políticas surgiram e que envolviam por um lado Salih Jabr que ocupava o cargo de Ministro do Interior e por outro lado, Nuri al-Said que havia apoiado inicialmente o governo de Tawfiq al-Suwaydi. A tentativa de Salih Jabr de promulgar uma nova lei em defesa da liberdade de imprensa encontrou objeções de ministros do Partido da União Constitucional, o que aprofundou a cisão entre Salih Jabr e Nuri al-Said (Eppel, 2004).

Em 1951, Salih Jabr fundou o Partido Socialista Popular e buscou o apoio de diversos setores políticos com interesses conflitantes, como a *effendiyya*, ou seja, os estratos médios urbanos formados principalmente por sunitas, as tribos xiitas tradicionais e curdas e os proprietários de terras rurais (Eppel, 2004). A inclusão do termo socialista no nome do partido refletiu a intenção de conquistar o apoio de setores considerados mais radicais da *effendiyya*. Desta forma, Salih Jabr tentou se apresentar às camadas médias sunitas urbanas como um líder progressista e reformista, às elites notáveis tribais representadas pelos proprietários de terras, como alguém capaz de preservar seu status e aos xiitas como um defensor dos seus direitos (Eppel, 2004).

O regente Abd al-Ilah decidiu apoiar a criação do partido de Salih Jabr, como forma de criar um contrapeso ao poder de Nuri al-Said. O Partido Socialista Popular tornou-se um partido oposicionista, que buscava preservar o regime político vigente e implementar reformas moderadas. Apesar do considerável apoio dado ao partido pelas tribos xiitas e curdas e pela classe média iraquiana, Salih Jabr não foi capaz de enfrentar politicamente Nuri al-Said, que contava com o apoio dos proprietários de terras nas áreas tribais e mantinha o controle sobre o aparato burocrático e institucional do governo iraquiano (Eppel, 2004). Salih Jabr também tinha uma imagem atrelada ao Tratado de Portsmouth e seu histórico de proximidade com Nuri al-Said, o que dificultava que obtivesse uma posição alternativa a Nuri. Esse fator também foi um

obstáculo para a obtenção de apoio entre os setores mais jovens e radicais da *effendiyya*, que eram contra o regime político dos hachemitas. A rivalidade entre Salih Jabr e Nuri al-Said prosseguiu durante anos até a morte de Salih Jabr no parlamento iraquiano em 1957 (Eppel, 2004).

Ainda em 1951, uma outra organização política foi estabelecida: a Frente Popular Unida, uma organização informal de políticos conservadores opositores à Nuri al-Said e Salih Jabr. A Frente Popular Unida defendiam uma política reformista do regime político iraquiano, embora fossem essencialmente conservadores (Eppel, 2004). Com o objetivo de enfraquecer Nuri al-Said e o Partido da União Constitucional, a Frente Popular Unida apoiou as demandas por mudança no sistema eleitoral indireto e também por reformas no plano político e econômico. No contexto internacional, a Frente Popular Unida adotou uma posição de neutralidade em relação às disputas da Guerra Fria como uma forma de preservar a imagem partidária perante os setores mais radicais da classe média iraquiana. Destaca-se que enquanto alguns dos líderes do partido preferiam uma aliança com o Ocidente, outros membros importantes divergiam em relação à política regional adotada pelo governo do Iraque (Eppel, 2004).

Taha al-Hashimi, um dos principais líderes da Frente Popular Unida, defendia uma posição nacionalista pan-arabista e era a favor de uma união com a Síria. Já Muzahim al-Bajhaji tinha uma posição nacionalista pró-Iraquiana e buscava uma aproximação moderada com o Egito, para ampliar o eixo de cooperação do Iraque com outros países árabes. Essas diferenças de abordagem em relação à política regional iraquiana não impediram os membros da Frente Popular Unida de formar uma aliança tática contra Nuri al-Said. A Frente Popular Unida, portanto, cooperou com os partidos de oposição tradicionais como o al-Istiqlal e o Partido Democrático Nacional. Um exemplo da contradição enfrentada pela Frente Popular Unida é que membros do partido participaram de governos liderados por Nuri al-Said e o próprio Taha al-Hashimi foi nomeado em 1951 para servir como presidente do Conselho de Desenvolvimento do governo iraquiano (Eppel, 2004).

Tanto o al-Istiqlal quanto o Partido Democrático Nacional adotaram uma posição firme contra o governo conservador de Nuri al-Said. O partido al-Istiqlal também fez severas críticas ao governo de Nuri al-Said, ao demandar a revogação do Tratado Anglo-Iraquiano e defender uma política pan-arabista para o Iraque (Eppel, 2004). O al-Istiqlal era um partido de direita e anticomunista, mas apoiava a adoção de uma posição de neutralidade nas disputas entre os blocos capitalista e socialista na Guerra Fria e também defendia um conjunto de reformas sociais e econômicas. Em um congresso do partido al-Istiqlal em Bagdá em 1950, o vice-secretário do partido, Faiq al-Samarrai, chegou a defender um conjunto de reformas sociais e

econômicas, como a cobrança de um imposto progressivo sobre as terras, a limitação do tamanho das propriedades privadas e a instituição do socialismo democrático nos estados árabes (Eppel, 2004).

Já o Partido Democrático Nacional defendia ideais sociais-democratas liberais e demandava uma série de reformas políticas, econômicas e sociais. Entre as reformas demandadas, incluíam-se as reivindicações por uma reforma agrária moderada, a reforma do sistema tributário regressivo, um maior desenvolvimento econômico, a criação de empregos e uma maior participação do governo iraquiano no controle dos recursos petrolíferos do país. O partido também era a favor da retirada das forças britânicas do Iraque, bem como uma firme oposição ao Tratado Anglo-Iraquiano e a defesa da neutralidade frente as disputas da Guerra Fria (Eppel, 2004).

Durante os anos 1950, a plataforma socialista do Partido Democrático Nacional e a crescente conscientização social entre a classe média *effendiyya* e a classe trabalhadora levaram o partido al-Istiqlal a levar em conta as demandas por reformas sociais e econômicas. Para ambos os partidos, mudar o sistema eleitoral era fundamental, pois eram minoria no parlamento e não tinham condições de enfrentar os conservadores do Partido da União Constitucional (Eppel, 2004). Portanto, ambos os partidos defendiam uma democratização política moderada, tendo como base de apoio as classes médias urbanas e uma parcela importante da classe trabalhadora.

Outro ponto a destacar é que setores da burguesia iraquiana também eram a favor de uma liberalização política e econômica, com o objetivo de promover a industrialização do país, embora fossem dependentes politicamente do aparato estatal. O entrelaçamento do poder econômico com o poder político pode ser exemplificado pelo perfil dos líderes do al-Istiqlal e do Partido Democrático Nacional, pois a maioria dos líderes partidários tinha como origem a elite dominante, como por exemplo, Kamil al-Jadirji, líder do Partido Democrático Nacional, que provinha de uma família de proprietários de terras (Eppel, 2004).

A única oposição radical à monarquia hachemita era representada pelo PCI que foi perseguido violentamente pelo governo iraquiano durante a década de 1940 e 1950. De acordo com Eppel (2004), os comunistas iraquianos, embora fossem ainda incapazes de afetar diretamente as lutas entre os partidos, conseguiram utilizar o clima ideológico da época para obter alguma influência entre os setores mais jovens da população. Nesse contexto, os comunistas iraquianos tiveram um papel importante na mobilização popular, como a organização de greves a partir de 1945, sendo intensificadas nos anos 1950, como a intifada de 1952 (Eppel, 2004). Entretanto, Eppel (2004) argumenta que as forças radicais foram incapazes

de traduzir os violentos distúrbios de 1948 e de 1952 em conquistas políticas concretas. Os partidos de oposição que atuavam legalmente, não conseguiram promover mudanças através da participação no parlamento iraquiano, por conta da maioria parlamentar exercida pelo grupo político de Nuri al-Said e que ainda mantinha controle sobre o aparato estatal, como por exemplo, o exército iraquiano.

Os elementos presentes na Revolta Iraquiana de 1920 estavam de volta ao cenário político iraquiano, pois o acirramento das lutas políticas e a crescente desigualdade socioeconômica passaram a adquirir uma centralidade maior do que as tensões sociais tradicionais entre sunitas e xiitas. Destaca-se também que os xiitas das classes médias urbanas viviam em um estado de crescente pobreza e eram discriminados constantemente, e, embora participassem do processo político formalmente, sentiam-se privados de uma participação política plena (Eppel, 2004).

Nesse contexto de crescentes tensões políticas, Salih Jabr rompeu com Nuri e fundou seu próprio partido, o Hizb al-Umma al-Ishtiraki, o Partido Popular Socialista, e Taha al-Hashimi emergiu como líder da Frente Popular Unida, que constituía uma reunião dos inimigos e rivais de Nuri al-Said entre a elite política. Entretanto, Salih Jabr buscava atrair a intelectualidade mais jovem e as classes urbanas profissionais, especialmente entre os xiitas. Desta forma, Jabr combinou esse elemento com o apoio entre os notáveis rurais xiitas mais tradicionais, que tinham suas próprias razões para estarem insatisfeitos com o status quo, sobretudo, com a exclusão do sistema de recompensas e privilégios estabelecido por Nuri (Tripp, 2007).

A formação de novos partidos e o domínio de Nuri no parlamento tornaram-se o centro de poder político em Bagdá. Com base na estratégia de controlar os eventos políticos nos bastidores, Nuri decidiu renunciar ao cargo de primeiro-ministro em julho de 1952. Desta forma, um novo governo foi formado para supervisionar as eleições liderado por Mustafa al-Umari, que foi aprovado por Nuri (Tripp, 2007). Salih Bar, então, buscou uma aproximação com os partidos de oposição que demandavam uma reforma eleitoral, exigindo eleições diretas para o parlamento, pois eliminar a camada de eleitores secundários poderia dificultar as constantes intervenções do governo. Nesse sentido, a reforma eleitoral tornou-se um slogan em torno do qual grande parte da oposição poderia se unir e, ao fazê-lo, atrair outros que tinham objeções mais fundamentais ao status quo (Tripp, 2007).

Segundo Tripp (2007), o PCI adotou a estratégia de se envolver nos sindicatos de trabalhadores e organizações de fachada, com destaque para os Partisans pela Paz. Essa associação surgiu em 1950, como uma resposta às crescentes tensões da Guerra Fria e tornou-se um foco para os que desejavam que o Iraque adotasse uma posição de neutralidade, em oposição

a Nuri al-Said, que apoiava de forma irrestrita as potências ocidentais (Tripp, 2007). Porém, o neutralismo no Iraque não implicava, adotar uma tomada de posição na Guerra Fria, um tema estranho para a maioria dos iraquianos. A neutralidade na Guerra Fria significava, portanto, exigir o fim imediato da aliança dependente com a Grã-Bretanha, que tinha uma ressonância muito mais forte no país. Isso permitiu aos Partisans pela Paz obter um amplo apoio popular e vínculos com outros partidos políticos, apesar das preocupações com a inspiração comunista da organização (Tripp, 2007).

A partir de 1952, as forças oposicionistas passaram a adotar uma estratégia de frente ampla por conta da impossibilidade de uma ampla reforma do regime político, como o sistema eleitoral, por exemplo. A impressão era de que o primeiro-ministro al-Umari temia a força da oposição nas ruas, apesar do apoio de Nuri e do regente Abd al-Ilah. Em outubro de 1952, al-Umari havia perdido a confiança do regente para seguir no governo e o primeiro-ministro não tinha como enfrentar a força política do regente, de Nuri al-Said e da oposição, decidindo renunciar em novembro do mesmo ano. As forças oposicionistas haviam formado um Comitê de Contato, estabelecendo uma aliança improvável e temporária entre os Partisans pela Paz, o Partido Democrático Nacional, a Frente Popular Unida de Taha al-Hashimi e o Partido Istiqlal, que era apoiado pelo Partido Popular Socialista de Salih Jabr (Tripp, 2007).

Assim como na revolta da al-Wathbah, em 1948, 1952 representava um momento histórico para os iraquianos que estavam frustrados com o status quo. As manifestações continuaram nas ruas de Bagdá e se espalharam para outras cidades, com as demandas populares semelhantes às de 1948, pois as condições estruturais da sociedade iraquiana permaneciam inalteradas. Embora a escala das manifestações não tenha correspondido à de 1948, o exército prestou socorro à polícia, resultando em dezenas de mortes entre os manifestantes. O evento ficou conhecido como al-Intifada (a revolta), pois o povo iraquiano se rebelou para expressar seu descontentamento com o regime político (Tripp, 2007).

A nomeação do chefe do Estado-Maior do Exército iraquiano, General Nur al-Din Mahmud, como primeiro-ministro foi uma tentativa desesperada de evitar uma situação revolucionária, pois lei marcial foi declarada na província de Bagdá e uma reforma eleitoral foi prometida (Tripp, 2007). A outra preocupação do regente era ficar novamente em dívida com Nuri al-Said, pois essa era a base da relação política entre os dois, desde que Abd al-Ilah tinha regressado ao país, o que poderia ser visto como um fator de instabilidade para as forças da oposição. A solução política para a crise era mais uma vez obter o controle do parlamento, o que deu a oportunidade a Nuri al-Said para expandir o seu poder amplamente no Iraque.

8.3 A política de Nuri al-Said nos anos 1950

O partido de Nuri al-Said emergiu como vencedor nas eleições gerais realizadas sob o novo sistema eleitoral indireto, colocando Nuri em uma posição forte para influenciar o governo formado por Jamil al-Midfai no começo de 1953 (Tripp, 2007). Como ministro da defesa no novo governo, Nuri al-Said garantiu que as forças armadas retornassem ao seu estado anterior de obediência incondicional e também obteve sucesso entre os oficiais mais experientes, gerando por outro lado reações negativas entre os jovens oficiais de baixo escalão. Esses oficiais refletiam grande parte do descontentamento social e político e ainda sofriam com a humilhação da derrota na Palestina. Não foi surpresa, portanto, que o golpe de estado dos Oficiais Livres no Egito, em julho de 1952, tenha levado alguns deles a cogitar a ideia de organizar um grupo semelhante no Iraque (Tripp, 2007).

O oficial de alta patente Rifat al-Hajj Sirri começou a sondar militares sobre a disposição deles de se juntarem a tal organização, que se animaram com a nomeação do chefe do Estado-Maior para o cargo de primeiro-ministro, pois sugeria que o exército era a única força entre o regime e as forças da oposição (Tripp, 2007). Vários oficiais mais jovens simpatizavam com os objetivos dos partidos de oposição e, conseqüentemente, redobram seus esforços para recrutar outros para o corpo de oficiais, para uma possível tomada do poder. Entretanto, o núcleo do grupo que se tornaria os Oficiais Livres Iraquianos era pequeno, e de fato parecia que Nuri havia evitado a ameaça de um retorno à intervenção militar na política iraquiana (Tripp, 2007).

As forças de oposição seguiram mobilizando-se contra a lei marcial em Bagdá e também contra a censura política, porém não conseguiram enfraquecer o governo de Nuri al-Said, Ali Jawdat e Tawfiq al-Suwaidi. Tawfiq al-Suwaidi permaneceu influente na política iraquiana, apesar do Rei Faisal II ter atingido a maioria e assumido seus plenos poderes constitucionais como chefe de Estado em maio de 1953. Abd al-Ilah perdeu, portanto, seus poderes formais como regente e foi elevado ao posto de príncipe herdeiro (Tripp, 2007). O Rei era jovem e fora criado sob a égide de Abd al-Ilah, portanto, tinha uma limitada visão política e não tivera tempo para desenvolver uma personalidade política própria. Seu grupo político era praticamente o mesmo do príncipe herdeiro e, conseqüentemente, quando Jamil al-Midfai ofereceu sua renúncia em agosto de 1953, Faisal II consultou Abd al-Ilah e Nuri al-Said antes de pedir a Fadhil al-Jamali que formasse um governo (Tripp, 2007).

Al-Jamali era um político que defendia ideias reformistas no Iraque. Entretanto, manteve-se distante dos partidos políticos, optando por pertencer a um grupo moderado de jovens autoridades e acadêmicos que refletiam sobre o futuro do estado iraquiano (Tripp, 2007).

A experiência de ter sido ministro das relações exteriores de Salih Jabr, no governo que negociou o Tratado de Portsmouth em 1947, fez com que Al-Jamali voltasse sua atenção para as reformas necessárias, com vistas a fortalecer a eficiência e a autoridade estatal. O seu governo era formado por políticos mais jovens, muitos deles com reconhecidas ideias reformistas em relação à lei de terras, à organização do governo e à prestação de serviços sociais, além de que o gabinete ministerial fosse representando por um grande número de xiitas (Tripp, 2007).

A composição do novo governo foi considerado um avanço para os xiitas, pois havia uma percepção de que a promessa de reforma e de melhor representação faziam parte do mesmo processo. Isso pode explicar por que Nuri al-Said escolheu apoiar o governo aparentemente reformista de al-Jamali, pois Nuri estava preocupado com a crescente onda de queixas entre os xiitas nas áreas urbanas, que Salih Jabr estava tentando mobilizar contra os interesses de Nuri (Tripp, 2007). Um curdo também foi nomeado por al-Jamali, no caso, Said Qazzaz foi escolhido para ocupar o cargo de ministro do Interior, que tinha como uma de suas principais atribuições a área da segurança pública. Porém, o cargo de ministro também conferia amplos poderes sobre distribuição de cargos e recursos, uma prática típica do clientelismo na política iraquiana, que poderia ser interpretado como um sinal de que o movimento curdo também tinha sido cooptado pelo regime político de Nuri al-Said (Tripp, 2007).

Entretanto, com a eleição de Ibrahim Ahmad como secretário-geral do Partido Democrático do Curdistão em 1951, o partido tomou uma direção mais radical. O líder do partido ainda era Mulla Mustafa Barzani, mas vivia exilado em Moscou desde a queda da República de Mahabad e não estava em posição de impedir que o partido adotasse um programa de reforma agrária e de defesa dos direitos dos trabalhadores e camponeses (Tripp, 2007). O Partido Democrático do Curdistão também defendia a nacionalização dos recursos petrolíferos do Iraque e a canalização de receitas do petróleo para projetos de desenvolvimento voltados para os curdos (Tripp, 2007).

Nesse contexto, o novo governo suspendeu a lei marcial, pôs fim à censura à imprensa e permitiu a retomada das atividades partidárias em setembro de 1953. A perseguição aos comunistas foi mantida e incentivada também pelo poder em disputa por distintos grupos dentro do próprio PCI. O governo também não foi leniente com o movimento sindical do que seus antecessores, chegando ao ponto de declarar lei marcial na província de Basra quando os trabalhadores petroleiros entraram em greve por melhores salários e condições de trabalho. No entanto, al-Jamali não foi derrubado pelas forças de oposição, mas pela resistência conservadora aos planos de reforma modestos que ele tentou introduzir (Tripp, 2007).

Quando a possibilidade de reforma agrária passou a ser discutida, os grandes latifundiários fizeram valer seus interesses no âmbito do parlamento iraquiano. A oposição dos interesses fundiários tornou-se então evidente, e foi somente sob a influência de Nuri que o Partido da União Constitucional, no qual esses interesses estavam fortemente representados, relutantemente deu apoio a al-Jamali, o que não pôs fim com a insatisfação que muitos de seus membros tinham com os modestos planos de distribuição de terras do governo (Tripp, 2007). Os temores dos proprietários de terras foram agravados pela inquietação de outros setores quando o governo revelou seus planos de reforma do funcionalismo público. Essas reformas visavam criar um estado mais eficiente e receptivo às comunidades que o Iraque alegava representar. Era, portanto, uma ameaça direta aos grupos que se instalaram no centro da máquina estatal e que usavam o clientelismo para promover seus próprios interesses em detrimento do povo iraquiano (Tripp, 2007).

Em 1954, os latifundiários, tanto xiitas quanto sunitas, uniram forças no parlamento para forçar o governo a esvaziar as propostas de reforma agrária e esforços foram feitos para bloquear a reforma do serviço público proposta por al-Jamali. Portanto, al-Jamali tornou-se cada vez mais dependente do poder e da influência de Nuri al-Said que tinha a atenção voltada para tentar intervir novamente nos assuntos sírios, após a queda do regime de al-Shishakli. Nesse sentido, Nuri e seus apoiadores no Partido da União Constitucional decidiram não mais apoiar al-Jamali que acabou renunciando em abril de 1954 (Tripp, 2007).

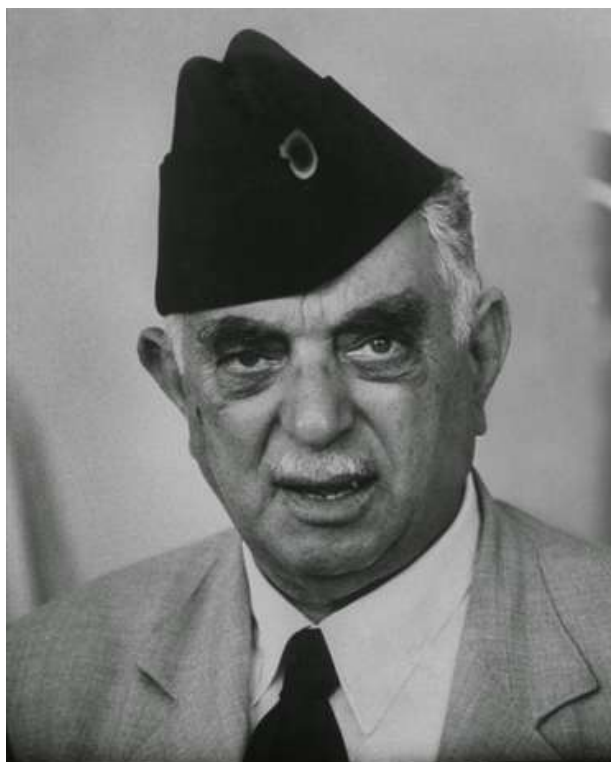
O Rei Faisal II e o príncipe Abd al-Ilah recorreram a Arshad al-Umari para formar um novo governo e realizar eleições. Temendo uma repetição da repressão sofrida pelo governo de al-Umari em 1946, o Partido Democrático Nacional e o Partido Istiqlal apresentaram, sem sucesso, uma petição ao governo e iniciaram negociações com o PCI, que assumia cada vez mais um perfil social-democrático. As negociações levaram à formação da Frente Nacional em maio de 1954, composta por três organizações: os Partisans pela Paz, representando o PCI, que estava na ilegalidade, para disputar as eleições gerais em junho do mesmo ano (Tripp, 2007).

Contrariando as expectativas, as eleições foram consideradas as mais livres já realizadas no Iraque, pelo menos nas zonas urbanas. O Partido da União Constitucional de Nuri al-Said conquistou o maior número de cadeiras no parlamento e ainda havia um grande número de independentes que tendiam a favorecer os interesses dos políticos conservadores das zonas rurais. Apesar disso, a Frente Nacional conseguiu conquistar 14 cadeiras no parlamento, dando voz significativa pela primeira vez aos partidos que representava. Acreditando que as forças da oposição seriam mais difíceis de conter, al-Umari renunciou ao cargo de primeiro-ministro em junho de 1954 (Tripp, 2007).

O resultado das eleições e a renúncia de al-Umari impulsionou a Frente Nacional que conseguiu mobilizar o governo para nomear um primeiro-ministro que fosse aceitável. Nesse contexto, manifestações foram organizadas em Bagdá para demonstrar a força popular da Frente Nacional, o que não teve grandes resultados. Temendo os efeitos das crescentes tensões sociais, o príncipe Abd al-Ilah solicitou que Nuri formasse um novo governo, o que o colocou em uma posição de poder total, demonstrando que Nuri era o político com maior força no governo iraquiano na primeira metade dos anos 1950 (Tripp, 2007).

Em agosto de 1954, Nuri al-Said formou, portanto, um novo governo. O parlamento foi dissolvido e Nuri dissolveu seu próprio partido, o Partido da União Constitucional, e exigiu que todos os outros partidos deveriam fazer o mesmo. Nesse contexto, foram tomadas medidas para aumentar a perseguição contra o PCI e as organizações ligadas aos comunistas, como também controles mais rígidos foram impostos a todos os outros partidos e seus jornais. Os partidos que protestaram contra tais medidas, como o Partido Democrático Nacional, tiveram seus jornais fechados (Tripp, 2007).

Figura 11 – Nuri al-Said



Fonte: Wikipedia (2025)

A repressão do governo, conduzida em nome da luta contra o comunismo, foi mobilizada contra os oponentes políticos de Nuri e contra escritores, jornalistas e acadêmicos que fossem considerados críticos do regime político iraquiano, sendo alguns demitidos de seus

cargos, presos e outros fugiram para o exílio (Tripp, 2007). Era esse o cenário antes das eleições, que resultaram em um parlamento, no qual 116 dos 135 deputados foram eleitos sem oposição, permitindo ao governo revogar as licenças de todos os partidos políticos e colocar todas as organizações políticas sob um controle mais rígido. Também foi introduzida uma legislação restritiva que regulamentava questões como a conduta de estudantes e professores, a liberdade de imprensa e o direito de realizar reuniões públicas e organizar manifestações (Tripp, 2007).

Nuri al-Said sentia-se agora capaz de levar adiante duas de suas principais iniciativas políticas, sendo a primeira relacionada ao desenvolvimento econômico com base nas crescentes receitas do petróleo. Desde o acordo de 1952, o petróleo havia era o setor mais dinâmico da economia iraquiana, pois o nível de produção tinha sido expandido, assim como os royalties. Em 1951, as receitas do petróleo representavam cerca de 30% da receita do governo iraquiano, mas em 1954 esse percentual havia sido elevado para 65%, sendo que a agricultura representava apenas 3% da receita do governo (Tripp, 2007). Entretanto, a contribuição da indústria petrolífera para a economia nacional foi desequilibrada, pois a indústria petrolífera importava quase todos os seus equipamentos de capital e empregava uma força de trabalho relativamente pequena. O aumento da renda do petróleo colocou um enorme poder econômico nas mãos daqueles que controlavam o estado iraquiano e seria a visão de Nuri al-Said que determinaria em grande parte como esse poder seria usado e quem seriam os beneficiários (Tripp, 2007).

Desde 1952, o Conselho de Desenvolvimento havia perdido sua independência, pois suas recomendações precisavam ser aprovadas pelo Ministro do Desenvolvimento. O Conselho foi alvo de constantes críticas, pois a maioria dos planos elaborados e recursos disponibilizados favoreceram os interesses fundiários por meio de grandes projetos de irrigação e recuperação de terras (Tripp, 2007). Porém, os beneficiários imediatos tendiam a se limitar àqueles que podiam reivindicar as terras recém-irrigadas. Independentemente dos interesses que influenciavam as políticas de sucessivos governos iraquianos, o Conselho enfrentava os problemas existentes na tentativa de usar as receitas do petróleo para promover o desenvolvimento econômico do Iraque (Tripp, 2007).

O Conselho de Desenvolvimento contratou, então, o economista Lord Salter para investigar as perspectivas de desenvolvimento no Iraque. O Relatório Salter, publicado em 1955, criticava a concentração no desenvolvimento da infraestrutura iraquiana, excluindo outros setores, bem como a consequente abertura de novas áreas para a agricultura. Salter recomendou que o Conselho garantisse o aumento da produtividade das terras já cultivadas, por meio de investimentos adequados em drenagem. Desta forma, Salter indicou que o Conselho

deveria destinar mais recursos na área da habitação, saúde, sistemas de água potável e educação, a fim de trazer benefícios mais imediatos a setores mais amplos da população (Tripp, 2007).

Salter conseguiu que muitas de suas recomendações fossem colocadas em prática no âmbito do Conselho de Desenvolvimento, pois recursos substanciais foram alocados aos projetos que ele havia delineado, mas os gastos efetivos durante os três anos seguintes foram menores do que o planejado. Os interesses fundiários seguiram como grandes entraves ao desenvolvimento econômico do Iraque e as receitas do petróleo estimularam o aumento do gasto público, o que resultou em uma política econômica patrimonialista, na qual as desigualdades socioeconômicas permaneciam inalteradas (Tripp, 2007).

A política externa era uma área de extrema importância para o projeto político de Nuri al-Said, pois ele era a favor de um alinhamento do Iraque com as potências ocidentais e de uma proximidade maior com a Turquia e o Irã, pois ambos os países eram tidos como cruciais para a segurança do estado e do regime político iraquiano. Nesse contexto, o neutralismo era considerado um caminho de ruptura com as potências ocidentais, que Nuri acreditava serem as principais garantias externas para a sobrevivência da monarquia (Tripp, 2007).

Nuri também tinha uma posição dúbia em relação à esfera regional árabe. O pan-arabismo dinástico defendido pelo Rei Faisal II e pelo príncipe herdeiro Abd al-Ilah, era algo que Nuri acreditava ter uma utilidade limitada, pois poderia complicar as relações do Iraque com a Arábia Saudita e com o Egito. Nuri também não era um entusiasta do pan-arabismo defendido pela corrente nacionalista árabe na política iraquiana, pois acreditava que isso poderia inflar radicalismos no país (Tripp, 2007). Entretanto, ele considerava o pan-arabismo como um mecanismo de controle político, em relação, por exemplo, às demandas curdas por autonomia. Da mesma forma, Nuri tinha noção da oposição existente dos xiitas ao nacionalismo árabe, tendo em vista o domínio das elites sunitas árabes sobre a política iraquiana (Tripp, 2007).

Portanto, Nuri era um nacionalista iraquiano funcional, pois acreditava que o Iraque não deveria ignorar as questões árabes, mas também deveria olhar para seus vizinhos não árabes e, se necessário, para além deles, em busca da ordem regional que garantiria as fronteiras e a própria estrutura do estado. Foi nesse contexto que Nuri buscou uma aproximação do Iraque com a Turquia, na visita que fez ao país em 1954, logo após assumir o cargo de primeiro-ministro (Tripp, 2007). Nuri tinha interesse pelo acordo turco-paquistânês de 1954, vendo-o como a possível base para uma rede maior de alianças regionais que ajudaria a conter a expansão da influência soviética para o sul do Iraque. O envolvimento soviético no Irã na década de 1940 e as suspeitas de Nuri sobre o papel desempenhado pela URSS no Iraque, por

meio do PCI, levaram o Iraque a suspender as relações diplomáticas com a URSS no início de 1955 (Tripp, 2007).

Nesse contexto, Nuri estabeleceu diálogo político com o primeiro-ministro turco, Adnan Menderes, que, em janeiro de 1955, resultaram na declaração conjunta de que Iraque e Turquia concordavam em cooperar para repelir possíveis ameaças na região. O acordo formal que sintetizava esses princípios e sua implementação detalhada foi assinado em fevereiro de 1955 (Tripp, 2007). O Pacto de Bagdá, como ficou conhecido, também contou com a adesão da Grã-Bretanha, que entregou ao Iraque o controle das duas bases aéreas de Habbaniyya e Shu'aiba em troca da passagem aérea e direitos de reabastecimento. A Grã-Bretanha também se comprometeu a socorrer o Iraque caso este fosse atacado e a continuar a treinar e equipar as forças armadas iraquianas (Tripp, 2007).

O Pacto de Bagdá contou com apoio informal dos EUA, que já forneciam equipamento militar ao Iraque, embora não integrassem o acordo. Ainda em 1955, Irã e Paquistão também decidiram aderir ao pacto (Tripp, 2007). O acordo de segurança regional serviu a um propósito adicional para Nuri al-Said, pois encerrou o Tratado Anglo-Iraquiano de 1930 sem comprometer o Iraque a firmar outro acordo bilateral com uma potência ocidental. Nuri esperava, assim, manter as vantagens da aliança com a Grã-Bretanha e com as potências ocidentais, evitando a crise política gerada com a assinatura do Tratado de Portsmouth⁹ em 1948 (Tripp, 2007).

Desde o início das negociações entre Iraque e Turquia, a imprensa egípcia denunciou veementemente qualquer pacto com o governo turco. Explorando a inimizade histórica e as atuais suspeitas da Turquia e das potências ocidentais no Iraque, Gamal Abd al-Nasser garantiu que o Egito mantivesse uma implacável campanha de propaganda contra Nuri e seu governo por terem firmado o pacto (Tripp, 2007). A resposta de Nuri foi que os termos do Pacto de Bagdá não eram muito diferentes dos termos do Acordo Anglo-Egípcio de 1954 e, portanto, não eram mais prejudiciais à ideia de segurança coletiva árabe do que aquele acordo havia sido. As críticas de Nasser tiveram ressonância no Iraque, na oposição pan-arabista e de esquerda, que denunciou Nuri por ter minado a segurança árabe e por submeter o Iraque ao controle das potências ocidentais (Tripp, 2007).

⁹ O Tratado de Portsmouth tinha como objetivo negociar a independência do Iraque, porém protegendo os interesses econômicos e estratégicos britânicos e de suas bases nas cidades de Habbaniya e Shu'aiba, preservando o direito de mover suas tropas pelo território iraquiano e de navegação de guerra sem prévia autorização do governo do Iraque (Eppel, 2004).

As críticas de Nasser ao pacto tiveram um maior impacto no corpo de oficiais iraquianos, pois muitos militares de alta patente se ressentiam dos laços persistentes com a Grã-Bretanha, independentemente do equipamento militar avançado entregue ao Iraque, pelas forças britânicas e estadunidenses. O rápido rearmamento e reequipamento do exército iraquiano era um tema de constante preocupação para Nuri e o governo. Eles acreditavam que grande parte da impopularidade do pacto seria compensada, pelo menos em uma área muito importante, pelo influxo de quantidades substanciais de armas modernas nas forças armadas iraquianas, o que seria fundamental para consolidar a lealdade do corpo de oficiais ao regime político (Tripp, 2007).

Em 1956, uma conspiração militar foi descoberta, embora tenha sido investigada de forma inconclusiva, levando apenas à realocação dos oficiais considerados suspeitos. A Crise de Suez parecia proporcionar uma oportunidade para Nuri isolar o Egito do mundo árabe, mas a sequência de eventos que se desenrolou, culminando no ataque anglo-francês ao Egito em conluio com Israel, o chocou profundamente (Tripp, 2007). Consequentemente, Nuri protestou oficialmente à Grã-Bretanha e declarou lei marcial, como também rompeu relações com a França e excluiu a Grã-Bretanha das reuniões do Pacto de Bagdá, ao mesmo tempo em que recomendou que o Rei Faisal II comparecesse à cúpula árabe em Beirute, numa demonstração de solidariedade pan-arabista (Tripp, 2007).

Para as forças da oposição, inconformadas com a severa repressão de Nuri desde 1954, esta foi uma oportunidade de se organizarem pelo único meio disponível: nas ruas das principais cidades iraquianas. Consequentemente, manifestações eclodiram não apenas em Bagdá, mas também em Mosul e Najaf. Em Bagdá, Nuri utilizou as forças de segurança para garantir que a desordem não se expandisse pelo país, reconhecendo que o impacto político das manifestações na capital superava em muito os eventos nas províncias (Tripp, 2007).

Nuri al-Said decidiu então utilizar uma conhecida estratégia de associar o comunismo com o sionismo, por conta das conexões com a URSS e também da posição soviética em relação à Palestina, que sempre fora apontado como uma fragilidade dos partidos comunistas árabes. Entretanto, após a crise de Suez, Nuri estava preocupado com o aparente sucesso do PCI em se livrar desse estigma e em estabelecer relações com outros setores da oposição com base em uma aliança anti-imperialista e pan-arabista (Tripp, 2007). Na capital do país, a maioria das manifestações foi realizada por professores, estudantes e outros grupos que aproveitaram o momento para protestar contra o governo de Nuri al-Said. Nesse sentido, Nuri al-Said ordenou o fechamento das escolas e as manifestações praticamente cessaram (Tripp, 2007).

Nas cidades majoritariamente xiitas de Najaf e Havy, no entanto, as manifestações assumiram um caráter antirregime mais generalizado não apenas contra Nuri e seu governo, mas também contra o estado e as injustiças a ele associadas (Tripp, 2007). Essas manifestações encontraram uma resposta mais violenta das forças de segurança e para as forças oposicionistas esses eventos demonstraram que, enquanto o Nuri, a monarquia e o exército permanecessem unidos como a base efetiva do poder institucional, pouco poderia ser feito a respeito para provocar alguma ruptura. Como resultado, os partidos de oposição formaram a Frente Nacional Unida em fevereiro de 1957, agrupando o Partido Istiqlal, o Partido Democrático Nacional, o PCI sob a liderança conciliadora de Husain al-Radi e o crescente Partido Baath (Tripp, 2007).

O Partido Baath teve origem na Síria na década de 1940, mas uma seção do partido foi estabelecida no Iraque e, a partir de 1951, passou a ser liderado por Fu'ad al-Rikabi, um jovem engenheiro xiita de Narisiyya. Nacionalista árabe e secular e com ideologia vagamente socialista, o Partido Baath criticava as desigualdades na distribuição fundiária no mundo árabe. Portanto, a propaganda do partido era atraente para estudantes e para outros cada vez mais insatisfeitos com a dominação das antigas elites conservadoras e formadas exclusivamente por nacionalistas árabes (Tripp, 2007).

Nesse contexto, Tripp (2007) argumenta que nenhum dos partidos da Frente Nacional Unida tinha um número significativo de apoiadores, que estavam concentrados em certas profissões, em áreas urbanas, entre estudantes e entre trabalhadores de algumas indústrias importantes. O programa da Frente Nacional Unida, embora crítico a Nuri al-Said, não era particularmente radical, reiterando o apelo à democracia e às liberdades constitucionais, a abolição da lei marcial, a retirada do Iraque do Pacto de Bagdá e a busca pelo neutralismo no âmbito da Guerra Fria (Tripp, 2007).

8.4 O golpe de Estado de 14 de julho de 1958

Os partidos da Frente Nacional Unida mantinham um diálogo próximo com as Forças Armadas, tendo apoiadores no corpo de oficiais iraquianos. O PCI chegou a formar organizações próprias para seus militares. As atividades desses militares não eram coordenadas, mas muitos estavam se organizando, independentemente dos partidos políticos (Tripp, 2007). Em 1956, o grupo autodenominado Oficiais Livres chamou a atenção das autoridades e alguns foram transferidos, mas nada pôde ser comprovado e suas atividades continuaram. Foi nesses círculos que o impacto da Crise de Suez foi mais significativo, levando um grande número de oficiais a aderir à Frente Nacional Unida (Tripp, 2007).

Nesse contexto, foi criada uma organização mais estruturada dos oficiais, intitulado de Comitê Supremo, composto por 11 oficiais, do posto de brigadeiro ao de major, sendo a maioria coronéis (Tripp, 2007). Subcomitês foram então formados para estudar a possibilidade de um golpe de estado. Nota-se que os Oficiais Livres eram predominantemente árabes e sunitas, e a maioria dos membros do Comitê Supremo eram homens na faixa dos 40 anos que haviam se formado na Academia Militar Iraquiana no final da década de 1930. O que os unia era uma repulsa ao estado em que se encontrava o regime político iraquiano e a influência do imperialismo britânico no país (Tripp, 2007).

O Comitê Supremo decidiu que o mais importante ao planejar um golpe era garantir que os comandantes das principais unidades militares fizessem parte ou, pelo menos, apoiassem a organização. Isso levou o comitê a contatar o Brigadeiro Abdul Karim Qasim que havia formado um grupo de oficiais semelhante e, em 1957, foi convidado a integrar o Comitê Supremo, tornando-se seu presidente devido à sua antiguidade (Tripp, 2007). Qasim, que tinha 43 anos na época, convidou então o Coronel Abd al-Salam Arif, de 36 anos, para integrar o comitê, sendo que Arif se tornou o elo com o grupo de oficiais dissidentes mais jovens, originalmente recrutados por Rif' at al-Hajj Sirri, o fundador do MOL, no começo dos anos 1950 (Tripp, 2007).

Quando os partidos políticos souberam da existência dos Oficiais Livres, incentivaram seus próprios oficiais partidários a integrar a organização. A diversidade desses contatos garantiu que os Oficiais Livres não estivessem associados nem vinculados a nenhuma facção ou partido específico no Iraque. Por outro lado, a heterogeneidade dos Oficiais Livres tornava improvável que seu objetivo político comum sobrevivesse após um golpe de estado bem-sucedido (Tripp, 2007). Nuri al-Said não deu importância à criação do comitê dos militares, pois tendo administrado com sucesso a crise de Suez em 1956, sentiu-se confiante o suficiente para flexibilizar o sistema político de acordo com as suas preferências. A lei marcial foi suspensa e havia indícios de que a atividade partidária seria permitida novamente, embora sob um sistema de licenciamento que examinaria os programas e controlaria o número de partidos envolvidos. Nuri decidiu renunciar ao cargo de primeiro-ministro em junho de 1957, após uma crise gerada por membros de seu gabinete de ministros, que eram contra a autonomia concedida ao Conselho de Desenvolvimento (Tripp, 2007).

O Rei Faisal II solicitou a Ali Jawdat que formasse um novo governo e supervisionasse as eleições para inaugurar uma nova era de atividade política mais aberta no país. Entretanto, as eleições não ocorreram e Ali Jawdat foi forçado a renunciar ao se desentender com o príncipe herdeiro por ter proposto uma aproximação com o Egito. Jawdat foi substituído como primeiro-

ministro em dezembro de 1957 por Abd al-Wahhab Mirjan, um proprietário de terras xiita apoiado por Nuri al-Said, cuja influência seria fundamental no novo governo (Tripp, 2007).

A formação da RAU em fevereiro de 1958, unindo Síria e Egito, representou uma derrota para o partido pró-iraquiano na política síria e expandiu a influência de Nasser no Iraque. Sua hostilidade aberta a Nuri e à monarquia tornou-se uma ameaça explícita. Nuri, por sua vez, iniciou negociações com a Jordânia, para formar uma aliança defensiva contra a RAU, o que resultou na formação da União Árabe, composta pelo Iraque e pela Jordânia, com a possibilidade de uma futura inclusão do Kuwait (Tripp, 2007).

Nessas circunstâncias, Abd al-Wahhab Mirjan ofereceu sua renúncia em março de 1958, abrindo caminho para mais um governo de Nuri al-Said. Neste último governo de Nuri, ele optou por uma representatividade política mais equilibrada das diversas comunidades do Iraque, tendo nomeado também dois ministros curdos para o governo (Tripp, 2007). Desta forma, o parlamento foi dissolvido e eleições foram realizadas em maio, produzindo um parlamento que ratificou o ato de união entre o Iraque e a Jordânia, alterando assim a constituição iraquiana com a introdução de novas emendas. O governo iraquiano seria, portanto, responsável por quase todas as atribuições governamentais, exceto pela área da defesa e relações exteriores que ficariam a cargo do governo da União Árabe. Nuri, então, renunciou ao cargo de primeiro-ministro do Iraque e foi nomeado primeiro-ministro da União Árabe, sendo Ahmad Mukhtar Baban convidado a formar um novo governo iraquiano, tornando-se o primeiro curdo a ocupar o cargo de primeiro-ministro no país (Tripp, 2007).

No início de 1958, os Oficiais Livres, apesar de algumas divergências políticas, chegaram a um acordo para que o Iraque se tornasse uma república e que grande parte da antiga elite fosse julgada por traição como colaboradora dos imperialistas britânicos (Tripp, 2007). Além disso, eles concordaram que os oficiais do exército ocupariam os cargos de comando no novo governo e que os civis seriam estritamente subordinados aos oficiais que teriam seu poder institucionalizado através de um Conselho do Comando Revolucionário, formado pelos membros do Comitê Supremo, que exerceria o poder executivo após a queda da monarquia (Tripp, 2007).

Os membros do Comitê Supremo então começaram a planejar o golpe de estado que os levaria ao poder, porém, quanto maior e mais disseminada fosse a organização, maiores as chances de serem descobertos. Consequentemente, o cronograma de ação baseava-se na premissa de que os Oficiais Livres teriam que agir antes de 1958 (Tripp, 2007). A oportunidade surgiu, de fato, em meados daquele ano, com o desenrolar dos acontecimentos no Oriente Médio. Alarmado com a crescente crise no Líbano e as tensões com a RAU, Nuri decidiu enviar

unidades do exército iraquiano para a fronteira com a Jordânia, caso fosse necessário. Originalmente planejada para os primeiros dias de julho de 1958, a ação foi adiada para a noite de 13 para 14 de julho, de acordo com a estratégia delineada por Abd al-Karim Qasim e seu aliado Abd al-Salam Arif (Tripp, 2007).

Figura 12 – Abdul Salam Arif à esquerda e Abd al-Karim Qasim à direita



Fonte: Wikipedia (2025)

As unidades militares que se dirigiram à fronteira ocidental iraquiana precisavam passar perto de Bagdá, partindo de seus postos no leste do país. Assim, quando receberam a ordem de se deslocar, Abd al-Salam Arif desviou suas forças e as comandadas por oficiais aliados para a capital. Após um breve bombardeio, a Guarda Real no palácio se rendeu e o Rei Faisal II, o Príncipe Herdeiro Abd al-Ilah e vários outros membros da família real foram identificados. Poucos minutos depois, todos foram mortos a tiros, sendo a casa de Nuri al-Said cercada e, embora Nuri tenha conseguido escapar, foi capturado no dia seguinte e executado (Tripp, 2007).

A derrubada da monarquia pelo golpe militar de 1958 pôs fim a uma fase da narrativa do estado iraquiano. Ela havia sido moldada pela Grã-Bretanha, pelos hachemitas e pelos grupos de ex-oficiais e autoridades otomanas que buscavam o domínio do novo aparato estatal, bem como pelos proprietários de terras e elites preocupadas com status das muitas comunidades que constituíam a sociedade iraquiana (Tripp, 2007). A cooptação e coerção eram mecanismos utilizados quando os interesses das elites estavam em jogo.

Figura 13 – O povo iraquiano comemora a derrubada da monarquia hachemita nas ruas de Bagdá (1958)



Fonte: In Defence of Marxism (2025)

Nesse contexto, as forças armadas foram um instrumento utilizado para reprimir as manifestações contrárias à monarquia hachemita e ao domínio das forças britânicas (Tripp, 2007). Os métodos violentos do regime iraquiano abalaram a própria existência da monarquia por conta da crescente insatisfação popular. A estratégia adotada por Nuri pressupunha a lealdade do principal instrumento disciplinar, ou seja, as forças armadas. E foi, portanto, o ator institucional incumbido de controlar a sociedade iraquiana por meio da violência que derrubou a monarquia em 14 de julho de 1958 (Tripp, 2007).

8.5 A instauração da república iraquiana

A tomada do poder em 1958 foi mais fácil do que qualquer um dos conspiradores militares havia previsto. Da mesma forma, eles se viram no comando de todos os recursos financeiros e administrativos do Estado. Alguns de seus aliados civis acreditavam que isso abriria caminho para um ataque radical aos sistemas de privilégio e exclusão que caracterizavam a sociedade profundamente desigual do Iraque, permitindo que a vida política fosse refundada em bases mais liberais e democráticas (Tripp, 2007).

Na busca pelo domínio do Estado, os militares estavam destinados a seguir uma lógica violenta pelo poder. Em primeiro lugar, a conspiração dentro do corpo de oficiais tornou-se uma prática constante e o uso da violência era a forma encontrada para ditar as regras do jogo político. Em segundo lugar, a tendência à centralização e à dominação anulou as tentativas de criar autonomia nas províncias, frustrando os esforços para representar as distintas comunidades no Iraque (Tripp, 2007).

Portanto, as esperanças genuínas e generalizadas de uma ruptura radical com o passado e da criação de uma sociedade mais aberta, despertadas pelos eventos de 1958, foram gradualmente frustradas na década seguinte. Mudanças significativas ocorreram, mas as narrativas emergentes que elas pareciam incorporar foram sempre limitadas e controladas por aqueles que haviam tomado o poder pela força (Tripp, 2007). A imaginação limitada desses homens, preocupados com a luta imediata pelo poder, moldou a história do Iraque, excluindo assim as muitas vozes que haviam sido levantadas na esperança de contribuir para a refundação do estado iraquiano. Em vez disso, os iraquianos se viram sujeitos ao comando de indivíduos que manipulavam sistemas de clientelismo e coerção, como havia ocorrido sob a monarquia (Tripp, 2007).

Também havia uma crescente percepção entre os novos donos do poder no Iraque de que, apesar do entusiasmo inicial de alguns deles pelos ideais do nacionalismo e de unidade árabe, somente concentrando-se na realidade iraquiana eles poderiam criar um sistema de alianças necessárias no âmbito do estado para sobreviver politicamente. O Iraque tinha, portanto, um espaço político próprio a ser explorado e era isso que exigia atenção antes que qualquer outra ação pudesse ser contemplada (Tripp, 2007).

8.6 O governo revolucionário de Abd Al-Karim Qasim: 1958-1963

O golpe de estado de 14 de julho de 1958 foi executado e consolidado por um conjunto diversificado de grupos e indivíduos. Oficiais do Exército desempenharam o papel decisivo, com as forças do Coronel Abd al-Salam Arif e do Brigadeiro Abd al-Karim Qasim tomando postos-chave na capital e outros se preparando para um contra-ataque que nunca aconteceu (Tripp, 2007). Com o mesmo objetivo, Arif usou a estação de rádio para incitar a multidão a se dirigir ao centro de Bagdá, convocando-a a atacar o imperialismo e seus agentes. O clima inicial de celebração deu lugar a um clima mais sombrio, com os Oficiais Livres ordenando ao Partido Democrático Nacional, ao PCI e o Partido Baath convocassem seus seguidores para dar a

impressão de apoio popular massivo e desencorajar qualquer ideia de intervenção externa (Tripp, 2007).

As tentativas dos partidos políticos de construir formas mais substanciais de apoio popular dependiam das iniciativas da nova elite governante, vulnerável, portanto, aos seus jogos de poder. Assim, as tentativas do PCI de criar centros independentes para a Resistência Popular foram logo frustradas por Qasim. Os sindicatos e associações de camponeses só foram legalizados no início de 1959 e desfrutaram apenas de um breve período de existência independente antes de serem incorporados ao sistema de controle corporativo e patrimonial de Qasim (Tripp, 2007).

No Segundo Congresso dos Partisans pela Paz realizado em Bagdá, em 1959, Qasim proferiu um discurso sobre os princípios que norteariam república iraquiana dali em diante, com destaque para o papel dos partidos políticos na nova fase do país, conforme é assinalado no trecho abaixo:

Eu já havia anunciado que estou acima de tendências e inclinações, acima da política partidária e dos partidos políticos. Isso porque meu objetivo é servir ao povo como um todo. Se eu me filiar a um grupo ou partido, estarei em minoria e, portanto, servirei apenas à minoria, e não à maioria. Sempre me esforço para servir a todo o povo. Independentemente do número de membros de um partido, seja um milhão ou meio milhão, ainda assim será uma minoria em comparação com a população total. Trabalhamos por uma ideia nobre, que transcende tendências e partidos políticos. Trabalhamos para salvaguardar a liberdade do povo e dos filhos do povo (Qasim, 1959, p.5, tradução nossa).

Nota-se também que um ano após a revolução de 1958, no contexto das celebrações do novo regime, o governo de Qasim elaborou um relatório para divulgar as primeiras medidas revolucionárias tomadas no Iraque, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

Acima de tudo, ele percebeu o desejo do povo iraquiano por progresso e desenvolvimento rápido e, portanto, iniciou seu programa de "uma revolução de um mês", que produziu conquistas magníficas como a declaração da República do Iraque; a devolução de todos os poderes ao povo; a confiscação dos bens da família real; a saída da Federação Hachemita com a Jordânia; a promulgação de uma lei para a indenização dos perseguidos; a declaração de uma política firme em relação aos assuntos petrolíferos; a retomada das relações com a URSS e as Repúblicas Socialistas; a revogação da Lei Tribal; a purificação da máquina governamental; a promulgação da Lei de Resistência Popular; a redução dos aluguéis de imóveis; a melhoria dos salários; a promulgação da lei sobre ganhos ilegais às custas do povo; a saída do Pacto de Bagdá, da Doutrina Eisenhower e da Área Sterling; e a participação das mulheres no governo (14TH JULY CELEBRATIONS COMMITTEE, 1959, p.9, tradução nossa).

O novo líder revolucionário vinha de uma família modesta e mais representativa da diversidade da população iraquiana do que a da maioria de seus colegas oficiais das forças

armadas, pois seu pai era um árabe sunita de Bagdá e sua mãe era uma curda xiita (Batatu, 1978). Segundo Tripp (2007), isso pode ter contribuído para sua visão integrativa de um Iraque em que ricos e pobres, curdos, árabes, sunitas e xiitas, trabalhariam juntos pelo bem comum.

Figura 14 – Qasim acenando para o povo iraquiano (1960)



Fonte: New Iraq (2025)

Os primeiros atos do novo governo foram abolir as principais instituições do antigo regime, como a própria monarquia e as duas câmaras parlamentares, além de prender as pessoas mais associadas a ele. Também foram realizados expurgos nos altos escalões das forças armadas, do funcionalismo público e da polícia, substituindo aqueles cuja lealdade à revolução pudesse ser questionada. No entanto, a grande maioria dos empregados nessas instituições não perdeu seus cargos, garantindo assim que muitas das atitudes e grande parte do espírito do antigo regime continuassem a sobreviver (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

A nova constituição proclamou o Iraque uma república e estabeleceu um Conselho de Soberania composto por três membros para desempenhar as funções cerimoniais do chefe de estado. No entanto, nenhuma instituição representativa foi estabelecida e o próprio Qasim ocupou os cargos de primeiro-ministro e ministro da defesa, bem como comandante-em-chefe (Tripp, 2007). Ele indicou Arif como vice-primeiro-ministro e ministro do Interior, além de alguns Oficiais Livres em seu gabinete, mas, nomeou civis ligados ao Partido Democrático Nacional e aos nacionalistas árabes, o que decepcionou alguns do grupo dos Oficiais Livres, que esperavam um papel político mais proeminente (Tripp, 2007).

Não demorou muito para que houvesse um conflito entre Qasim e Arif, pois ambos achavam ter uma superioridade sobre o outro, já que o Brigadeiro Qasim era superior ao

Coronel Arif, mas este último se convencera de que representava o núcleo dos jovens Oficiais Livres, de que havia sido o iniciador da marcha sobre Bagdá em julho de 1958 e, portanto, deveria ser reconhecido como o líder da revolução (Tripp, 2007). A rivalidade entre esses eles também tinha como origem a questão sobre a identidade do Iraque como um estado-nação ou como parte integrante de uma nação árabe maior (Tripp, 2007).

Nesse sentido, a existência da RAU representou um teste imediato para os novos governantes em Bagdá. Arif era um admirador de Nasser e parecia compartilhar a visão nacionalista árabe de que a adesão imediata do Iraque à RAU era necessária para a defesa do novo regime e para o apoio entre os militares pan-arabistas. Destaca-se que poucos dias após o golpe, Arif visitou Damasco e Michel Aflaq, do Partido Baath, visitou Bagdá para incentivar o Iraque a aderir à RAU (Tripp, 2007). Qasim, no entanto, era mais simpático às posições do Partido Democrático Nacional e àqueles que acreditavam que a reforma social interna e a construção de uma comunidade nacional iraquiana deveriam preceder qualquer projeto de unidade no mundo árabe (Tripp, 2007). Ele tinha, portanto, o apoio de todos aqueles que viam os planos de unidade árabe com desconfiança, especialmente entre os curdos, os xiitas e os comunistas, que desconfiavam de Nasser e da RAU.

Consequentemente, em 1958, Arif e os defensores do projeto pan-arabista foram contidos por aqueles que queriam usar o estado iraquiano como meio de promover as reformas no plano interno (Tripp, 2007). Em setembro de 1958, Qasim resolveu demitir Arif e ordenou seu exílio para Alemanha, onde serviu como embaixador do Iraque. Arif teve que obedecer, mas retornou secretamente a Bagdá no final de outubro do mesmo ano e foi preso. As medidas tomadas por Qasim contiveram Arif, mas não foram suficientes para neutralizar aqueles que compartilhavam a necessidade de união com a RAU (Tripp, 2007).

A prisão de Arif ocorreu após uma série de ações contra baathistas e nacionalistas árabes no governo, sinalizando a importância do nacionalismo iraquiano (*wataniyya*) sob a liderança de Qasim. Desta forma, ele esperava construir uma base de apoio entre as diversas comunidades do Iraque, mas temia qualquer solidez institucional que pudesse prejudicá-lo (Tripp, 2007). Na questão curda, por exemplo, a nova constituição reconheceu o caráter binacional do estado, mas sem institucionalizá-la. Mustafa Barzani foi autorizado pelo governo a regressar do exílio, fortalecendo o Partido Democrático do Curdistão, o que ajudou Qasim contra os nacionalistas árabes, mesmo ele não tendo a intenção de conceder aos curdos a autonomia institucional que teria satisfeito o partido de Barzani (Tripp, 2007).

Logo após a revolução, o PCI tornou-se a maior força política no Iraque, e Qasim viu-se dependente do apoio popular do partido em uma situação em que as massas iraquianas eram

mais simpáticas aos objetivos e ideais dos comunistas do que qualquer outra ideologia ou partido no Iraque. Por falta de opção, Qasim não teve outro caminho a seguir, senão fazer um acordo com os comunistas (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Nesse contexto, Qasim soube utilizar a força política e popularidade dos comunistas iraquianos como um contrapeso aos pan-arabistas e nasseristas no Iraque (Tripp, 2007).

O PCI, sob o comando de Husain al-Radi, era em 1958, o partido mais organizado país, com uma estrutura bem definida e bases sólidas na sociedade urbana iraquiana, como entre os camponeses do sul e os curdos no norte do país. Para Qasim, o PCI era um aliado útil por conta da sua capacidade de atuar em áreas da sociedade iraquiana isoladas politicamente. Após o golpe de 1958, o PCI foi autorizado a atuar livremente e através de organizações como os Partisans pela Paz, a Liga para a Defesa dos Direitos das Mulheres (al-Rabita), a Liga da Juventude Iraquiana e os sindicatos e associações de camponeses (Tripp, 2007).

Essas associações não eram simplesmente fachadas para partidos políticos, mas representavam tentativas de uma ampla variedade de iraquianos de estabelecer uma voz para setores até então negligenciados da sociedade. A organização Al-Rabita, por exemplo, foi criada por mulheres iraquianas para criar amplo acesso às oportunidades e direitos negados historicamente pelo estado iraquiano (Tripp, 2007). Desde a formatura das primeiras médicas e advogadas no Iraque, no final da década de 1940, um número crescente de mulheres ingressou nas profissões liberais, mas ainda representavam uma pequena minoria de mulheres iraquianas. As taxas de alfabetização e as oportunidades educacionais para os iraquianos eram baixas, mas para as mulheres eram piores ainda, tendo em conta a sociedade patriarcal iraquiana (Tripp, 2007). Desta forma, observamos no trecho a seguir outros elementos a respeito da al-Rabita:

Fundada em 1952, a Rabitat Difa' Huquq al-Mara' (Liga para a Defesa dos Direitos das Mulheres) permitiu que ativistas estudantis continuassem a fazer campanhas, a elaborar legislação e a fazer lobby após a formatura. A liga comprometeu-se com um código de estatuto pessoal progressista, cujo rascunho foi publicado fora do país (Bishop, 2011, p.186, tradução nossa).

A al-Rabita obteve êxito, principalmente na área da educação primária para meninas, mas também encontrou forte resistência de setores da sociedade que viam o avanço das mulheres como profundamente subversivo aos valores estabelecidos e aceitos tradicionalmente (Tripp, 2007). Essa primeira tentativa de criar possibilidades de expressão política para um setor importante da sociedade iraquiana, ignorado nas narrativas dominantes do estado, esbarrou em preconceitos profundamente arraigados em todo o país. A atuação da al-Rabita também não foi facilitada pela representação da organização como uma fachada para a atividade comunista, pois teve o efeito de associar a educação e a emancipação das mulheres às medidas

revolucionárias que o PCI era acusado por seus opositores de tentar impor à sociedade iraquiana (Tripp, 2007).

Ser comunista ou simpatizante comunista no Iraque naquela época não significava necessariamente uma adesão estrita às doutrinas do marxismo-leninismo. Combinadas com considerações táticas, essas doutrinas permitiram e impulsionaram o PCI a se acomodar com outras forças políticas (Tripp, 2007). O foco, portanto, dos comunistas iraquianos no combate à injustiça social, à exploração econômica, às questões salariais e condições de trabalho garantiu ao PCI uma ampla base de apoio e o tornou o principal partido da reforma social no período revolucionário nos anos 1950 (Tripp, 2007).

Nesse contexto, o PCI também era tido como um grande defensor da democracia no Iraque. Porém, os comunistas tiveram que criar as condições de representação equitativa em uma sociedade extremamente desigual. Segundo o PCI, apenas o exército tinha o poder de controlar o sistema de privilégios sociais e econômicos estabelecidos antes de seu desmantelamento. Consequentemente, apesar de sua fraca representação no corpo de oficiais, decidiu apoiar o MOL no processo revolucionário. Com as novas liberdades concedidas pelo governo após julho de 1958, o movimento conquistou apoiadores civis, para ter uma credibilidade popular e conferir uma maior força social ao novo regime (Tripp, 2007).

Em relação ao conjunto de reformas do novo regime, a reforma agrária era considerada o ponto de partida da transformação social no âmbito do processo revolucionário. A Lei nº 30 de 1958 visava confiscar as propriedades dos maiores proprietários de terras, com menos de 3.000 pessoas, mas que, ainda assim, possuíam mais da metade das terras cultiváveis do Iraque e distribuí-las aos camponeses sem-terra ou aos pequenos e médios proprietários (Baali, 1969). De acordo com Tripp (2007), os limites relativamente altos impostos às propriedades e a escolha dada aos proprietários quanto às terras que poderiam reter, bem como o pagamento de indenizações, atenuaram o impacto da medida.

Figura 15 – Trecho do jornal do governo iraquiano “New Iraq”, exaltando a Lei da Reforma Agrária implementada por Qasim (1959)



Fonte: New Iraq (2025)

Em 1958, a legislação da reforma agrária parecia prometer um futuro mais radical, incitando os camponeses a ocupar as terras de seus proprietários ausentes (Baali, 1969). Para os grandes proprietários, essa nova política era uma grande ameaça a seus interesses, o que desencadeou uma conspiração liderada por Rashid Ali al-Kailani. Decepcionado com a negligência do governo após seu retorno ao Iraque, ele contatou alguns membros pan-arabistas do MOL e líderes tribais com o objetivo de organizar um golpe de estado como os realizados nos anos 1930. Porém, a conspiração foi descoberta e Rashid Ali foi preso em dezembro de 1958 (Tripp, 2007).

A prisão de Rashid Ali e o julgamento de Arif foram o estopim para uma ruptura entre Qasim e o grupo dos pan-arabistas iraquianos. Os comunistas, então, aproveitaram o momento para intensificar a luta política contra os pan-arabistas e o Partido Democrático Nacional, que ameaçava frustrar qualquer reforma radical no país (Tripp, 2007). Manifestações nas ruas tornaram-se uma característica marcante da vida em Bagdá durante esse período, enquanto os diversos grupos políticos lutavam entre si para liderar a mobilização popular e apresentar suas

demandas ao líder da revolução. Segundo Tripp (2007), Qasim explorou estrategicamente essa disputa, apoiando algumas manifestações, que, por sua vez, retribuíam o apoio recebido.

Em março de 1959, uma grande manifestação organizada pelos Partisans pela Paz em Mosul, desencadeou uma tentativa de golpe por um membro pan-arabista do MOL que comandava a guarnição de Mosul. Quando setores do exército e da população local resistiram, a violência tomou conta da cidade, gerando quase uma guerra civil. Nesse contexto, antagonismos étnicos, sectários, intertribais e econômicos vieram à tona, com curdos lutando contra árabes, cristãos contra muçulmanos, clãs árabes contra outros clãs árabes e os pobres lutando contra os ricos. Somente após cinco dias de conflito as forças do governo conseguiram restaurar a ordem em Mosul (Tripp, 2007).

Qasim aproveitou para promover um amplo expurgo nas forças armadas e no governo, visando oficiais e autoridades pan-arabistas, bem como aqueles ligados aos conspiradores de Mosul. Em seu lugar, ele nomeou seus próprios protegidos, ampliando assim suas próprias redes de clientelismo. Os comunistas também se beneficiaram, pois ao conseguirem mobilizar o povo iraquiano, achavam que poderiam efetivamente conter futuras tentativas de golpe de estado. Desta forma, o PCI tornou-se mais visível nas ruas, organizando uma grande manifestação em Bagdá em maio de 1959, que convocou Qasim a nomear comunistas para o governo e a realizar eleições para uma assembleia representativa (Tripp, 2007).

A ampliação do espaço político do PCI passou, portanto, a ser visto como uma ameaça para Qasim. A presença dos comunistas nas ruas e a força que tinham em diversas associações, nos sindicatos e entre os camponeses, assim como a adesão em massa de seus membros à organização da Resistência Popular e a expansão do número de filiados ao partido para cerca de 25.000, o tornavam cada vez mais popular (Tripp, 2007). Por outro lado, havia setores que apoiavam Qasim e que queriam conter o avanço do comunismo no país. Entre eles, incluíam-se os pequenos empresários e os proprietários de terras membros do Partido Democrático Nacional, bem como os oficiais próximos a Qasim (Tripp, 2007).

Em uma tentativa de manter o PCI sob controle e vinculá-lo cada vez mais ao governo, Qasim nomeou uma integrante do partido, Naziha al-Dulaimi, e dois indivíduos ligados aos comunistas para cargos ministeriais. A nomeação de al-Dulaimi foi significativa, pois ela foi a primeira mulher e a primeira integrante do PCI a ser nomeado para um governo iraquiano (Tripp, 2007). Entretanto, essas ações foram logo ofuscadas por uma série de eventos violentos em Kirkuk, pois membros do PCI decidiram realizar uma manifestação para celebrar o primeiro aniversário da queda da monarquia. A manifestação organizada pelos comunistas entrou em confronto com forças rivais locais, apoiada por aqueles que temiam a conexão curda com o PCI

em Kirkuk. Dois dias de combates se seguiram e, assim, como em Mossul, antagonismos étnicos e econômicos se entrelaçaram, levando a um grave conflito intercomunitário (Tripp, 2007).

A ordem foi, portanto, restaurada pelas forças governamentais, mas os opositores do PCI e dos curdos garantiram que os eventos recebessem a máxima publicidade por conta dos episódios de violência. Desta forma, Qasim aproveitou a oportunidade para conter o PCI e reforçar a mensagem de que sua própria liderança era necessária para manter a sociedade iraquiana unida. Durante os meses seguintes, um grande número de comunistas foi preso por conta da participação nos eventos de Kirkuk e alguns foram removidos dos sindicatos de camponeses. Além disso, vários comunistas foram expulsos do governo (Tripp, 2007).

Mesmo assim, a comunista Naziha al-Dulaimi seguiu como ministra no governo e as críticas do partido a Qasim foram leves. Os líderes do PCI sabiam que tinham pouco a ganhar alienando Qasim, já que tinham poucos aliados e não tinham força para desafiá-lo, dado seu domínio sobre o corpo de oficiais (Tripp, 2007). Já o partido Baath havia decidido que a única maneira de agir era assassinando o próprio Qasim e, em outubro de 1959, logo após a execução dos oficiais responsáveis pela revolta de Mosul, membros do partido Baath realizaram um atentado malsucedido contra Qasim, do qual participou Saddam Hussein que na época tinha 22 anos (Tripp, 2007).

A tentativa de assassinato de Qasim levou a prisões e expurgos de membros do Partido Baath e a uma grande mobilização popular. Porém, a sobrevivência política de Qasim dependia de sua capacidade de garantir que a maior parte do corpo de oficiais permanecesse apoiando-o e que os serviços de inteligência permanecessem um passo à frente de potenciais conspiradores (Tripp, 2007). Nesse contexto de aumento das tensões políticas, a atividade partidária foi permitida em janeiro de 1960, porém apenas alguns partidos obtiveram licença para atuar. Entre eles, o Partido Democrático Nacional, que não tinha grande apoio popular e muitos de seus principais membros dependiam do apoio de Qasim, dificultando, assim, as críticas ao governo (Tripp, 2007).

Também foi concedida uma licença ao Partido Democrático do Curdistão, que era formado por uma aliança instável de dois grupos distintos liderados, respectivamente, por Mulla Mustafa Barzani e por Ibrahim Ahmad. Qasim estava ciente da incompatibilidade de muitas das reivindicações curdas com suas próprias visões, porém sabia que Barzani e Ibrahim Ahmad representavam aspectos muito diferentes da sociedade curda e tinham aspirações distintas. Barzani, apesar de sua associação com a efêmera República de Mahabad, seu longo exílio na URSS e seu uso da retórica marxista quando lhe convinha, era principalmente um líder tribal. Já

Ibrahim Ahmad e a maioria dos dirigentes do Partido Democrático do Curdistão eram intelectuais urbanos, muitos deles ex-membros do PCI, ideologia à qual tinha uma certa proximidade (Tripp, 2007).

O PCI também solicitou licença para atuar na legalidade, mas foi impedido por Qasim. A situação do PCI foi agravada pelo surgimento de um partido islâmico (Tripp, 2007). Processos semelhantes ocorreram entre sunitas e xiitas, levando a pedidos para a formação de dois partidos islâmicos distintos. Inicialmente, as licenças foram recusadas devido à sua natureza sectária, mas um único partido religioso acabou sendo permitido: o al-Hizb al-Islami, o Partido Islâmico. O líder do partido era o sunita Nu'man 'Abd al-Razzaz al-Samarrai, mas seu apoiador era o Grande Aiatolá xiita Mushin al-Hakim. Embora se dedicasse ao objetivo final de formar uma ordem islâmica, sua hostilidade ao ateísmo, ao materialismo e ao comunismo era muito evidente, ajudando a explicar seu apelo por Qasim na época (Tripp, 2007).

O surgimento do Partido Islâmico foi um sintoma de que certos círculos entre os iraquianos sunitas e xiitas necessitavam de uma reorientação, não em termos sectários ou comunitários, mas sim em termos de obrigações islâmicas (Tripp, 2007). Entre os sunitas, isso tomou forma na al-Ikhawn al-Muslimun, a Irmandade Muçulmana, inspirada no exemplo do Egito e da Síria. Entre os xiitas, a principal organização desse tipo foi a al-Da'wa, o Chamado Islâmico, que surgiu no final da década de 1950, organizada em torno de Muhammad Baqir al-Sadr. Isso refletia tanto suas próprias ideias sobre a natureza do renascimento islâmico quanto os sentimentos de clérigos e leigos mais jovens sobre a necessidade de uma organização mais eficaz para controlar a disseminação de ideologias que eles acreditavam que ameaçavam enfraquecer a comunidade xiita e afastar as pessoas do próprio islamismo (Tripp, 2007).

Em 1960, quando o Partido Islâmico passou a criticar o governo por serem contrários à Sharia, vários de seus membros foram presos, seu jornal foi suspenso e algumas de suas filiais foram fechadas (Tripp, 2007). Por sua vez, o PCI passou a ser cada vez mais perseguido pelo aparato de segurança, seu jornal foi suspenso e o controle sobre algumas organizações foi questionado. Ainda em 1960, al-Dulaimi e outros dois comunistas foram demitidos do governo. Àquela altura, as principais organizações ligadas ao PCI, os Partisans pela Paz, a Liga da Juventude Iraquiana e a al-Rabita, haviam sido fechadas pelo governo, limitando ainda mais a influência dos comunistas iraquianos (Tripp, 2007).

Nesse contexto, a atuação dos partidos políticos tornou-se cada vez mais difícil. Qasim recusou-se a criar quaisquer instituições representativas ou a realizar eleições parlamentares e os partidos políticos só podiam recorrer aos seus organismos de imprensa, que estavam suscetíveis ao fechamento pelo governo. Essa nova fase do governo de Qasim marcou o fim do

notável florescimento da atividade criativa, cultural e intelectual no Iraque, após a criação da república em 1958 (Tripp, 2007). A derrubada da velha ordem e a promessa de novas mudanças radicais não só estimularam escritores e artistas iraquianos, mas também forneceram o espaço no qual novas ideias sobre o futuro do Iraque e o papel dos intelectuais nesse processo puderam ser discutidas (Tripp, 2007).

No campo político, as organizações clandestinas passaram a atuar de forma mais ampla, como era o caso das organizações ligadas ao PCI. Atuar na clandestinidade era algo cada vez mais necessário, uma vez que o partido vivia sob ataque do governo, da Al-Da'wa e de outros grupos baseados xiitas dedicados à luta contra o comunismo. Os comunistas também sofriam ataques constantes de grupos pan-arabistas em Bagdá, Mosul e em outras partes do Iraque (Tripp, 2007). O renascimento clandestino do Partido Baath também esteve inserido nesse contexto. Após o desastre de 1959, o secretário-geral do Baath, Ali Salih al-Sa'di, foi enviado de volta ao Iraque para reconstruir o partido. O partido agia como uma organização secreta, pois perseguia os comunistas sem muito alarde e se infiltravam no governo de Qasim. Em 1962, Ali Salih al-Sa'di criou uma rede estratégica composta por células dentro da administração estatal, nas forças armadas e nos sindicatos de trabalhadores (Tripp, 2007).

Já o Partido Democrático do Curdistão aproveitou a volta à legalidade para se mobilizar e obter reconhecimento como a principal organização nas áreas curdas do Iraque. Os vários grupos existentes no partido conseguiram unir-se em torno do projeto de autonomia para as regiões de maioria curda no norte do país, embora ainda enfrentassem resistências no âmbito do governo (Tripp, 2007). Com o objetivo de explorar a relação próxima entre o Iraque e a URSS, Barzani visitou Moscou no início de 1961 com a intenção de pedir à liderança soviética que discutisse o caso curdo com Qasim. Relutante em se envolver em uma questão tão delicada, a URSS recusou-se a ajudar e, Qasim, por sua vez, decidiu utilizar a tática de apoiar as revoltas contra Barzani entre as tribos curdas. Consequentemente, quando o memorando de autonomia de Barazani foi rejeitado pelo governo em 1961, ele retornou à sua base de poder tradicional na região curda do norte iraquiano (Tripp, 2007).

As forças de Barzani logo entraram em conflito com os líderes tribais rivais que o governo vinha apoiando. À medida que os combates se intensificavam, atraíam outros setores da população curda, motivados por antigas rivalidades em um contexto de crescente demanda pela autodeterminação (Tripp, 2007). Quando unidades do exército iraquiano foram atacadas, o governo respondeu bombardeando várias aldeias curdas, incluindo a própria Barzan. O exército iraquiano foi, então, mobilizado, unidades foram enviadas para o norte e, em 1961, o conflito foi intensificado. Os embates foram limitados às áreas tribais ao norte do país e retratados pelo

governo iraquiano como uma luta contra os líderes tribais feudais e reacionários da região, tendo em conta que vários líderes tribais já estavam em preparados para o levante devido à implementação da reforma agrária (Tripp, 2007).

8.7 A política externa do governo revolucionário

Entre as primeiras medidas tomadas no campo da política externa, destaca-se a dissolução da federação entre o Iraque e a Jordânia, que havia sido criada em fevereiro de 1958. O Iraque deixou de participar das reuniões do Pacto de Bagdá, embora a retirada formal só tenha ocorrido em 1959, quando a missão técnica britânica deixou a base aérea iraquiana de Habbaniyah. O governo de Qasim estabeleceu relações diplomáticas com a China, a União Soviética e outros países socialistas, uma série de atos que indicavam o objetivo do novo governo de conduzir uma política externa independente da Grã-Bretanha e do Ocidente (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

A política externa do governo de Qasim também foi marcada pelos antagonismos com a RAU, porém, nota-se que a afirmação do nacionalismo iraquiano não o levou a estabelecer relações mais próximas com os vizinhos não árabes do Iraque. Um elemento complicador era a aliança entre Iraque, Turquia e Irã no Pacto de Bagdá, que era vista como um símbolo da submissão do Iraque aos interesses britânicos e ocidentais. Consequentemente, era compreensível que o Iraque tivesse se retirado do pacto em 1959, recorrendo cada vez mais à URSS em busca de ajuda externa e equipamentos militares (Tripp, 2007).

Um importante registro histórico sobre a política externa do governo revolucionário de Qasim é exemplificado pelo discurso proferido pelo Ministro das Relações do Iraque, Sayid Hashim Jawad, na Assembleia Geral da ONU em 1960. A seguir, são destacados os trechos do respectivo discurso que demonstram a lógica terceiro-mundista do Iraque pós-revolucionário que estava, por sua vez, inserido no âmbito dos movimentos anticoloniais de libertação nacional sob uma influência crescente da esfera soviética:

Povos de todo o mundo se alegraram com a admissão como membros das Nações Unidas de dezesseis países que conquistaram recentemente a independência; quinze do continente africano e a República de Chipre. A importância desse evento e suas múltiplas implicações não passam despercebidas por aqueles que acompanham as tendências da evolução moderna das nações – um processo que, nas últimas décadas, vem ganhando impulso como resultado do despertar geral dos povos em todo o mundo [...] A conquista da independência política por povos subjugados, refletindo as aspirações básicas de todas as nações privadas de sua liberdade nacional, é um passo inevitável a ser seguido por outros no curso do progresso da sociedade humana rumo a níveis mais elevados de existência social e política. A

existência de nações não independentes no mundo atual, e os esforços para perpetuar tal estado pelo uso da força, têm sido e continuarão sendo uma importante causa de conflito na comunidade internacional e um fator fundamental na geração de problemas e discórdia entre as nações do mundo [...] Assim, a proposta do Presidente do Conselho de Ministros da União Soviética relativa ao fim do colonialismo e à concessão imediata da independência aos países e povos colonizados é da mais alta importância. Neste momento crítico da história mundial, com o aumento das tensões internacionais, a libertação dos países e povos colonizados e semicoloniais contribuirá grandemente para a eliminação de certas causas fundamentais de conflito e contradição na sociedade internacional (MINISTRY OF GUIDANCE, IRAQ, 1961, p.5-7, tradução nossa).

Figura 16 – Ministro das Relações Exteriores Iraquiano, Sayid Hashim Jawad, na 15ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (1960)



Fonte: New Iraq (2025)

Uma primeira análise sobre o contexto iraquiano era que a URSS poderia aproveitar o momento histórico para aumentar a sua influência no Iraque, com a queda da monarquia e o estabelecimento da república em 1958. E as atividades legalizadas do PCI prometiam o desenvolvimento de uma força comunista significativa na política de um importante estado do Oriente Médio. Da mesma forma, a retirada do Iraque do Pacto de Bagdá foi considerado um ganho estratégico, pois acabaram com qualquer possibilidade de os britânicos retornarem ao uso das bases aéreas que haviam entregue ao controle iraquiano (Tripp, 2007).

Entretanto, a URSS não tinha condições materiais para apoiar abertamente o novo governo iraquiano, cujas preocupações com a Guerra Fria os levaram a superestimar o grau de influência comunista e soviética sobre Qasim (Tripp, 2007). Qasim via a URSS como uma

possível fonte de apoio diplomático e econômico, bem como uma futura fornecedora de armas, porém, ele tinha pouca simpatia pelo comunismo como ideologia, desconfiava do PCI e não via o modelo soviético de desenvolvimento econômico como relevante para o Iraque. Além disso, a estreita relação que entre a URSS e o Egito de Nasser significava que Qasim não conseguia enxergar a URSS como um grande aliado estratégico do Iraque (Tripp, 2007).

Figura 17 – O Ministro das Relações Exteriores Iraquiano, Sayid Hashim Jawad, ao fundo, observa Sayid Karim Belqasim, o Primeiro-Ministro do Governo Provisório da Argélia cumprimentar o Premier Soviético Nikita Khrushchev em um evento na ONU (1960)



Fonte: New Iraq (2025)

A ruptura do Iraque com o Pacto de Bagdá e o restabelecimento das relações com a URSS levaram a uma crise nas relações com o Irã, expressa em 1959 por conta da hidrovia no rio Shatt al-Arab. O Irã contestou o acordo de 1937 e exigiu que a hidrovia fosse dividida ao longo do Thalweg em toda a sua extensão (Tripp, 2007). No ano seguinte, as relações se deterioraram a tal ponto que houve troca de tiros em todo o Shatt al-Arab. Nenhum dos lados tinha interesse em intensificar o conflito, mas a navegação foi impedida de usar os portos de Basra e Abadan, o que acabou levando os custos da disputa para ambos os governos. Consequentemente, em 1961, um acordo entre o Irã e o Iraque permitiu que a navegação voltasse a utilizar a hidrovia, o que não resolveu a divergência fundamental sobre a questão da soberania, mas levou ambos os lados a buscar uma saída negociada para o impasse (Tripp, 2007).

Porém, a deterioração das relações com o Irã teve duas consequências adversas importantes para o governo de Qasim e demonstrou a dificuldade de prosseguir uma política com base no nacionalismo iraquiano (*wataniyya*) em detrimento do nacionalismo árabe (*qawmiya*). Como reação à tentativa de expansão da RAU no Oriente Médio, Qasim queria ter o controle sobre a hidrovia no rio Shatt al-‘Arab, o que irritou o governo iraniano (Tripp, 2007). Inevitavelmente, o governo iraniano procurou meios para usar contra o governo do Iraque e buscou, portanto, uma aproximação com as forças de Mustafa Barzani nas regiões curdas. As forças armadas iraquianas não conseguiram impedir o fluxo de mercadorias e armas pela fronteira com o Irã, o que ajudou Barzani a manter o exército iraquiano sob controle entre 1961 e 1962 (Tripp, 2007).

A outra consequência do novo interesse iraquiano no Golfo Pérsico estava relacionada à reivindicação feita por Qasim sobre o Kuwait em 1961. O fechamento da hidrovia Shatt al-‘Arab no início do ano havia reavivado o problema do acesso limitado do Iraque às águas do Golfo e desde a década de 1930, havia projetos para desenvolver um porto em Umm Qasr, próximo à fronteira com o Kuwait (Tripp, 2007). Naquela época, essas ideias estavam associadas às reivindicações iraquianas de soberania sobre o território do Kuwait, sobretudo, as ilhas de Warba e Bubiyan, próximas às de Umm Qasr.

Uma outra motivação para a política expansionista regional de Qasim estava ligada à independência concedida pela Grã-Bretanha ao Kuwait em junho de 1961. Assim como na década de 1930, Qasim baseou a reivindicação do Iraque na afirmação de que o Kuwait havia sido um distrito da província otomana de Basra, injustamente separada pelos britânicos do território iraquiano quando o estado foi criado na década de 1920 (Tripp, 2007). Nesse contexto, Qasim um governador do Kuwait para comandar o distrito, subordinado ao governador de Basra, o que correspondia ao posto que havia sido atribuído ao xeique do Kuwait pelas autoridades otomanas. Qasim, portanto, estava recorrendo ao mito nacional de o Iraque tinha fronteiras naturais e que essas fronteiras haviam sido deliberadamente desrespeitadas pelas autoridades britânicas para restringir o acesso do Iraque ao mar e, assim, reduzir sua influência no Golfo (Tripp, 2007).

Desta forma, era um dever de todos os iraquianos remover esse último resíduo de imperialismo e estabelecer o lugar legítimo do Iraque como potência dominante na região (Tripp, 2007). A própria autoridade de Qasim dependia, em parte, de sua capacidade de se apresentar como um defensor de um patriotismo iraquiano próprio, que também buscava estender a influência do Iraque no mundo árabe como um contrapeso ao domínio egípcio de Nasser (Tripp, 2007).

Do ponto de vista militar, Qasim não tinha condições de levar sua reivindicação adiante, pois grande parte do exército iraquiano estava destacado no norte do país, nos embates contra os curdos. Entretanto, as forças britânicas consideraram a ameaça como um risco potencial e poucos dias após Qasim expressar a reivindicação iraquiana ao Kuwait, a Grã-Bretanha enviou forças ao Kuwait para dissuadir o Iraque e convocou uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU (Tripp, 2007). A Liga Árabe, dominada na época pela RAU, admitiu o Kuwait como estado-membro, prometeu salvaguardar sua independência e solicitou ao governador local que solicitasse a retirada das tropas britânicas (Tripp, 2007). Em agosto, as forças britânicas deixaram o Kuwait para serem substituídas por uma força da Liga Árabe, composta em grande parte por tropas da RAU. O Iraque, então, retirou seu representante da Liga Árabe e rompeu relações diplomáticas com vários países que haviam reconhecido o Kuwait. Porém, o Iraque não foi capaz de prosseguir com suas reivindicações em relação ao Kuwait nos anos 1960 (Tripp, 2007).

Para os grupos pan-arabistas no Iraque, representados pelo Baath e pelo corpo de oficiais, a crise com o Kuwait seria mais um indício da necessidade de derrubar o regime de Qasim, tendo em vista que as táticas de Qasim isolaram o Iraque do mundo árabe e levaram a um recuo diante do imperialismo britânico (Tripp, 2007). O renascimento desse tema na política iraquiana abalou a confiança até mesmo de alguns dos apoiadores de Qasim, o que pode ter contribuído para a aprovação, em dezembro de 1961, da Lei nº 80, segundo a qual o Iraque retomou cerca de 99% da área concessionada da CPI sem nenhuma indenização. A CPI estava efetivamente excluída de qualquer prospecção de novos campos petrolíferos no Iraque, tendo que se contentar com os campos, ainda que substanciais, que já operava (Tripp, 2007).

As discussões sobre o petróleo iraquiano haviam sido agravadas pelo comportamento das principais empresas petrolíferas durante os anos de superavit, quando os países produtores foram forçados a arcar com o peso da queda dos preços do petróleo, o que levou ao Iraque apoiar diretamente a fundação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em setembro de 1960 (Tripp, 2007). Nesse contexto, a Lei nº 80 foi um golpe direcionado especificamente às empresas petrolíferas, embora a OPEP tenha se recusado a endossar a medida, considerando-a muito extrema (Tripp, 2007).

Entretanto, a medida também foi apresentada como um golpe contra os resquícios do imperialismo britânico no Iraque, mesmo que o governo não tenha nacionalizado a indústria petrolífera, por ser uma medida considerada radical na época. Como resposta, a CPI decidiu reduzir a produção de petróleo, o que prejudicou o estado iraquiano que não estava em condições de explorar as concessões que haviam sido retomadas, arcando com uma perda

considerável da receita governamental. Independentemente do seu custo econômico, a medida foi popular no Iraque e pode ter ajudado Qasim a apagar a memória do fiasco do conflito com o Kuwait (Tripp, 2007).

8.8 A contrarrevolução e o golpe de Estado de 1963

Apesar dos desafios existentes nas relações exteriores do Iraque, Qasim tornou-se um líder genuinamente popular no país entre 1958 e 1963. No seu governo, as receitas do petróleo foram redirecionadas para as necessidades imediatas das camadas mais pobres da sociedade iraquiana. Os fundos alocados para projetos de infraestrutura de longo prazo foram reduzidos e destinados a projetos de acesso à moradia voltados para os moradores das favelas na grande Bagdá. O número de estudantes triplicou durante esse período e houve uma expansão da rede escolar, com a construção de vários estabelecimentos de ensino (Tripp, 2007).

O governo de Qasim também aprovou uma série de leis trabalhistas destinadas a reduzir a carga horária de trabalho, aumentar o salário mínimo e criar algum tipo de proteção aos trabalhadores contra acidentes e desemprego (Tripp, 2007). A promulgação dessas leis ajudou a Qasim a criar uma imagem de um líder preocupado com o bem-estar social e genuinamente determinado a melhorar o padrão de vida dos iraquianos mais pobres. E essa projeção de Qasim como um grande líder popular foi fomentada pela mídia governamental, fazendo com que Qasim tivesse a confiança suficiente para libertar todos os condenados pelo Supremo Tribunal Militar Especial (Tripp, 2007).

A instituição ficou conhecida como Tribunal Popular e era presidida pelo Coronel al-Mahdawi, sendo criada logo após o golpe de julho de 1958 para levar a julgamento público, membros do regime monárquico indiciados pelos crimes cometidos. Usado principalmente como um fórum público para a condenação dos integrantes do antigo regime, o tribunal finalmente proferiu quatro sentenças de morte. Entretanto, o tribunal havia sido mantido em sessão para julgar uma lista crescente de conspiradores do governo de Qasim (Tripp, 2007). No início de 1962, no entanto, Qasim estava confiante de que seus próprios apoiadores dominavam o estado e que as forças da oposição estava em enfraquecidas: o Partido Democrático Nacional estava se desintegrando, o PCI, não tinha mais controle sobre as organizações em que atuava e estava sob constante vigilância do aparato de segurança do governo e o Partido Democrático do Curdistão estava envolvido nos conflitos no norte do país (Tripp, 2007).

Porém, entre 1961 e 1962, integrantes do Partido Democrático do Curdistão decidiram que a única maneira de resolver os conflitos com o governo seria através de uma mudança do

regime. Rejeitados pelos partidos ideologicamente mais próximos a eles, o Partido Democrático Nacional e o PCI, o Partido Democrático do Curdistão recorreu aos grupos pan-arabistas e ao Partido Baath, em grande parte devido à sua influência nas forças armadas, e ofereceu um cessar-fogo caso Qasim fosse derrubado (Tripp, 2007). O núcleo do partido Baath era pequeno, mas estava tinha uma presença significativa no governo e nas forças armadas. Durante 1962, o Baath organizou-se por meio de uma rede de comitês destinados a criar uma mobilização popular para derrubar o governo de Qasim. Seguindo as estratégias dos comunistas iraquianos, o Baath percebeu a importância de controlar as ruas em momentos de crise política, para neutralizar o PCI e demonstrar a força popular do partido (Tripp, 2007).

O secretário-geral do Partido Baath, Ali Salih al-Sa'di, percebeu que era necessário estabelecer laços com oficiais nacionalistas árabes, como 'Abd al-Salam 'Arif, recentemente libertado da prisão, que compartilhava a preocupação dos integrantes do Ba'th com o isolamento do Iraque no mundo árabe e sua antipatia ao comunismo. Para eles, Qasim parecia sintetizar ambos os perigos (Tripp, 2007). Em 1962, um gabinete militar do Ba'th foi formado, composto por al-Sa'di e vários importantes oficiais do Baath, como o Brigadeiro Ahmad Hasan al-Bakr e o Tenente-Coronel Salih Mahdi 'Ammash. Os planos para a derrubada do regime de Qasim foram traçados e o gabinete tinha como objetivo garantir que o Ba'th permanecesse no poder após o golpe, apesar de ter que cooperar com oficiais que não pertenciam ao partido (Tripp, 2007).

Qasim recebeu informações sobre uma possível conspiração, mas, confiante em suas próprias redes de controle, limitou-se a prender al-Sa'di e 'Ammash, o que estimulou os conspiradores restantes a agir, pois agora temiam um expurgo mais generalizado (Tripp, 2007). Em 8 de fevereiro de 1963, assassinaram o Brigadeiro Jalal al-Awqati, comandante comunista da Força Aérea, e atacaram e neutralizaram o campo de aviação da base militar de Rashid, enquanto suas próprias unidades militares se dirigiram a Bagdá. O governo divulgou a notícia do golpe e o PCI, apesar de sua relação conturbada com Qasim, mobilizou seus membros, levando milhares às ruas para defender o regime. Os comunistas iraquianos foram para o Ministério da Defesa, onde Qasim se encontrava, para tentar impedir o golpe nas ruas da capital (Tripp, 2007).

Qasim acreditava que suas próprias forças poderiam lidar com a situação e não autorizou a distribuição de armas para os iraquianos que queriam defender o regime revolucionário iniciado em 1958. Porém, o Baath e suas próprias organizações populares também tomaram as ruas, bem armadas e determinadas a limpá-las de seus oponentes políticos. Enquanto isso, as unidades militares sob o comando do Baath e de oficiais nacionalistas árabes dirigiram-se

diretamente ao Ministério da Defesa, repelindo a resistência civil (Tripp, 2007). Após um dia de combates, as forças rebeldes conseguiram romper o cerco e capturaram Qasim e seus aliados em 9 de fevereiro, sendo levados para um tribunal de membros do Baath e de oficiais pan-árabistas, condenados à morte e sumariamente fuzilados (Tripp, 2007).

8.8.1 Gamal Abdel Nasser, a CIA e o anticomunismo

Após a Revolução Iraquiana de 1958 e, sobretudo, com a ascensão dos comunistas iraquianos no primeiro semestre de 1959, o governo norte-americano passou a monitorar a situação política do Iraque com uma maior atenção. Desta forma a RAU, que havia sido formada em 1958, passou a ocupar uma posição de grande rivalidade com o Iraque no Oriente Médio. Essa rivalidade não se dava apenas por interesses hegemônicos na região, mas também pelas ideologias em disputa no âmbito regional e da Guerra Fria (Batatu, 1978).

O nacionalismo anticolonialista árabe tinha duas divisões marcantes no Oriente Médio durante os anos 1950. O nacionalismo defendido por Nasser, chamado de *qawmiyya*, era associado a ideia de uma única nação para os povos árabes, tendo como base, portanto, o panarabismo. Essa vertente do nacionalismo também esteve presente no Iraque e era defendida por integrantes do Partido Baath, sendo personificado na figura do coronel Abul Salam Arif, que havia sido o braço direito de Qasim no Movimento dos Oficiais Livres durante o golpe de estado em 1958.

Entretanto, após a tomada do poder, o primeiro-ministro Qasim passou a defender a ideia de um nacionalismo patriótico, ou seja, com base na defesa nacional e dos valores genuinamente iraquianos. Essa vertente do nacionalismo iraquiano era intitulada de *wataniyya* (Romero, 2008). O PCI passou a defender essa vertente do nacionalismo no âmbito da ampla coalizão anticolonialista e anti-imperialista formada nos anos 1950, o que acirrou as tensões com os nacionalistas árabes influenciados por Nasser. No trecho abaixo, é destacado um trecho que nos ajuda a compreender a distinção entre as duas vertentes do nacionalismo no caso Iraquiano:

As diversas visões dos nacionalismos árabe-iraquianos são frequentemente classificadas como reflexo de uma de duas formas de identidade nacional: o pan-árabismo (*qawmiyya*), que considera a cultura, a história e a língua árabes como marcadores da identidade nacional e muitas vezes busca a unidade política com outros estados árabes; e o nacionalismo territorial-patriótico (*wataniyya*), que considera a geografia, a arqueologia e a história iraquianas (e não árabes) como características-chave da identidade nacional.² A esquerda iraquiana, ou seja, os social-democratas e os comunistas, tendia a privilegiar o nacionalismo territorial. Da mesma forma, o nacionalismo promovido por ‘Abd al-Karim Qasim focava em uma identidade *watani*. Em contraste, tanto a

monarquia hashemita quanto os regimes estabelecidos após a queda de Qasim defenderam o pan-arabismo (Bashkin, 2011, p.294, tradução nossa).

Com a ascensão dos comunistas no Iraque, o governo dos EUA e o seu aparato de inteligência, como a CIA e o Conselho de Segurança Nacional, passou a acompanhar de perto os acontecimentos em território iraquiano. As informações eram fornecidas principalmente por William Rountree, que era o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Oriente Próximo, Sul da Ásia e África no fim da década de 1950. A correlação de forças no início de 1959 era vista como desfavorável para o bloco ocidental capitalista liderado pelos EUA. Desta forma, novas soluções deveriam ser encontradas para conter o avanço do comunismo na região e, que teriam na figura de Nasser, o novo aliado dos EUA na região. Neste primeiro momento, a ideia de contenção do comunismo estava limitada à RAU. A seguir, destaca-se um trecho de um memorando¹⁰ do Conselho de Segurança Nacional dos EUA de 23 de dezembro de 1958:

No Cairo, as conversas com as autoridades foram críticas, mas cordiais. O Cairo está preocupado com o comunismo no Iraque e na Síria. Embora a imprensa já tenha reconhecido publicamente os perigos do comunismo, esta é a primeira vez que houve um reconhecimento oficial aparente. O Sr. Rountree defendeu a posição de que os EUA queriam estabelecer confiança e boas relações com a República Árabe Unida (RAU). Os acordos da Caltex e da Shell também foram discutidos. Há indícios de que o Cairo está finalmente preparado para tomar medidas em relação ao comunismo na RAU. Existe um conflito de interesses no Iraque entre a RAU e a União Soviética (UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1993, tradução nossa).

Em um outro memorando¹¹ do Conselho de Segurança Nacional, de 27 de dezembro de 1958, William Rountree levanta novamente a questão do avanço do comunismo na região, que, de acordo com a sua percepção, era visto com uma maior preocupação por líderes árabes em relação ao Iraque e à Síria:

Pela primeira vez, os líderes árabes estão realmente preocupados com o comunismo, particularmente no Iraque e na Síria, como uma ameaça ao nacionalismo árabe. Embora não alterem sua posição pública em relação ao "imperialismo ocidental", alguns, incluindo Nasser, estão agora dispostos a se

¹⁰ FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1958-1960, NEAR EAST REGION; IRAQ; IRAN; ARABIAN PENINSULA, VOLUME XII, 155. Memorandum of Discussion at the 392d Meeting of the National Security Council.

¹¹ UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN – FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1958-1960, NEAR EAST REGION; IRAQ; IRAN; ARABIAN PENINSULA, VOLUME XII, 52. Memorandum From the Assistant Secretary of State for Near Eastern and South Asian Affairs (Rountree) to Secretary of State Dulles.

manifestar contra o imperialismo comunista (UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1993, tradução nossa).

De acordo com o respectivo memorando, o diplomata norte-americano William Rountree ainda traz as seguintes observações sobre uma espécie de aliança pragmática que deveria ser feita com Nasser:

Espero não ter ilusões sobre Nasser. Seus objetivos permanecem inalterados e ele ainda busca a liderança do mundo árabe. No entanto, ele encontrou obstáculos reais, um dos quais é o comunismo. Acredito que devemos continuar a avançar com cautela rumo a melhores relações com ele, embora não devamos, obviamente, sacrificar nossas relações com os Estados árabes independentes, nem esperar que ele abandone uma posição de "neutralidade" (UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1993, tradução nossa).

Na visão de Rountree, os EUA deveriam adotar uma estratégia de não-intervenção direta na região e, assim, utilizar lideranças árabes como forças contrarrevolucionárias na contenção do comunismo:

Parece-me que os EUA deveriam reduzir sua "presença" e, sempre que possível, assumir um papel secundário enquanto as forças locais desenvolvem resistência ao comunismo e a qualquer outra ameaça à sua independência, como o "nasserismo". Um aspecto significativo da minha visita foi o evidente alívio dos líderes árabes quando ficou claro que eu não havia vindo para vender uma nova doutrina, sugerir uma aliança, pedir o rompimento das relações com a União Soviética ou fazer qualquer coisa além de consultá-los. Eles pareceram sentir que os EUA haviam demonstrado, com isso, uma nova disposição para permitir que os árabes resolvessem seus problemas à sua própria maneira. Parece-me que, pelo menos por enquanto, devemos nos esforçar, sempre que possível, para manter o tamanho de nossas missões no mínimo, enfatizar a natureza consultiva de nossas relações com os governos e, em geral, evitar extravagâncias em nossas relações (UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1993, tradução nossa).

No início de 1959, a percepção da diplomacia norte-americana e de seus aparatos de inteligência era de que a ameaça comunista era real e que alguma medida deveria ser tomada em relação ao Iraque. Em um relatório de inteligência intitulado “A Ameaça Comunista para o Iraque”¹², de 17 de fevereiro de 1959, podemos observar a seguir as conclusões a que chegaram o Departamento de Estado dos EUA e de seus órgãos de inteligência sobre a situação no Iraque:

¹² UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN – FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1958-1960, NEAR EAST REGION; IRAQ; IRAN; ARABIAN PENINSULA, VOLUME XII, 161. Special National Intelligence Estimate, “The Communist Threat to Iraq”.

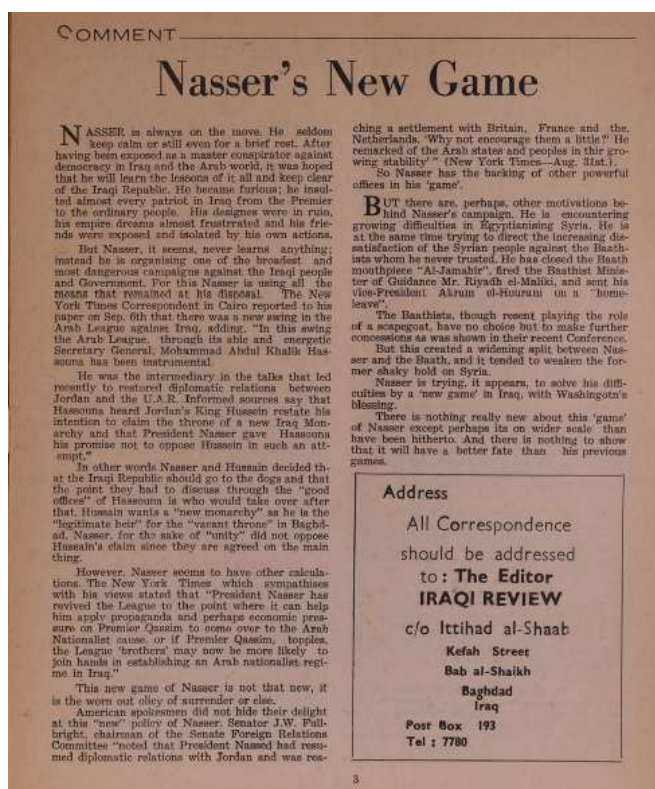
O Iraque é palco de uma determinada e, até agora, eficaz investida comunista rumo ao poder. O primeiro-ministro pode ser comunista, embora acreditemos ser mais provável que seja um nacionalista iraquiano que acredita precisar do apoio comunista para se proteger das ambições da República Árabe Unida e das potências ocidentais. Quaisquer que sejam seus desejos, duvidamos de sua capacidade de conter o movimento em direção a uma tomada de poder comunista em seu regime, e acreditamos que sua margem de manobra está diminuindo rapidamente (UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1993, tradução nossa).

Ainda de acordo com o relatório de inteligência¹³ mencionado acima, a opção viável para os EUA era apoiar Nasser em uma eventual investida contra o governo de Qasim no Iraque, que dependeria da atuação das forças armadas. Desta forma, Nasser e o exército iraquiano seriam os atores contrarrevolucionários, segundo a perspectiva do governo norte-americano, para conter o avanço do comunismo no Iraque, conforme é destacado abaixo:

Muitos iraquianos politicamente conscientes começam a perceber que a política de cooperação de Kassim com os comunistas representa ameaças à independência do Iraque e aos seus próprios interesses. Somente o exército tem capacidade para agir efetivamente contra o regime de Kassim. No entanto, a potencial oposição – tanto civil quanto militar – à atual tendência é desorganizada, sem liderança e improvável de agir a menos que seja estimulada por Nasser, que exerce considerável influência como símbolo do nacionalismo árabe (UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1993, tradução nossa).

¹³ UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN – FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1958-1960, NEAR EAST REGION; IRAQ; IRAN; ARABIAN PENINSULA, VOLUME XII, 161. Special National Intelligence Estimate, “The Communist Threat to Iraq”.

Figura 18 – Artigo com críticas a Nasser no jornal Iraq Review (1959)



Fonte: Iraq Review (2025)

Um outro memorando¹⁴ de 3 de maio de 1962, do Departamento de Estado dos EUA, relata as tensões políticas no Iraque envolvendo o primeiro-ministro Abd al-Karim Qasim. De acordo com o respectivo memorando, a derrubada de Qasim era um objetivo das forças oposicionistas Nasseristas e do Partido Baath, tendo em conta a crescente instabilidade do governo por conta da campanha militar contra os insurgentes curdos no norte do país. Segundo o memorando, o aparato diplomático e da inteligência dos EUA traçou alguns possíveis cenários para o Iraque, entre eles: (1) haveria um reconhecimento rápido por parte do governo dos EUA caso um regime nacionalista chegasse ao poder, o que se presume que fossem os grupos pan-arabistas ligados a Nasser; (2) haveria um reconhecimento que poderia ser mais demorado no caso de ascensão do Partido Baath ao poder e, (3), caso os comunistas tomassem o poder, seria

¹⁴ UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN – FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1961-1963, VOLUME XVII, NEAR EAST, 1961-1962, 262. Memorandum From the Deputy Assistant Secretary of State for Near Eastern and South Asian Affairs (Grant) to the Under Secretary of State for Political Affairs (McGhee).

dado apoio secreto a forças contrarrevolucionárias no Iraque, evitando, assim, uma intervenção direta dos EUA no país.

9 O PCI E A REVOLUÇÃO IRAQUIANA DE 1958

9.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar a atuação do PCI, desde a sua fundação em 1934 até a revolução de 14 de julho de 1958. Primeiramente, é importante destacar que os partidos políticos no Iraque atuaram de forma restrita no período entre 1921 e 1958. A monarquia hachemita representada pelo primeiro-ministro poderoso Nuri al-Said e pelas elites iraquianas criaram um sistema político marcado pela repressão e pela cooptação (Batatu, 1978). Foi nesse contexto que as associações profissionais, movimentos estudantis, movimentos em defesa das mulheres, sindicatos e outras forças sociais atuaram como portas vozes das demandas populares como acesso à moradia, educação, saúde, habitação, reforma agrária, entre outras (Batatu, 1978).

9.2 As origens do comunismo no Iraque

A introdução do pensamento marxista no Iraque foi realizada por Husain al-Rahlâl, que foi o primeiro a difundir tais ideias nos círculos intelectuais em Bagdá no começo dos anos 1920 (Salucci, 2005; Ismael, 2008). De acordo com Salucci (2005, p.9, tradução nossa), “O marxismo apareceu pela primeira vez no Iraque em 1924, em uma forma feminista”. O pequeno grupo comunista formado por Husain al-Rahlal passou a publicar o jornal *As-Sahifah*, que defendia a luta das mulheres para libertar-se da estrutura feudal e das tradições islâmicas, como a poligamia e o uso do *hijab*. O jornal *As-Sahifah* durou apenas quatro meses, pois foi proibido pelo governo iraquiano com base na acusação de subverter a moral e a religião islâmica. O grupo de Husain al-Rahlal queria aplicar os conceitos do materialismo histórico ao Islã, por meio de uma análise das religiões em termos materiais, ao interpretar a Shariah como algo formulado para uma sociedade que existiu a mil anos atrás (Salucci, 2005).

Entre 1927 e 1928, um grupo comunista foi criado em Basra por um grupo de jovens iraquianos (Salucci, 2005) e uma figura importante nesses primeiros anos do comunismo no Iraque, foi Petros Vasili, que ao contrário de Husain al-Rahlal, era um revolucionário profissional (Batatu, 1978). Petros Vasili era um assírio que havia sido criado na Geórgia e, ao lado de Yusuf Salman Yusuf, foi responsável por difundir as primeiras ideias comunistas no Iraque até ser expulso do país em 1934. Esse grupo de jovens comunistas iraquianos criou a Associação Liberal em 1929 e seguiu com a estratégia de combate ao islamismo, ao defender ideias como a liberdade de expressão, o estado laico, a libertação das mulheres e a unidade

árabe. Destaca-se também que o campesinato iraquiano foi contrário a essas ideias, o que levou os jovens comunistas iraquianos a desistirem da campanha anti-islâmica (Salucci, 2005).

Entre o fim dos anos 1920 e início dos anos 1930, vários grupos comunistas foram organizados em Bagdá, que tinham uma composição diversa: alguns haviam sido membros do grupo As-Sahifah em Basra; outros eram provenientes do Comitê Central do Partido Comunista Libanês em Beirute; outros estudaram na KUTV; outros ainda retornaram ao Iraque depois de um período de estudos no Instituto das Mulheres em Boston; e, também havia membros da Liga Anti-Imperialista, uma organização criada pelo Comintern (Salucci, 2005). Nesse contexto, Salucci (2005, p.11, tradução nossa) destaca que “De um modo geral, os primeiros comunistas iraquianos vinham de famílias de classe média baixa, e a propaganda em Bagdá se limitava mais ou menos aos cafés da cidade, enquanto que em Basra e Nasiriya era dirigida principalmente aos trabalhadores.”

O PCI foi fundado em 1934 em um período de pouca liberdade de ação política e de crise socioeconômica, como é demonstrado por Batatu (1978, p. 411, tradução nossa), “No final de 1930, com o agravamento da depressão, ficou evidente que as ideias comunistas mantiveram “certa ascendência” entre os jovens do Iraque”. Nesse período, a circulação de ideias marxistas ganhou força, principalmente, no sul do Iraque, em Basra e Nasiriyyah, esta última sob a liderança de Yusuf Salman Yusuf, que seria o secretário-geral do PCI (Batatu, 1978). Basra, seria, futuramente, um importante centro de agitação política dos comunistas junto a sindicatos de trabalhadores iraquianos.

A formação do PCI tem uma conexão com o aumento da influência da URSS no Oriente Médio durante a década de 1930, que teve como origem o interesse soviético pela região no Congresso dos Povos do Oriente realizado em Baku em 1920 (Halliday, 2005). Entretanto, foi a partir dos anos 1930 e 1940 que a URSS passou a atuar diretamente na região, o que nos ajuda a explicar, em parte, a ascensão do PCI no processo revolucionário de 1958. Esse processo foi planejado com cautela pela URSS, sem a intenção de instalar governos comunistas no Oriente Médio e que fazia parte de uma estratégia mais ampla da política externa soviética apoiar os movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo (Laqueur, 1956).

Nesse contexto, o crescimento do comunismo no Iraque nas décadas de 1940 e 1950 é interpretado por Batatu (1978) como um mecanismo popular de insurgência contra o autoritarismo e o sistema repressivo imposto pela monarquia hachemita. Uma das principais causas para a disseminação do comunismo no Iraque foi a piora das condições materiais da população iraquiana no fim dos anos 1940, pois houve uma considerável elevação do custo de vida gerado pela economia de guerra britânica e pelo ingresso de moeda estrangeira na

economia iraquiana devido ao *boom* do petróleo (Batatu, 1978). A estrutura desigual da sociedade iraquiana também foi um fator que levou as classes sociais mais desfavorecidas a aderirem ao comunismo, sem ter uma noção clara do que significava o comunismo na prática (Batatu, 1978).

Na segunda metade do século XIX, a economia iraquiana foi gradualmente integrada à economia mundial por meio dos fluxos comerciais britânicos. Nesse sentido, a economia de subsistência de base semifeudal foi transformada em uma economia capitalista dependente da economia britânica, marcada pela concentração de renda e precarização da força de trabalho. O processo de deterioração socioeconômica gerou uma série de revoltas de caráter popular, como a Wathbah em 1948 e as Intifadas de 1952 e 1956 (Batatu, 1978). Esse processo de transformação estrutural da economia iraquiana gerou consequências em diversas regiões do país. O exército iraquiano e o Partido Baath atraíram muitos de seus integrantes das famílias árabes do norte do país que haviam se mudado para a Bagdá, cujas vidas dependiam da economia tradicional que havia sido desorganizada pelos obstáculos impostos pelas novas fronteiras com a Síria (Batatu, 1983). Outro fator contribuinte nesse processo foi o declínio das indústrias, como as da construção de navios à vela e da produção de *'aha'as* (capas de lã) na cidade de 'Anah e de *kalaks* (jangadas de peles infladas) na cidade de Takrit (Batatu, 1983).

Destaca-se também que grande parte do apoio fornecido pelos comunistas em Bagdá entre 1958 e 1963 veio dos moradores do bairro de Babash-Shaykh, o centro de um outrora próspero setor têxtil, e dos *shurugis*, camponeses tribais migrantes da região sul de 'Amarah (Batatu, 1983). O modo de subsistência havia sido desestruturado pela mudança para uma economia orientada para o mercado, pela intensificação do domínio dos xeiques tribais sobre a terra, pelo uso irrestrito de bombas de irrigação no Tigre pelos grandes proprietários de terras de Bagdá e Kut e pela consequente secagem de alguns dos canais do respectivo rio (Batatu, 1983). Essas transformações socioeconômicas geraram descontentamentos que seriam canalizados politicamente por atores políticos como o PCI.

No Vigésimo Congresso do Partido Comunista Soviético, realizado em 1956, havia sido definido que nos países subdesenvolvidos, como o Iraque, poderia haver uma conciliação entre os partidos comunistas e setores da burguesia nacional, estabelecendo uma frente comum contra o imperialismo (Dann, 1969). O Comintern teve um papel importante nesse processo ao difundir o comunismo no Iraque por meio do treinamento de jovens iraquianos na KUTV, entre eles Yusuf Salman Yusuf, conhecido como camarada Fahd, que aderiu ao comunismo em 1929 e seria a principal figura do comunismo no Iraque até ser morto pelo regime de Nuri al-Said em 1949 (Batatu, 1978).

O PCI enfrentou grandes dificuldades no seu processo de formação política até os anos 1940. O contexto local era de repressão da monarquia hachemita aos partidos políticos contrários ao regime e eram poucos os iraquianos que tinham algum contato direto com as ideias marxistas (Ismael, 2008). Entretanto, com a Segunda Guerra Mundial e a instabilidade gerada, houve o aumento do sentimento antibritânico no país. Desta forma, o PCI agiu de forma estratégica e decidiu apoiar o golpe de estado liderado por Rashid Aali al-Gaylani em 1941, com o objetivo de expulsar as forças britânicas do país. Posteriormente, os comunistas iraquianos admitiram ter cometido um erro em ter apoiado o regime de al-Gaylani por conta do seu caráter fascista e de perseguição aos judeus no Iraque (Salucci, 2005).

A partir de 1944, o partido sob a liderança de Yusuf Salman Yusuf, organizou-se em torno de um grupo de intelectuais marxistas, a chamada *intelligentsia* e passou a ter uma grande influência sobre os sindicatos de trabalhadores portuários em Basra e da CPI em Kirkuk (Salucci, 2005). Foi também nesse período histórico que foi organizado o primeiro congresso do PCI em 1945 e que conseguiu reunir os grupos dissidentes que estavam em disputa pelo poder partidário nos anos anteriores (Franzén, 2011).

Nos anos 1950, o PCI atuou através de uma ampla coalizão contra o imperialismo britânico, a Frente Nacional Unida. Essa coalização era o resultado de um movimento tático de união entre distintas forças sociais, que contava com setores do exército iraquiano, que tinham como objetivo derrubar a monarquia hachemita e expulsar as forças britânicas do país (Batatu, 1978). Entretanto, esse período também foi marcado por disputas internas no PCI, entre aqueles que queriam seguir os princípios marxistas e adotar uma linha radical contra os outros partidos políticos no Iraque e o grupo mais moderado que optou por seguir as diretrizes emanadas de Moscou. Esse segundo grupo ganhou força no PCI, sob a liderança de Husain Ahmad al-Radi, conhecido como Salam Adil (Ismael, 2008).

No âmbito regional, a Revolução Egípcia de 1952 foi a principal referência revolucionária contra o imperialismo britânico a ser seguida no Iraque. Nesse contexto, o Movimento dos Oficiais Livres do Egito serviu de inspiração para a criação do MOL no Iraque no início dos anos 1950 (Batatu, 1978). O PCI, inclusive, buscou obter uma maior influência nas Forças Armadas, tendo em vista a força política que os militares tinham no país. Pode-se afirmar, portanto, que houve uma aliança tática e pragmática entre setores do exército iraquiano e os comunistas para derrubar a monarquia em 14 de julho de 1958.

O PCI teve um importante aliado no processo revolucionário iraquiano: os Partisans pela Paz, uma organização criada no âmbito do movimento transnacional pela paz lançado pela URSS no fim dos anos 1940. Nesse contexto, os Partisans pela Paz foram importantes para

difundir a luta anti-imperialista em direção a um espectro mais amplo, com outras forças políticas iraquianas não comunistas (Bishop, 2011). O objetivo dos Partisans era instrumentalizar a paz como uma defesa de valores universais e incorporá-la ao processo revolucionário iraquiano como um mecanismo de união de forças heterogêneas contra o imperialismo britânico.

9.3 O PCI sob liderança do camarada Fahd

O PCI enfrentou uma série de crises dentro do partido, tendo em vista as diferentes concepções sobre o comunismo no Iraque, sendo que nos anos 1940, Yusuf Salman Yusuf, o camarada Fahd, conseguiu reorganizar o partido. Nesse contexto, entre 1941 e 1947, Fahd transformou o partido em uma força política compacta e eficaz, tendo construído uma base de apoio popular. Fahd tinha uma ampla experiência partidária, sendo responsável pela formação do primeiro grupo comunista na cidade iraquiana de Basra em 1927 (Batatu, 1978).

Segundo fontes dos comunistas iraquianos, a Revolta Iraquiana de 1920, marcou profundamente a vida de Fahd, demonstrando o seu verdadeiro sentimento de amor pelo Iraque (Batatu, 1978). Entretanto, Batatu (1978, p.489, tradução nossa) destaca que, “O verdadeiro ponto de virada na vida de Fahd, no entanto, foi seu encontro em Basrah, em 1927, com Pyotr Vasili, um pregador da revolução.” Vasili era membro da Internacional Comunista (Comintern) e foi o responsável por apresentar as ideias marxistas-leninistas para Fahd. Entre o fim dos anos 1920 e começo dos anos 1930, Fahd viajou pelo Oriente Médio, e, conseguiu, estabelecer contatos com outros grupos comunistas. De acordo com Batatu (1978), um relatório da polícia política da Palestina de 1931, indicava que Fahd tinha contatos com o Partido Comunista Palestino, com objetivo de obter financiamento do Comintern para a formação do partido comunista no Iraque.

Entre 1935 e 1937, Fahd recebeu um treinamento na KUTV. Segundo Batatu (1978), dos iraquianos que passaram pela KUTV, nenhum demonstrou grande interesse em aprimorar o conhecimento adquirido do que Fahd, tendo inclusive participado do Sétimo Congresso Mundial do Comintern em 1935. Fahd retornou ao Iraque em 1938, para reorganizar o PCI, sobretudo, na região sul do país, região onde originou-se o partido (Batatu, 1978). A partir de 1941, o PCI passou a ser liderado por Fahd, tendo em vista que as principais lideranças do partido haviam sido presas, entre elas, ‘Abdallah Mas’ud. Fahd tentou construir o partido principalmente com estudantes, professores e funcionários públicos, predominantemente de famílias abastadas (Ismael, 2008).

O PCI tornou-se um fator significativo na política iraquiana nos anos 1940. A primeira demonstração de força por parte dos comunistas se deu por meio da atuação dos sindicatos, como a Associação de Artesãos (*Jami'yyat al-Ashab al-Sana'*) formada por Muhammad Salih al-Qazzaz. A Associação organizou uma greve geral contra a Lei de Taxas Municipais em 1931 e um boicote à Baghdad Electric Light and Power Company, de propriedade britânica (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Os primeiros anos como secretário-geral do PCI, foram complicados para Fahd, tendo dedicando-se a organizar o partido, que contava com membros indisciplinados e despreparados (Batatu, 1978). Inicialmente, seus esforços resultaram apenas em divisões, expurgos e diminuição da força partidária, e, quando ele encontrava-se em Moscou, a maioria dos membros do partido o abandonou, fazendo com que Fahd tivesse que reconstruir o partido novamente (Batatu, 1978). Essa dificuldade inicial na formação partidária também é destaca por Ismael (2008, p.26, tradução nossa), “A influência do Partido Comunista Iraquiano durante as décadas de 1930 e 1940 foi limitada pelo contexto local, ou seja, a falta de uma classe trabalhadora substancial e organizada.”

Os sindicatos representaram a primeira esfera de influência comunista no Iraque durante os anos 1940, sobretudo, entre os trabalhadores do porto de Basra, da indústria de tabaco em Bagdá, nos campos de petróleo em Kirkuk, e também com os funcionários que trabalham nas ferrovias iraquianas (Ismael, 2008). A influência e o poder dos comunistas sobre os sindicatos seria fundamental nos anos seguintes por conta da constante perseguição sofrida pelos comunistas sob o regime autoritário dos hachemitas, personificado na figura do primeiro-ministro Nuri al-Said. Nesse contexto, os comunistas iraquianos foram forçados a atuarem na ilegalidade durante grande parte dos anos 1940 e 1950.

9.4 Os comunistas e o levante nacionalista de Rashid Ali al-Gaylani em 1941

Nas palavras de William Roger Louis, “O ano de 1941 representa um divisor de águas na história da era britânica no Iraque, e seu significado é essencial para entender a rejeição nacionalista do tratado de aliança com os britânicos em 1948 e o fim da dinastia Hashemita dez anos depois (Louis, 1984, p.313, tradução nossa).” Nesse contexto, o nacionalismo iraquiano passava a adquirir cada vez mais uma identidade própria e marcadamente antibritânica. Inicialmente, o PCI decidiu apoiar a revolta nacionalista de Rashid al-Gaylani, ocorrida entre abril e maio de 1941 (Ismael, 2008). Na perspectiva comunista, a revolta liderada por Gaylani era a primeira revolta popular desde 1920 contra o imperialismo britânico e o Tratado Anglo-Iraquiano de 1930. Outro importante motivo que explica o apoio dos comunistas ao levante

tinha relação com o pronto reconhecimento do governo de Gaylani pela da URSS (Ismael, 2008).

Os eventos ocorridos em 1941 merecem um maior destaque, tendo em vista o golpe militar liderado por Rashid Ali al-Gaylani durante a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, é importante analisar o contexto histórico no qual os comunistas decidiram apoiar o breve governo nacionalista de Rashid Ali al-Gaylani, que demonstrava ser, pelo menos inicialmente, um movimento político claramente antibritânico. De acordo com o Tratado Anglo-Iraquiano de 1930, que concedeu a independência formal ao Iraque, os iraquianos foram obrigados a prover assistência militar à Grã-Bretanha, em relação aos recursos para o esforço de guerra, como também o dever de romper relações com os países inimigos da Grã-Bretanha (Eppel, 2004).

O primeiro-ministro Nuri al-Said e outros políticos da elite governante iraquiana entendiam que a Segunda Guerra Mundial era uma oportunidade histórica para o Iraque alcançar o que não havia conseguido ao final da Primeira Guerra Mundial, ou seja, a unidade árabe, com a hegemonia iraquiana sobre a Síria e a região do Crescente Fértil. Por meio da cooperação com a Grã-Bretanha, Nuri al-Said queria demonstrar a importância do Iraque como aliado e, em troca, obter o apoio britânico para as pretensões regionais do Iraque (Eppel, 2004).

Primeiramente, é importante salientar que o golpe de 1941 representou uma cisão momentânea entre as elites políticas iraquianas. O núcleo da discórdia se deu por conta da estratégia a ser adotada em relação às forças britânicas no país. De um lado, havia um grupo nacionalista, predominantemente militar, que defendia o fim da ocupação britânica no Iraque e a total independência do país, tendo como base as ideias pan-arabistas. Rashid Ali-Gaylani, que havia participado de governos anteriores no Iraque, era o principal líder desse grupo (Tarbush, 1982). Por outro lado, havia o grupo de Nuri al-Said que, também considerava que o apoio iraquiano aos britânicos na Segunda Guerra Mundial, poderia impulsionar o pan-arabismo e a influência regional do Iraque (Eppel, 2004).

O golpe de Estado de 1941 foi significativamente diferente dos golpes anteriores no Iraque durante a década de 1930, pois não se tratava apenas de substituir um primeiro-ministro por outro, e, sim, de questionar a própria existência da monarquia, representada pelo regente Abd al-Ilah (Tripp, 2007). Tendo em conta o processo revolucionário iraquiano, o ponto mais importante nesse período é a entrada definitiva dos militares na política do país, atuando como uma espécie de árbitros do poder estatal em vários momentos da história iraquiana (Tarbush, 1982).

A primeira medida tomada pelo novo governo foi o estabelecimento de um Governo de Defesa Nacional, presidido por Rashid Ali al-Gaylani, justificado pela necessidade de

salvaguardar a integridade e a segurança do país (Tripp, 2007). O governo acusou o regente Abd al-Ilah de tentar enfraquecer o exército, de prejudicar a unidade nacional e de desrespeitar a constituição iraquiana. Nesse contexto, a retórica do novo regime tinha como base uma junção entre salvacionismo nacional e constitucionalismo. O regente Abd al-Ilah acabou sendo deposto e substituído por Sharif Shara, que era membro do clã hachemita no Iraque (Tripp, 2007).

Os militares mais próximos a Rashid Ali al-Gaylani eram conhecidos como o grupo da “Praça Dourada” ou dos “Quatro Coronéis”: os coronéis Salah al-Din al-Sabbagh, Kamil Shabib, Fahmi Said e Mahmud Salman. Esses quatro coronéis e Rashid al-Gaylani compartilhavam um mesmo objetivo político no Iraque: expulsar as forças britânicas do país de forma definitiva, e, promover uma verdadeira independência nacional com base em valores pan-arabistas (Tarbush, 1982). Após ser derrotado pelas forças britânicas na base aérea de Habbaniyya, Rashid Ali al-Gaylani resolveu buscar o apoio das potências do Eixo. Tanto a Alemanha, quanto a Itália, concordaram em apoiar o novo regime com o objetivo de tentar reduzir o poderio britânico no Oriente Médio (Tripp, 2007). No entanto, nem a Alemanha, nem a Itália, tinham reais condições de agir decisivamente contra os interesses britânicos no Iraque, tendo enviado cerca de 30 aviões de guerra para Mosul, sem ter tido um resultado efetivo nos embates militares contra as forças britânicas (Tripp, 2007).

No fim de maio de 1941, Rashid Ali al-Gaylani, assim como membros do governo e oficiais das forças armadas, fugiram de Bagdá. A queda do governo resultou em uma onda de violência contra judeus iraquianos, causando por volta de 200 mortes e destruição de estabelecimentos ligados à comunidade judaica iraquiana (Tripp, 2007). O contexto de violência pelas ruas da cidade foi o cenário perfeito para o retorno do regente Abd al-Ilah e de Nuri al-Said à Bagdá. Entretanto, os comunistas reviram sua posição sobre o governo de Rashid Ali al-Gaylani após o insucesso do levante e a reocupação do país pelas forças britânicas e invasão alemã à URSS no contexto da Segunda Guerra Mundial. Outro ponto que levou à mudança de orientação por parte dos comunistas foi o planejamento ineficiente da revolta e a proibição do funcionamento dos partidos políticos e dos sindicatos pelo governo de Rashid Ali al-Gaylani (Ismael, 2008).

O PCI interpretou o envolvimento dos militares na revolta de 1941, como um sintoma da falta de democracia no Iraque e um movimento contra a atuação dos sindicatos e partidos políticos no país. Os principais líderes do levante de 1941 foram descritos pelos comunistas como simpatizantes do fascismo, tanto que posteriormente os próprios comunistas admitiram que erraram em ter apoiado a revolta liderada por Rashid Ali al-Gaylani (Ismael, 2008). O desenvolvimento do PCI nos anos 1930 e 1940 coincidiu com a ascensão do Stalinismo na

União Soviética. Fahd era considerado um stalinista dentro do PCI, ao seguir uma linha dogmática e disciplinadora, sobretudo, em relação às disputas internas no partido. Após a consolidação do PCI em 1944, Fahd passou a orientar o partido em uma linha mais ideológica marxista e a adaptar a estratégia partidária para as condições específicas do Iraque (Ismael, 2008).

9.5 A consolidação do PCI nos anos 1940

A década de 1940 foi marcada por inúmeras greves, protestos e manifestações, muitas das quais organizadas pelo PCI, que era o maior partido político com bases populares do país e possivelmente do Oriente Médio (Di-Capua, 2019). Entre 1941 e 1942, o PCI passou por um processo inicial de estruturação, com um comitê central composto por integrantes com diferentes visões acerca do partido e que atuavam em grande parte em uma base colegiada (Batatu, 1978). A partir de 1943, à medida que as relações partidárias foram solidificadas, o poder do partido passou a residir no centro estável do partido controlado por Fahd, o secretário-geral, e Zaki Basim, seu colaborador mais próximo e membro do Politburo (Batatu, 1978). A partir de 1943, o PCI passou a atuar com mais liberdade política em relação à URSS por conta da dissolução do Comintern, conforme é demonstrado abaixo:

O fim do Comintern libertou o partido do controle nominal do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que havia dominado o movimento comunista internacional, dando ao partido mais espaço de manobra nos contextos nacional e regional do Iraque e permitiu que Fahd estabelecesse a base para uma nova direção teórica e organizacional para o PCI (Ismael, 2008, p.28, tradução nossa).

Nesse contexto de maior liberdade política, Ismael (2008) destaca as próprias palavras de Fahd sobre a nova situação do PCI por conta da dissolução do Comintern:

Antes da [Segunda Guerra Mundial], quando as condições internas e externas em diferentes países estavam se tornando complexas, resolver as questões dos movimentos dos trabalhadores em cada país, caso tivesse um centro internacional [de controle], poderia enfrentar obstáculos [localmente] que não poderiam ser superados, pois as profundas diferenças no processo histórico de desenvolvimento em cada país resultariam, às vezes, em um conflito [entre as posições do Centro Internacional e as de outros países. As variações no nível do processo de desenvolvimento social e político, [em cada país,] além das divergências entre a consciência e organização [sociopolítica] dos trabalhadores, tudo isso resultaria na atribuição de responsabilidades variadas à classe trabalhadora [Partido] em cada país (Ismael, 2008, p.28, tradução nossa).

Portanto, as condições históricas e materiais do Iraque deveriam prevalecer, em detrimento da lógica de poder existente na esfera soviética. A nova liberdade política do PCI significava, na prática, trabalhar com forças democráticas e populares sob a liderança de Fahd (Ismael, 2008). Essa liberdade de ação é um ponto fundamental para compreender as alianças políticas feitas pelos comunistas iraquianos durante os anos 1950, já sem a presença do camarada Fahd no comando do partido.

Em 1941, o camarada Fahd assumiu o controle total do PCI. Sob a liderança de Fahd, os comunistas tornaram-se um novo tipo de partido político, ou seja, o seu aparato partidário secreto e clandestino introduziu um novo padrão de organização política no Iraque, que, nas décadas seguintes, foi considerado um modelo partidário com grandes repercussões políticas. O modelo e estrutura do PCI foram utilizados como referência pelo MOL no processo revolucionário de 1958 e pelo Partido Baath nos anos 1960 (Franzén, 2011). A nova estrutura organizacional do PCI foi uma resposta ao aparato repressor do estado iraquiano, mas também uma demonstração que os comunistas iraquianos passavam por um processo de sovietação do partido. Outro fato importante é que durante a década de 1930, os comunistas iraquianos estavam basicamente circunscritos a pequenos grupos de intelectuais que se reuniam em Bagdá e já anos 1940, os comunistas conseguiram ampliar sua influência e transformar a organização em um verdadeiro partido de massa (Franzén, 2011).

Entre 1940 e 1944, Fahd conseguiu finalmente unificar o PCI, aumentando sua exposição pública, algo que o próprio Fahd tinha receio que acontecesse e gerasse uma maior perseguição política ao partido. A primeira conferência nacional do PCI foi realizado em Bagdá em 1944, confirmando o total controle do partido por Fahd e seu grupo de apoiadores mais próximos (Ismael, 2008). Os principais pontos programáticos discutidos e aprovados durante a respectiva conferência são destacados a seguir:

1. Soberania nacional para tornar o Iraque um país verdadeiramente independente (Artigo 1).
2. Restabelecimento da constituição e implementação de seus artigos suspensos relacionados aos direitos democráticos do povo, incluindo o direito de ter um parlamento e um conselho municipal, eleitos, e verdadeiramente representativos (Artigo 2).
3. Controle da especulação; fornecimento de bens de primeira necessidade básica para o povo a preços razoáveis (Artigo 3).
4. Desenvolvimento da economia nacional (Artigo 4).
5. Fim do domínio das empresas estrangeiras sobre a agricultura iraquiana; criação de mercados livres (Artigo 4b).
6. Fim da usurpação de terras públicas (*miri*) por aqueles que estão no poder e redistribuição dessas terras em pequenas parcelas, sem ônus, para os camponeses iraquianos (Artigo 5).
7. Implementação e expansão da Lei Trabalhista nº 72, de 1936, e proteção dos trabalhadores e de seu direito de organização (Artigo 6).
8. A redução da carga tributária das pessoas de baixa renda, a isenção de taxas municipais para artesãos e lojistas e redução de todos os impostos indiretos (Artigo 7).
9. Expansão da educação entre as pessoas, sem distinção de gênero ou distinções

étnicas ou sociais (Artigo 8). 10. Reconhecimento das mulheres iraquianas como cidadãs plenas, com o mesmo status social, econômico e político que os homens iraquianos (Artigo 9). 11. Concessão de direitos iguais aos curdos e a outras minorias do país (Artigo 10). 12. Melhorar a situação dos recrutas iraquianos, inclusive treinando-os humanamente, sem flagelação ou outros métodos cruéis (artigo 11). 13. Amizade e cooperação em termos políticos, econômicos e culturais com todos os povos democráticos; estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. 14. Cooperação política entre todos os árabes e seus grupos e partidos políticos. 15. Libertação nacional e soberania para a Palestina e para outros países árabes colonizados e independência total para o Iraque, Egito, Síria e Líbano. 16. Cooperação entre organizações de trabalhadores, estudantes e intelectuais para elevar sua consciência nacional e exercer sua liberdade nacional. 17. Cooperação econômica entre os países árabes para proteger sua riqueza nacional e elevar o padrão de vida de seus povos; eliminação de barreiras alfandegárias e melhoria das comunicações e do intercâmbio comercial. 18. Luta contra a agressão sionista política e econômica (Ismael, 2008, p.33-33, tradução nossa).

Na conferência realizada em Bagdá foi aprovada a carta nacional do partido com as regras a serem seguidas pelos militantes comunistas. A diretriz geral era voltada para uma postura mais moderada e obtenção de apoio político em bases mais amplas no Iraque. Nesse contexto, o partido passou a buscar o apoio de setores da burguesia nacional e estabeleceu como prioridade a luta pela independência total do Iraque, o reestabelecimento da constituição iraquiana e um sistema igualitário para as mulheres, os curdos e demais minorias (Franzén, 2011).

No Iraque dos anos 1940, não havia propriamente uma burguesia nacional, tendo vista o reduzido nível de industrialização do país e as indústrias mais importantes, como a indústria petrolífera, eram controladas por capitais estrangeiros, sobretudo, os britânicos. O grupo mais próximo à “burguesia nacional” pode ser aplicado, nesse caso, às elites iraquianas conhecidas como *effendiyya* e aos comerciantes ligados ao setor exportador. Havia também grupos de intelectuais iraquianos e membros de partidos políticos pan-arabistas, como o Istiqlal, que também faziam parte dessa elite (Franzén, 2011).

Nesse contexto, o PCI adotou uma atitude conciliatória em relação ao que considerava ser a burguesia nacional iraquiana. Segundo o camarada Fahd, a burguesia iraquiana podia ser classificada em duas dimensões: por um lado, havia setores da burguesia aliados ao imperialismo britânico, nos quais atuavam na burocracia governamental e pertenciam às elites, *sharifianos* e *effendiyya* (Franzén, 2011). Em relação à burguesia nacional, havia os nacionalistas (*wataniyyun*) que buscavam reformas graduais no sistema político e econômico iraquiano e os empresários da indústria nacional que queriam se livrar das firmas estrangeiras no país, controladas em sua maioria por capitais britânicos (Franzén, 2011).

A estratégia dos comunistas iraquianos no estabelecimento de alianças com setores da burguesia nacional tinha como base as teses de Lenin sobre a autodeterminação e a questão colonial. Franzén (2011) destaca que, no “Esboço das Teses sobre as Questões Nacionais e Coloniais”, Lenin instruiu o Comintern a entrar em um acordo temporário sobre as questões nacionais e coloniais. Nesse contexto, a estratégia leninista era estabelecer uma aliança temporária com os setores democrático-burgueses nos países coloniais e atrasados, sem que isso significasse uma união com a burguesia, pois a principal missão era defender a independência do proletariado, mesmo que fosse em um estágio embrionário (Franzén, 2011).

Segundo as formulações leninistas apresentadas no Segundo Congresso da Internacional Comunista em 1920, as condições históricas e materiais nas colônias deveriam analisadas conforme suas especificidades (Lenin, 1964). Desta forma, não havia espaço para uma revolução do proletariado no Iraque, tendo em vista que grande parte da população iraquiana vivia ainda sob uma base feudal ou semifeudal. O objetivo primário era alcançar a autodeterminação iraquiana, com a constituição de um estado independente, e, para isso, era necessário promover uma aliança com setores da burguesia, que eram contrários à ocupação imperialista britânica (Franzén, 2011).

Foi nesse contexto, que os comunistas iraquianos adotaram um discurso mais moderado em relação a determinados setores da burguesia nacional, com o objetivo de construir uma frente ampla anti-imperialista no Iraque, conforme foi defendido por Fahd na conferência do partido em 1944. A estratégia adotada pelo PCI, que também era seguida por outros partidos comunistas do Terceiro Mundo, tinha como objetivo estabelecer uma frente anti-imperialista em âmbito nacional, levando em conta o problema da incipiente classe trabalhadora e dos perigos inerentes às alianças com setores da burguesia (Franzén, 2011).

No caso iraquiano, os comunistas criaram um novo partido político, o Partido da Libertação Nacional, que funcionava como uma espécie de organização auxiliar e que foi um exemplo da tentativa de congregar forças sociais e políticas numa ampla plataforma política contra o imperialismo britânico (Batatu, 1978; Franzén, 2011). O Partido da Libertação Nacional era, portanto, liderado por Husayn Muhammad al-Shabibi, um dos apoiadores mais próximos a Fahd no PCI. O novo partido chegou a ter por volta de cinco mil membros em 1947, porém atuou por um breve período, tendo em vista o aumento da repressão política nos anos seguintes (Batatu, 1978; Franzén, 2011).

A partir de 1945, o PCI passou a adotar a estratégia política da coalização nacional unindo todas as forças progressistas contra o imperialismo. Em 1946, houve uma tentativa da monarquia hachemita de implementar políticas reformistas no Iraque e um governo com

tendências mais liberais foi formado sob a liderança de Tawfiq al-Suwaidi (Ismael, 2008). Neste período, alguns partidos políticos conseguiram a licença oficial do governo reformista de Tawfiq al-Suwaidi para atuarem politicamente, conforme é demonstrado abaixo:

Cinco partidos políticos foram oficialmente licenciados, com o primeiro-ministro liderando o Partido Liberal (al-Ahrâr), e o Partido da Independência (al-Istiqlâl), que tinha principalmente uma orientação nacionalista árabe tradicional, liderado por Muhammad Mahdî Kubbah, uma figura política respeitada. Na esquerda moderada, o Partido Democrático Nacional (al-Watanî al-Dîmuqrâtî) era liderado por Kâmil al-Châdirchî, um político intelectual bem conhecido com tendências Fabianas, cujas raízes em se estendiam ao grupo al-Ahâlî. O Partido da Unidade Nacional (al-Ittihâd al-Watanî) era liderado por um conhecido intelectual anti-imperialista e esquerdista (embora não marxista), Abd-ul- Fattâh Ibr âhîm e, por fim, o Partido do Povo (al-Sha'b) era liderado pelo marxista, embora não comunista, Azîz Sharîf (Ismael, 2008, p.35, tradução nossa).

Entre os políticos citados, destaca-se o marxista Aziz Sharif, que seria uma figura importante durante os anos 1950, ao liderar os Partisans pela Paz no âmbito do processo revolucionário de 1958. Na década de 1940, Aziz Sharif esteve à frente do Partido do Povo (al-Sha'b) e adotou uma linha crítica de enfrentamento aos seguidos governos autoritários e aliados do imperialismo britânico no Iraque (Ismael, 2008). O jornal Al-Watan foi o principal mecanismo de enfrentamento de Aziz Sharif na segunda metade da década de 1940, o que angariou bastante popularidade na época como o jornal oficial dos partidos de oposição aos governos aliados da monarquia hachemita, fazendo com que Sharif fosse preso e o jornal suspenso em 1946 (Ismael, 2008).

O governo reformista de Tawfiq al-Suwaidi durou apenas três meses, sendo substituído por um governo ligado à elite política tradicional aliada da monarquia hachemita, representada pelo ex-primeiro ministro Nuri al-Said. Arshad al-Umari, aliado de Nuri al-Said, foi escolhido para ocupar o cargo de primeiro-ministro, por causa da alta rejeição popular de Nuri al-Said perante o povo iraquiano. O novo governo conservador atuou para acabar com a onda reformista e perseguir os partidos políticos contrários ao regime autoritário apoiado pela monarquia hachemita (Ismael, 2008).

Houve uma forte reação ao novo governo conservador, inclusive em um editorial publicado pelo jornal Al-Watan, no qual Aziz Sharif declarou que “O governo de Umari simplesmente preparou o terreno para o retorno de al-Said ao poder” (Ismael, 2008, p.37, tradução nossa). Houve também uma reação por parte do Comitê Central do PCI, que solicitou a criação do Partido da Liberação Nacional (Hizb-al-Taharrur al-Watani) com o objetivo de criar

uma frente nacional anti-imperialista, como já mencionado anteriormente (Ismael, 2008). Essa tentativa de unir as forças anti-imperialistas nacionalmente recebeu o apoio do camarada Fahd:

Nosso objetivo é eliminar as condições de sofrimento do povo iraquiano trabalhando dentro de um movimento nacional verdadeiro e consciente, cujo objetivo é lutar para conquistar nossas liberdades democráticas e nossos direitos econômicos e políticos. A Frente Nacional unifica as atividades para atingir os objetivos pelos quais todos os participantes estão lutando como, por exemplo: (1) o direito a organizações políticas e não políticas; (2) liberdade de imprensa e de associação; (3) revogação de todas as regulamentações de emergência; (4) proteção da independência do país e de sua soberania nacional; e (5) combate ao fascismo (Ismael, 2008, p.38, tradução nossa).

Ainda em 1946, o governo de Tawfiq al-Suwaidi permitiu a formação e organização de partidos políticos, reduzindo de certa forma a repressão política do governo, porém não estendeu o mesmo direito ao PCI (Ismael, 2008). Como resultado, os comunistas passaram integrar outros partidos de esquerda, sobretudo o Partido do Povo (al-Shab), o Partido da Unidade Partidária e o Partido Democrático Nacional. Durante esse período, o PCI passou a apoiar de forma mais ampla as associações estudantis, das mulheres e sindicatos trabalhistas, levando a uma onda de greves pelo país (Ismael, 2008).

O governo de Tawfiq al-Suwaidi não demorou muito para reagir. De acordo com Ismael (2008), os 16 integrantes de maior relevância do PCI, entre eles, o camarada Fahd, foram presos, sob a acusação de serem comunistas. O governo utilizou o Código Penal Iraquiano da época para justificar a prisão dos comunistas, tendo em conta que as atividades comunistas eram considerar ilegais juridicamente. Fahd foi considerado culpado, sendo condenado à morte, assim como os seus subordinados imediatos, Zaki Basim e Ibrahim Shumaiyyil, sendo que as sentenças foram comutadas para prisão perpétua no caso de Fahd e tanto Basim como Shumaiyyil receberam uma pena de 15 anos (Ismael, 2008).

9.6 A atuação do PCI na década de 1940

Durante a década de 1940, não havia espaço para a tomada do poder pelos comunistas no Iraque. O que poderia ser feito em termos práticos era estabelecer contatos políticos nas escolas, universidades, grandes empresas, forças armadas e o aparato oficial do Estado (Batatu, 1978). Os objetivos dependiam da posição atual do partido, seguindo uma lógica de curto prazo e um exemplo dessa estratégia teve relação direta com os britânicos. Entre 1942 e 1944, por conta da aliança entre a URSS e a Grã-Bretanha, o PCI agiu sem entrar em conflito com as forças

britânicas no país. Porém, entre 1945 e 1948, os comunistas iraquianos voltaram seus esforços contra as forças britânicas no Iraque (Batatu, 1978).

Em relação à correlação de forças no Iraque, é importante observar que, até a primeira metade da década de 1940, o PCI passou a adotar uma estratégia política que pode ser caracterizada como reformista e próxima do socialismo democrático na política iraquiana (Batatu, 1978). Já a partir de 1946, o partido adquiriu um caráter cada vez mais revolucionário, embora ainda não fosse possível pensar em uma mudança de regime com derrubada dos hachemitas do poder no Iraque (Batatu, 1978). O PCI atuou nos anos 1940 com base em dois principais mecanismos: um ideológico e outro prático. Ideologicamente, os comunistas pretendiam difundir o comunismo, principalmente, no âmbito da *intelligentsia* e das classes trabalhadoras iraquianas (Batatu, 1978). Foi esse o ímpeto inicial dos comunistas nos primeiros anos da década de 1940, quando o partido ainda buscava uma afirmação política e institucional. Já a partir de 1943, os comunistas iraquianos passaram a explorar as contradições econômicas, ao buscar uma maior influência entre os principais sindicatos do país. Para se ter uma ideia, dos 16 sindicatos atuando legalmente entre 1944 e 1945, 12 eram controlados diretamente pelo PCI e o programa sindical era redigido pelo secretário-geral do partido, o camarada Fahd (Batatu, 1978).

As atividades comunistas foram centralizadas pelo jornal e órgão oficial do PCI, intitulado de al-Qaeda (A Base). Por atuarem na clandestinidade, o jornal Al-Qaeda não significava apenas o principal instrumento de agitação política e de difusão ideológica, mas também o canal utilizado para compartilhar a experiência partidária entre seus membros, conferindo uma maior unidade ao partido. Segundo Franzén (2011), o jornal al-Qaeda era um componente crucial da contracultura popular que os intelectuais radicais usavam para minar a legitimidade do Estado. O jornal al-Qaeda foi, portanto, um importante instrumento de difusão da ideologia marxista-leninista no Iraque, e, que tornou essas ideias acessíveis à população iraquiana em geral (Franzén, 2011).

O jornal Al-Qaeda chegou a ter uma impressão de três mil cópias entre 1947 e 1948, em um período que grande parte da população iraquiana era analfabeta e poucos partidos políticos tinham publicações ou jornais ligados a atividades partidárias (Batatu, 1978). Já entre 1954 e 1955, o respectivo jornal alcançou o número de 5.400 cópias por edição (Franzén, 2011). Destaca-se também que o jornal Al-Qaeda tinha maior influência nas províncias curdas Arbil e Sulaimaniyyah, e também na grande Bagdá, onde os estudantes eram considerados importantes trunfos da intelectualidade iraquiana. O progresso do Al-Qaeda também foi notável em Basra e nas províncias xiitas, marcadamente feudais de Kut, Muntafiq e Amara (Batatu, 1978).

Um ponto sensível para os comunistas iraquianos nos anos 1940 estava relacionado com um setor da população do Iraque extremamente marginalizado pela monarquia hachemita: os camponeses. De forma geral, os camponeses eram organizados em tribos nômades e seminômades, de origem histórica recente. Nesse sentido, a ligação dos camponeses iraquianos com a terra era quase inexistente, o que significava na prática uma ausência da relação de propriedade (Batatu, 1978). Entretanto, o caráter nômade não implicava uma submissão por parte dos camponeses, mesmo estando subordinados aos xeiques locais. Do ponto de vista econômico, os camponeses viviam em verdadeiros regimes de subsistência caracterizados por um modo de produção servil (Batatu, 1978). O campesinato iraquiano, em sua maioria, não estava isolado de uma sociabilidade local, pois costumavam habitar em pequenas vilas no interior do país, o que gerou uma espécie de consciência local, o que foi explorado pelo PCI em sua estratégia de expandir a influência nas áreas mais remotas do Iraque (Batatu, 1978).

Uma característica comum entre os camponeses era o fato de terem sido guerrilheiros no passado e, portanto, andavam armados. O campesinato iraquiano estava subordinado aos xeiques locais, o que, de certa forma, diluía a potencial ameaça contra o regime político dos hachemitas (Batatu, 1978). A questão camponesa foi pela primeira vez discutida na primeira conferência do PCI, realizada em 1944. Nesse contexto, os comunistas passaram a organizar células nos vilarejos camponeses, com o objetivo de estudar as suas condições materiais. Estrategicamente, os professores que atuavam nas áreas rurais foram escolhidos pelos comunistas para exercerem uma atividade de intermediação com os camponeses, com a finalidade de atraí-los para a esfera partidária (Batatu, 1978).

Nas áreas urbanas e na grande Bagdá, o PCI tinha bastante influência, sobretudo, entre os estudantes. Embora, o proletariado representasse a força partidária mais importante, os estudantes eram bastante articulados e organizados, o que era fundamental para as ações políticas, como greves e levantes de caráter popular, como ocorrido com a revolta da Wathbah. Nesse contexto, foram criados, entre 1944 e 1945, comitês culturais em escolas e universidades com a finalidade de expandir a influência dos comunistas no meio estudantil (Batatu, 1978).

9.7 O PCI nas esferas local, regional e internacional

No Oriente Médio, o período compreendido entre meados da década de 1940 e o fim da década de 1950, foram muito voláteis, por conta da instabilidade do sistema de estados árabes pós-coloniais que surgiram no respectivo período. Apesar da rivalidade entre os dois estados mais fortes da região, o Iraque e o Egito, nenhum dos dois conseguiu alcançar o domínio

regional Schayegh (2013). Nesse contexto, o PCI, durante os anos 1940 e 1950, atuou nas esferas local, regional e internacional (Ismael, 2008).

O processo revolucionário de 1958 englobou, portanto, aspectos dessas três esferas, e, os comunistas, souberam tirar vantagem política no conturbado Iraque dominado pela monarquia hachemita e pelas forças imperialistas britânicas. O PCI era um partido que desde a sua fundação em 1934, tinha um caráter internacionalista por conta das suas conexões com a URSS, conforme é destacado a seguir:

O Partido Comunista Iraquiano não é, por definição, um partido fechado e autossuficiente - pelo menos em um sentido ideológico. A sua consciência partidária tem sido desde o início, permeada, ainda que de forma imperfeita, pela perspectiva do internacionalismo; e, com o passar do tempo e, em especial, depois que Fahd assumiu o comando partidário, ela se tornou cada vez mais, genuinamente, parte do espectro ideológico em âmbito mundial que a Revolução Bolchevique havia criado. Dessa orientação supranacional surgiram lealdades e vínculos necessariamente supranacionais (Batatu, 1978, p.574, tradução nossa).

Sob a égide do Comintern, os comunistas intensificaram seus laços internacionalmente e com uma referência especial na luta contra o imperialismo, que, na ótica comunista, era considerado o principal inimigo do povo iraquiano e constituía um fenômeno especificamente internacional. Segundo Batatu (1978), o comunismo, derivou seu caráter internacional a partir do seu oposto político, o imperialismo, sendo ambos fenômenos constitutivos da mesma realidade mundial dialética. Nesse sentido, ser comunista no mundo colonizado, como era o caso do Iraque sob a ocupação britânica, significava na prática ser anti-imperialista. Portanto, Batatu (1978) afirma que abandonar o internacionalismo significava, na verdade, desarmar os povos das colônias e as classes trabalhadoras e entregar a vitória aos imperialistas. Nesse contexto, Salucci (2005) destaca que a conexão entre o PCI e a URSS era estratégica e caracterizada por contínuos atritos gerados por distintas visões acerca do contexto específico do Iraque.

9.8 O PCI e a revolta da Al-Wathbah de 1948

A revolta da Al-Wathbah ocorrida em 1948 é considerada a mais importante insurreição popular da história da monarquia iraquiana antes de 1958 (Batatu, 1978; Franzén, 2011). A Al-Wathbah teve as mesmas origens que contribuíram para a ascensão do comunismo no Iraque nos anos 1940, sendo considerada o primeiro grande teste para o PCI, antes dos eventos revolucionários dos anos 1950 (Batatu, 1978). Destaca-se que a cooperação com outros partidos

políticos foi um ponto fundamental para a atuação dos comunistas durante a Al-Wathbah, embora os comunistas tenham sido isolados politicamente no fim da revolta e perseguidos pelo aparato repressivo da monarquia (Batatu, 1978). Entre o fim dos anos 1940 e início dos anos 1950, o PCI tornou-se a principal força política do país, porém, foi também nesse período que os comunistas sofreram uma grande repressão das elites políticas iraquianas apoiadas pelos britânicos (Franzén, 2011).

A primeira fase da Al-Wathbah foi marcada pela atuação, nas ruas de Bagdá, do Partido da Independência, um partido de tendência liberal, formado por integrantes da classe média iraquiana (Batatu, 1978). A atuação do pan-arabistas do Partido da Independência, Istiqlal, nos primeiros dias da Al-Wathbah causou um incômodo entre os comunistas. As células dos movimentos estudantis foram acionadas e contribuíram ativamente para os eventos ocorridos entre 5 e 7 de janeiro de 1948 (Batatu, 1978). Seis estudantes presos por atuarem diretamente nos eventos da Al-Wathbah eram membros do PCI ou de partidos auxiliares, como o Partido da Libertação Nacional (Batatu, 1978).

Embora o julgamento dos principais integrantes do PCI perante a Suprema Corte Iraquiana tenha se arrastado por quase dois anos, isso não impediu que o camarada Fahd e o PCI desempenhassem um papel de liderança nos tumultos da al-Wathbah que obrigaram o primeiro-ministro Salih Jabr a renunciar em 27 de janeiro de 1948 (Ismael, 2008). Fahd permaneceu no controle do partido e atuou diretamente na orientação das ações comunistas nos eventos da Al-Wathbah, mesmo estando preso em Kut (Batatu, 1978). A revolta da Al-Wathbah ocorreu em Bagdá e em outras grandes cidades iraquianas, após a assinatura provisória do Tratado de Portsmouth com a Grã-Bretanha em 15 de janeiro de 1948. O tratado de 1930, que expirava em 1958, vinculava estrategicamente o Iraque à Grã-Bretanha por meio do estabelecimento e controle britânico de bases militares em todo o país, e sua revogação era a principal demanda da oposição iraquiana (Ismael, 2008). Nas palavras de Batatu (1978, p.545), “O antigo tratado - o de 1930 - que praticamente reduziu o Iraque a um apêndice do Império Britânico, tornou-se uma espécie de anacronismo.”

No final de dezembro de 1947, foi firmado um acordo entre a Grã-Bretanha e o governo iraquiano pró-britânico de Salih Jabr, o primeiro xiita a ocupar o cargo de primeiro-ministro na história moderna do Iraque. A monarquia hachemita, representada pelo regente Abd al-Ilah, escolheu um xiita para ocupar o cargo de primeiro-ministro, o que demonstrou ser um ato de pouca utilidade, pois a grande maioria do povo iraquiano passava fome num contexto de crise econômica (Batatu, 1978). A oposição iraquiana interpretou esse acordo como uma espécie de capitulação aos britânicos, já que o tratado proposto prolongava o controle britânico sobre as

forças armadas iraquianas por mais de 25 anos, institucionalizando a dependência iraquiana dos suprimentos e do treinamento militar britânico e entregando as bases iraquianas à Grã-Bretanha em tempos de guerra (Ismael, 2008).

No início de 1948, o PCI atingiu o auge de sua influência, recrutando estudantes iraquianos em todo o mundo árabe e na Europa. O aumento da influência comunista chamou a atenção das autoridades, o que gerou uma nova onda de repressão pelo governo aos comunistas (Ismael, 2008). Com o aumento da repressão aos comunistas, Malik Saif, o secretário interino do PCI, tornou-se um informante da polícia iraquiana, e, acabou repassando informações sobre os principais líderes comunistas, o que levou à prisão e execução de Fahd em 1949 (Ismael, 2008). O assassinato de Ja'far al-Jawahiri, irmão do grande poeta iraquiano Muhammad Mahdi al-Jawahiri, foi um exemplo do nível de violência que a monarquia hachemita poderia empregar contra quem ousasse se manifestar contra o regime (Di-Capua, 2019).

Nesse contexto, o PCI passou por um período de fragmentação, com a formação de cinco diferentes grupos que alegavam ter representação partidária. Portanto, a responsabilidade partidária ficou nas mãos do primeiro *masul*, considerado um camarada da alta cúpula do partido que orientou o partido de agosto de 1947 a outubro de 1948 com base nas orientações enviadas por Fahd. Posteriormente, o comando do partido caiu em mãos erradas, ocasionando um período caótico no partido entre outubro de 1948 e junho de 1949 (Batatu, 1978).

A revolta da Al-Wathbah foi, portanto, um indicativo de que a monarquia hachemita, personificada na figura de Nuri al-Said, estava com dias contados. As condições socioeconômicas estavam cada vez piores, e, os partidos políticos, sobretudo, o PCI, soube aproveitar o momento político para dominar as ruas e canalizar a insatisfação social contra o imperialismo britânico. Como resultado imediato da Al-Wathba, pode-se concluir que as estruturas do aparato imperialista britânico no Iraque foram abaladas, o Tratado Anglo-Iraquiano de 1930 anulado e o Acordo de Portsmouth de 1948, por sua vez, abolido (Batatu, 1978).

9.9 A atuação revolucionária do PCI nos anos 1950

O PCI deve ser compreendido, durante os 1950, nas esferas local, regional e internacional, sendo que em meados da década de 1950, o comunismo ganhou força em vários países do Oriente Médio (Batatu, 1978, Ismael, 2008). Nas eleições realizadas na Jordânia em 1956, a Frente Nacional liderada pelos comunistas obteve mais de 51 mil votos; enquanto que a

Irmandade Mulçumana obteve mais de 22 mil votos; o Partido Baath mais de 34 mil e o Partido Nacional-Socialista obteve o maior número de votos, alcançando mais de 72 mil (Batatu, 1978).

Na Síria, o líder comunista Khalid Bakdash, que havia sido eleito deputado em 1954, desfrutava de um período de importantes realizações para as classes trabalhadoras sírias, contando com apoio até de setores do exército (Batatu, 1978). No Egito, marxistas foram libertados da prisão, sendo contratados para ocupar importantes cargos no rádio, na imprensa, no teatro e nas editoras. No Iraque, os comunistas finalmente romperam sua política de isolamento e estabeleceram uma aliança formal com o Partido Democrático Nacional, o Partido Baath e o Partido da Independência, Istiqlal (Batatu, 1978).

O período em análise também foi marcado por muita instabilidade política, tendo em conta que, entre 1948 e 1952, houve a formação de cinco governos diferentes no Iraque (Ismael, 2008). O aparato repressivo do governo, personificado na figura do poderoso primeiro-ministro Nuri al-Said, seguia com o foco nas perseguições violentas aos movimentos de esquerda. Desta forma, em 1951, o PCI propôs a formação de uma Frente Nacional, para unir as forças oposicionistas contra o governo de Nuri al-Said. A Frente Nacional Unida apresentou várias propostas ao governo, incluindo a nacionalização do petróleo, uma reforma agrária radical, a liberdade de expressão e liberdade de reunião, o direito de formar partidos políticos e de sindicatos e também o reconhecimento da República Popular da China pelo Iraque. Embora essas propostas não tenham tido êxito no curto prazo, elas foram importantes para os eventos posteriores que culminaram no golpe revolucionário de 1958 (Ismael, 2008).

Em 1952, o governo de Nuri al-Said se recusou a atender às demandas por reformas mais democráticas que emanavam dos partidos de oposição que atuavam na legalidade, como o Partido da Independência al-Istiqlal e o Partido Nacional Democrático, como também de integrantes dos Partisans pela Paz ligados ao PCI (Ismael, 2008). Os partidos nacionalistas e da esquerda moderada, demandaram o fim da proibição de atuação dos partidos considerados mais radicais, como o PCI e a redução da dependência do Iraque das alianças militares ocidentais. Os mesmos grupos também exigiam que o governo desistisse do ingresso do Iraque como membro no Pacto de Bagdá, uma aliança militar ocidental, patrocinada pelos EUA (Ismael, 2008).

Houve uma escalada da crise política, quando as forças oposicionistas exigiram que o governo reduzisse o controle do capital estrangeiro sobre o petróleo iraquiano (Ismael, 2008). O controle britânico sobre o petróleo iraquiano havia se tornado o símbolo da dominação britânica no país, fazendo com que as forças de oposição mobilizassem o povo iraquiano, ao exigir que o Iraque seguisse a política de nacionalização do petróleo, como havia sido feito pelo Irã em 1951.

Nesse sentido, o governo optou por uma política menos conflituosa com as forças oposicionistas ao renegociar a distribuição dos royalties com a CPI (Ismael, 2008).

A pressão política fez com que Nuri al-Said renunciasse ao cargo de primeiro-ministro em 1952, após dois anos liderando o governo iraquiano. As forças oposicionistas seguiram com a mobilização popular, tendo em vista que o novo governo era marcadamente conservador e pró-britânico (Ismael, 2008). Essa mobilização foi alimentada pelo licenciamento, em maio de 1951, de um novo partido político, o Al-Jabhah al-Shabiyyah al-Muttahidah, o Partido da Frente Popular Unida. Em um curto espaço de tempo, o novo partido passou a coordenar suas atividades políticas com outros grupos de oposição, particularmente o Partido Nacional Democrático (Ismael, 2008).

Entretanto, a repressão política seguia como um instrumento usual do Nuri al-Said, que tinha voltado mais uma vez ao cargo de primeiro-ministro. Embora defendesse o governo parlamentar, Nuri al-Said dissolveu, em 1954, todos os partidos políticos, e suspendeu os jornais da “oposição”, alegando que os partidos da Independência e o Partido Democrático Nacional estavam colaborando com os comunistas (Bagley, 1959). No âmbito das crescentes tensões sociais e políticas, o PCI tornou-se um verdadeiro partido de massas com grande apelo popular nos anos 1950. Com a morte de Fahd em 1949, o partido entrou em crise e mesmo com várias disputas internas, os comunistas conseguiram recuperar o partido e nos anos seguintes, entre 1949 e 1953, foi liderado por um jovem membro da comunidade curda, Baha’ al-Din Nuri. Esse período é considerado como o da ascendência curda no PCI (Franzén, 2011).

Nos anos 1950, a tendência ao comunismo ou ao impulso revolucionário, era inerente à situação social existente no Iraque. Após a intensa repressão sofrida no contexto da Wathbah, os comunistas reestabeleceram o Comitê Central do partido em junho de 1949 e voltaram a publicar o jornal Al-Qaeda em fevereiro de 1950, assim como foi lançada uma campanha para reconstruir o partido sob o lema “Ressuscitar os princípios do camarada Fahd”. Houve uma nova seleção de militantes que estivessem realmente comprometidos com a causa comunista e a luta revolucionária que caracterizaria os anos seguintes, como por exemplo, com o envio de 200 jovens comunistas iraquianos à URSS para receberem treinamento em “práticas insurrecionais (Batatu, 1978).

A recuperação do PCI ocorreu, portanto, em um novo período de atividade revolucionária com a intensificação das atividades do partido junto aos sindicatos e trabalhadores do centro petrolífero de Kirkuk, do porto de Basra, e também com os camponeses das zonas rurais e tribais da província xiita de Karbala. O alvo dos comunistas eram os trabalhadores que estavam empregados e para isso constituíram em 1951, um Escritório

Permanente dos Sindicatos dos Trabalhadores (Batatu, 1978). Entre 1952 e 1953, uma série de graves eclodiu pelo país. Em junho de 1952, houve uma greve com confrontos violentos na base militar britânica de Habbaniyyah e protestos chegaram a paralisar o porto de Basra. Na zona rural, duas revoltas, que estavam inseridas na luta pela reforma agrária e acesso à terra para os camponeses, eclodiram entre o fim de 1952 e início de 1953 (Batatu, 1978). Uma delas ocorreu no Sul, em Amarah, envolvendo os camponeses xiitas da tribo árabe de Al-Azairij, e a outra no Norte, em Arbil, entre os camponeses da tribo curda de Diza'i (Batatu, 1978).

Ao longo dos anos 1950, atores institucionais, partidos políticos e diversos grupos oposicionistas à monarquia hachemita buscaram uma aproximação para formar uma ampla coalizão revolucionária (Batatu, 1978). O PCI foi reorganizado e contou com um novo comando nos eventos críticos dos anos 1950. O Comitê Central do PCI nos anos mais importantes do processo revolucionário era liderado por: um árabe xiita, Husain Ahmad as-Sayyid 'Ali ar-Radi, um árabe sunita, 'Amer 'Abdallah 'Umar al- 'Amiri, e um curdo Jamal Haidar 'Assim al-Haidari (Batatu, 1978). Com base nas informações fornecidas pela polícia iraquiana, Batatu (1978, p.713, tradução nossa) nos informa sobre o perfil do novo líder comunista iraquiano, "Husain ar-Radi, poeta, pintor, professor, vendedor ambulante e secretário-geral do partido de 1955 até sua morte na prisão em 1963, nasceu em Najaf no ano de 1924." Após a Revolução de 1958, Husain ar-Radi passou a adotar o pseudônimo de Salam Adil (Batatu, 1978).

A partir de 1955, os curdos perderam espaço nos principais postos de comando do PCI. Houve, portanto, um processo de arabização do partido, sobretudo, pela necessidade de união entre os nacionalistas e comunistas árabes como forma de oposição conjunta ao Pacto de Bagdá (Batatu, 1978). Após a conclusão do acordo entre o Egito e a URSS sobre o envio de armamentos soviéticos ao regime de Nasser, os novos líderes do PCI fizeram uma autocrítica sobre a postura isolacionista que o partido tinha adotado em relação aos problemas dos povos árabes nos anos anteriores (Batatu, 1978). Em novembro de 1955, os comunistas iraquianos passaram a travar uma luta política sob o slogan "Por uma política nacional árabe" e a disseminar a ideia de um governo democrático nacional que retiraria o Iraque do Pacto de Bagdá, levando o país a uma independência nacional, com base no neutralismo e na solidariedade com os países árabes (Batatu, 1978). Nesse sentido, após a nacionalização do Canal de Suez em 1956, os comunistas iraquianos se identificaram cada vez mais com a causa árabe. Como um fato inédito na história dos comunistas iraquianos, a Segunda Conferência do Partido, realizada em setembro de 1956, foi encerrada com aplausos ao arabismo (Batatu, 1978).

O PCI, entretanto, associou a concretização do ideário pan-arabista ao desaparecimento do imperialismo no mundo árabe e à realização de reformas democráticas (Batatu, 1978). Nota-se que essa nova posição do PCI estava em consonância com que o Khalid Bakdash e os comunistas sírios haviam defendido em 1956. Desta forma, a nova diretriz dos comunistas iraquianos foi diretamente influenciada pela reavaliação soviética sobre os movimentos de libertação nacional e o papel da burguesia nacional nos processos revolucionários, que foi aprovada no Vigésimo Congresso do Partido Comunista da URSS realizado em fevereiro de 1956 (Batatu, 1978).

Na segunda conferência do PCI, o Comitê Central fez questão de definir a natureza da batalha que os povos árabes enfrentariam. Embora não descartassem uma eventual revolta popular no Iraque ou uma intervenção externa da Turquia ou das forças britânicas com base no Pacto de Bagdá, os comunistas consideraram o Pacto de Bagdá como uma verdadeira ameaça à democracia (Batatu, 1978). Portanto, o Comitê Central do PCI seguiu a diretriz na qual a batalha contra o imperialismo teria um caráter predominantemente pacífico e contaria no Iraque com a mobilização das forças nacionais em uma frente ampla, com o objetivo de inserir a política iraquiana nos movimentos de independência dos povos árabes. Entretanto, os comunistas salientaram que a questão do uso da violência seria uma questão determinada pelo comportamento do inimigo (Batatu, 1978). No entanto, o PCI teve que lidar com sérios desdobramentos no plano regional e internacional, como a Guerra de Suez de 1956, o que levou o partido a alterar a sua estratégia de ação, conforme é destacado a seguir:

O ataque ao Egito por parte da Grã-Bretanha, França e Israel no final de outubro de 1956, as intrigas paralelas contra a Síria realizadas pelos governos do Iraque, Grã-Bretanha e Estados Unidos - com o objetivo transparente de isolar o Egito e puxar a Síria para a órbita do Pacto de Bagdá - e a crueldade com que as autoridades reprimiram as multidões iraquianas que se manifestavam em apoio ao Egito, alteraram a perspectiva do partido e o impeliram a mudar para uma política insurrecional (Batatu, 1978, p.751, tradução nossa).

O PCI não concordou com a posição tomada por Nuri al-Said contra o movimento de libertação nacional árabe, como o caso do Egito e da Síria (Batatu, 1978). Na perspectiva dos comunistas iraquianos, as forças imperialistas derrotadas em Suez, tinham como objetivo intervir para derrubar os governos nacionalistas nasseristas na Síria e na Jordânia. A avaliação da conjuntura feita pelos comunistas iraquianos foi na direção de que as forças imperialistas haviam sido subestimadas, e, por conta dos acontecimentos, a luta predominantemente pacífica teria que dar lugar a uma luta predominantemente violenta (Batatu, 1978).

Em Bagdá, os comunistas não tiveram condições táticas de agir contra o governo, tendo em conta as forças policiais utilizadas pelo aparato repressivo da monarquia hachemita. Em relação a outros partidos políticos, não havia nenhum tipo de coordenação com o Partido Baath, que era o outro partido de oposição que estava ativo no Iraque nos anos 1950 (Batatu, 1978). Assim, como o Partido Baath, os comunistas conseguiram agir de forma muito incipiente, através de uma série de manifestações de curto alcance que duraram pouco tempo em algumas áreas de Bagdá. Em Mosul e Kirkuk, os comunistas tentaram agir, mas sem muito sucesso, mas em Najaf e Hayy, os comunistas conseguiram mobilizar revoltas com um impressionante poder (Batatu, 1978).

De acordo com Batatu (1978), uma série de fatores contribui para que os comunistas tivessem força em Najaf, a cidade sagrada do xiismo. Najaf tinha sido historicamente um grande exemplo das desigualdades socioeconômicas no Iraque, o que Batatu (1978) denominou de sede da riqueza opressiva e da pobreza extrema. A cidade de Najaf era um centro para o tradicionalismo religioso, onde as ideias revolucionárias mais avançadas eram disseminadas. Segundo Batatu (1978, p.752, tradução nossa), “Em termos políticos, não há nenhuma cidade no Iraque que seja mais independente ou mais refratária. Na realidade, seu povo nunca se reconciliou completamente com o fato de existir um governo”. Outro ponto a destacar é que muitos dos comunistas em Najaf eram filhos ou parentes próximos dos *ulama*, ou seja, das autoridades religiosas xiitas, que tinham uma forte influência sobre a polícia e o aparato administrativo local (Batatu, 1978).

Nesse contexto, uma série de manifestações políticas liderada por comunistas e nacionalistas em Najaf foram direcionadas contra as agressões feitas pelos imperialistas contra o Egito (Dawisha, 2009). Os distúrbios entre manifestantes e a polícia duraram cerca de três semanas, e, segundo a versão da polícia iraquiana, dois manifestantes foram mortos e 27 policiais foram feridos, embora essa versão dos acontecimentos tenha sido bastante contestada (Batatu, 1978). O incidente agravou as tensões populares, fazendo com que os *ulama* se recusassem a cumprir com seus deveres religiosos. Já as forças policiais não foram mais vistas nas ruas e as tropas do exército, em vez de cumprir as ordens do governo, confraternizaram com o povo. Após negociações com a elite local dos notáveis e os *ulama*, o primeiro-ministro Nuri al-Said concordou com a retirada das forças policiais da cidade e também com a libertação de presos políticos (Batatu, 1978).

Mesmo após a conclusão das negociações, as manifestações seguiram, agora, na cidade vizinha de Kufah. Uma reunião foi organizada em Karbala entre o governo e as principais lideranças xiitas, entre elas os *ulama*, que apresentaram demandas mais amplas que as

anteriores (Batatu, 1978). No entanto, a autoridade dos *ulama* parecia estar com os dias contados entre os manifestantes:

Logo ficou evidente que os ‘ulama’ não tinham nenhuma influência real sobre os manifestantes, pois, quando finalmente exortaram formalmente as pessoas a manter a paz e tentaram convencê-las de que os distúrbios eram “inconsistentes com os mandamentos da religião”, seu apelo - citando a mesma fonte policial - “não surtiu efeito, pois a maioria das pessoas comuns, sendo comunistas ou nacionalistas ou seus companheiros de viagem, tinham uma mente diferente e uma disposição obstinada” (Batatu, 1978, p.753, tradução nossa).

As manifestações perderam força uma semana após a divulgação de uma *fatwa* pelos *ulama*, para que fossem encerrados os tumultos (Batatu, 1978). Entretanto, uma onda de greves e manifestações em apoio a Najaf, ocorreu em Bagdá, Mosul, Kirkuk, Sulaimaniyyah e Arbil, levando à prisão dos principais líderes da revolta, fechamento de escolas e perseguição a estudantes que participaram das manifestações. As manifestações reascenderam na cidade de Hayy, que tinha cerca de 25 mil habitantes e estava localizada ao sudeste de Bagdá (Batatu, 1978).

9.10 A estrutura e organização do PCI

Para entendermos a atuação do PCI no processo revolucionário iraquiano, é importante ter uma breve noção sobre a estrutura partidária e seus principais integrantes. A descrição mais completa da estrutura do PCI foi feita por Batatu (1978), que teve acesso aos arquivos da Polícia Iraquiana sobre os comunistas, referente aos anos 1940 e 1950. No topo do partido, havia o chamado centro partidário estável, que era seguido pelas seções da Armênia, a seção dos curdos e a seção representando a zona do sul do país (Batatu, 1978). Essas seções eram controladas diretamente por Fahd e seu grupo mais próximo de apoiadores.

A seção da Armênia era composta por apenas 25 membros, enquanto que a seção curda havia crescido rapidamente a partir de 1945 (Batatu, 1978). Sob a secretaria responsável pela seção curda, atuavam os camaradas, *masuls*, dos comitês locais das províncias predominantemente curdas das províncias de Sulaimaniyyah, Arbil e Kirkuk. O secretário responsável pela zona sul, por sua vez, supervisionava os *masuls* dos comitês locais de Basrah, Amarah e Nasiriyyah, as províncias que deram a Fahd seu apoio mais duradouro. Já os *masuls* de Najaf, Hillah e Diyalah e outras províncias centrais do Iraque respondiam diretamente à seção central do partido em Bagdá (Batatu, 1978).

Com base na estrutura partidária, convém analisar brevemente as conexões existentes no PCI. Segundo Batatu (1978), o partido era estruturado em células de três a cinco membros, não havendo ligações diretas entre as células, pois a conexão era realizada pelo *masul*, o camarada responsável pela seção local do partido. Por sua vez, a ligação entre a seção central do partido e os *masuls*, nas províncias, e entre estes e seus subordinados nas cidades do interior, era frequentemente feita por meio de *murasils* do partido, os mensageiros, que, em muitos casos, eram crianças confiáveis e bem treinadas (Batatu, 1978).

A nomeação dos *masuls*, era feita de cima para baixo e praticada em todos os níveis partidários. O fator pessoal era mais importante devido à resistência dos iraquianos a seguir certas formalidades, e, também, porque Fahd tendia a interferir pessoalmente em muitas ocasiões, o que de certa forma anulou as vantagens da organização do partido em células, gerando problemas de segurança. A concentração de poder na seção central do partido, caracterizava toda a estrutura, ou seja, os *masuls* das unidades inferiores, via de regra, não respondiam aos membros de suas próprias unidades, mas somente aos *masuls* das unidades superiores (Batatu, 1978).

Também havia uma ampla categoria de membros no partido. De acordo com Batatu (1978), cinco tipos de categorias existiam no partido: (1) os membros propriamente ditos, (2) os candidatos a membros, (3) os apoiadores que eram organizados, (4) os apoiadores não organizados e (5) os amigos do partido. Os membros do partido participavam da vida partidária, efetuavam contribuições periódicas, comprometiam-se a promover a causa comunista e só podiam ser expulsos pelo secretário-geral ou pelo Comitê Central (Batatu, 1978). Os candidatos a membros eram integrantes do partido do ponto de vista prático, mas não no aspecto formal: eles tinham que passar por um período probatório de, pelo menos, dois meses, se fossem trabalhadores, e de, pelo menos, seis meses, se pertencessem a uma outra categoria ou classe social.

Os apoiadores organizados eram incorporados em células e liderados por membros regulares do partido, tinham apenas o direito de oferecer sugestões e constituíam uma espécie de exército de reserva para o partido (Batatu, 1978). Já os apoiadores do partido que não eram estritamente organizados, atuavam apenas através de determinados integrantes do partido, seja os candidatos a membros ou apoiadores organizados. Eles não recebiam as circulares internas do partido e eram acionados para atuar somente em algumas ocasiões específicas. O apelido de amigo era atribuído aos simpatizantes que faziam doações ou, ao emprestar seus nomes, ajudavam o partido a publicar um jornal ou a realizar reuniões públicas (Batatu, 1978).

Nota-se que o número de pessoas que apoiavam o PCI excedia o número de membros integrantes do partido. Porém, a proporção de candidatos a membros do partido parece era relativamente baixa, o que pode ser explicado pela política que Fahd adotou a partir de 1946, que visava manter a maioria dos candidatos a membros do partido na condição de apoiadores por um período prolongado (Batatu, 1978). Nas palavras do próprio Fahd aqueles que não são comunistas de verdade mais cedo ou mais tarde, encontrariam seu caminho para os partidos democráticos nacionais e, assim, expandiriam a capacidade de ação desses partidos. A instabilidade também era uma marca do PCI, tendo em conta a alta rotatividade de muitos dos membros que compunham o comitê central, sendo que mais de dois terços dos integrantes do partido, tinham menos de cinco anos de filiação partidária (Batatu, 1978).

9.10.1A *intelligentsia* e o PCI

Também vale a pena destacar os dados sobre a ocupação profissional dos integrantes do PCI nos anos 1940: do total de 1,832 comunistas, 27,6% eram estudantes, 3,4% cadetes, 25,7% trabalhadores, 11,8% soldados e suboficiais, 9,7% profissionais liberais (7,2% professores e 1,2% advogados), 9,1% trabalhadores administrativos ou gerenciais, 3,1% artesãos, 2,9% pequenos comerciantes e apenas 2,6% camponeses (Batatu, 1978). Com base nos números mencionados, nota-se que o partido comunista era um partido formado por várias classes e se apoiava basicamente em uma aliança entre trabalhadores, soldados e a *intelligentsia* de classe média (Batatu, 1978).

A influência e presença dos comunistas foi maior no meio escolar e acadêmico do que em qualquer outro setor da sociedade iraquiana. Na década de 1940, os principais atores hostis à ordem social vigente, eram, portanto, os professores e estudantes, sendo, portanto, o principal centro de agitação política do movimento comunista nas universidades e escolas. De fato, nos anos 1940, e especialmente em 1948, no ano da Wathbah, as universidades de Bagdá pareciam mais com espaços revolucionários do que com instituições de ensino (Batatu, 1978). O comunismo encontrou um terreno fértil para ação nesses espaços da *intelligentsia* iraquiana por conta da deterioração econômica vivida no país, causada, sobretudo, pelo efeito inflacionário da Segunda Guerra Mundial e que afetou diretamente a condição de vida dos trabalhadores do setor educacional. Nos anos 1940, o salário básico dos professores iraquianos do ensino fundamental tinha uma variação mensal entre 6 e 21 dinares e o da grande maioria dos professores do ensino médio variava entre 18 e 35 dinares (Batatu, 1978).

Os professores do ensino fundamental e secundário, que representavam, em 1948-1949, 38% de todos os funcionários públicos, pertenciam em sua maior parte, às classes mais baixas do serviço público iraquiano (Batatu, 1978). Porém, a questão principal, não era apenas a baixa remuneração dos professores ou as chances limitadas de promoção funcional, mas sim, a perda do valor real dos salários atrelada ao aumento do custo de vida e ao surto inflacionário após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, os professores, que tinham uma ampla consciência social sobre as classes mais afetadas da intelligentsia iraquiana, decidiram se afastar da ordem vigente e buscar no comunismo uma forma de escapar das dificuldades que os atingiam (Batatu, 1978).

9.10.2 A participação das mulheres no PCI e a luta política de Naziha al-Dulaimi

Um outro aspecto importante a ser mencionado tem a ver com a participação das mulheres no PCI. As escolas e universidades eram as principais fontes que alimentavam o contingente feminino do partido, sendo que mais de 80% das mulheres comunistas eram estudantes (Batatu, 1978). Entretanto, as mulheres tinham uma representação reduzida no partido: nos anos 1940 elas formavam apenas 2,5% dos membros dos Comitês Centrais, 1,9% dos escalões intermediários e 5,3% dos escalões inferiores. Esses números são representativos do contexto social iraquiano, mas também podem ser interpretados como uma característica dos partidos comunistas em geral (Batatu, 1978).

Figura 19 – Uma comunista iraquiana discursando na rua em Bagdá em 1958



Fonte: Reddit (2025)

Embora esta tese não tenha como tema central a análise sobre a atuação das mulheres na Revolução Iraquiana de 1958, é importante destacar brevemente a luta política de Naziha al-Dulaimi, pela libertação nacional do Iraque e, sobretudo, pelo direito das mulheres (Efrati, 2023). Naziha al-Dulaimi foi uma médica iraquiana integrante da Liga para a Defesa dos Direitos das Mulheres Iraquianas (al-Rabita) e filiada ao PCI em 1948, ano em que ocorreu a Al-Wathbah, um levante popular contra a assinatura do Tratado de Portsmouth. A al-Rabita tinha como principais objetivos alcançar a libertação nacional iraquiana, promover a democracia, e a paz mundial, assim como os direitos das mulheres e o bem-estar das crianças (Efrati, 2023).

Liderada por al-Dulaimi, a al-Rabita participou ativamente dos protestos contra a monarquia hachemita e as forças britânicas durante a década de 1950. Em 1952, as integrantes da al-Rabita exigiram liberdades democráticas, o fim do Tratado Anglo-Iraquiano de 1930 e a expulsão das forças estrangeiras do país (Efrati, 2023). Também rejeitaram as alianças de defesa ocidentais e, em 1955, condenaram o Pacto de Bagdá, uma aliança de defesa pró-ocidental entre Iraque, Turquia, Irã, Paquistão e Grã-Bretanha. Posteriormente, arrecadaram doações para apoiar a luta nacional do povo argelino e protestaram contra o ataque tripartite ao Egito pelas forças britânicas, francesas e israelenses após a nacionalização do Canal de Suez em 1956 (Efrati, 2023).

De acordo com Efrati (2023), as integrantes da al-Rabita acreditavam que a libertação das mulheres seguiria a libertação do Iraque do imperialismo e a marginalização das mulheres seria então resolvida assim que a ordem socioeconômica e política que ela sustentava fosse alterada. Para conquistar as “massas de mulheres”, as integrantes da al-Rabita abordavam os problemas cotidianos das mulheres, estabelecendo conexões com a ordem socioeconômica e política no Iraque e com a necessidade de combater o imperialismo e as forças reacionárias. Elas forneciam aconselhamento jurídico gratuito e sobre cuidados infantis e ajudavam ainda mulheres moradoras de bairros pobres a se organizarem e a reivindicarem frente ao governo o acesso às escolas, clínicas de saúde, água encanada, eletricidade e consultas médicas (Efrati, 2023).

A partir de 1953, a al-Rabita passou a fazer parte da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM), uma organização de âmbito internacional na qual as lutas de gênero e de classe se fundiam com uma forte campanha anti-imperialista, sendo al-Dulaimi a representante da al-Rabita nas conferências da FDIM e uma de suas integrantes do diretório central da respectiva organização (Efrati, 2023). No discurso proferido na conferência da FDIM em Copenhague em 1953, al-Dulaimi descreveu as duras condições em que as mulheres iraquianas viviam e destacou a sua luta contra o governo reacionário iraquiano sustentado pelo

imperialismo britânico. Durante os anos 1950, al-Dulaimi também foi uma participante ativa do Movimento pela Paz Iraquiano e atuou como membro do comitê preparatório local para a conferência dos Partisans da Paz, realizada em Bagdá em julho de 1954, tornando-se membro do Conselho Mundial da Paz (Efrati, 2023).

Figura 20 – Naziha al-Dulaimi



Fonte: Wikipedia (2025)

Nesse contexto, al-Dulaimi desempenhou um papel vital ao colocar as questões femininas no centro da luta pela libertação nacional iraquiana. Em consonância com os escritos de Yusuf Salman Yusuf, secretário-geral do PCI, executado em 1949, al-Dulaimi vinculou as condições sombrias nas quais viviam as mulheres iraquianas, tanto nas zonas rurais quanto nas zonas urbanas, a um problema estrutural do Iraque. Portanto, tanto Yusuf Salman Yusuf quanto al-Dulaimi afirmavam que um inimigo comum impedia a libertação das mulheres e de seu país. O Iraque, ambos argumentavam, havia perdido sua soberania para o imperialismo, que fortaleceu sua posição aliando-se a forças reacionárias e reforçando costumes retrógrados (Efrati, 2023).

Portanto, as mulheres deviam lutar tanto por seus próprios objetivos quanto pelos objetivos nacionalistas. Efrati (2023) observa que foi al-Dulaimi, no entanto, quem expôs completamente o legado amargo e duradouro da construção do Estado britânico para as mulheres iraquianas. As críticas feitas por al-Dulaimi revelaram como a tentativa britânica de

controlar o Iraque por meio de “líderes autênticos”, que foram fortalecidos com poderes legais, econômicos e políticos, não apenas marginalizou as mulheres, mas também sacrificou o seu bem-estar (Efrati, 2023).

Após a queda da monarquia instalada pelos britânicos em julho de 1958, al-Dulaimi não apenas viu sua visão começar a se concretizar, como também atuou para efetivamente realizá-la (Efrati, 2023). O novo governo republicano, liderado pelo primeiro-ministro Abd al-Karim Qasim anulou a Constituição de 1925, introduzida pelos britânicos. Segundo o Artigo 9 da nova constituição provisória, todos os cidadãos tinham direitos públicos iguais, como concedendo às mulheres o direito de votar e de se candidatar a cargos públicos. Em julho de 1959, Naziha al-Dulaimi foi nomeada Ministra dos Municípios, tornando-se não apenas a primeira mulher a ocupar um cargo no governo iraquiano, mas a primeira em todo o mundo árabe (Efrati, 2023).

Com base no Artigo 9 do novo texto constitucional, o novo regime iraquiano aboliu o Regulamento de Disputas Cíveis e Criminais Tribais, pondo fim à “tribalização formal” das mulheres iraquianas. Também foi introduzida uma reforma agrária, com o objetivo de enfrentar as dificuldades estruturais nas zonas rurais, como a concentração fundiária. Segundo a Ministra al-Dulaimi, os homens e mulheres iraquianas teriam acesso às terras, que antes haviam lhes sido negadas durante o período da monarquia hachemita (Efrati, 2023).

9.10.3 A composição étnica e religiosa do PCI

Na década de 1940, o PCI era um fenômeno essencialmente urbano: dos 1.058 comunistas pertencentes a todos os escalões, apenas nove, ou seja, 0,9% residiam em zonas fora do eixo urbano. Portanto, nota-se que as províncias curdas de Sulaimaniyyah e Arbil forneceram um percentual da força partidária extremamente desproporcional à sua participação percentual no total da população urbana (Batatu, 1978). Já as províncias predominantemente xiitas de Amarah, Hillah, Muntafiq e Karbala foram fontes importantes de filiação partidária, enquanto que as províncias sunitas de Dulaim e Mosul tiveram pouca importância na vida do partido. A província de Basra, onde estava localizado o porto marítimo do país, e, Kirkuk, o principal centro petrolífero do Iraque, também tiveram um papel de destaque nas atividades do PCI (Batatu, 1978).

Um dos fatos importantes a serem mencionados é a força relativa dos sunitas nos níveis mais altos do partido, ou seja, nos dos Comitês Centrais de Fahd e a sua fraqueza relativa nos níveis médio e inferior do partido. A posição que os sunitas ocupavam no partido era, de certa forma, semelhante à posição que ocupavam na sociedade iraquiana, o que indica que as

vantagens sociais desfrutadas pelos sunitas na época dos otomanos, agora operavam independentemente da política social existente (Batatu, 1978).

Entretanto, a posição relativa de domínio no partido, quando analisada em um período mais amplo, mostra um declínio constante dos sunitas: eles formavam 60% dos membros do Comitê Central em 1935, mas apenas 40% entre 1941-1942 e 31,3% entre 1945-1947 (Batatu, 1978). Outros aspectos sociais tinham influência nesse declínio da força partidária dos sunitas, mas essa mudança também é explicada pela transformação do PCI nos anos 1940, de uma organização predominantemente árabe para uma organização mais representativa da heterogeneidade étnico-religiosa do Iraque (Batatu, 1978).

Nesse contexto, levando em conta os números absolutos, o lugar dominante no partido pertencia aos xiitas: eles constituíam 36,6% dos escalões médios e 33,6% dos escalões inferiores do partido. Porém, em 1947, os xiitas representavam cerca de 41% da população urbana iraquiana e 51% da população total do país, o que demonstra na realidade, que eles eram sub-representados no partido (Batatu, 1978). A elevada participação dos curdos, em termos proporcionais no partido, está relacionada com o nível de frustração que os curdos enfrentavam na luta pela autodeterminação no Iraque. Entretanto, a baixa representação curda nos comitês centrais do partido, entre 1941 e 1948, explica-se pela admissão tardia dos curdos nos respectivos comitês controlados por Fahd (Batatu, 1978).

Por último, é importante abordar a questão da participação dos judeus no PCI. Em primeiro lugar, os judeus iraquianos não tiveram nenhuma participação na fundação do partido comunista em 1935, e só passaram a atuar na vida partidária após 1940. Até a prisão de Fahd em 1947, eles não tinham importância considerável nas esferas superiores do comando do partido, não tendo uma atuação marcante no respectivo período (Batatu, 1978). Entretanto, eles exerceram funções de liderança na Liga Contra o Sionismo e na organização feminina do partido, concentradas em grande parte em Bagdá, atuando nos escalões médios e inferiores do partido. Após a prisão de Fahd, por um breve período, entre abril e agosto de 1947 e entre dezembro de 1948 e fevereiro de 1949, os judeus iraquianos passaram a controlar as atividades partidárias de maior relevância (Batatu, 1978).

9.10.4 A influência comunista nas forças armadas iraquianas

Durante a década de 1940, o total dos soldados-comunistas chegava a 285, o que representava 15,6% de todos os membros do partido e cerca de 0,7% de toda a força do exército iraquiano (Batatu, 1978). Dos 285 soldados-comunistas, 21,7% eram estudantes militares,

44,6% recrutas, 9,1% soldados-artesãos, 22,5% oficiais não comissionados e 2,1% de oficiais comissionados. Esses últimos forneceram 66,7% do componente militar dos escalões superiores e médios do PCI (Batatu, 1978). Com base nas informações disponíveis sobre o Iraque dos anos 1940, Batatu (1978) argumenta que o PCI teve um maior êxito entre os soldados curdos e xiitas. A alta proporção de árabes sunitas, assim como a de curdos sunitas, nos escalões superiores e médios é explicada, sobretudo, pela predominância de ambos entre os oficiais iraquianos. Em termos de distribuição geográfica, os comunistas tiveram uma maior representatividade nos estabelecimentos militares localizados em Bagdá e entre as unidades da terceira divisão militar, que tinha seu quartel-general situado na capital iraquiana (Batatu, 1978).

10 OS PARTISANS PELA PAZ E A REVOLUÇÃO IRAQUIANA DE 1958

10.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo abordar a atuação dos Partisans pela Paz no processo revolucionário iraquiano nos anos 1950. Desta forma, destaca-se que os Partisans pela Paz, um movimento transnacional pela paz apoiado pela União Soviética, teve um papel importante na mobilização das forças sociais no processo revolucionário iraquiano (Batatu, 1978). A paz na revolução iraquiana é um símbolo da luta política anti-imperialista no Iraque e que contava com conexões com outros movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo. Desta forma, assinala-se que o período analisado neste capítulo compreende as décadas de 1940 e 1950, quando tiveram início as disputas ideológicas da Guerra Fria, entre elas, a disputa em torno da ideia da paz nas RI.

10.2 A luta pela paz na Guerra Fria

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA passaram a uma posição dominante nas RI. Nesse contexto, a URSS delineou uma estratégia para contrapor a força estadunidense, ao lançar uma campanha pela paz no sistema internacional. Já o governo norte-americano nos anos 1940, entendia que a paz era uma questão de segurança nacional, que deveria estar atrelada ao desenvolvimento econômico e ao anticomunismo, o que, para os EUA, era a principal ameaça no período em questão (Goedde, 2019). No embate inicial pela paz, a estratégia norte-americana não surtiu muitos efeitos e no fim dos 1940, a URSS havia atingido uma esfera política mais ampla por meio da realização de conferências sobre a paz na Europa. Nesse sentido, a associação entre paz e socialismo foi uma estratégia bem-sucedida da URSS até o surgimento de cisões no bloco soviético entre os anos 1950 e 1960 (Wernicke, 2001).

Ao criar o seu próprio movimento pela paz, a URSS tinha dois objetivos imediatos: construir uma imagem internacional de uma nação amante da paz e estigmatizar o uso de armas nucleares pelos países capitalista do ocidente, sobretudo, os EUA (Wittner, 1993; Lieberman, 2010). Entre o fim dos anos 1940 e começo dos anos 1950, esses dois objetivos foram alcançados pela URSS, fazendo com que os EUA mudassem a sua estratégia em torno da agenda da paz no sistema internacional (Goedde, 2019). Para a URSS, o movimento pacifista ocidental liderado pelos EUA, representava, na verdade, um discurso vazio, que perpetuava as violências do capitalismo e do imperialismo (Dobrenko, 2022). A campanha pela paz era, portanto, um dos

principais eixos da estratégia internacionalista adotada pela URSS no começo da Guerra Fria (Goedde, 2019).

Um grupo de intelectuais franceses e poloneses organizaram um congresso na Breslavia em 1948, intitulado de Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, que é considerado o ponto de partida para a criação dos Partisans pela Paz no ano seguinte (Lieberman, 2010; Goedde, 2019). O congresso não foi apoiado oficialmente pela URSS, embora tenha contado com a presença de Alexander Fadeev, chefe da União de Escritores Soviéticos e Ilya Ehrenburg, um destacado escritor e jornalista soviético (Roberts, 2005).

Figura 21 – Sessão do Congresso Mundial de Intelectuais pela Paz (Breslavia, 1948)



Fonte: Wikipedia (2025)

Nesse contexto, Johnston (2008) destaca que o congresso de 1948 foi o primeiro evento pela paz no pós-Segunda Guerra Mundial a receber uma grande atenção pela imprensa soviética. O congresso contou com a participação de intelectuais, artistas, músicos, cientistas, demonstrando a representatividade do movimento pela paz. Mais de 40 países foram representados no congresso, que teve a presença de figuras importantes como Jorge Amado, Pablo Picasso, Bertolt Brecht, Minnette de Silva, Irene e Frédéric Joliot-Curie, György Lukács, Anna Seghers, Zofia Nałkowska e Michail Szolochow (CEBRAPAZ, 2018).

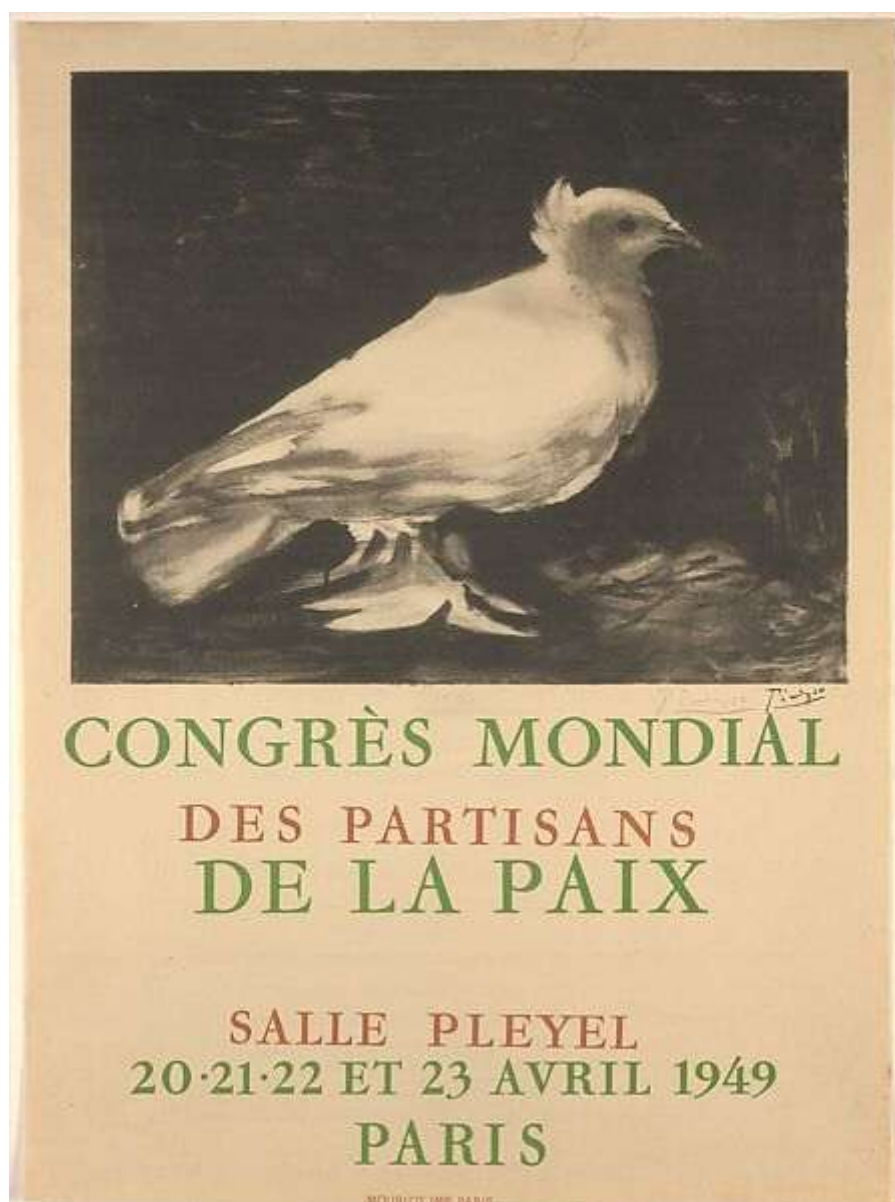
Figura 22 – Da esquerda para a direita: Pablo Picasso, Minnette de Silva, Jo Davidson e Mulk Raj Anand participaram do Congresso pela Paz em 1948



Fonte: Wikipedia (2025)

O primeiro congresso dos Partisans pela Paz foi realizado em Paris em 1949 e foi naquela altura que o termo Partisans pela Paz surgiu pela primeira vez (Mclachlan, 1951). Entretanto, Goedde (2019) argumenta que o movimento recebeu a denominação de Partisans pela Paz somente na segunda reunião realizada em Varsóvia em 1950. De acordo com Mclachlan (1951), o respectivo congresso foi marcado pela participação reduzida dos intelectuais ocidentais que haviam participado do congresso de 1948. Porém, Roberts (2005) destaca que o congresso em Paris reuniu mais de dois mil pessoas, representando um total de 72 países e contou com a participação de intelectuais, artistas, músicos, cientistas, demonstrando a heterogeneidade do movimento pela paz. Esse número poderia ser maior, tendo em vista que outros representantes tiveram seus vistos negados pelo governo francês e acabaram organizando um congresso paralelo em Praga (Wittner, 1993; Goedde, 2019). Destaca-se também que o congresso contou com a participação de personalidades de alcance mundial, como W.E.B Du Bois, Charlie Chaplin, Henri Matisse, entre outros (Roberts, 2005).

Figura 23 – Poster do Congresso Mundial dos Partisans pela Paz (Paris, 1949)



Fonte: The Museum of Modern Art (2025)

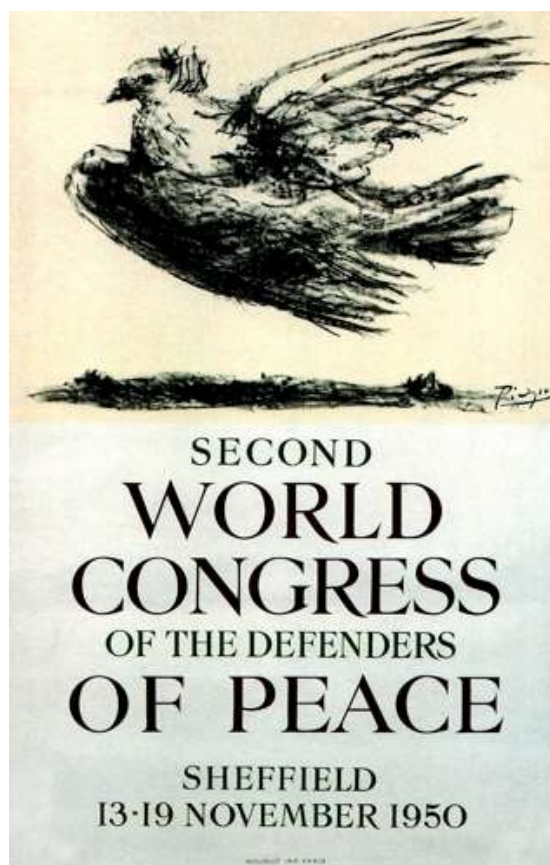
Um segundo congresso seria realizado em Sheffield, porém houve um boicote do governo britânico, o que inviabilizou a realização do evento (Goedde, 2019). Após a recusa do governo britânico em emitir vistos para os delegados dos Partisans pela Paz do Leste Europeu, os organizadores do evento transferiram a conferência para Varsóvia (Goedde, 2019). O movimento pela paz tinha se tornado, portanto, um alvo dos países capitalistas, como a Grã-Bretanha e os EUA, que passaram a utilizar aparatos estatais de inteligência para monitorar os Partisans pela Paz, conforme é destacado a seguir:

Nos Estados Unidos, a CIA e o FBI monitoravam as atividades de organizações de paz nacionais e internacionais. No topo de sua lista estavam, é claro, as afiliadas americanas do Conselho Mundial da Paz. O Departamento

de Estado dos EUA, o Ministério das Relações Exteriores da Grã-Bretanha e outros ministérios das Relações Exteriores da Europa negavam regularmente as solicitações de visto de seus próprios cidadãos para viajar às reuniões do CMP na Europa Oriental e bloqueavam a realização dessas reuniões no Ocidente, recusando vistos a visitantes estrangeiros, como haviam feito na reunião de Sheffield em 1950 (Goedde, 2019, p.54-55, tradução nossa).

Wittner (1993) afirma que o governo britânico de Clement Attlee adotou uma abordagem hostil ao movimento da paz associado à URSS. Nesse sentido, a realização do congresso dos Partisans pela Paz em Sheffield, por atrair um grande número de comunistas para o evento, poderia ser considerado como uma demonstração de fraqueza para o governo. Na perspectiva do governo britânico, não seria possível proibir a realização do congresso, pois eles não tinham o poder legal para fazê-lo e o ato poderia ser aproveitado estrategicamente pela URSS (Wittner, 1993).

Figura 24 – Poster do Congresso pela Paz em Sheffield (1950)



Fonte: Wikipedia (2025)

A ideia do gabinete ministerial liderado por Clement Attlee era formular uma espécie de denúncia sobre a hipocrisia comunista através da utilização de mecanismos do aparelho de estado, como a British Broadcasting Corporation (BBC), que em suas transmissões no exterior,

iniciou uma campanha constante contra os congressos da paz organizadas pelos comunistas. Em um discurso proferido perante a Associação de Imprensa Estrangeira, Clement Attlee anunciou a decisão do governo de negar os vistos alguns delegados estrangeiros que participariam do congresso pela paz em Sheffield (Wittner, 1993).

Um terceiro congresso dos Partisans pela Paz foi realizado em Viena em 1952, que foi intitulado de Congresso dos Povos pela Paz. O número de participantes era praticamente o mesmo dos congressos anteriores, porém com uma composição mais diversa (Goedde, 2019). Nesse sentido, membros de várias igrejas e religiões, assim como representantes de sindicatos, mulheres e grupos de jovens participaram do congresso. Partidos políticos da esfera socialista e trabalhista também enviaram representantes em maior número do que nos congressos anteriores (Roberts, 2005).

Uma resolução foi aprovada no congresso em Viena envolvendo os seguintes temas: negociações para um acordo de paz entre as cinco grandes potências (China, EUA, França, URSS, Reino Unido); o fim das guerras na Coreia, Vietnã, Laos, Camboja e Malásia; tratados de paz com a Alemanha, Japão e Áustria que impedissem o rearmamento; desarmamento e proibição de armas nucleares, biológicas e químicas; e admissão da China na ONU. Um novo tema também foi incluído na pauta do movimento, que era a necessidade de criar condições necessárias para reduzir as tensões internacionais da Guerra Fria (Roberts, 2005).

O congresso seguinte foi realizado em Helsinque em 1955 com o nome de Assembleia Mundial pela Paz. O evento contou com a participação de mais de 1.800 representantes e convidados de 68 países, com uma composição ainda mais diversificada do que a do congresso de Viena de 1952. Nesse contexto, estiveram pela primeira vez presentes representantes de diversas organizações sociais, políticas, religiosas, culturais e empresariais (Roberts, 2005). Duas diferenças importantes devem ser mencionadas em relação ao congresso de Viena em 1952 e o de Helsinque em 1955. No congresso em Helsinque, houve a presença de um número maior de parlamentares, 146 em comparação com 46 em Viena, e um número bem maior de representantes de organizações sem conexão com o movimento pela paz, 269 em comparação com 46. Destaca-se também que entre os 446 membros eleitos na assembleia de Helsinque, 84 eram comunistas, 79 eram simpatizantes comunistas, 23 eram socialistas e 98 eram representantes de partidos políticos burgueses (Roberts, 2005).

Ao final da assembleia, duas declarações foram emitidas: uma declaração saudando a ONU pelos seus dez anos de fundação; e o Apelo de Helsinque, que demandava que os antagonismos da Guerra Fria fossem superados por meio não conflituosos (Roberts, 2005). A delegação japonesa enviou uma proposta que contou com amplo apoio e que solicitava a

proibição de armas de destruição em massa, que obteve mais de 665 mil assinaturas em um único dia. Entre os participantes do movimento pela paz, destaca-se o filósofo britânico Bertrand Russell, que, mesmo com seu passado anticomunista, foi um dos entusiastas dos Partisans pela Paz. Durante a Assembleia da Paz em Helsinque, Russell criticou o movimento por exigir a proibição de armas nucleares, sem ter condições de pôr tal medida em prática e argumentava ainda que deveria haver um reconhecimento dos Estados sobre o perigo da utilização de bombas atômicas. Mesmo tendo irritado alguns membros na assembleia, Frédéric Joliot-Curie considerou a declaração de Russell como positiva (Roberts, 2005).

No começo de 1955, Russell estava em negociações com Joliot-Curie sobre o apoio de uma declaração de um grupo de renomados cientistas alertando sobre os perigos das armas nucleares. Essas negociações levaram ao manifesto Russell-Einstein, que convocava uma conferência de cientistas para avaliar os perigos que surgiram do desenvolvimento de armas de destruição em massa. Nesse contexto, o manifesto Russell-Einstein de 1955 foi o ponto de partida para a realização da primeira Conferência Pugwash sobre Ciência e Assuntos Mundiais realizada em 1957 e que reuniu cientistas do bloco capitalista e socialista dedicados à cooperação científica internacional em prol da paz (Roberts, 2005).

No período em que foi lançada a campanha pela paz na Europa, dois acontecimentos internacionais alteraram o equilíbrio geopolítico em favor da URSS: o bem-sucedido teste da bomba atômica soviética e a revolução chinesa de 1949 (Johnston, 2008). Nesse sentido, a luta pela paz adquiriu cada vez mais uma lógica de poder na Guerra Fria, o que permitiu à URSS reverter sua posição antinuclear e declarar a aquisição da bomba atômica como uma vitória na causa pela paz. No plano interno, a URSS disseminou um apelo crescente para que seus cidadãos trabalhassem pela paz, pois as campanhas pela paz não eram apenas campanhas pacifistas, e, sim, um chamado estatal ao ativismo, como é observado por Johnston (2008, p.261, tradução nossa), “O trabalho e a ousadia dos cidadãos soviéticos, enfatizava-se, reforçariam o poder do Estado soviético e, portanto, a segurança da comunidade internacional”.

10.3 O movimento transnacional Partisans pela Paz

Os Partisans pela Paz foram criados em 1949 pelo Communist Information Bureau (Cominform) como um movimento pela paz transnacional ligado aos interesses da política externa soviética, tendo como seu primeiro presidente o físico francês Frederic Joliot Curie (Claudín, 1975; Goedde, 2019). Segundo Deery (2002), o Cominform determinou que, a partir de 1949, a paz deveria se tornar o eixo de toda a atividade dos partidos comunistas e que comitês nacionais da paz deveriam ser instalados em cada país. Segundo Claudín (1975, p.577, tradução

nossa), “Na reunião do Cominform realizada em novembro de 1949 a “luta pela paz” face ao perigo de “agressão direta” por parte do imperialismo contra a URSS foi definida como a tarefa central do movimento comunista, tendo precedência sobre todos os outros”. Portanto, ao criar sua própria versão da paz, a URSS conseguiu projetar uma imagem internacional e associar a sua política externa contra o armamento nuclear ocidental (Wittner, 1993).

A URSS elaborou e disseminou uma estratégia internacionalista conhecida como “A Luta pela Paz em todo o Mundo”, que era um aspecto central da retórica da política externa soviética entre 1948 e 1954 (Goedde, 2019). Desta forma, Johnston (2008, p.260, tradução nossa) afirma que “O êxito da ‘Luta pela Paz’ derivou do fato de que diferentes indivíduos foram capazes de projetar diferentes significados sobre o conceito da paz”. Nesse sentido, o movimento pela paz, na sua origem, era vista como uma espécie de plataforma internacional que incorporava as lutas políticas pela paz mundial (Johnston, 2008). A própria criação da URSS em 1922 ocorreu em um contexto histórico marcado por diversas demandas pela paz. O slogan bolchevique pela paz, foi utilizado, por exemplo, com o Tratado de Brest-Litovsk em 1917. Desta forma, a imagem da URSS como um estado amante da paz seguiu como um elemento da retórica oficial soviética durante as décadas de 1920 e 1930. Entretanto, a paz passou a ser prioridade política soviética somente nos últimos anos da era stalinista no fim dos anos 1940 (Johnston, 2008).

Nesse contexto, a ofensiva soviética mundial “Luta pela paz em todo o mundo”, foi disseminada por meio de propaganda, conferências e campanhas em vários países de assinaturas de petições em prol da paz (Wittner, 1993; Goedde, 2019). Os Partisans pela Paz tinham uma estratégia bem definida, ou seja, eles apresentavam suas propostas de paz aos parlamentos na Europa e organizavam comitês de paz para obter o apoio dos trabalhadores, estudantes, mulheres e entidades religiosas (Cowherd, 1950). A luta pela paz também ganhou importantes adeptos nos movimentos de libertação nacional nos anos 1950 e 1960, que viam a violência política como um instrumento legítimo nos processos de descolonização (Goedde, 2019). Nesse sentido, a luta pela paz no Terceiro Mundo era uma luta violenta contra o colonialismo e que também tinha como objetivo combater o discurso pacifista defendido pelos países imperialistas (Johnston, 2008; Goedde, 2019).

A campanha pela paz era um dos principais eixos da estratégia da paz transnacional adotada pela URSS. Segundo os postulados de Lenin (1964), as questões envolvendo a guerra e a paz eram questões eminentemente de classe. Portanto, o capitalismo era considerado como um sistema naturalmente conflituoso, por conta da dominação do capital sobre os indivíduos. Era esse o ponto de partida para compreender sobre a versão soviética da paz, que foram

incorporados aos discursos de Stalin no começo da Guerra Fria (Dobrenko, 2022). A paz soviética não tinha um valor moral universal em si mesmo, pois estava inserida em uma luta política, conforme é demonstrado a seguir:

Em nenhum momento da “luta pela paz” soviética a paz foi intrinsecamente valiosa. Ela sempre foi entendida como algo estritamente político, isto é, confrontacional. E, portanto, ela pode ser vista como o oposto da paz. Na interpretação soviética, a luta pela paz era uma luta pelos objetivos estratégicos soviéticos durante a Guerra Fria (Dobrenko, 2022, p.65, tradução nossa).

Desta forma, é necessário abordar um breve histórico sobre os Partisans pela Paz, que a partir de 1950, passaram ser denominados de Conselho Mundial da Paz (Deery, 2002). Nesse contexto, Wernicke (1998) divide a história do Conselho Mundial da Paz em três fases históricas distintas que merecem ser destacadas:

1. Entre 1948 e 1952, com a realização do primeiro Congresso de Escritores e Intelectuais em Wroclaw em 1948; o primeiro congresso dos Partisans pela Paz em Paris em 1949 e o Congresso dos Povos em Viena em 1952. Essa primeira fase foi marcada por uma reação à Segunda Guerra Mundial e uma determinação para resistir à possibilidade de destruição mundial causada pelas armas nucleares.
2. De 1953 até a metade dos anos 1960, um período no qual os Conselhos da Paz adquiriram uma função mais integrada dentro das estruturas consolidadas da Europa do Leste.
3. Da metade dos anos 1960 até o fim dos chamados países socialistas da Europa do Leste em 1989-1991, um período marcado por acontecimentos políticos fora da Europa, como os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo, entre eles a Guerra do Vietnã, como também o processo de Helsinki e a *détente* na Europa (Wernicke, 1998, p.268, tradução nossa).

O período a ser analisado neste capítulo tem como foco a primeira fase dos Partisans pela Paz, quando propiciaram uma via de comunicação com o mundo não comunista, tornando possível a disseminação de um discurso soviético sobre a importação da sociedade civil internacional e da construção de confiança nas relações entre os estados nas RI (Roberts, 2005). Com base na abordagem teórica de Jervis (1976), havia uma dicotomia entre as percepções dos EUA e da URSS sobre as ameaças da Guerra Fria. Nesse sentido, o movimento pela paz, inserido na esfera soviética, poderia servir como uma ponte de diálogo entre os dois blocos, reduzindo a possibilidade da ocorrência de uma terceira guerra mundial. A paz era, portanto, transformada em um instrumento prático na propagação do comunismo mundialmente e na prevenção de conflitos mundiais (Wittner, 1993).

Nesse sentido, McLachlan (1951) argumenta que o movimento pela paz soviético tinha como objetivo, na estratégia comunista, de fazer uma mediação com a burguesia de outros países. Essa aproximação com a burguesia nacional estava alinhada com a nova política de

desestalinização da URSS defendida por Krushev no Vigésimo Congresso do Partido Comunista da URSS em 1956, com uma atenção especial para os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo. A paz era, portanto, o elo entre a URSS e a burguesia das nações recém-independentes, sobretudo, no contexto afro-asiático (Ro'i, 1974; Lieberman, 2010).

Andrei Zhdanov, o principal ideólogo de Stalin nos anos 1940, havia proclamado na conferência de criação do Cominform em 1947, que o mundo no pós-Segunda Guerra Mundial havia sido fragmentado em dois campos: um campo capitalista reacionário e militarista que deseja uma nova guerra mundial e um campo socialista democrático que lutava para manter a paz (Claudín, 1975; Roberts, 2005). Portanto, essa perspectiva dos dois campos de Zhdanov marcou a construção ideológica do movimento Partisans pela Paz de 1949 em diante.

No âmbito do Cominform, Mikhail Suslov substituiu Zhdanov como o principal doutrinador da URSS e também do aparato ideológico responsável pela disseminação do movimento pela paz (Claudín, 1975). Entretanto, os Partisans pela Paz não eram controlados pelo Cominform, que perdeu um pouco do protagonismo em Moscou para os Partisans pela Paz a partir de 1949. Sob o comando de Suslov, a ideia da inevitabilidade da guerra perdeu força e o aparato soviético passou a aceitar a possibilidade de uma competição “pacífica” entre o capitalismo e o socialismo (Roberts, 2005). Nesse contexto, os congressos pela paz estiveram no radar do Cominform, organização criada em 1947 por partidos comunistas europeus. O Cominform era uma estrutura formal para o exercício da direção ideológica soviética e o controle do movimento comunista internacional, mas não envolvia todos os partidos comunistas do mundo, como era o caso do Comintern (Roberts, 2005).

10.3.1 As imagens da paz de Picasso e a paz humanista de Sartre

No Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz em 1948, Fadeev reiterou a doutrina dos dois campos de Zhdanov e atacou a cultura e os intelectuais capitalistas ocidentais. No entanto, ele suavizou sua posição inicial, ao defender que a divisão do pós-guerra era política e não geopolítica, e que os países e os blocos capitalista e socialista também estavam divididos (Roberts, 2005). Fadeev também solicitou o apoio da chamada *intelligentsia* na esfera comunista, citando figuras como: Anatole France, Henri Barbusse, Pablo Neruda, Frédéric Joliot-Curie, George Bernard Shaw e Roman Rolland¹⁵ (Goedde, 2019). O congresso teve dois

¹⁵ O respectivo congresso ainda contou com a participação de outras importantes figuras, como: Howard Fast, Edward Crankshaw, Julien Brenda, Bertolt Brecht, Julian Huxley, Pablo Picasso, Irene Joliot-Curie, J.D. Bernal, A.J.P. Taylor, entre outros (Roberts, 2005).

importantes desdobramentos: foi aprovado um manifesto em defesa da paz, apoiado por ampla maioria dos participantes no evento e também foi estabelecido um Comitê de Ligação Internacional dos Intelectuais pela Paz com sede em Paris e com subsedes nos 46 países que enviaram representantes ao congresso (Roberts, 2005; Lieberman, 2010).

A paz precisava, portanto, de uma imagem que pudesse alcançar o maior número de pessoas e a arte era um instrumento fundamental na estratégia do “slogan pela paz”. Segundo Keene (2017, p.87, tradução nossa), “No movimento pela paz mundial, Picasso era uma figura muito procurada. Desde o final da década de 1940, as demandas por paz e desarmamento se tornaram um movimento mundial.” Nesse sentido, destaca-se a importante contribuição de Pablo Picasso ao congresso em Paris, com o desenho de uma pomba que se tornaria o famoso emblema do movimento e um símbolo universal da paz (Roberts, 2005).

Figura 25 – A Pomba da Paz (Pablo Picasso, 1949)



Fonte: pablopicasso.org (2025)

Durante o final dos anos 1940 e início dos anos 1950, o envolvimento ativo de Pablo Picasso no movimento transnacional pela paz, que era apoiado pelos comunistas, incluía a participação em congressos da paz na Polônia, Itália e Inglaterra, bem como o design de vários

pôsteres sobre a paz com o emblema da pomba, que teve pouco efeito sobre o desdém oficial dos comunistas por sua arte (Keen, 1980). Esse embate entre uma arte considerada mais livre e as imposições políticas comunistas foi uma tônica na participação de Picasso como ativista no movimento dos Partisans pela Paz. Um aspecto mencionado por Keen (1980) tem a ver com a visão política que Pablo Picasso, que havia se filiado ao Partido Comunista Francês, tinha sobre a arte no contexto das guerras mundiais no século XX, “Pouco depois de entrar para o Partido em 1944, Picasso escreveu que “a arte não é feita para decorar apartamentos. Ela é um instrumento de guerra para ataque e defesa contra o inimigo”” (Keen, 1980, p.469, tradução nossa).

Figura 26 – Massacre na Coreia (Pablo Picasso, 1951)



Fonte: PÚBLICO (2025)

Desta forma, Keene (2017) assinala que o Partido Comunista Francês tinha uma política intransigente para que os artistas comunistas se mantivessem dentro dos limites prescritos pelo realismo socialista. Por sua vez, Andrey Zhdanov havia reconfigurado a política sobre o realismo socialista em 1946 com relação à música soviética e passou a incluir outras formas artísticas, inclusive a pintura (Keene, 2017). Nesse contexto, a arte tinha um objetivo político segundo a doutrina do realismo socialista de Zhdanov durante a Guerra Fria:

O objetivo da arte progressista era levar as classes trabalhadoras industriais e rurais a abraçar o comunismo por meio de quadros de conteúdo socialista e estilo realista. Uma tela deveria incorporar pessoas reconhecíveis enfrentando problemas identificáveis em suas vidas profissionais e domésticas e, dentro do espaço narrativo da imagem, deveria demonstrar a solução para esses problemas. As melhores pinturas foram feitas em um estilo acessível e otimista (Keene, 2017, p.89, tradução nossa).

Portanto, nota-se que a utilização da arte, das imagens como forma de expressão da paz, era uma ferramenta constante dos movimentos pela paz, como era o caso dos Partisans pela Paz (Ziemann, 2008). As imagens da paz davam um tom de esperança sobre a construção de um mundo alternativo, sem a utilização de armamentos e da violência, conforme é destacado a seguir:

Os cartazes sobre a paz geralmente retratam as posturas bélicas do mundo contemporâneo às quais os manifestantes se dedicavam a se opor; mas eles também tentam, por contraste implícito, dar uma ideia de como seria um mundo pacífico se as armas e a violência pudessem ser superadas, pelo menos temporariamente (Ziemann, 2008, p.252, tradução nossa).

Sobre o contexto dos congressos pela paz na Europa, Frédéric Joliot-Curie, a principal liderança do movimento Partisans pela Paz, pediu aos cientistas no Congresso dos Partisans pela Paz em Paris em 1949, um maior comprometimento na campanha antinuclear e ainda aprovou uma resolução contra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com uma firme posição contra o rearmamento alemão e japonês, assim como a defesa da proibição das armas nucleares (Roberts, 2005). Também foi eleito um Comitê Permanente dos Partisans pela Paz, que contaria com 100 membros permanentes e com representantes de 50 países e organizações internacionais. Em agosto de 1949, a URSS organizou um Congresso Soviético dos Partisans pela Paz liderado pelos escritores Nikolai Tikhonov e Ilya Ehrenburg, que contou com a participação de figuras importantes como o cientista irlandês J.D. Bernal e do socialista italiano Pietro Nenni (Roberts, 2005).

Outro personagem importante no movimento Partisans pela Paz foi Jean Paul Sartre, que foi filiado ao Partido Comunista Francês no começo dos anos 1950 e teve uma participação ativa em congressos sobre a paz na Europa. No Congresso dos Partisans pela Paz, realizado em Viena, em 1952, Sartre foi um dos primeiros a discursar “[...] pedindo a união entre pessoas que haviam sido divididas pela suspeita e pela ignorância, pelo que ele chamou de “irrealidade”” (Lethbridge, 2012, p. 8, tradução nossa). O pensamento de Sartre estava marcado na época pelos antagonismos da Guerra Fria, como “O ponto essencial do Congresso, para Sartre, foi o fato de representar um novo ponto de partida, um caminho para um mundo sem separação e, portanto, sem guerra” (Lethbridge, 2012, p.8, tradução nossa). Nota-se também a influência de Sartre sobre intelectuais árabes que estiveram envolvidos de alguma forma nos processos de descolonização do Oriente Médio a partir dos anos 1950 (Di-Capua, 2019).

A ideia de uma paz mundial, na visão de Sartre, não era uma mera extensão do pacifismo ocidental. Ao contrário, ele defendia que “Não queremos qualquer tipo de paz, não queremos paz por meio do terror... ou da humilhação, ou da servidão” (Lethbridge, 2012, p.9, tradução

nossa). Desta forma, Sartre entendia a paz como um processo em construção, servindo como contraponto ao desenvolvimento e uso de armas nucleares no âmbito da Guerra Fria:

Especificamente, Sartre não queria uma falsa paz sob a sombra da bomba atômica. Quando a imprensa reacionária sugeriu absurdamente que cada nova arma atômica era “paz em marcha”, Sartre respondeu que “nosso primeiro dever é procurar a bela palavra paz na lama onde ela caiu e depois limpá-la”. A paz “é uma construção demorada a ser feita em escala mundial e que exige a colaboração de todos os povos do mundo” (Lethbridge, 2012, p. 9, tradução nossa).

Nesse sentido, a paz, na concepção de Sartre, tinha uma dimensão universalista, de igualdade e cooperação entre os povos, conforme seu discurso político no Congresso dos Povos pela Paz em Viena em 1952 “[...] Sartre exigiu uma unidade dos povos do mundo com base em uma compreensão mútua dos desejos e demandas de cada um, a construção da paz mundial, a rejeição da guerra mundial e o fim da chantagem atômica; exigências nada tolas” (Lethbridge, 2012, p.10, tradução nossa). Em outro evento organizado pelos Partisans pela Paz em Berlin em 1954, Sartre fez um importante discurso, no qual fez uma importante distinção guerra nuclear e guerra convencional. Na visão de Sartre, os “exércitos populares” têm legitimidade para agir, pois representam o povo na guerra de libertação, na qual a guerra é conduzida contra um agente externo (Lethbridge, 2012). Sartre ainda prosseguia no seu discurso ao destacar o papel das guerras “populares”:

Uma guerra popular é conduzida contra um agressor, uma potência ocupante ou uma potência colonial. Uma guerra popular só pode ser uma guerra de defesa ou de libertação; um exército popular se defende em seu próprio solo e não pode atacar outra nação nem cruzar suas fronteiras sem perder seu caráter (Lethbridge, 2012, p. 11, tradução nossa).

Nesse contexto, os exércitos do povo seriam o oposto das armas nucleares, sendo que estas últimas seriam as verdadeiras máquinas opressoras das minorias e dos povos colonizados. As barreiras “abstratas” que existiam entre as pessoas em cada país e entre as nações seria mantida pela existência da bomba atômica (Lethbridge, 2012). Nas palavras de Sartre, “A bomba atômica é uma arma contra a história” (Lethbridge, 2012, p.11, tradução nossa).

O terceiro grande momento de Sartre ocorreu no congresso dos Partisans pela Paz, realizado em Helsinque, em 1955 e que contou com a participação de cerca de dois mil representantes de 65 países. No respectivo congresso, “Sartre iniciou suas observações dizendo: “Viena deu seus frutos: no Congresso de Helsinque, todos os setores, todas as opiniões e todos os partidos estão representados” (Sartre, 1954 apud Lethbridge, 2012, p.12, tradução nossa). E ainda fez a importante declaração durante o congresso, “Todos os grupos que enviaram

representantes a Helsinque enfatizaram um aspecto essencial da paz que estamos tentando criar: é uma paz desejada pelos povos. Não em primeira instância pelas elites, mas principalmente pelas massas” (Sartre, 1954 apud Lethbridge, 2012, p.12, tradução nossa).

Nesse contexto, dois conceitos-chave interligados faziam parte da abordagem teórica de Sartre (1954) sobre os antagonismos da Guerra Fria: a paz e a liberdade. A paz tinha uma dimensão emancipatória que estava diretamente associada à liberdade dos povos de decidirem sobre seus próprios destinos (Lethbridge, 2012). Nas palavras de Sartre, nota-se essa estreita conexão entre paz e liberdade:

Nossa paz só pode ter um significado: é possível que todas as nações e todos os homens reúnam seu próprio destino; em uma palavra, é liberdade. Parece-me que esse é o significado comum de nosso entendimento: queremos construir a paz por meio da liberdade e devolver a liberdade aos povos por meio da paz (Sartre, 1954 apud Lethbridge, 2012, p. 14, tradução nossa).

Um outro tema foi abordado por Sartre (1954) durante o congresso em Helsinque, sobre a ameaça de uma possível guerra nuclear, que na sua perspectiva poderia ser interpretada tanto como “universalidade negativa” quanto “universalidade positiva” (Lethbridge, 2012). Em relação à universalidade positiva, “os efeitos desastrosos da bomba de hidrogênio tiveram pelo menos um resultado feliz: eles uniram a humanidade” (Sartre, 1954 apud Lethbridge, 2012, p.13, tradução nossa). Sartre (1954) ainda prosseguiu, destacando o seguinte:

No entanto, como o efeito de um dispositivo termonuclear detonado seria o de espalhar partículas radioativas de forma imprevisível pela superfície do mundo, ninguém estaria a salvo. Portanto, “a bomba H possui uma espécie de universalidade negativa; não há ninguém que nem mesmo seus efeitos distantes possam atingir. Essa universalidade negativa proporcionou o estímulo direto a um movimento de universalidade positiva: o perigo permanente e universal deu um sentido concreto e preciso a esse termo que, de outra forma, seria vago: a espécie humana”, uma entidade “composta por centenas de milhões de homens que ainda estão separados por interesses e crenças muito diferentes, mas que estão, antes de tudo, unidos pelo mesmo perigo de morte e pelo desejo comum de evitar o desastre a todo custo” (Sartre, 1954 apud Lethbridge, 2012, p.13, tradução nossa).

Por conta das contradições existentes, os Partisans pela Paz foram alvo de várias críticas durante os anos 1950. Autores como Cowherd (1950), Mclachlan (1951), Morris (1956) e Wittner (1993) afirmam que os Partisans pela Paz eram uma organização de fachada dos Partidos Comunistas europeus no pós-Segunda Guerra Mundial. Cowherd (1950), por exemplo, afirma que o movimento Partisans pela Paz parecia ser um movimento amante da paz, mas que, na verdade, escondia os interesses soviéticos na Guerra Fria.

No contexto do Oriente Médio, Tripp (2007) assinala que os Partisans pela Paz eram uma organização de fachada do PCI, que atuou na ilegalidade em vários momentos da história iraquiana no século XX. Entretanto, os Partisans pela Paz não eram uma mera extensão do PCI, tanto que divergiam em determinados momentos sobre as estratégias revolucionárias a serem adotadas, como o ocorrido durante a Intifada de 1952 (Bakdash, 1953; Batatu, 1978). A crítica dos respectivos autores tem como base a ideia de que os Partisans pela Paz fossem um movimento transnacional que servia apenas aos interesses da política exterior soviética. Desta forma, Mclachlan (1951) argumenta que embora os Partisans pela Paz fossem um movimento com uma grande repercussão no plano internacional, não passavam de uma organização de fachada do comunismo internacional com um caráter monolítico ao defender a versão soviética da paz. Com o mesmo enfoque, Morris (1956, p.79, tradução nossa) destaca que “As histórias de todas as organizações internacionais de fachada durante a década pós-guerra seguiram um padrão idêntico. Criadas sob o controle do comunismo, no início elas eram suficientemente tolerantes para permitir opiniões divergentes.”

Entretanto, a história dos Partisans pela Paz nos processos revolucionários do Terceiro Mundo seguiu uma lógica própria associada aos movimentos de libertação nacional e descolonização (Bishop, 2011; Kirasirova, 2023). A defesa da paz foi instrumentalizada de acordo com as especificidades das lutas anticoloniais do Terceiro Mundo, como o caso dos Partisans pela Paz no Oriente Médio e no Iraque. Ressalta-se que nem sempre os comunistas e os Partisans pela Paz convergiram politicamente, como foi o caso do processo revolucionário nos anos 1950, quando o movimento pela paz esteve associado à ideia de neutralidade no âmbito da Guerra Fria, enquanto que o PCI tendia a seguir as diretrizes soviéticas.

Mesmo seguindo uma linha crítica ao movimento pela paz, Morris (1956) argumenta que a mais importante organização auxiliar do comunismo internacional foram os Partisans pela Paz criados em 1949. Contrariamente a outras organizações auxiliares comunistas que estiveram voltadas para grupos específicos, os Partisans pela Paz tinha uma grande abrangência internacional, ao aceitar indivíduos independentemente de raça, nacionalidade, conexões políticas ou religiosas (Morris, 1956). Nesse contexto, destaca-se o seguinte:

No movimento pela paz, os comunistas tinham todos os ingredientes para uma ação de frente bem-sucedida: um mundo dilacerado por guerras políticas e revoluções e ameaçado pela perspectiva de devastação atômica; o apelo universal de seus slogans de “paz”; e uma abordagem ostensivamente livre de barreiras políticas, raciais ou religiosas (Morris, 1956, p.83, tradução nossa).

O grande momento histórico dos Partisans pela Paz, no plano internacional, foi atingido com o lançamento do Apelo de Estocolmo em 19 de março de 1950 e que contou com cerca de

473 milhões de assinaturas (Deery, 2002; Roberts, 2005). Somente nos EUA, em pleno regime macarthista dos anos 1950, o Apelo de Estocolmo teve mais de 1 milhão de assinaturas, mesmo com a grande repressão aos comunistas (Lieberman, 2010). A ideia de uma paz humanista e antinuclear ganhava, portanto, cada vez mais força mundialmente, inclusive no bloco capitalista durante a Guerra Fria. Outro fator importante foi a repulsa de grande parte da comunidade internacional à eclosão da Guerra da Coreia em junho de 1950, o que deu um grande ímpeto à campanha iniciada pelo Apelo de Estocolmo. Desta forma, a Guerra da Coreia promoveu mudanças nos níveis de mobilização popular internacionalmente e também na retórica pela paz utilizada pela imprensa soviética. Portanto, “Além de ser uma força poderosa que defendia a paz, a URSS afirmava sua identidade como líder moral da comunidade global” (Johnston, 2008).

No entanto, essa campanha exitosa pela paz também tinha suas contradições, pois foi realizada poucos meses após a detonação da primeira bomba soviética em 29 de agosto de 1949 (Goedde, 2019). Mesmo com suas aparentes contradições por conta do apoio soviético, o Apelo de Estocolmo foi um ato político de alcance internacional contra o uso de armas nucleares e continha a seguinte mensagem:

Exigimos a interdição absoluta da arma atômica, arma de terror e de extermínio em massa de populações. Exigimos o estabelecimento de um vigoroso controle internacional para a aplicação dessa medida de interdição. Consideramos que o governo que primeiro utilizar a arma atômica, não importa contra que país, cometerá um crime contra a humanidade e será tratado como criminoso de guerra. Pedimos a todos os homens de boa vontade no mundo inteiro que assinem este apelo (COMITÊ PERMANENTE DO CONGRESSO DOS PARTISANS PELA PAZ, 1950, tradução nossa).

Desta forma, Morris (1956) argumenta de forma crítica que o Apelo de Estocolmo fazia parte de uma ampla estratégia da URSS de criar uma atmosfera contrária ao uso de armas nucleares, tendo em conta que os EUA já possuíam tal tecnologia militar, ao contrário dos soviéticos:

A motivação por trás do Apelo de Estocolmo era simples: como a estratégia militar dos Estados Unidos girava em torno de sua superioridade em armas atômicas, era vantajoso para a URSS criar uma atmosfera em que o uso da bomba atômica fosse considerado moralmente indefensável (Morris, 1956, p. 84, tradução nossa).

Roberts (2005) por sua vez argumenta que os Partisans pela Paz seguiu as diretrizes políticas emanadas de Moscou, mas também assinala que o respectivo movimento pela paz tentou influenciar o pensamento político soviético, principalmente, nos anos 1950. Os Partisans pela Paz eram, portanto, um instrumento da política externa da URSS, mas tinham vida própria,

com a defesa de seus próprios interesses, prioridades e perspectivas. No fim dos anos 1940, houve um processo de centralização política da URSS em torno de movimentos e organizações como os Partisans pela Paz. Já na década de 1950, houve um processo inverso, com uma descentralização das atividades da organização por conta do processo de desestalinização (Wernicke, 2001). Durante esse período, a URSS delineou a estratégia de tentar influenciar os movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo, como foi o caso do Iraque. Portanto, foi durante os anos 1950 que os Partisans pela Paz passaram a atuar diretamente no processo revolucionário iraquiano.

Nesse contexto, Johnston (2008) argumenta que, em relação ao continente asiático, a política externa soviética e o movimento pela paz, foram articulados em termos anti-imperialistas no contexto de descolonização da segunda metade do século XX. Desta forma, a luta pela paz foi um aspecto fundamental no qual uma nova imagem internacional da URSS foi projetada nos primeiros anos da Guerra Fria. A paz foi, portanto, representada como um exemplo da força moral soviética como inspiração e libertação para os povos oprimidos do mundo (Johnston, 2008). A paz defendida pelos Partisans pela Paz tinha a capacidade de congregiar forças políticas heterogêneas em torno de lutas políticas em comum: o anti-imperialismo, o anticolonialismo e libertação nacional.

10.4 A Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CDN) e a contraofensiva dos EUA

A CDN, estabelecida na Grã-Bretanha em 1958, tinha como objetivo primordial e definidor o desarmamento nuclear universal (Goedde, 2019). Sob a liderança de figuras como Bertrand Russell, o Cônego Collins e Peggy Duff, a CDN buscava não apenas a abolição das armas, mas também o fim imediato dos testes de armas nucleares. Para seus fundadores, a existência de armas de destruição em massa representava a questão moral suprema da época, sendo considerada uma afronta à consciência humana e cristã (Goedde, 2019). A CDN tinha, portanto, um objetivo a ser alcançado: a neutralização nuclear. Nesse contexto, o foco central de campanhas mundiais, como o Apelo de Estocolmo de 1950, estava voltado para a proibição das armas nucleares, o que visava neutralizar a vantagem militar ocidental enquanto o bloco soviético ainda consolidava sua capacidade nuclear (Wittner, 1993).

Autores como Wernicke (1998) entendem que a CDN visava consolidar-se como um movimento transnacional independente e não-alinhado, rompendo com a hegemonia de décadas das organizações de paz que eram financiadas ou controladas pelo bloco soviético, como o Conselho Mundial da Paz. Esse caráter não-alinhado era fundamental para que a organização

pudesse criticar o militarismo e as políticas de defesa de ambos os lados da Guerra Fria, mantendo sua independência política (Wernicke, 1998). Nota-se também que a CDN tinha no Partido Trabalhista Britânico um de seus principais apoiadores políticos (Dobrenko, 2016).

No âmbito da mobilização popular, a CDN dedicava-se a sensibilizar a opinião pública através de grandes demonstrações, sendo as Marchas de Aldermaston, que teve um percurso de cerca de 84 quilômetros do centro de Londres até o Estabelecimento de Pesquisa de Armas Atômicas, o seu maior símbolo de protesto contra a produção de armamentos (Goedde, 2019). Embora o foco imediato fosse banir o uso das bombas nucleares, o movimento também desafiava a própria lógica hobbesiana dos Estados, defendendo que a segurança não poderia mais ser baseada na força militar (Wittner, 1987). Portanto, a CDN tinha como objetivo transformar a busca por uma paz absoluta em uma força política real que fosse capaz de interromper a corrida armamentista e garantir a sobrevivência global frente ao risco de aniquilação nuclear (Wittner, 1984).

A criação do movimento Partisans pela Paz no âmbito da esfera soviética, com a sua crescente influência perante os países do Terceiro Mundo, assim como a popularidade da Campanha contra o Desarmamento Nuclear no continente europeu, geraram uma forte reação por parte dos Estados Unidos durante a década de 1950. A contraofensiva norte-americana intitulada de “Paz com Liberdade” tinha como base três aspectos centrais: “A Paz em que Acreditamos”, “Paz Através de Ações” e “O Kremlin – Perturbador da Paz” (Goedde, 2019). Essa estratégia foi formalizada através de uma diretriz do Departamento de Estado dos EUA de 1952, que instruía os postos consulares no exterior a divulgar os Estados Unidos como campeões da paz através da campanha “Progresso Através da Força em Direção à Paz com Liberdade” (Goedde, 2019). O objetivo fundamental da contraofensiva dos EUA era recapturar o conceito de “paz” das mãos dos propagandistas soviéticos, vinculando-o indissociavelmente aos ideais ocidentais de liberdade e justiça (Goedde, 2019).

Além desses temas inseridos na propaganda ideológica norte-americana, a campanha buscava demonstrar que o “Mundo Livre” possuía a força material e a vontade espiritual necessária para resistir à agressão e construir o potencial industrial indispensável para preservar a segurança global (Goedde, 2019). Posteriormente, essa estratégia dos EUA evoluiu para iniciativas mais amplas como o programa “Átomos para a Paz de Eisenhower”, que tentava vender a ideia de que a força destrutiva nuclear pudesse ser utilizada para fins civis, nas áreas da medicina e agricultura, reforçando a imagem norte-americana de uma liderança construtiva no sistema internacional (Goedde, 2019).

10.5 Os Partisans pela Paz e o processo revolucionário iraquiano

A atuação do movimento transnacional Partisans pela Paz (*Ansar as-Salam*)¹⁶ no Oriente Médio é negligenciada por grande parte da literatura nas RI e, sobretudo, em relação ao período da Guerra Fria (Kirasirova, 2023). A associação entre o comunismo e os Partisans pela Paz fez com que o movimento transnacional pela paz fosse visto como apenas um elemento externo às dinâmicas do Oriente Médio, inclusive por acadêmicos pertencentes à “esquerda árabe”. Entretanto, os Partisans pela Paz atuaram com base em dinâmicas próprias da região, servindo como uma plataforma da luta anticolonial dos movimentos de libertação nacional, como o caso do Iraque. Desta forma, os Partisans pela Paz construíram uma espécie de solidariedade anticolonial entre os países do Oriente Médio, que ainda era economicamente dependentes das antigas metrópoles europeias (Kirasirova, 2023).

De acordo com Ginat (2021, p.715, tradução nossa), “Os anos de 1949 a 1952 foram caracterizados pelo surgimento de correntes neutralistas que nem sempre compartilhavam visões semelhantes sobre a abordagem apropriada a ser adotada em relação à Guerra Fria”. Desta forma, os EUA tentaram criar arranjos militares no Oriente Médio para conter a expansão soviética na região durante o respectivo período, como o Pacto de Bagdá em 1955. Já URSS tinha como objetivo criar uma zona de influência no Oriente Médio, no âmbito da crescente tendência do “neutralismo”, explorando, assim, sentimentos antiocidentais e fornecendo apoio diplomático, econômico e militar aos países árabes. Dentro desse contexto, a URSS quis disseminar a imagem de um país pacífico, através da formação do movimento mundial pela paz, que tinha filiais em vários países (Ginat, 2021).

No fim dos anos 1950, o alcance político dos Partisans pela Paz era maior do que o dos Partidos Comunistas no Oriente Médio, pois a campanha pela paz era vista como uma questão ideologicamente mais leve de ser defendida e abrangente do que as ideias defendidas pelos comunistas (Bishop, 2011). Os eventos locais e regionais eram mais importantes do que as cisões no bloco comunista europeu, tendo em vista os acontecimentos marcantes no Oriente Médio durante os anos 1950, como a Revolução Egípcia de 1952 e o golpe de estado no Irã em 1953 (Kirasirova, 2023). Por ocasião do Segundo Congresso dos Partisans Paz realizado em

¹⁶ Embora o movimento pela paz tenha sido posteriormente renomeado para Conselho Mundial da Paz em 1950, tanto os seus apoiadores quanto os seus oponentes no Iraque continuaram a se referir ao respectivo movimento como os “Partisans pela Paz” (*Ansar al-Salam*) (Jones, 2020).

Bagdá em 1959, Abdul Karim Qasim fez um discurso exaltando a importância do movimento pela paz na libertação do povo iraquiano, como pode ser observado no trecho a seguir:

Que a paz esteja convosco, emissários da paz e da liberdade. Que a paz esteja convosco, filhos do povo. Que a paz esteja convosco, nobres delegados que vieram de diferentes países para a vossa pátria, a Casa da Paz, em Bagdá. Agora, vocês estão entre seus irmãos, que os acolhem e a quem vocês acolhem. Está previsto que se encontrem aqui com eles, nesta manifestação, para celebrar este dia de liberdade, vitória e paz. A nós, o povo, foi negado o direito sequer de mencionar a palavra paz ou partidários da paz, e todos os que se relacionavam com eles sofreram com a prisão, como se fosse um crime imperdoável. Mas agora, depois que o povo foi libertado da escravidão, e depois que o dia 14 de julho amanheceu para nós, esta República e seus filhos foram libertados e, desde então, marcham no caminho da liberdade (Qasim, 1959, p.3, tradução nossa).

Qasim ainda prossegue no seu discurso, ao associar a paz à neutralidade do Iraque no âmbito da Guerra Fria, ao também defender a soberania iraquiana e a manutenção da paz contra possíveis agressões de outros países:

Irmãos! É uma honra e um orgulho estar em suas fileiras, e juro a Deus Todo-Poderoso que sempre lutarei pela paz. Quanto às forças do Exército que preparamos, preparamo-las para enfrentar aqueles que atacam a paz. Somos um Estado pacífico e neutro. Não atacamos ninguém, mas qualquer um que nos ataca e iniciar uma agressão, nós o deteremos (Qasim, 1959, p.4, tradução nossa).

Os poetas iraquianos foram influenciados pela onda de modernidade e secularismo durante as primeiras décadas do século XX. De acordo com Jones (2020), a corrente modernista na poesia iraquiana emergiu após a Revolução Constitucional Iraniana de 1906 e Revolução Constitucional Otomana de 1908. A geração de poetas que atingiu a maioridade intelectual durante este período revolucionário foi testemunha das convulsões que foram varridas pela ascensão de novas ideias ligadas ao contexto da modernidade (Jones, 2020). Antes mesmo da criação dos Partisans pela Paz, os poetas iraquianos já estavam inseridos na luta política contra as forças imperialistas britânicas que ainda seguiam no controle de importantes setores da política e da economia iraquiana, como o petróleo. Nesse contexto, emergiu um grande levante popular contra a assinatura do Tratado de Portsmouth de 1948, denominado no Iraque como Al-Wathbah, e que contou com a participação de importantes poetas iraquianos, conforme é observado a seguir:

Mesmo no mundo árabe, onde a poesia nunca sofreu esse divórcio artificial do mundo dos acontecimentos, tão rigorosamente imposto nos últimos dois séculos no Ocidente, a Wathba se destaca entre os levantes populares modernos pela extensão da participação dos poetas. Eles, especialmente poetas comunistas como Muhammad Bahr al-Ulram e Muhammad Mahdi al-Jawahiri, juntamente com um conjunto completo de líderes políticos mais

convencionais, desempenharam um papel importante na manutenção das manifestações, inflamando e alimentando a raiva das multidões recitando seus versos e fazendo discursos (DeYoung, 1998, p.189, tradução nossa).

Em relação à participação dos poetas iraquianos nas revoltas populares no Iraque entre o fim dos anos 1940 e início dos anos 1950, também é importante assinalar o trecho abaixo:

As políticas culturais do nacionalismo foram transformadas por duas revoltas populares seminais do período pós-guerra, a Wathba de janeiro de 1948 e a Intifada de novembro de 1952, que levaram centenas de milhares de estudantes, trabalhadores e ativistas iraquianos desiludidos às ruas para protestar contra o colonialismo e a ditadura. Poetas de esquerda como Bahr al-'Ulum e Jawahiri, juntamente com uma nova geração de camaradas nacionalistas e comunistas e rivais, reviveram formas mais antigas de poesia rebelde para contestar uma ordem política agora caracterizada como o “regime negro”. Suas contribuições poéticas para a cultura revolucionária do período refletiram a subordinação dos conflitos partidários ao novo projeto revolucionário de libertação nacional (Jones, 2020, p.132, tradução nossa).

No contexto específico do Iraque, os Partisans pela Paz passaram a atuar em 1950, em estreita colaboração com o PCI, sob a liderança de 'Abd al-Wahhab Mahmud, presidente da Associação de Advogados, que posteriormente serviria como embaixador na União Soviética no governo revolucionário de Abdul Karim Kassim (Kirasirova, 2023). Sobre a conexão entre os comunistas e o movimento pela paz no Iraque, Jones (2020, p.141, tradução nossa) nos informa que “Nenhum dos três líderes iraquianos do movimento chegou a se filiar ao PCI, mas todos eram simpatizantes da causa”. Após a importante participação nos eventos da Intifada em 1952, os Partisans pela Paz iraquianos sofreram uma grande repressão, o que gerou dificuldades para a reorganização do movimento nos anos seguintes (Batatu, 1978).

Figura 27 – Qasim discursando no Segundo Congresso dos Partisans pela Paz em Bagdá (1959)



Fonte: marxists.org (2025)

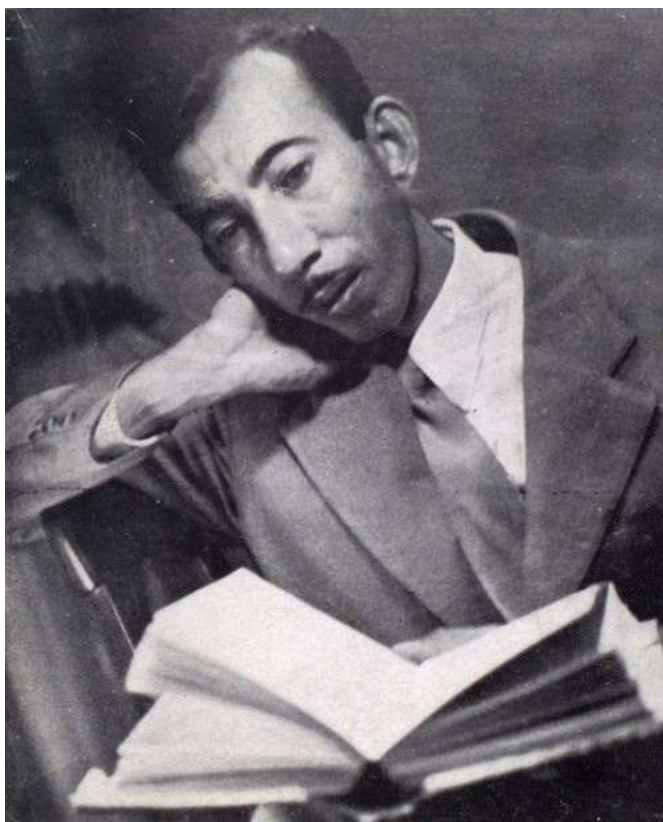
Nesse contexto, destacam-se dois renomados poetas iraquianos que foram expoentes dos Partisans pela Paz no Iraque: Muhammad Mahdi al-Jawahiri e Badr Shākir Al-Sayyāb (Bishop, 2011; Thompson, 2020). Nas palavras de DeYoung (1998, p.223, tradução nossa), “Sayyab se envolveu, em algum momento entre 1950 e 1951, com uma organização ligada ao comunismo chamada Partisans pela Paz”. Sobre a participação de Al-Sayyāb no respectivo momento internacional pela paz, assinala-se que “O interesse de Sayyab nessa questão era genuíno; ele continuou a tematizar o assunto em sua poesia e em outros escritos muito tempo depois de romper seus laços com o comunismo” (DeYoung, 1998, p.223, tradução nossa). Desta forma, Jones (2020, p.141, tradução nossa) observa que “A contribuição mais importante dos poetas dos Partisans da Paz para a política cultural da década de 1950 foi sua retórica inovadora anti-americana e anticapitalista.”

O poema “O Amanhecer da Paz”¹⁷ escrito por Al-Sayyab em 1950, é um dos marcos do movimento pela paz não somente no Iraque, como na esfera do Terceiro Mundo, sendo

¹⁷ O respectivo poema em árabe: “Fajr al-salam”.

considerado como um grande exemplo do pacifismo transnacional. De acordo com Thompson (2020, p.73, tradução nossa), “Os Partisans pela paz recorreram a Sayyab para divulgar a mensagem do Apelo de Estocolmo para outros iraquianos”. Por conta da repressão violenta da monarquia hachemita na década de 1950, os comunistas iraquianos passaram a depender cada vez mais da atuação dos Partisans pela Paz, por terem um grande número de integrantes e também pelo fato de poderem atuar na legalidade por um breve período (Thompson, 2020).

Figura 28 – O poeta iraquiano Badr Shakir al-Sayyab



Fonte: Wikipedia (2025)

Nesse sentido, vale destacar um trecho do poema “O Amanhecer da Paz” que traz essa dimensão antagonista sobre a paz na Guerra Fria, “O mundo está dividido entre o bem e o mal. As pessoas boas, todas elas, independentemente de sua raça, idioma, religião e crença política, estão em um lado, o da paz. As pessoas más, todas elas, estão do outro lado, o dos inimigos da paz” (Thompson, 2020, p.65, tradução nossa). Nesse contexto, “O poema representa, portanto, um exemplo notável de uma rede transnacional no Oriente Médio moderno que está além do alcance do Ocidente neocolonial [...], mas sob a sombra da influência política soviética” (Thompson, 2020, p.66, tradução nossa). Desta fora, Colla (2015) também observa que um outro poema escrito por Al-Sayyab em 1955, intitulado “A Visão de Fukai”, reflete a ideia da paz defendida pelo PCI e pelo movimento antinuclear, Partisans pela Paz.

Por conta das perseguições sofridas no Iraque, Al-Sayyab foi exilado no Irã, onde pôde acompanhar de perto o golpe de estado liderado pela Central Intelligence Agency (CIA) que depôs Mohammed Mossadegh em 1953 (Kirasirova, 2023). Após o partido comunista iraniano Tudeh ter o apoio negado da URSS no contexto do golpe de estado no Irã em 1953, Al-Sayyab optou por romper com o comunismo e seguir o *qawmiyya*, ou seja, a corrente ideológica do pan-arabismo (Colla, 2015; Thompson, 2020).

Outro poeta iraquiano de grande relevância ligado aos Partisans pela Paz foi Muhammad Mahdi al-Jawahiri, considerado por muitos como o maior poeta árabe do século XX (Jones, 2020; Thompson, 2020). A participação de al-Jawahiri no movimento pela paz iraquiano teve origem no Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz em 1948, conforme é destacado por Jones (2020, p.141, tradução nossa), “Jawahiri viajou para Breslávia para o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz em 1948, onde conheceu Pablo Picasso, Bertolt Brecht, Aldous Huxley e outros intelectuais de esquerda de destaque”. A influência cultural da URSS sobre al-Jawahiri é assinalada por Dawisha (1975, p.432, tradução nossa), “[...] o eminente poeta iraquiano Mohammed Mahdi al-Jawahiri escreveu que “os escritores iraquianos sempre se inspiraram na gloriosa herança dos escritores e pensadores soviéticos, e temos a honra de nos considerarmos seus discípulos”.”

Figura 29 – Estátua de al-Jawahiri na cidade sagrada xiita de Karbala



Fonte: Wikipedia (2025)

Zubaida (2007) também observa que al-Jawahiri foi convidado pelos comunistas para participar do Congresso na Breslavia em 1948, mesmo não sendo afiliado ao PCI na época. Nota-se que após a revolução de 1958, os poetas iraquianos puderam participar de uma grande efervescência cultural no país, com uma grande produção literária, graças às liberdades concedidas pelo novo regime de Abdul Karim Kassim (Yousif, 1991). Outro ponto a ser assinalado foi o Comitê Preparatório dos Partisans pela Paz que foi organizado em Bagdá sob a liderança de al-Jawahiri. Já na Conferência dos Partisans pela Paz realizada em Varsóvia em 1950, al-Jawahiri foi eleito como membro dos Partisans pela Paz (Bishop, 2020). Ao lado de outro renomado poeta iraquiano, Bahr al-Ulum, al-Jawahiri também representou o Iraque na conferência internacional dos Partisans pela Paz realizada em Viena em 1952 (Bishop, 2011).

De acordo com um relatório elaborado pela CIA sobre as atividades dos Partisans pela Paz, destaca-se uma observação feita sobre o pronunciamento de al-Jawahiri na Conferência de Viena de 1952, “Muhammad Mahdi al-Jawahiri, do Iraque, destacou que o povo está firmemente apoiando os povos do Irã e do Egito, que estão lutando por sua independência nacional (CIA, 1952).” Um outro fato importante sobre al-Jawahiri tem a ver com a sua importante participação ao lado dos comunistas iraquianos nas revoltas da Wathbah em 1948 e da Intifada em 1952 (Zubaida, 2007).

Os poetas da geração mais jovem, como Badr Shakir al-Sayyab e Abd al-Wahhab al-Bayati, aderiram ao PCI junto com seus demais colegas e camaradas da Universidade de Bagdá (Jones, 2013). Já a geração mais velha de intelectuais e poetas, liderada por Jawahiri e Bahr al-Ulum, preferiu ingressar nos Partisans pela Paz, um movimento independente de esquerda dedicado à neutralidade política e à paz mundial. Nesse sentido, “Tanto Jawahiri quanto Bahr al-Ulum valorizavam sua independência artística e sua capacidade de determinar sua própria agenda política, em vez de seguir os conselhos táticos e estéticos dos líderes do partido” (Jones, 2013, p.243, tradução nossa).

O poeta al-Sayyab não concordava com a estética comunista que o incentivava a imitar o estilo de poetas como Pablo Neruda, Nazim Hikmat e Konstantin Simonov, tendo em conta que seus poetas preferidos eram T.S. Eliot e Edith Sitwell (Jones, 2013). Outro aspecto a ser mencionado era a oposição da estética comunista à exaltação de símbolos nacionalistas presentes na poesia de al-Sayyab. Seguindo outra perspectiva, “Jawahiri continuou a elaborar seus comentários políticos na tradição neoclássica que buscava inspiração estética em poetas da era abássida, como al-Mutanabbi, Abu Tammam e Abu al-Ala al-Maarri” (Jones, 2013, p.243, tradução nossa).

A poesia iraquiana tornou-se, portanto, um símbolo da transformação social em curso no Iraque nos anos revolucionários da década de 1950. Essa relevância da poesia iraquiana foi reconhecida pelo governo de Qasim após a tomada do poder em 1958, através de publicações oficiais como a revista do governo iraquiano *New Iraq*. Desta forma, destaca-se abaixo um trecho de um artigo publicado na edição da respectiva revista em abril de 1962 escrito pelo escritor e poeta iraquiano Safa Khulusi:

A ideia de reforma social e política chegou à poesia no final do século XIX com a ascensão de Rusafi e Zahawi, embora Abdul Ghaffar al-Akhras e alguns poetas menores do século XIX já apresentassem os rudimentos dessa nova tendência em seus trabalhos... Somos uma nação poética. A poesia, quer queiramos quer não, desenha os nossos planos para o futuro e impulsiona-nos a lutar pela sua concretização. Na política, assim como na reforma social, a sua influência tem sido fundamental. Os poemas representam líderes em nossos jornais. De fato, são ainda mais eficazes do que líderes comuns em outros países. Nesse aspecto, Rusafi não foi superado por ninguém, exceto talvez por Jawahiri. Há uma diferença entre os dois: Jawahiri se inclina mais para a corrente socialista, enquanto Rusafi pode ser facilmente considerado liberal. O outro membro desse trio abençoado, Az-Zahawi, era um filósofo anarquista (Khulusi, 1962, p.14-15, tradução nossa).

Desta forma, assinala-se uma importante distinção, não apenas no plano ideológico, mas nas práticas e estratégias utilizadas entre os Partisans pela Paz e o PCI, que são destacadas abaixo:

Ideologias à parte, havia sérias distinções práticas entre a filiação ao Partido Comunista Iraquiano e ao movimento Partisans pela Paz que ajudam a explicar o significado da decisão dos poetas de adotar uma postura política independente. Os líderes do Partisans pela Paz eram poetas e advogados altamente respeitados e, em sua maioria, de origem árabe muçulmana, enquanto as minorias étnicas e religiosas estavam super-representadas no Partido Comunista. Mais importante ainda, os temas antiamericanos enfatizados pelos Partisans pela Paz eram consistentes com uma longa tradição do nacionalismo anticolonial no Iraque. Os Partisans pela Paz negaram, de forma pública e consistente, qualquer afiliação ao Partido Comunista ou lealdade à União Soviética e, em vez disso, enquadraram sua oposição aos tratados de defesa da Guerra Fria em uma linguagem de “libertação nacional” que lembrou o discurso nacionalista do movimento de Rashid Ali (Jones, 2013, p.242-243, tradução nossa).

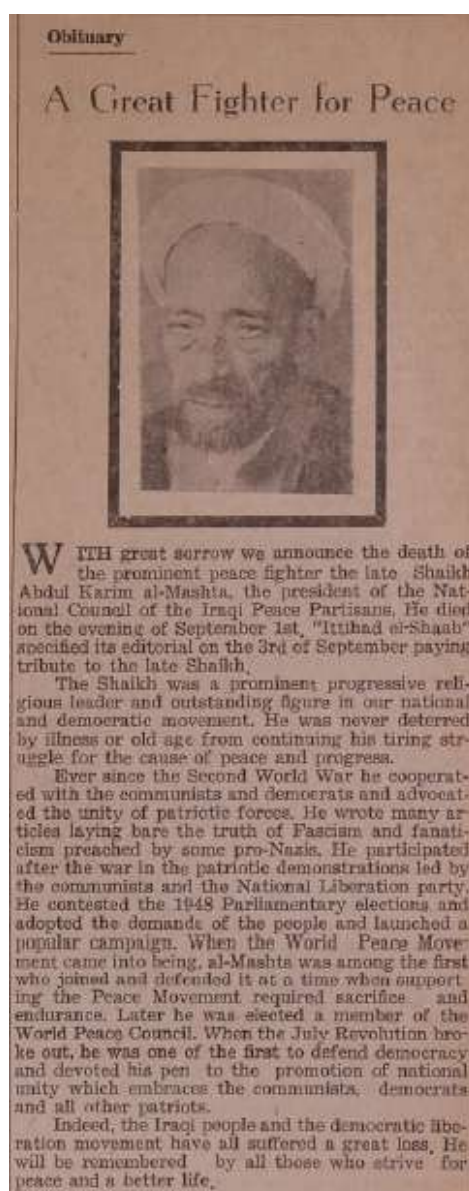
As petições lançadas pelos Partisans pela Paz eram contra a incorporação do Iraque e de outros países árabes em uma aliança anticomunista da Guerra Fria com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos (Jones, 2013). Portanto, destaca-se que, sob a influência do movimento Partisans pela Paz, o poeta Bahr al-‘Ulum alterou conceitualmente seus versos, como por exemplo, no poema “A Paz é o Desejo dos Povos”. Analisando o poema de forma mais ampla, Jones (2013, p.243, tradução nossa) observa que, “Na poesia de Bahr al-‘Ulum, em particular, a

campanha provocou uma notável mudança retórica, pois o poeta usou a paz, e não a violência, como metáfora da resistência anticolonial”.

10.5.1 Os Partisans pela Paz e os xiitas iraquianos

Os Partisans pela Paz também tiveram uma grande influência entre os xiitas no Iraque, sobretudo, nas cidades sagradas de Najaf e Karbala (Yousif, 1991). O próprio al-Jawahiri nasceu em Najaf e foi educado na tradição da educação islâmica xiita. O poema escrito por al-Jawahiri, “As Asas da Paz”, serviu como uma força de atração de outros iraquianos ao movimento Partisans pela Paz (Bishop, 2020). O movimento dos Partisans pela Paz no Iraque foi impulsionado pelo xiismo internacional por representar um conjunto de valores humanos contrários ao uso de armas nucleares (Bishop, 2020). Nesse sentido, Bishop (2020, p.69, tradução nossa) observa que, “Os Partisans pela Paz, enquanto representantes do xiismo internacional, aceitaram cidadãos iraquianos e libaneses de diferentes religiões.”

Uma figura relevante na conexão entre os Partisans pela Paz e o xiismo internacional foi o xeique Abdul Karim al-Mashat (Yousif, 1991; Bishop, 2020). Há relatórios da CIA dos anos 1950 que mencionavam Abdul Karim al-Mashat como representante do Iraque no movimento Partisans pela Paz (CIA, 1956). O poeta Bahr al-Ulum também foi importante no estreitamento de laços entre o xiismo internacional e os Partisans pela Paz, ao publicar uma série de *fatwas* condenando o uso de armas nucleares (Bishop, 2011). No âmbito do xiismo internacional, outras conexões importantes foram estabelecidas entre os Partisans pela Paz e Kazem Duajili, da Federação dos Sindicatos Trabalhistas do Iraque, Dr. Safa Al-Hafiz e Dr. Khalil Jameel Al-Jawad, ambos membros do PCI (Bishop, 2011).

Figura 30 – Obituário de Abdul Karim al-Mashat (1959)

Fonte: Iraqi Review (2025)

Nota-se também que os xiitas têm uma longa tradição de resistência contra o autoritarismo, que no caso Iraquiano está associado ao aparato estatal comandado pelas elites sunitas e pela monarquia hachemita. Sobre a dimensão da resistência xiita, Skocpol (1982, p.273, tradução nossa) observa que “Como uma visão de mundo religiosa, o Islã xiita tem, sem dúvida, recursos simbólicos especialmente importantes para justificar a resistência contra a autoridade injusta e para legitimar os líderes religiosos como concorrentes do Estado.” Outra questão a ser mencionada tem a ver com o processo dinâmico de mutação das classes sociais no Iraque, tendo como o exemplo a ascensão dos xiitas como uma força social, do ponto de vista econômico, ao ocuparem o lugar da comunidade judaica no comércio em Bagdá, após o êxodo dos judeus iraquianos (Batatu, 1978).

10.5.2 A conexão entre os Partisans pela Paz, a URSS e os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo

Há uma parte da literatura sobre os Partisans pela Paz que defende que o movimento tinha suas especificidades em cada país e não seguia um padrão ditado pela URSS. Nesse contexto, Bishop (2011, p.187, tradução nossa) destaca que “Embora o movimento transnacional Partisans pela Paz tenha contado com o apoio institucional de Moscou, seu triunfo no Iraque deveu-se a fatores locais e pessoais. Já Laqueur (1956) defende que a atuação dos Partisans pela Paz no Iraque é explicada pelo avanço da influência soviética no Oriente Médio na década de 1950. A partir de 1956, a URSS definiu uma estratégia de aliança com setores da burguesia nacionalista em países como Egito, Síria, Líbano e Iraque. O objetivo era criar uma frente anti-imperialista no âmbito dos movimentos de libertação nacional e de descolonização no Terceiro Mundo (Laqueur, 1956). Nesse contexto, a luta pela paz adquiriu uma característica mais ampla e de maior eficiência tática do que as ideias propagadas pelo PCI. A paz era, portanto, o elemento-chave que unia diferentes forças sociais iraquianas na libertação nacional contra a monarquia hachemita e as forças imperialistas britânicas.

De acordo com Bishop (2011), a Revolução Iraquiana de 1958 coincidiu historicamente com a ascensão da URSS como uma superpotência rival dos EUA na Guerra Fria durante os anos 1950, no mesmo período em que o envolvimento dos soviéticos com o Oriente Médio aumentou significativamente. No entanto, a respectiva autora argumenta que a Revolução Iraquiana foi um fenômeno com uma lógica própria e desenvolvimento, que não dependeu do comunismo internacional e do apoio soviético (Bishop, 2011). De acordo com esta interpretação, somente, após a derrubada da monarquia hachemita em 14 de julho de 1958, que a Revolução Iraquiana passou a integrar o rol de grandes narrativas do socialismo no plano internacional (Bishop, 2011). A respectiva autora ainda nos informa o seguinte:

Embora a União Soviética (através do movimento comunista internacional) tenha servido como uma fonte significativa de financiamento para a esquerda árabe antes da Segunda Guerra Mundial, esquerdistas empreendedores iraquianos desenvolveram fontes alternativas de apoio financeiro e direção política após a guerra. Essa independência do movimento comunista internacional à parte, os acontecimentos internos no Iraque sob a monarquia hashemita impulsionaram a esquerda local a explorar a URSS como um modelo alternativo de modernidade (Bishop, 2011, p.177, tradução nossa).

A partir de uma perspectiva histórica, Goedde (2019) destaca que embora o movimento dos Partisans pela Paz estivesse associado à estratégia soviética pela paz, seria um exagero rotulá-lo como uma organização de fachada da URSS, pois o respectivo movimento pela paz

reunia um grupo diverso de ativistas independentes. Além dos Partisans pela Paz, outras organizações foram criadas pela URSS no âmbito internacional e com atuação no Oriente Médio: a Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM)¹⁸ e a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD)¹⁹. Essas organizações tinham uma atuação importante no Iraque, tendo em conta que o PCI pôde atuar legalmente na política iraquiana por um breve período.

Determinados setores do PCI resistiram em aceitar a entrada dos Partisans pela Paz no processo revolucionário iraquiano. Batatu (1978) destaca que na véspera da Intifada, em novembro de 1952, os comunistas chegaram a um acordo e permitiram que os Partisans pela Paz tivessem algum tipo de entendimento com os três partidos considerados neutralistas. Esse receio estava ligado ao fato dos Partisans pela Paz dominarem a liderança política nas ruas e as revoltas populares com facilidade, o que deixavam os outros atores políticos em alerta (Batatu, 1978).

Os Partisans pela Paz tiveram uma ascensão rápida no processo revolucionário iraquiano, sob a liderança de ‘Abd-ul-Wahhab Mahmud, presidente da Associação de Advogados do país, que funcionava como um dos braços políticos do PCI (Batatu, 1978). Entretanto, a posição neutralista dos Partisans pela Paz, ou seja, de não alinhamento às disputas da Guerra Fria, era um elemento que os afastava das diretrizes soviéticas adotadas pelo PCI em determinadas situações (Tripp, 2007).

De acordo com Dawisha (2009), os Partisans pela Paz conseguiam reunir pessoas de diversas classes sociais, desde camponeses até advogados e professores, que enchiam as ruas em uma demonstração espetacular de poder com o objetivo específico de intimidação. Os seus integrantes no Iraque tinham como origem, sobretudo, a classe média e começaram a atuar de forma mais incisiva em meados dos anos 1950 (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). A influência entre os movimentos estudantis também era uma força social importante dos Partisans pela Paz, uma característica também presente entre os comunistas no Iraque (Khadduri, 1960).

No âmbito da Guerra Fria, a atuação dos Partisans pela Paz no Iraque pode ser explicada pelo aumento da influência soviética no Oriente Médio na década de 1950 (Laqueur, 1956). Portanto, a partir de 1956, a URSS definiu uma estratégia de aliança com setores da burguesia nacionalista em países como Egito, Síria, Líbano e Iraque. Bishop (2011), entretanto, afirma

¹⁸ Women’s International Democratic Federation (WIDF)

¹⁹ World Federation of Democratic Youth (WFDY)

que, embora, os Partisans pela Paz tivessem um grande apoio institucional em Moscou, o triunfo do movimento pela paz Iraque deveu-se a fatores pessoais e locais. Os principais líderes iraquianos dos Partisans pela Paz nesse período foram Abd-al-Qadir Ismail e Aziz Sharif (CIA, 2000). Outros dois importantes membros dos Partisans pela Paz no Iraque e que ocuparam cargos no governo revolucionário de 1958 foram: Jalal Jaffar Awqati, Comandante da Força Aérea e Ibrahim Kubba, Ministro da Economia (CIA, 2000).

Figura 31 – Da esquerda para direita: Issam Aziz Sharif, Mulla Mustafa al-Barzani e Aziz Sharif (1970)



Fonte: <http://www.issamsharif.com/history.html> (2025)

O objetivo dos Partisans pela Paz, assim como os comunistas iraquianos, era criar uma frente anti-imperialista através de uma aliança com setores da burguesia nacionalista, setores do exército e partidos políticos contrários à monarquia hachemita. Segundo Batatu (1978), o imperialismo era o principal inimigo do Iraque e deveria ser combatido com base na luta anti-imperialista no plano internacional. A paz adquiria, portanto, uma forma de mediação com outras forças sociais iraquianas no processo revolucionário para libertar o país do imperialismo britânico. Nesse contexto, podemos observar o apelo popular e a representatividade que os Partisans pela Paz tiveram no Iraque no trecho a seguir:

Bem organizado e numeroso (10.000 iraquianos assinaram a “Petição da Paz” exigindo o desarmamento nuclear na conferência de Viena de 1951, superando os 70.000 da reunião de Berlim de 1952), os Partisans pela Paz (Ansar as-Salam) incluía nas suas fileiras pessoas de diferentes inclinações políticas,

particularmente entre a intelectualidade (Bishop, 2011, p. 186, tradução nossa).

Segundo Kirasirova (2023), os Partisans pela Paz ganharam vida própria, atuando de forma independente da URSS na década de 1950. Nesse contexto, Wernicke (2001) também destaca que os Partisans pela Paz representaram uma espécie de plataforma para os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo junto à ONU no respectivo período. Foi nesse período que os movimentos de libertação nacional e a descolonização afro-asiática teve grandes avanços, entre eles, a Revolução Iraquiana de 1958 (Prashad, 2022). Na órbita do Terceiro Mundo, a atuação dos Partisans pela Paz esteve associada a três principais aspectos: autodeterminação dos povos, libertação nacional e descolonização. As conferências de Bandung (1955) e do Cairo (1957) foram importantes para associar a ideia da paz com a demanda por total independência dos países terceiro-mundistas frente ao imperialismo europeu (Kirasirova, 2023).

Expandir a esfera de influência soviética no Terceiro Mundo passava pela necessidade de apoiar os movimentos de libertação nacional, entre eles, os processos de descolonização afro-asiática. Nesse sentido, o discurso do secretário-geral do Partido Comunista Soviético, Nikita Krushev, era voltado para criar um campo da paz socialista com os novos países terceiro-mundistas. Era uma estratégia adotada contra a expansão dos blocos de segurança regionais patrocinados pelos EUA, como a OTAN, a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) e o Pacto de Bagdá (Ro'i, 1974). Em 1956, Krushev decidiu abandonar a teoria dos dois campos na Guerra Fria, o que foi bem recebido pelos líderes terceiro-mundistas reunidos em Bandung:

Dramaticamente, em 1956, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) rejeitou sua teoria anterior de dois campos no mundo. O congresso reiterou a posição assumida por Nehru e U Nu, em Bandung, e por Nasser, no Cairo. Ele observou que a teoria dos campos forneceu uma visão do mundo que sugeria que a guerra era a única solução para a divisão, que através do abismo da divisão não poderia haver nenhuma conversa e diálogo para a paz. Por esse motivo, o congresso adotou a noção de “zona de paz”, para incluir todos os Estados que se comprometeram a reduzir as forças em nome de uma agenda de paz. O congresso incluiu na zona de paz o Segundo Mundo socialista e o que chamou de “Estados não comprometidos” – isto é, o Terceiro Mundo não alinhado (Prashad, 2022, p.95).

Até o começo dos anos 1950, as diretrizes soviéticas stalinistas para o Oriente Médio eram de não alinhamento à burguesia e partidos políticos que defendessem uma posição neutralista no âmbito da Guerra Fria. Essas diretrizes foram estritamente seguidas pelo Partido Comunista Sírio, liderado por Khalid Bakdsah, a grande referência do comunismo no Oriente

Médio, e, conseqüentemente, no Iraque (Batatu, 1978). No entanto, com a morte de Stalin e chegada de Krushev ao poder na URSS, foi delineada uma nova política de aproximação com os movimentos nacionalistas e de libertação nacional do Terceiro Mundo (Laqueur, 1956; Prashad, 2022).

No âmbito da crescente influência soviética sobre o Oriente Médio, Ginat (2010) observa que, entre o fim dos anos 1940 e início dos anos 1950, os comunistas sírios adotaram, seguindo as diretrizes soviéticas, um tipo de neutralismo que incorporava alguns princípios extraídos da posição de neutralismo adotada por Nehru. As ideias de uma paz mundial, não-violência, prevenção de uma terceira guerra mundial passaram, portanto, a fazer parte do léxico comunista no respectivo período (Ginat, 2010). Com o objetivo de projetar a imagem da URSS como um país pacífico, os soviéticos deram início à formação do Movimento Mundial pela Paz, que tinha representações em vários países. Na Síria, os Partisans pela Paz atuavam como uma filial síria do respectivo movimento pela paz e eram uma organização proeminente no âmbito do Partido Comunista Sírio, além de disseminar as diretrizes soviéticas e recrutar comunistas na Síria, sob a liderança de Khalid Bakdash (Ginat, 2010).

Khalid Bakdash foi eleito deputado no parlamento sírio em 1954 e tinha uma grande influência sobre os Partidos Comunistas no Oriente Médio, entre eles, o PCI (Batatu, 1978; Ismael, 2008). Um relatório intitulado “Para o sucesso da luta pela paz, independência nacional e democracia, devemos nos voltar resolutamente para os trabalhadores e camponeses” foi apresentado por Bakdash na sessão plenária do Comando Central do Partido Comunista na Síria e no Líbano, realizada em 1951, e continha importantes diretrizes sobre a atuação dos Partisans pela Paz nos movimentos de libertação nacional e na luta anti-imperialista dos países árabes (Bakdash, 1953). Entre as diretrizes do relatório de Bakdash, destacam-se as seguintes:

Nossa terra e nosso partido estão agora na fase da libertação nacional democrática. Nossas metas nessa fase podem ser resumidas em: a. Pôr fim à dominação política e econômica imperialista e a seus agentes. b. Liquidação dos remanescentes do feudalismo em nosso país. c. Estabelecimento de um regime democrático popular. Slogans nessa fase: Paz, Independência Nacional e Democracia (Bakdash, 1953, p.206, tradução nossa).

Embora Khalid Bakdash considerasse os Partisans pela Paz um movimento central na estratégia revolucionária, os slogans pela paz por si só não eram suficientes para a conscientização das classes sociais e do campesinato, os *fellahin* (Bakdash, 1953). Era necessário, portanto, traduzir e disseminar a defesa da paz para o maior número possível de trabalhadores e camponeses:

A principal atenção de nossas organizações está voltada para a criação de muito barulho e fúria em torno do Partido e de seus slogans, em vez de estar voltada para a construção de bases e alicerces entre os trabalhadores e as massas dos fellahin, especialmente entre os pobres. [É muito bom fazer um grande barulho, mas o barulho por si só não tem efeito duradouro.] O melhor exemplo disso é o movimento pela paz. Apesar de nossa grande participação com todos os partisans pela paz na defesa da causa da paz, e apesar de fazermos muito barulho em torno dos slogans do movimento Partisans pela Paz, ainda não conseguimos cumprir nosso dever de centralizar o movimento pela paz na base firme das massas; pois para que as bases sejam firmes, fortes, reais e eficazes, elas devem se apoiar especialmente nas massas de trabalhadores e dos fellahin (Bakdash, 1953, p.208, tradução nossa).

Uma outra questão fundamental mencionada por Khalid Bakdash tem a ver com os pontos de discordância entre o Partido Comunista Sírio e os Partisans pela Paz. Essas divergências também existiam em relação com o PCI, o que refuta a tese de autores como McLachlan (1951) e Morris (1956) de que os Partisans pela Paz eram apenas uma organização auxiliar do comunismo internacional. Nesse sentido, destaca-se um trecho de um documento elaborado por Khalid Bakdash que ilustra essa questão:

Por exemplo, é bem sabido que os Partisans pela Paz são um movimento que inclui pessoas de diferentes orientações políticas, credos e níveis sociais. Nosso partido apoia e participa das atividades dos Partisans pela Paz, mas isso não significa que nossas opiniões e posições em todas as questões sejam as mesmas dos Partisans pela Paz. Certos companheiros não entendem isso claramente; eles acham que nosso apoio aos Partisans pela Paz significa que estamos abandonando certos slogans nossos com os quais nem todos os Partisans pela Paz concordam. Esse é um erro grave e desastroso. Não tentamos e não tentaremos impor todos os nossos slogans ao movimento dos Partisans pela Paz, mas isso não significa que estamos desistindo desses slogans ou que não estamos lutando por eles em nome do nosso Partido, ou que não conclamamos as pessoas a abraçá-los (Bakdash, 1953, p.210, tradução nossa).

Um exemplo dessas divergências entre os comunistas sírios sob a liderança de Khalid Bakdash e os Partisans pela Paz tinham como origem as distintas percepções sobre a luta pela paz e a da Guerra da Coreia, conforme é observado abaixo:

Novamente, acreditamos que o imperialismo norte-americano iniciou a agressão na Coreia. Mas alguns dos Partisans pela Paz não querem ir mais longe na discussão e estão satisfeitos em buscar uma solução pacífica para a questão coreana e a retirada das tropas estrangeiras da Coreia, sem buscar as causas ou a origem da agressão. Concordamos com eles quanto a uma solução pacífica para a questão coreana e a retirada das tropas estrangeiras, mas em nossa imprensa e propaganda continuaremos, em todas as oportunidades, a revelar a verdade - que foi o imperialismo norte-americano que iniciou a agressão (Bakdash, 1953, p.210-211, tradução nossa).

Por último, assinala-se também que Khalid Bakdash chamava a atenção para a necessidade de seguir com a luta de classes, tendo em conta a estrutura feudal das sociedades árabes, mesmo que isso gerasse atritos com o movimento pela paz:

Novamente, pode acontecer de um grande feudalista ou proprietário de terras apoiar os objetivos dos Partisans pela Paz e assinar o Apelo de Estocolmo, por exemplo. Nossos camaradas, então, acham que devem manter silêncio sobre os atos de opressão bestial praticados por esse feudalista contra seus companheiros ou que devem parar de defender a doação das terras dos feudalistas aos companheiros para não irritar esse feudalista. Eles estão manchando a imagem do partido perante os fellahin e estão prejudicando um de seus slogans mais importantes para apaziguar um feudalista. Isso é totalmente inaceitável e não pode haver compromisso nesse ponto (Bakdash, 1953, p.211, tradução nossa).

Destaca-se também a atuação de dois importantes comunistas iraquianos que eram próximos a Khalid Bakdash: Aziz Sharif e Abd-al-Qadir Ismail (Batatu, 1978). No trecho a seguir, podemos observar a proximidade que ambos iraquianos tinham com os comunistas e o movimento pela paz na Síria nos anos 1950:

Abd-al-Qadir Ismail e Aziz Sharif, dois dos comunistas mais importantes do Iraque, tiveram carreiras surpreendentemente semelhantes. Ambos residiram em Damascus a maior parte do tempo desde 1948, tendo sido forçados a fugir de seu próprio país. Entre o final de 1948 e o início de 1949, Ismail e Sharif foram notados separadamente trabalhando para a criação de uma Palestina “democrática” árabe-judaica. E durante todo o período em que residiram em Damasco, ambos teriam sido extremamente próximos do líder comunista sírio Khalid Bakdash, atuando como elos entre os partidos comunistas sírio e iraquiano (...) Ismail e Sharif participaram, em um momento ou outro, de atividades dos Partisans pela Paz e ambos foram delegados da Conferência de Solidariedade Afro-Asiática do Cairo, de dezembro de 1957 a janeiro de 1958 (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2000, p.1, tradução nossa).

Segundo o relatório produzido pela CIA, Abd-al-Qadir Ismail e Aziz Sharif embora tenham atuado à frente dos Partisans pela Paz no Oriente Médio, tiveram uma participação distinta no movimento pela paz, conforme é observado no trecho a seguir:

Ismail participou ativamente das atividades dos Partisans pela Paz no Oriente Médio a partir de 1951, mas, desde então, poucas atividades da frente internacional foram registradas por ele. Por outro lado, Aziz Sharif parece ter se tornado proeminente no campo da frente em 1957; ele liderou as delegações iraquianas no Congresso Mundial da Paz de Colombo e no Festival Mundial da Juventude de Moscou e foi um dos dois iraquianos no Comitê Preparatório da Conferência de Solidariedade Afro-Asiática (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2000, p.2, tradução nossa).

Batatu (1978) por sua vez, observa que Aziz Sharif, embora tenha sido o líder dos Partisans pela Paz no Iraque e vencedor do Prêmio Lenin da Paz em 1960, não era, estritamente,

um comunista. Segundo Batatu (1978, p. 587, tradução nossa), “Ele mesmo negou categoricamente ter sido um membro do partido comunista, embora tenha admitido “uma identidade de pontos de vista com os comunistas em muitas questões”. Entretanto, seria um exagero afirmar que Aziz Sharif era apenas um simpatizante do comunismo, pois, de certa forma, ele representava a intermediação e a transitoriedade, ou seja, ele poderia ser um nacionalista hoje, um comunista amanhã (Batatu, 1978).

Ao longo dos anos 1950, a ideia de uma paz do Terceiro Mundo passou a ganhar uma vida própria, mesmo com as limitações impostas pelas dinâmicas da Guerra Fria. Tratava-se de uma paz violenta, com um caráter ofensivo e defensivo que não seguia os parâmetros do movimento pacifista ocidental patrocinado pelos EUA (Wernicke, 2001; Johnston, 2008). Era, portanto, uma categoria de paz que unia diferentes grupos e classes sociais na luta pela libertação nacional contra o colonialismo e o imperialismo na periferia do sistema internacional (Goedde, 2019). Essa perspectiva sobre a paz foi inserida no processo revolucionário no começo dos anos 1950, especificamente a partir de 1957, quando estava em formação a Frente Nacional Unida iraquiana contra o imperialismo britânico e a monarquia hachemita (Batatu, 1978; Ismael, 2008). A Frente Nacional Unida foi composta pelos seguintes partidos políticos: Partido Baath; o Partido da Independência Iraquiana (Istiqlal); o Partido Democrático Nacional; o PCI e o Partido Democrático do Curdistão, assim como os Partisans pela Paz (Batatu, 1978).

O caráter ofensivo da paz estava ligado à violência política do processo revolucionário iraquiano, tendo em vista que os eventos ocorridos em 14 de julho de 1958 foram marcados por uma violência contra os membros da monarquia hachemita que foram assassinados. O povo iraquiano tomou as ruas do país, sobretudo, em Bagdá, e celebraram a vitória da Frente Nacional Unida contra o imperialismo britânico. A república iraquiana foi proclamada, substituindo a monarquia hachemita (Batatu, 1978). A paz iraquiana também tinha uma dimensão defensiva, ou seja, de resistência contra as dinâmicas de poder existentes na Guerra Fria e que tendiam a constranger o futuro do Iraque pós-revolucionário. Essa dimensão defensiva tinha como principal instrumento de ação a luta contra a proliferação das armas nucleares e o estabelecimento de arranjos de segurança como a OTAN e a CENTO²⁰ (Bishop, 2011).

O Pacto de Bagdá, celebrado em 1955, era a base do eixo de segurança norte-americano no Oriente Médio, embora não contasse expressamente com a participação dos EUA. O Pacto

²⁰ Também intitulado de Pacto de Bagdá.

de Bagdá tinha cinco países-membros: Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido e a sua premissa ideológica tinha como base a Doutrina Eisenhower de 1957, que tinha como objetivo enfraquecer o comunismo mundialmente por meio de intervenções militares (Romero, 2008). De acordo com Batatu (1978), a entrada do Iraque no Pacto de Bagdá provocou um isolamento com os demais países árabes e aumentou a oposição interna à monarquia hachemita, principalmente, entre as forças armadas iraquianas. Isso foi um fator muito explorado pelos nacionalistas e comunistas no Iraque, respectivamente, entre os integrantes do Partido Baath e do PCI. A atuação do Partisans pela Paz foi, portanto, um elemento-chave na união de atores políticos heterogêneos na luta anti-imperialista representados pela Frente Nacional Unida. Isso fez com que o PCI moderasse a sua ação política na luta anti-imperialista e perante os movimentos de libertação nacional árabes (Batatu, 1978). A paz adquiria cada vez mais a categoria de mediação política na luta anti-imperialista no Oriente Médio.

10.5.3 Os Partisans pela Paz e a Intifada de 1952

A Intifada de 1952 foi, em linhas gerais, a continuação da Wathbah de 1948, pois ambas as revoltas populares tiveram causas parecidas (Batatu, 1978). O Iraque dos anos 1950 ainda era governado pelas elites ligadas aos hachemitas, que estabeleceram um sistema baseado em privilégios, cooptação e repressão política. As classes mais pobres da sociedade iraquiana viviam em cabanas, as *shargawiyyas* e grande parte dos iraquianos passavam fome e tinham longas jornadas de trabalho, com salários em um regime de subsistência (Batatu, 1978).

A derrubada do Rei Faruq no Egito, em 1952, foi um grande estopim para os acontecimentos no Iraque, pois havia um sentimento entre o povo iraquiano que era possível lutar contra a monarquia hachemita e as forças imperialistas britânicas que ainda detinham um poder considerável no país. Por conta das condições materiais existentes no Iraque, as forças de oposição iraquianas fizeram uma espécie de autocrítica sobre a falta de unidade política e de ação popular durante o levante da Wathbah em 1948. Nesse sentido, várias forças oposicionistas, como o Partido da Independência (Istiqlal), o Partido Democrático Nacional, a Frente Popular Unida e os Partisans pela Paz buscaram uma maior aproximação com objetivos políticos distintos (Batatu, 1978).

Tanto o Partido da Independência (Istiqlal), que era um partido conservador, quanto o Partido Democrático Nacional, pertencente ao espectro da centro-esquerda, defendiam reformas graduais na vida política iraquiana. Já a Frente Popular Unida, era formada por um grupo de ex-ministros e ex-deputados que defendiam uma maior liberdade de atuação para os

partidos políticos no Iraque. Para esses dois partidos, os Partisans pela Paz embora fossem importantes para a mobilização popular, representavam o risco do avanço do comunismo no Iraque (Batatu, 1978).

Observa-se que, com exceção dos períodos 1958-1963 e 1973-1978, o PCI sempre atuou na ilegalidade na política iraquiana (Salucci, 2005). Foi nesse contexto que os Partisans pela Paz passaram a ocupar um espaço da esquerda radical antes representada pelos comunistas, tendo uma rápida ascensão entre setores das profissões liberais, sob a liderança de 'Abd-ul-Wahhab Mahmud (Batatu, 1978). Havia uma considerável resistência à cooperação com os Partisans pela Paz por parte da Frente Popular Unida liderada por Taha al-Hashimi. A cooperação foi estabelecida entre o Partido da Independência, a Frente Popular Unida, o Partido Democrático Nacional e os Partisans pela Paz, sem os Partisans serem mencionados no documento oficial que criou a união das respectivas forças políticas (Batatu, 1978).

Com exceção dos Partisans pela Paz, que não tinham nenhum diálogo com o governo iraquiano, as organizações políticas da Frente Nacional Unida haviam enviado petições ao regente Abd al-Ilah, nas quais insistiam que o chefe de estado de Estado deveria reinar, mas não governar (Batatu, 1978). As forças de oposição também exigiam a concessão de liberdades e uma mudança no sistema eleitoral com a adoção do voto livre e direto. Especificamente, o Partido da Independência e o Partido Democrático Nacional, queriam impor limites à concentração de terras no país, defendiam uma posição de não-alinhamento da política externa iraquiana no âmbito da Guerra Fria e o fim do Tratado Anglo-Iraquiano de 1930 (Batatu, 1978).

O regente Abd al-Ilah reconheceu a necessidade de implementação de reformas, mas delegou a decisão para o parlamento iraquiano, que era apenas um instrumento formal do poder controlado pelos hachemitas (Batatu, 1978). No início de novembro de 1952, com o aumento das tensões políticas, o regente se viu obrigado a convidar os líderes da oposição e outros políticos experiente para uma reunião, sem efeitos concretos. As forças de oposição iraquianas não conseguiriam avançar com reformas na política iraquiana com meras negociações ou protestos pacíficos, portanto, estava claro que a luta tinha que ser conduzida por outros meios (Batatu, 1978). Cerca de três semanas após o insucesso das negociações por reformas, o clima político do país foi alterado radicalmente, sobretudo nas ruas de Bagdá, conforme é demonstrado a seguir:

Na manhã de 22 de novembro, cinco dias após a formação do “Comitê de Contato”, foram erguidas faixas em várias partes de Bagdá. Trabalhadores, artesãos e vendedores ambulantes entraram em ação imediatamente. Estudantes universitários, que desde o dia 19 estavam em uma greve ostensivamente não política, se juntaram a eles. Em pouco tempo, uma terrível ebulição agitava os lados leste e oeste da cidade. Gritos de “Abaixo com o

regente traiçoeiro 'Abd-ul-Ilah!'. Também houve gritos de “Imperialistas anglo-americanos, deixem nosso país!” (Batatu, 1978, p. 668, tradução nossa).

Vários manifestantes, na maioria, estudantes, foram presos, sendo um deles morto pela polícia, o que tornou mais grave a situação em Bagdá. Nesse sentido, a revolta adquiriu um caráter cada vez mais popular, com os trabalhadores tomando a frente dos protestos, sob a crescente liderança dos comunistas. Com o aumento das tensões em Bagdá, Baha'u-d-Din Nuri, secretário-geral do PCI, Muhammad Muhammad Radi Shubbar, membro do Comitê Central, e Haidar Hatem, um organizador comunista, passaram a comandar a revolta da Intifada (Batatu, 1978). Eles orientaram os manifestantes a gritar “Queremos pão, não balas!”, ao invadirem a delegacia de polícia de Qambar ‘Ali (Batatu, 1978). Nesse contexto de aumento das tensões sociais, os Partisans pela Paz passaram a influenciar diretamente os eventos da Intifada, conforme é assinalado a seguir:

Acreditava-se que eles eram inspirados pelos Partisans pela Paz e por elementos de esquerda, mas em 22 de novembro, quando o Gabinete estava reunido, as manifestações de rua se transformaram definitivamente em agitação política da qual participaram os partidos de oposição e os manifestantes exigiram eleições diretas e a queda do governo 'Umari (Khadduri, 1960, p.282, tradução nossa).

Os eventos da Intifada se fizeram ouvir não somente em Bagdá, mas em outras localidades como a cidade sagrada do xiismo, Najaf, porém, sem o indício de liderança por parte dos comunistas. No fim de novembro de 1952, as forças do governo iraquiano atuaram para reprimir os protestos da Intifada, onde cerca de três mil pessoas foram detidas ou presas e outras duas mil condenadas à morte (Batatu, 1978). Entre os presos, destacam-se: Chadirchi, líder do Partido Democrático Nacional; Fa'iq al-Samarra'i, Siddiq Shan-shal e vários outros membros do Partido Istiqlal; Abd al-Wahhab Mahmud, presidente da Associação dos Advogados e líder dos Partisans pela Paz, entre outros (Khadduri, 1960).

10.5.4 Os Partisans pela Paz e a revolta de Mosul de 1959

Historicamente, a cidade de Mosul tinha maiores vínculos comerciais históricos com a Síria, além de ser uma cidade marcada por um conservadorismo no âmbito cultural e religioso. A questão fundiária era um fator marcante na cidade, tendo em conta que a sua zona rural era controlada por um pequeno grupo de proprietários de terras urbanos (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). No âmbito político, a Revolta de Mosul em 1959 foi um dos maiores embates entre os nacionalistas iraquianos e comunistas de um lado e os nacionalismos pan-arabistas de outro

(Tripp, 2007). Nesse contexto, Tripp (2007, p.151, tradução nossa) nos informa que, “Em março de 1959, uma grande manifestação organizada pelos Partisans pela Paz, inspirados no PCI em Mosul desencadeou uma tentativa de golpe pelos oficiais pan-arabistas descontentes que comandavam a guarnição de Mosul.”

A decisão dos pan-arabistas iraquianos de concentrar as atividades golpistas e contrarrevolucionárias em Mosul estava relacionada ao anúncio feito pelo jornal *Ittihad al-Sha'b* do PCI, de que os Partisans pela Paz realizariam um comício nacional em Mosul no dia 6 de março (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Marr (2012) menciona que os Partisans pela Paz comemorariam seu aniversário de fundação na cidade Mossul com um grande comício, que contaria com um total de 250 mil apoiadores de várias partes do Iraque. De acordo com Weiner (2008), o que houve na verdade foi uma tentativa de golpe de estado liderado pelos pan-arabistas ligados ao Partido Baath e apoiados pela CIA. Os eventos em Mosul em 1959 demonstraram a complexidade dos conflitos existentes no Iraque e que revelaram os interesses das inúmeras forças sociais iraquianas, conforme é demonstrado a seguir:

Parecia que todo o cimento social havia se dissolvido e toda a autoridade política havia desaparecido. O individualismo, em franca expansão, transformou-se em anarquia. A luta entre nacionalistas e comunistas havia liberado antagonismos antigos, investindo-os com uma força explosiva e levando-os ao ponto da guerra civil (Batatu, 1978, p.866, tradução nossa).

Segundo Marr (2012), no processo revolucionário de 1958, havia uma crescente onda de influência comunista no Iraque, na qual a retórica comunista considerada radical era, de certa forma, apoiada por Qasim, o que teria provocado o embate com os nacionalistas na revolta de Mosul. Liderada por nacionalistas árabes, a revolta foi, na verdade, inspirada por uma mistura de motivos, sendo caracterizada como anticomunista e pró-nacionalista.

O pertencimento a classes sociais distintas foi um fator importante na revolta de Mosul, conforme é observado por Batatu (1978, p.866, tradução nossa), “O que aumentou a intensidade dos conflitos foi o alto grau de coincidência entre as divisões econômicas e étnicas ou religiosas.” A maioria dos soldados iraquianos e também dos curdos, pertencia às camadas mais pobres da população, enquanto que os oficiais do exército eram proveniente da classe média iraquiana (Batatu, 1978). Nesse sentido, Sorby (2006) destaca que os eventos em Mosul revelaram suas diversas forças sociais e os seus interesses mais enraizados na sociedade iraquiana.

Os fatores étnico e religioso também foram importantes na eclosão da revolta, como por exemplo, o conflito entre árabes muçulmanos e cristãos, mas a questão das classes sociais assumiu um papel preponderante no levante em Mosul (Batatu, 1978). Desta forma, Tripp

(2007) destaca que um conjunto de antagonismos étnicos, sectários, intertribais e econômicos se manifestaram amplamente na Revolta de Mosul de 1959. De uma forma resumida, os conflitos envolveram curdos contra árabes, cristãos contra muçulmanos, clãs árabes contra outros clãs árabes e os pobres lutando contra os ricos (Batatu, 1978).

A questão fundiária também foi um dos principais elementos da revolta, envolvendo conflitos entre os grandes proprietários de terras e os camponeses antes mesmo da criação do estado iraquiano. A situação havia mudado para os camponeses no Iraque, após a revolução de 1958, sobretudo, em relação ao aumento da sua participação no espaço político iraquiano e a importância que lhes havia sido conferida pelo governo de Kassim (Batatu, 1978; Sorby, 2006). Isso foi possível devido, entre outros fatores, ao ingresso de Salih al-Mutaiwiti, um importante membro da tribo de Albu Mutaiwit, nos Partisans pela Paz em 1958 (Batatu, 1978).

Nesse sentido, Batatu (1978) sustenta que o que realmente desencadeou uma grande indignação entre os camponeses em Mosul foi a tentativa dos grandes proprietários de terra de derrubar a Lei da Reforma Agrária, que havia sido aprovada em lei de 30 de setembro de 1958. Para os camponeses, esse foi o verdadeiro significado da Revolta de Mosul de 1959, embora o levante golpista do partido Baath tenha sido um elemento que impulsionou a revolta (Batatu, 1978). Mossul era considerada a única grande cidade do Iraque onde os nacionalistas pan-arabistas tinham força política e podiam contar com o apoio das autoridades militares locais (Dann, 1969). Os confrontos sangrentos que ocorreram em Mosul não foram, como em Bagdá, o resultado de uma campanha comunista para expulsar seus adversários políticos das ruas e dos cafés da cidade. Na verdade, os embates de Mosul, constituíram uma guerra civil em pequena escala, tendo em conta a força momentânea dos pan-arabistas e nasseristas. Nesse contexto, já havia um forte sentimento anticomunista dos militares locais, antes mesmo da eclosão da revolta (Dann, 1969).

A versão fornecida por Farouk-Sluglett; Sluglett (2001) é que não houve nenhum tipo de violência durante a manifestação dos Partisans pela Paz em Mosul e, após uma marcha impressionante pelas ruas da cidade, a maioria dos manifestantes deixou a cidade na noite do mesmo dia. Os confrontos violentos só começaram no dia seguinte, quando ocorreram embates entre nacionalistas e comunistas em Mosul, com 60 membros do PCI presos (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). As forças políticas golpistas da revolta estavam concentradas no partido Baath, que, contava em Mosul, com cerca de 150 membros efetivos e outras centenas de apoiadores informais. Nesse sentido, o partido Baath conseguiu um considerável número de recursos para agir de forma contundente em Mosul, tendo em vista as conexões que tinham oficiais do exército e aos grandes proprietários de terra (Batatu, 1978). O objetivo do partido Baath era

assassinar o primeiro-ministro Qasim em Bagdá e, em seguida, tomar o poder estatal à força, porém, um outro plano foi posto em prática. Os núcleos do partido Baath, que eram aliados a setores das forças armadas iraquianas em Mosul, assumiriam a dianteira do golpe e divulgariam o manifesto do golpe de estado, com o exílio ou mesmo assassinato de Qasim (Batatu, 1978).

A Revolta de Mosul de 1959 esteve, portanto, inserida no âmbito da contrarrevolução iraquiana operada pelo partido Baath e com expressivo apoio internacional. Coube ao partido Baath a tarefa de organizar as massas em prol do golpe, com apoio logístico e operacional da RAU (Batatu, 1978), conforme podemos observar no trecho a seguir:

Não é difícil entender por que os organizadores do levante se lançaram sobre Mossul. Mosul tinha a reputação de ser um reduto nacionalista e conservador. Era também o lar de entre um quarto e um terço de todos os oficiais do exército. Além disso, ficava perto das fronteiras da Síria. Não menos conclusivo era o fato de que muitos dos oficiais de sua guarnição já haviam sido conquistados para a rebelião (Batatu, 1978, p.873, tradução nossa).

Após inúmeros conflitos nas ruas de Mosul, o governo levou cinco dias para controlar a revolta. Os eventos violentos de 1959 deram a Qasim o pretexto para um expurgo nas forças armadas e no governo, tendo como alvo os oficiais e funcionários pan-arabistas (Tripp, 2007). Pessoas próximas a Qasim foram chamadas para compor o governo, em substituição aos pan-arabistas ligados ao Partido Baath. Já o PCI saiu vitorioso da revolta, ao ter a imagem partidária atrelada ao povo iraquiano de que controlava as ruas com uma grande capacidade de mobilização popular. Nesse contexto, o PCI organizou uma grande manifestação em Bagdá em maio de 1959, exigindo que Qasim apontasse comunistas para o governo e realizasse eleições para uma assembleia representativa (Tripp, 2007).

Nos primeiros meses após a Revolução de 14 de julho de 1958, o PCI, assim como os Partisans pela Paz, ganhavam força e popularidade, demonstrando que eram capaz de comandar as ruas de Bagdá, representado uma força social relevante (Sorby, 2006). De acordo com Sorby (2006), a grande popularidade dos comunistas iraquianos e dos Partisans pela Paz, criou uma profunda sensação de alarme nas mentes daqueles que não tinham simpatia pelo comunismo e que temiam o surgimento de um governo genuinamente de esquerda. Farouk-Sluglett e Sluglett (2001) argumentam na mesma direção, ao afirmarem que o PCI saiu fortalecido com o fracasso da revolta em Mosul. Os comunistas realizaram grandes manifestações exigindo que a milícia da Resistência Popular tivesse o direito de andar armada e também pressionaram pela participação de comunistas no governo de Qasim. A influência dos comunistas era crescente nas forças armadas iraquianas e a milícia da Resistência Popular atingiu o número de 25 mil

membros em maio de 1959, fora os integrantes das organizações auxiliares e dos trabalhadores sindicalizados (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Nesse contexto, o PCI passou a exercer uma pressão para obter um maior reconhecimento político por parte do governo de Qasim. As manifestações no dia 1º de maio de 1959 foram um exemplo da capacidade de mobilização popular que os comunistas iraquianos detinham no respectivo período. Entretanto, Qasim sentiu-se desafiado e, segundo sua percepção, os comunistas passaram a representar uma séria ameaça ao seu governo (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001). Desta forma, mesmo com a falta de representatividade política a nível institucional, o PCI decidiu adotar uma tática de acomodação com o governo de Qasim, tendo em vista a correlação de forças no Iraque no período pós-revolucionário, conforme é assinalado abaixo:

A recusa de Qasim em aceitar as exigências dos comunistas quanto à representação no governo ou a alguma forma de democracia parlamentar levou muitos membros do partido a questionar se o partido não deveria. Entretanto, após discussões acaloradas dentro do Politburo, concordou-se que, embora o partido pudesse ter sucesso em tomar o poder, sua análise original do caráter essencialmente burguês da revolução estava correta. A constelação de forças nacionais e internacionais não era favorável, e os adversários do partido conseguiriam se combinar com sucesso contra ele; uma guerra civil se seguiria, na qual a esquerda seria derrotada. Assim, o partido decidiu moderar, ou pelo menos não insistir, em suas exigências e, de modo geral, começou a seguir uma linha de acomodação em relação a Qasim (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001, p.69, tradução nossa).

Portanto, segundo a visão estratégica do PCI, o governo de Qasim estava a pôr em prática uma política progressista que tinha muitas convergências com as pautas comunistas e nacionalistas da época. Tendo em conta a ameaça contrarrevolucionária do Partido Baath e dos pan-arabistas nasseristas, a melhor tática era buscar uma política de acomodação com Qasim e seus apoiadores. Entretanto, o golpe contrarrevolucionário de fevereiro de 1963, demonstrou que a correlação de forças já não era mais favorável para manter o projeto revolucionário nacionalista de Qasim baseado na ideia de *wataniyya* apoiado pelos comunistas iraquianos e pelos Partisans pela Paz.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Iraquiana de 1958 não foi meramente um golpe militar, mas um processo revolucionário de caráter social com consequências históricas importantes. Através de uma abordagem estruturalista, demonstrou-se que os eventos de 14 de julho de 1958 foram o ápice de tensões sociais acumuladas desde a criação do Iraque moderno pelo Império Britânico em 1920-1921. Do ponto de vista internacional, pode-se afirmar que enquanto a Primeira Guerra Mundial foi o pano de fundo para a ocupação das ex-províncias otomanas pelas forças britânicas em 1914, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria foram eventos conflituosos que aceleraram o processo revolucionário iraquiano entre os anos 1940 e 1950 (Tripp, 2007).

Nesse contexto, assinala-se que o Iraque foi o resultado de uma criação artificial do Império Britânico na região da Mesopotâmia após a Primeira Guerra Mundial, unindo províncias otomanas heterogêneas sob uma monarquia estrangeira imposta pelas forças imperialistas britânicas. Nesse contexto, a Revolta Iraquiana de 1920 é tida como um embrião da resistência nacionalista, forçando a Grã-Bretanha a adotar o modelo de colonialismo indireto, passando a governar o território iraquiano por meio de uma elite urbana e líderes tribais cooptados (Nasser; Amaral, 2020; Kadhim, 2012).

Com base na pesquisa realizada, foi possível demonstrar que a Revolução Iraquiana de 1958 foi um momento histórico significativo em que o povo iraquiano tentou redesenhar seu destino fora das fronteiras impostas pelo aparato colonialista britânico comandado por Winston Churchill na Conferência do Cairo de 1921 (Nasser; Amaral, 2020). O fenômeno revolucionário iraquiano também representa um caso singular na história do Oriente Médio, ao reunir diferentes atores e ideologias políticas em uma mesma plataforma anti-imperialista: o MOL, o PCI e os Partisans pela Paz. Esses três atores fizeram parte de uma aliança pragmática, denominada por Frente Nacional Unida, que foi um instrumento político fundamental para derrubar a monarquia hachemita através do golpe de estado de 14 de julho de 1958 (Batatu, 1978).

A ocupação britânica do território iraquiano em 1914, durante a Primeira Guerra Mundial, visava proteger a rota para a Índia e garantir o controle sobre as concessões de petróleo, operadas pela CPI. Para governar, os britânicos estabeleceram um sistema de colonialismo indireto, coroando Faisal I como Rei hachemita em 1921 e cooptando elites urbanas sunitas e líderes tribais. Essa estrutura criou uma relação de dependência com o Império Britânico que perdurou até 1958, na qual o poder político e econômico estava concentrado nas

mãos de uma pequena elite subserviente aos interesses britânicos (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Esse sistema de dependência estrutural prejudicou o desenvolvimento nacional e marginalizou a maior parte da população. A concentração de terras nas mãos de uma pequena elite de xeiques e notários urbanos reduziu os camponeses a uma condição de servidão, criando as bases materiais para o descontentamento popular. A desigualdade fundiária e a exploração econômica foram, portanto, os motores estruturais que impulsionaram a necessidade de uma transformação radical no país (Romero, 2008). Através de leis como o Código Fundiário Otomano de 1858 e regulamentações britânicas de 1918 e 1933, líderes tribais foram transformados em latifundiários capitalistas, enquanto a massa de camponeses, os *fellahin*, foi reduzida à condição de servidão. Nos anos 1950, 1% dos proprietários controlava mais de 50% das terras aráveis, enquanto 73% dos camponeses possuíam apenas 6%. Esse sistema gerou uma miséria rural que impulsionou uma migração massiva para as favelas, as *sarifas* de Bagdá, criando uma base social urbana volátil e receptiva a ideologias consideradas radicais como o comunismo (Tripp, 2007).

A monarquia hachemita, liderada por Faisal I e sustentada politicamente por Nuri al-Said, operou um estado patrimonialista dependente dos interesses britânicos, especialmente em relação ao monopólio das concessões de petróleo. Nesse contexto, os efeitos políticos e econômicos da Segunda Guerra Mundial foram determinantes para o enfraquecimento da monarquia hachemita perante o povo iraquiano. A inflação elevada e a deterioração do padrão de vida geraram uma insatisfação popular que foi canalizada por novos atores políticos (Dawisha, 2009).

Um outro processo social analisado nesta teve foi a ascensão de velhas e novas elites na sociedade iraquiana. As elites iraquianas foram atores importantes na formação do estado iraquiano desde 1921 e nos eventos que desencadearam na Revolução Iraquiana de 1958. A antiga elite dos notáveis e dos *sharifianos* ligados ao Rei Faisal I, ocupavam cargos na monarquia hachemita e desejava manter o *status quo*, que enquanto as novas elites representadas pela *effendiyya* demandavam transformações modernizantes no Iraque. Essa parcela da elite iraquiana recebia uma educação em moldes ocidentais e provinha de famílias ricas e das elites dos notáveis, assim como da classe média tradicional, o que, criou condições para uma maior politização da sociedade iraquiana. Essa nova elite de iraquianos, os *effendiyya*, passaram, portanto, a adotar costumes ocidentais, como vestimentas e uma linguagem política moderna totalmente diferente das estruturas sociais tradicionais (Eppel, 1998; Pool, 1980; Amaral, 2022).

O período da independência dependente (1932-1958) foi marcado por uma profunda instabilidade política, com governos durando em média apenas cinco meses e o poder rotacionando entre as mesmas 14 figuras da elite política, com base no poder de Nuri al-Said (Tripp, 2007). Nesse contexto, foi assinalado nesta tese que o exército emergiu como um árbitro político central já na década de 1930, culminando nos golpes de 1936 comandado pelo general Bakr Sidqi e de 1941 liderado pelo nacionalista Rashid Ali al-Gaylani (Tarbush, 1982). Embora o levante de 1941 tenham sido reprimido pelos britânicos, ele simbolizou a primeira grande manifestação do nacionalismo iraquiano moderno contra a tutela britânica (Tarbush, 1982). Entretanto, o período pós-guerra viu a eclosão de revoltas contra a ocupação britânica, como a Al-Wathbah em 1948, que demonstrou o poder da mobilização popular nas ruas de Bagdá contra a assinatura do Tratado de Portsmouth, como também o crescente papel da *intelligentsia* e dos estudantes na contestação do regime político do Iraque (Farouk-Sluglett; Sluglett, 2001).

Durante a década de 1950, setores do exército iraquiano, influenciados pela Revolução Egípcia de 1952, insatisfeitos com a subordinação do país às forças imperialistas britânicas, organizaram-se em células e formaram o MOL em 1956 (Batatu, 1978). Com base em uma perspectiva Weberiana, houve uma crise institucional no interior do estado iraquiano, com a transferência do monopólio da violência estatal para um grupo de jovens oficiais destinados a fazer uma revolução de viés nacionalista que libertasse o Iraque da monarquia hachemita e das forças britânicas.

A submissão do Iraque aos esquemas de segurança da Guerra Fria fez com que a adesão ao Pacto de Bagdá em 1955 isolasse o regime de Nuri al-Said do nacionalismo árabe liderado por Nasser, radicalizando as forças de oposição internas, como o PCI e o Partido Baath, além de uma parcela significativa dos jovens oficiais militares. A formação da Frente Nacional Unida em 1957 reuniu, portanto, partidos de esquerda, nacionalistas e comunistas em uma plataforma anti-imperialista que deu sustentação social ao MOL (Batatu, 1978). O golpe de 14 de julho de 1958, liderado por Abd Al-Karim Qasim, foi interpretado não apenas como uma mudança de comando, mas como o início de uma verdadeira transformação social. O novo governo republicano implementou reformas imediatas, como a Lei da Reforma Agrária, a redistribuição de renda e investimentos massivos em habitação para as classes mais pobres, alterando a dinâmica de poder entre as zonas urbanas e rurais (Romero, 2008).

A adesão do Iraque ao Pacto de Bagdá em 1955, uma aliança militar pró-ocidental, isolou o regime de Nuri al-Said do nacionalismo árabe liderado por Nasser. No ano seguinte, a Crise de Suez (1956) atuou como um catalisador, radicalizando a oposição interna e levando à formação da Frente Nacional Unida em 1957, que reuniu nacionalistas, baathistas e comunistas

em uma plataforma anti-imperialista. Embora o Estado recebesse vultosas receitas do petróleo após o acordo de 50/50 em 1952, esses recursos eram investidos em projetos de infraestrutura de longo prazo que não beneficiavam a população de forma imediata, aprofundando a sensação de privação relativa, com base na abordagem teórica de Gurr (1970) sobre as revoluções.

No âmbito do processo revolucionário iraquiano, destacou-se a atuação de três atores políticos na condução deste processo: o MOL, o PCI e o movimento Partisans pela Paz (*Ansar as-Salam*). O MOL, inspirado pela revolução egípcia de 1952, atuou como o braço institucional e coercitivo capaz de romper o monopólio da violência estatal da monarquia hachemita. Contudo, foi demonstrado nesta tese que a força da revolução residiu na sua base social, mobilizada intensamente pelo PCI e pelos Partisans pela Paz durante as décadas de 1940 e 1950 (Batatu, 1978).

Nesse contexto, o PCI consolidou-se como a principal vanguarda das forças de oposição à monarquia hachemita, organizando sindicatos e disseminando ideais de justiça social entre trabalhadores e intelectuais. A atuação dos comunistas iraquianos foi, portanto, crucial para transformar a insatisfação popular em uma luta política consciente contra o imperialismo e o feudalismo (Batatu, 1978). Já os Partisans pela Paz desempenharam um papel singular ao transformar a paz em um instrumento de luta política e de mobilização transnacional. Em vez de um pacifismo passivo, a paz no contexto iraquiano foi uma bandeira de resistência anticolonial e de busca pela autodeterminação (Bishop, 2011).

O PCI que havia sido fundado em 1934, era, portanto, a força política mais organizada e com maior apelo junto às massas trabalhadoras e intelectuais no Iraque durante os anos 1950. Sob a liderança do camarada Fahd, o partido construiu uma estrutura clandestina resiliente que penetrou nas forças armadas e em sindicatos de trabalhadores, como no porto de Basra, nas ferrovias e no setor petrolífero. Desta forma, os comunistas iraquianos conseguiram unir trabalhadores urbanos, camponeses xiitas do sul do Iraque e minorias curdas em uma plataforma comum de libertação nacional e reforma social (Ismael, 2008; Franzén, 2011).

Uma das principais contribuições desta tese foi a análise sobre o movimento dos Partisans pela Paz (*Ansar as-Salam*) como um acelerador revolucionário durante a Guerra Fria, seguindo a abordagem de Johnson (1966). O respectivo movimento, criado na esfera soviética em 1949, organizou uma série de congressos pela paz na Europa e transformou a paz em um instrumento de luta política mundial. Nesse sentido, a imagem da paz foi fortalecida através da participação no respectivo movimento de importantes figuras como Jorge Amado, Pablo Picasso, Bertolt Brecht, Minnette de Silva, Irene e Frédéric Joliot-Curie (Goedde, 2019). Os Partisans pela Paz tinham uma concepção política da paz oposta ao discurso pacifista ocidental

da esfera capitalista e estabeleceram uma mediação política entre a agenda comunista e diferentes setores religiosos e intelectuais no âmbito dos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo (Wittner, 1993; Goedde, 2019).

No caso iraquiano, ao conectar agendas como o desarmamento nuclear à luta anti-imperialista e pela soberania nacional, os Partisans pela Paz atraíram uma elite intelectual e religiosa xiita, incluindo poetas iraquianos renomados como al-Jawahiri e al-Sayyab, que usaram a cultura como um instrumento revolucionário. Portanto, o respectivo movimento pela paz permitiu que o discurso revolucionário penetrasse em setores que desconfiavam das ideias marxistas, como clérigos xiitas que exerciam liderança política nas cidades sagradas de Najaf e Karbala (Bishop, 2011; Jones, 2020).

A poesia de al-Jawahiri e al-Sayyab foi, portanto, um mecanismo social importante para inflamar a consciência revolucionária do povo iraquiano, transformando sentimentos anticoloniais em uma poética de libertação nacional (DeYoung, 1998; Colla, 2015; Jones, 2020). A revolta de Mosul em 1959 marcou o auge da influência deste movimento, mas também o início de uma violenta reação contrarrevolucionária. Do ponto de vista teórico, a paz defendida pelos Partisans foi analisada nesta tese, como uma paz revolucionária (Lenin, 1964; Dobrenko, 2022) e como uma paz imperfeita (Muñoz, 2001; Pureza, 2009) que aceitava a conflitualidade e a violência como meios necessários para superar a injustiça estrutural do imperialismo e do colonialismo.

Sobre a natureza da Revolução Iraquiana de 1958, nota-se o seu caráter social através das reformas imediatas implementadas pelo governo de Qasim. A Lei nº 30 de 1958, conhecida como a Lei da Reforma Agrária, aboliu as jurisdições tribais e iniciou a redistribuição de terras, quebrando a espinha dorsal do feudalismo iraquiano (Baali, 1969). O governo também investiu massivamente em habitação popular para os moradores das *sarifas*, triplicou o número de estudantes e promoveu avanços inéditos nos direitos das mulheres. Essas medidas visavam dismantlar as estruturas feudais e melhorar as condições de vida das classes mais pobres que habitavam as favelas de Bagdá e as zonas rurais iraquianas. A revogação de leis coloniais e a concessão de direitos civis, incluindo a participação da ministra comunista Naziha al-Dulaimi no governo de Qasim, representaram avanços democráticos e na luta pelo direito das mulheres, sem precedentes no mundo árabe da época (Efrati, 2023).

Entretanto, as contradições internas entre o nacionalismo iraquiano (*wataniyya*) defendido por Qasim e o pan-arabismo (*qawmiyya*) defendido por Arif e pelo Partido Baath geraram instabilidades que, entre outros fatores, culminaram no golpe contrarrevolucionário de 1963. A fragmentação da Frente Nacional Unida e a perseguição aos comunistas enfraqueceram

a base de apoio do regime, permitindo a ascensão de forças autoritárias apoiadas por interesses externos, como dos EUA. O processo de transformação social iniciado em 1958 foi, assim, parcialmente interrompido por uma reação violenta das elites conservadoras e de setores militares radicalizados (Batatu, 1978).

Em relação às abordagens teóricas sobre as revoluções, as principais referências utilizadas nesta tese foram as perspectivas de Johnson (1966), Tilly (1978), Skocpol (1979) e Halliday (1999). A abordagem de Johnson (1966) foi relevante para compreender os aceleradores revolucionários no Iraque durante o 1950 e a deflação de poder no âmbito da monarquia hachemita e das forças armadas iraquianas. A perspectiva teórica de Tilly (1978) oferece um importante contributo teórico ao analisar a mobilização popular no processo revolucionário iraquiano nos anos 1950. Já a abordagem estruturalista de Skocpol (1979) é útil para compreender a amplitude e o caráter social da Revolução Iraquiana de 1958. A aplicação da sociologia histórica de Halliday (1999) permitiu compreender a Revolução Iraquiana de 1958 como um evento influenciado por fatores internacionais, como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, além de estar inserido na onda de descolonização afro-asiática e dos movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo.

A dimensão internacional da revolução foi explorada, sobretudo, através do impacto da Guerra Fria no Oriente Médio. A decisão da monarquia hachemita, personificada na figura de Nuri al-Said, de aderir ao Pacto de Bagdá em 1955 isolou o regime iraquiano de seus vizinhos árabes e radicalizou a oposição interna, que via no alinhamento ocidental uma afronta à dignidade nacional. Desta forma, a Revolução Iraquiana de 1958 simbolizou o declínio do Império Britânico na região e a ascensão dos Estados Unidos como uma nova potência imperialista (Louis, 1984), enquanto que o governo de Qasim buscava um neutralismo pragmático e uma aproximação com o bloco socialista (Romero, 2008).

Com base em uma perspectiva marxista, Halliday (1999) analisa as revoluções como a sexta grande potência nas RI, desafiando a visão tradicional que foca excessivamente no papel sistêmico das guerras interestatais. Nesse contexto, assinala-se que as revoluções não ocorrem no vácuo, mas emergem quando os regimes não conseguem gerir pressões internacionais e crises econômicas, criando oportunidades para atores com recursos e apoio popular. No caso iraquiano, o processo de descolonização afro-asiático e a Conferência de Bandung (1955) serviram como pano de fundo para a instrumentalização de ideias marxistas e nacionalistas como formas de resistência ao imperialismo (Prashad, 2022).

O golpe de 14 de julho de 1958, liderado por Abdul Karim Qasim e Abd al-Salam Arif, resultou na execução da família real e de Nuri al-Said, pondo um fim definitivo à

monarquia hachemita no Iraque. Desta forma, é possível afirmar que a facilidade com que o regime foi derrubado demonstrou a falta de legitimidade social perante a maioria do povo iraquiano (Batatu, 1978). O novo governo republicano retirou o Iraque do Pacto de Bagdá em 1958 e estabeleceu relações pragmáticas com o bloco socialista, adotando uma política externa neutralista. No jogo das grandes potências imperialistas, a Revolução Iraquiana de 1958 simbolizou o declínio do Império Britânico no Oriente Médio e a ascensão dos Estados Unidos como a nova potência hegemônica na região (Louis, 1984).

Portanto, conclui-se que a Revolução Iraquiana de 1958 foi um processo de transformação radical das estruturas de Estado e de classe, validando a premissa de que revoluções sociais são inerentemente estruturais e internacionais, de acordo com as abordagens de Skocpol (1979) e Halliday (1999). Embora o processo revolucionário de 1958 tenha sofrido uma reação violenta com o golpe contrarrevolucionário de fevereiro 1963, o legado social da revolução permanece como um momento histórico no qual o Iraque sob a liderança de Qasim tentou forjar uma identidade nacional soberana fora das amarras coloniais.

Embora o regime republicano tenha sucumbido às disputas internas de poder, os cinco anos sob o governo de Qasim demonstraram a possibilidade de um estado iraquiano voltado para as necessidades de seu próprio povo e para a solidariedade internacionalista. A análise sobre a atuação do PCI e dos Partisans pela Paz demonstrou que a mobilização popular, quando articulada em torno de agendas de emancipação, é capaz de desafiar as estruturas de dominação existentes, como as utilizadas pelo Império Britânico na criação do Iraque moderno em 1920-1921.

REFERÊNCIAS

- AL-NASRAWI, Abbas. **The economy of Iraq: Oil, wars, destruction of development and prospects, 1950-2010**. ABC-CLIO, 1994.
- AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. **Dinâmicas de poder dos EUA por um Iraque pós-Saddam: a articulação entre o governo norte-americano e as elites do poder iraquiano na década de 1990**. 2022.
- AMEL, Mahdi. **Arab Marxism and National Liberation: Selected Writings of Mahdi Amel**. Brill, 2020.
- AMIN, Samir. **Imperialism and unequal development**. New York and London: Monthly Review Press, 1977.
- ANIEVAS, Alexander. The renaissance of historical materialism in international relations theory. **Marxism and World Politics: Contesting Global Capitalism**, p. 1-10, 2010.
- ARENDT, Hannah. **On Revolution**. Penguin Books, 1963.
- ARENDT, Hannah. Reflections on violence. **Journal of International Affairs**, p. 1-35, 1969. Disponível em: https://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202016%20readings/IPD%202016_8/A%20Special%20Supplement_%20Reflections%20on%20Violence%20by%20Hannah%20Arendt%20_%20The%20New%20Yor.pdf. Acesso em 21. abr. 2024.
- BAALI, Fuad. Agrarian Reform in Iraq: Some Socioeconomic Aspects. **The American Journal of Economics and Sociology**, v. 28, n. 1, p. 61-76, 1969. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3485559?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 20 mai. 2021.
- BAGLEY, F. R. C. Iraq's Revolution. **International Journal**, v. 14, n. 4, p. 283-295, 1959.
- BAKDASH, Khalid. For the Successful Struggle for Peace, National Independence, and Democracy We Must Resolutely Turn toward the Workers and the Peasants. **The Middle East Journal**, p. 206-221, 1953. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4322487>. Acesso em: 11 mai. 2024.
- BASHKIN, Orit. Hybrid Nationalisms: Waṭanī and Qawmī Visions in Iraq Under ‘Abd Al-Karim Qasim, 1958–61. **International Journal of Middle East Studies**, v. 43, n. 2, p. 293-312, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/0A700EE1F76B046AFF4741FC4C77828F/S0020743811000079a.pdf/hybrid-nationalisms-wa-an-and-qawm-visions-in-iraq-under-abd-al-karim-qasim-1958-61.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BATATU, Hanna. **The Old Social Classes and the Revolutionary Movements of Iraq: A Study of Iraq's Old Landed and Commercial Classes and of its Communists, Bathists and Free Officers**. Saqi, 1978.

BATATU, Hanna. Class analysis and Iraqi society. **Arab Studies Quarterly**, p. 229-244, 1979. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/41857509.pdf?casa_token=O3HB5G89odQAAAAA:rZqT8baQLWLYKw4hmYKiSXNtHQzS3YaT3oqDvm6goqjLPDVO8UnBDh8eGtbAB7E-hhDhB98vFjZfwcznGjsu0aEcJzzbRj0aIXbhfGi_j_bldkDwGGGvPg. Acesso em: 15 set. 2023.

BATATU, Hanna. The Egyptian, Syrian and Iraqi Revolutions. **Lecture at Georgetown University Center for Contemporary Arab Studies**, v. 25, 1983.

BENJAMIN, Walter. Critique of violence In: BENJAMIN, Walter. **Reflections: Essays, aphorisms, autobiographical writings**. New York: Schocken Books, 1978.

BENNET, Andrew. Process Tracing and Causal Inference. **Rethinking social inquiry: Diverse tools, shared standards**. Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

BISHOP, Elizabeth. The Local and the Global: The Iraqi Revolution of 1958 Between Western and Soviet Modernities. **Ab Imperio**, v. 2011, n. 4, p. 172-202, 2011. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/178/article/467006/pdf>. Acesso em: 30 nov 2023.

BISHOP, Elizabeth. "The 'Partisans of Peace' between Baku and Moscow: The Soviet Experience of 1958." In: KARAM, Jeffrey G. *The Middle East in 1958*, London: Bloomsbury, 2020, pp. 65-78.

BROMLEY, Simon. **Rethinking middle east politics**. University of Texas Press, 1994.

CALVERT, Peter. **A study of revolution**. Oxford: Clarendon Press, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. Terceira Edição**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CEBRAPAZ. **Há 70 anos, Congresso Mundial de Intelectuais pela Paz impulsionava uma luta internacional**, 28 de agosto de 2018. Disponível em: <https://cebrapaz.org.br/2018/08/28/ha-70-anos-congresso-mundial-dos-intelectuais-pela-paz-impulsionava-uma-luta-internacional/>. Acesso em: 15 jun 2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Gives Highlights of Speeches at Vienna Peace Conference Session**, 1952. (Documento N° CIA-RDP80-00809A000700050103-0). CIA Reading Room. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00457R015600400010-8.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Peace Movement. A Compilation of Available Basic Reference Data – Affiliates and Parallel Organizations, Strength, Officers, Addresses, Publications**, 1956. (Documento N° CIA-RDP78-00915R000300040002-2). Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-00915r000300040002-2>. Acesso em: 15 out. 2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Abd-Al-Qadir Ismail and Aziz Sharif 1949-1958**, 2000 (Documento N° CIA-RDP78-00915R000900170011-2). CIA Reading Room.

Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp78-00915r000900170003-1>. Acesso em: 15 jul 2023.

CLAUDÍN, Fernando. **The Communist Movement: From Comintern to Cominform. Part Two The Zenith of Stalinism**. Translated by Francis MacDonagh. New York and London: Monthly Review Press, 1975.

COLLA, Elliott. Badr Shākir al-Sayyāb, Cold War Poet. **Middle Eastern Literatures**, v. 18, n. 3, p. 247-263, 2015. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1475262X.2016.1199093?casa_token=a70V4iOai7MAAAAA:DSMIgvpCfBZJf1gR9b6kH8C-gKlZK91hx9b8128WgiY0n0xtgnGJ_UcgThFgJuq1PPLNAM9HatA_UsQidQ. Acesso em: 20 mai. 2024.

COLLIER, David. Understanding process tracing. **PS: Political Science & Politics**, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/183A057AD6A36783E678CB37440346D1/S1049096511001429a.pdf/understanding-process-tracing.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

COMITÊ PERMANENTE DO CONGRESSO DOS PARTISANS PELA PAZ. Apelo de Estocolmo, 1950. Disponível em: <https://www.cppc.pt/102-o-cppc/2088-70-anos-do-lancamento-do-apelo-de-estocolmo>. Acesso em: 22 de nov. 2023.

COWHERD, Raymond G. The Soviet Peace Offensive. **Current History**, v. 19, n. 109, p. 129-134, 1950. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/45307818?casa_token=FtHLJa_KPyYAAAAA%3AIAiNzkVfWTs00euwHbPJOiFDWg-M_oZEEyClwIA1tzBDhpdXPbabV5FLBqFPjAU_XAFUsNp2vhA-Olim9TzdC4osI7PTEaOwO26uc344g43b3IqoWTpzoQ. Acesso em: 23 de abr. 2024.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium – Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298810100020501>. Acesso em: 4 abr. 2021.

DANN, Uriel. **Iraq Under Qassem. A Political History, 1958-1963**. Praeger, 1969.

DAWISHA, Karen. Soviet cultural relations with Iraq, Syria and Egypt 1955–70. **Soviet Studies**, v. 27, n. 3, p. 418-442, 1975.

DAWISHA, Adeed. **Iraq: A political history**. Princeton University Press, 2009.

DEERY, Phillip. The Dove flies east: Whitehall, Warsaw and the 1950 world peace congress. **Australian journal of politics & history**, v. 48, n. 4, p. 449-468, 2002. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-8497.00270?casa_token=0MDWyEZRznIAAAAAA%3ARtsY3AI30f0UmtGNxFOhyu6kKXfhvYxnN3JabDeuy-ZQvfd5kyhCqwVAsAWzR9VUgxLcZcRHwvGbO2Lqw. Acesso em: 27 nov. 2023.

DE VERA, Fernando Harto. La construcción del concepto de paz: paz negativa, paz positiva y paz imperfecta. **Cuadernos de estrategia**, n. 183, p. 119-146, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5832796>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DEYOUNG, Terri. **Placing the Poet: Badr Shakir al-Sayyab and Postcolonial Iraq**. SUNY Press, 1998.

DI-CAPUA, Yoav. **No Exit: Arab Existentialism, Jean-Paul Sartre, and Decolonization**. University of Chicago Press, 2019.

DINKEL, Jürgen. **The Non-aligned Movement: Genesis, Organization and Politics (1927-1992)**. Brill, 2018.

DOBRENKO, Vladimir. **Conspiracy of peace: the cold war, the international peace movement, and the Soviet peace campaign, 1946-1956**. 2016. Tese de Doutorado. London School of Economics and Political Science.

DOBRENKO, Vladimir. A Revolutionary Theory of Peace In: HIRSCHMÜLLER, Tobias; JACOB, Frank (Ed.) **War and Communism: The Violent Consequences of Ideological Warfare in the 20th Century**. Brill Schöningh, 2022, pp. 61–85.

DOS SANTOS, Theotonio. The Structure of Dependence. **American Economic Review**, v. 60, n. 2, p. 231-36, 1970. Disponível em: <http://digamo.free.fr/dosantos70.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.

DOYLE, Michael W. Kant, liberal legacies, and foreign affairs, part 2. **Philosophy & Public Affairs**, p. 323-353, 1983. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2265377?casa_token=kg-dgBn1GAUAAAAA%3Apwb4CJH7UzVjq_SITpTVOl8FUDVpZAiY3msjHqyy6k_bz0lzacqzZJI2e93KTWkFeVKYGG6u7avxc_XwHk5ZuA0nDLnR58hhycvss1DCmI0OiZNGCA6m4A. Acesso em: 11 nov. 2023.

DUNN, John. **Modern revolutions: an introduction to the analysis of a political phenomenon**. Cambridge University Press, 1972.

EFRATI, Noga. Naziha al-Dulaimi (1923–2007) and the Anticolonial Struggle in Iraq. In: **The Palgrave Handbook of Communist Women Activists around the World**. Cham: Springer International Publishing, pp. 435-452, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Noga-Efrati/publication/367342276_Naziha_al-Dulaimi_1923-2007_and_the_Anticolonial_Struggle_in_Iraq/links/6684dcdb2aa57f3b8268e1f2/Naziha-al-Dulaimi-1923-2007-and-the-Anticolonial-Struggle-in-Iraq.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

EPPEL, Michael. The Elite, the Effendiyya, and the Growth of Nationalism and Pan-Arabism in Hashemite Iraq, 1921-1958. **International Journal of Middle East Studies**, v. 30, n. 2, p. 227-250, 1998.

EPPEL, Michael. **Iraq from Monarchy to Tyranny: From the Hashemites to the Rise of Saddam**. University Press of Florida, 2004.

EPPEL, Michael. Iraqi politics and regional policies, 1945–49. **Middle Eastern Studies**, v. 28, n. 1, p. 108-119, 1992.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961.

FARMER, Paul. An anthropology of structural violence. **Current anthropology**, v. 45, n. 3, p. 305-325, 2004. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/382250>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FAROUK-SLUGLETT, Marion; SLUGLETT, Peter. Labor and National Liberation: The Trade Union Movement in Iraq, 1920-1958. **Arab Studies Quarterly**, p. 139-154, 1983. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41857865?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 26 mai. 2021.

FAROUK-SLUGLETT, Marion; SLUGLETT, Peter. The historiography of modern Iraq. **The American Historical Review**, p. 1408-1421, 1991.

FAROUK, Marion; SLUGLETT, Peter. **Iraq since 1958: From revolution to dictatorship**. Bloomsbury Publishing, 2001.

FRANZÉN, Johan. **Red star over Iraq: Iraqi communism before Saddam**. Columbia University Press, 2011.

FREIBERGER, Steven Z. **Dawn over Suez: the rise of American power in the Middle East, 1953-1957**. Ivan R. Dee, 2007.

FROMKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio: a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno**. Contraponto, 2008.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: https://demilitarisation.org/IMG/pdf/galtung_violence_peace_and_peace_research.pdf. Acesso em: 18 Mai. 2024.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of peace research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: <https://opev.org/wp-content/uploads/2019/10/Galtung-Johan.-Cultural-Violence.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GINAT, Rami. **Syria and the Doctrine of Arab Neutralism: From Independence to Dependence**. Liverpool University Press, 2010.

GINAT, Rami. Egyptian communist voices of peace (1947–1958). **Israel Affairs**, v. 27, n. 4, p. 711-731, 2021. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13537121.2021.1940561?casa_token=EUX7-g6csrgAAAAA:EqFp56cIofyLEauz21lJy3RKUB6no51iHHhiAfgL8Fib2bN1tfcRHqIe09LbD2xv_69Q3Btabcs-h5-iDw. Acesso em: 11 out. 2024.

GOEDDE, Petra. **The politics of peace: A global Cold War history**. Oxford University Press, 2019.

GOLDSTONE, Jack A. Theories of revolution: The third generation. **world politics**, v. 32, n. 3, p. 425-453, 1980. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/2010111.pdf?casa_token=caP4dR22shsAAAAA:Xxj-54x2iBEdeu_IBqOjAoUJNHCvCPEyFK2-

hBJg63c0Gq1JyDnPOMG7TOSotbYQSPD7eubf2lMxNZeHNCrNlymyyXFcZ__YpvMbI1PKSpPZkDIGk6a_xw. Acesso em: 18 jun. 2024.

GOLDSTONE, Jack A. Toward a fourth generation of revolutionary theory. **Annual review of political science**, v. 4, n. 1, p. 139-187, 2001. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.polisci.4.1.139>. Acesso em: 10 mai. 2024.

GOODWIN, Jeff; SKOCPOL, Theda. Explaining revolutions in the contemporary Third World. **Politics & Society**, v. 17, n. 4, p. 489-509, 1989. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/003232928901700403>. Acesso em: 23 out. 2023.

GREENLAW, Phyllis A. "Peace" in Soviet Strategy. **Russian Review**, v. 13, n. 2, p. 99-119, 1954. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/125704?casa_token=nu6SsZsVV_4AAAAA%3AS3XIxVPWib9Z68tiw2H3zr00IIwJpE1yXEhu56dmeQuNMmSnypPj3a9j8eHZwrab6e_1_qn4xWfwvqIb_8ERZbEbfxarGz_lHcCj_0XQJVSCnSt_zbsm5g. Acesso em: 15 jul. 2024.

GURR, Ted Robert. **Why men rebel**. New Jersey: Princeton University Press, 1970.

HALLIDAY, Fred. 'The sixth great power': on the study of revolution and international relations. **Review of International Studies**, v. 16, n. 3, p. 207-221, 1990.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power**. Macmillan International Higher Education, 1999.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in international relations: power, politics and ideology**. Cambridge University Press, 2005.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. UFRGS Ed., 2007.

HASAN, Mohammad Salman. The role of foreign trade in the economic development of Iraq, 1864-1964: a study in the growth of a dependent economy. **Studies in the economic history of the Middle East: from the rise of Islam to the present day**. Ed. M.A. Cook, Oxford University Press, p. 346-373, 1970.

HERMASSI, Elbaki. Toward a comparative study of revolutions. **Comparative Studies in Society and History**, v. 18, n. 2, p. 211-235, 1976. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/178129.pdf?refreqid=fastly-default%3A4f768267f4ef4414989df1bb9d7a8e94&ab_segments=&initiator=&acceptTC=1. Acesso em: 15 out. 2023.

HOBBSBAWM, E. J. Revolution. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikuláš (Ed.). **Revolution in history**. Cambridge University Press, 1986.

IRAQI REVIEW, Vol.1, No.15, Thursday September 24, 1959. Disponível em: <https://humanities-collections.exeter.ac.uk/dame/s/en/item/3047#lg=1&slide=0>. Acesso em: 11 mar. 2025.

IRAQI REVIEW, Vol.1, No.14, Thursday September 17, 1959. Disponível em: <https://humanities-collections.exeter.ac.uk/dame/s/en/item/3049#lg=1&slide=0>. Acesso em: 25 mar. 2025.

IRAQI REVIEW, Vol.1, No.15, Thursday September 24, 1959. Disponível em: <https://humanities-collections.exeter.ac.uk/dame/s/en/item/3047#lg=1&slide=0>. Acesso em: 12 abr. 2025.

ISMAEL, Tareq Y. **The rise and fall of the Communist Party of Iraq**. Cambridge University Press, 2008.

ISSAWI, Charles. **An economic history of the Middle East and North Africa**. New York: Columbia University Press, 1982.

JERVIS, Robert. **Perception and misperception in international politics: New edition**. Princeton University Press, 1976.

JESSOP, Bob. **The state: past, present and future**. Cambridge: Polity, 2016.

JIMÉNEZ ARENAS, Juan Manuel. De la paz imperfecta a la agencia pacifista. **Revista historia de la educación latinoamericana**, v. 22, n. 35, p. 35-64, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-72382020000200035&script=sci_arttext. Acesso em: 20 mai. 2024.

JOHNSON, Chalmers A. **Revolutionary change**. Stanford University Press, 1966.

JOHNSTON, Timothy. Peace or Pacifism? The Soviet 'Struggle for Peace in All the World', 1948-54. **Slavonic and East European Review**, v. 86, n. 2, p. 259-282, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/25479199.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

JONES, Kevin M. **The Poetics of Revolution: Cultures, Practices, and Politics of Anti-Colonialism in Iraq, 1932-1960**. 2013. Tese de Doutorado.

JONES, Kevin M. **The dangers of poetry: Culture, politics, and revolution in Iraq**. Stanford University Press, 2020.

KADHIM, Abbas. **Reclaiming Iraq: the 1920 revolution and the founding of the modern state**. University of Texas Press, 2012.

KANT, Immanuel. **Perpetual peace and other essays**. Hackett Publishing, 1983.

KEDOURIE, Elie. Reflexions sur l'histoire du Royaume d'Irak (1921-1958). **Der Orient**, v. 11, 1959.

KEDOURIE, Sylvia. **Arab nationalism: An anthology**. University of California Press, 1962.

KEEN, Kirsten Hoving. Picasso's communist interlude: the murals of War and Peace'. **The Burlington Magazine**, v. 122, n. 928, p. 464-470, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/880052>. Acesso em: 12 jul. 2024.

KEENE, Judith. Framing Violence, Framing Victims: Picasso's Forgotten Painting of the Korean War. **Cultural History**, v. 6, n. 1, p. 80-101, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Judith-Keene/publication/315731482_Framing_Violence_Framing_Victims_Picasso's_Forgotten_Painting_of_the_Korean_War/links/5baa1e77a6fdccd3cb70f0e6/Framing-Violence-Framing-Victims-Picassos-Forgotten-Painting-of-the-Korean-War.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

KHADDURI, Majid. **Independent Iraq, 1932-1958: A Study in Iraqi Politics**. London; New York: Oxford University Press, 1960.

KHADDURI, Majid. **Republican Iraq: A Study of Iraqi Politics Since the Revolution of 1958**. Oxford University Press, 1969.

KHULUSI, Safa. "Poetry as a Vehicle of Social and Political Reform in Iraq." **MINISTRY OF GUIDANCE, IRAQ. New Iraq** No. 4: 14-15; 29-30, 1962. Disponível em: <https://humanities-collections.exeter.ac.uk/dame/s/en/item/8344#lg=1&slide=0>. Acesso em: 10 abr. 2025.

KIRASIROVA, Masha. The Partisans of Peace in Lebanon and Syria: How Anti-Nuclear Activism in the 1950s Revitalized the Arab Left. **International Journal of Middle East Studies**, 55.4: 650-674, 2023. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/DA22CCE8F074D78959EB164FCFFED04F/S0020743823001502a.pdf/partisans_of_peace_in_lebanon_and_syria_how_antinuclear_activism_in_the_1950s_revitalized_the_arab_left.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

LAQUEUR, Walter. **Communism and nationalism in the Middle East**. Praeger, 1956.

LAWSON, George. Halliday's revenge: revolutions and International Relations. **International Affairs**, v. 87, n. 5, p. 1067-1085, 2011. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1468-2346.2011.01021.x?casa_token=7P81nxRcdXgAAAAA%3Ar7d15wAfWbgITxJqEaFoEIXDE9qyWckPRsQSLPXMkQs2QiA--rOy9VRy20UW-fSXBoZ-OuEBd9LTo4GIQw. Acesso em: 18 mai. 2023.

LAWSON, George. **Anatomies of revolution**. Cambridge University Press, 2019.

LENIN, Vladimir Illich. The socialist revolution and the right of nations to self-determination. **Collected works**, v. 22, p. 143-156, 1916.

LENIN, Vladimir Il'ich. **Collected Works**. Volume 21, August 1914 – December 1915. Moscow: Progress Publishers, 1964.

LÊNIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. Boitempo Editorial, 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2021.

LETHBRIDGE, David. Constructing Peace by Freedom: Jean-Paul Sartre, Four Short Speeches on the Peace Movement, 1952-1955. **Sartre Studies International**, v. 18, n. 2, p. 1-18, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/42705194.pdf>

casa_token=kfaUZ6hQAkYAAAAA:lfECmt8ZH2brPUW3-sdQtQiSkPv8gOmKg4Mmpn6Aa-ju7I86TFwVoXszLUHAJ-7kzqGMyOY8FDTTHBuRGwoUcoK3K-4UIxR5NIFxURo6d0hPVxJJKcvXgg. Acesso em: 14 set. 2024.

LIEBERMAN, Robbie. **The Strangest Dream: Communism, Anti-Communism, and the US Peace Movement, 1945-1963**. IAP, 2010.

LIPSET, Seymour Martin. Radicalism or reformism: The sources of working-class politics. **American political science review**, v. 77, n. 1, p. 1-18, 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/1956008.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

LOUIS, William Roger. **The British Empire in the Middle East, 1945-1951: Arab Nationalism, the United States, and Postwar Imperialism**. Oxford University Press, 1984.

LOUIS, William Roger. Harold Macmillan and the Middle East Crisis of 1958. In: **PROCEEDINGS-BRITISH ACADEMY**. OXFORD UNIVERSITY PRESS INC., 1997. p. 207-228. Disponível em: <https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/2454/94p207.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LOUIS, William Roger. **Ends of British imperialism: the scramble for empire, Suez and decolonization: collected essays**. I.B. Tauris, 2006.

LUKITZ, Liora. **A quest in the Middle East: Gertrude Bell and the making of modern Iraq**. Bloomsbury Publishing, 2005.

LUXEMBURG, Rosa. **Reform or Revolution?** Foreign Languages Press, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. Serie Popular Era. México, 1981.

MARR, Phebe. **The modern history of Iraq**. Westview Press, 2012.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MCLACHLAN, Donald H. The Partisans of Peace. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)**, v. 27, n. 1, p. 10-17, 1951. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/2608268.pdf?casa_token=Hh4T7qODon0AAAAA:2zpML0nhmPT6dZ0R1GwA1DaE7q8n6vP1-SstH_zKQ4C-trTuknShfV-wvyDBt2PU1-JTVMSFNWixLqUR7almYvJ9bJJRsDirBBqhGq49hnlYUmOHY4QQZg. Acesso em: 20 nov. 2023.

MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MINISTRY OF GUIDANCE, IRAQ. New Iraq: Monthly Pictorial Magazine. Second Year, NO. 1, January, 1961. Disponível em:

<https://humanities-collections.exeter.ac.uk/dame/s/en/item/8320#lg=1&slide=0>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MOORE JR, Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lords and Peasants in the Making of the Modern**. World. Boston: Beacon Press, 1966.

MORRIS, Bernard S. Communist international front organizations: Their nature and function. **World Politics**, v. 9, n. 1, p. 76-87, 1956. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/2008869.pdf?casa_token=TGs81YulYEcAAAAA:RtpiyISi79zAvKtvcZH4bwek3Szk8Zk7KkSERt4TTmxElxAlvSVZjX4ToSEeoHrorfP4TsWSQ9x-nDd70FWJYt60E1Ial1lwO4k7Pg5mgt2HDuhjqxSHOQ. Acesso em: 12 jun. 2024.

MUÑOZ, Francisco A. La paz imperfecta: Apuntes para la reconstrucción del pensamiento pacifista. **Papeles de cuestiones internacionales**, v. 65, p. 11-14, 1998. Disponível em: https://www.fuhem.es/wp-content/uploads/2018/12/la_paz_imperfecta_F.A.MUNOZ_.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

MUÑOZ, Francisco A. (Ed.). **La paz imperfecta**. Granada: Universidad de Granada, 2001.

MUÑOZ Francisco A; LÓPEZ, Cándida Martínez. **Los hábitos de la paz imperfecta**. Universidad de Granada, 2011.

NAKASH, Yitzhak. **The Shi'is of Iraq**. Princeton University Press, 1994.

NASSER, R. M.; AMARAL, R. A. D. The End of the Ottoman Empire and the creation of the Iraqi state beyond Sykes-Picot: Between Imperialism and Revolution. **Estudos Internacionais**, v. 8, n. 4, pp. 35-58, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/24397>. Acesso em: 28 abr. 2021.

NEW IRAQ. Monthly Pictorial Magazine Issued by the Ministry of Guidance, Second Year, NO. 1, January 1961. Disponível em: <https://humanities-collections.exeter.ac.uk/dame/s/en/item/8320#lg=1&slide=0>. Acesso em: 12 jan. 2025.

POOL, David. From Elite to Class: The Transformation of Iraqi Leadership, 1920-1939. **International Journal of Middle East Studies**, v. 12, n. 3, p. 331-350, 1980. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/163005?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 30 abr. 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Classes in Contemporary Capitalism**. NLB, 1975.

PRASHAD, Vijay. Uma história popular do Terceiro Mundo. **São Paulo: Expressão Popular**, 2022.

PUREZA, José Manuel “Estudos sobre a paz e cultura da paz”, In: Pureza, J. M. (org.), **Para uma cultura da paz**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 71, p. 05-19, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1011>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PUREZA, José Manuel. Construções Teóricas da Paz. **Relatório da Unidade Curricular do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**, v. 823, 2009.

QASIM, Abdul-Karim. **Principles of 14th July Revolution, 1959**. Disponível em: <https://humanities-collections.exeter.ac.uk/dame/s/en/item/11123#lg=1&slide=0>. Acesso em: 12 fev. 2025.

RICHMOND, Oliver P. Patterns of peace. **Global Society**, v. 20, n. 4, p. 367-394, 2006. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13600820600929705?casa_token=N-ubCyZTacEAAAAA:zRdT7xNPA-Or8dCqfFuTYsaKqHF-cgLBMCFILqJvS8mQ5hskDf4dwWQeKot05yqJx3R9zK-fijlhrgWTMQ. Acesso em: 14 ago. 2024.

RICHMOND, Oliver P. The dilemmas of a hybrid peace: Negative or positive?. **Cooperation and Conflict**, v. 50, n. 1, p. 50-68, 2015. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0010836714537053?casa_token=VParRv2lgxQAAAAA:IV99HUc9zauOaWHNBTd6RXYb6uu03I3KUNbFtxLbILUkXiuhe5-PkG8zk5bFKK9VynjQLCBZNxVgN5Y. Acesso em: 10 jun. 2024.

ROBERTS, Geoffrey. **The Soviet Union in World Politics: Coexistence, Revolution and Cold War, 1945–1991**. London: Routledge, 2005.

RO'I, Yaacov. **From encroachment to involvement: a documentary study of Soviet Policy in the Middle East, 1945-1973**. Transaction Publishers, 1974.

ROMERO, Juan. **The Iraqi revolution of 1958 and the search for security in the Middle East**. 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/3936>. Acesso em: 8 mai. 2021.

ROMERO, Juan. The Iraqi Revolution of 1958: Its Historic Significance and Relevance for the Present Jeffrey G. (Ed.). **The Middle East in 1958: Reimagining a Revolutionary Year**. Bloomsbury Publishing, 2020.

SAFIEDDINE, Hicham. “Introduction: The Anti-colonial Intellectual” In: AMEL, Mahdi. **Arab Marxism and National Liberation: Selected Writings of Mahdi Amel**. Brill, 2020.

SALUCCI, Illario. **A People's History of Iraq**. Chicago: Haymarket, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. Weapon Against History. **Masses and Mainstream**, v. 7, p.17-19, 1954.

SCHAYEGH, Cyrus. 1958 Reconsidered: State Formation and the Cold War in the Early Postcolonial Arab Middle East. **International Journal of Middle East Studies**, p. 421-443, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43303030?seq=1>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SCHMID, Herman. Peace research and politics. **Journal of peace research**, v. 5, n. 3, p. 217-232, 1968. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002234336800500301>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SKOCPOL, Theda; THEDA, Skocpol. **States and social revolutions: A comparative analysis of France, Russia and China**. Cambridge University Press, 1979.

SKOCPOL, Theda. Rentier state and Shi'a Islam in the Iranian revolution. **Theory and society**, v. 11, n. 3, p. 265-283, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/657269>. Acesso em: 30 nov 2022.

SLUGLETT, Peter. The cold war in the Middle East. FAWCETT, Louise, **International Relations of the Middle East**, p. 41-58, 2005.

SLUGLETT, Peter. **Britain in Iraq: contriving king and country, 1914-1932**. Columbia University Press, 2007.

SOLZHENITSYN, Alexander. Peace and violence-Sakharov for the Nobel Peace Prize. **Index on Censorship**, v. 2, n. 4, p. 47-51, 1973. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03064227308532268>. Acesso em: 12 jun 2024.

SORBY, Karol. Iraq: The Mossul uprising of 1959. **Asian and African Studies**, v. 15, n. 2, p. 133-151, 2006. Disponível em: https://www.sav.sk/journals/uploads/020314422_Sorby.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

STALIN, Joseph. **Economic Problems of Socialism in the USSR**. Minerva Heritage Press, 2024.

TARBUSH, Mohammad A. **The role of the military in politics: A case study of Iraq to 1941**. Routledge, 1982.

THE CENTRAL TREATY ORGANIZATION (CENTO), The "Baghdad Pact" Baghdad, Iraq February 24, 1955. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/baghdad.asp. Acesso em: 15 jun. 2021.

THOMPSON, Levi. An Iraqi Poet and the Peace Partisans: Transnational Pacifism and the Poetry of Badr Shākir Al-Sayyāb. **College Literature**, 47.1: pp. 65-88, 2020. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2349234029?fromopenview=true&pq-origsite=gscholar&sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 12 ago. 2024.

TILLY, Charles. Does modernization breed revolution? **Comparative Politics**, v. 5, n. 3, p. 425-447, 1973. Disponível em: <http://www.calvinwlew.com/books/tillycha/TillyCharlesDoesModernizationBreedRevolution.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Longman Higher Education, 1978

TRIFU, Liliana Aura et al. Reflexiones sobre la paz positiva. Un diálogo con la paz imperfecta. **Revista de paz y conflictos**, v. 11, n. 1, p. 29-59, 2018. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/revpaz/article/view/5602>. Acesso em: 20 jul. 2023.

TRIPP, Charles et al. **A history of Iraq**. Cambridge University Press, 2007.

UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. Foreign Relations of the United States, 1958–1960, Near East Region; Iraq; Iran; Arabian Peninsula, Volume XII. Eds. Edward C. Keefer and Glenn W. LaFantasie. United States Government Printing Office Washington, 1993. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v12>. Acesso em: 14 ago. 2024.

UNITED STATES. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE HISTORIAN. Foreign Relations of the United States, 1958–1960, Near East Region; Iraq; Iran; Arabian Peninsula, Volume XII, 1993. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v12>. Acesso em: 12 fev. 2025.

VINOGRADOV, Amal. The 1920 revolt in Iraq reconsidered: the role of tribes in national politics. **International Journal of Middle East Studies**, v. 3, n. 2, p. 123-139, 1972. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/162680?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 20 mai. 2021.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

WEINER, Tim. **Legacy of ashes: The history of the CIA**. Vintage, 2008.

WERNICKE, Günter. The Communist-Led World Peace Council and the Western Peace Movements: The Fetters of Bipolarity and Some Attempts to Break Them in the Fifties and Early Sixties 1. **Peace & Change**, v. 23, n. 3, p. 265-311, 1998. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/0149-0508.00087?casa_token=IYL89i_DrLYAAAAA%3At3Af5Oqj12M05v2MJeqJPfYMBqc6htzfeAmOYpeft5wcOhL7j3acrGMY1hyxpNpqfNLxVEzjCAaQ8GJW5Q. Acesso em 15 jun 2023.

WERNICKE, Günter. The unity of peace and socialism? The World Peace Council on a Cold War tightrope between the peace struggle and intrasystemic communist conflicts. **Peace & Change**, v. 26, n. 3, p. 332-351, 2001. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/0149-0508.00197?casa_token=Z3vwsDNWH20AAAAA:I8Xxq-sUAo_d1XvRB6-QY6lkHVeH_X2QZYn_l-w526njX9T7OCP18249Y7Mg1gu2iyZ-0gKF6m7hYfCq8w. Acesso em 17 jun 2023.

WESTAD, Odd Arne. **The global Cold War: Third World interventions and the making of our times**. Cambridge University Press, 2005.

WITTNER, Lawrence S. **Rebels against war: The American peace movement, 1933-1983**. Temple University Press, Philadelphia, 1984.

WITTNER, Lawrence S. Peace movements and foreign policy: The challenge to diplomatic historians. **Diplomatic History**, v. 11, n. 4, p. 355-370, 1987.

WITTNER, Lawrence S. **The Struggle Against the Bomb: Volume One, One World or None: A History of the World Nuclear Disarmament Movement Through 1953**. Stanford University Press, 1993.

Yaqub, Salim. **Containing Arab nationalism: the Eisenhower doctrine and the Middle East**. UNC Press Books, 2004.

YOUSIF, Abdul-Salaam. "The Struggle for Cultural Hegemony in Iraq." In: *The Iraqi Revolution of 1958: The Old Social Classes Revisited*, edited by Robert A. Fernea and William Roger Louis, 173–196. London: I. B. Tauris, 1991.

ZIEMANN, Benjamin. 'Situating Peace Movements in the Political Culture of the Cold War. Introduction', In: **Peace Movements in Western Europe, Japan and the USA during the Cold War**, Ed. Ziemann, Benjamin, 11–38. Essen: Klartext, 2007.

ZIEMANN, Benjamin. 'The Code of Protest. Images of Peace in the West German Peace Movements, 1945 –1990'. **Contemporary European History** 17: 237–61, 2008. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/contemporary-european-history/article/abs/code-of-protest-images-of-peace-in-the-west-german-peace-movements-19451990/7F80381C9512B694F893ABC17DC3EBBE>. Acesso em: 15 set. 2023.

ZIEMANN, Benjamin. A quantum of solace? European peace movements during the Cold War and their elective affinities. **Archiv für Sozialgeschichte**, v. 49, p. 351-389, 2009. Disponível em: <https://eprints.whiterose.ac.uk/id/eprint/74457/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

ZUBAIDA, Sami. Al-Jawâhîrî: between patronage and revolution. **Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée**, n. 117-118, p. 81-98, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/remmm/3301>. Acesso em: 15 set. 2024.